

**IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia

**Irene Vaquinhas
António Rafael Amaro
João Paulo Avelãs Nunes
Manuel Ferreira Rodrigues**
COORDENAÇÃO

A presente obra é composta por um conjunto vasto de textos que, apesar da sua heterogeneidade teórica e temática, sustenta a sua unidade no facto de todos os trabalhos incidirem sobre regionalidades historiográficas da Época Contemporânea — a teoria da história, a história empresarial, a arqueologia industrial, a didática da história, o património cultural e a museologia —, mas também por procurar refletir muitas das principais áreas de investigação e de divulgação do historiador e professor José M. Amado Mendes.

O facto de os coordenadores e os autores do livro serem discípulos, colegas e amigos do Doutor José M. Amado Mendes e, naturalmente, também bons conhecedores da sua vastíssima obra, acabam por reforçar o sentido e os objetivos deste livro. Através dele, pretende-se fazer o reconhecimento público e uma mais que justa homenagem ao investigador, ao historiador, ao professor e ao cidadão que é José M. Amado Mendes. Na sua aparente diversidade, este livro acaba por refletir a admiração que os diferentes autores, nacionais e internacionais, demonstram ter pelo legado do Homenageado, ficando claro para todos nós a importância dos caminhos abertos pelo historiador José M. Amado Mendes.

História,
Empresas,
Arqueologia
Industrial
e Museologia

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

Pedro Bandeira

Impressão e Acabamento

KDP - Kindle Direct Publishing

ISBN

978-989-26-2228-6

ISBN Digital

978-989-26-2229-3

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2229-3>

**IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia

**Irene Vaquinhas
António Rafael Amaro
João Paulo Avelãs Nunes
Manuel Ferreira Rodrigues**
COORDENAÇÃO

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA	7
CAPÍTULO 1. Explorando novos territórios: retalhos de ego-história, <i>José Amado Mendes</i>	9
I. HISTÓRIA DAS EMPRESAS E DOS EMPRESÁRIOS	
CAPÍTULO 2. Teoria económica e história empresarial: empresário e capitalista em Joseph Schumpeter, <i>António Rafael Amaro</i>	33
CAPÍTULO 3. As contribuições das obras de José Amado Mendes para o desenvolvimento dos estudos de empresas e empresários no Brasil, <i>Claudia Musa Fay</i>	59
CAPÍTULO 4. A industrialização da Covilhã: um modelo de desenvolvimento singular, <i>Elisa Calado Pinheiro</i>	77
CAPÍTULO 5. Os tratados de contabilidade no Portugal Oitocentista (1800-1882), <i>Fernando de Sousa e Maria de Fátima Conde</i>	111
CAPÍTULO 6. Micro-história e biografia. Reflexão suscitada pela biografia do empresário Egas Salgueiro, <i>Manuel Ferreira Rodrigues</i>	133
II. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL, PATRIMÓNIO CULTURAL E MUSEOLOGIA	
CAPÍTULO 7. O “efeito confuso da pitoresca aglomeração de cousas diversas”: particularidades do discurso expositivo nos primórdios do Museu Machado Castro (1913-1931), <i>Duarte Manuel Freitas</i>	161

CAPÍTULO 8. A Faculdade Técnica na Universidade do Porto: interlúdio na organização universitária (1915-1926), <i>Jorge Fernandes Alves</i>	187
CAPÍTULO 9. Para a história do Museu do Mar de Cascais, <i>José d'Encarnação</i>	209
CAPÍTULO 10. Imagens de Indústria na obra gráfica de Rafael Bordalo Pinheiro, <i>Paulo Oliveira Ramos</i>	231
CAPÍTULO 11. A arte do ferro forjado na cidade do Mondego, primeira metade do século XX, <i>Regina Anacleto</i>	259
 III. POLÍTICA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA	
CAPÍTULO 12. Reflexiones desde España, <i>Eloy Fernandes Clemente</i>	293
CAPÍTULO 13. Memória da Guerra Civil de Espanha na praia da Figueira da Foz (1936-1939): proposta de itinerário histórico, <i>Irene Vaquinhas</i>	315
CAPÍTULO 14. Historiografia e tecnologias derivadas: questões deontológico-epistemológicas e teórico-metodológicas, <i>João Paulo Avelãs Nunes</i>	343
CAPÍTULO 15. A “economia da graça” como dispositivo régio de dominação durante o Antigo Regime, <i>José Subtil</i>	367
CAPÍTULO 16. Carta a um jovem investigador, <i>Luís Reis Torgal</i>	393
CAPÍTULO 17. José Amado Mendes: de caminos y amistades por la América Latina, <i>Mario Cerutti</i>	415
CAPÍTULO 18. A oração académica de Joaquim Carneiro da Silva (1780), <i>Miguel Figueira de Faria</i>	435
CAPÍTULO 19. Apologia da história local, <i>Nuno Rosmaninho</i>	457
CAPÍTULO 20. José Amado Mendes: de como a história sólida e dura pode proporcionar leitura gostosa, <i>Onésimo Teotónio Almeida</i>	471
TABULA GRATULATÓRIA	481

NOTA PRÉVIA

Um livro de homenagem é sempre, em qualquer circunstância, simultaneamente um agradecimento e um testemunho para memória futura da importância que, para cada um de nós, representa a obra e a pessoa do homenageado. Este livro tem, ainda, a particularidade de renovar a homenagem ao Doutor José Amado Mendes mais de uma dezena de anos depois da sua jubilação, também devido ao facto de este se manter em plena atividade como historiador (enquanto investigador, professor e divulgador). Não vem, contudo, atrasada esta merecida homenagem.

Pretende-se, pelo contrário, que seja mais um tributo de reconhecimento, juntando-se aos que, em devido tempo, justamente lhe foram feitos. Vem mesmo, aliás, no tempo certo, pedindo-lhe para que continue a investigar e a publicar, a ensinar e a orientar, a dirigir e a divulgar como tem vindo a fazer nestes treze anos depois da sua jubilação. É, por isso, uma manifestação de apreço de profissionais do mesmo ofício, de colegas e antigos alunos, mas, sobretudo, de amigos, que se congratulam com a sua longevidade e com a possibilidade de continuar a vê-lo ensinar e investigar, gerir e divulgar.

A obra que se apresenta constitui um recorte de amizades e de afetos, polvilhada de textos ora mais científicos, ora carregados de saudade e de admiração, redigidos por todos aqueles que sempre viram no Doutor José Amado Mendes um profissional nos saberes e nas competências, um investigador consciencioso e um homem bom e íntegro. Para quem tem tido a felicidade, como nós temos tido, de beneficiar da sua disponibilidade dentro e fora do espaço universitário, é muito difícil ficar indiferente ao modo singular do seu trato (aparentemente) simples, cordial, gentil, bondoso e respeitador. A sua

capacidade de organização e de trabalho, os seus princípios éticos e deontológicos, os seus conhecimentos científicos e didáticos, a sua dádiva aos outros – fosse a colegas, a jovens assistentes ou a alunos – são características que ainda hoje perduram nas nossas atividades como investigadoras/es e professoras/es, não deixando de influenciar todas e todos que com ele mais de perto conviveram e convivem.

Talvez por isso, a gratidão que lhe testemunhamos, dada por colegas e amigos de sempre, porventura para alguns canonicamente fora do tempo, tem ainda a pretensão de fazer recordar a jovens e a menos jovens na carreira universitária que é possível fazer um percurso universitário brilhante, sem reservas nem desvios, subindo degrau a degrau a degrau, de Assistente-Estagiário a Professor Catedrático, sempre com mérito reconhecido, no tempo certo, e sem necessidade de atropelar ninguém. Estes são os valores e os modos de estar no mundo universitário que fazem um Mestre e fundamentam a admiração pelo Doutor José Amado Mendes, dando ainda a possibilidade de o próprio assistir a este público reconhecimento.

Este livro deveria ter sido apresentado por alturas do octogésimo aniversário do Doutor José Amado Mendes. Infelizmente, só agora, três anos depois, é que será uma realidade. A produção de uma obra desta dimensão, em que não queríamos deixar nenhum amigo e colega pelo caminho, levou mais tempo do que devia. A terminar, impõe-se agradecer às entidades que tornaram possível esta edição: à Universidade de Coimbra e à Universidade Autónoma de Lisboa, ao Centro de Estudos Interdisciplinares da UC, ao Centro de Investigação em Ciências Históricas da UAL e ao Centro de História da Sociedade e da Cultura da FLUC, à Imprensa da Universidade de Coimbra.

Um livro é um local de encontro e de diálogo. Que este continue a ser um pretexto para o cumprimento da ideia-chave de um Mestre: ensinar e investigar. Meu/Nosso Querido Amigo Doutor Amado Mendes. Obrigada/o por ser quem é.

EXPLORANDO NOVOS TERRITÓRIOS: RETALHOS DE EGO-HISTÓRIA

José Amado Mendes
Universidade de Coimbra
Universidade Autónoma de Lisboa
jamendes@ci.uc.pt

Introdução

Ao ser-me solicitado um texto, para a presente obra, fiquei um pouco constrangido e hesitante se deveria ou não aceitar o repto. Como é sabido, ninguém é bom juiz em causa própria, pelo que falar sobre a nossa própria atividade contém riscos, inclusive o de se ser mal interpretado.

Todavia, não querendo ser desagradável, resolvi aceitar, informando os organizadores que iria refletir um pouco sobre as áreas do saber a que me tenho dedicado, em especial aquelas que poderemos considerar como “novos territórios”.

Faço-o em termos de investigação, da docência e da modalidade de história aplicada ou “história-serviço” – como lhe chamava Jorge Borges de Macedo –, ou ainda *public history*, para usar a expressão muito em voga em certos países, como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América e o Canadá.

Concluído o ensino liceal (1966), tive alguma hesitação no curso de licenciatura a frequentar, de Filosofia¹ ou de História. Embora com alguma preferência inicial por aquele, acabei por me decidir por este, por razões de ordem prática – pelo facto de, aparentemente, o de História ser mais adequado ao regime de “estudante voluntário”, que admitia poder vir a ser o meu caso, o que não se concretizou –, mas que acabei por apreciá-lo, devido à sua abrangência e perspectivas que me abriu.

Não obstante, as disciplinas raramente contemplarem a história dos últimos dois séculos, foi-me muito grato poder iniciar o meu trajeto de investigação, focando um tema dos finais do século XVIII, relativo à Província de Trás-os-Montes.

1. Ciclo de Trás-os-Montes

Tratou-se do estudo de um importante documento sobre aquela província – “Demarcação da Província de Trás-os-Montes”, de Columbano Ribeiro de Castro (1749-1804)² –, considerado por Joel Serrão como a fonte mais completa para a história de toda uma província, em finais de Setecentos, com o que concordo plenamente.

Até então, apenas era conhecido um resumo da referida fonte, com cerca de uma dúzia de páginas, publicado na *Ilustração Trasmontana* (1908-1909). Entretanto, graças à informação gentilmente transmitida pelo Doutor Avelino de Jesus da Costa (1908-2000), soube

¹ O meu interesse pela Filosofia levou-me a escolher a disciplina de Filosofia Antiga, como opcional, lecionada pelo Doutor Vítor Matos e Sá (1926-1975), além da Introdução à Filosofia que fazia parte do elenco das do curso de História e era assegurada pelo Doutor Arnaldo Miranda Barbosa (1916-1973).

² Frequentou a Universidade de Coimbra (1763-1769), tendo obtido o grau de bacharel e de licenciado em Leis, em 1768 e 1769, respetivamente. Após ter exercido funções em várias localidades de Trás-os-Montes (juiz de fora e provedor de comarca), em 1793 foi nomeado “juiz demarcante” das comarcas trasmontanas, tendo-se dedicado, nos três anos imediatos, à elaboração da “Demarcação da Província”, a qual constitui como que uma “radiografia” bastante completa da mesma.

que o documento completo (com 354 páginas), que havia sido dedicado à Rainha D. Maria I, se encontrava na Biblioteca da então Assembleia Nacional, além de, posteriormente, eu ter tido conhecimento da existência de três outras cópias da mesma fonte, noutras bibliotecas.

A relevância do documento e a meticulosidade do seu autor justificavam não só a sua publicação – em edição crítica, comparando os diversos exemplares do documento –, mas ainda o estudo, tão desenvolvido quanto possível, do *curriculum vitae* do respetivo autor e do seu conteúdo. Foi o que realizei, no trabalho que veio a constituir a minha tese de licenciatura em História – defendida em janeiro de 1972 – e que viria ser publicada sob o título *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*³ (Mendes, 1981).

A elaboração do referido trabalho e a observação direta da realidade trasmontana – através de visita ali efetuada (julho-agosto de 1971) – contribuíram para despertar o meu interesse pela biografia (Mendes, 1992a; 1992b), pela história local (Mendes, 1990a), as atividades económicas e respetivas profissões, os recursos naturais e o património artístico e cultural.

Estas temáticas vieram a ser objeto de estudos e intervenções posteriores, como veremos entretanto. Todavia, acerca das atividades económicas e profissões, o manuscrito de C. Ribeiro de Castro impressionou-me pelo pioneirismo do seu autor. Este pode ser comprovado pelo facto de os dados sobre a atividade profissional só constarem do 3.º *Censo da População* (1890), estando ausentes nos dois primeiros (1864 e 1878), devido às dificuldades em as inventariar e quantificar, uma vez que alguns indivíduos tinham mais do que uma ocupação.

Ora, o autor da *Demarcação de Trás-os-Montes* antecipou-se em cerca de um século, ao referenciar o número de indivíduos de cada

³ A tese foi elaborada no âmbito do Seminário do 5.º ano da licenciatura em História, ministrado pelo Doutor Luís Ferrand de Almeida (1922-2006) e sob sua orientação.

profissão, em todas as localidades, desde a mais pequena aldeia a todas as vilas e cidades trasmontanas.

Os múltiplos quadros estatísticos que elaborou – ainda no período pré-estatístico ou da *estadística* –, não só relativos à atividade profissional mas também à demografia, administração e economia revelam, da parte do seu autor, uma boa compreensão da realidade socioeconómica e grande rigor, constituindo uma antecipação, de cerca de século e meio, relativamente à história quantitativa, tão em voga entre os historiadores da 1.^a escola dos *Annales*, após a sua criação, em Estrasburgo, em 1929.

Mais tarde, voltei a visitar Trás-os-Montes, através da participação em eventos ali organizados (entre outras localidades, Bragança e Moncorvo) e da publicação de pequenos trabalhos, acerca de temáticas relacionadas com a província (Mendes, 1986).

2. Da Idade Média à História Contemporânea (1973-1974)

No último ano da licenciatura, como monitor e, no ano seguinte (1972-1973), como assistente, dediquei-me à *História Medieval de Portugal*, substituindo o seu titular, Doutor Torquato de Sousa Soares (1903-1988), após a sua jubilação, em inícios de 1973⁴.

Ainda que sem grande motivação pela época, dado que o meu interesse se voltava para períodos históricos mais recentes, induzido pelo entusiasmo do Doutor Torquato Soares, participei nas I Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, realizadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (25-30 de setembro de 1972), às quais apresentei uma comunicação (Mendes, 1973).

Em resposta ao convite do Ministério da Educação para frequentar o curso de Mestrado em Ciências da Educação nos Estados Unidos

⁴ A disciplina de História Medieval de Portugal, também lecionada por aquele docente, foi entregue à Doutora Maria Helena da Cruz Coelho.

da América – numa altura em que os referidos cursos ainda não eram ministrados em Portugal –, parti para aquele país em agosto de 1973, regressando em setembro de 1974, após a obtenção do *Master's Degree em Sciences of Education*, pela Universidade do Texas, em Austin.

Além do aprofundamento de temáticas no âmbito do referido Mestrado⁵ e de ter contactado com uma realidade do mundo académico muito diferente daquela que eu conhecia, a experiência foi útil inclusive por ter podido constatar como a história de períodos mais recentes – incluindo a própria história do presente – era suscetível de ser investigada e ensinada, sem receio de crítica pelos pares⁶.

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, abriram-se novas perspectivas de abertura para a Universidade que, finalmente, passou a poder contemplar novas áreas de estudo, de investigação e de temáticas da História Contemporânea, o que me permitiu a transferência para este novo contexto, do ponto de vista docente e da pesquisa.

Todavia, ao invés de vários investigadores que passaram a dedicar-se, nos anos imediatos à Revolução dos Cravos, à História Política – em certos casos, registando-se até sobreposições entre os temas contemplados –, aquela não me fascinava, pelo que passei a ocupar-me, preferencialmente, de assuntos relativos a áreas menos conhecidas e investigadas.

⁵ Com parte das quais já me tinha deparado, no Curso do Magistério Primário realizado em Coimbra (ainda que não tenha chegado a exercer a respetiva atividade docente), em 1964-1966.

⁶ Por exemplo, essa “ousadia” foi comprovada pela deslocação, a Portugal, pouco depois do meu regresso, de um professor norte-americano. Acerca do seu interesse pela visita, informou-me que o seu objetivo era o de obter elementos para, pouco depois, poder lecionar, na sua Universidade, um seminário sobre a nossa recente Revolução de 25 de Abril de 1974, que havia ocorrido poucos meses antes.

3. História Contemporânea, Industrialização e Patrimônio Industrial (1974-1985)

De meados dos anos de 1970 a meados da década de 1980, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), concentrei-me na História Contemporânea, lecionando (durante vários anos) a disciplina de *História do Capitalismo Monopolista e do Socialismo*, da licenciatura em História, e *História de Portugal*, a alunos estrangeiros (curso de Férias e curso anual).

Do ponto de vista da investigação, preparei a edição da obra já referida sobre Trás-os-Montes (1974-1981) e iniciei a investigação para a tese de Doutoramento, que viria a ser apresentada e defendida, na Universidade de Coimbra, em inícios de 1985, sob o título *A Área económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927* (Mendes, 1984).

Como até essa altura pouca atenção havia sido dada à história da indústria, inclusive em Coimbra, decidi focá-lo na tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea⁷. Na pesquisa e visitas, efetuadas no âmbito da elaboração da tese, foi possível contactar com arquivos de empresas, empresários, gestores, técnicos e operários, oficinas e fábricas (em laboração ou já desativadas) e observar estruturas arquitetónicas e de engenharia e tecnologias, anquilosadas ou atualizadas. Com o avanço da desindustrialização, encontrava-se degradado ou mesmo em vias de desaparecer um Patrimônio Industrial muito signifi-

⁷ Iniciei a referida investigação em 1977, adotando na altura, como tema provisório da tese, "Industrialização e operariado na Região de Coimbra (1870-1926)". Por sugestão do Doutor António de Oliveira (meu orientador, nos primeiros dois anos de investigação), solicitei ao Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996) que me orientasse na elaboração da tese, que aceitou. No entanto, propôs a alteração do título, para outro mais abrangente, com o qual concordei, de bom grado (Mendes, 1984). Recordo que, graças à compreensão e entendimento entre o orientador e o Doutor Manuel Lopes Porto, então Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, a tese foi publicada ainda antes da sua defesa (5 de fevereiro de 1985). Realizadas as provas de Doutoramento e mudada a capa, ficou de imediato disponível nas livrarias.

cativo, cujo estudo, investigação e divulgação se me afiguravam urgentes, do que passei a ocupar-me.

A fim de enquadrar o tema da tese no contexto da industrialização nacional, fui-me dedicando também a assuntos fora do quadro geográfico daquela, nomeadamente através de palestras e conferências, participação em eventos e recensões de obras vindas a lume acerca da temática⁸. Assim, em 1979, participei, com uma comunicação, no Colóquio sobre “O Século XIX em Portugal” (Mendes, 1980a). Mais tarde, também publiquei um artigo de carácter geral, sobre «A indústria em Portugal no século XIX» (Mendes, 1985).

Além da intervenção em eventos e da publicação de outros estudos sobre a história da indústria (Mendes, 1993a), recordo ainda a participação, como consultor científico (com Manuel Ferreira Rodrigues), de uma série da Rádio Televisão Portuguesa, sobre a “História da Indústria em Portugal, desde a Idade Média aos nossos dias”⁹, bem como a publicação de um livro sobre a temática (Rodrigues e Mendes, 1999).

Também por essa altura fui divulgando, em publicações periódicas locais, a história de exposições realizadas em Coimbra¹⁰ e a história da indústria em Santa Clara (Coimbra) que, entretanto, se estava a transformar numa zona industrial da cidade com certa relevância¹¹.

⁸ MENDES, José Amado (1977), Recensão à obra de Manuel da Silva Guimarães (1938-1997), *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Junta Distrital de Santarém, 1976, recensão essa que foi publicada na *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, p. 351-358.

⁹ Série com realização de Jorge Campos e exibida pela RTP2, em 6 programas de 35m cada, em novembro-dezembro de 1999.

¹⁰ Série de artigos publicados no *Diário de Coimbra* (em junho e julho de 1980). O tema foi também objeto de um artigo (Mendes, 1979). Mais tarde, voltei a interessar-me pela temática das exposições, assunto relevante da História Contemporânea, mas ao qual não tem sido prestada a atenção que merece, do ponto de vista pedagógico e de investigação, acerca do qual publiquei um artigo (Mendes, 1998).

¹¹ «Para a história da indústria em Santa Clara», *Diário de Coimbra*, suplemento à edição n.º 17 058, de 19-11-1980; o mesmo texto, anotado e com ligeiras alterações, viria posteriormente a dar origem a um artigo (Mendes, 1981).

Em outros trabalhos foram sendo focados tópicos relacionados com a temática da tese, entre os quais o movimento operário em Coimbra (Mendes, 1981) e a produção de papel (Mendes, 1983).

Entretanto, interessei-me igualmente pela História da Marinha Grande, como a nossa “capital do vidro” (Mendes, 1988) – temática sobre a qual vim a publicar diversos estudos, nas décadas seguintes –, a partir do conhecimento da obra do 2.º Visconde de Balsemão, Luís Máximo Alfredo de Sousa Continho (1774-1832), autor de um artigo sobre a Marinha Grande, em resultado de uma visita ali efetuada, em 1812¹².

Além dos temas relativos à história do artesanato e da indústria, também a Arqueologia Industrial, disciplina cujo objeto é precisamente o já referido Património Industrial, começou a despertar-me interesse e a ser objeto de alguns trabalhos publicados (Mendes, 1983b e 1984a)¹³. Tinha em vista chamar a atenção para esta nova vertente do Património, até então menosprezada, face ao Património tradicional (catedrais, igrejas e castelos medievais, ruínas arqueológicas, escultura e obras pictóricas de artistas consagrados).

4. Arqueologia Industrial, historiografia e história do vidro

Na sequência da aprovação, pelo Conselho Científico da FLUC, da criação da disciplina de *Arqueologia Industrial* – especialidade iniciada e desenvolvida em alguns outros países (Bélgica e Inglaterra),

¹² Note-se que a indicação, como autor do artigo, de apenas “Visconde de Balsemão” (quando se tratava do 2.º), tem levado vários autores a atribuir, erradamente, a “Memória” ao pai, 1.º Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804). Sobre o 2.º Visconde de Balsemão publiquei também o seguinte artigo: «Memória sobre a província do Minho pelo 2.º Visconde de Balsemão» (introdução, transcrição e notas) (1980b), *Revista Portuguesa de História*, t. 18, p. 31-109.

¹³ Entre outros: *Subsídios para a Arqueologia Industrial de Coimbra*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, Programa “Coimbra Antiga e vivificação dos Centros Históricos”, 1983; «Viagem ao mundo da Arqueologia Industrial», *Munda*, n.º 8, novembro de 1984, p. 22-30.

desde meados dos anos de 1950, mas ainda pouco conhecida em Portugal –, comecei a lecioná-la, como disciplina opcional, no ano letivo de 1987-1988. A criação desta nova área na FLUC – que se mantém ativa – pode avaliar-se pela elevada procura, ou seja, uma média anual de cerca de 100 alunos, ao longo de duas décadas.

Numa altura em que se assistia ao alargamento do conceito de Património Cultural a novas vertentes – entre as quais a do Património Industrial, objeto da disciplina de Arqueologia Industrial –, o assunto passou a interessar alunos da licenciatura das áreas de História, Arqueologia, História da Arte e Arquitetura.

Tratava-se de uma mais-valia para os que desejavam vir a dedicar-se à docência e, em relação aos futuros arquitetos, um complemento na sua formação, possibilitando-lhes a aquisição de competências para se dedicarem à reutilização e requalificação de estruturas e tecnologias, do âmbito do Património Industrial¹⁴.

Além de comunicações apresentadas em eventos, palestras e artigos sobre o tema (Mendes, 1982), também contemplei a Arqueologia Industrial na lição proferida no ato das provas para a obtenção do título de Agregado, realizadas em julho de 1991, na Universidade de Coimbra, cujo texto veio a ser posteriormente publicado (Mendes, 1995a).

Tratando-se de uma área nova a ser explorada no contexto da FLUC, foi necessário proceder à aquisição de um número muito significativo de obras, algumas publicadas em Portugal mas, na sua maioria, estrangeiras. Estas passaram a integrar um núcleo bibliográfico especializado, no Instituto de História Económica e Social da FLUC, que, provavelmente, será ainda um dos mais completos em Universidades portuguesas.

¹⁴ Como um exemplo de valorização do Património Industrial por arquitetos pode mencionar-se a requalificação do “Edifício das Caldeiras”, em Coimbra, no projeto do Arq.^o Mendes Ribeiro, no qual participei como consultor. Anos antes, eu havia chamado a atenção para aquele “monumento industrial” que se encontrava subaproveitado (Mendes, 1990).

Relativamente à **historiografia**, passei a interessar-me mais pela temática devido à preparação das aulas da disciplina de *Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico*, do 1.º ano da licenciatura em História, a meu cargo durante vários anos, a partir do ano letivo de 1985-1986. Constatei que escasseavam publicações sobre a matéria, sobretudo de carácter pedagógico, sem olvidar, entre outras, obras como os *Ensaio*s de Vitorino Magalhães Godinho (Godinho, 1971), a conhecida obra de Joaquim Barradas de Carvalho (1972) e o livro, já antigo, de A. Silva Rego (Rego, 1969).

Assim, pareceu-me que seria útil elaborar um instrumento científico-pedagógico que pudesse ser útil aos alunos da FLUC, mas também a outros estudantes do final do Ensino Secundário e primeiros anos do Ensino Superior, bem como aos respetivos professores desses níveis de ensino. Foi neste contexto que publiquei a *História como Ciência – Fontes, Metodologia e Teorização* (Mendes, 1987)¹⁵. Dediquei outros trabalhos à temática, entre os quais os apresentados aquando das comemorações do 7.º Centenário da Universidade (em 1990) (Mendes, 1991) e no âmbito do Centenário de FLUC, em 2011 (Mendes, 2011). Mais recentemente, voltei a dedicar-me ao tema, passando em revista a principal bibliografia histórica sobre a Conquista de Ceuta (1415), no âmbito das comemorações dos 600 anos do evento (Mendes, 2018c).

Alguns dos tópicos relacionados não só com a historiografia mas também com a História da História – conceito que contempla, por exemplo, história e memória, património, investigação e ensino, identidade e ideologia –, foram abordados em conferências e seminários orientados em Universidades brasileiras (1989-1996), no âmbito

¹⁵ Da qual viriam a ser publicadas mais duas edições, em 1988 e 1993, as quais, algum tempo depois, se encontravam esgotadas. Entretanto, foi também publicada a obra de Luís dos Reis Torgal, da maior utilidade para investigadores e alunos, sobre *História e Ideologia* (Torgal, 1989).

do projeto da “História da História em Portugal e no Brasil”¹⁶, em resultado do qual foi publicada uma obra (Torgal, Mendes e Catroga, 1996).

Tenho focado o tema da historiografia também em estudos sobre Oliveira Martins (Mendes, 1995b;1999), Antero de Quental e Alberto Sampaio (Mendes, 2008; 2018a), assim como numa síntese recente dedicada à História Económica (Mendes, 2018b).

Na sequência da publicação do artigo sobre a concentração da indústria vidreira na Marinha Grande (Mendes, 1988), a **história do vidro** foi o tema principal da investigação que desenvolvi, entre 1987 e 2002, a qual teve igualmente um carácter de prestação de serviços à comunidade. Com efeito, além de uma História do Município da Marinha Grande e da edição crítica das úteis *Memórias* de Joaquim Barosa, elaborei a História de duas grandes empresas vidreiras marinhenses (Santos Barosa e Ricardo Gallo), aquando das comemorações dos respetivos centenários, em 1989 e em 1999, respetivamente.

Entretanto, respondendo a uma solicitação editorial, dediquei-me, durante cerca de três anos, ao estudo da *História do Vidro e do Cristal em Portugal* (Mendes, 2002a). Com a publicação desta obra, passou a disponibilizar-se, aos investigadores e demais interessados pela temática, uma visão de conjunto da produção vidreira no País, ao longo de cerca de cinco séculos.

Além do mais, no referido trabalho, ao contemplar-se a indústria do vidro em Portugal no século XX – período no qual aquela registou uma profunda revolução –, também foi possível colmatar uma lacuna existente na única *História do Vidro*, editada no País até essa altura, da autoria de Vasco Valente, a qual apenas abrangia o período anterior aos inícios de Novecentos (Valente, 1950).

¹⁶ Participaram no referido projeto, pelo Brasil, Francisco Falcon, Berenice Cavalcante e Ilmar Rohloff de Mattos; e, por Portugal: Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga.

5. História e Cultura das Empresas, Museologia e Património

No que concerne à **História e Cultura das Empresas**, na FLUC e no Polo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa – UCP (1985-2002) –, quer em disciplinas de licenciatura quer em seminários, lecionei *História das Organizações e História das Empresas, Cultura de Empresa e Ética e Cultura de Empresa*.

Na FLUC, tratou-se de seminários destinados a alunos do curso de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea – que coordenei, nas suas primeiras três edições (1997-2004)¹⁷ – e a alunos do Ramo Educacional das licenciaturas em História e variantes, bem como na orientação de teses de Doutoramento em História¹⁸. Por sua vez, na UCP, em Viseu – onde também assegurei a lecionação de *História Económica e Social* –, as referidas unidades curriculares eram frequentadas por alunos da licenciatura em Gestão e Desenvolvimento.

Como suporte à docência das referidas temáticas, fui desenvolvendo investigação, participando em eventos – no País e no estrangeiro – e publicando diversos trabalhos. Em vários casos, tratou-se de comunicações, apresentadas em colóquios/encontros, e posteriormente publicadas nas respetivas atas ou em revistas¹⁹. Parte da investigação, no domínio da História Empresarial, foi igualmente desenvolvida no âmbito o Centro de Investigação de Estudos do Século XX – CEIS 20²⁰. O volume 4 da revista do Centro, *Estudos do Século XX*, foi dedicado à temática: *Empresas e Empresários* (Mendes e Filipe, 2004).

Relativamente à **Museologia** e ao **Património**, inicialmente lecionei, na FLUC, *Introdução à Museologia*, como unidade curricular opcional.

¹⁷ No qual também colaboraram o Doutor Rui Cascão e a Doutora Irene Vaquinhas.

¹⁸ Entre as quais as teses de Alda Mourão Filipe, António Rafael Amaro, João Paulo Avelãs Nunes e Manuel Ferreira Rodrigues.

¹⁹ Entre outros ver, na Bibliografia final, os trabalhos editados nos seguintes anos: 1992c, 1992d, 1994, 2002b e 2004.

²⁰ Na altura, sob a coordenação do Doutor Luís dos Reis Torgal. No referido Centro, coordenei a linha de investigação dedicada à História das Empresas.

Entretanto, foi ali criado o curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural, cujas três primeiras edições coordenei (1998-2006)²¹.

No seminário que orientei no referido curso de Mestrado, dediquei-me a uma temática à qual, entre nós, não tem sido prestada a devida atenção: a educação através dos Museus. O assunto foi abordado, nas três edições do curso em que participei, no Seminário *Museus: Investigação e Educação*²². Como resultado da lecionação e pesquisa então efetuadas e da visita a um número considerável de museus – nacionais e estrangeiros –, foi editada a obra *Estudos do Património. Museus e Educação* (2009). Também houve diversas dissertações de Mestrado e algumas teses de Doutoramento, orientadas por mim, que contemplaram questões da área da Museologia e do Património, algumas das quais se encontram publicadas²³.

Recorda-se que a oferta do novo curso de Mestrado, por certo devido à sua novidade, na FLUC, mas também pelas suas características, revelou-se um sucesso. Com efeito, o número de candidatos – que, na 1.ª edição, foi de cerca de 75 – ultrapassou sempre largamente o *numerus clausus* (que era de 25). Além de alunos que tinham concluído há pouco a licenciatura – em diferentes áreas –, frequentaram ainda o Mestrado alunos que já exerciam funções de direção em unidades museológicas e outros que trabalhavam no setor.

Atendendo à necessidade de conciliar teoria e prática, proporcionou-se, aos mestrandos, visitas a Museus de referência, nacionais e estrangeiros. Assim, os da primeira edição visitaram o Museu Guggenheim,

²¹ A 2.ª edição foi assim anunciada, em revista da especialidade, publicada em Espanha: «Grado de maestria en museología y patrimonio cultural», *Revista de Museología*, n.º 19, 2000, p. 100-101.

²² Os outros Seminários do dito curso de Mestrado foram assegurados pelo Doutor José d'Encarnação e pelas Doutoradas Maria Regina Anacleto e Irene Maria Vaquinhas.

²³ Entre as quais a tese de Doutoramento de Paulo Oliveira Ramos (Universidade Aberta), dedicada ao Património Industrial (Gasómetro/Fábrica de Gás) e ao Património histórico-cultural (Torre de Belém) (Ramos, 2018).

de Bilbao, e os principais Museus de Madrid; os da 2.^a, Museus de Londres; e, os da 3.^a edição, Museus de Berlim²⁴.

6. História do setor financeiro, abastecimento de água a Coimbra e saneamento

Após a minha aposentação na FLUC, em 2006 (ao fim de 36 anos de atividade), prossegui com a investigação e divulgação de temáticas ainda pouco exploradas, agora como docente e investigador da Universidade Autónoma de Lisboa, sobretudo no âmbito do seu Centro de Investigação de História Empresarial²⁵.

Além da participação em eventos e da apresentação e publicação de estudos sucintos sobre as temáticas em epígrafe, no domínio do setor financeiro, colaborei ativamente na investigação e elaboração de um *Dicionário de Instituições Financeiras* (Faria e Mendes, coord., 2013)²⁶. Foi também publicado um *Guia da História Financeira*, o qual constitui um auxiliar da maior utilidade, sobretudo para investigadores e estudantes de Mestrado e Doutoramento.

O abastecimento de água ao domicílio – fator essencial da modernidade e da própria qualidade de vida das pessoas – tem sido relativamente descurado pelos investigadores. Por isso, foi com agrado que aceitei o repto da Empresa *Águas de Coimbra, E. M.*, para investigar

²⁴ Recorda-se que o custo das referidas deslocações a Museus estrangeiros era suportado, quase na íntegra, pela FLUC, o que só era possível devido ao pagamento de uma propina um pouco mais elevada, por parte dos alunos. Dado o importante papel das referidas visitas, como complemento da sua formação em Museologia, nunca me chegou qualquer manifestação de desagrado, devido ao acréscimo do valor da propina.

²⁵ Centro fundado e dirigido pelo Doutor Miguel Figueira de Faria. Coordeno a linha de investigação do referido centro, “História das Organizações. Passado, Presente e Futuro”.

²⁶ Além de ter coordenado, com o Doutor Miguel Figueira de Faria, o referido *Dicionário*, elaborei ainda 46 entradas, para o vol. I (*Instituições Financeiras*) e a “Introdução” ao vol. II (*Seguradoras*).

o assunto (2006-2009), cujo resultado deu origem à publicação de uma obra, em dois volumes (2007-2009).

Pouco depois, fui solicitado para realizar a História da Águas do Mondego, S A. (atualmente Águas do Centro Litoral), ao longo da sua primeira década de atividade de exploração da água “em alta”: 2004-2013 (Mendes, 2013). Esta consiste na captação, tratamento e fornecimento à Águas de Coimbra, E. M., à qual compete a exploração “em baixa” (distribuição pelos consumidores/clientes).

7. Internacionalização: janela de oportunidades imprescindível

Após a incursão sucinta pelos novos territórios que tenho vindo a explorar, falta-me agora evidenciar os “frutos” que colhi da internacionalização, ao permitir-me enveredar, com maior segurança e fundamentação, por novos caminhos. Aludirei apenas a alguns pontos desse processo que considero mais relevantes, de modo especial no que se reporta à Arqueologia Industrial, à História das Empresas e à Museologia, uma vez que já referi, anteriormente, os contactos com o Brasil, relativos à Historiografia e História da História).

Pouco depois de iniciar a lecionação de Arqueologia Industrial na FLUC (1987-1988), desloquei-me à Grã-Bretanha, ao abrigo do Programa Erasmus (estabelecido pouco antes, em 1987), onde permaneci de 05 a 19 de maio de 1989. Tratou-se de uma estada bastante útil e proveitosa para os meus propósitos, pois tive o ensejo de participar em atividades letivas no *Institute of Industrial Archaeology* (aulas e saídas de campo), localizado em Coalbrookdale-Ironbridge (Shropshire). Ali se localiza a primeira ponte de ferro fundido construída no Mundo (1776-1779), a qual integra a lista de Património Mundial da UNESCO, desde 1986.

Assim, não só participei em atividades do primeiro e único Instituto do seu género então existente, como tive a oportunidade de contactar e aprender com alguns dos mais reputados especialistas desta nova

área. Durante o período que lá permaneci, tive ainda o ensejo de visitar Museus britânicos especializados e bem organizados – museológica e museograficamente –, em especial Museus de Indústria e de Tecnologia²⁷.

Como Presidente do Conselho Geral da Associação Portuguesa da de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa – posteriormente Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial – e seu representante na Região Centro, participei, geralmente com comunicação, em reuniões do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), nos seguintes países: Espanha, Bélgica, Áustria, Suécia e Canadá.

Nesses encontros, realizados com periodicidade de 3 a 5 anos – havendo também, por vezes, reuniões intercalares –, foi-me possível interagir com os mais destacados arqueólogos industriais, bem como aperceber-me da pujança do movimento em prol da nova vertente de estudo e investigação, dinamizado por numerosas associações de Arqueologia Industrial, nacionais e regionais.

Em Portugal, organizamos uma das ditas reuniões intercalares, com sessões em Lisboa, Coimbra e Guimarães²⁸, da qual foram publicadas as referidas atas (em dois volumes), cujos textos nos permitem conhecer o “estado da arte” no País, nessa altura (meados dos anos de 1980), assim como os principais investigadores que se dedicavam às temáticas da Arqueologia Industrial e do respetivo Património (*Encontro Nacional...*, 1989-1990).

²⁷ Além dos vários Museus localizados em Ironbridge, entre os quais o *Museu do Rio* (Svern) – inaugurado pelo Príncipe Carlos, quando eu lá me encontrava –, visitei Museus em: Stourbridge, Birmingham, Manchester, Liverpool, St. Hellens e York. Noutras ocasiões, umas vezes em trabalho e outras como turista, tive ainda a oportunidade de apreciar museus modernos e atualizados, noutros países: URSS/Rússia, Japão, China e Macau, Dinamarca, Itália, Brasil, México, Argentina, etc.

²⁸ A respetiva Comissão Organizadora foi constituída pelos seguintes elementos: Jorge Custódio, José Amado Mendes, José Lopes Cordeiro, Luísa Santos, Ana Maria Cardoso de Matos e Marques de Almeida.

Em relação à História das Empresas, do ponto de vista internacional, muito beneficiei dos contactos com Mario Cerutti, da Universidade de Nuevo León, Monterrey (México). Além de ser o mais credenciado historiador de empresas da América Latina e, sem dúvida, um dos mais prestigiados a nível mundial, é ainda um excelente organizador e promotor de eventos, relacionados com a História das Empresas. Deste modo, tenho participado em eventos de sua iniciativa ou com o seu apoio em: Espanha, México, Brasil, Argentina e Chile²⁹.

Conclusão

Antes de terminar, é pertinente fazer alguma reflexão acerca do ambiente académico, cultural e socioeconómico em que me foi possível desbravar os tais novos territórios, pois é justo sublinhar que o contexto se me apresentou favorável. De facto, nas últimas décadas de Novecentos, o curso de História e variantes (posteriormente licenciaturas, de Arqueologia e História da Arte), assim como outros do âmbito das Humanidades, começaram a perder atratividade, por parte dos alunos.

Tradicionalmente vocacionados para a formação de docentes – sobretudo do Ensino Básico e Secundário –, a empregabilidade destes começou a tornar-se difícil ou inacessível, para muitos dos candidatos. Além de alguma secundarização daquelas áreas, nos *curricula*, face à ascensão de outras mais apelativas e aparentemente mais atuais, também se começou a fazer sentir progressivamente, no Ensino Superior, a descida da taxa de natalidade. Foi nesse contexto que se criaram, na FLUC, cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento noutras áreas (Estudos Europeus, Ciência da Informação, Turismo, Lazer e Património).

²⁹ Por exemplo, recentemente participei no “VI Congresso Latino-Americano de História Económica”, em Santiago do Chile (23-25/07/2019), tendo Mario Cerutti e eu próprio coordenado uma sessão, dedicada à “História dos Serviços”, onde também apresentei uma comunicação.

Por outro lado, as alterações registadas nas perspetivas da investigação histórica – ao democratizar-se e ao contemplar novas temáticas – e o já referido alargamento do conceito de Património Cultural contribuíam para evidenciar a necessidade de oferecer aos candidatos novos tipos de formação e, bem assim, de reformular e atualizar os modelos de ensino-aprendizagem anteriormente disponibilizados.

Esta perceção começou a ser interiorizada pelas autoridades académicas – e, inclusive, pelos membros dos órgãos de gestão da FLUC, designadamente dos Conselhos Diretivo, Científico e Pedagógico. Obviamente que também o facto de eu ter desempenhado funções nos ditos órgãos (membro do Senado, vice-presidente do Conselho Diretivo e vice-presidente e presidente do Conselho Científico da FLUC, diretor do Instituto de Económica e Social e presidente da Comissão Científica do Grupo de História) facilitou o apoio dado pelos mencionados órgãos às iniciativas, conducentes à exploração de novos domínios do saber.

Também os estudantes passaram a estar motivados para se candidatarem a novos cursos ou a inscreverem-se em novas unidades curriculares. Alguns ter-se-ão apercebido das vantagens em diminuir o fosso entre as duas Culturas – Humanística e Científica –, denunciado nos anos de 1960 por C. P. Snow (1905-1980), ao mesmo tempo que terão reconhecido o papel crucial desempenhado pelas Ciências Humanas e Sociais no reforço da Democracia, como tem sido insistentemente enfatizado por Martha Nussbaum, nos seus trabalhos.

Bibliografia

- BALSEMÃO, Visconde de (1991; 1.^a ed., 1815), «Memória sobre a descrição física e Económica do lugar da Marinha Grande e suas vizinhanças», *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa. 1779-1815* (dir. de ed. de José Luís Cardoso), vol. V, Lisboa, Banco de Portugal, p. 197-212.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de (1972), *Da História-Crónica à História-Ciência*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Encontro Nacional (I) sobre o Património Industrial. Coimbra – Guimarães – Lisboa/1986. Actas e Comunicações* (1989-1990), vols. I e II, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.

- FARIA, Miguel Figueira de e MENDES, José Amado (coord.) (2013), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX*, vol. I: *Instituições Financeiras*; vol. II: *Seguradoras*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), *Ensaio*, vols. I-IV, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968-1971.
- MENDES, José Amado (1973), «Pobres e pobreza à luz de alguns documentos emanados das cortes (séculos XIV e XV)», «*A Pobreza e a assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*». *Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, t. II, Lisboa, p. 575-586.
- MENDES, José Amado (1977), Recensão à obra de Manuel da Silva Guimarães (1938-1997), *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Junta Distrital de Santarém, 1976, recensão essa que foi publicada na *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, 351-358.
- MENDES, José Amado (1979), «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, p. 35-55.
- MENDES, José Amado (1980a), «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», *Análise Social*, 2.ª série, vol. XVI, 1.º e 2.º, n.ºs 61-62, 31-52.
- MENDES, José Amado (1980b), «Memória sobre a Província do Minho pelo 2.º Visconde de Balsemão» (Introdução, transcrição e notas), *Revista Portuguesa de História*, t. 18, 31-109.
- MENDES, José Amado (1981a), *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica/ /Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981 (2.ª edição, 1995).
- MENDES, José Amado (1981b), «Para a história do movimento operário em Coimbra», *Análise Social*, vol. XVII, 3.º, 4.º e 5.º, 603-614.
- MENDES, José Amado (1982), «Arqueologia Industrial e Património Cultural», *Munda*, n.º 3, 3-11.
- MENDES, José Amado (1983a), «O fabrico de papel no lugar de Espinho (Miranda do Corvo)», *Mirante*, ano V, n.º 58, 1 e 5.
- MENDES, José Amado (1983b), *Subsídios para a Arqueologia Industrial de Coimbra*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, Programa “Coimbra Antiga e vivificação dos Centros Históricos.
- MENDES, José Amado (1984a), «Viagem ao mundo da Arqueologia Industrial», *Munda*, n.º 8, 22-30.
- MENDES, José Amado (1984b), *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro.
- MENDES, José Amado (1985), «A indústria em Portugal no século XIX», *Prelo*, 7, 23-32.
- MENDES, José Amado (1986), «A indústria da seda em Portugal nos fins do Antigo Regime: decadência e estímulos», *Estudos de História Social*, n.ºs 36-37, 117-124.
- MENDES, José Amado (1987; 2.ª ed., 1989; 3.ª ed., 1993), *História como Ciência – Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra, Coimbra Editora.

- MENDES, José Amado (1988), «A concentração da indústria vidreira na Marinha Grande: Repercussões socioeconómicas», *Revista de História – Centro de História da Universidade do Porto*, vol. VIII, 357-368.
- MENDES, José Amado (1990a), «Para uma nova história local: reflexões e perspetivas», *Beira Alta*, vol. XLIX, fascs. 1 e 2, 125-134.
- MENDES, José Amado (1990b), «A Central Térmica dos HUC (Edifício das Caldeiras): Monumento Industrial a preservar e reutilizar». Sep. da *Revista Portuguesa de História*, vol. XXV.
- MENDES, José Amado Mendes (1991a), «A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Investigação e Ensino», *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade (No 7.º Centenário da sua Fundação). 5 a 9 de Março de 1990* Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, p. 477-498.
- MENDES, José Amado (1991b), «A Arqueologia Industrial: uma nova vertente da conservação do Património Industrial», *Revista Portuguesa de História*, t. XXVI, p. 111-124.
- MENDES, José Amado (1992a), «A biografia na História», *Munda*, n.º 24, 1992, 33-42.
- MENDES, José Amado (1992b), «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, n.ºs 116-117, 2.º e 3.º, 357-365.
- MENDES, José Amado (1992c), «Cultura de empresa: uma nova dinâmica organizacional», *Gestão e Desenvolvimento*, 1, p. 49-57.
- MENDES, José Amado (1992d), «A História na Empresa e a Empresa na História», *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INIC, p. 433-443.
- MENDES, José Amado (1993a), «Etapas e limites da industrialização Portuguesa», MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V (Coord. por Luís Reis Torgal e João Loureço Roque), Lisboa, Círculo de Leitores, p. 354-367.
- MENDES, José Amado (1993b), «Antero de Quental e Alberto Sampaio: Observadores atentos da História Imediata», *Congresso Anteriano Internacional: Actas. 14-18 Outubro 1991*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 449-460.
- MENDES, José Amado (1994), «A “velha” e a “nova” História Empresarial, em Portugal: tendências e resultados», *Gestão e Desenvolvimento*, 8, 97-113.
- MENDES, José Amado (1995a), «Novas metodologias em História Económica: A Arqueologia Industrial», *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, 37-70.
- MENDES, José Amado (1995b), «Oliveira Martins e a indústria», *Estudos Aveirenses. Revista do ISCIA*, n.º 4, 25-40.
- MENDES, José Amado (1998), «As Exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (sécs. XIX e XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, 249-273.
- MENDES, José Amado (1999), «A vertente económica em Oliveira Martins», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVIII, 109-123.
- MENDES, José Amado (2002a), *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Lisboa, Edições INAPA.
- MENDES, José Amado (2002b), «Empresas e empresários: que lugar na História Económica?», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI: *Homenagem aos Professores Luís Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, vol. II, 135-149.

- MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (2004), «Empresas e Empresários», *Estudos do Século XX*, n.º 4.
- MENDES, José Amado (2007-2009), *História do Abastecimento de Água a Coimbra*, vol. I: 1867-1926; vol. II: 1927-2007, Coimbra, Águas de Coimbra, E./Museu da Água.
- MENDES, José Amado (2008), «Introdução» às *Obras Completas* de Alberto Sampaio, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 9-27.
- MENDES, José Amado (2009; 2.ª ed., 2013), *Estudos do Património. Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MENDES, José Amado (2011), «Novos rumos da Historiografia, ao longo do século XX – A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra», *Biblos*, nova série, n.º IX, 71-107.
- MENDES, José Amado (2013), *Águas do Mondego e a sua História. Tradição e Inovação na Captação e Tratamento de Água*, Coimbra, Águas do Mondego, S. A.
- MENDES, José Amado (2018a), «Alberto Sampaio: O Homem e o Historiador inovador», *Revista de Guimarães*, vol. 126/127, 323-328.
- MENDES, José Amado (2018b), «Económica, História», *Dicionário de Historiadores Portugueses*, dir. por Sérgio Campos Matos. Disponível em: <http://bnportugal.pt>
- MENDES, José Amado (2018c), «Conquista de Ceuta (1415). O Dossier Historiográfico: Interpretações e Perspetivas», COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís Carvalho (Coord.), Lisboa, Caleidoscópio, p. 35-52.
- MENDES, José Amado e FARIA, Miguel Figueira de, coord. (2020), *Guia de História Financeira Portuguesa. Banca e Seguradoras. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- REGO, A. da Silva (2.ª ed., 1969), *Lições de Metodologia e Crítica históricas*, Porto, Portucalense Editora.
- RAMOS, Paulo Oliveira (2018), *A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo ou a Torre de Belém vs. a Fábrica de Gás: um longo combate pelo Património*, Lisboa, Associação Portuguesa dos Arqueólogos Portugueses, *Monografias*, 6.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José Amado (1999), *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Associação Industrial Portuense/Publicações Europa-América.
- SNOW, C. P. (1969), *The two Cultures and a Second Look*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TORGAL Luís dos Reis (1989), *História e Ideologia*, Coimbra, Edições Minerva.
- TORGAL Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando (1996), *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores (Há também edição académica, em 2 vols., Lisboa, Temas & Debates, 1998).
- VALENTE, Vasco (1950), *O Vidro em Portugal*, Lisboa, Portucalense Editora.

I. HISTÓRIA DAS EMPRESAS E DOS EMPRESÁRIOS

TEORIA ECONÓMICA E HISTÓRIA EMPRESARIAL: EMPRESÁRIO E CAPITALISTA EM JOSEPH SCHUMPETER¹

António Rafael Amaro

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares
da Universidade de Coimbra (CEIS20).

Introdução

O papel central ocupado pelos empresários nas sociedades contemporâneas, a sacralização dos mercados e dos contributos económicos e sociais das empresas (Amaro, 2010) e a função que as inovações desempenham na evolução e capacidade de adaptação do capitalismo, acentuam ainda mais o paradoxo do paradigma neoclássico e da teoria da produtividade marginal que, desde o início, «expulsaram o empresário do seu modelo formal de análise económica (Valdiso e López, 2011: 8). Este estranho desaparecimento da função empresarial

¹ O título deste nosso trabalho, em homenagem ao Doutor José Amado Mendes, tem uma explicação e um lado afetivo que gostava de deixar para memória futura. O Professor José Amado Mendes, meu orientador de doutoramento e seu assistente, durante mais de uma década (1991-2003), no Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, referia-se com frequência, nas aulas e em conferências, a Joseph Schumpeter. Foi, portanto, com ele (e através dele) que ouvi pela primeira vez falar em «inovações» e «destruição criadora», iniciando por essa altura a minha primeira aproximação ao pensamento deste brilhante economista austríaco.

do cerne da teoria económica dominante tem, de algum modo, contribuído para um renovado reconhecimento de economistas como Joseph Schumpeter (1883-1950), que incluíram a função do empresário no centro na análise económica. Para Schumpeter, a evolução da economia era o resultado de um processo gerado no interior do próprio sistema económico (aproximando-se, neste aspeto, de Karl Marx²), em que a inovações têm um impacto dinâmico na evolução do capitalismo. Como veremos adiante, esta conceção dinâmica e evolutiva da economia afastava-se da visão estacionária dominante na teoria neoclássica do «fluxo circular», que analisava o capitalismo como se este fosse destituído de movimento e mudança. Joseph Stiglitz (2018: 11-18), na «Introdução» à reedição do livro de Schumpeter, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, faz referência precisamente a este novo olhar, sobre a evolução do capitalismo, introduzido pelo economista austríaco. Destacando o seu contributo, neste contexto, para a percepção das inovações no processo económico, visível no modo como os conceitos «inovação» e «destruição criadora» acabaram por se incrustar em explicações de diversas áreas disciplinares, tornando-os populares mesmo no léxico comum. Schumpeter, referiu Stiglitz (2018: 16), teve o mérito de argumentar contra o modelo neoclássico da concorrência de Léon Walras (1834-1910) que excluiu as inovações e a função empresarial da sua análise. Contudo, acrescentou, um dos seus contributos mais importantes foi o de ter suscitado «um pensamento mais profundo sobre os sistemas de inovação», de tal forma que hoje a questão central entre os economistas schumpeterianos passa por saber qual o melhor sistema económico para desenvolver um ambiente institucional favorável à inovação. De facto, reconhece também Blaug

² Joseph Schumpeter, em 1937, no prefácio à edição japonesa do seu livro *Teoria do Desenvolvimento Económico*, salienta a influência da obra de Karl Marx na sua análise da economia: «De facto, o que o distingue dos economistas do seu tempo e dos que o precederam foi precisamente o entendimento da evolução económica como processo distinto, gerado pelo próprio sistema económico» (Schumpeter, 1996: 149).

(1990: 219), a sua «influência na teoria da função empresarial tem sido dominante, e os autores que posteriormente escreveram sobre este assunto têm, geralmente, definido as suas ideias contrapondo-as às de Schumpeter».

A atualidade e a fecundidade do pensamento de Schumpeter são evidentes. Em 1983, ano do centenário do nascimento de Schumpeter, Herbert Giersch, economista alemão e admirador confesso da sua obra, anunciava que as próximas décadas teriam grandes hipóteses de ser a era de Schumpeter, tal como no pós-II Guerra foi a era de Keynes (Giersch, 1984: 103). Descontando o exagero do prognóstico não confirmado, a verdade, porém, é que Schumpeter tem sido lido e citado nas últimas décadas, como em nenhum outro período anterior. Investigações recentes (Diamond, 2007 e 2009), com base em fontes como a quantidade de livros vendidos na *Amazon* e o número de citações na *Web of Science*, evidenciam, não só um crescente interesse pelas suas obras (o destaque vai para Capitalismo, Socialismo e Democracia), como revelam um impressionante pico das citações de Schumpeter na entrada do novo milénio. Um outro estudo, ainda mais atual e tendo por base as mesmas fontes (Dalton e Gaeto, 2018), comprova esta tendência no crescimento do interesse nas obras de Schumpeter, concluindo os seus autores que o economista austríaco suplantou, na última década, em número de citações, o seu eterno rival, John Maynard Keynes (1883-1946). Schumpeter tem sido, por isso, considerado uma das principais referências da ciência económica do século XX. Muitas das problemáticas que fizeram parte da sua agenda de investigação, salienta Swedberg (1996), continuam ainda hoje no centro do debate de diferentes áreas do saber: capacidade empresarial; sistemas de inovação, instabilidade do capitalismo, relação entre a economia e as outras ciências sociais. Com um percurso paradoxal, como «cientista, académico, político, empresário, e até como ser humano», ainda assim, nas palavras de um dos seus principais biógrafos, a sua «carreira de fracassos foi paradoxalmente, na sua

totalidade, um sucesso» (Allen, 1991: I, 4; cit. Louçã, 2018: II). Austríaco por nascimento, em 1883, no mesmo ano em que faleceu Karl Marx e também nasceu John Maynard Keynes, educado em Viena, em cuja Universidade deu aulas pela primeira vez, foi nos EUA, na Universidade de Harvard, a partir de 1932, que viria a ganhar notoriedade internacional. Em 1948, seria designado presidente da Associação Americana de Economia. Em 1950, foi eleito primeiro presidente da Associação Internacional de Economia. Foi autor de mais de duzentos títulos (entre livros, artigos e ensaios), com destaque para «A Natureza e a Essência da Economia Teórica» (1908), «A Teoria do Desenvolvimento Económico» (1911), «História da Economia» (1914), Ciclos de Negócios (1939), «Capitalismo, Socialismo e Democracia» (1942), «Imperialismo e Classes Sociais» (1951) e «História da Análise Económica» (1954). A sua vasta e fecunda obra trouxe contributos relevantes, entre outros, para a história do pensamento económico, crescimento económico, ciclos económicos, moeda e crédito, sociologia económica, história económica e ciência política. Como referiu Elizabeth Boody (viúva de Schumpeter) no prefácio ao livro «Tem Great Economists: From Marx to Keynes» (1951), Schumpeter tinha como característica «admirar e valorizar tanto a história como a teoria pura, tanto a econometria como as grandes compilações de dados empíricos, tanto a sociologia como a estatística» (Schumpeter, 1971: 11).

Compreender-se-á, por isso, que este nosso breve ensaio, dada a vastidão da obra de Joseph Schumpeter, pretenda não ser mais do que um modesto e introdutório contributo para a compreensão da função do empresário no contexto da sua teoria económica. Procuraremos perceber e explicar a importância do empresário e das inovações no seu modelo teórico do processo de mudança económica, salientando que Schumpeter construiu toda a sua teoria de desenvolvimento económico com base num duplo e importante resgate: por um lado, retirou o empresário e a sua capacidade para inovar da penumbra «parasitária» a que a teoria clássica e neoclássica o submeteu; por outro,

contribuiu para a explicação da função do empresário empreendedor no processo económico, distinguindo-o do empresário capitalista, reservando para este todo o fardo parasitário e especulativo da acumulação de capital. A este propósito, Galbraith (1987: 153) observou que, ao contrário do capitalista, o empresário schumpeteriano «não carrega consigo nenhuma espécie de culpa marxista». A distinção entre a função do capitalista e do empresário (no seu entendimento, continuou isenta de nuvens) «é a maior herança de Schumpeter» (Idem: 153). De facto, na perspetiva de Schumpeter, o empresário e a empresa constituem os dois principais vetores do processo de inovação e do desenvolvimento económico. O empresário inovador schumpeteriano, ao contrário do capitalista, tem características únicas de criatividade e liderança, romanticamente comparado a «cavaleiros numa armadura», e as empresas são organizações onde «as novas combinações» se realizam (Louçã, 2018: XIII-XIV). Esta inclusão dos empresários e das empresas na explicação do desenvolvimento económico tem encontrado terreno fértil entre economistas institucionalistas e neochumpeterianos, ainda que à custa da necessária descida ao real do empresário romântico schumpeteriano, integrando as empresas e as inovações num trabalho mais coletivo, mais de acordo com a realidade competitiva do capitalismo global (Tolda, 2017).

1. A Teoria Económica de Schumpeter e a função do empresário inovador

Na opinião de alguns dos mais importantes estudiosos da obra de Schumpeter, o economista austríaco nunca foi tão claro e conciso, sobre aquela que foi a sua principal agenda de investigação, como no prefácio de 1937 à edição japonesa do seu livro *Teoria do Desenvolvimento Económico* (Swedberg, 1996). Dirigindo-se explicitamente aos leitores japoneses, afirmou que toda a sua teoria de desenvolvimento económico foi construída tendo como referência dois grandes economistas: Léon Walras e Karl Marx. A Léon Walras

ficou a dever «o conceito de sistema económico e o instrumental teórico», tendo, entretanto, descoberto que os conceitos e técnicas Walrasianas (teve o cuidado de sublinhar que era a estas que ficava mais devedor) estavam ligadas a um paradigma com características rigorosamente estáticas, unicamente aplicáveis a processos económicos estacionários (Schumpeter, 1996: 148). Quanto a Marx, recusando qualquer intenção de se «associar a tão grande nome», até porque a intenção e os resultados da sua teoria de desenvolvimento económico «são demasiado diferentes para lhe dar o direito de o fazer», concedeu, no entanto, que existia uma confluência de ideias no entendimento que também fazia «da evolução económica como um processo distinto, gerado pelo próprio sistema económico» (Idem: 149). Ora, explica Schumpeter, o seu principal objetivo passava por «construir um modelo teórico do processo económico de mudança ao longo do tempo», em que ficasse claro «como o sistema económico gera incessantemente a força que o transforma»³, o que o levava a considerar errada a teoria de uma economia estacionária, em benefício de «uma teoria puramente económica da mudança», capaz de «compreender as lutas e as vicissitudes do mundo capitalista» de uma forma muito mais satisfatória «que as explicações proporcionadas pelas teorias de Walras ou de Marshal» (Idem: 149). Aquilo que o afastava de Léon Walras, economista que admirava e que lhe reconhecia o mérito de ter sido o primeiro a construir o modelo de Equilíbrio Geral, era, sobretudo, o facto de na sua teoria a mudança económica ser vista como exógena ao processo económico. E assim, nas próprias palavras de Schumpeter, o projeto da sua vida como economista passou por construir uma «teoria puramente económica da mudança não meramente assente em fatores externos, que impulsiona o sistema

³ Neste aspeto em concreto, a influência de Karl Marx é clara e foi assumida por Schumpeter, ficando mais próximo da escola histórica e da análise marxista, do que dos economistas neoclássicos (Swedberg, 1996: XXI).

económico de um equilíbrio para outro» (Idem: 149). Alguns anos mais tarde, no prefácio que também escreveu para a primeira edição em língua espanhola (1944)⁴ do mesmo livro, confidenciou que, desde a sua primeira edição em língua alemã (1911), sempre procurou «desenvolver e comprovar historicamente as suas ideias», com a particularidade de poder afirmar que a sua «visão geral do processo económico se manteve inalterada» (Schumpeter, 1944: 9). Ou seja, tendo investigado todos os fatores e causas que conduzem às mudanças no mundo económico, tinha chegado à conclusão que existe «um puramente económico de importância capital, ao qual havia dado o nome de inovação» (Schumpeter, 1944: 11). São as inovações que explicam «as contínuas revoluções económicas, que são a característica principal da história económica» (Idem: 11-12). Na sua perspetiva, os instrumentos analíticos reunidos na teoria económica de equilíbrio ou economia estática, não só não conseguem explicar «o processo histórico da evolução económica, como se abstraem dos fenómenos da evolução, acabando por descrever partes do mecanismo que permanecem mais ou menos constantes através do tempo, mas estas partes do mecanismo não são úteis para descrever as relações existentes numa realidade em evolução» (Idem: 10). E neste sentido, respondendo aos críticos da sua teoria, Schumpeter esclarece: «as minhas teorias podem estar equivocadas; os meus esquemas, seguramente, não são mais que umas tantas possibilidades; mas há duas coisas sobre as quais estou seguro: primeiro, que se deve tratar o capitalismo como um processo de evolução e que todos os seus problemas fundamentais se devem a este processo de evolução;

⁴ Esta primeira edição em língua espanhola, publicada pelo Fondo de Cultura Económica do México, com tradução de J. Prados Arrarte, em 1944, tem uma introdução (Prologo) de Joseph Schumpeter em que agradece ao tradutor e à Junta de Gobierno del Fondo de Cultura do México a oportunidade de apresentar aos colegas dos países de língua espanhola esta edição da sua «Teoría del Desarrollo Económico». Porém, Schumpeter assina o «Prologo» desta edição com data de 12 de abril de 1941, Cambridge, Massachusetts. EE.UU.

segundo, que esta evolução não se deve a fatores externos (incluindo fatores políticos) sobre o processo capitalista, nem aos efeitos de um lento crescimento do capital, da população, etc..., mas sim a esta espécie de mutação económica, atrevendo-me a usar um conceito biológico, a que dei o nome de inovação» (Idem: 14-15).

A ambição de Schumpeter era, de facto, grande, como salientaram Freeman e Louçã (2004: 75): «pretendia nada mais nada menos que formular uma teoria suficientemente geral que abarcasse a natureza determinada do equilíbrio geral e a natureza indeterminada do desequilíbrio geral». Ou seja, procurou construir «uma teoria puramente económica da mudança», de modo a poder responder a uma questão crucial para si e para a história económica: qual é o motor que, no interior do processo económico, provoca a sua mutação constante? No entender de Schumpeter, como já vimos anteriormente, este motor transformador, esta «força revolucionária, a alma *mater* do capitalismo, é a inovação» (Freeman e Louçã, 2004: 75). As inovações são, assim, para a economia capitalista, numa bonita imagem de Schumpeter, um «perpétuo vendaval de destruição criativa» (Yueh, 2019: 171). Logo, qualquer análise da economia em equilíbrio, em modo estacionário, ignorando a dinâmica da sua evolução, «é uma contradição nos termos» (Schumpeter, 1939: 1033). A economia capitalista, lembra, um processo evolutivo «há muito salientado por Karl Marx», parecia-lhe estranho, por isso, que existissem teorias que não vissem o óbvio (Schumpeter, 2018: 121). O capitalismo, acrescentava, «é, por natureza, uma forma ou método de mudança económica e não só nunca está como nunca pode estar estacionário» (Idem: 121). E concretizando o seu pensamento, com base na realidade económica, exemplificava: «o impulso fundamental que estabelece e mantém o motor capitalista em movimento advém dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria (...). O processo de Destruição Criadora é o facto essencial do capitalismo. É no

que consiste o capitalismo e aquilo que cada empresa capitalista tem de viver» (Idem: 121-122).

Verificamos, assim, que Schumpeter mudou não só o enfoque teórico dos neoclássicos de estático para dinâmico, como coloca a perspetiva de análise do lado da oferta. Ou seja, na capacidade que as empresas e os empresários tinham de criar necessidades, não se limitando a satisfazê-las. Neste contexto, realça Louçã (2018: XXXVIII), «Schumpeter faz depender o desenvolvimento económico «da capacidade de o empreendedor desafiar o desequilíbrio, enquanto, pelo contrário, os agentes económicos sem espírito empreendedor seriam apenas «figuras tristes». É sabido, e Schumpeter evidencia não o ignorar, que nos modelos neoclássicos de equilíbrio geral todo o enfoque está no funcionamento dos mercados. Os lucros, os preços, as taxas de remuneração do trabalho e do capital, são variáveis que não só nada têm a ver com as empresas e respetivos empresários, como são no essencial determinadas pelo mercado. No modelo walrasiano, as necessidades são determinadas pelo mercado, para Schumpeter «os processos económicos reais criavam novas necessidades e conduziam a transformações mais profundas» (Idem: XXXVIII). Schumpeter recusava teórica e metodologicamente o paradigma estacionário, admitindo, embora, a existência de um nexo entre procura e oferta, ou até mesmo as necessidades dos consumidores como fundamentais na teoria do fluxo circular estacionário. Porém, outra teria que ser a atitude «quando analisamos a *mudança*», ou *aquilo que a provoca* (Schumpeter, 1944: 106-107). Em geral, observa Schumpeter, são as empresas que «iniciam a mudança económica, educando inclusive os consumidores se for necessário; ensinando-os a necessitar de novas coisas» (Idem: 107). O desenvolvimento económico, acrescenta Schumpeter (Idem: 107-108), define-se precisamente pela entrada no mecanismo económico de «novas combinações», assim definidas pelo próprio: 1) «*a introdução de um novo bem* (isto é, um bem com que os consumidores nunca estiveram familiarizados)

ou de uma nova qualidade de um bem; 2) *a introdução de um novo método de produção* (ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria); 3) *a abertura de um novo mercado* (de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não); 4) *a conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados* (mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada); 5) *a criação de uma nova organização de qualquer indústria, como a de uma posição de monopólio* (por exemplo pela formação de um trust) ou a fragmentação de uma posição de monopólio» (Schumpeter, 1944: 109-110)⁵.

Podemos assim ver, salienta Schumpeter (1944: 105), que o desenvolvimento «é um fenómeno distinto e inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio». Trata-se «de uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, na perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente»⁶. Ao distinguir, como refere Blaug (1990: 218), entre «invenção» e «inovação», Schumpeter «traçou todas as perturbadoras alterações económicas que levam à inovação e identificou o inovador com o empresário. Esta é a fonte de todas as alterações dinâmicas numa economia, e o sistema capita-

⁵ Como em casos anteriores e doravante a tradução é responsabilidade nossa, neste caso o itálico também é nosso.

⁶ O próprio Schumpeter, no seu artigo «Teoria Económica e História Empresarial», reunido em *Ensaio: Empresários, Inovação, ciclos de Negócio e evolução do capitalismo* (1996: 233-249), refere-se a Richard Cantillon (1860-1734), economista Franco-irlandês, autor de *Essai sur la Nature du Commerce en Général* (1755), como o primeiro a definir o empresário com a função de comprar «meios de produção a certos preços e os combina para obter um produto que vai vender a preços que são desconhecidos no momento em que se compromete com os custos» (Schumpeter, 1996: 234).

lista, para Schumpeter, só poderia ser compreendido nas condições que permitiam o surgimento da função empresarial».

2. O Capitalista e o Empresário na teoria económica de Schumpeter

Subjacente à discussão sobre a função do empresário e/ou capitalista na economia esteve sempre, desde os clássicos até à atualidade, uma questão nuclear que continua a dividir os economistas: qual a origem do lucro do empresário e/ou capitalista? A resposta a esta questão crucial pressupõe o difícil entendimento sobre a solução para duas perguntas prévias: 1) a retribuição obtida pelo empresário é a mesma do capitalista, ou, pelo contrário, o seu lucro é intrínseco à sua função empresarial? E, assim sendo, qual a função que justifica economicamente a sua remuneração? (Valdiso e Lopéz, 2011: 3).

A forma como os vários paradigmas teóricos procuraram explicar a origem do lucro do empresário e/ou capitalista, assume-se como central para a sua distinção, mas também para definir a sua função na economia. No essencial, podemos dizer que foram dadas três respostas: 1) a origem do lucro do empresário/capitalista é o juro devido sobre os fatores de produção (capital, terra, trabalho), perspectiva que levou a ver no empresário um vilão, dado que o lucro obtido tem origem na especulação; 2) as correntes clássicas e neoclássicas defendem que não há lucro económico puro do empresário, dado que a sua retribuição deriva da sua função como capitalista, proprietário de recursos e trabalhador, não havendo lugar para uma função económica diferenciadora como empresário (Valdiso e Lopéz (2011: 4). Ambas as perspectivas comungam da mesma ideia: não há qualquer função que distinga o capitalista do empresário, não acrescentando este nada de específico à economia. A economia em situação de concorrência perfeita e em equilíbrio de longo prazo, «o produto será integralmente esgotado pelos fatores de acordo com a sua produtividade marginal; os lucros são eliminados e o empresário nem

ganha nem perde» (Blaug, 1990: 216). Uma terceira corrente sustenta que o lucro do empresário premeia a sua capacidade de antecipar a possibilidade desse mesmo lucro. Capacidade que, nesta perspectiva, está longe de estar ao alcance de todos, contribuindo desta forma para uma criação de riqueza adicional. Os economistas que, de uma maneira ou de outra procuraram distinguir a função do empresário, acabaram por dar continuidade a uma corrente que ligava a etimologia da palavra empresário (aquele que lida com a incerteza, que corre riscos⁷), ou, na versão assumida por Schumpeter, o empresário inovador como «protagonista do mecanismo de mudança» (Schumpeter, 1944: 101).

Os economistas clássicos (Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill), incluindo Karl Marx⁸, não ignoravam o papel dos empresários⁹. Porém, nas suas teorias económicas não faziam qualquer distinção entre lucros empresariais dos lucros do capital. Na obra de Adam Smith (1723-1790), o empresário, ou melhor o capitalista, ainda que desempenhe um papel importante no seu modelo económico (e também na sua moral), tem como função económica acumular

⁷ O próprio Schumpeter, no seu artigo «Teoria Económica e História Empresarial», reunido em *Ensaio: Empresários, Inovação, ciclos de Negócio e evolução do capitalismo* (1996: 233-249), refere-se a Richard Cantillon (1860-1734), economista Franco-irlandês, autor de *Essai sur la Nature du Commerce en Général* (1755), como o primeiro a definir o empresário com a função de comprar «meios de produção a certos preços e os combina para obter um produto que vai vender a preços que são desconhecidos no momento em que se compromete com os custos» (Schumpeter, 1996: 234)..

⁸ Sobre David Ricardo e Karl Marx, Schumpeter (1996: 235) refere o seguinte: «Com Ricardo e Marx, o processo de produção e comércio é ainda mais automático. As funções de conceção, de direcção, de liderança e de coordenação não têm praticamente lugar no seu esquema analítico».

⁹ Adam Smith não ignorou o papel do empresário. O conceito de empresário aparece na sua principal obra «A Riqueza das Nações», sob três formas: como «Adventurer», conceito que podemos traduzir por associando «aventureiro ou especulador»; «empresário/projector», conceito ambíguo, que tanto pode significar «aquele que faz maquinações para trapacear ou roubar», como «o que realiza planos ou executa uma invenção honesta». De uma maneira geral, Smith é hostil tanto em relação ao adventurer, quanto ao projector, condenando-os por levarem à falência as pessoas que se engajam em seus projetos insensatos. No entanto, há ainda uma terceira forma de empresário, o undertaker, para o qual Smith reserva sua simpatia. Também ele se dedica a realizar projetos, mas ao contrário do projector, age sempre com prudência e moderação» (Paula e outros, 2004: 583).

capital e vigiar corretamente o funcionamento do seu negócio (Redondo, 1997: 32-40). Em Smith, não vislumbramos a figura do empresário com uma função distinta: «Existe o capitalista, e mais concretamente o acumulador de capital, sendo essa a sua função essencial» (Idem: 32). Aliás, Schumpeter, no seu artigo «Teoria Económica e História Empresarial», reconhece que, não obstante «a enorme influência que os economistas fisiocratas e Richard Cantillon exerceram sobre Adam Smith», aquilo que o empresário faz no seu sistema analítico é «providenciar o capital e nada mais: a identificação da função do capitalista e do empresário está, pois, realizada» (Schumpeter, 1996: 234-235).

Esta visão de Adam Smith acabou por ser seguida, como uma outra variação, pelos principais economistas clássicos, associando a figura do empresário com a do capitalista, realçando que os lucros empresariais correspondiam aos juros do capital investido» (Valdiso e Lopéz, 2011: 5; Redondo, 1997: 23). Têm sido apontadas várias explicações sobre esta reticência do pensamento económico clássico (e neoclássico) em reconhecer o papel do empresário. Tudo indica que a principal causa reside na própria conceção de desenvolvimento económico. Os economistas clássicos viam o processo produtivo como automático, valorizando o processo geral de acumulação de capital e desvalorizando economicamente a tomada de decisão. Neste modelo, a função empresarial dificilmente apareceria como um fator de produção diferenciado do capital.

Ainda assim, entre os economistas clássicos alguns distinguiram-se por revelar alguma sensibilidade para a função do empresário. J. Stuart Mill (1806-1873), economista responsável pela divulgação do vocábulo francês «entrepreneur»¹⁰ na língua inglesa (Valdiso e

¹⁰ Schumpeter (1996: 235) destaca o facto J. Stuart Mill se mostrar desapontado por não haver uma palavra inglesa adequada para o francês «Entrepreneur», posição demonstrativa, na sua perspetiva, do seu interesse pela atividade empresarial.

Lopéz, 2011: 6), muito embora tivesse seguido a perspectiva clássica sobre o lucro do empresário como o juro do capital investido, alarga esta remuneração à compensação pelo risco e ao trabalho investido pelo capitalista (Idem: 6). Schumpeter apreciou esta nuance do economista inglês, salientando que teria sofrido a influência de [Jean-Baptiste] Say, acabando por abandonar as teses de David Ricardo, ao realçar a função do empresário na direção no processo produtivo, para a qual eram exigidas «capacidades não comuns» (Schumpeter, 1996: 235). No essencial, porém, Stuart Mill não conseguiu quebrar a tradição clássica, «segundo a qual o empresário era apenas um capitalista multifacetado» (Blaug, 1990: 215).

Neste sentido, vão também, mais tarde, outros economistas ortodoxos, como A. Marshall (1842-1924) e J. B. Clarck (1847-1938), que «procuraram incluir o empresário nos seus modelos de crescimento económico» (Idem: 6). Para Marshall, a empresa deveria ser o quarto fator de produção, distinguindo-a pela sua capacidade organizadora de negócios e com ela o empresário. Na perspectiva de Marshall, o empresário acumulava características e retribuições próprias do capitalista e do trabalhador qualificado (Gestor), não aprofundando, no entanto, o lado do risco, incerteza ou inovação (Idem: 7). Coube, porém, a Clarck abrir um pouco o espaço, no contexto da teoria neoclássica, para a separação das funções do empresário do capitalista, ao procurar distinguir os lucros ordinários (retribuições salariais próprias dos gestores), dos lucros extraordinários (ganhos dinâmicos) próprios dos empresários. De acordo com Valdiso e Lopéz (2011: 7), a relação que a teoria de Clarck estabeleceu entre a introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos e organizativos e os lucros do empresário implicava, tal como defendia Schumpeter, mudar o paradigma estacionário da economia, por uma análise dinâmica, introduzindo a função do empresário na explicação da economia capitalista.

Não obstante estas tentativas de incluir o empresário na explicação dos mecanismos económicos, o paradigma neoclássico excluiu os

empresários e as empresas do seu modelo de análise económica. Foram, aliás, neste aspeto bem mais longe do que os economistas clássicos. Um tanto paradoxalmente, dado o papel central que as empresas e os empresários sempre mantiveram nas economias e sociedades capitalistas, o modelo de Léon Walras manteve-se, a este respeito, inalterado e coerente com o princípio segundo o qual capitalista e empresário têm a mesma função económica. Para Blaug (1986: 222-223), no modelo económico Walrasiano cada agente económico «é remunerado pela sua produtividade marginal, o valor do produto consome-se, por completo, na retribuição dos fatores produtivos. Logo, não existe nenhum excedente para remunerar a função empresarial». De acordo com este paradigma de análise económica, dificilmente existe espaço para o desenvolvimento de uma teoria da função empresarial e muito menos para uma outra conceção sobre a origem do lucro com base no rendimento residual dos empresários que assumem os riscos associados à incerteza. Não admira, pois, reconhece Blaug (1990: 216), que os manuais de economia sejam muito «profícuos quanto ao comportamento dos consumidores, às decisões das empresas quanto à maximização do lucro (no equilíbrio de curto prazo), à teoria dos salários, à teoria do juro, à teoria do comércio internacional, etc., mas extremamente pobres quanto à análise do progresso técnico, do crescimento das grandes empresas, das causas da riqueza e pobreza das nações – e quanto à teoria da função empresarial».

Coube a Schumpeter, com o seu livro *Teoria do Desenvolvimento Económico* (1911¹¹), dar um contributo totalmente diferente à função empresarial, partindo precisamente do modelo estacionário neoclás-

¹¹ Primeiras edições: em língua alemã em 1911, em língua inglesa em 1934, em Francês, 1935, em espanhol 1944.

sico¹². Neste estágio de equilíbrio, em que não existe qualquer progresso técnico, a economia assentaria num processo económico repetitivo, rotineiro, não existia incerteza, não havia lucros e mesmo a taxa de juro tenderia para o zero. Porém, esta perspectiva estacionária não explica o lado dinâmico da economia, no fundo, a mudança económica e o próprio desenvolvimento. É na explicação do desequilíbrio que Schumpeter se encontra com a função empresarial, na figura do empresário-inovador como uma força perturbadora do equilíbrio da economia. A sua teoria do empresário-inovador e a sua ligação «com a incerteza decorrente da análise dinâmica são colocadas no centro da sua pesquisa económica» (Blaug, 1990: 218). Teve, aliás, o mérito de «propor uma teoria romântica e épica» do empresário, num período (início do século XX) em que o edifício teórico marginalista para a análise do equilíbrio estático dominava e aparecia como consolidado na ciência económica (Redondo, 1997, 97). Sem romper totalmente com um dos principais teóricos neoclássicos (Walras) e com o seu conceito de equilíbrio, parte dele para relacionar a atividade do empresário com o desequilíbrio (desenvolvimento) da economia¹³. Reside aqui aquela que é considerada a contribuição mais original de Schumpeter para a teoria económica: «o empresário não responde ao desequilíbrio, é ele que cria o desequilíbrio. E são estes desequilíbrios com origem no interior do processo económico que provocam o desenvolvimento económico» (Redondo, 1997, 97).

¹² Como observa Louçã (2018: II), Schumpeter opôs-se aos neoclássicos na própria definição do programa de pesquisa, uma vez que o seu tema era a mudança institucional e tecnológica. Porém, continua um paradoxo por explicar: «porque não recusou explicitamente o paradigma neoclássico», continuando durante a sua vida a defender «a teoria e o paradigma do equilíbrio?».

¹³ De acordo com Louçã (2018: XLII) «Schumpeter não estava preparado para romper com a metade walrasiana [equilíbrio estacionário] da sua teoria, mais por razões filosóficas do que por razões económicas teóricas».

Dado o papel central que as empresas e os empresários tinham na sua teoria de desenvolvimento económico, Schumpeter procurou ser exaustivo na sua caracterização em várias das suas obras. A amplitude e a ambiguidade de alguns dos conceitos centrais do seu modelo levaram a que alguns dos seus críticos considerassem a sua teoria como uma forma justificativa do lucro do empresário¹⁴. Schumpeter procurou distinguir muito bem o empresário do capitalista, restringindo o conceito de empresário a uns poucos privilegiados. O empresário schumpeteriano, não só se distingue do capitalista, como desempenha uma função empresarial que nem sempre se identifica com uma pessoa ou grupo de pessoas. Como observa Blaug (1990: 219), «a mesma pessoa pode ser um empresário quando age como um homem de negócios inovador, perdendo esta característica logo que tenha a sua atividade perfeitamente instalada». Para Schumpeter, a figura do empresário decorre do seu próprio conceito de empresa: «chamamos empresa à realização de novas combinações, e empresários aos indivíduos encarregados de dirigir a dita realização» (Schumpeter, 1944: 118). O empresário realiza, assim, uma função especial, que não está ao alcance de todos: «é um privilégio de um tipo de homens, muito menos numerosos que aqueles que dispõem da possibilidade “objetiva” para o fazer» (Idem: 127). Na perspetiva de Schumpeter, «somente se é empresário quando se levam efetivamente à prática novas combinações», perdendo este estatuto quando as inovações se generalizam, sendo por isso muito raro que a mesma pessoa se

¹⁴ Schumpeter, na primeira edição em língua inglesa (1934) do seu livro Teoria do Desenvolvimento Económico, respondeu aos críticos: «uma das incompreensões mais desagradáveis que tive quando da primeira edição (1911) deste livro foi que esta teoria do desenvolvimento desdenhava todos os factores históricos excepto um, que era a individualidade dos empresários. Se a minha perspetiva fosse aquela que é afirmada pelos críticos, esta seria sem dúvida tonta. Porém, a minha perspetiva não se ocupa dos factores concretos da mudança, mas tão só dos métodos pelos quais atuam, quer dizer, do mecanismo da mudança. O “empresário” é simplesmente o portador do dito mecanismo» (Schumpeter, 1944: 101).

conserve empresária toda a vida¹⁵. Ser empresário, esclarece Schumpeter, não é uma profissão, nem uma condição que perdure, «não constituindo os empresários uma classe social em sentido técnico, como, por exemplo, os proprietários, capitalistas e operários» (Idem: 124). Schumpeter reconhece, assim, que os empresários são de «um tipo especial» e a mesma pessoa pode ser empresário quando age como um homem de negócios inovador e capitalista quando desenvolve o seu negócio de forma rotineira. Com efeito, observa neste contexto Blaug (1990: 219), «a população de empresários, num dado momento, numa economia capitalista, está em constante mutação porque a função associada à capacidade empresarial é, tipicamente, associada a outros tipos de atividade».

Conhecedor da influência que a história económica tem nas teorias, Schumpeter reconhece que a distinção que ele próprio fez da função do empresário e do capitalista ficou facilitada pelo facto de ter assistido a uma alteração dos métodos de financiamento, em que os capitalistas não eram empreendedores e estes não eram capitalistas. Tornou-se progressivamente mais claro, reconhece Schumpeter, «que a ligação entre a propriedade e o pôr em movimento a estrutura física de uma indústria não era obrigatória». E, deste modo, também deveria ser outra a teoria do risco do lucro empresarial: se ser dono ou assegurar o capital não define a função do empresário, do mesmo modo assumir o risco não é uma função sua¹⁶. O risco, defende Schumpeter, «é do capitalista e é ele que perde o seu dinheiro em caso de falência» (Schumpeter, 1996: 236). Alguns autores consideram que esta posição

¹⁵ Para Schumpeter (1944: 123), «Esta é naturalmente a regra, tendo como consequência que tão raro é uma pessoa conservar toda a sua vida o carácter de empresário, como o é para um homem de negócios não ser empresário, nem que seja sequer um momento e de forma modesta, durante todo o curso da sua vida».

¹⁶ Na opinião de Schumpeter (1944: 121), «A definição de empresário feita em termos de lucro, na vez da função que cria o dito lucro, não é brilhante». Schumpeter tinha, aliás, a este respeito uma outra objeção: veremos que o lucro não recai “necessariamente” sobre o empresário, no mesmo sentido que corresponde ao operário o produto marginal do seu trabalho».

de Schumpeter é, no mínimo, ambígua: «só é entendível se «considerarmos que os empresários não assumem risco porque são indivíduos superiores e que conhecem o futuro» (Kanbur, 1980, cit. Redondo, 1997: 102). Schumpeter, ao separar, pelo menos teoricamente, o capitalista do empresário, exclui da função empresarial todos os que se limitam a explorar os negócios já estabelecidos. Porém, tem do empresário inovador, na sua função desequilibradoras da economia, uma visão romântica, só ao alcance de indivíduos excepcionais, como motivações imunes aos puros e terrenos cálculos hedonistas (Redondo, 1997: 108). Esta visão subjetiva e idealista afasta-se dos pressupostos do empresário que joga com a incerteza e corre riscos, acentuando a sua função inovadora e desequilibradoras da economia. Esta posição teórica de Schumpeter tem sido muito difícil de sustentar no contexto das teorias de empresa. Aliás, como reconhecem alguns autores, o próprio Schumpeter reconhecia a dificuldade em encontrar empresários que não misturassem a função de empresário com outras atividades.

Não obstante este especial cuidado em caracterizar a função empresarial¹⁷, nomeadamente a preocupação em admitir que a mesma pessoa pode assumir várias funções, e uma vez empresário não significa empresário sempre, muitos autores não deixam de apontar fortes contradições a este modelo de empresário (Redondo, 1997: 109). Ao não admitir que é o empresário que suporta o risco, Schumpeter, por exemplo, nunca questiona o que acontece ao «aspirante a empresário que não possui riqueza para respaldar a necessidade de crédito» (Idem: 106-107). Ou mesmo o que acontece ao empresário inovador que precisou de hipotecar património para ter acesso ao crédito. Para Schumpeter, por outro lado, só há empresários vence-

¹⁷ A este propósito, Schumpeter (1996: 246) quis deixar claro o seguinte: «quando se fala em empresário está-se mais a pensar numa função do que numa pessoa física, mas mesmo que olhemos para indivíduos que, pelo menos em algum momento das suas vidas, cumpriram funções empresariais deveríamos acrescentar que eles não constituem uma classe social».

dores, «esquecendo-se de todos os “empreendedores” que propuseram novas combinações, mas que resultaram pior que as que já existiam» (Redondo, 1997: 107). A não ser, ironiza Kanbur (1980), citado por Redondo (Idem: 107), que Schumpeter «esteja a pensar em empresários como génios omniscientes, ou numa minoria de indivíduos excepcionais e superiores».

O empresário schumpeteriano apresenta, de facto, uma idealização que talvez encontre explicação no contexto histórico em que foi teorizado. Muitos autores apontam influências, não só com o líder carismático weberiano¹⁸, mas também com a filosofia de Nietzsche (Santarelli e Pesciarelli, 1990). A visão romântica schumpeteriana do empresário foi também descrita por Toynbee (1971) «como coincidente com o surgir da civilização: os chefes mais audazes e empreendedores, perante um meio hostil, conduzem os povos ao encontro de novas terras» (Idem: 110). Não se trata, no entendimento de Schumpeter, de uma evolução paulatina, mas de mutações económicas motivadas por indivíduos com capacidades geniais.

Paradoxalmente, como em outros passos da sua vida e obra, parece quase absurdo que Schumpeter seja um dos mais importantes economistas a dar importância ao empresário no processo económico e, simultaneamente, acabe por ser também o principal teórico a declarar a extinção do empresário (ou da função empresarial) com o desenvolvimento do capitalismo. A sua visão idealizada do empresário inovador na economia, identificada com um certo heroísmo passado, contribuiu para que Schumpeter visse com pessimismo a sobrevivência

¹⁸ Richard Swedberg (1996: XXIII-XXIV) refere que Carlin (1956: 27-42) sublinhou no seu estudo que «o líder carismático em Weber e o empresário em Schumpeter tinham muito em comum. Ambos «fazem coisas imprevisíveis e “irracionais”. E na linha de Weber, que encarava o futuro da sociedade como uma terrível “jaula de ferro”, Schumpeter tinha pesadelos acerca da sociedade que via transformar-se numa sociedade de tipo walrasiano».

da sua função¹⁹. Em 1942, ao retomar a sua teoria da inovação, no livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, «Schumpeter adoptou um tom pessimista, lamentando a desvalorização do papel do empresário empreendedor no capitalismo maduro, em que passara a predominar a organização empresarial com inovação burocratizada» (Louçã e Caldas, 2009: 296). Para Schumpeter, o desenvolvimento do capitalismo, a automatização progressiva, conduziam à diminuição da função empresarial. Atento ao desenvolvimento do capitalismo, que admirava e defendia, verificava que, à medida que este avançava, a função do empresário, tal como a entendia, ia-se desvanecendo. As grandes empresas, ao burocratizarem e centralizarem os sistemas de inovação, tornando este processo rotineiro em estreita ligação com departamentos profissionalizados de investigação, acabavam por substituir, no entender de Schumpeter, o «ímpeto individual do empresário na busca do novo» (Costa, 2006: 11). As grandes empresas automatizadas e burocratizadas, na perspetiva de Schumpeter, não só expropriavam os pequenos proprietários, como acabavam por levar a burguesia a perder a sua função na sociedade, contribuindo para uma cada vez maior socialização da produção. A morte do capitalismo e a sua substituição pelo socialismo tornava-se, assim, inevitável, não através da luta de classes, como prognosticara Karl Marx, mas com o fim do individualismo criativo personificado no empresário inovador.

¹⁹ Sublinhe-se que quando Schumpeter, no seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, tratou das «Paredes que Desabam», paredes do capitalismo, entenda-se, relacionando este desabar com «A Obsolescência da Função Empresarial», socorreu-se precisamente de uma analogia de um passado idealizado: «Antigamente, mais ou menos – e incluindo – as Guerras Napoleónicas, o generalato significava liderança e o êxito significava o êxito pessoal do homem ao comando, que ganhava os «lucros» correspondentes em prestígio social. Sendo a técnica de Guerra e a estrutura dos exércitos o que eram, a decisão individual e a força motriz do homem na liderança – até a sua presença num cavalo vistoso – eram elementos essenciais nas situações estratégicas e táticas. A presença de Napoleão era, e tinha de ser, realmente sentida nos campos de batalha. Hoje já não é assim. Um cargo racionalizado e especializado vai acabar por apagar a personalidade, tendo como resultado previsível a «visão». O Homem ao comando já não tem a oportunidade de se lançar na refrega. Está a tornar-se apenas mais um empregado de escritório – e alguém que não é difícil de substituir» (Schumpeter, 2018: 186).

A função dos empresários, constatava Schumpeter, era essencial para a «sociedade burguesa e para a sobrevivência da ordem capitalista» (Schumpeter, 2018: 184). E, em termos económicos e sociológicos, clarificava Schumpeter no seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, a burguesia dependia «do empresário e, como classe, vive e há de morrer com ele» (Idem: 187).

Com a progressiva automatização da produção, o prognóstico de Schumpeter para a burguesia e para o capitalismo assumia claramente uma tonalidade bastante pessimista: «a base económica da burguesia industrial ver-se-á reduzida a salários» e o capitalismo tenderá a «desagregar-se pela pressão do seu próprio sucesso» (Idem: 187-188). E a ser assim, concluía Schumpeter, «os verdadeiros pacificadores do socialismo não foram os intelectuais²⁰ ou agitadores que o pregavam, mas os Vanderbilts, os Carnegies e os Rochfellers. Este resultado pode não ser do agrado dos socialistas (...), mas como prognóstico, não difere do deles» (Schumpeter, 2018: 188).

A concepção global que Schumpeter tinha da economia e da política, dado que prognosticava o fim do capitalismo e a sua substituição pelo socialismo, que não desejava, apresenta-se bastante pessimista. E também neste sentido se afasta claramente de Marx – que parecia sempre ter em conta nas suas profecias²¹ – que, como é sabido, tinha uma visão bem mais otimista da História e do que se seguiria ao capitalismo. Não há, portanto, dúvidas que o sentido da evolução e as transformações que o capitalismo ia sofrendo estiveram sempre no centro das suas preocupações. Mas muitas das suas teses,

²⁰ Importa reter que Schumpeter, quando teorizava sobre a morte do capitalismo, apontava como principais opositores ideológicos os intelectuais que, no seu entender, valendo-se da suas posições e conhecimento, difundiam ideias quase sempre hostis ao sistema capitalista.

²¹ James Tobin (Prémio de Ciências Económicas em memória de Alfred Nobel, 1981), conhecedor da obra de Schumpeter e seu aluno em Harvard, refere que Schumpeter sempre teve a ambição de desenvolver uma teoria da história cuja amplitude e profundidade fosse semelhante à teoria de Marx e – da mesma maneira que este com Hegel – colocasse o marxismo de “cabeça para baixo” (Tobin, 1991, cit. por Costa, 1991: 9).

nomeadamente aquelas que estão ligadas à perda da importância da função empresarial nas economias capitalistas maduras, apresentam algumas contradições (Louçã, 2018: XI): «por um lado, critica o gigantismo e o anonimato da organização económica das grandes empresas, uma vez que os empresários são substituídos por burocratas e a responsabilidade direta dos proprietários é substituída pelo valor abstrato das ações, e por outro lado defende o monopólio como o mais apropriado para promover o investimento e, em particular, para arriscar um elevado nível de investimento em pesquisa». Alguns autores, conscientes destas contradições e de um certo pessimismo teórico, têm procurado libertar-se da figura idealizada e romântica do empresário schumpeteriano, dando uma visão mais realista e otimista do seu papel. Com efeito, economistas institucionalistas e neo-schumpeterianas continuam a procurar renovar o legado do economista austríaco, evidenciando que as inovações (tecnológicas, institucionais e sociais) radicais continuam a ser verdadeiramente relevantes para o desenvolvimento das sociedades.

Conclusão

A ambiciosa agenda de investigação de Schumpeter tinha como principal objetivo criar uma teoria geral que superasse as limitações dos pressupostos teóricos de Léon Walras para explicar a dinâmica do capitalismo, passando a incluir na análise económica as duas vertentes principais da economia, o equilíbrio e o desequilíbrio. Com efeito, Schumpeter não procurou romper com o paradigma teórico walrasiano, mas sim introduzir no seu modelo os momentos de equilíbrio (estáticos) e os de desequilíbrio (dinâmicos). Sem deixar de manifestar que, em todo este processo, existia uma nuance qualitativa muito importante: a situação de equilíbrio da economia, devia, no seu entender, ser tida em conta, mas esta era menos importante que a sua vertente dinâmica.

Schumpeter assume, no essencial, o modelo teórico marginalista na sua função de análise da economia em equilíbrio estático e privilegia os fatores que explicam o desequilíbrio. É aqui que emergem as inovações e o empresário inovador, elementos nucleares na explicação do desequilíbrio na economia. A função empresarial é, portanto, vital para romper com o equilíbrio estacionário da economia, existindo uma relação estreita entre a «destruição criativa» provocado pelas inovações e o desenvolvimento económico. É, aliás, desta relação, entre a atividade do empresário inovador (não capitalista) e o desequilíbrio da economia que resulta o lucro e que acaba por distinguir a função do empresário do capitalista. Para além deste resgate da figura do empresário, da função capitalista, a originalidade do modelo teórico de Schumpeter está no papel central que o empresário ocupa no processo de desequilíbrio da economia: os empresários (e as empresas, local onde as novas combinações mais acontecem) não se limitam a responder aos sucessivos desequilíbrios das economias, são eles que, através das novas combinações, provocam os seus desequilíbrios constantes. São estes desequilíbrios, com origem no interior do próprio mecanismo económico, que estão na origem da mudança e do desenvolvimento.

Verificamos, assim, que o empresário, figura «heroica», é bem distinto do capitalista teorizado pelos economistas clássicos e neoclássicos. A matriz teórica do empresário schumpeteriano deve muito a Jean-Baptiste Say, sobretudo à sua conceção sobre a atividade do empresário como principal agente da realização de combinações, no planeamento e direção da empresa. Para Calazans (1992: 656), Schumpeter constrói a sua conceção de empresário sofrendo várias influências (Say, Durkheim, Walras, Pareto), criticando sempre a incapacidade dos economistas clássicos (incluindo Marx) e neoclássicos por não entenderem a importância dos empresários na evolução capitalista. Porém, Schumpeter, como tivemos oportunidade de verificar, teve o mérito de introduzir o empresário na teoria económica, mas não ficou

isento de críticas pelo excessivo romantismo passadista que emprestou à função empresarial, pelas contradições apresentadas sobre o risco do empresário e, muito em especial, pelas debilidades no concerne à definição da função empresarial. Será, porventura, este excessivo romantismo que o vai impedir de fazer uma atualização da função empresarial no quadro do capitalismo maduro, caindo num pessimismo difícil de perceber, quando relaciona a morte do capitalismo com a extinção (não dos empresários/capitalistas) da função empresarial.

Bibliografia

- ALLEN, Robert (1991), *Opening Doors: The Life and Work of Joseph Schumpeter*, New Brunswick: Transaction Books, 2 vols.
- AMARO, António Rafael (2010), «As empresas como objecto da história: de locais de alienação a espaços de culto», in Ribeiro, Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros Combates pela História*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 327-333.
- BLAUG, Mark (1986), «Entrepreneurship Before and After Schumpeter» in *Economic History and The History of Economics*, Brighton, Wheatsheaf Books, p. 219-230.
- BLAUG, Mark (1990), *História do Pensamento Económico*, 2.º vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CALAZANS, Roberto Balau (1992), «A lógica de um discurso: o empresário Schumpeteriano», *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (13)2, 40-67.
- CARLIN, Edward (1956), «Schumpeter's constructed type – the entrepreneur», *Kylos*, 9, 27-42.
- CASSON, M.(1982), *The entrepreneur: an economic theory*, Totowa, New Jersey: Barnes & Noble Books.
- COSTA, Achyles Barcelos (2006), «O desenvolvimento económico na visão de Joseph Schumpeter», *Cadernos IHU Idéias*, n. 47, 1-16.
- DALTON, John T. e GAETO, Lillian (2018), «Schumpeter Vs. Keynes Redux: “Still Not Dead», *Economics Published*, p. 1-25.
- DIAMOND, Jr., A. M (2009), «Schumpeter vs. Keynes: “In the Long Run Not All of Us Are Dead», *Journal, of the History of Economic Thought*, 31(4), 531–541.
- DIAMOND, Jr., A. M. (2007), «Thriving at Amazon: How Schumpeter Lives in Books Today», *Econ Journal Watch*, 4(3), 338–344.
- FREEMAN, Chris e LOUÇÃ, Francisco (2004), *Ciclos e Crises no Capitalismo Global: das revoluções industriais à da informação*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- GALBRAITH, John Kenneth (1987), *A Economia Política: uma história crítica*, Lisboa, Publicações Europa América.

- GIERSCH, Herbert (1984), «The Age o Schumpeter», *American Economic Review*, 74(2), 103-109.
- KANBUR, S. M. (1980), «A note on risk taking, entrepreneurship, and Schumpeter», *History of Political Economy*, 12(4), 769-797.
- LOUÇÃ, Francisco (2018), «Prefácio» in SCHUMPETER, Joseph A. (2018), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Coimbra, Actual Editora, p. I-XLVII.
- LOUÇÃ, Francisco e CALDAS, José Castro (2009) *Economia(s)*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- MARX, Karl (1968), *O Capital (Livro I)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- NELSON, Richard e WINTER, Sydney (1982), *Evolutionary Theory of Economic Change*, Belknap Press of Harvard University Press.
- PAULA, João António e outros (2004), «O Empresário na Teoria Económica», *Revista de Economia Política*, vol. 24, n.º 4 (96), 571-593.
- REDONDO, Manuel Santos (1997), *Los Economistas y la Empresa: empresa y empresário en la historia del pensamiento económico*, Madrid, Alianza Editorial.
- SANTARELLI, Enrico e PESCIARELLI, Enzo (1990), «The emergence of a vision: the development of Schumpeter's theory of entrepreneurship», *History of Political Economy*, 22(11), 677-696.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1944), *Teoria del Desenvolvimento Económico: una Investigación sobre ganancias, capital, crédito, interés y ciclo económico*, Pánuco, 63, México. Fondo de Cultura Económica.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1968), *Fundamentos do pensamento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1971), *Diez Grandes Economistas: de Marx a Keynes*, Madrid, Alianza Editorial.
- SCHUMPETER, Joseph A. (2018), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Coimbra, Actual Editora.
- SCHUMPETER, Joseph A., (1996), *Ensaio. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*, Oeiras, Celta Editora.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1939), *Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*, vol. II, New York and London, McGraw-Hill.
- STIGLITZ, Joseph (2018), «Introdução», in SCHUMPETER, Joseph A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Coimbra, Actual Editora.
- SWEDBERG, Richard (1996), «Introdução» in SCHUMPETER, Joseph A., *Ensaio. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*, Oeiras, Celta Editora.
- TOLDA, João (2017), *Princípios de Economia da Inovação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TOYNBEE, Arnold (1971), *Estudio de la historia. Compendio de D.C. Somervell [A Study of History, Abridgement, 1946]*, 3 vols., Madrid, Alianza.
- VALDALISO, Jesús María y LÓPEZ, Santiago (2011), *Historia Económica de la Empresa*, Barcelona, Crítica.
- YUEH, Linda (2019), *Os Grandes Economistas: como as suas ideias podem ajudar*, Lisboa, Club do autor.

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS OBRAS DE JOSÉ AMADO MENDES
PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS DE
EMPRESAS E EMPRESÁRIOS NO BRASIL**

Claudia Musa Fay
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
cmusafay@pucrs.br

Introdução

Nos últimos anos, a contribuição de José Amado Mendes tem sido de fundamental importância para o estudo da história de empresas. Ler e estudar a obra do historiador português é uma forma de conhecê-lo melhor. Sua formação e o doutorado em História Moderna e Contemporânea foram realizados na Universidade de Coimbra, enquanto o mestrado foi obtido nos Estados Unidos em Ciências da Educação, na Universidade do Texas, em Austin. Ingressou como professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, atualmente, é professor catedrático aposentado e colaborador da Universidade Autónoma de Lisboa. O primeiro contato que tive com seus textos sobre História Empresarial foi no final da década de 1990 e só recentemente, em 2018, nosso contato ficou mais próximo devido a um projeto de colaboração internacional de Doutorado Sanduíche, realizado pela Doutoranda Olívia da Silva Neri na Universidade

Professor Dr. Amado Mendes com Claudia Musa Fay ao centro e a Doutoranda Olivia da Silva Neri (Maio, 2019)



Autônoma de Lisboa. Este contato oportunizou o convite ao professor para viajar até Porto Alegre, quando o conheci pessoalmente. Amado Mendes esteve na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul durante uma semana, em maio de 2019, quando realizou uma conferência e um curso de curta duração para os alunos do Programa de Pós-Graduação. Durante este período, tivemos a oportunidade de nos conhecer melhor e percorrer alguns pontos da cidade de Porto Alegre. No entanto, José Amado Mendes já estivera na PUCRS, na qualidade de professor visitante, em 1999. Convidado do Prof. Dr. Arno Kern, na época coordenador do curso, publicou artigo na Revista de



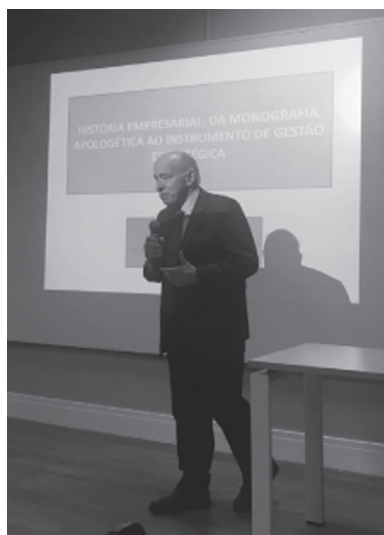
Professor Dr. José Amado Mendes com a Turma de Pós-Graduação e História da PUCRS (Maio, 2019)



Professor Dr. José Amado Mendes ministrando as aulas no curso intensivo na PUCRS (Maio, 2019)

Estudos Ibero-Americanos e ministrou aulas, influenciando as pesquisas de muitos alunos do Programa de Pós-Graduação da PUCRS.

Em 2019, durante sua permanência em Porto Alegre, proferiu uma conferência e ministrou um curso intensivo. A Conferência sobre História Empresarial despertou o interesse da comunidade acadêmica



Professor Dr. José Amado Mendes durante a Conferência sobre História Empresarial: Da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica

Professor Dr. Amado
Mendes em visita ao
Museu de Ciência e
Tecnologia da PUCRS
(Maio, 2019)



e o tema escolhido para o seminário foi História e Patrimônio Industrial. Na ocasião, para uma turma de três dezenas de alunos – de mestrado e de doutoramento – com formações de base diversificadas (entre outras, História, Letras, Antropologia e Comunicação Social), foi uma experiência que resultou promissora, notadamente porque os estudantes se revelaram bastante motivados e interessados, e perceberam a possibilidade de aplicar os ensinamentos nas atividades que desenvolvem ou esperam vir a desenvolver, na perspectiva da *Public History*, ou História Aplicada.

O professor Amado Mendes, durante sua carreira, foi responsável pela criação de três novas áreas, que ainda não eram lecionadas e nem investigadas: a Arqueologia Industrial, a História de Empresas e o Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio Cultural. Entre suas contribuições, encontram-se diversas obras e artigos importantes, como a relevância da industrialização (MENDES, 2006: 25), haja vista que uma parte considerável de nossas vidas e do ambiente (social e paisagístico) que nos rodeia tem suas raízes na industrialização.

Ele demonstrou como as empresas estão presentes em nosso cotidiano, desde os sistemas de transporte e comunicações, alimentação, vestuário, moradia, ao lazer, à arte e literatura, da higiene, à medicina, da ciência à tecnologia.” (MENDES, 2006: 1). Ao mesmo

tempo, não desconhece que a industrialização tem causado aumento da poluição e degradação do ambiente, além de provocar problemas como a exploração exagerada dos recursos naturais e as deficientes condições de trabalho (MENDES, 2006: 5).

Do ponto de vista acadêmico, José Amado Mendes foi um inovador nos estudos de História Empresarial. Pretendemos abordar, neste capítulo, sua influência no desenvolvimento da área de estudo, em especial no Brasil. O autor pesquisou e escreveu sobre várias empresas, como a indústria de vidros, de abastecimento de água, bancos e seguradoras. Foi o organizador, com Miguel Figueira de Faria, do Dicionário de História Empresarial portuguesa: Séculos XIX e XX (2013), em dois volumes, abordando tanto aspectos da História econômica como os aspectos socioculturais e estratégicos para gestão.

O papel dos empresários no estudo das organizações

Um dos objetos de estudo destacados por Amado Mendes é o papel dos empresários e gestores como protagonistas da atividade econômica (MENDES, 2010: 280).

O empresário – aquele que diz *“eu me fiz sozinho”* – é um personagem quase mítico. Apresenta-se, quase que invariavelmente, como um modelo de sucesso. Frases como *“o futuro pertence aos empreendedores”* e o orgulho com que o empresário se refere a si próprio, ao dizer *“eu não devo nada a ninguém, eu me fiz sozinho”*, intrigam pesquisadores de vários campos, como economistas, sociólogos, psicólogos e historiadores. Amado Mendes propôs uma história feita a partir de dentro das instituições, e mostrou que ao pesquisador interessa compreender e explicar também os insucessos e as crises. Conhecer a história da empresa pode se constituir num instrumento estratégico para compreensão de uma organização. (MENDES, 1992: 364).

A História empresarial não deve ser feita somente de elogios ou para enaltecer a elite dirigente, mas, sobretudo, para explicar seu

percurso, seus problemas, suas crises, e compreender as razões que leva uma gestão ao sucesso, mas também seus fracassos, as formas inadequadas de gerir e intervir na vida da empresa. Para tanto, é necessário vencer a própria cultura de muitas instituições e dos seus gestores, mostrando a necessidade de preservar os arquivos. Outro tema a enfrentar são os preconceitos que impedem a aproximação dos investigadores. O estudo do empresariado enfrentou certos “tabus”, os donos de empresa muitas vezes foram vistos como principais inimigos, vendedores da pátria, burguesia, parasitas (MENDES, 2010: 284).

Outra questão pertinente, tratada pelo autor sobre o objeto de estudo, foi a parcialidade. Perguntou-se: Como conciliar os objetivos dos líderes da empresa com as exigências da investigação histórica – pautadas pelo rigor, a independência, o amor à verdade e a imparcialidade –, inclusive quando os encargos financeiros são suportados pela própria organização. (MENDES, 2010: 285).

Existe uma forma de proteção, segundo Amado Mendes (2010: 285), pois o historiador escreve sempre para um público mais ou menos amplo (geral, acadêmico, ideológico ou qualquer outro), sem que isso signifique que o trabalho é influenciado. Outro meio que pode garantir a integridade é o contrato escrito, uma forma de proteção para preservar os direitos dos autores e interesses das empresas.

A importância das fontes e da metodologia na pesquisa

A metodologia apresentada por Amado Mendes tem como objetivo apreender as características sociais e políticas do contexto histórico em que a empresa está inserida.

Destaca a utilização da biografia e da prosopografia no caso de várias empresas com características similares. Podemos perceber, ao longo do tempo, que algumas características são comuns aos criadores de novos negócios, tais como o espírito empreendedor, a personalidade forte, a motivação e a determinação.

No começo da industrialização, a criação de empresas sofria com as barreiras econômicas, a necessidade de capital e as dificuldades da produção e do comércio. Para atingir o sucesso, os empreendedores de ontem também elaboraram normas, se apropriaram das invenções e serviram-se das relações privilegiadas do poder político e financeiro. No entanto, Sophie Boutillier e Dimitri Uzunidis (2016) afirmam que a criação das empresas é, antes de tudo, o resultado de uma cooperação, de um processo coletivo, tanto ontem como hoje. Amado Mendes vê as empresas como laboratórios. Na medida que estuda a evolução do capitalismo e das três revoluções (vapor, eletricidade e tecnologias da informação), acompanha as empresas empreendedoras em seu texto “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: Alguns exemplos” (MENDES, 1992).

Na década de 1990, marcada pelos jovens empreendedores na internet, foram criadas novas tecnologias de informação e de comunicação. Os novos serviços surgiram para suprir a demanda dos consumidores. Os trabalhadores tiveram que se adaptar às inovadoras práticas salariais (*e-commerce*, *e-learning*, *e-labor*), às novas linguagens e aos novos equipamentos industriais. As inovações criaram oportunidades e muitos enriqueceram rapidamente. No entanto, o capitalismo enfrenta uma nova crise e muitos perdem seus postos. Fortunas se dissipam na bolsa de valores com um crescente número de empresas fechando suas portas.

Em síntese, interessa aos historiadores problematizar o impacto causado pelo processo modernizador ocorrido a partir de meados do século XX, focando especialmente no empresário e no significado das transformações geradas pelas ideias inovadoras deste grupo, realçando as apropriações e tensões que reescrevem a cultura e as lutas pela persistência de valores, ao mesmo tempo em que se deve evidenciar as iniciativas que provocaram mudanças, a fim de compreender o significado destas.

Consideramos oportuna a realização de um estudo envolvendo grupos de pesquisa que têm como discussão as empresas, cujo espaço

no qual se travam as relações empresariais pode significar um “lugar de memória” no sentido que Pierre Nora (1993) atribuiu a esse termo.

De uma forma geral, as empresas se constituem a partir de interesses de pessoas ou grupos em desenvolver uma determinada atividade lucrativa. No decorrer das suas ações, inseridas em contextos sociais e históricos específicos, vão construindo redes de sociabilidades com os mais diversos segmentos sociais. Neste sentido, o processo de crescimento das organizações que se instalaram no Brasil, a partir do século XX, sugere pesquisas que aprofundem as questões relativas às transformações econômicas, sociais e culturais provocadas pelas suas instalações. Nesta abordagem, a atenção volta-se para o grau de complexidade que envolve as relações entre o mundo interior e o exterior de cada uma das organizações. Reflete sobre as implicações que determinadas interferências podem causar na configuração das suas realidades, utilizadas como vetor de crescimento ou retração, para uma meta anteriormente estabelecida.

Nos últimos 20 anos, tivemos muitas pesquisas realizadas por mestrandos e doutorandos sobre História Empresarial inspiradas nos trabalhos de Amado Mendes. Foi o caso de Paula Joelsons (2014), que estudou a empresa de energia elétrica no Rio Grande do Sul; Henrique Helms (2010), Geneci de Oliveira (2010) e Elones Ribeiro (2008) estudaram o transporte aéreo; Adriano Mabilde (2010) abordou o transporte marítimo ao estudar os estaleiros; Ana Cristina Beiser (2012) e Olivia Silva Neri (2016) dedicaram-se ao setor de alimentos; Michel Zimmerman de Almeida (2016), ao setor automobilístico; e Janete da Rocha Machado (2019) e Vera Guedes Pinto (2013), ao comércio de equipamentos industriais.

Os trabalhos citados, em grande parte, foram viabilizados pela utilização do Laboratório em História Oral do Programa de Pós-Graduação da PUCRS. A História Empresarial possui uma perspectiva

interdisciplinar e o estudo destas empresas baseou-se nos depoimentos dos seus integrantes, em todos os níveis, a partir do organograma das empresas selecionadas.

As preocupações teóricas da disciplina

O século XIX apresentou importantes estudos de Jean-Baptiste Say (1983) – em 1803 publicou, na França, a obra “Tratado de economia política” – e Max Weber (1967) – escreveu sobre as companhias mercantis da Idade Média e a história agrária da Roma Antiga –, os quais, no início do século XX, foram acrescidos da produção historiográfica de Joseph Schumpeter (1997) – em 1908, escreveu a obra “A natureza e a essência da economia política”, e em 1912, “Teoria do Desenvolvimento Econômico” – e Jean Bouvier (1961) – escreveu sobre instituições bancárias como *Credit Lyonnais*, na França. Contudo, foi na década de 1920, nos Estados Unidos, especialmente na Universidade de Harvard, que as publicações inseridas nesta área do conhecimento histórico, que dão embasamento para a chamada História empresarial ou de empresas, ganham destaque.

A nova vertente historiográfica tem sua origem na História econômica, ampliando seus estudos gradativamente a partir da segunda metade do século XX, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. Durante esse processo de desenvolvimento, experimenta uma aproximação com outras áreas de pesquisa, tais como a Sociologia e a Administração.

Para uma compreensão mais adequada do cenário da historiografia nacional e mundial sobre as pesquisas com empresas e empresários, inicialmente, cabe conceituar aquilo que chamamos de História empresarial e História de empresa e suas correlações.

A obra de Toni Pierenkemper (2003: 41) comenta o modelo empresarial norte-americano, afirmando que esta é uma pesquisa que vai muito além do conceito de empresas e empresários, mas inserem-se

nela também as filosofias empresariais, a ação das empresas junto à sociedade e estudos comparativos.

Para o pesquisador Freitas Filho (1989: 170-171), o conceito de História de empresa visa elucidar os processos produtivos em analogia com o meio ambiente, tanto econômico como institucional, nos quais estão inseridos. No seu artigo “Novas metodologias em História Econômica: a arqueologia industrial”, Amado Mendes (1995: 37-70) destaca a nítida complementaridade entre o macro e o micro, que resultam em trabalhos de investigação sobre o crescimento, o desenvolvimento de políticas econômicas gerais e, por outro lado, temas mais restritos, como história das organizações, monografias locais e a própria biografia.

Ao considerar as empresas como legítimos agentes da história, Martínez-Echevarría y Ortega (2003: 96) argumenta que a história de uma empresa é uma exposição de como foi composta e como superou as situações adversas e as ocorrências políticas e econômicas ao longo da sua trajetória. Assim, cabe ao historiador que tem a empresa como o seu objeto de estudo o levantamento e a interpretação dos dados coletados a fim de elaborar suas teorias a respeito das prováveis causas do seu sucesso ou do seu fracasso. As empresas não devem ser vistas isoladas da sociedade da qual participam, mas, como afirma Levy (1994: 27), “não se pode estudá-la [a empresa] sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais”.

Os estudos, no princípio, estavam vinculados à História econômica, porém ultimamente avançaram para outras áreas, como a Administração e o Marketing. Nesta área, as empresas valem-se das suas histórias como estratégia para promover suas marcas, aliando a figura do dirigente ao êxito da organização, aproveitando-se de eventos comemorativos para reforçar e fixar seu produto no mercado. Portanto, a crescente evolução das pesquisas com foco nas empresas torna-se uma prática necessária e não apenas um complemento das matérias econômicas.

A atividade empresarial acontece num cenário de intensas dúvidas, devido à série de alterações registradas no meio no qual se insere. Assim, tratada sob a ótica da Administração, deve levar em conta as perspectivas das constantes mudanças, interagindo com o mercado e com os demais fatores externos. Desta forma, coexistem influências de caráter político, econômico, social ou tecnológico, numa clara constatação de que as organizações não fazem parte de um sistema fechado.

O conhecimento das ocorrências que influenciam empresas e empresários possibilita detectar em que momento acontecem as mudanças e quais estratégias devam ser implementadas, a fim de ajustar as ações para enfrentar as peculiaridades de cada novo cenário oferecido. Neste aspecto, as leituras das obras de Michael Porter (1989; 1998) contribuem para o entendimento do processo competitivo que perpassa as relações no mundo dos negócios. A sobrevivência, assim como o sucesso de uma organização, vai depender do grau de entendimento que elas têm daquilo que vem a ser “forças competitivas e estratégia”. Segundo Porter (1998: 11-23), “a essência da formulação estratégica é lidar com a competição. (...) o conhecimento das capacidades da empresa e das causas das forças competitivas acentuará as áreas onde a empresa deve confrontar a competição e onde deve evitá-la.”

Outros pesquisadores ocuparam-se em estudar as organizações sob o prisma da sua inserção nos mercados mundiais, do desenvolvimento de estratégias, da concorrência e dos casos de sucesso. Nas abordagens de Theodore Levitt, vimos que as empresas necessitam aprimorar seus conhecimentos e operar como se o planeta fosse um grande mercado, deixando de lado as diferenças superficiais de caráter regional ou nacional. Levitt (1998: 197) afirma que “uma poderosa força impulsiona o mundo na direção de uma convergência para a uniformização, e essa força é a tecnologia. Ela proletarizou as comunicações, o transporte e as viagens. Ela fez de locais isolados e de povos empobrecidos entidades ansiosas por usufruírem dos atrativos da modernidade. (...) o resultado é uma nova realidade comercial.”

Alfred Chandler trata da história e da expansão de grandes indústrias, examina a moderna descentralização estrutural da corporação e o seu desenvolvimento, através do estudo de casos focalizando quatro empresas: du Pont, General Motors, Standard Oil e Sears, Roebuck & Co. O autor demonstra historicamente que, para competir em escala mundial a empresa, tem que ser grande. Chandler (1998: 272), quando se refere aos grupos empresariais estudados, enfatiza que, “de fato, essas organizações foram os motores do crescimento econômico e da transformação social nos países industrializados durante os últimos 100 anos”.

No Brasil, temos encontrado alguns autores preocupados em fazer história empresarial. Dentre eles, destacamos os trabalhos de Elizabeth Von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos (1986) sobre a Companhia América Fabril; e Gracilda Alves de Azevedo Silva (1989), que descreve a onipresença da Fábrica Bangu em todas as atividades daquele bairro carioca. Ainda sobre questões do Rio de Janeiro, temos Marieta de Moraes Ferreira (1977), sobre comissários de café; João Luis Ribeiro Fragoso (2007), a respeito da praça mercantil; e Edgard Carone (1978), que discorre sobre a importância do Centro Industrial carioca na economia nacional. Assuntos pertinentes à indústria das sacarias paulista são discutidos pela historiadora Maria Izilda Matos (1991). Destacam-se, neste universo de pesquisa, os trabalhos que tratam da história de vida de empresários. A trajetória de Francisco Matarazzo foi pesquisada por José de Souza Martins (1973), enquanto Carlos Heitor Cony e Sérgio Lamarão (2001) se dedicaram à história de vida de Wolff Klabin. Os relatos ou depoimentos também formam o escopo para as pesquisas sobre empresas e empresários. No trabalho organizado por Cleber Aquino (1991), temos a presença, dentre outros empresários, de Olacyr de Moraes, Matias Machline, Norberto Odebrecht, Paulo Villares, Jorge Gerdau, Henry Maksoud e Antonio Ermírio de Moraes.

No desenvolvimento da História de empresas no Brasil, a mesma relevância deve ser creditada à Associação Brasileira de Pesquisadores

em História Econômica (ABPHE). Fundada em 1993, se destaca na realização, simultânea, do Congresso Brasileiro de História Econômica e da Conferência Internacional de História de Empresas que ocorre a cada dois anos. Nos anais da Conferência são publicados importantes trabalhos que tratam das questões relativas ao tema. Como exemplo, temos o livro organizado por Tamás Szmrecsányi e Ricardo Maranhão (2002), cuja origem está nestes encontros de profícuas discussões, travadas entre os pesquisadores dos diversos campos do saber.

Na obra de Adriana Piscitelli, “Jóias de Família”, a relevância está em analisar, nos três grupos estudados, as questões idênticas e os contrapontos que fazem entre si. Segundo a autora, organizações como o Grupo Matarazzo, Ludgren e Sadia parecem apontar para polos opostos, quando o assunto é sucessão na empresa. Piscitelli (2006) levanta diversos dados a respeito de como é tratada a transmissão aos herdeiros, aponta para as questões de gênero e ainda faz colocações da forma como é visto o tema dos conflitos nas empresas familiares, da liderança do patriarca e da importância com que são distinguidos os empresários estrangeiros.

Piscitelli (2006) sublinha os atributos positivos, ou seja, como estes empresários reforçam seu sucesso através das qualidades que creditam inerentes à sua origem pessoal. Pelo fato de ser um empresário estrangeiro, isto o caracterizaria como detentor de maior força, energia, coragem, ousadia e liderança. Estas qualidades que se juntam à capacidade de dedicar-se muitas horas ao trabalho, e em relação ao mercado, o fato de possuírem uma aguçada sensibilidade, intuição, percepção, visão e antecipação, garantiriam o desenvolvimento satisfatório das suas empresas.

As conexões que devem ser feitas entre os diversos segmentos organizacionais e a busca permanente pelo aprimoramento dos estudos socioeconômicos sobre empresas, assim como o papel que estas desempenham através dos seus dirigentes no processo de desenvolvimento de um país, necessitam da preservação do seu arquivo

histórico, entendido não só como a documentação, mas outros elementos que possam revelar aspectos do comportamento gerencial da empresa. As embalagens, os uniformes de funcionários, os *folders*, o tipo de equipamento utilizado, entre outros, podem nos fornecer indícios do comportamento da empresa frente a outras organizações, do seu avanço tecnológico, da forma como mostra seu produto e, ainda, o trato com a higiene, a limpeza e a segurança do seu funcionário. Importante destacar, em quaisquer destes aspectos a serem estudados, o uso relevante da utilização de novas fontes (MENDES, 2001-2002: 380).

Antônio Torres Montenegro (2003) coloca na utilização da história oral como técnica de pesquisa outra forma de ver os acontecimentos, possível de ser recuperada através da memória. Reflete a respeito do significado que os conceitos adquirem na diversidade dos atores, tempo e lugar e de que forma este pensar articula o passado ao presente.

As pesquisas que assinalavam a importância da história oral tiveram um visível desenvolvimento a partir dos anos 1980, momento em que novos objetos e sujeitos aparecem ao campo historiador. O momento da entrevista pode revelar ao historiador dados que vão além dos seus relatos, mostrar muito mais do que está armazenado em sua memória, e guarda na sua gestualidade, no olhar e, principalmente, nos seus momentos de “silêncio” um simbolismo que enriquece a pesquisa. Nas teorizações de Eni Orlandi (1993), encontramos uma proposição de “desestabilizar a ideia pré-concebida, que se tinha, de que o silêncio é o vazio. O silêncio é prenhe de sentidos. (...) mas o silêncio tem sua materialidade definida pela relação estabelecida entre dizer e não dizer.”

Conforme Maria Leticia Ferreira (2002: 47-48), na narrativa do vivido duas dimensões se entrecruzam. De um lado há a vida concreta, a existência, aquilo que singulariza o sujeito, a sua trajetória pessoal. Do outro lado está o infinito de nexos e símbolos nos quais está imerso esse sujeito, cuja vivência é mediada culturalmente. Portanto,

refere a autora que, “atravessando a narrativa desse sujeito, há dois vetores a serem percebidos: o vetor do vivido pessoalmente e aquele relacionado à memória coletiva que, construída sobre vivências comuns adquire sentidos e reorganiza as temporalidades” (FERREIRA, 2002: 47-48).

Concluindo, percebemos que o campo da história empresarial está estabelecido. As grandes contribuições de muitos estudiosos, entre eles Amado Mendes, ajudaram a atingir os objetivos propostos, e o historiador deve valorizar a diversidade de documentação escrita ao lado das fontes orais para o conhecimento de elementos que elucidem a organização e as relações sociais na empresa; além da preservação dos arquivos, é indispensável o entendimento da relação entre memória e representação. Destacamos uma característica comum entre os historiadores profissionais em geral, o rigor a ética e o senso crítico, uma atitude que se traduz na busca de correlações, no estreitamento de acordos e de trocas com outras áreas do conhecimento, ou seja, a busca de novos mecanismos que permitam melhor interpretar.

A contribuição e o legado de Amado Mendes está no acréscimo de trabalhos inovadores na abertura de novos campos que analisam melhor as trajetórias das organizações e a atuação dos empresários, a fim de que as tomadas de decisões resultem em estratégias empresariais que favoreçam o desenvolvimento econômico dos Estados e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida da sua população, mas preservando o meio ambiente.

Referências

- ALMEIDA, Michel Willian Zimmermann de (2016), *Carro não se constrói, compra-se: O empreendedor brasileiro na indústria automobilística entre os anos 70 e 90*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- AQUINO, Cléber de (1991), *História empresarial vivida*. São Paulo: Atlas.
- BEISER, Ana Cristina (2012), *De uma fábrica de antigamente a uma indústria racionalizada: O processo de desenvolvimento da Ritter Alimentos*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

- BOUTILLIER, Sophie e UZUNIDIS, Dimitri (2016), *The Entrepreneur: The economic function of free enterprise*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- BOUVIER, Jean (1961). *Le Credit Lyonnais de 1863 a 1882: Les annees de formation d'une banque de depots*. Paris : S.E.V.P.E.N.
- CARONE, Edgard (1978), *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro/Cátedra.
- CHANDLER, Alfred D. (1998), A lógica duradoura do sucesso industrial. In PORTER, Michael; MONTEGOMERY, Cyntia A. (orgs.). *Estratégia: A busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 271-291.
- CONY, Carlos Heitor e LAMARÃO, Sergio (2001), *Wolff Klabin: A trajetória de um pioneiro*. Rio de Janeiro: FGV.
- FARIA, Miguel Figueira de (coord.) e MENDES, José Maria Amado (2013), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa: Séc. XIX-XX*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Universidade Autónoma de Lisboa.
- FERREIRA, Maria Letícia M. (2002), *Quando o apito da fábrica de tecidos: Fábrica Rhein-gantz, 1950-1970, memória pública e memória coletiva*. Porto Alegre: PUCRS.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (1977), A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro: 1870-1906. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro (2007), *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREITAS FILHO, Almir Pita (1989), História Econômica e História de Empresa: Algumas reflexões metodológicas. *Ensaio FEE, n. 1*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, p. 170-171.
- HELMS, Henrique (2010), *O panorama da aviação nacional de 1986 a 2006 e a quebra da Varig*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- JOELSONS, Paula (2014), *AMFORP em Porto Alegre (1928-1959): Multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J. E. L. Millender*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- LEVITT, Theodore (1998), A globalização dos mercados. In PORTER, Michael e MONTEGOMERY, Cyntia A. (orgs.), *Estratégia: A busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 197-216.
- LEVY, Maria Bárbara (1994), *A indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- MABILDE, Adriano (2010), *Estaleiro Mabilde: As relações com os funcionários e o Estado (1896-1943)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- MACHADO, Janete da Rocha (2019), *Empreendedorismo teuto-rio-grandense: O caso das empresas Bromberg & CIA. (1860-1932)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- MARTÍNEZ-ECHEVARRÍA Y ORTEGA, Miguel Alfonso (2003), ¿Qué teorías de la empresa tienen sentido em la História empresarial? In ERRO, Carmen. *Historia empresarial: Pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Ariel, p. 81-99.

- MARTINS, José de Souza (1973), *Conde Matarazzo: O empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec.
- MATOS, Maria Izilda Santos de e ARRUDA, José Jobson de A. (1991), *Trama e poder: Um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café: São Paulo, 1888-1934*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- MENDES, José Amado (2001-2002), Arquivos empresariais: História, memória e cultura de empresa. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 379-388.
- MENDES, José Amado (2002-2003), Empresas e Empresários. Que lugar na história econômica e social? *Revista Portuguesa de História*, n. 36, Coimbra: Universidade de Coimbra, 135-149.
- MENDES, José Amado (1994), História econômica e social nos últimos vinte anos principais tendências e metodologias. *Revista Portuguesa de História*, n. 29, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1-32.
- MENDES, José Amado (2010), História empresarial: Da monografia apologética ao instrumento de Gestão Estratégica. In RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – *Outros combates pela História*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 279-296.
- MENDES, José Amado (2006), Industrialização e patrimônio industrial: Desenvolvimento e cultura. *VIII Curso de Verão de Eiriceira*. Eiriceira: Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva.
- MENDES, José Amado (1995), Novas metodologias em História Econômica: A arqueologia industrial. *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, Coimbra: Universidade de Coimbra, 37-70.
- MENDES, José Amado (1992), O contributo da biografia para o estudo das elites locais: Alguns exemplos. *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 357-365.
- MONTENEGRO, Antônio Torres (2003), *História oral e memória: A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto.
- NERI, Olivia Silva (2016), *Biscoitos Leal Santos & C.: Uma receita de história e patrimônio industrial*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- NORA, Pierre. (1993), Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 7-28.
- OLIVEIRA, Geneci Guimarães (2011), *Varig de 1986 a 2006: Reflexões sobre a ascensão e a queda da empresa símbolo do transporte aéreo nacional*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- ORLANDI, Eni (1993), *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp.
- PIERENKEMPER, Toni (2003), Conceptos y desarrollo reciente de la Historia Empresarial en Alemania (1962-2002). In ERRO, Carmen – *Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro*. Barcelona: Ariel, p. 241.
- PINTO, Vera Christina Guedes (2013), *A atuação da empresa Cranston Woodhead no Rio Grande do Sul: Um estudo de caso: 1922-1992*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- PISCITELLI, Adriana (2006). *Jóias de Família: Gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- PORTER, Michael (1998), Como as forças competitivas moldam a estratégia. In PORTER, Michael e MONTEGOMERY, Cyntia A. (orgs.), *Estratégia: A busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 11-23.
- PORTER, Michael (1989), *Vantagem Competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- RIBEIRO, Elones (2008). *A formação do piloto de linha aérea: Caso Varig: O ensino aeronáutico acompanhando a evolução tecnológica*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- SAY, Jean-Baptiste (1983), *Tratado de economia política*. Rio de Janeiro: Abril Cultural.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1997), *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- SILVA, Gracilda Alves de Azevedo (1989), *Bangu, 100 anos: A fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (org.) (2002), *História econômica do Brasil contemporâneo*. (2.^a ed.). São Paulo: Editora Hucitec.
- WEBER, Max (1967), Conceito e categorias de cidade. In VELHO, Otávio G. (org.), *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, p. 67-88.
- WEID, Elizabeth Von der e BASTOS, Ana Marta Rodrigues (1986), *O fio da meada: Estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril (1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DA COVILHÃ: UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SINGULAR

Elisa Calado Pinheiro
Investigadora História, Territórios, Comunidades – CFE,
Center for Functional Ecology
eliscpinheiro@gmail.com.

“Ao invés do que se verificou na Inglaterra e na Bélgica, com a 1.^a Revolução Industrial, uma parte considerável da dita industrialização não se fez com recurso à máquina a vapor, mas sim à energia hidráulica, devido aos abundantes recursos hídricos em determinadas zonas, como nas faldas da Serra da Estrela, com destaque para a Covilhã, e no Vale do Ave” (José Amado Mendes 2010: 83).

Introdução

Desde o séc. XII até à atualidade, a história da Covilhã desenvolveu-se a partir da matriz lanifícios. Este perfil foi-lhe traçado pelos condicionalismos geográficos da localização na Cova da Beira e na encosta da Serra da Estrela, que lhe viabilizaram uma próspera economia agro-pastoril, através do acesso fácil à matéria-prima necessária, o aproveitamento das lenhas e de alguns cursos de água.

Foi a utilização intensiva destas águas, indispensáveis em diversas fases do processo de produção dos lanifícios, mas, especialmente, enquanto pródigas fontes de energia, que lhe definiram uma posição de centro polarizador de uma vasta região, a Beira Interior, rica de diversidades, que os homens foram afeiçoando ao longo dos tempos. Para além destes condicionalismos a definição da Covilhã como centro histórico dos lanifícios foi sendo afeiçoada pelo poder investidor de dinâmicos empresários, muitos deles cristãos-novos, acompanhando a progressiva especialização técnica da mão-de-obra disponível. A instalação de duas históricas manufaturas de intervenção estatal, a Fábrica de Sarjas e Baetas do Conde de Ericeira, em 1677, e a pombalina Real Fábrica de Panos, em 1764, garantiu a proteção necessária ao desenvolvimento do processo.

Foi Manuel Nunes Geraldês (1837-1908), empresário da Fábrica “Mello, Geraldês & C.^a” e lente da Universidade de Coimbra, quem caracterizou a Covilhã como “cidade-granja/cidade-fábrica” (Geraldês 1880: 20). Esta descrição remete-nos para a constatação de Peter Laslett de que “(...) no mundo que nós perdemos, a indústria e a agricultura viviam juntas numa espécie de simetria (...)” (Laslett 1975: 41).

Até à atualidade, a cidade tem-se mantido impregnada pela tenacidade da fibra que nela sustenta uma singular, autêntica e exemplar cultura laneira, assente numa economia de monoindústria. Trata-se de um dos mais significativos processos de resistência vividos, num tempo longo, pela industrialização portuguesa dos lanifícios.

Entretanto, a acentuada desindustrialização verificada no território a partir de final dos anos setenta do séc. XX, acelerou a mudança de paradigma em que a cidade sempre se reviu, através da instalação do ensino superior. Este passou a assumir e dinamizar o processo de patrimonialização das memórias industriais, transformadas numa nova dimensão de afirmação urbana. Iniciou-se com a reabilitação do conjunto de edifícios fabris da ribeira da Goldra, tendo-se centrado na musealização da Real Fábrica de Panos e na consolidação do Museu

de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, com as valências de Centro de Interpretação dos Lanifícios da Beira Interior e de Centro de Documentação/Arquivo Histórico, sendo, atualmente, prosseguido pela política de divulgação autárquica e pela intervenção de particulares.

A valorização das memórias industriais começou a projetar-se no novo ordenamento urbano entretecido no âmbito do programa POLIS, que visou a transformação da Covilhã numa “cidade amável”, como a caracterizou Ana Vaz Milheiro (2009: 54). Lentamente, foi-se caminhando no sentido de viabilizar a transformação de uma paisagem industrial em estado de ruína, tal como a cidade se apresentava nas décadas de 70-80 do séc. XX, numa nova “paisagem cultural evolutiva”, em consonância com o conceito defendido por Massimo Preite (2008: 53-59).

1. Breve enquadramento histórico-geográfico

A importância da indústria covilhanense, quer a nível local quer a nível regional e mesmo nacional, tem sido abordada por distintos autores, ao longo do tempo, em contextos e com perspetivas variadas. Todavia, continua a constatar-se uma acentuada carência de estudos de natureza monográfica sobre a evolução histórica da indústria de lanifícios covilhanense, com particular incidência no aprofundamento do conhecimento e compreensão do processo de industrialização deste subsetor, a nível local e nacional. A situação decorre da forte dispersão e destruição massiva das fontes documentais produzidas a nível local, no decurso do brusco processo de desindustrialização aqui verificado, acentuado pela reconversão do tecido industrial covilhanense, sobretudo a partir de inícios da década de 1970. Este processo coincidiu, no nosso país, com o início da renovação metodológica verificada no desenvolvimento dos estudos de História da Indústria, não tendo todavia sido possível pôr cobro à delapidação generalizada da maior parte dos arquivos empresariais, até à criação, em 1997,

do Centro de Documentação / Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

1.1. Fontes

Desde o séc. XII até à atualidade, foram muitas as fontes documentais e materiais produzidas na sequência da concentração desta indústria na Covilhã. Salientam-se os numerosos processos administrativos que acompanharam a criação e evolução das duas manufaturas estatais, com particular realce para a pombalina Real Fábrica de Panos. Estes encontram-se dispersos por alguns dos serviços públicos nacionais, como é o caso do Arquivo do Tribunal de Contas, para além dos arquivos nacionais, tendo Luís Fernando Carvalho Dias transcrito e publicado um número muito significativo destes documentos.

A vastíssima documentação técnica e administrativa produzida no âmbito da criação e desenvolvimento da miríade de empresas privadas, particularmente, desde início do séc. XIX até aos anos oitenta do século XX, pode considerar-se definitivamente perdida, na sequência da desarticulação industrial iniciada em finais do séc. XX. Excetua-se a documentação salvaguardada e incorporada pelo Museu de Lanifícios no Centro de Documentação/Arquivo-Histórico, criado em 1997 e que integra 27 fundos de arquivo e diversas coleções e espólios de documentação técnica, cartográfica, iconográfica e têxtil dos sécs. XIX e XX. Apesar de grande parte desta documentação se encontrar ainda a aguardar as necessárias intervenções de expurgo, higienização, organização e descrição arquivística, um conjunto significativo de fundos documentais encontra-se já disponível para consulta. Destes, merecem destaque, atendendo à importância histórica de que se revestem e à previsível carência de outra documentação sobre os mesmos, a nível nacional, os fundos reportados à Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (1936-1974), ao Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã (1936-1974), à Empresa Transformadora de

Lãs, Lda. (1920-1993), à Fábrica Alçada (1843-1968) e à firma Campos Melo & Irmão (1835-2003).

Outra documentação, igualmente relevante, encontra-se preservada no Arquivo Distrital de Castelo Branco. Trata-se de uma enorme massa documental, balizada entre 1640 e 1991, reportada às fontes notariais proveniente da Covilhã. Desta imensa documentação destacam-se os livros de notas, num total de 2.150 unidades de instalação. Destes, para o período entre 1800 e 1940, contabilizei 976, compulsados com a finalidade de clarificar a evolução da propriedade, a dinâmica empresarial que conduziu à constituição de sociedades, bem como os mecanismos criados para o financiamento da indústria covilhanense numa das suas fases de maior afirmação. Os dados recolhidos permitem clarificar o desenvolvimento do tecido empresarial covilhanense, bem como a duração de grande parte das empresas que o estruturaram. Como começou por ser diagnosticado por Irene Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca (2000: 55), a utilização das fontes notariais “de forma autónoma, maciça e serial” encontra-se, no nosso país, ainda “numa fase muito embrionária”, como foi igualmente citado e salientado por Manuel Ferreira Rodrigues (2010: 30). Todavia, na esteira de numerosas publicações da autoria de José M. Amado Mendes, a investigação desenvolvida neste domínio, por Alda Maria Mourão Filipe (2000) e por Manuel Ferreira Rodrigues (2010), permitem-nos encontrar, na região centro, dois estudos de caso do mais elevado interesse.

2. Um modelo de desenvolvimento industrial singular

Na Covilhã, a produção de lanifícios nasceu confinada ao tecido urbano, onde se manteve até ao período tardo-medieval. A progressiva especialização na produção dos tecidos, com a conseqüente divisão do trabalho, contribuiu para o fracionamento e especialização das operações de cardação, fição, tecelagem, apisoamento, tosagem e tinturaria. A partir de então, o desenvolvimento das primitivas oficinas

de lavagem, tinturaria e apisoamento (lavadouros, tinturaria, tendas e pisões), cujo funcionamento implicava uma pródiga utilização das águas, condicionou a localização destes equipamentos às ribeiras da Goldra e da Carpinteira que marginam o tecido urbano da Covilhã, respetivamente, a sul e a norte. A partir de inícios do séc. XIX, as cardações, fiações e tecelagens vieram lentamente juntar-se àquelas, acompanhando o processo de mecanização, maioritariamente dinamizado por cristãos-novos. Na Covilhã, as ribeiras da Goldra e Carpinteira, até aos anos 1960, permaneceram os locais de maior implantação da monoindústria dos lanifícios.

2.1. Configuração do modelo de desenvolvimento industrial

O complexo processo de transformação da lã em pano implicou uma continuada especialização do trabalho, tendo conduzido a uma acentuada segmentação empresarial. O significativo número de operações exigidas ao longo do processo de produção e a necessária adequação e atualização dos instrumentos de trabalho ajudam a explicar a pulverização empresarial verificada. Viabilizaram ainda o estabelecimento de uma intrincada rede de interdependências empresariais, envolvendo horizontal e verticalmente as diferentes unidades de produção.

Este modelo foi-se desenvolvendo assente em empresas de natureza familiar que se desagregavam, frequentemente, em resultado de processos de partilha por herança. A rede de interdependências integrava as fábricas completas e as incompletas, envolvendo ainda a produção dispersa em regime doméstico. As primeiras procuravam controlar o sistema e, através dele, colmatar as dificuldades de resposta conjuntural em períodos de maior volume de trabalho, recorrendo à subcontratação. Muitas delas resultaram da agregação de diferentes oficinas disseminadas por diversos locais. As fábricas incompletas procuravam aproveitar-se dos períodos de maior procura associando-

-se com outras que lhe permitissem complementar o processo de produção, concorrendo com as grandes empresas a preços mais baixos ou suprindo as necessidades com que estas se debatiam em períodos de intensificação da produção no âmbito de grandes adjudicações. A partir do segundo quartel do séc. XIX, ampliou-se este processo, acompanhando a evolução tecnológica que começou a diversificar-se. Como salientou Miriam Halpern Pereira, até então eram poucas as fábricas completas da Covilhã. O inquérito industrial de 1839-1840 registava apenas “quatro fábricas de manufacturas de panos que, pela reunião de diferentes oficinas que tem em movimento e pela regularidade que nelas se observa, podem ser consideradas como tais. Além destas porém há muitas oficinas particulares com diferentes denominações a que são destinadas” (Pereira 2002: 578).

A par desta tendência, deu-se continuidade à ruralização do processo de produção, sobretudo nas operações de cardação, fição e tecelagem, mais dependentes de mão de obra intensiva, para aproveitar os mais baixos salários praticados nos campos. Intensifica-se, a partir de então, a articulação da produção centralizada nas manufacturas urbanas com a indústria rural, dispersa ao domicílio, característica dos modelos da proto-industrialização. Os trabalhadores eram pagos à peça pelos negociantes, que lhes facultavam as matérias-primas e os instrumentos de trabalho. Na Beira Interior, a mão-de-obra rural feminina era utilizada sobretudo nas operações de fição e de controle de qualidade; a masculina nas de cardação e tecelagem. Para além das escolas de fição da Real Fábrica de Panos, a Real Fábrica Veiga passou a explorar diversas outras num perímetro muito significativo no *binterland* covilhanense.

A Covilhã, a partir de então, para melhor vencer a concorrência inglesa, apostou na intensificação deste processo. Passou a produzir “gamas de baixa qualidade, acessível à população do interior”, como salienta Nuno Madureira, ao questionar o paradigma do modelo evolutivo da protoindustrialização, através da particularidade aqui

verificada: “as fábricas também podem dar origem ao fabrico dos campos, o que não é sinónimo de recuo mas de reestruturação no modo de funcionamento dos mercados (Madureira 1997: 434).

Por este facto, a mecanização iniciou-se pela cardação e fição, a partir de inícios da década de 1840. Devido à necessidade de abastecer a tecelagem do fio necessário, cuja produção era morosa e pouco rentável, são várias as escrituras notariais que, a partir de 1840, registam a constituição de sociedades com esta finalidade. De entre estas, salientam-se as promovidas pelos irmãos Gomes Correia, a partir de 1841; por Francisco Garcia, a partir de 1844; por José Maria da Silva Campos Melo, em 1846 e por António Alves Tourais, em 1849¹.

Apesar do lento aumento de fábricas completas, o número destas manteve-se sempre limitado, constituindo um dos maiores constrangimentos que acompanharam a evolução do tecido industrial covilhanense.

No início dos anos setenta do séc. XX, aquando da tentativa de reorganização deste subsector, preconizou-se a implementação de políticas de verticalização, com a criação de cooperativas ou a fusão empresarial, “transformando progressivamente a estrutura horizontal actual numa estrutura vertical integrada”, conforme um estudo que visava a reorganização da indústria de lanifícios na Cova da Beira (Portugal 1973: 145).

A par da segmentação e da dispersão territorial das unidades fabris, a Covilhã foi, igualmente, enformada pelos condicionalismos decorrentes da sua interioridade, agravados pela precariedade das vias de circulação. Este problema afetou profundamente a indústria, atendendo às implicações diretas nos custos de produção decorrentes das dificuldades de acesso às matérias-primas e ao escoamento do produto acabado. A situação teve implicações diretas nas limitações e atrasos verificados na introdução da energia a vapor, atendendo aos elevados custos da importação de combustível.

¹ Cf. ADCB, Ribeiro, M.º 51, L.º 376, fl. 70.

A tardia inauguração da Linha da Beira Baixa, que apenas em 6 de Setembro de 1891 viabilizou a chegada do caminho de ferro à Covilhã, só parcialmente contribuiu para o desagravamento deste danoso constrangimento ao ampliar a pressão da concorrência externa. A ligação da Covilhã à moderna rede viária ainda foi mais tardia, pois só em 27 de Julho de 2003 foi inaugurada a Autoestrada da Beira Interior (A23).

Por outro lado, só a partir da década de 1930 a energia elétrica começou a ser introduzida na indústria. Apesar de o primeiro aproveitamento da energia hidroelétrica da Serra da Estrela ter sido concretizado, em 26 de Dezembro de 1909, com a Central da Senhora do Desterro, em S. Romão (Seia), a inauguração da Central Eléctrica da Covilhã só ocorreu em 6 de Janeiro de 1924. As naturais limitações e irregularidades só começaram a ser colmatadas, a partir do contrato celebrado entre a Câmara Municipal da Covilhã e a Empresa Hidro-eléctrica da Serra da Estrela, Lda., em 28 de Outubro de 1928 (Saraiva 2013: 119-120).

A partir de então a indústria covilhanense conseguiu libertar-se do gravoso condicionamento da localização que a manteve, ao longo do tempo, nas margens pouco acessíveis dos vales das ribeiras da Goldra e Carpinteira. Esta situação teve impactos significativos nas restrições impostas à expansão dos edifícios fabris, com gravosas implicações na racionalização dos processos de produção e de organização do trabalho. O reaproveitamento das pré-existências de natureza infraestrutural, nomeadamente, os sistemas de abastecimento, escoamento e distribuição de águas, impuseram limites ao desenvolvimento físico destas unidades, contribuindo para o crescimento orgânico dos edifícios fabris. Este modelo de desenvolvimento espacial explica a sedimentação em estratos constatada nas intervenções de reconhecimento realizadas no âmbito da Arqueologia Industrial, nomeadamente na ribeira da Carpinteira, na Fábrica de Sarjas e Baetas e nas casas do pisão da Real Fábrica de Panos (Pinheiro 2019a: 172-175).

Só a partir de meados da década de 1960, quando se acentuou a maior perda de competitividade da indústria covilhanense relativamente à produção nacional, é que as primeiras unidades industriais se começaram a fixar na zona baixa da cidade, procurando colmatar o grave problema das acessibilidades.

2.2. Impacto da atividade empreendedora dos cristãos-novos

O desenvolvimento da indústria de lanifícios na Covilhã veio dar maior visibilidade à fratura social entre cristãos-velhos e cristãos-novos, sobretudo a partir das duas intervenções estatais, tendo deixado marcas profundas na sociedade covilhanense, com efeitos dramáticos entre finais do séc. XVII e inícios do séc. XVIII e nas primeiras duas décadas do séc. XIX.

Em 1758, na Covilhã, eram notórios os ecos (parciais) deste conflito social acirrado pela concorrência industrial:

“Nesta vila há duas parcialidades de traficantes de panos: uns que são cristãos-novos, e outros velhos: estes mais verdadeiros, e por isso de menos cabedais e menos em número: aqueles, em mais número e de maior cabedal, pelas falsidades e roubos que actualmente estão fazendo na manufactura, e lavor dos mesmos panos; de que tem resultado perderem-se os créditos das ditos fábricas, em utilidade dos estrangeiros pelos consumos das suas fazendas” (Dias 1958: 42).

Tanto a Real Fábrica de Sarjas e Baetas Conde da Ericeira, como a pombalina Real Fábrica de Panos giraram com tecnologia e interesses dinamizados por cristãos-novos, naturais e/ou moradores na Covilhã. Dos contratadores da primeira, Luís Romão de Sinel, André Nunes e Jorge Fróis, os dois últimos eram cristãos-novos naturais da Covilhã.

Dos muitos processos da Inquisição referentes aos cristãos-novos covilhanenses, salientam-se os que envolveram Jorge Fróis Nunes e

os irmãos Diogo e Álvaro Ferreira, na sequência das delações verificadas no interior da própria comunidade cristã-nova (Dias n.º 49: 3-11). Em 7 de Março de 1703, a Inquisição abateu-se sobre Jorge Fróis Nunes obrigando-o a apresentar-se, tendo os pais já sido presos e sentenciados por judaizarem. Quanto a Álvaro Henriques Ferreira, igualmente filho de cristãos-novos sentenciados, foi preso, em 26 de Fevereiro de 1704, e os seus bens sequestrados². O conflito entre estas duas famílias foi determinante nas perseguições então movidas pela Inquisição aos cristãos-novos da Covilhã. Como salientou Carvalho Dias “as listas dos autos de Fé, da Restauração a 1705, registam, nos cortejos trágicos da Inquisição, cerca de 50 mercadores ou trapeiros, moradores no concelho da Covilhã”, com a agravante de que dezoito destes se reportavam aos primeiros cinco anos do séc. XVIII (Dias n.º 47-48: 396).

Estes conflitos continuaram a agudizar-se, mesmo após a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, em 1773. Com a revolução liberal de 1820, em que cristãos-velhos e cristãos-novos escolheram lados oposto da barricada, acenderam-se de novo os ódios na Covilhã. Enquanto uma parte significativa dos primeiros apoiou as forças absolutistas, os empresários cristãos-novos, na sua generalidade, escolheram bater-se pelas forças liberais. Desde finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX estas hostilidades encontravam-se bastante avivadas no campo da indústria e dos negócios, em resultado das inovações técnicas e tecnológicas introduzidas por alguns dos mais dinâmicos empresários cristãos-novos, na origem da concessão de privilégios reais ou outras concessões. Foi bem visível esta contestação, em 1820, aquando do contrato de concessão da Real Fábrica de Panos a António Pessoa de Amorim, tendo gerado protestos e abaixo-assinados. Este pertencia a uma das mais tradicionais famílias de cristãos-

² Cf. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, IL, Proc.º 534 (1703-03-07/1703-05-14) e IL, Proc.º 5.334 (1704-02-26/1705-09-23).

-novos covilhanenses. Perseguido politicamente, em 1823, não por judaizar, mas por ser maçom e liberal, tanto ele como a família e outros empresários cristãos-novos foram vítimas da ira popular e temeram pela própria vida (Dias 1968: 248-257). Em 1829, o seu nome (e o de muitos outros cristãos-novos) voltaria a constar de uma lista elaborada pelo governo miguelista com a finalidade de identificar, a par dos inimigos da cruz, os mais fervorosos liberais (Dias, 1968: 276-283).

Esta lista de “judeus” identificava 533 indivíduos, dos quais 65 eram considerados economicamente privilegiados. Destes, 28 eram identificados como possuidores de bens de raiz; 6 como tendo bens de raiz e de capital; 20 como sendo negociantes e detentores de bens de raiz; 10 como negociantes e 1 como capitalista. Vários dos maiores empresários da indústria, da finança e do comércio de panos covilhanense integravam o número dos privilegiados desta lista, distinguindo-se, de entre eles, José Tavares da Cunha; os irmãos Manuel e António Pessoa de Amorim; Diogo Pereira de Carvalho; Daniel Pereira da Silva; Manuel Tavares; José Nunes de Paiva; António de Sousa; José Gabriel de Paiva; José Manuel Pereira de Carvalho; D. Antónia Joaquina Raposo; António de Almeida Campos; Estevam de Sousa; Estevam Cesario de Sousa; Manuel Nunes de Sousa; Rafael José de Carvalho; Rosa Veiga de Carvalho; José Mendes Veiga e os irmãos, Manuel e Rafael Mendes Veiga; José António de Sousa; José Pereira de Carvalho Fontes e Rafael Carvalho.

O cruzamento destes dados com os dos registos notariais e paroquiais permitiram-me identificar um conjunto muito significativo de cristãos-novos como dos mais dinâmicos agentes da industrialização covilhanense. Para além dos Castro, dos Pereira da Silva, dos Pessoa de Amorim, dos Navarro e dos Tavares, que pertenciam a uma poderosa elite local, a eles se associaram os Raposo, os Mendes Veiga, os Campos e os Carvalho, muitos deles com capacidade para afrontar o poder político absolutista. Após a vitória liberal, alguns deles beneficiaram de generosas recompensas, nomeadamente a concessão

do contrato dos tabacos e a recolha de impostos na Comarca da Guarda, tendo concentrado uma avultada fortuna em bens de capital, associado a investimentos em bens de raiz, o que levou alguns deles à procura do caminho da nobilitação e, na generalidade, ao estreitamento das relações familiares fortalecido por uma estratégica e endogâmica política de casamentos.

A importância das empresas fundadas pelos Pereira da Silva, os Raposo, os Pessoa de Amorim, os Mendes Veiga, os Campos e os Nunes de Sousa pontuou, durante mais de um século, a produção dos lanifícios covilhanenses, tendo marcado a paisagem industrial da cidade e mesmo da região, como poderá verificar-se no Inventário do Património Industrial da Beira Interior (Pinheiro, 2009: 487-932).

Uma sábia política de casamentos ligou os Mendes Veiga, detentores da Real Fábrica Veiga, aos Tavares, aos Cunha, aos Silva, aos Pessoa, aos Amorim e aos Campos Melo. Além de grandes industriais, foram igualmente proprietários de elevados bens fundiários, cuja posse veio a passar para Cândido Augusto de Albuquerque Calheiros (1840-1904), justificando a nobilitação que o mesmo veio a alcançar como 1.º Conde de Unhais e do Refúgio e, seguidamente, da Covilhã.

Paulo Valadares dá-nos conta desta elite a atuar na Beira Interior e em Trás-os-Montes (Valadares 1999: 7- 9, 12). A este propósito salientou: “uma nobreza cristã-nova emergente formada por titulares recrutados em seis famílias diferentes, mas cuja genealogia combinada forma uma teia comum, pois são eles primos em graus indefinidos uns dos outros”. Identifica “os Sás, os Mendes, os Campos, os Pessoas, os Navarros e os Castros”. Distingue ainda Luís de Solla Telles, grande proprietário da Reigada, capitão-mor de Castelo Rodrigo, pai do primeiro Visconde de Francos e de José Henriques de Castro e Solla. É esta política de casamentos, entre os Castro da Covilhã e os Solla Telles, de Castelo Rodrigo, que explica a administração das fábricas de José Henriques de Castro por alguns dos membros desta elite local e regional.

A análise dos registos notariais permitiu-me acompanhar a atividade económica de muitas destas famílias de negociantes e homens de indústria, desde inícios do séc. XIX até finais dos anos trinta do séc. XX. Neste período aplicaram os excedentes monetários na aquisição de bens fundiários, situação comum à maior parte dos homens de indústria covilhanenses, e em atividades de agiotagem. Foi assim possível confirmar a hipótese de David Justino de a indústria covilhanense se ter desenvolvido a partir do recurso “ao autofinanciamento ou ao capital comercial da região”, face à dificuldade de acesso ao crédito fora da sua área geográfica (Justino 1989: 124). Além dos cristãos-novos, também a Misericórdia e diversas confrarias religiosas emprestavam dinheiro a juros, como demonstram muitas escrituras notariais³. Até à fundação do Banco da Covilhã (1874-1933), a limitada oferta local encareceu o capital, como era já salientado pelo Inquérito Industrial de 1865. A anemia de capitais com que este Banco sempre se confrontou, e o facto de a maioria dos seus acionistas ser originária do norte do país, não lhe permitiu corresponder às expectativas que presidiram à sua criação, tendo-lhe dificultado o enraizamento necessário ao desenvolvimento da sua atividade e o apoio à indústria (Pinheiro 2013: 119-125).

2.3. Recursos hídricos e energia hidráulica

Desde cedo, uma das prioridades defendidas pela autarquia covilhanense, apesar de nem sempre aplicada, foi a da gestão dos recursos hídricos. A reforma das posturas municipais de 1646 permite-nos identificar várias normas com a finalidade de promover a repartição das “águas com igualdade” e de proteger os munícipes dos efeitos prejudiciais da instalação de equipamentos ambientalmente poluentes (Dias 1974: 1-71).

³ Cf., de entre várias, ADCB, Mo 41, Lo 307, [ant. 72], fl. 150v-151 e ADCB, Mo 47A, Lo 349, [ant. 92], fl. 228.

Em 1791, iniciou-se a captação e encanamento da água da mina das Sete Fontes, na encosta da serra da Estrela, bem como a construção de cales públicas. Desde então, foram diversas as medidas tomadas pela autarquia para identificar e regular a exploração de minas e anéis de água, visando gerir a sua utilização pública e privada. Dos diversos Códigos de Posturas publicados destacam-se os de 1841, 1863, 1882 e 1927 (Delgado 2006: 96).

Em finais do séc. XVIII e inícios do seguinte, as ribeiras da Carpinteira e da Goldra, que, até então, tinham sido procuradas para a instalação de equipamentos que necessitavam de consumir água no processo de produção, como era o caso dos lavadouros, das tinturarias, das tendas e dos pisões, passaram a ser escolhidas para a utilização da energia hidráulica. Estas ribeiras, por correrem em encostas com desníveis acentuados favoreciam o aproveitamento desta energia a custos controlados. Este condicionalismo viabilizou a transformação tecnológica que impôs na Covilhã o desenvolvimento industrial com base na energia hidráulica. Bastava um investimento inicial destinado à instalação e manutenção de uma ou mais rodas hidráulicas montadas em série para se poder usufruir de energia acessível. As quedas de água das ribeiras variavam entre os 4 e os 7 metros de desnível. Os maiores declives eram os da Carpinteira. As rodas hidráulicas, inicialmente de madeira, vieram a ser construídas em ferro, no séc. XIX. Tinham, em média, 6 metros de diâmetro e 1 de largura. Eram compartimentadas em cubos, sendo acionadas por propulsão vertical. O movimento resultava da queda da água nos cubos da parte superior, passando para os restantes. O movimento era transmitido por uma roda de engrenagens, a atuar sobre um carroto que se ligava ao veio principal da fábrica (Portugal 1882: 205-206).

Desde inícios do séc. XIX, foi-se acentuando a tendência para a aquisição de novos terrenos nestas ribeiras, atendendo à generalização da aplicação da energia hidráulica. Esta situação obrigou a estender

cada vez mais para montante a instalação de novas unidades nestas ribeiras e a procurar novas áreas de implantação, nas margens da ribeira de Água Alta e do ribeiro Negro, na Covilhã, bem como nas da ribeira de Unhais da Serra, com a mesma finalidade, como pode constatar-se através de grande número de escrituras notariais. A título de exemplo, refira-se que, entre 12 de Abril de 1814 e 30 de Maio de 1814, António Gabriel Pessoa de Amorim, capitão-mor da Covilhã e cunhado de António Pessoa de Amorim, assinou quatro escrituras de compra de terrenos na ribeira de Água Alta.

Começou então a ser criado um complexo sistema de condutas, levadas, comportas, açudes e tanques que permitiram abastecer de água as diversas unidades industriais instaladas nestes cursos de água visando uma profunda transformação tecnológica.

Esta situação contribuiu para retardar a introdução da energia a vapor na indústria covilhanense. Concomitantemente, foram-se acentuando os constrangimentos resultantes de uma dependência energética que se manifestava irregular na sua distribuição estacional e cada vez mais insuficiente. À medida que se avançava no processo de mecanização industrial, os consumos energéticos aumentavam, com a agravante de os recursos hídricos terem que repartir-se entre a indústria e o aproveitamento agrícola dos férteis vales destas ribeira, situação geradora de fortes conflitos sobretudo nos períodos de maior estiagem.

2.4. Alguns casos paradigmáticos da industrialização covilhanense

O processo de industrialização da Covilhã permite-nos surpreender, ao longo do tempo, a coexistência de diferentes processos e sistemas, quer energéticos quer de produção. No Inquérito Industrial de 1802, esta situação aparece já devidamente clarificada. Nele apresentam-se os dados reportados a algumas das mais importantes fábricas da Covilhã, como as de D. Brites Maria Teodora, António José Raposo, José Mendes Veiga e Simão Pereira da Silva. Para além destas e,

igualmente, da omissa Real Fábrica de Panos, o documento sublinha ainda a existência de “uma fabricância de tecidos de lam dispersa pelas casas dos seus habitantes cujo número são hoje quinhentos e oito” enquanto que nos lugares anexos se referenciavam 1.020 cardadores. Para além destes, nos 85 teares referenciados ocupavam-se 254 tecelões; nos 25 pisões, 110 trabalhadores; nas 6 tinturarias, 39; nas 5 tendas, tesouras e prensas, mais 20, juntando-se ainda a este número 12 urineiros em todos os pisões e 17 escarduçadores, o que perfazia um total de 1.980 trabalhadores dispersos, a juntar aos das restantes unidades fabris.

Analisemos, seguidamente, alguns dos casos mais paradigmáticos da industrialização covilhanense reportados à sobreposição no tempo de diferentes ritmos e processos de produção. Todos eles foram dinamizados por empresários cristãos-novos, apesar de constituírem uma pequena amostra do total das unidades fabris a que se encontravam associados.

2.4.1. O “Tinte Antigo”

Esta unidade, identificada no Inventário do Património Industrial da Covilhã como “João Pereira Presunto (Tinte Antigo)” era, seguramente, uma das seis tinturarias que o Inquérito de 1802 já referenciava. Situava-se na travessa do Tinte (uma transversal da rua de S. Vicente), onde se conservam ainda hoje evidências arqueológicas da primitiva tinturaria (Pinheiro 2009: 633). Desconhecendo-se os proprietários iniciais, admite-se como muito plausível que, em 1814, estivesse na posse de Daniel Pereira da Silva, cujo nome integrava a lista dos judeus de 1829. Este, juntamente com D. Joana Caetana, eram, à data, proprietários de um tinte, na Freguesia de S. Vicente, com duas dornas e duas caldeiras, que laborava com um mestre, dois oficiais e quatro serventes, e tingia por ano cerca de 1.000 peças. Esta unidade, apesar de localizada no tecido urbano, manteve-se a laborar no mesmo ramo



Fig. 1. Tinturaria de João Pereira Presunto (Tinte Antigo). Covilhã. S. Vicente. Travessa do Tinte. Ao centro, em primeiro plano, o aglomerado de edifícios antigos, que laboraram como tinturaria, desde o séc. XV-XVI até ao séc. XX.

de atividade, até final do séc. XIX, inícios do seguinte, e constitui uma das poucas reminiscências das primitivas manufaturas de tinturaria covilhanenses anteriores à instalação da Real Fábrica de Panos.

2.4.2. A “Chapa”

A localização e caracterização funcional do edifício da Chapa só foi possível a partir da análise de um conjunto de documentação notarial, associada a outros tipos de fontes. Esta situação fundamenta uma futura atualização do Inventário do Património Industrial da Covilhã, visando referenciá-la sob a designação de “Fábrica de José Henriques de Castro (Chapa)”.

No Inquérito Industrial de 1802, é identificada como uma oficina que fazia parte da “Fábrica de Lanifícios erigida por D. Brites Maria Teodora”, viúva de José Henriques de Castro, que a administrara



Fig. 2. Fábrica de José Henriques de Castro (a Chapa). Á direita do edifício filipino dos Paços do Concelho, em primeiro plano, o edifício de “A Chapa” e, em segundo plano, a Casa da Hera, ambos destruídos em meados do séc. XX, para a construção do Teatro Cine (inaugurado em 1954) e do novo edifício da Câmara (inaugurado em 1958). Reprodução fotográfica (Saraiva, Madaleno, Pinheiro 2013:109).

anteriormente. Este complexo era constituído por vários espaços manufatureiros dispersos, nomeadamente a Casa do Obrador, a Casa da Urdideira, a Casa dos Fiados, a Casa dos Teares Grandes, a Casa dos Teares Pequenos, a Casa do Pisão, a Casa da Tenda e das Prensas, a Casa da Tinturaria, a Casa da Chapa e a Casa da Carpintaria. Dispunha ainda de Escolas de Fiação em Valezim, Sortelha, Malcata, Quadrazais, Sabugal, Meimoa, Ameal, Vide e Sarzedo. Comparada com as restantes manufaturas de particulares identificadas neste documento era uma das maiores. A Chapa era mais uma das várias unidades de produção administradas por José Henriques de Castro, dispersas por diferentes locais da Covilhã: a S. Silvestre, o Enxugadouro de Lãs do Varandado (Pinheiro 2009: 630-631); na ribeira da Carpinteira, no sítio da Fábrica Velha, a Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas (Pinheiro 2009: 553-556) e no Pelourinho, a Chapa.

É referida pela primeira vez, em 1805, na escritura do empréstimo de 7.172.200\$00 [sete contos, cento e setenta e dois mil e duzentos réis], a juro de 5%, de que eram devedores, por morte de José Henri-

ques de Castro, o genro, Luís de Sola Teles e a filha, D. Leonor Teresa de Castro, e credor, o capitalista, José Vaz da Cunha, o Velho⁴. Os primeiros hipotecavam, de entre diversos bens que possuíam, “uma fábrica com seu quintal, que se compõe de uma tinturaria, tenda, e mais apetrechos, no sítio da Carreirancha”. Esta unidade viria mais tarde a ser adquirida por D. Leonor de Amorim Pessoa, por compra a Luís de Sola Teles. Nas Estatísticas Industriais de 1815, aparece identificada uma unidade em nome desta nova proprietária, no sítio “dos Quintais”. Este topónimo só recentemente foi possível localizar, através dos dados constantes de uma outra escritura, de 1888, de que seguidamente se transcreverão alguns excertos. Em 1815, empregava 21 trabalhadores, dos quais 14 na Tinturaria e 7 nas Prensas. Tinha 5 caldeiras (2 das quais inativas), 2 dornas e 2 prensas (uma dela inativa). Tingia por ano 1.200 peças, das quais 1.000 na tinturaria e 200 nas prensas. Exportava para a Província da Beira e o Minho, salientando-se ainda em nota que seria “(...) susceptível de um giro muito mais considerável que poderá agora alcançar com o restabelecimento da paz” (Dias 1965: 1.582-1.583).

De acordo com uma outra escritura, de 1835, José de Amorim Vaz Pessoa comprou sete quinhões de uma fábrica, com todos os seus utensílios e quintal, aos restantes herdeiros de D. Leonor de Amorim Pessoa.

A escritura acima referenciada, de 30 de Abril de 1888, fora celebrada entre José Maria Veiga da Silva Campos Mello, na qualidade de comprador, e os irmãos José Maria de Mello Amorim e Cassiano Augusto Pessoa de Amorim, na de vendedores. A unidade fabril era localizada e descrita nos seguintes termos:

“(...) a Chapa, na Rua da Carreira Ancha, freguesia de S. Pedro, composta de casas de tinte, ultimação e outras oficinas, râmolas,

⁴ Cf. ADCB, M.º 41, Liv. 310 [antigo 73], fl. 70-71.

quintais chamados de Baixo, logradouro e uma casa (...), na dita rua pegada à casa das prensas, confrontando do Nascente com Carreira Ancha (...) do Sul com o Largo do Pelourinho”. Acrescentava-se ainda “que a propriedade (...) pertencia a sua bisavó Dona Leonor de Amorim Pessoa, por compra que dela fez a Luís de Solla Telles e D. Leonor Teresa de Castro (...)”⁵.

Nesta transação estava em causa, para além da posse dos imóveis, a utilização dos recursos hídricos de que a propriedade dispunha. Localizada sobrelevando-se em pleno centro político e administrativo da cidade, abastecia de água a Fonte das Três Bicas, erguida na base do muro dos quintais que a ladeavam e que permitia abastecer de água aquela área.

Em contraponto com os exemplos apresentados, analisemos, seguidamente, algumas unidades fabris que, ao tempo, se apresentaram como modelares no aproveitamento da energia hidráulica.

2.4.3. As *fábricas* de Simão Pereira da Silva

Simão Pereira da Silva, capitão-mor da Covilhã, foi um dos mais representativos homens de negócio e indústria da proto-industrialização dos lanifícios. No último quartel do séc. XVIII, a sua área de ação desenrolou-se ao longo de uma faixa que acompanhou a fronteira portuguesa, entre Celorico da Beira e a região de Portalegre, passando pela Covilhã. Através de uma dinâmica teia de relações tecidas pelas redes de interesse económicos de cristãos-novos, alicerçou, nesta vasta região, um conjunto de empreendimentos que os seus genros e sobrinhos vieram a desenvolver. Tendo começado por fundar, em Celorico da Beira, uma modelar cardação e fiação de lã, equipada com engenhos movidos a energia a sangue, veio investir

⁵ Cf. ADCB, M.º 74, Liv. 574 [antigo 50], fl. 5v.º-6.



Fig. 3. Fábricas de Simão Pereira da Silva Ribeira da Goldra. Em primeiro plano, à esquerda, o espaço cultural “A Tinturaria”, propriedade da Câmara Municipal da Covilhã, no edifício fundado por Simão Pereira da Silva para manufatura de tecidos. À direita, atualmente em intervenção, a Fábrica Leitão & Quintela/Francisco Mendes Alçada, local onde Simão Pereira da Silva e António Pessoa de Amorim montaram as primeiras rodas hidráulicas, construídas por Gabriel Morisson.

na Covilhã, à procura do aproveitamento da energia hidráulica para os fazer acionar. Começou por instalar, na ribeira da Goldra, uma tinturaria, tendo, seguidamente, transferido para a mesma área da Covilhã, uma fábrica de tapetes, designada de Papagaio, anteriormente localizada em Estremoz.

Em 1785, a unidade da Covilhã, já com privilégios reais, caracterizava-se pela “fabricação completa de tecidos de lã”, sendo ainda complementada por mais um pisão e duas tinturarias (Dias 1965: 599-602).

Em 1802, diferenciavam-se bem as duas unidades de que esta fábrica se compunha. A de Celorico da Beira, para além do número reduzido de trabalhadores, distinguia-se pelas inovações tecnológicas

introduzidas, salientando que “(...) em cada tear tece uma pessoa só à maneira inglesa com suas lançadeiras de ferro com carretos”. De igual modo, sublinhava que tinha já em laboração cinco grandes engenhos, sendo três de cardar e seis de fiar, movidos por bois e feitos por dois maquinistas irlandeses. Os três engenhos de cardar constituíam, de acordo com as palavras do empresário, “uma máquina admirável”, uma vez que garantiam uma significativa diminuição de mão-de-obra, situação que se repetia com os dois engenhos de fiar. Por esse facto, manifestava-se disposto a substituir a energia a sangue que fazia mover em Celorico estas máquinas, mandando-as “armar por água, para que o seu movimento seja mais certo, mais suave, mais pronto”. Deste modo, para além da libertação de mão de obra, esperava poder vir a “competir com os estrangeiros”. Rematava ainda que: “(...) estes engenhos são os únicos que há no Reino para os lanifícios e ainda mesmo os não há em muitos Reinos porque o seu invento é de moderno, e principiou em Inglaterra e Irlanda”⁶.

Na Covilhã, para onde eram enviadas as peças produzidas em Celorico, para serem ultimadas e tingidas, Simão Pereira da Silva referia possuir “admiráveis edifícios não só para os tecidos da minha própria conta mas inda para mandar beneficiar os do público”. De entre eles, destacava “um edifício com dois pisões, quatro perchas de ar e duas à moda inglesa; dois edifícios de tinturaria; um edifício constituído por várias oficinas de tosar, prensar e lustrar os tecidos e umas râmolas com capacidade para 50 peças ou cortes.

Entre 1802 e 1807, Simão Pereira da Silva dirigiu diversos requerimentos à Coroa, solicitando a atribuição de um qualquer cargo ou título de nobilitação, bem como o empréstimo de uma verba de “até

⁶ Cf. o manuscrito intitulado “Relação da gente que ocupa a minha fábrica de Lanefícios a qual he erigida nesta vila da Covilhã e na de Celorico da Beira, e goza de Privilegio Real pello Alvará Regio que Sua Mage me concedeo em 31 de Julho de 1788”, datado de 15 de Março de 1802 e anexado ao de 2 de abril de 1802, do Superintendente dos Lanifícios. AHMOP, JC12, 1788-1814.

vinte contos de reis”, a ser paga ao longo de vinte anos, para financiar os avultados investimentos que efetuara com as inovações técnicas que introduzira nas fábricas de Celorico e da Covilhã. Na primeira década do séc. XIX investe na aquisição de vários terrenos agrícolas, na área da Covilhã, conforme várias escrituras notariais o assinalam. Apresentara-se então como “o primeiro empreendedor [sic] que usou as máquinas de fiar e cardar nos lanifícios; as quais nestes Reinos somente havia para algodão, sendo as primeiras para a Fábrica das Sedas, para a de Azeitão e para a de Tomar que excedeu a todas as outras”. Acrescentava ainda que “estas máquinas porém não são de invenção nova em que caiba o privilégio exclusivo, o que é novo é o uso delas (...)”. E rematava: “Actualmente trabalham com bois e a pertença do suplicante é dirigida a estabelecer-se na Villa da Covilhã aonde possam trabalhar com água” (Dias 1965: 612-615).

Foi em finais de 1813 que chegaram à Covilhã estes novos engenhos. Começaram a ser instalados nos edifícios que, à data, se encontravam a ser administrados pelo genro e sobrinho, António Pessoa de Amorim, no sítio do Senhor da Ribeira, na Goldra. Apresentavam-se então como

“máquinas de cardar e fiar as lãs, prexar e tosar os tecidos, todas movidas por água e poderão fazer por dia 400 côvados da melhor qualidade”. Acrescentava-se que “há quinze meses que se andam fazendo, e se findarão pelo Março de 1816 se não houver algum inconveniente, e se têm gasto 24.000.000\$00 [24 contos de] réis para cima (...)” (Dias 1968: 1586).

Apesar de as inovações introduzidas em Celorico e na Covilhã merecerem a necessária contextualização a nível nacional, devendo ainda ser confrontadas com a evolução tecnológica verificada no subsector algodoeiro, constituem uma referência a ter em conta, particularmente por se reportarem ao subsector dos lanifícios, de muito maior complexidade processual e tecnológica.

2.4.4. As fábricas de António Pessoa de Amorim



Fig. 4. Fábrica de António Pessoa de Amorim
Ribeira da Goldra. Sítio do Pisão Novo. Em primeiro plano, à direita, as ruínas do engenho de cardar e fiar, no qual António Pessoa de Amorim instalou os primeiros equipamentos mecânicos de cardação e fiação.

Na sequência das iniciativas desenvolvidas por Simão Pereira da Silva, António Pessoa de Amorim providenciou a instalação de engenhos de cardar e fiar nas unidades fabris que, igualmente, administrava na mesma ribeira, mas mais a montante. Tratava-se de dois edifícios, localizados no sítio do Pisão Novo, um dos quais no patamar superior da Tinturaria de Diogo Pereira de Carvalho e do Pisão Novo e o outro ao mesmo nível destas unidades. Em 14 de Novembro de 1814, já tinha providenciado a constituição de uma sociedade entre ele e o reputado técnico francês, Gabriel Morizon, que para o efeito havia já sido contratado por Simão Pereira da Silva. Esta destinava-se à “(...) Manufacturaçam de tecidos e organaçam [sic] de engenhos necesarios para alguma mam de obra”, na qual o primeiro entrava com “a caza nova chamada a dos Engenhos, a das Alcatifas e Pizam

recebendo a renda annual de seiscentos mil Reis” e o segundo “pello trabalho e industria que hade empregar (...) para construção dos engenhos recebera trezentos mil Reis por huma vez somente (...)”⁷.

A partir de 1815, começam a aparecer nos registos notariais da Covilhã diversas escrituras de sociedade com idênticas finalidades. O investimento realizado por António Pessoa de Amorim neste empreendimento garantiu-lhe um lugar de destaque aquando da adjudicação do contrato de exploração da Real Fábrica de Panos, em 1822. Esta situação permitiu-lhe integrar, sob a mesma administração, as diversas secções de produção dos lanifícios, através da exploração conjunta de uma manufatura pública e de diversos estabelecimentos privados.

A sociedade que constituíra em 1814 foi ampliada por uma outra, realizada em 14 de Setembro de 1821, igualmente destinada à “manufacturação de tecidos” que, para além dos primeiros sócios, integrava ainda um outro, negociante da praça de Lisboa.

As novas máquinas só teriam começado a laborar mais tarde, conforme se depreende das observações constantes das estatísticas industriais da Junta do Comércio, de 1822: “as novas máquinas de abrir lãs, cardar, fiar, prechar, tosar e escovar, todas feitas pela direção do hábil maquinista Gabriel Morizon, vão dar princípio aos seus trabalhos por estes 15 ou 20 dias e prometem um melhoramento extraordinário à fabricação” (Dias 1964: 1644). Por escritura de 18 de Novembro de 1825, a sociedade constituída em 1821 veio a ser dissolvida, tendo ficado acordado que Gabriel Morizon devia transferir para a posse de António Pessoa de Amorim todas as máquinas já construídas, bem como todos os equipamentos que lhe pertenciam, cedendo, igualmente, todas as ferramentas e manufaturas existentes em Lisboa e na Covilhã, qualquer que fosse o estado em que se encontrassem. Por sua vez António Pessoa de Amorim comprometia-se a pagar-lhe

⁷ Cf. ADCB, M.º 45, Liv. 332[93 antigo], fl. 71-72v.º.

1.200.000 rs [1 conto e duzentos mil réis], adiantando no ato 200.000 rs e ficando a verba restante de ser paga posteriormente. Gabriel Morizon faleceu na Covilhã, em 17 de Julho de 1829, após envenenamento com ópio, na sequência de desgostos familiares, de acordo com a informação do juiz de fora (Dias 1968: 273-274). Todavia, os problemas no âmbito da dissolução desta sociedade terão, provavelmente, pesado no trágico desfecho da vida deste “maquinista” francês, que residia na Covilhã.

Em 1873, Pinheiro Chagas, ao visitar a cidade, descreveu o seguinte quadro:

“Vi também a Real Fábrica, curiosíssima debaixo do ponto de vista archeologico. Ali se conservam as velhas thesouras, as velhas machinas, todo o aparelho antigo da antiga fabricaçãõ. O Sr. Antõnio Pessoa de Amorim, que hoje a possui, limita-se a mantê-la, sem a desenvolver mais. Em compensaçãõ está interessado em outras empresas (...). Não é por falta de iniciativa que este cavalheiro (...) conserva assim a Fábrica Real. Mas entende, e com razão que não vale a pena empregar os seus capitaes n’uma propriedade, sobre a qual o governo tem ainda não sei que velhas e contestadas pretensões (...)” (Pinheiro Chagas, 1873).

Uma vez mais se repete a concomitância dos diferentes ritmos de desenvolvimento industrial na Covilhã.

2.5. Um processo de industrialização à margem do vapor

À medida que se tornou necessário intensificar a produção de energia hidráulica investiu-se no aperfeiçoamento da sua tecnologia e evoluiu-se para a instalação de turbinas nas ribeiras da Covilhã e, particularmente, na ribeira da Aldeia/Vila do Carvalho, dadas as vantagens económicas da utilização deste tipo de energia. Esta situação contribuiu para retardar a introdução da energia a vapor, que se

manteve praticamente subsidiária da energia hidráulica, atendendo a que, nos períodos de maior estiagem, devido às limitações energéticas, as fábricas para poderem funcionar, tinham que recorrer ao trabalho noturno. Apesar de as primeiras caldeiras de vapor da Covilhã, desde 1841, estarem instaladas na fábrica de “Valério Gomes Correia & Irmão (Pisão Novo)”, a primeira máquina a vapor da região foi instalada em Castelo Branco, numa unidade mista, destinada a fazer acionar uma cardação de lã e um lagar de azeite. Tratava-se da empresa “Morões & C.^a”, fundada em 1856, e que trabalhava em exclusividade para a fábrica covilhanense de Francisco Nunes Marques de Paiva, que adquirira a empresa de “Valério Gomes Correia & Irmão”. Na Covilhã, só em 1864 se tem notícia do funcionamento da primeira máquina a vapor, destinada a fazer acionar 6 pisões cilíndricos e uma tinturaria, precisamente nesta última fábrica, considerada então modelar e que veio a ser integrada na Companhia Nacional de Lanifícios. Para além desta máquina, dispunha ainda de sete rodas hidráulicas (Silveira 1864: 112-113). Um dos sócios desta última firma, José António Morão, primeiro visconde de Morão, igualmente cristão-novo com fortes ligações familiares à Covilhã, foi o fundador da já referenciada Morões & C.^a (Pinheiro 2008: 263-264).

Em 1864, Fradesso da Silveira referenciava a situação sublinhando o seguinte:

“Se boas vias de comunicação, e conseqüente afluência de capitais, facilitassem os meios de aplicar à já possante indústria covilhanense aquele poderoso agente (vapor) em suficiente escala, ela se tornaria bem depressa a mais importante do reino, por existir n’um país, cujos habitantes, por gosto e costume, são todos fabricantes, ou pelo menos dedicados, se não interessados, no fabrico” (Silveira 1864: 108).

O Inquérito Industrial de 1881 contabilizava “88 rodas hydraulicas com a força de 317 cavallos-vapor e 13 machinas de vapor com a força

de 202 cavallos-vapor, nominaes”. O preço exorbitante do combustível necessário para fazer acionar as máquinas de vapor na Covilhã, em consequência dos elevados custos com o transporte, ajudam a compreender a situação.

Atendendo a este facto, no mencionado Inquérito considerava-se que, à Covilhã, só restava, como alternativa, continuar a apostar na energia a hidráulica, tendo-se proposto para o efeito um plano de intervenção megalómano para a época, que passava pela “perfuração da serra do Picoto, por meio de uma galeria e a derivação das águas da ribeira das Cortes para o lado da Covilhã, dividindo-as, igualmente, pelas ribeiras da Carpinteira e da Degoldra”. Em 1933, sublinhava-se ainda que “o preço da tonelada de carvão na Covilhã era o quadruplo do custo em Inglaterra” (Pereira 2002: 581).

Ao invés de outros países e lugares, a industrialização sedimentou-se na Covilhã pelo aproveitamento da energia hidráulica, que evoluiu tardiamente para a aplicação da energia eléctrica sem ter vivenciado a generalização da energia a vapor.

Não se tratou de um caso isolado, como salientou José Amado Mendes: “(...) o aperfeiçoamento da tecnologia da roda hidráulica, primeiro, e da turbina, depois, fez com que a força motriz da água tivesse desempenhado um papel notável, como também sucedeu, por exemplo, em certas áreas dos Estados Unidos da América.” A propósito da “sobreposição entre inovações e tecnologias da 1.^a e 2.^a Revoluções Industriais, nomeadamente o vapor e a electricidade”, realçou ainda que “para se avaliar o ritmo e a intensidade da industrialização não basta atender, sem mais, ao indicador constituído pela utilização de máquinas a vapor e sua potência” (Mendes 2010: 83-84).

3. Conclusão

A análise do microcosmos covilhanense constitui um aliciente desafio para a investigação, atendendo à importância histórica confe-

rida ao processo de industrialização que vivenciou, a par da elevada massa documental incorporada pelo Museu de Lanifícios. O interesse aumenta quando se vivenciam, no presente, os resultados da cíclica recuperação da indústria covilhanense. A profunda alteração do modelo económico e social vigente até aos anos oitenta do séc. XX, que conduziu à mudança do paradigma que acompanhou, até então, o devir histórico da cidade, assente na monoindústria de lanifícios, concita à reflexão partilhada acerca do processo desenvolvido num tempo longo, com custos muito diferenciados por parte dos distintos atores nele envolvidos.

O cruzamento de fontes de diferentes proveniências, nomeadamente das notariais, permitiu-me enquadrar as primeiras fases do processo de industrialização covilhanense, enfatizando a importância da especialização das oficinas de tinturaria e acabamentos, dependentes da utilização dos recursos hídricos das ribeiras, bem como a calendarização das inovações técnicas aplicadas nos engenhos de cardar e fiar. Esta situação apesar de ter contribuído para o desenvolvimento da vertente da especialização técnica, veio acentuar a segmentação da produção, enquadrada no complexo processo de transformação da lã em pano, com a finalidade de melhor acompanhar a evolução tecnológica em curso neste subsector. A configuração do modelo de desenvolvimento industrial baseado nesta segmentação, bem como na dispersão territorial e na especialização da produção conduziu, a partir do segundo quartel do séc. XIX, a uma acentuada pulverização empresarial.

A intervenção estatal viabilizou a contextualização do dinamismo verificado nas fábricas de particulares, sobretudo de cristãos-novos, a partir de finais do séc. XVIII e no primeiro quartel do séc. XIX, abrindo espaço para a mecanização da indústria, iniciada nos engenhos de cardar e fiar acionados pela energia hidráulica.

De todo este processo ressalta o papel dos cristãos-novos, particularmente relevante na introdução dos novos equipamentos e sistemas de produção praticados nos países considerados mais avançados no

campo da tecnologia dos lanifícios, tendo sido possível identificar os empresários que mais investiram no desenvolvimento da indústria, a par das instituições que mais se salientaram no financiamento desta, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia e o Banco da Covilhã, para além de diversas confrarias religiosas.

Destacam-se ainda duas contribuições para a atualização do Inventário do Património Industrial covilhanense.

Foram igualmente identificados alguns dos constrangimentos e desafios que a indústria covilhanense teve de enfrentar, num tempo longo, nomeadamente, a precariedade da rede viária e a tardia inauguração da linha dos caminhos de ferro.

A forte dependência energética dos recursos hídricos contribuiu para explicar a lenta, tardia e muito limitada introdução da energia a vapor, até à difusão da energia elétrica, tendo justificado a manutenção, nos vales das ribeiras da Goldra e Carpinteira, das fábricas aí acantonadas, até aos anos setenta do séc. XX. Esta localização continuada das unidades industriais, mesmo após a eletrificação, atendendo à limitada disponibilidade de espaços, praticamente desde o séc. XV, até à actualidade, conduziu ao crescimento orgânico dos edifícios fabris, fazendo acentuar a dispersão territorial de várias secções das unidades fabris.

A mudança de paradigma verificada a partir do esgotamento do modelo de monoindústria vivenciado, contribuiu para a transformação de uma paisagem industrial numa paisagem cultural evolutiva, através dos processos de patrimonialização já efetuados ou ainda em curso.

Fontes e Bibliografia

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB)

Cartório Notarial da Covilhã, Livros de Notas dos Notários:

RAVASCO, Filipe da Cruz, livs. 1801-1802 a 1818-1819

BARATA, Manuel Moura, livs. 1804-1805 a 1817-1818

MELO, Daniel José da Silva, livs. 1800-1822 a 1825-1829

RIBEIRO, Tomás António, livs. 1840-1885.

1.2. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)

JC12, Mapas e contas dos ministros territoriais acerca das fábricas existentes. 5 caixas.
1788-1833: 1797-1799, 1802, 1803, 1812, 1815-1817, 1818, 1827, 1829.

1.3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Chancelaria de D. João V, L.º 125

Dicionario Geografico de Portugal, 1758. Ms. Tomo 12 C5.

Tribunal do Santo Officio: Inquisição de Lisboa

2. FONTES IMPRESSAS

CHAGAS, M. Pinheiro – Cartas da Beira. *Diário ilustrado*. Lisboa. N.º 423 (8 Out. 1873);
n.º 424 (9 Out. 1873); n.º 425 (10 Out. 1873).

PORTUGAL: *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda Parte: Visita às fábricas*. Lisboa, 1881.

PORTUGAL: *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito indirecto. Terceira Parte*. Lisboa, 1882.

PORTUGAL, Comissão de Planeamento da Região Centro (1973). *Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo sub-grupo da indústria do Grupo de Trabalho n.º 6 – Cova da Beira* [Policopiado].

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1863), *As fabricas da Covilhã*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1864), *As fabricas em Portugal. Inquerito de 1862 1863. Indagações relativas aos tecidos de lã*. Lisboa Imprensa Nacional.

3. BIBLIOGRAFIA

COSTA, [Tenente] Elias da (1928), *A Covilhã no trabalho*. Covilhã: Ed. autor.

DELGADO, Rui (2006), *História temática da Covilhã (1800 a 1926)*. IV: *Desenvolvimento e urbanismo*. Covilhã: Ed. autor.

DEWERPE, Alain (1985), *L'industrie aux champs. Essai sur la proto-industrialisation en Italie du Nord (1800-1880)*. Roma: École Française de Rome.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Os lanifícios na política económica do Conde da Ericeira”. *Lanifícios*, Lisboa: Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, A.4, n.º 44 (Ago. 1953); A. 4, n.º 47-48 (Nov.-Dez. 1953); A.5, n.º 49 (Jan. 1954).

- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, compil (1958-1974), *História dos Lanifícios (1750-1834) Documentos*. Lisboa: [s.n.], vol. I, 1958; II, 1962 e III, 1965; vol. IV e V, 1968 e vol. VI, 1974.
- FARIA, Miguel Figueira de e MENDES, José Amado, (coord.) (2010), *Actas do Colóquio Internacional Industrialização em Portugal no séc. XX. O caso do Barreiro, Centenário da CUF no Barreiro, 1908-2008*. Lisboa: EDIUAL-Universidade Autónoma de Lisboa.
- FILIPE, Alda Maria Martins Mourão (2000), *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra [mimeografada].
- GERALDES, Manuel Nunes (1880), *A Covilhã no Centenário*, Lisboa: Lallement Frères Typ.
- JUSTINO, David (1989), *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vol. Lisboa: Vega.
- LASLETT, Peter, (1975), *O mundo que nós perdemos*, Lisboa: Cosmos.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1997), *Mercado e Privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MILHEIRO, Ana Vaz (2009), Por uma cidade amável: espaços públicos e programa Polis na Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana (1994), *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Linda-a-Velha: Difel.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983 [1971]), *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2002), “Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista”. *Actas das III jornadas de arqueologia industrial (12 a 14 de Novembro de 1998)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- PINHEIRO, Elisa Calado (2008-2009). *Rota da Lã transiana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Vol. 1: *Reconhecimento e valorização patrimonial*. Vol. 2: *Inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios*.
- PINHEIRO, Elisa Calado (2013), “O Banco da Covilhã”. *Dicionário de História Empresarial Portuguesa*, séc. XIX e XX. Vol. 1: *Instituições Bancárias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PINHEIRO, Elisa Calado (2019a), “A Real Fábrica de Panos, um marco histórico na paisagem industrial e cultural da Covilhã”. *Ubimuseum*, n.º 4.
- PINHEIRO, Elisa Calado (2019b), “José Mendes Veiga (1762-1817), o fundador da Real Fábrica Veiga (Covilhã). Alguns dados de enquadramento biográfico”. *Ubimuseum*, n.º 5.
- PREITE, Massimo (2008), “Du paysage industriel au paysage culturel évolutif”. *Patrimoine de l'industrie: resources, pratiques, cultures*. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIH (revue), Torino, Italy, n.º 20.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2010), *Empresas e empresários das indústrias transformadoras na sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SARAIVA, Ana, MADALENO, Carlos Dias e PINHEIRO, Elisa Calado (2013), *História da Covilhã: datas, figuras e factos*. Covilhã: Câmara Municipal da Covilhã.

VALADARES, Paulo (1999), “Uma teia familiar: cristãos–novos portugueses nobilitados no século passado”. *Gerações/Brasil, Boletim da Sociedade Genealógica Judaica do Brasil*. vol. 5, n.º 1/2.

VAQUINHAS, Irene Maria e FONSECA, Fernando Taveira da (2000), “Os actos notariais como fonte para a história económica e social”, Maria Helena Cruz Coelho (coord.), *A cidade e o campo. Colectânea de estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

4. Sítios WEB

MUSEU DE LANIFÍCIOS DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR. Disponível em <http://www.museu.ubi.pt>.

OS TRATADOS DE CONTABILIDADE NO PORTUGAL OITOCENTISTA (1800-1882)

Fernando de Sousa
Professor Catedrático da Universidade do Porto e Coordenador do CEPESSE
fernandosousa@cepese.pt

Maria de Fátima Conde
Professora Adjunta do ISCAC e Investigadora do CEPESSE
fconde@iscac.pt

Introdução

O estudo dos tratados e manuais de Contabilidade em língua portuguesa, com exceção de Hernâni Carqueja no que diz respeito ao século XVIII, tem sido praticamente ignorado pelos investigadores, quer historiadores, quer contabilistas, que assim parecem secundarizar a influência que tais obras tiveram na definição das técnicas contabilísticas, sobretudo o método de escrituração das partidas dobradas, que registou uma tardia e tímida utilização pelos nossos empresários, sinal evidente do débil capitalismo de que eram os principais agentes (CARQUEJA, 2010).

Jacome Ratton, negociante francês estabelecido em Lisboa, na sua obra *Recordações*, editada em 1813, dá conta da ignorância dos nossos comerciantes em matéria da contabilidade por partidas dobradas em

meados do século XVIII, ignorância essa que a Aula do Comércio de Lisboa (1759), mais tarde, a Academia Real da Marinha e Comércio do Porto (1803) e alguns manuais publicados em língua portuguesa (1758, com reedições de 1771 e 1779; 1764, com reedição de 1792; e 1794) vão procurar atenuar.

No trabalho que agora se apresenta sobre a literatura contabilística do século XIX, pretendemos dar um contributo para o conhecimento dos autores e das obras publicadas em português no século XIX, que não foram objeto de investigação a não ser de Fátima Conde que, na sua dissertação de mestrado *A evolução da Contabilidade em Portugal nos séculos XIX e XX*, efetuou uma análise relativa a alguns dos livros publicados.

Fica, desde já, claro que ignoramos as publicações que não são especificamente de escrituração/contabilidade, e que, portanto, não tivemos em consideração aquelas que dizem respeito a manuais de comércio, juros, câmbios, moedas e seguros, ou seja, literatura mercantil, que não abordamos neste texto.

Importa ainda referir que este tema, desenvolvido de forma mais ampla, integra o volume II da *História da Contabilidade em Portugal*, coordenado por Fátima Brandão, obra que sob a coordenação geral de Fernando de Sousa, em três volumes, foi entregue à Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), em junho de 2018, para publicação.

O objetivo deste trabalho é, pois, dar a conhecer os tratados de Contabilidade publicados em língua portuguesa no século XIX e respetivos autores, dar conta da sua importância e difusão através do número das suas edições e perceber a influência que autores estrangeiros exerceram nos mesmos.

Os manuais de Contabilidade em língua portuguesa do século XIX (1800-1882)

José Gonçalves Ramiro (1800)

Em Lisboa, no ano de 1800, de José Gonçalves Ramiro, foi editado pela Academia Real das Ciências um opúsculo intitulado *Ilustrações preliminares sobre o balanço geral do negócio, com as formalidades nos livros auxiliares e gerais*, que teve uma segunda edição em 1803, corrigida e aumentada – dez páginas mais do que a primeira.

Oficial de escriturário em 1806, José Gonçalves Ramiro considera a “escritura dobrada, uma boa ordem e disposição de grandezas positivas e negativas (entendendo-se por estas todos os débitos, e por aquelas todos os créditos)”. E o mesmo se devia praticar nos livros auxiliares do Diário e no Livro de Razão, do qual “se deduzem os necessários balanços” (RAMIRO, 1800: 7). Exemplifica a escrituração dos dois livros referidos e dos livros auxiliares e o tipo de assentos nos mesmos.

Manuel Luís da Veiga (1803)

Em 1803, Manuel Luís da Veiga publicou, em Lisboa, o *Novo método das partidas dobradas para aqueles que não tiverem frequentado a Aula do Comércio*, onde, pela primeira vez, em livro impresso, o autor apresenta de forma bastante desenvolvida as partidas dobradas, secundarizando as “partidas singelas”, uma vez que “a ciência da escrituração só se apreende pelos preceitos e regras, que para isso se dão como infalíveis; e este é o fim que nos propomos nesta obra”. Distingue claramente os “caixeiros” dos “guarda-livros”, fornecendo destes as suas obrigações “no serviço do seu escritório”, e não ignora que o método que apresenta surgiu em Itália “há trezentos e sete anos”.

Apresentado o enquadramento teórico em largas dezenas de páginas, seguem-se as “estampas”, ou seja, a exemplificação prática das

formas de escrituração dos diferentes livros, assim como as “regras” e notas explicativas de cada um deles, incluindo o “inventário geral” e o “balanço” de uma casa comercial reportados a 31 de dezembro de 1802 (VEIGA, 1803: IV-VI).

Trata-se de um excelente manual para o seu tempo, utilizado na Academia da Marinha e Comércio do Porto, e provavelmente na Aula do Comércio de Lisboa, de que Cabral de Mendonça irá servir-se largamente no seu *Guarda-Livros Moderno*, e que influenciou seguramente o ensino da Contabilidade em Portugal até meados do século XIX.

Ainda em 1803, Manuel Luís da Veiga publicou a *Escola Mercantil sobre o Comércio, assim antigo como moderno, entre as nações comerciantes de velhos continentes*, referenciado por alguns autores como sendo uma obra de Contabilidade, mas que trata apenas do comércio propriamente dito, como a sua consulta evidencia.

Manuel Teixeira Cabral de Mendonça (1816-1818)

Em 1816-1818, Cabral de Mendonça vai publicar, em Lisboa, respetivamente, *O Guarda-livros moderno* e o *Suplemento ao Guarda-livros moderno*, que, segundo Francisco Santana, foi adotado como livro oficial na Aula do Comércio até 1845, para o ensino das partidas dobradas, a demonstrar, assim, a importância e influência que teve em Portugal (SANTANA, 1986: 36). Rodrigo Afonso Pequito, em 1875, escreve que o manual de Cabral de Mendonça “há poucos anos deixou de ser usado nas escolas” (PEQUITO, 1875: 143).

Inocêncio Francisco da Silva, no seu imprescindível *Dicionário Bibliográfico Português*, chamou já a atenção para o facto das obras de Cabral de Mendonça serem “extratos, recompilações e traduções de outros autores nacionais e estrangeiros” (SILVA, 1862, VI: 118). Ricardo de Sá vai mais longe, dizendo que Cabral de Mendonça “pouco ou nada” tinha de “original na sua obra, porque ou traduz De La Porte ou transcreve Manuel Luís da Veiga” (SÁ, 1903: 538).

José Luís Cardoso refere que o texto das lições do lente da Escola de Comércio, Jacqueri de Sales “foi apropriado e plagiado, com ligeiras reformulações” por Cabral de Mendonça, sem lhe referir sequer o nome (CARDOSO, 1984, I: 96). Mas a verdade é que a provisão régia que em 1817 concedeu a Cabral de Mendonça o “privilégio exclusivo, para que, por tempo de dez anos nenhuma outra pessoa possa imprimir *O Guarda-livros moderno*”, reconhecia que as matérias tratadas no seu primeiro volume não eram “novas”, mas “extratadas de diversos autores que têm escrito sobre elas”.

O próprio Cabral de Mendonça – tinha sido aluno da Aula do Comércio, onde terminara o curso em 1809 – no prefácio da sua ordem, reconhece que esta não era filha “unicamente de ideias minhas”, que “grandes homens lançarem seus primeiros traços e deles foi extraída a Postila denominada *Notícia geral do comércio*, que julguei conveniente transcrever aqui”, ou seja, o texto manuscrito que se sabia pertencer a Jacqueri de Sales, de 1789, mas que, segundo Cabral de Mendonça, também tinha sido construído a partir de outros atores, procurando, assim, atenuar o seu plágio, que constituía moeda corrente no Portugal de então. Idêntico plágio se verifica no caso da “apropriação inconfessada” da obra *Juros compostos* que Ricardo Gomes Rosado Moreira Froes, lente da Aula do Comércio, publicou em 1816, a qual foi incluída por Cabral de Mendonça na sua obra sem qualquer menção à respetiva autoria (SANTANA, 1986: 36).

Hernâni Carqueja demonstrou recentemente a influência/adaptação vincada que certos autores exerceram na obra de Cabral de Mendonça, como La Porte, Bertrand-François Barrême e Jacqueri de Sales (CARQUEJA, 2010; CARQUEJA, 2011a; CARQUEJA, 2011b).

Apenas o tomo segundo, ou seja, o *Suplemento*, trata do método de escriturar os livros do negócio por partidas dobradas, segundo o estilo mais moderno, e usado nos principais escritórios mercantis da Europa, uma vez que o primeiro, à semelhança do que fez Manuel

Luís da Veiga, diz respeito à história do comércio e de tudo o que diz respeito às operações comerciais.

Apesar das várias opiniões, acerca dos possíveis plágios contidos nesta obra, é de sublinhar que a mesma marcou a contabilidade durante os anos seguintes. Tratava-se de um livro que registava os aspetos, mais relevantes, relacionados com a contabilidade da época. Na sua Introdução, o autor referia que os “Livros que as Leis destes Reinos recomendam, que o negociante infalivelmente tenha, são o Diário, e o Livro da Razão; e a Lei que recomenda a sua Escrituração por Partidas dobradas é a de 22 de dezembro de 1761...”. O livro estava organizado em onze lições:

“Lição I: Do Livro chamado Borrador, e seus Auxiliares,

Lição II: Do Livro Diário,

Lição III: Do Livro de Razão,

Lição IV: Das Contas Gerais,

Lição V: Dos Livros chamados Auxiliares,

Lição VI: Dos Balanços,

Lição VII: Da Exemplificação que se há de seguir na Escritura Dobrada,

Lição VIII: Dos Conhecimentos necessários ao Negociante para se distinguir do simples Mercador, ou Negociante de Retalho.

Lição IX: Das qualidades que deve ter aquela pessoa que se destina ser Guarda-Livros, e das suas obrigações no serviço de Escritório,

Lição X: Da arrumação, e boa ordem de Escritório,

Lição XI: Sobre os assentos que se devem fazer dos diferentes modos de Comprar, Vender, e fazer pagamentos, na prática Mercantil” (MENDONÇA, 1816: 4)

Percebemos, por esta estrutura, que os assuntos foram tratados de uma forma detalhada e, por isso, serviu de base a muitos Guarda-Livros na sua vida profissional.

O *Guarda-livros moderno* e o *Suplemento* foram reeditados em Lisboa, respetivamente, nos anos de 1823 e 1835.

António Rodrigues da Silva (1829)

Em 1829, foi publicado em Lisboa o *Tratado sobre escrituração comercial, traduzido do francês, extraído do Dicionário Universal do Comércio*, recompilado e aumentado por António Rodrigues da Silva, a partir do *Dictionnaire Universel de Commerce* de Jacques Savary, publicado originalmente em 1723.

Se na parte teórica, nas primeiras 28 páginas, revela o texto original de onde saiu, com as unidades de conta em francos, toda a extensa parte prática, de 130 páginas, é apresentada com exemplos portugueses, reportada aos anos de 1826-1827, a portos do Brasil e em réis. Define a Escrituração como a “arte de ter notas exatas, e bem ordenadas de todos os negócios que um negociante faz” (SILVA, 1829).

Edmond Degrange (1837)

Em 1837, no Porto, traduzida por Manuel Joaquim da Silva Porto, editou-se a obra de Edmond Degrange, *Método fácil de escriturar os livros por partidas simples e dobradas*, publicado originalmente em 1795, com o título *La tenue des livres rendue facile*, que veio a ter um largo sucesso em Portugal, com oito edições até 1894 (a segunda, mais correta, é de 1854 e a terceira de 1856), sendo assim o segundo autor francês de contabilidade a ser traduzido para português após Mathieu de La Porte (1794), que Degrange considerou ser “o melhor dos autores antigos” (DEGRANGE, 1890: 9).

Trata-se de um manual clássico da Contabilidade na Europa, dividido em duas partes, teórica e prática, sendo esta muito mais desenvolvida, onde expõe o seu novo método de escrituração por partidas simples, dobradas e por meio de um só registo, e que em

apêndice, da autoria do tradutor, aborda a correspondência de pesos e medidas, os câmbios e o valor e a denominação das moedas estrangeiras. Define a *Escrituração* como a “arte de formar notas exatas, e em boa ordem, de todas as transações de qualquer negociante” (DEGRANGE, 1890: 17).

António Rodrigues da Silva, em 1829, escrevera já que o Tratado de Degrange “tem produzido resultados os mais vantajosos”, vendo-se “excelentes guarda-livros formados em um pequeno número de dias, de tal forma que a arte “que pareceria ser o dote exclusivo... de práticos encasquetados de suas rotinas incertas e maquinais, |tem sido posta ao alcance de todos” (SILVA, 1829: 5).

Do *Método Fácil* de Degrange escreveu Magalhães Peixoto que era “um trabalho de subido merecimento pela maneira clara como explica o sistema digráfico ou de partidas dobradas” (Peixoto, 1897: 8).

Gonçalves da Silva, ao tratar de “Contabilidade”, na Enciclopédia *Polis*, assinala que se deve a Degrange a primeira teoria geral da relevação contabilística, e a chamada “escola das cinco contas gerais”, que teve “numerosos adeptos em França e noutros países” (SILVA, 1983, I: 1198-1199).

Exerceu profunda influência nos autores portugueses de escrituração/contabilidade do século XIX. Com efeito, segundo Hernâni Carqueja, apesar de Portugal “ter sido pioneiro no lançamento do ensino comercial ainda no século XVIII, o nível geral do saber contabilístico nacional, durante o século XIX, não acompanhou os mais avançados. A realidade das oito edições da tradução do ‘Método Fácil’ sugere...uma longa cristalização” (CARQUEJA, 1999a: 213).

Domingos de Almeida Ribeiro (1842 e 1860)

Em 1842, foi publicado no Porto *um Tratado de Escrituração Mercantil*, sem indicação de autor, mas sabemos, desde o século XIX, que o seu autor é Domingos de Almeida Ribeiro, graças à informação

de Almeida Outeiro nos seus *Estudos sobre escrituração mercantil* (1867), corroborada por Ricardo de Sá no seu *Tratado de Contabilidade* (1903), por Hernâni Carqueja (1999), e pelas pesquisas efetuadas por nós na Associação Comercial do Porto, de que Almeida Ribeiro foi secretário. Tivemos oportunidade, também, de averiguar que Almeida Ribeiro foi aluno da Academia da Marinha e Comércio do Porto, onde tirou o curso, tendo concorrido até, em 1829, ao lugar de lente substituto do Curso de Comércio da mesma Escola, devido ao afastamento do lente Francisco Joaquim Maia.

Sobre este autor, escrevemos já um artigo para a obra de homenagem ao saudoso João Carvalho, colaborador do CEPSE e coordenador com Fernando de Sousa do volume III da *História da Contabilidade em Portugal*. O que importa observar, agora, é que Almeida Ribeiro, no seu *Tratado de Escrituração*, de 1842, com 206 páginas, refere que apresenta “o modelo prático da Escrituração Mercantil, arrumado nos ditos três livros [Memorial, Diário, Razão], tal qual o conservamos desde que cursamos a Faculdade de Comércio na Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto”, reportado aos anos de 1825-1826, e com os exemplos adaptados à vida económica e social do Porto, dando-nos a conhecer, de modo indireto, os temas de Contabilidade ensinados nessa Escola, que parece nunca ter produzido um tratado ou lições próprias quanto a esta matéria.

Nas páginas dedicadas à “exposição de regras e procedimentos” ou “a conceitos e exposição prévia”, verificamos que pode existir uma ou outra influência de *O Guarda-livros moderno*, de Cabral de Mendonça, mas, quer pela estrutura do seu trabalho, quer pela apresentação de conceitos e temas, o *Tratado de Escrituração* de Almeida Ribeiro revela o perfil misto de um académico e de comerciante que conhece muito bem a praça do Porto, e pretende sensibilizar os negociantes e caixeiros da cidade para a necessidade não só da “arrumação dos livros”, que era prática habitual, mas para a escrituração por partidas dobradas.

Depois de dar “uma ideia geral do método da escrituração mercantil”, a sua definição e as diferenças entre a “escrituração singela” e a “escrituração italiana”, o autor divide “a matéria em três livros”, cada um versando os livros Memorial, Diário e Razão. Por último, é apresentado um apêndice onde se descreve e exemplifica a escrituração mercantil por meio de livros auxiliares ([RIBEIRO], 1842: I-VI).

O Tratado apresenta, em seguida, numerosos exemplos de operações concretas, que são lançadas sucessivamente no Memorial, no Diário e no Razão. A parte do Razão inicia-se com uma lista das contas, alfabeticamente ordenada, indicando-se o fólio de cada uma.

No Apêndice, denominado “Escrituração Mercantil por meio de livros auxiliares”, explica-se que estes podem ser usados em paralelo ao sistema anteriormente descrito, não obstante os três livros principais servirem “perfeitamente ao fim da Escrituração mercantil” ([RIBEIRO], 1842: 189).

O livro termina com quatro propostas de problemas para resolução, contendo transações cuja escrituração é pedida para saber o estado atual das contas dos sócios, ou de acordo com regras específicas expostas anteriormente.

Mais tarde, em 1860, Almeida Ribeiro publica o *Tratado de Contabilidade e Escrituração Mercantil* – ou seja, as lições que se propunha dar na 14.^a cadeira das “escolas” da Associação Industrial Portuense, que tinha como objeto a “*Economia industrial, compreendendo com particularidade a escrituração e contabilidade*” ([RIBEIRO], 1860: V) –, projeto este que a Associação Industrial Portuense não chegou a concretizar (SOUSA, ALVES, 1996: 65-70). Divide a Contabilidade em central, provincial e municipal, e oferece um modelo de Escrituração Mercantil em três livros que é aquele que já tinha apresentado na obra anterior, mas acrescentado, agora, com novos métodos de escrituração – americano, memorial-diário e os sistemas de Valentin Poitrat, autor francês já traduzido em português, Monginot e Cornet.

Não tem sido dado o relevo que a obra de Almeida Ribeiro merece na história dos manuais de contabilidade oitocentistas. Em primeiro

lugar, porque ao contrário de outros autores de obras que se limitam à parte prática da escrituração, desenvolve a parte teórica da Contabilidade onde revela conhecimentos seguros dos manuais e autores estrangeiros. Em segundo lugar, pelo relevo que dá à *Contabilidade*, enquanto vocábulo que, pela primeira vez, surge no título de um compêndio, mas também enquanto corpo de conhecimentos indispensável para melhor se compreender a escrituração. Se – diz ele – a “Economia Política é nada sem a Estatística; a Estatística é nada sem registos, mas ter registos é ter Contabilidade” ([RIBEIRO], 1860: VI).

Define *Contabilidade* como “ciência que tem por objeto a conceção ou invenção dos livros a criar e das contas a abrir nesses livros, em ordem a escrever a história dos atos e operações de qualquer administração financeira, ou gerência mercantil”; e a *Escrituração* como a “aplicação da ciência”, “a arte de *assentar*, ou escrever os atos e operações memoráveis, *passando-as* às respetivas contas” ([RIBEIRO], 1860: V, da Introdução). Os guardas-livros são, para ele, os responsáveis pela escrituração das casas comerciais.

Trata, neste compêndio de 1860, pela primeira vez em Portugal, da Contabilidade Industrial e das Contas Correntes pelo método Laffite e “por degraus”, e da Contabilidade Civil, esta entendida como Contabilidade Pública, que num plano totalmente original, divide em Central, Provincial, de Viação e Obras Públicas, dos Municípios e das Associações de Caridade e Beneficência, de forma combater “a centralização em tudo”. “Tudo corre a Lisboa: quem diz Lisboa, diz Portugal” – conclui Almeida Ribeiro, antecipando-se a Eça de Queirós ([RIBEIRO], 1860: VII).

Valentin Poitrat (1844)

No Porto, em 1844, traduzida por Manuel António Malheiro, é lançada a obra de Valentin Poitrat, publicada originalmente, em quarta edição, no ano de 1841 (quinta edição, 1843), em Paris,

sob o título de *Tenue des livres autodidactique, conforme à la loi*, que em português surgiu com idêntico título, *Arrumação de livros autodidática por Valentin Poitrat*.

António Caetano Calder (1853)

Da autoria de António Caetano Calder, no Porto, em 1853, apareceu o *Manual do guarda livros, ou nobissimo secretario commercial portuguez, methodo de escrever: cartas commerciaes, e de escripturar os livros em partidas simples e dobradas*. Segundo Calder, a falta de livros instrutivos impeliu-o “a dar à luz este livro” (CALDER, 1853: 5). Logo a seguir ao Prólogo de uma página, surgem os modelos de Correspondência Comercial, a Escrituração em Partida Simples, a Escrituração por Partidas Dobradas e modelos de Cartas de Parabéns, Conselho, Pêsames e Recomendação, para terminar com um Resumo de Civilidade e Etiqueta. Trata-se de uma mera compilação que não fornece nada de novo quanto à Escrituração.

Análise sobre a Escrituração Comercial (1857)

Em 1857, surge, no Porto, o opúsculo *Análise sobre a Escrituração Comercial*, contendo a teoria exemplificada da escrituração comercial por partidas dobradas, assim como “dos diferentes livros”, segundo Edmond Degrange.

João Francisco de Assis (1858)

João Francisco de Assis, guarda-livros no Porto, publicou nesta cidade, em 1858, com reedição em 1863, o *Sistema Resumido ou Método Fácil para aprender a escripturar os livros por partidas simples e dobradas*. Trata-se de uma obra eminentemente prática, em que o termo “Contabilidade” nunca é usado, definindo a Escrituração como

“a arte de arranjar os livros dos comerciantes de sorte que possam mostrar com exatidão e regularidade o estado dos seus negócios” (ASSIS, 1863: 1).

Joaquim José Caldeira (1862, 1866 e 1871)

Joaquim José Caldeira, em 1862, no Porto, publica a *Escrituração Completa dos Livros Diário e Razão em Partidas Dobradas*, de forma muito simplificada, apresentando os modelos do Memorial, Diário, Razão, Caixa, Devedores Gerais e Credores Gerais.

Em 1866, o mesmo autor retoma o tema, editando na mesma cidade a *Escrituração Comercial por Partidas Simples e Dobradas*, garantindo ser a terceira edição, embora não tivéssemos encontrado, até agora, a segunda edição. O autor esclarece que havia necessidade de se apresentar “um modelo de escrituração comercial por partidas simples e dobradas ao alcance de todas as inteligências, principalmente naquelas casas comerciais que têm caixeiros inexperientes, não sabendo como escriturar e modelar os livros”, razão pela qual, nesta edição, acrescenta a “escrituração por partidas simples” (CALDEIRA, 1866: 3). Melhorou ainda os modelos de cartas comerciais. Apresenta, na parte primeira, a escrituração por partidas simples, seguida da parte segunda dedicada às partidas dobradas, e por fim, os exemplos de cartas comerciais.

Mais tarde, em 1871, e igualmente no Porto, Joaquim José Caldeira lança *O Guarda Livros Portuense em Partidas Dobradas*, em versão mais desenvolvida, mas com estrutura semelhante às obras anteriores, agora apenas com os modelos de escrituração em partidas dobradas, ou seja, o Diário, Razão e Livros Auxiliares, integrando nestes o Memorial, Caixa, Devedores, Armazém, Letras a Pagar e a Receber, e Caixa de Gastos Miúdos.

Obras eminentemente práticas e exemplificativas da escrituração.

José Maria de Almeida Outeiro (1867)

Também no Porto, da autoria de José Maria de Almeida Outeiro, empregado no Banco Comercial do Porto, saiu em 1867 a obra *Estudos sobre Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas, em Matéria de Mercadorias*, a qual representa um avanço relativamente aos livros de escrituração/contabilidade na cidade do Norte, pela extensa parte teórica que desenvolve e que intitula de *Contabilidade*, demonstrando um conhecimento significativo dos tratados europeus de Contabilidade.

Consultando alguns autores “de cujas obras coordenei doutrina para me servir de lição”, trata apenas das partidas dobradas, sistema seguido por Degrange, Sardou, Cabral de Mendonça e outros, que era o geralmente usado nas principais casas comerciantes. Na primeira parte do livro expõe “as regras e princípios teóricos em estudos acerca dos livros comerciais”, e quanto à segunda parte esclarece “que é a aplicação dos princípios gerais de contabilidade” (OUTEIRO, 1867: VII-VIII).

Esta obra foi reeditada e melhorada em 1869, 1875 e 1895 (esta, em edição revista pelo visconde de Moreira de Rei), a revelar, assim, a importância que teve na literatura contabilística da segunda metade do século XIX.

Registe-se ainda que a parte relativa à Escrituração Comercial do *Guia de Correspondência e Escrituração Comercial*, compilado por Bernardo Moreira de Sá e editado no Porto em 1878, é da autoria de Almeida Outeiro.

Rodrigo Afonso Pequito (1875)

Par do Reino e ministro da Fazenda, foi professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e do Instituto Superior de Comércio de Lisboa e esteve na origem da criação do Curso Superior de Comércio naquela primeira Escola, em 1884, e do Instituto Superior de Comércio de Lisboa, em 1911.

O seu *Curso de Contabilidade Comercial* (1875) constitui o melhor compêndio de Escrituração e Contabilidade do século XIX, afirmando o autor que o mesmo “não tem originalidade alguma” e que o seu trabalho se limitou “a compilar” (PEQUITO, 1875: XI). Divide o seu tratado em três partes: cálculo e contratos comerciais, escrituração comercial e contabilidade industrial e agrícola. Revela um profundo conhecimento dos especialistas estrangeiros de Contabilidade, economia política, aritmética, comércio, banca, câmbios – Guilbault, Degrange, Deplanque, Blanqui, Monginot, Adam Smith, Garnier, Say – e de autores portugueses como Cabral de Mendonça, Ferreira Borges, Almeida Outeiro, Mota Pegado, Lopes Fernandes e Hintze Ribeiro.

No que diz respeito à escrituração mercantil valoriza “o sistema das partidas dobradas” utilizado nas casas de comércio, mas também das casas bancárias, dos armadores e das sociedades anónimas. Trata ainda, como vimos, da contabilidade industrial e agrícola, caso raro nos manuais do século XIX. Esclarece que a Contabilidade pública, em Portugal, era regulada pelo sistema das partidas dobradas, por lei de 22 de dezembro de 1761 (PEQUITO, 1875: XII).

As 272 notas de pé de página do *Curso de Contabilidade Comercial*, caso inédito em Portugal nos manuais de escrituração/contabilidade, testemunham o rigor científico da obra de Afonso Pequito.

Bernardo Moreira de Sá (1878)

Também no Porto, em 1878, saiu o *Guia de Correspondência e Escrituração Comercial*, compilado por Moreira de Sá, insigne maestro, professor e diretor da Escola Normal do Porto durante muitos anos. Contudo, não pode ser considerado um especialista em Contabilidade, uma vez que o guia prático de escrituração, que constitui a parte final desta obra, é da autoria de José Maria de Almeida Outeiro.

Francisco José Monteiro (1879)

No Porto, em 1879, Francisco José Monteiro, negociante e guarda-livros da praça desta cidade, editou o seu *Curso Teórico e Prático de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas*, fruto da “longa prática de guarda-livros em algumas das mais importantes casas de comércio” (MONTEIRO, 1879: V).

Dividiu o trabalho em duas partes: uma teórica sobre os livros de escrituração, contas gerais e particulares, juros, letras de câmbios, sociedades, etc.; a segunda, prática, em que fala dos “livros principais e auxiliares de uma sociedade em comandita” e, ainda, em apêndice, das moedas, câmbios, juros, descontos, seguros, comissões, etc. (MONTEIRO, 1879: VI). Nunca se refere à Contabilidade e entende a Escrituração Mercantil como “história das operações de comércio” (MONTEIRO, 1879: 1).

Dos livros a que o autor faz referência, para além dos clássicos Borrador, Diário e Razão, defende que o comerciante pode ter os livros auxiliares que entende ser necessários “para a boa ordem da sua escrituração”, destacando-se dois:

Correntes – livro onde se abrem contas às pessoas para registar, diariamente, no Débito tudo o que deverem, e no Crédito tudo o que lhes for devido, servindo a página esquerda para o débito e a página direita para o crédito. O intuito deste registo era fornecer a conta corrente a alguém, sempre que solicitado.

Custeio de Navios – livro onde se abria uma conta a cada um dos navios que viessem dirigidos ao proprietário dos livros, para registar separadamente as despesas de cada um. O objetivo, deste livro, era não ter de abrir uma conta para cada navio, no Livro Razão.

No capítulo VIII encontramos a noção de Ativo, Passivo e Capital, assim: “Tudo quanto o negociante possuir tanto em seu poder como

em poder dos seus correspondentes ou na alfandega, uma vez que a sua importância já esteja lançada nos livros, tudo quanto lhe deverem na praça ou fora dela seja por que motivo for, deve entrar no ativo; e tudo quanto lhe dever ou seja por letras que tenha em circulação, ou seja em conta corrente, deve entrar no passivo, e bem assim o capital com que se tiver estabelecido, e os lucros que tiver obtido; ou prejuízos, se os houver, abatem-se do capital” (MONTEIRO, 1879). Verificamos, assim, que o capital era incluído no passivo, sendo o Balanço constituído apenas por duas grandezas, o Ativo e o Passivo. Estas são algumas das particularidades que podemos encontrar nesta obra, a qual, segundo José Monteiro, foi escrita para demonstrar as vantagens do “sistema de escrituração por partidas dobradas”.

Este compêndio teve uma segunda edição em 1889.

Joaquim José Rodrigues de Freitas (1880)

Em 1880, foi editado no Porto o trabalho de José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Elementos de Escrituração Mercantil*. Professor da Academia Politécnica do Porto, onde se licenciara, em 1862, em Engenharia, assegurou, de 1865 em diante, a cadeira de “Comércio e Economia Política”, destinando-se o seu trabalho, muito provavelmente, a substituir os manuais utilizados na sua Escola nesta cadeira, ou seja, o *Curso de Contabilidade Comercial* de Rodrigo Pequito e o *Traité Complet d'arithmétique théorique et appliquée au Commerce, à la banque, aux finances, à l'industrie* de Joseph Garnier (ALVES, 1996: 22).

Demarca-se de Afonso Rodrigo Pequito, considerando desnecessária a distinção entre Contabilidade e Escrituração, procurando apenas, no seu livro, “expor claramente os princípios, e dar a razão dos processos adotados na arrumação dos livros”.

Teve uma segunda edição, em 1882, acrescentada “em harmonia com o programa oficial dos liceus”, na qual refere que o seu manual “contém não só o que é necessário ao ensino da escrituração nos

liceus, mas também encerra tudo o que é essencial saber para escriturar bem e compreender o espírito dos processos práticos”. Acrescenta-lhe ainda, face à primeira edição, um aditamento em que trata das “partidas dobradas e das contas correntes” (FREITAS, 1882: VI-VII).

Conclusão

Uma vez aqui chegados, e tendo em consideração que se trata de uma primeira abordagem a este tema, será que podemos extrair algumas conclusões desta breve análise efetuada?

Em primeiro lugar, importa referir que, entre 1800 e 1882, a maior parte dos manuais dizem respeito à Escrituração e não à Contabilidade – o primeiro autor a inserir o vocábulo *Contabilidade* no título de um manual é Domingos de Almeida Ribeiro, em 1842 e 1860, seguindo-se Afonso Pequeto apenas em 1875, com um autêntico manual de Contabilidade. A escrituração mercantil ou comercial, segundo a técnica das partidas dobradas, domina a produção contabilística portuguesa oitocentista, preocupando-se pouco com a teoria da Contabilidade e assumindo o caráter prático, expedito que se exige a caixeiros e empregados de escritório desprovidos de uma formação cultural média ou superior. É uma técnica que se destina a organizar os livros de Contabilidade das empresas, a estabelecer regras para a escrituração e arrumação dos livros e que prescinde dos fundamentos teóricos da sua existência, como refere Rodrigues de Freitas, já em 1882, considerando que escrituração e contabilidade eram a mesma coisa.

Como escreveu Domingos de Almeida Ribeiro em 1842, os negociantes e seus filhos ou caixeiros sabiam da “arrumação dos livros”, mas contentando-se “com um borrador de transações a termo com o respetivo Livro de Razão, um Livro Caixa, um Livro de Armazém, e algum outro por acaso, pois *o que tenbo cá fica, e com estas arrumações não se ganba mais dinheiro*, eis aqui o aforismo de quase todos” ([RIBEIRO], 1842: 6). Não é por acaso que boa parte dos autores destes

manuais são comerciantes ou guarda-livros, que se limitam a escrever e publicar de acordo com a formação e experiência que tiveram de negociantes ou guarda-livros e com as exigências mínimas estabelecidas pela legislação em vigor – a grande exceção é Rodrigo Afonso Pequito que, pela primeira vez, em 1875, escreveu um verdadeiro tratado de Contabilidade, mas que, como vimos, não teve mais do que uma edição.

Em segundo lugar, percebe-se que a influência da literatura contabilística francesa é predominante, quase exclusiva, não só quanto ao manual de Degrange, traduzido para português e que teimosamente persistiu durante todo o século XIX, mas também quanto aos autores franceses que constam das referências dos manuais indicados ao longo deste trabalho, incluindo o de Afonso Pequito – a exceção parece ser Rodrigues de Freitas, que ao tratar da “escrituração por partidas singelas” cita dois autores que escrevem em língua alemã.

Em terceiro lugar, verificamos que, quanto ao local de edição dos livros de contabilidade, a partir da Revolução Liberal de 1820, é o Porto que edita mais manuais. O predomínio do Porto sobre Lisboa, quanto a esta matéria, traduz bem o protagonismo político e económico que a cidade do Norte assumiu no século XIX, após a instauração do Liberalismo em Portugal, até aos anos de 1860-1870. Só a partir de então é que Lisboa vai assumir um papel cimeiro quanto à literatura contabilística, acompanhada da criação das primeiras associações e revistas de Contabilidade, traduzindo neste plano o que já detetamos a nível económico e político.

O Porto, após um período que corresponde à primeira fase do liberalismo (1820-1851), em que disputa com êxito a primazia da capital, acaba por ceder face a uma Lisboa com um dinamismo crescente, e que se traduz por uma rede de caminhos-de-ferro estruturada em seu benefício, pela supremacia financeira da sua banca, pela concentração das grandes unidades industriais e por uma burocratização/consolidação do aparelho do Estado, que reafirma

definitivamente a capital como único centro de decisão política, sintetizada na lapidar fórmula de Eça de Queirós de que “Lisboa é Portugal”, “Fora de Lisboa não há nada”. Na literatura contabilística também. Mas essa é outra história.

Tratados e Compêndios de Contabilidade

ANALYSE sobre a escripturação commercial (1857), Porto: Tipografia de Francisco Gomes da Fonseca.

ASSIS, João Francisco de (1863), *Systema resumido, ou methodo facil de aprender a escripturar os livros por partidas simples e dobradas*, 2.^a edição. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira (1.^a edição em 1858).

[CALDEIRA, Joaquim José] (1862), *Esctipuração completa dos livros Diário e Razão em partidas dobradas na conformidade da lei a que refere o Codigo Commercial*, 1.^a edição. Porto: Tipografia de Manuel José Pereira.

[CALDEIRA, Joaquim José] (1866), *Esctipuração commercial por partidas simples e dobradas, na conformidade da lei a que se refere o Codigo Commercial, offerecida ao commercio de Lisboa e Porto por J.J.C.*, 3.^a edição. Porto: Tipografia de Manuel José Pereira.

[CALDEIRA, Joaquim José] (1871), *O Guarda Livros Portuense em partidas dobradas*. Porto: Imprensa da Livraria Nacional.

CALDER, António Caetano (1853), *Manual do guarda livros, ou Nobissimo secretario commercial portuguez, methodo de escrever: cartas commerciaes, e de escripturar os livros em partidas simples e dobradas...* Porto: Tipografia Constitucional.

DEGRANGE, M. Edmond (1890), *Methodo facil de escripturar os livros por partidas simples e dobradas, comprehendendo a maneira de fazer a escripturação por meio de um só registro, por...* (trad. por Manuel Joaquim da Silva Porto), 7.^a edição. Porto: Livraria Internacional Ernesto Chardron (1.^a edição em 1837 e última edição em 1894).

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de (1882), *Elementos de esctipuração mercantil*. Lisboa: Livraria Universal de Magalhães & Moniz (1.^a edição em 1880).

MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de (1815-1816), *O Guarda-livros moderno ou curso completo de instrucções elementares sobre as operações do commercio, tanto em mercadorias como em banco*, Lisboa, Impressão Régia, 2 tomos. (2.^a edição, Tomo I, Impressão Régia, 1823; tomo II, Tipografia de José Batista Morando, 1835).

MENDONÇA, Manuel Teixeira Cabral de (1818), *Supplemento ao Guarda-livros moderno ou curso completo de instrucções elementares sobre as Operações do commercio, tanto em mercadorias como em banco*, Lisboa, Impressão Régia (reedição em 1835).

MONTEIRO, Francisco José (1879), *Curso theorico e pratico de escripturação mercantil por partidas dobradas, mixtas e simples*. Porto: Tipografia Ocidental (2.^a edição em 1889).

- OUTEIRO, José Maria de Almeida (1867), *Estudos sobre escripturação mercantil por partidas dobradas em materia de mercadorias de... empregado no Banco Commercial do Porto. Precedidos d'uma breve exposição da legislação commercial nos pontos de maior utilidade para o comerciante, por A. A. Ferreira e Mello*. Porto: Tipografia Lusitana (reedição em 1869, 1875 e 1895).
- PEIXOTO, António de Magalhães (1897), *Tratado pratico de escripturação commercial e operações de bolsa*. Lisboa: Barros & Companhia.
- PEQUITO, Rodrigo Afonso (1875), *Curso de contabilidade commercial*. Lisboa: Livraria Pacheco & Carmo.
- POITRAT, Valentim (1844), *Arrumação de livros autodidática, dedicada aos estabelecimentos de commercio, traduzida do francez da 4.^a edição de Paris em 1841* (por Manuel A. Malheiro). Porto: Tipografia da Revista.
- RAMIRO, José Gonçalves (1800), *Illustrações preliminares sobre o balanço geral do negócio com as formalidades dos livros auxiliares e geraes*, Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências (2.^a edição em 1806).
- [RIBEIRO, Domingos de Almeida] (1842), *Tratado de escripturação mercantil ordenado em forma de compendio contendo a doutrina theorica e pratica da arrumação dos livros de contabilidade, acompanhado de um modelo dos tres livros principaes, com o respectivo balanço volante e o balanço geral, e com um appendix sobre os livros auxiliares*. Porto: Tipografia de Faria Guimarães.
- [RIBEIRO, Domingos de Almeida] (1860), *Tratado de contabilidade civil e escripturação mercantil: dividindo aquella em tres ramos: contabilidade central, contabilidade provincial, e contabilidade municipal: estabelecendo, o primeiro em uma só estação, e nas suas seccionaes, tidas nos diversos ministerios do estado e o segundo na respectiva estação e nas suas succursaes. Ampliando a doutrina aos estabelecimentos de caridade e beneficencia. Tratando a contabilidade e escripturação mercantil debaixo das quatro especiaes: mercantil, agricola, industrial e fabril, ou o commercio seja exercido por individuos, ou por companhias. Offerecendo um modelo de escripturação mercantil, tida somente nos tres livros principaes; tida nos mesmos com uso de auxiliares; abreviada pelo uso das cinco contas collectivas; abreviada pelo methodo americano novamente aperfeiçoado. Analysando enfim diversos systemas de escripturação, e dando um modelo de contas correntes. Obra composta por um professor do Lyceu Nacional do Porto e dada á luz por... para ensino da mocidade e uso das escholae, se d'isso dor digna*. Porto: Tipografia Sebastião José Pereira.
- SÁ, Bernardo Valentim Moreira de (1878), *Guia de correspondência: contabilidade e escripturação commercial*. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz.
- SÁ, Ricardo José de, 1903 – *Tratado de Contabilidade*. Lisboa: Tipografia de A Editora.
- SILVA, António Rodrigues da (1829), *Tractado sobre escripturação commercial, traduzido do Francez, extrahido do Diccionario Universal do Commercio / Recopilado e augmentado por...* Lisboa: Impressão Régia.
- VEIGA, Manuel Luís da (1803), *Novo methodo das partidas dobradas, para aquelles que não tiverem frequentado a Aula do Comércio*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes (1996), *Novas Páginas Avulsas – José Joaquim Rodrigues de Freitas (Recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- CARDOSO, José Luís (1984), Uma “notícia esquecida”: o ensino da economia na Aula do Comércio. *Estudos de Economia*, I. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 87-102.
- CARQUEJA, Hernâni O. (1999a), O Método Fácil de Degrange, entre os livros de contabilidade portuguesa até 1900. *Jornal Técnico de Contas e Empresa*, n.ºs 403-406. Lisboa: Publistudos.
- CARQUEJA, Hernâni O. (1999b), Bosquejos de Contabilista III – Dois tratados sem o nome do autor. *Jornal de Contabilidade*, n.º 270. Lisboa: APOTEC, 281-283.
- CARQUEJA, Hernâni O. (2010), *Arte da escritura dobrada que ditou na aula do comércio João Henriques de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765 – Comentário, Fac-símile e Leitura*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- CARQUEJA, Hernâni O. (2011a), Mathieu de la Porte e a Ciência dos Negociantes (1704). *Pecunia*, n.º 13, jul-dez. Léon: Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales da Universidad de León, 97-134.
- CARQUEJA, Hernâni O. (2011b), O Livro de “M. Barrême (1721)”, em Francês, e os dois Primeiros Livros em Português sobre Partidas Dobradas. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, n.º 3. Porto, 465-496.
- CONDE, Maria de Fátima (1999), *A Evolução da Contabilidade em Portugal nos Séculos XIX e XX: Análise de Livros Publicados*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta. Lisboa (policopiado).
- PEREIRA, José Manuel (2001), *O caixeiro e a instrução comercial no Porto Oitocentista. Percursos, práticas e contextos profissionais*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto (policopiado).
- RATTON, Jacome (1813), *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal...* Londres: H. Bryer, Bridge-Street, Blackfriars (2.ª edição em 1920).
- SANTANA, Francisco (1986), A Aula do Comércio de Lisboa. III – Dos programas aos exames. *Lisboa. Revista Municipal*, 2.ª série, n.º 18. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 24-39.
- SILVA, F. V. Gonçalves da (1983), Contabilidade. *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. I. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1862), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge (1996), *A Associação Industrial Portuense. Para a História do Associativismo Empresarial*. Porto: Associação Industrial Portuense.
- SOUSA, Fernando de (2019), Domingos de Almeida Ribeiro e a Contabilidade. *Em Memória de João Carvalho Estudos sobre Contabilidade, Finanças e Políticas Públicas*. Lisboa: Áreas Editora.
- SOUSA, Fernando de (coord.) (s.d.), *História da Contabilidade em Portugal*, 3 volumes (a aguardar publicação pela OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados).

**MICRO-HISTÓRIA E BIOGRAFIA.
BREVE REFLEXÃO SUSCITADA PELA BIOGRAFIA
DO EMPRESÁRIO EGAS SALGUEIRO**

Manuel Ferreira Rodrigues

Universidade de Aveiro

mfr@ua.pt

«Raymond Queneau disse [em 1945] que «houve épocas em que se podia narrar a vida de um homem abstraíndo-se de qualquer facto histórico». Poder-se-ia dizer, também, que houve épocas – talvez mais próximas – em que era possível relatar um facto histórico abstraíndo-se de qualquer destino individual. Vivemos hoje uma fase intermédia: mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente as suas ambiguidades» (Levi, 2014: 61).

Diversidade. Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo; mas, à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, plantas, formigas, pernas de formigas, até ao infinito. Tudo isso se engloba sob o nome de campo (Pascal, *Pensamentos*, 1670, *apud* Ricoeur, 2014: 220).

Da história sem indivíduos à história de indivíduos na história

Os fenómenos culturais colocados sob o lema do «regresso», os «regressos» conexos da «biografia», do «sujeito», da «narrativa», do «acontecimento», da «história política», etc., geralmente situados nos decénios de 1970-1980, resultaram, no domínio específico da história, segundo José Amado Mendes (1992: 357), do reconhecimento geral das «limitações das análises de tipo macro», pois estas «privilegiam o colectivo, as massas, os fenómenos de recorrência, reservando um espaço reduzidíssimo – ou mesmo nulo – ao indivíduo».

No ano seguinte, atento às diversas manifestações da «crise» epistemológica que se instalara nas oficinas da história, José Amado Mendes (1993: 77-78) fazia-se eco das críticas «mais comuns e pertinentes» à hegemónica escola dos *Annales* que foram surgindo na primeira metade daquele primeiro decénio:

- «1. Ausência de uma teoria global da sociedade.
- «2. Em alguns casos, confusão entre a teoria e a metodologia, privilegiando esta;
- «3. Defesa de uma história total, enquanto algumas das obras mais importantes do grupo dos *Annales* são monográficas (focam indivíduos ou áreas restritas).
- «4. Relevo dado à história económica, mas deficiente domínio da teoria económica e da quantificação explicativa, com recurso preferencial à quantificação descritiva.
- «5. Economia circunscrita, em especial, aos intercâmbios – vias, portos, navegação, etc. – E ao comércio, com o conseqüente esquecimento das produções agrícola e industrial [...].
- «6. Pouca atenção dedicada à elaboração de modelos e à sua explicitação, em favor de um cuidado especial tido com as fontes, partindo frequentemente destas e não de problema(s) a solucionar.

- «7. Certa desorientação teórica e, por esse facto, uma receptividade um tanto acrítica, relativamente ao estruturalismo Lévi-straussiano, nos anos 60 [...]».

Efectivamente, em 1979, na evocação do cinquentenário da revista *Annales*, os seus responsáveis não escondiam «que a comunidade agrupada em torno dela desejou propor «mais um programa que uma teoria» (apud Ricoeur, 2014: 204). Dez anos depois, alguns historiadores dos *Annales* mostravam-se perplexos. No primeiro número de 1988 da revista, Bernard Lepetit (1988: 3) lamentava o abandono das extensas bases de dados quantitativos construídas nos anos anteriores em favor da «narrativa», testemunhando com pesar o «regresso em força do indivíduo e do acontecimento» e o recurso a «novos paradigmas interpretativos emprestados pela hermenêutica, por certa antropologia cultural ou por uma ciência conjectural». O editorial do número seguinte (*Annales*, 1988: 291) fazia um diagnóstico lúcido mas sitiado dessa «crise» da história: «Hoje, parece ter chegado o tempo das incertezas [...]. Os paradigmas dominantes que se iam procurar aos marxismos e aos estruturalismos, assim como o uso confiante da quantificação, perdem a sua capacidade estruturadora». E, perante «uma situação que muda constantemente diante dos nossos olhos», considerava urgente «traçar algumas linhas orientadoras para práticas rigorosas e inovadoras em tempos de incerteza».

Para compreendermos a natureza das dissensões teóricas que abalaram a confiança dos historiadores nas últimas três décadas do século XX, cujos efeitos continuam a sentir-se hoje, não podemos ignorar o impacto de três obras seminais: *Comment on écrit l'histoire. Éssai d'épistémologie*, de Paul Veyne (1971); *Metahistory. The historical imaginative in nineteenth-century Europe*, de Hayden White (1973) e *L'Écriture de l'histoire*, de Michel de Certeau (1975). Como assinala Roger Chartier (2007: 27), para P. Veyne «a história é, antes de tudo, um relato, e o que denominamos explicação não é mais que a forma

que tem a narração de organizar-se numa trama compreensível»; H. White identifica «as profundas formas estruturais da imaginação histórica» com as quatro figuras da retórica e da poética clássicas: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia», e M. de Certeau sustenta que «o discurso *histórico*, em si mesmo, pretende dar um conteúdo verdadeiro (dependente da verificabilidade), mas sob a forma de uma narração». Diversamente, os três autores, ainda segundo Chartier (2007: 27), «obrigavam os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi e a explicação histórica que o sustenta», isto é, questionavam a verdade histórica, aproximando-a de algum modo à ficção, num processo de sobrevalorização da «forma» em detrimento do «conteúdo». Surpreendentemente, do lado da literatura, assistiu-se a um movimento inverso: alguma ficção apropriou-se «das técnicas de prova próprias da história, a fim de produzir, não «efeitos de realidade», mas a ilusão de um discurso histórico» (Chartier, 2007: 71).

Ainda nos primeiros anos da década de 1970, foram publicados outros textos que ampliaram a reflexão em torno da problemática passagem da produção e da troca para a da linguagem e da representatividade que, segundo Edoardo Grendi (1998: 254), «é provavelmente um elemento decisivo da experiência historiográfica da década de 80». As raízes da mudança «do modo analítico para o modo descritivo», segundo Oliver Stone (1979: 21-24), estariam relacionadas com um «crescimento repentino do interesse geral por sentimentos, emoções, padrões de comportamento, valores e estados de espírito». Foi fundamental a influência de antropólogos como Evans-Pritchard, Clifford Geertz, Mary Douglas e Victor Turner, no contexto do anos 1970, «um período de estagnação económica que não só marcou o fim dos *trente glorieuses* no Ocidente, como pôs em causa – após as turbulências do final dos anos 1960 – as premissas «científicas» do marxismo e as promessas sobre a natureza progressiva e o poder emancipatório do proletariado industrial» (Port, 2015: 109-110).

Com a aproximação à antropologia cultural e à etnografia, mas também à literatura, à psicanálise e à arqueologia, os historiadores mostraram-se crescentemente interessados por temas da «vida real», até então «postos à margem» (Ginzburg, 1991: 171), por fontes documentais e materiais até aí não valorizadas e por metodologias adequadas a esses novos temas, contribuindo, desse modo, para um alargamento do objecto da história, como para uma crescente mas diversa atenção ao papel dos indivíduos nas sociedades. Ao optarem por uma escala de análise «micro», antropólogos, como E. Evans-Pritchard – que defendia o «estudo de casos concretos, dotados de particular historicidade» (Serna & Pons, 1999: 244) –, influenciaram os historiadores italianos reunidos à volta da revista *Quaderni Storici*, como Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg, Carlo Poni e Giovanni Levi, acrescentando uma outra divergência em relação à segunda geração dos historiadores dos *Annales* que é a da liberdade metodológica das «variações de escalas», no dizer de P. Ricoeur, ou «jogos de escalas», expressão de J. Revel (2010: 438).

Diz Paul Ricoeur (2014: 220) que, na sequência «estrutura, conjuntura, acontecimento», de Labrousse, como na conexa hierarquia das três durações de Braudel, era dada preferência a uma «leitura de cima para baixo», embora «não fosse tematizada como tal, a ponto de podermos conceber uma mudança de escala e considerar a própria escolha de escala como um poder discricionário do historiador, com todas as liberdades e restrições resultantes dessa escolha». Donde, conclui o filósofo francês, que «o acesso a essa mobilidade do olhar do historiador constitui uma importante conquista da história do último terço do século XX».

Assim, muitos historiadores passaram a privilegiar uma «história vista de baixo», fenómeno de que resultaram, segundo Roger Chartier (1994: 102) vários deslocamentos fundamentais: «das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias». Chartier referia-se mais à *new history*

from below do que à «velha» história a partir de baixo, de cariz marxista, a que é associado, antes de mais, E. P. Thompson [1963] (1986 [1963]), ainda que a expressão «histoire vue d'en bas et non d'en haut» tenha sido usada três décadas antes, provavelmente pela primeira vez, por Lucien Febvre (1932: 576). A «nova história a partir de baixo», com designações e características diversas, como a «história do povo» (*The People History*), a «nova história do trabalho» (*Labour History*), a «história da vida quotidiana» (*Alltagsgeschichte*) e a micro-história (*Microstoria*), pretende dar voz aos que não tinham voz nas historiografias de escala «macro» e da história serial (cf., entre outros, Lyons, 2010). A palavra «micro-história» nasceu nesses anos. Segundo Jacques Revel (2010: 435), terá sido cunhada pela primeira vez no título do livro do historiador mexicano Luís González y González, *Pueblo en vilo: microhistoria de San José de Gracia* (1968), vindo a ganhar notoriedade poucos anos depois. Já Osvaldo Raggio (2013) diz que «a nova tendência historiográfica apareceu pela primeira vez sob o título «microanálise histórica» em algumas obras de Edoardo Grendi (*L'antropologia economica*, 1972) e Giovanni Levi (*Famiglie contadine nella Liguria del Settecento*, 1973)».

Esses historiadores «reduzem drasticamente a escala da sua investigação histórica, limitando-a a um único indivíduo, a uma pequena comunidade ou a um acontecimento aparentemente obscuro, que é depois sujeito a uma cuidadosa análise microscópica que envolve um estudo intensivo do material documental disponível» (Port, 2015: 108). Mostram que essas pessoas não eram agentes passivos, que «elas próprias contribuem, apropriam-se e moldam amplas forças e estruturas supraindividuais», contribuindo assim para a «grande variedade e complexidade das relações sociais, das experiências, dos comportamentos e das identidades na base» (Port, 2015: 109).

Essas reflexões suscitaram debates em torno do «paradigma indiciário», e da representatividade qualitativa construída a partir de uma «amostra», em detrimento (ou a par) da noção de «representatividade

estatística». A Edoardo Grendi (2009 [1977]: 72) é associado o conceito de «excepcional normal», oxímoro que identifica a micro-história italiana: «o documento excepcional pode ser excepcionalmente «normal» precisamente porque é revelador» (Giuli, 2017). Revelador de quê? Representativo de quê? Em 1976, na sua influente obra *Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del '500*, Ginzburg (2008: 20) faz uma alusão breve à problemática da representatividade: «[...] Se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas [...]. Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo –, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico [...]». Mais adiante, Ginzburg (2008: 72) pergunta: «Até que ponto poderemos considerar representativa uma figura tão pouco comum, um moleiro do século XVI que sabia ler e escrever? E, além disso, representativa de quê? Com certeza, não de um veio de cultura camponesa, já que o próprio Menocchio apontava uma série de livros impressos como fonte das suas ideias».

O conceito de «excepcional normal», a importância atribuída à contextualização das fontes e dos objetos históricos e a crescente atenção à pluralidade e complexidade do passado alimentou, nas últimas décadas do séc. XX, «a redescoberta da biografia por historiadores que trabalham em escalas da micro-história» (Loriga, 2017). Para Giovanni Levi «não existe uma norma única capaz de abranger a experiência social na sua totalidade, mas regras diferentes que às vezes se contradizem» (*apud* Loriga, 2017). Assim, «o governo central, o mercado, as instituições estatais ou as pequenas comunidades não devem ser entendidas como entidades fechadas e isoladas umas das outras». Essa ideia, salienta Sabina Loriga (2017), «mostra como o contexto histórico se parece mais com um tecido conjuntivo atravessado por campos elétricos de intensidade variável do que com um

todo compacto e coerente», sendo «graças a esses diferentes campos elétricos que os indivíduos são capazes de se expressar, de agir e de exercer influência». É por estas razões que a referida historiadora, seguindo Levi (1998: 180), considera que «a biografia fornece caminhos para se infiltrar nos interstícios sociais, adicionando uma visão heterogênea do passado». De forma diferente, Magda Pinheiro (Pinheiro, 2009: 220) parece não discordar: «a revalorização da biografia acompanhou também a percepção de que os comportamentos quotidianos, a vida familiar, a atitude corporal, o próprio olhar, são construções culturais cuja compreensão é historicamente relevante», de modo que, «sendo construções culturais, exigem no entanto suportes dependentes de redes institucionais, materiais e técnicas. Assim a biografia pode ajudar-nos a compreender a articulação entre os níveis cultural, social e material».

Deste modo, nas últimas décadas, a biografia ganhou novo fôlego no interior do saber historiográfico, «impulsionada em grande parte pela micro-história» (Paziani, 2009: 56; Avezou, 2001: 16). Entre 1984 e 1999, a biografia teve um crescimento de 66% no seio da produção editorial francesa» (Musiedlak, 2007: 103). Os 60 volumes do *Oxford Dictionary of National Biography* (2020), publicado desde 2004, contêm atualmente biografias breves de mais de 60.000 «figuras históricas britânicas»; o *American National Biography* conta cerca de 19.000 biografias breves de «figuras significativas, influentes ou notórias da história americana, escritas por estudiosos proeminentes» (2020). Ao longo das últimas duas décadas, foram fundadas muitas outras publicações, como as revistas *Biography: An Interdisciplinary Quarterly* e *Journal of Historical Biography*, dicionários, como o *Contemporary American Business Leaders: A Biographical Dictionary*, e associações, como a *Biographers International Organization* ou a *Biography Society* dedicadas à publicação e estudo de biografias. Em Portugal, esse movimento terá tido registo idêntico, embora de menor dimensão e com atraso de alguns anos. Como referi noutro

estudo (Rodrigues, 2012), pensemos, tão-só, na monumental coleção de biografias dos reis de Portugal (cf. Pinheiro, 2009), entre um vastíssimo e diverso conjunto de outras obras biográficas, como na publicação do volumoso *Dicionário de Educadores Portugueses* (Nóvoa, 2003). A biografia vende, como mostra Paula R. Backscheider (2013).

Com diferenças assinaláveis, a micro-história e a biografia histórica, consideradas em abstracto, parecem pois confundir-se com frequência. Para Hans Renders (2014: 129), a biografia e a micro-história são «dois métodos fraternos da historiografia passada e contemporânea», certamente porque a sociedade estará a tornar-se «cada vez mais biográfica» (Bessin, 2009: 12, 13 e 18). No início deste século, alguns autores, como Bisso Schmidt (2003), procuraram compreender a emergência da biografia à luz do conceito de *regime de historicidade*, de François Hartog (1995). Outros procuraram explicações com os conceitos *ordem do discurso*, de Michel Foucault (1996) e de *ordem do tempo*, de Krzysztof Pomian (1984).

O debate continua, nos nossos dias, centrado mais nas questões relacionadas com as «variações de escalas» do que nas da natureza da escrita da história ou mesmo na problemática da complexidade das relações entre os indivíduos e a sociedade. Todavia, mais do que a biografia, com os seus «limites e ambiguidades» (Levi, 1998: 167), é a micro-história, identificada com «curto prazo», história de tempo breve, que alguns movimentos historiográficos criticam (cf. Serna & Pons, 1999; Tomich, 2011). No panfletário *The History Manifesto*, Jo Guldi e David Armitage (2014) afirmam: «The disease has a name—short-termism», acrescentando que a história de curto prazo, uma espécie de miopia historiográfica, responsável pela «crise moral» atual da história, «tem muitos praticantes mas poucos defensores». A comunidade académica dividiu-se (Delafontaine, 2016: 104). De um lado, historiadores, como Georg Iggers, Dipesh Chakrabarty, Craig Calhoun, que concordam com o diagnóstico que Guldi e Armitage fazem dos grandes problemas do nosso tempo e da perda de influência da

história, considerando que o *Manifesto* constitui «uma importante tentativa de tornar a história relevante para um vasto público» (Georg G. Iggers *apud* Noiret, 2016: 98). De outro, os que consideram que os argumentos dos autores do *Manifesto* carecem de fundamentação. Lynn Hunt (2015: 320) entende que o verdadeiro alvo de Guldi e Armitage «é, de facto, a «viragem cultural», que tem tido mais influência no mundo anglófono do que a própria micro-história». E deixa a pergunta: «Não sofrerá mais a história com o presentismo do que com o curto-prazo?». Francesca Trivellato (2015: 338-339) observou que Armitage e Guldi «forjaram uma ligação artificial e negligente com a *longue durée* de Braudel». Para Ramses Delafontaine (2016: 111), «a missão da História não é prever o futuro». Nem a de substituir-se aos economistas nos gabinetes ministeriais...

O debate em torno do *Manifesto* não desviou a atenção de um outro movimento, o da «história global», esse, sim, com consequências para as discussões sobre o tempo-espço da história, desde que, em 1992, Dipesh Chakrabarty pôs em causa a forma eurocêntrica de pensar a verdade histórica (Cf. Hunt, 2018: 46-47). A «história global» é definida por Patrick Manning (2003: 3) como «the story of connections within the global human community». Segundo este autor (Manning, 2003: 4), «os historiadores descobriram que alguns padrões históricos podem ser mais bem explicados através de ligações globais do que através de estudos de caso localizados». Assim, o desafio parece estar em «expandir a escala de análise» que «ajuda a localizar as interconexões que explicam os padrões», e em lidar com «quantidades imensas de informação nova sobre a mudança ao longo do tempo».

Não parece, pois, que estejamos perante um «regresso» da «longa duração» ou da «história serial». Como salienta Eric Vanhaute (2009), a «compreensão global da história mundial só pode ser baseada em conhecimentos locais detalhados [...]», pelo que «cada perspectiva é o resultado de uma multiplicidade de escalas, desde as micro (acções humanas) às macro (forças sistémicas). Não existe uma escala básica,

nem mesmo uma escala global. Todas as escalas estão ligadas a outros níveis de organização, menores e maiores. Cada escala é modelada por acções e escolhas humanas, que não podem ser deduzidas a partir de uma escala ou padrão isolado». Por seu lado, Diogo Ramada Curto (2008: 29) realça a multiplicidade de situações intermédias e outras, «entre o campo historiográfico e a organização interna dos discursos históricos, entre as formas de explicação e as de tematização, ou entre os modelos causais que se articulam com pretensões globais e estruturantes, e as práticas da escrita narrativas e fragmentadas» que «difícilmente se esgotam no artifício dual».

A irredutível pluralidade da biografia

Num texto publicado em 1999, Krzysztof Pomian (2007: 249-259) defende a «irredutível pluralidade da história»: «a história só se declina no plural». Em seu entender, pode praticar-se a história como uma «ciência moral», como uma «ciência hermenêutica», como uma «ciência social» e como uma «ciência natural». Do mesmo modo que «não dispomos de uma teoria da história reconhecida por todos os historiadores» – esclarece –, também não existe uma única forma de escrita da história: «há várias e distintas umas das outras [...] tão diferentes que seria muito difícil encontrar alguma unidade estilística ou narrativa». O historiador só não pode escapar à prova e verificação, quaisquer que sejam os critérios de que parta. Tem de documentar as suas afirmações. É isso que separa a história da literatura e da memória, independentemente da maior ou menor complementaridade que exista entre a «verdade histórica» e a «verdade ficcional». Alguma literatura, sobrevalorizando a «verdade ficcional», não vê as fontes históricas como fonte de verdade, o que levou Agustina Bessa-Luís (1983: 224) a afirmar que «a História é uma ficção controlada». Na verdade, como salienta Jacques Le Goff (1984: 103), «o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para

impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias», o que faz com que, diz Le Goff, «no limite não exista documento-verdade», que «todo o documento é mentira», pelo que «cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo». A diversidade da história não nasce apenas das perguntas de partida e, conseqüentemente, da escolha e crítica documental, mas da dinâmica dos «três níveis do discurso histórico: o documental, o da explicação/interpretação e o da representação literária do passado» (Ricoeur, 2014: 196), chegando a grande variabilidade das interpretações, como refere Lynn Hunt (Hunt, 2018), a lançar dúvidas sobre a possibilidade de uma verdade histórica.

Por maioria de razões, a biografia é irredutivelmente plural. É plural porque é um género híbrido. Para François Dosse (*apud* Musiedlak, 2007: 103), «a biografia continua a ser um género híbrido, impuro». A biografia é diversa no tempo e no espaço. É diversa porque é cultivada com motivações muito variadas por escritores, jornalistas, historiadores e outros autores de formação variada. É plural porque os biografados são igualmente plurais. Diz Sabina Loriga (em entrevista a Souza & Lopes, 2012: 31) que a «ilusão biográfica» de Pierre Bourdieu (1986) sugere a existência de apenas uma forma de escrita biográfica, mas existem várias. Assim, todas as tentativas para etiquetar a biografia estão condenadas ao fracasso. José Amado Mendes (1992: 359) destaca a tipologia de modalidades da biografia histórica definida por Giovanni Levi (1998: 174-179; Levi, 2014: 67-71), para quem existem quatro tipos: 1. Prosopografia e biografia modal; 2. Biografia e contexto; 3. Biografia e casos-limite e, 4. Biografia e hermenêutica. Esta última, diz Amado Mendes (1992: 359-360), «a que podemos chamar «nova biografia», «encontra-se no cerne de questões históricas muito complexas, designadamente no que se reporta aos seguintes factores e ao modo como se articulam: individual/colectivo; liberdade/constrangimentos (físicos, psicológicos e sociais); tradição e inovação; homem/meio ambiente; desafios/respostas individuais».

Na literatura, o historiador e escritor Paul Murray Kendall (2019) apresenta uma diferente tipologia de modalidades. Começa por identificar quatro grupos de biografias – históricas, psicológicas, éticas e estéticas – para depois diferenciar a biografia «que resulta do que se poderia chamar uma relação vital entre o biógrafo e o seu sujeito» das que exigem pesquisa documental. Kendall apresenta primeiramente as «coleções de referência», isto é, os dicionários biográficos existentes em muitos países, os «esboços de biografias», ou «biografias breves», género nascido na China, no século II a. C., e que, dois séculos mais tarde, foi «uma forma literária plenamente desenvolvida no Império Romano», com Suetónio e Plutarco, continuando do Renascimento aos nossos dias, com destaque para Vasari, Samuel Johnson, Gamaliel Bradford, Lytton Strachey, entre outros. Kendall refere ainda os seguintes tipos de biografia: informativa, crítica, standard, interpretativa, ficcionalizada, ficção apresentada como biografia, biografias de tese, para além das biografias de «finalidade especial», as autobiografias, as memórias, cartas, diários, jornais, etc. O universo da biografia é, de facto, muito vasto e, muito frequentemente, uma só biografia, histórica ou não, partilha características de vários tipos.

Essa pluralidade afirma-se, também, pela diversidade de olhares sobre uma mesma figura. Na sua biografia de Trotski, David Renton (2007: 7) afirma: «Os biógrafos de George Orwell ainda não se decidiram se ele era realmente um anarquista ou um *Tory*. Rosa Luxemburgo tem sido lembrada tanto pela sua vida como pelos acontecimentos relacionados com a sua morte, pelas suas cartas de amor e pelos seus panfletos radicais. Quanto a William Shakespeare, Roger Casement, Albert Einstein, cada geração retratou-os de maneira diferente».

Outras vezes, o biógrafo realça em título que a biografia versa apenas uma dimensão do biografado. Na capa da biografia de Henrique Tenreiro, Álvaro Garrido (2009) coloca em subtítulo: «uma biografia política», «afeiçoada ao género biográfico».

Por seu lado, José Mattoso (2007) revela um aspecto que está sempre presente na elaboração de uma biografia, mais nuns casos do que noutros: «Não é preciso ser historiador profissional para perceber que não se pode traçar a biografia de uma personagem medieval sem uma grande dose de imaginação [...]. Não se pode, portanto, praticar história narrativa medieval sem reflectir sobre a própria legitimidade de tal projecto [...] e sem, depois, definir os problemas metodológicos decorrentes do tipo de documentação disponível».

Outras vezes, a biografia é quase uma prosopografia. Simon Sebag Montefiore (2003: 11) quis «simplesmente traçar um retrato de Estaline, dos seus vinte mais importantes potentados e respectivas famílias, mostrar como governavam e como viviam nessa cultura única que foram os seis anos de poder supremo [...]. É uma biografia dos seus cortesãos, um estudo de alta política e poder e costumes informais. De certa maneira, é uma biografia de Estaline através do seu relacionamento com os potentados do regime: na realidade, ele nunca saiu de cena».

Por fim, a biografia é plural porque plurais são os objetivos e as perguntas de partida. Ian Kershaw (Kershaw, 2011: XXV) escreveu: «Acima de tudo, a minha biografia teve por objetivo ser um estudo sobre o poder de Hitler. À partida, a minha intenção foi dar resposta a duas questões. A primeira era saber como é que Hitler foi possível [...]. A segunda, descobrir como Hitler era, descobrir como Hitler pôde exercer o poder».

Eis, pois, as razões por que, como enfaticamente diz João Paulo Oliveira e Costa (2012: 12), a biografia é «uma peça essencial para a boa compreensão da história, na medida em que coloca o próprio ser humano na sua individualidade, simples e complexa, racional e emotiva». Razões pelas quais «a produção de uma biografia é um dos maiores desafios que se pode colocar ao historiador [...]. Na biografia tentamos compreender um percurso de vida. Creio, por isso, que cada biografia é um acto único, pois é fruto de uma relação entre dois indivíduos – o autor e o biografado».

Egas Salgueiro, um empresário de elite

Em *Egas Moniz. Uma biografia*, João Lobo Antunes (2010: 11-23) mostra bem como «a personalidade e a obra» de Egas Moniz lhe eram «familiares» desde menino. O pai tratava-o, com veneração, como «Mestre Egas». Um conjunto precioso de cartas que Egas Moniz escrevera ao seu discípulo Pedro Almeida Lima suscitaram em Lobo Antunes «um profundo interesse pela personalidade» de Egas Moniz; e terão sido essas cartas que alimentaram o desejo de fazer a biografia. Lobo Antunes pôde contar, entre outros, com a fotobiografia intitulada *Retrato de Egas Moniz*, de Ana Leonor Pereira, João Rui Pita e Rosa Maria Rodrigues, bem como com os escritos do próprio Egas Moniz que, como salienta Lobo Antunes, «quis esculpir, ele próprio, a sua estátua». Em 1974, Lobo Antunes publicara numa importante revista norte-americana um artigo sobre a história da angiografia. Egas Moniz era familiar a João Lobo Antunes. Não se passou o mesmo comigo quando o neto homónimo de Egas Salgueiro me convidou a escrever a biografia do avô (Rodrigues, 2020). Eu sabia, vagamente, que Egas Salgueiro apenas fora um importante

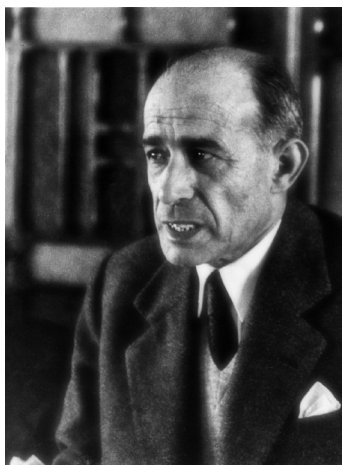


Fig. 1 – Egas Salgueiro, 1953. Fotografia de Pedro Grangeon (Arquivo da Família Salgueiro).

armador da pesca do bacalhau. Não parti, pois, de um conhecimento prévio do meu biografado.

No início, apenas tive acesso às atas de duas das empresas que Egas Salgueiro dirigiu, a um pequeno grupo de discursos proferidos em circunstâncias diversas, a algumas fotografias e ao testemunho da sua filha. Depois, para lá da informação do arquivo paroquial, foi no arquivo notarial e especialmente na imprensa local que encontrei os mais importantes indícios da vida deste empresário. Um conjunto significativo de informações sobre Egas Salgueiro e a sua família, nomeadamente sobre o pai, um tio e um irmão, encontrei-o nas colunas sociais dos periódicos da Monarquia e da República. No Estado Novo, verificou-se uma mudança de atitude, a que a atividade da censura não será alheia, embora não tenha desaparecido o gosto pelas notícias da vida mundana. À medida que fui lendo tudo o que consegui reunir, verifiquei que não dispunha de «modelos» para a realização da biografia de Egas Salgueiro. Teria de encontrar o meu caminho.

Egas Salgueiro nasceu em 1894. Entre 1907 e 1913, esteve na Amazónia. Dois anos depois, viveu em Benguela, de onde regressou em 1917. Com a sua chegada, o pai juntou os quatro filhos na sociedade Salgueiro & Filhos. No início de 1920, trespassaram ao Banco Regional de Aveiro todos os negócios e operações bancárias. Quatro meses depois, Egas Salgueiro e o irmão António, regressado de França, adquiriram as quotas dos outros dois irmãos e, acto contínuo, decidiram manter a referida sociedade Salgueiro & Filhos, desde então com um objecto social reduzido ao «comércio de tabacos, seguros, comissões, consignações». Segundo a escritura de constituição da nova sociedade, celebrada em 1 de abril de 1920, a «gerência» ficou a pertencer a Egas Salgueiro. Era a primeira vez que ele assumia a direcção de uma empresa – faz agora 100 anos.

A morte do pai, no início de setembro desse ano, deu-lhe o ensejo para enveredar por um caminho desconhecido na família: a pesca do bacalhau, actividade muito arriscada mas bem remunerada nesses

anos. Com 26-27 anos – idade que tinha à data da fundação da Empresa de Navegação e Pesca de Aveiro, Lda. –, dava início a uma longa carreira de armador, a que dedicou o melhor da sua energia.

Nos anos seguintes, Egas Salgueiro representou os interesses das empresas bacalhoeiras, nomeadamente na Associação Comercial e na Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro. Em 1928, com a experiência acumulada à frente da Empresa de Navegação e Pesca de Aveiro, co-fundou a Empresa de Pesca de Aveiro (EPA). Não era mais uma empresa de *navegação* e *pesca*, mas uma sociedade liderada por comerciantes, exclusivamente dedicada à pesca e ao comércio do bacalhau. Depois de um início atribulado, a EPA viria a tornar-se uma das mais inovadoras empresas do sector das pescas, em Portugal, e certamente a maior empregadora da região nos anos 1950-1970.

Os consideráveis investimentos na pesca do atum, na pesca da sardinha, na pesca do alto e especialmente na fabricação de conservas, primeiro em Agadir, no sul de Marrocos, e, depois, na Gafanha da Nazaré, no concelho de Ílhavo, são posteriores. Nasceram como formas de contornar os inúmeros constrangimentos criados pela política do condicionamento das pescas e pelas intrigas e arbitrariedades dos dirigentes corporativos, como mostrou Álvaro Garrido (2003). Com essas pescarias e atividades transformadoras, Egas Salgueiro procurava, também, alternativas ao bacalhau, que começava a escassear nos mares do norte.

A fama de gestor, no sentido moderno do termo, conduziu-o, em 1928, à direção do Banco Regional de Aveiro, salvando o banco da ruína, num contexto de grande instabilidade política, económica e social que liquidou inúmeros bancos de igual dimensão. A liderança dessa instituição bancária permitiu-lhe, durante quatro décadas, um conhecimento profundo do tecido empresarial da região e o acesso a capitais em momentos-chave da história das empresas que liderou. Num curto prazo, deu-lhe acesso à direção da Companhia Aveirense de Moagens, que refundou, salvando-a da irrelevância empresarial.

Egas Salgueiro não foi apenas armador da pesca do bacalhau, banqueiro e industrial de moagens e conservas. Herdou do pai e do sogro, que haviam integrado várias direções da Sociedade Recreio Artístico, uma cultura cívica de participação na actividade associativa da sua cidade. Nessa medida, envolveu-se na direção de algumas associações locais, como o Clube dos Galitos, o Beira-Mar, ou os Bombeiros, numas mais do que noutras, tendo tido até uma passagem breve pela direção do Município dirigido por Lourenço Peixinho. Mais tarde, foi convidado a reorganizar as finanças da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, tendo sido, por duas vezes, seu provedor, num tempo em que o Hospital ainda era olhado como «uma instituição de caridade». Nesta vetusta instituição, Egas Salgueiro enfrentou inúmeras contrariedades, certamente as maiores da sua vida, decorrentes essencialmente da subordinação das misericórdias à política do Estado Novo para a saúde e para a assistência social. Depois, aceitou dirigir o Teatro Aveirense, ameaçado por planos de urbanização e especialmente pelo aparecimento do novíssimo Cine-Teatro Avenida. Egas Salgueiro salvou o Teatro Aveirense, modernizando-o e criando condições para que a cidade dispusesse de oferta variada de cinema, ainda que submetida aos ditames da «política do espírito», sob o olho vigilante da censura. E ainda teve tempo para integrar o grupo fundador do Rotary Club de Aveiro. Numa intervenção lida perante os seus companheiros rotários, e em parte publicada no periódico aveirense, *Litoral*, de 21 de janeiro de 1958, Egas Salgueiro mostrava-se fascinado com os Estados Unidos da América, «o mais democrático país da Terra». Nesse texto, escrito num tempo em que a escola salazarista assegurava a reprodução das desigualdades sociais, Egas Salgueiro defendia a formação de «uma elite de elementos, em grande parte formados em escolas superiores, vinda de todas as classes da população».

Foi longa e multifacetada a vida deste empreendedor: fez-se empresário no último e tumultuoso decénio da I República e assistiu,

já doente, à Revolução de Abril e aos primeiros passos de normalização constitucional. A sua biografia possui múltiplas trajetórias e muitas dinâmicas, testemunhando e iluminando, em muitos aspectos, diferentes períodos da história local e da história de Portugal. Entre 1920 e 1974, o seu percurso de vida confunde-se com a história das empresas e instituições que dirigiu e marcou indelevelmente, não nos permitindo, porém, reduzir o seu percurso à história da «sua» Empresa de Pesca de Aveiro.

Também a sua geografia de viagens foi extensa e diversa: em 1923, Egas Salgueiro deslocou-se em negócios a Liverpool. Depois, foi conhecendo Portugal de lés a lés, tendo viajado por diversos países: África do Sul, Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Marrocos. É um percurso de vida diferente do dos demais empresários portugueses, que, até aos anos 1950, viajavam pouco, como mostrou Joaquim da Costa Leite (2006).

Para melhor conhecer Egas Salgueiro, para lá dos testemunhos orais e escritos, interessei-me pelos seus antepassados. Entendo que sem um conhecimento, mesmo muito limitado, da sua genealogia dificilmente se compreenderia o seu percurso de vida. Com a informação genealógica, procurei avaliar a importância da família nas escolhas que fez e que lhe permitiram tornar-se um empresário, sabendo que a influência da família, mesmo quando é muito intensa, não é suficiente para se moldar definitivamente um qualquer indivíduo (S. Freud, *apud* Jennings, Cox, & Cooper, 1994: 45; Gimeno, 2003: 14). Naturalmente, estive atento às «redes de sociabilidade» (Simmel, 1983), ao «universo relacional» (Grendi, 2009) em que Salgueiro se moveu, procurando entrever causas ou razões de conflitos e cumplicidades.

O trisavô de Egas Salgueiro foi batizado, em 1774, na antiga freguesia de São Miguel. Desde então, os seus antepassados viveram sempre na cidade de Aveiro. Eram alfaiates, taberneiros, doceiros, marceneiros, carpinteiros. Mais tarde, enveredaram pelo mundo do comércio.

O tempo de vida no Brasil terá sido decisivo nessa opção familiar. Assim, ao saber-fazer sucedeu o saber-negociar, o saber-contar e o saber-administrar. Estamos perante uma família de «comerciantes», «negociantes» e «caixeiros», que se afirmou profissionalmente num tempo em que ainda rareavam os «guarda-livros».

A pesquisa genealógica acabou por revelar uma figura decisiva na formação de Egas Salgueiro: o seu pai, o «caixeiro» amigo dos Pinto Basto que, depois de ter ficado órfão, mercê da sua dedicação, inteligência e de um acaso, fundou a casa bancária que esteve na origem do Banco Regional de Aveiro. Foi neste ambiente que nasceu Egas Salgueiro. Os seus amigos e os amigos dos seus pais e avós também eram homens de negócios. Creio ser assim mais fácil compreender algumas das suas escolhas, embora continuemos sem respostas para um significativo número de questões.

Ao longo das 400 páginas desta biografia, creio podermos encontrar um pouco das três últimas modalidades de biografia da tipologia de Giovanni Levi (1998: 174-179; Levi, 2014: 67-71). Segundo a modalidade «biografia e contexto», «a época, o meio e o ambiente são fortemente valorizados, como factores suficientes para caracterizar uma atmosfera que explicaria os destinos na sua singularidade» (Mendes, 1992: 359). Sem muitas certezas, relaciono as atitudes de Egas Salgueiro com o facto de ele não ter vivido em Portugal nos mais conturbados anos da I República. Mas também existem passagens típicas da «biografia e casos-limite», situação em que «as biografias são directamente utilizadas para esclarecer o contexto», ou mesmo a «biografia e hermenêutica». Um exemplo: em 1962, Egas Salgueiro foi forçado a entregar a construção de dois navios aos Estaleiros de São Jacinto, com grande prejuízo para a EPA, por decisão imposta por Henrique Tenreiro, o delegado do Governo para as Pescas, no quadro do conflito da EPA com Carlos Roeder. De forma muito diversa, esta biografia esclarece algumas medidas políticas do Estado Novo nos domínios da atividade de Egas Salgueiro.

Para um melhor conhecimento das empresas que geriu, dos seus pontos fortes e dos pontos fracos, seria necessário um estudo prosopográfico dos indivíduos e grupos das suas direcções. Mesmo assim, na biografia deste empresário de elite, reuni pequenas notas biográficas especialmente sobre o grupo que mais tempo esteve à frente da EPA, acompanhando a atividade do seu administrador-delegado. Mas não é nem poderia ser prosopografia. Quando muito, mostro a necessidade de um trabalho dessa natureza para uma consistente história empresarial da EPA, como creio ter provado que a biografia de Egas Salgueiro não é a história da empresa ou das empresas que ele dirigiu. Nem a EPA se reduz à história de vida do homem que a governou durante meio século. Deste modo, poderemos perceber a natureza das relações entre biografia e história empresarial. Uma história de qualquer das empresas ou instituições que Egas Salgueiro dirigiu não nos dá a conhecer o homem, o cidadão que ele foi, como não nos permite conhecer as restantes atividades empresariais e cívicas em que esteve envolvido. Simetricamente, a biografia deste empresário não constitui uma história das empresas e demais organizações que administrou (com as fontes de que dispus, os trabalhadores das empresas que dirigiu são os grandes ausentes desta biografia). Creio que é aqui que se pode entender a importância da prosopografia da «escola elitista», que se preocupa «com a dinâmica de pequenos grupos ou com a interação, em termos de família, casamento e laços económicos, de um número restrito de indivíduos» (cf. Stone, 2011: 116). Deste modo, a prosopografia torna-se, assim, como assinala José Amado Mendes (1992: 360), «como que um meio-termo entre biografia e história».

De facto, uma prosopografia dos armadores da pesca do bacalhau, por exemplo, permitir-nos-ia levar mais longe a biografia de cada um desses indivíduos, pois a biografia é monográfica, não permitindo a comparação. Nesta medida, também a história de uma empresa, porque é monográfica, patenteia a mesma limitação, mesmo quando o seu objectivo primordial, segundo J. Amado Mendes (2010: 284),

consiste em «compreender e explicar o percurso da empresa e dos agentes e intervenientes no processo, tendo em consideração os êxitos e os fracassos, os momentos altos, as vicissitudes, a gestão eficiente e de sucesso [...]; isto é, a vida da empresa». Assim, podemos afirmar que biografia e história empresarial iluminam-se mutuamente, mas carecem do confronto com outras biografias e histórias de outras empresas em determinado período histórico.

Por fim, quero salientar um aspecto relacionado com a «narrativa». Na abertura da biografia de Egas Salgueiro, afirmei que ele «nasceu às 4 horas da tarde *de uma sexta-feira, ventosa e fria*, do dia 16 de março de 1894». Não me é fácil explicar por que razão senti necessidade de escrever que o seu nascimento aconteceu numa sexta-feira ventosa e fria. A data e hora constam do lacónico registo de batismo, não a restante informação. Após paciente pesquisa, encontrei, num periódico local, uma referência às más condições atmosféricas em Aveiro nesses dias. Para que me serviu essa informação? Para dizer que Egas Salgueiro, ao contrário dos irmãos, viveu 83 anos, porque vendia saúde, que lhe permitiu enfrentar todas as dificuldades de uma vida dura e cheia? Certamente que sim. Mas dizer isso é pouco. Nigel Hamilton (2008), um biógrafo jornalista, advoga que «a abertura de uma biografia deve ser, se possível, tão sedutora quanto a primeira linha de um romance», dando razão a Giovanni Levi (2014: 62), para quem as exigências de historiadores e romancistas, não sendo as mesmas, estão «a ficar cada vez mais parecidas». Terá sido assim?

Referências bibliográficas

- Annales*. (1988), Histoire et sciences sociales. Un tournant critique? *Annales. Economies, Sociétés, civilisations*, 43(2), 291-293. Disponível em https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1979_num_34_6_294129
- ANTUNES, João Lobo (2010), *Egas Moniz. Uma biografia*. Lisboa: Gradiva.
- AVEZOU, Laurent (2001), La biographie. Mise au point méthodologique et historiographique. *Hypothèses*, 1(4), 13-24. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-hypotheses-2001-1-page-13.htm>

- BACKSCHEIDER, Paula R. (2013), *Reflections on Biography*. Oxford: Oxford University Press.
- BESSA-LUÍS, Agustina (1983), *Adivinhas de Pedro e Inês*. Lisboa: Guimarães Editora.
- BESSIN, Marc (2009), Parcours de vie et temporalités biographiques: quelques éléments de problématique. *Informations Sociales*, 6(156), 12-21. Disponível em http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=INSO_156_0012
- BOURDIEU, Pierre (1986), L'illusion biographique. In *Actes de la recherche en sciences sociales* (Vol. 62-63, p. 69-72). Disponível em https://www.persee.fr/docAsPDF/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2317.pdf
- CHARTIER, Roger (1994), A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, 7(13), 97-114. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewPDFInterstitial/1973/1112>
- CHARTIER, Roger (2007), *La historia o la lectura del tiempo* (M. G. Polo, Trad. e-book ed.). Barcelona: Gedisa.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (2012), *D. Manuel I, 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CURTO, Diogo Ramada (2008), *As múltiplas faces da história*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CANNADINE, David (2020), *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em <https://www.oxforddnb.com/>.
- DELAFONTAINE, Ramses (2016), Beyond The History Manifesto: On Public and Forensic History. *Memoria e Ricerca*, 51(1), 97-104. Disponível em <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/43246>
- FEBVRE, Lucien (1932), Albert Mathiez: un tempérament, une éducation. *Annales d'histoire Économique et Sociale*, 18, 573-576. Disponível em https://www.persee.fr/docAsPDF/ahess_0003-441x_1932_num_4_18_1357.pdf
- FOUCAULT, Michel (1996), *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- GARRIDO, Álvaro (2009), *Henrique Tenreiro. Uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates.
- GARRIDO, Álvaro (2003), *O Estado Novo e a Campanha do Bacalbau*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GIMENO, Adelina (2003), *A Família. O desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GINZBURG, Carlo (1991), *A micro-história e outros ensaios* (A. Narino, Trad.). Lisboa: Difel.
- GINZBURG, Carlo (2008), *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (J. P. Paes, Trad. 2.^a reimpressão). São Paulo: Companhia das Letras.
- GIULI, Matteo (2017 set/dez). Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. *Revista Brasileira de História*, 37(76), 137-162.
- GRENDI, Edoardo (2009 [1977]), Micro-analyse et histoire sociale. *Écrire l'histoire. Histoire, Littérature, Esthétique*, 3, 506-520. Disponível em <https://journals.openedition.org/elh/944>
- GRENDI, Edoardo (1998), Repensar a micro-história? (D. Rocha, Trad.). In REVEL, Jacques (Ed.), *Jogos de escalas. A experiência da micro-análise* (p. 251-262). Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas.

- GULDI, Jo e ARMITAGE, David (2014), *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAMILTON, Nigel (2008), *How to do a Biography: a primer* (e-book ed.). Cambridge, Massachusetts – Londres, Inglaterra: Harvard University Press.
- HARTOG, François (1995), Temps et histoire. « Comment écrire l'histoire de France ? ». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 6, 1219-1236.
- HUNT, Lynn (2018), *History. Why it matters* (Kindle ed.). Cambridge: Polity Press.
- HUNT, Lynn (2015), Faut-il réinitialiser l'histoire? *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2, 319-325. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-Annales-2015-2-page-319.htm>
- JENNINGS, Reg, COX, Charles e COOPER, Cary (1994). *Business Elites. The Psychology of Entrepreneurs and Intrapreneurs*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- KENDALL, Paul Murray (2019), Biography. Narrative genre. In *Encyclopædia Britannica*. Disponível em <https://www.britannica.com/art/biography-narrative-genre>
- KERSHAW, Ian (2011), *Hitler. Uma biografia* (L. Geer, Trad. 4.º ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- LE GOFF, Jacques (1984). Documento/Monumento. In ROMANO, Ruggiero (Ed.), *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 1: Memória-História, p. 95-106). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- LEITE, Joaquim da Costa (2006), Instituições, gestão e crescimento económico: Portugal, 1950-1973. *Documentos de Trabalho em Economia*, 38. Disponível em <https://cupdf.com/document/instituicoes-gestao-e-crescimento-economico-portugal-1950-1973.html>
- LEPETIT, Bernard (1988), Présentation. *Annales. Economies, Sociétés, Civilizations*, 43(1), 3-4. Disponível em https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_1_283472
- LEVI, Giovanni (1998), Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Eds.), *Usos e abusos da história oral* (2 ed., p. 167-182). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- LEVI, Giovanni (2014), The uses of Biography. In RENDERS, Hans & HAAN, Binne de (Eds.), *Theoretical Discussion of Biography. Approaches from History, Microhistory and Life Writing* (p. 61-101). Leiden-Boston: Brill.
- LORIGA, Sabina (2017), The plurality of the past. Historical time and the rediscovery of biography. In RENDERS, Hans, HAAN, Binne de e J. HARMSMA, Jonne (Eds.), *The biographical Turn. Lives in History* (Kindle ed.), Abingdon-New York: Routledge.
- LYONS, Martin (2010), A New History from Below? The Writing Culture of Ordinary People in Europe. *History Australia*, 7(3), 60.1-60.9. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2104/ha100059>
- MANNING, Patrick (2003), *Navigating World History: a guide for researchers and teachers*. New York: Palgrave MacMillan.
- MATTOSO, José (2007), *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas & Debates.
- MENDES, José Amado (2010), História empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica. In RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Ed.), *Outros combates pela História* (p. 279-296). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- MENDES, José Amado (1992), O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos. *Análise Social*, XXVII(116-117), 357-365. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054015V8hLU3da0Zq71UH1.pdf>
- MENDES, José Amado. (1993), *A História como ciência. Fontes, metodologia e teorização* (3.ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- MONTEFIORE, Simon Sebag (2003), *Estaline. A corte do czar vermelho* (M. D. Correia, Trad.). Lisboa: Alétheia Editores.
- MUSIEDLAK, Didier (2007), Biografia e história. Reflexões metodológicas. *Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, 13(15), 103-109. Disponível em <http://journal.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/237/276>
- NOIRET, Serge (2016), «The History Manifesto»: a discussion. *Memoria e Ricerca*, 51(1), 97-104. Disponível em <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/43246>
- NÓVOA, António (2003), *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro (2009), A historiografia (re)visita os sujeitos: uma breve análise do campo biográfico. *Unimontes Científica*, 9(1), 55-64. Disponível em <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/307>
- PINHEIRO, Magda (2009), A Biografia e as Biografias dos Reis de Portugal. *Ler História*, 56, 220-223. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2040>
- POMIAN, Krzysztof (1984), *L'ordre du temps*. Paris: Éditions Gallimard.
- POMIAN, Krzysztof (2007), *Sobre la historia* (M. M. Solimán, Trad.). Madrid: Ediciones Cátedra.
- PORT, Andrew (2015), History from Below, the History of Everyday Life, and Microhistory. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 11, 108-113.
- RAGGIO, Osvaldo (2013), *Microstoria e microstorie. Il Contributo italiano alla storia del Pensiero*. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/microstoria-e-microstorie_\(altro\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/microstoria-e-microstorie_(altro)/).
- RENDERS, Hans (2014), The Limits of Representativeness. Biography, Life Writing, and Microhistory. In RENDERS, Hans e HAAN, Binne de (Eds.), *Theoretical Discussions of Biography. Approaches from History, Microhistory and Life Writing* (Vol. 7: Egodocuments and History Series, p. 129-138). Leiden-Boston: Brill.
- RENTON, David (2007), *Trotsky* (M. J. Delgado, Trad.). Porto: Edições ASA.
- REVEL, Jacques (2010), Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, 15(45), 434-440. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000300003
- RICOEUR, Paul (2014), *A memória, a história, o esquecimento* (A. François, Trad.). Campinas: Editora Unicamp.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2012), *Francisco A. Silva Rocha, 1864-1957: o Professor e o Homem*. Proceedings from IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Rituais, espaços & Patrimónios Escolares.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2020), Egas Salgueiro. *Biografia de um empresário de elite*. Aveiro: Brincalettras.
- SCHMIDT, Benito Bisso (2003), Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, 2(3), 57-72. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1041>

- SERNA, Justo e PONS, Anaclet (1999), El historiador como autor. Éxito y fracaso de la microhistoria. *Prohistoria*, 3, 237-259. Disponível em <https://www.uv.es/~jserna/hiatoriautor.htm>
- SIMMEL, Georg (1983), Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In MORAES FILHO, E. (Ed.), *Georg Simmel: Sociologia* (p. 165-181). São Paulo: Ática.
- SOUZA, Adriana Barreto de, & LOPES, Fábio Henrique (2012), Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da História*, 9, 26-37. Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/473>
- STONE, Lawrence (1979), The revival of narrative: reflections on a new old history. *Past & Present*, 85), 3-24. Disponível em http://www.ksa.zcu.cz/studium/podklady/hihb/Stone_Revival.pdf
- STONE, Lawrence (2011), Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 115-137. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>
- THOMPSON, E. P. (1986 [1963]). *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- TOMICH, Dale (2011), A ordem do tempo histórico: a *longue durée* e a micro-história. *Almanack*.
- TRIVELLATO, Francesca (2015), Un nouveau combat pour l'histoire au XXIe siècle? *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2, 333-343. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-Annales-2015-2-page-333.htm>
- VRIES, Peer (2009), Editorial: global history. In VRIES, Peer (Ed.), *Global History* (p. 5-21). Viena: Institut für Wirtschafts und Sozialgeschichte der Universität Wien Dr. Karl Lueger-Ring.

Todas a ligações à internet estavam ativas em meados de maio de 2020.

II. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL, PATRIMÓNIO CULTURAL E MUSEOLOGIA

O “EFEITO CONFUSO DA PITORESCA AGLOMERAÇÃO DE COUSAS DIVERSAS”: PARTICULARIDADES DO DISCURSO EXPOSITIVO NOS PRIMÓRDIOS DO MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1913-1931

Duarte Manuel Freitas
CHSC-FLUC/CICH-UAL
duartemanuelfreitas@gmail.com

Ao meu mestre e amigo
Professor Doutor José Amado Mendes.
Obrigado por tudo o que me ensinou
e que, ainda hoje, me ensina.

I. Ponto de partida

Nascido, em 1911, sob a reforma museológica republicana, o Museu Machado de Castro apresentou como missão, descrita no próprio diploma fundacional, o estabelecimento de um “Museu geral de arte geral, organizado principalmente no intuito de oferecer ao estudo público collecções e exemplares de evolução da história do trabalho nacional; [...] ampliado com uma secção de artefactos modernos, destinada à educação do gosto publico e à aprendizagem das classes operárias” (Decreto-lei 26-05-1911). Mais do que um simples mote (ou ponto de partida), estas palavras espelham a concretização das

conceções museológicas do fiel instituidor António Augusto Gonçalves (1848-1932), assentes numa tríplice confluência entre o republicanismo, a educação artística e uma ligação profunda às artes aplicadas à indústria, de acordo com a conjuntura museológica iniciada na Exposição Internacional de Londres, em 1851, e disseminada, nos anos subsequentes, um pouco por toda a Europa e América do Norte (Freitas, 2016: 18-19).

A fundação deste museu conimbricense possui, como “passado genético”, outros “lugares de memória” criados e desenvolvidos ao longo da segunda metade de Oitocentos. Assim, como ascendentes diretos, encontram-se: o Museu Municipal de Arte e Indústrias (1889-1890), instituído por Gonçalves sob o arquétipo das artes industriais; o Museu do Instituto de Coimbra (1873-1912), de quem recebeu todo o acervo; e o Tesouro da Sé, criado, em 1883, pelo bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913), sendo alvo de nacionalização e consequente anexação ao Museu Machado de Castro, no ano de 1911 (Freitas, 2016: 74-78).

Se o diploma que estabeleceu a definição do panorama museológico de matriz republicana lhe deu existência e fixou uma missão específica, a conjuntura laicizante presente na sociedade portuguesa outorgou-lhe um espaço físico para a sua implantação. Após um polémico e conturbado processo de desamortização, a nova instituição museológica da cidade do Mondego foi instalada no paço episcopal, sito no Largo de São João, obrigando à saída extemporânea do prelado conimbricense D. Manuel Correia de Bastos Pina (Freitas, 2016: 82).

Neste edifício de relevância histórica, categorizado com o estatuto de monumento nacional (Decreto 16-06-1910), iniciou-se, a partir de 1912, uma série de obras de adaptação a espaço museológico que se estenderam no tempo para além do dia oficial de abertura, ocorrida a 11 de outubro de 1913. Já tivemos oportunidade de refletir, noutra contexto, sobre a referida campanha de obras, destacando-se o seguinte: “Mais do que intervir para a consolidação de um edifício

de memórias sobrepostas e, muitas vezes, entrecruzadas, o primeiro diretor [António Augusto Gonçalves] concebeu, a partir delas, um espaço museológico, tomando decisões de inevitável destruição, outras de adaptação e ainda de preservação de espécimes endógenos e exógenos ao próprio paço. A metamorfose do espaço verificou-se árdua e complexa, como o próprio Gonçalves sempre salientou, acrescida pelas dificuldades subjacentes às exíguas dotações do erário público” (Freitas, 2016: 175).

A abertura ao público de um museu com o nome de Machado de Castro (1731-1822) não pressupôs, como seria de esperar, um enfoque expositivo formado a partir dos trabalhos mais relevantes do grande escultor régio, originário da cidade do Mondego, uma vez que, à época, a instituição não possuía – e ainda hoje não possui – estatuária criada pelo seu escopro. O ato de o invocar, a partir da referida intitulação, ultrapassa a mera homenagem a um artista da terra e pretendeu salientar a posição de defensor da pedagogia artística – como demonstram os escritos didáticos de sua autoria (Castro, 1810) –, ao aplicar-se tal nomenclatura a uma instituição onde a qualidade do acervo de escultura em pedra, de diferentes centúrias, se evidenciou em termos expositivos, em modo concordante com a memória histórico-artística da própria cidade.

II. Deambulando pelo “continente”

Dada a especificidade inerente ao complexo arquitetónico do Museu Machado de Castro, por se constituir num verdadeiro tratado de sobreposição de memórias edificadas, não podemos restringir o exame analítico ao seu discurso expositivo apenas ao interior das “quatro paredes”. Acresce a este facto a opção, firmada por António Augusto Gonçalves, de pontuar as fachadas do pátio principal e do exterior (no largo fronteiro ao antigo paço episcopal) com elementos artísticos de variada índole, fazendo das suas paredes verdadeiros

expositores ao ar livre. Tal facto encontra-se presente nos vários registos icononímicos que chegaram até aos nossos dias, com particular destaque para um filme de 1931, intitulado “Belezas de Portugal. Coimbra”, produzido pela Ulysseia Filmes. Nele assistimos à filmagem do Largo de São João e consequente fachada nascente do museu, onde, para além das estruturas originais – o pórtico de entrada de *facies* tardo-quinhentista, o torreão sobre a porta de arco ultrapassado do século XII (à época ainda emparedado) e a fachada da igreja de São João de Almedina, já de si modificada pela inserção do portal de Santa Ana – introduziram-se: painéis azulejares; uma janela em ogiva, de evidente feição gótica; outra de fino labor manuelino; um frontão triangular com baixo-relevo aplicado; vários componentes esparsos de escultura lapidar, entre os quais a estátua “Camões Salvando *Os Lusíadas*” de Fernandes de Sá (1874-1959). A intitulação “Museu Machado de Castro” colocou-se sobre o portal, num largo de entrada pontuado por arranjos florais, cujo preenchimento da fachada de elementos artisticamente relevantes, ainda que exógenos ao próprio paço episcopal, pretendeu incutir, à entrada do espaço museológico, um arquétipo de *locus* de memória e de preservação patrimonial (Belezas, 1931).

As imagens referentes ao pátio principal, igualmente registadas em filme, reiteram a conjugação entre as estruturas originais – onde sobressai a imponente cénica da *loggia* tardo-quinhentista, num risco atribuído a Filippo Terzi (1520-1597), – com objetos escultóricos e utilitários espacialmente dispersos. As paredes serviram de expositores de painéis azulejares de diferentes períodos, ladeados pelo rasgo de portas e janelas envidraçadas, com o objetivo específico de prover a entrada de luminosidade para o interior do espaço museológico. Centralizou-se no pátio, a partir do fontenário original, um pequeno ajardinamento pontuado pelo elemento lapidar, numa ambiência alegórica a um palácio das artes, com vista para a cidade através da capacidade estrutural da *loggia* (Belezas, 1931).

Para um entendimento das opções expositivas aplicadas aos espaços internos, recorreremos a outros registos icononímicos, entrecruzados com descrições presentes nos catálogos levados ao prelo (Museu, 1913 e 1916) e com o “Inventário geral dos objetos pertencentes ao Estado”. Este último, em formato de livro manuscrito, resultou de um labor conduzido, entre 1915 e 1918, pelo próprio diretor, com o auxílio do então jovem conservador João Couto (1892-1968), que deu, nesta instituição, os seus primeiros passos enquanto museólogo, partindo em definitivo para Lisboa somente no ano de 1924 (Costa, 1996: 65-86).

Sobre as dependências do Tesouro da Sé – sitas, inicialmente, nas salas do Cabido da Sé Nova e, a partir de 1923, na desamortizada igreja de São João de Almedina –, a ausência de fontes visuais tornam praticamente impossível uma teorização sobre as premissas expositivas nelas aplicadas, levando a que, neste exercício, nos fixemos apenas no polo correspondente ao antigo paço episcopal.

O esquema geral de circulação pelo espaço museológico surge já claramente definido no catálogo de 1916, que incluiu uma planta dos dois pisos com a indicação de todas as salas de exposição (Fig. 1). No registo análogo publicado três anos antes (1913) denota-se ainda um carácter provisório da montagem de algumas coleções, num verdadeiro *work in progress* encarreirado mediante a chegada das exíguas verbas estatais, tal como reflete a nota inicial que aqui se transcreve: “É de advertir que, em muitos casos, a distribuição e colocação dos objetos neste museu expostos é simplesmente provisória, sendo que a organização definitiva dependerá de ulteriores oportunidades. O agrupamento racional dos artefactos congêneres seria para desejar; mas este preceito não pode ser sempre observado, e algumas espécies menos importantes acham-se um pouco disseminadas por toda a parte. Isto, contudo, não prejudicará sensivelmente o visitante acelerado; e menos ainda aqueles que demoradamente procurarem satisfazer a sua deleitável curiosidade” (Museu, 1913: 4).

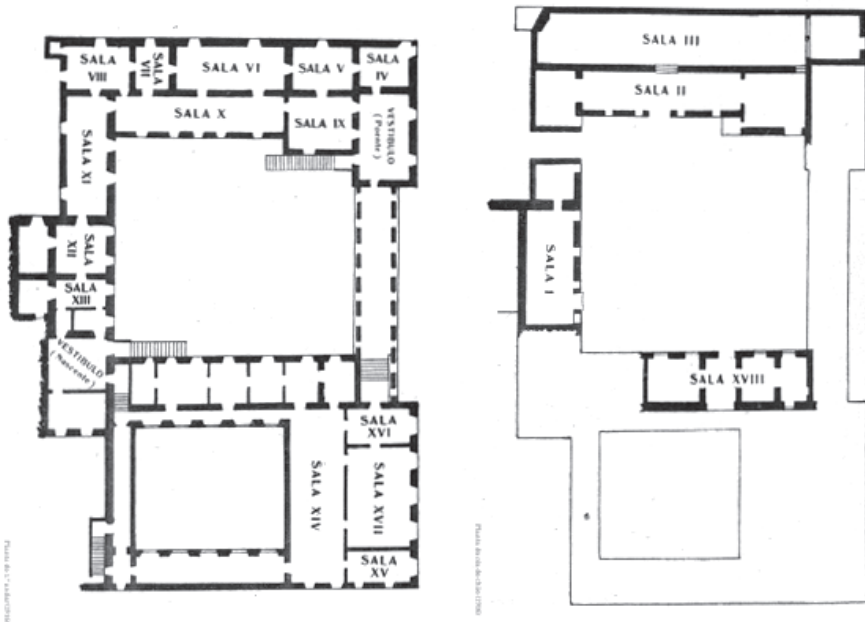


Fig. 1 – Plantas do rés do chão e do primeiro andar do Museu Machado de Castro, com a marcação das salas de exposição (Museu, 1916: 8-9).

Registe-se, ainda, que o percurso definido em 1916 não permaneceu propriamente estanque, sofrendo ligeiras alterações ao longo do tempo – que aqui daremos conta –, fruto da constante necessidade de dotar os espaços de melhores condições de exibição dos entes histórico-artísticos.

Após a entrada no pátio principal do Museu Machado de Castro, o visitante encaminhava-se para as proximidades da escadaria disposta no ângulo nordeste, onde se instalaram os espaços da bilheteira (AMNMC, Diário: 39). Adquirido o ingresso, seguia-se a passagem, no quadrante nascente, pela sala I, dedicada à época romana, tendo sido aberta ao público apenas no ano de 1914. Nela se exibiram os artefactos exumados nas escavações arqueológicas em *Conimbriga*, organizadas, ainda na centúria anterior, pelo Instituto de Coimbra, a que acresceram os espécimes exumados na própria *civitas*

aeminiensis. Evidencia-se a colocação, nas paredes, dos *vermiculata pavimenta*, a reconstituição de elementos arquitetónicos e a mostra de artefactos de menor dimensão a partir de vitrines em formato de mesa (Museu, 1916: 10-13; Fig. 2).



Fig. 2 – Sala I do Museu Machado de Castro (galeria romana), c. 1914-1916 (AMNMC, Fotografias).

O percurso até ao espaço seguinte (sala II) obrigava a saída do público para o pátio e a uma deslocação até ao bloco sul. Nele se dispôs a galeria medieva, iluminada por um número significativo de janelas, onde sobressaía a imponência da montagem de parte de um lanço do claustro pré-românico da igreja de São João de Almedina, conjugado com fragmentos arquitetónicos – sobretudo capitéis –, provenientes dos antigos templos da cidade, e com elementos de escultura em pedra (Museu, 1916: 14-23; Fig. 3).

No mesmo quadrante do edifício, em percurso contínuo, estruturou-se a sala III – a de maiores dimensões do espaço museológico –, dedicada à renascença coimbrã. Nas paredes pintadas de rosa pálido



Fig. 3 – Sala II do Museu Machado de Castro (galeria medieval), c. 1913 (AMNMC, Fotografias).

aplicaram-se várias estruturas retabulares de pedra anã do século XVI, dispondo-se, em frente e ao lado destas, os fragmentos arquitetónicos e elementos escultóricos de diferentes imaginários, com especial destaque para os espécimes da autoria dos forasteiros, de ascendência francesa, João de Ruão (1500-1580), Filipe Hodart (1480-1546) e Nicolau de Chanterene (1470-1551) (Museu, 1916: 24-29; Fig. 4).

A sequência da circulação pelo espaço museológico fragmentava-se de novo, obrigando o visitante a deslocar-se ao pátio central para ascender até ao piso nobre, a partir de escadas dispostas no quadrante sudoeste. Com divisões mais fracionadas, de acordo com as idiosincrasias de um espaço marcado pela utilidade anterior, o segundo patamar de exposição originou a quebra da opção de salas de unidade cronológica, com as diretrizes a recaírem na criação de uma harmonia (possível) a partir da junção de peças distintas e a conceptualização de salas de disciplinas artísticas específicas. A primeira diretriz atrás indicada espelhou-se, sobretudo, nos espaços referentes ao vestíbulo poente e às salas IV e V do bloco sul, pela conjugação de conjuntos



Fig. 4 – Sala III do Museu Machado de Castro (galeria da renascença), c. 1913 (AMNMC, Fotografias).

artísticos, entre elementos de mármore, mobiliário, esculturas de pequeno porte em madeira policromada (do século XII ao XVI) e tapeçarias. Destaque-se, no espaço correspondente à sala V, a aplicação no teto dos painéis mudéjares provenientes do antigo coro da Sé Velha, com a data de execução (1477) inscrita na pintura aplicada às tábuas (Museu, 1916: 29-33).

Constituindo-se como áreas “especialmente destinadas à exposição do barro esmaltado”, as salas VI e VII exibiram tais artefactos a partir de prateleiras montadas para o efeito, num modelo expositivo decalcado do que fora aplicado no antigo Museu do Instituto de Coimbra (AMNMC, Fotografias; Museu, 1911). A um nível inferior, no que ao “palco expositivo” diz respeito, dispuseram-se, na sala VI, quadros contendo painéis azulejares, destacando-se, no espaço seguinte, agrupamentos de espécimes de cerâmica dos finais do século XVIII, referentes ao labor de Manuel da Costa Brioso (1708-1773) (Museu, 1916: 33-49).

A opção pelo arranjo de conjuntos artísticos temporalmente desconexos – mobiliário civil, instrumentos musicais, caixas de rapé e crucifixos – manteve-se na sala VIII, com iluminação provinda de janelas voltadas para o exterior, no gaveto sudeste do edifício. O seguimento para as salas IX e X pressupõe uma circulação, no sentido este/oeste, por espaços já visitados. Nelas se exibiram, junto com a sala XI – disposta já no flanco nascente – vários retábulos em talha dourada adossados às paredes, esculturas de madeira policromada, dispostas em plintos, e mobiliário eclesiástico, numa concordância temporal (séculos XVII e XVIII), artística (trabalhos em madeira) e utilitária, como peças alusivas ao culto religioso (Museu, 1916: 49-53).

Na área expositiva seguinte (sala XII), mais uma vez se optou pela apresentação de objetos desconexos entre si, como evidenciam a exibição de códices para coro, de tamanho monumental, do mosteiro de Santa Cruz, ladeados por uma vitrine com vários exemplares de leques. Deste recinto acedia-se ao espaço correspondente à antiga capela privativa do prelado conimbricense, que foi mantida arquitetonicamente intacta e incluída no percurso expositivo, agregando-se a ela vários elementos de cariz religioso procedentes de casas do clero regular já desamortizadas (Museu, 1916: 53-54).

Nos espaços que se seguiram – sala XIII e vestíbulo nascente – dispuseram-se, inicialmente, várias pinturas, peças de mobiliário e desenhos respeitantes à cidade de Coimbra. Destacava-se, no primeiro recinto, a conservação de uma *facies* setecentista originária do paço, que incluía a presença de um lampião (Museu, 1916: 53-54). Em 1918 procedeu-se à união das referidas áreas através do derrube de uma parede, permitindo, deste modo, o estabelecimento de uma nova organização expositiva – denominada por “Sala das Curiosidades” –, concebida a partir de um conjunto pouco harmónico de peças providas de outros espaços do museu (AMNMC, Inventário: 161).

Ao longo do corredor do bloco norte foram expostos vários quadros, “[...] muitos dos quais a mão do restaurador implacável

conspurcou grosseiramente”, segundo a opinião do diretor expressa no catálogo de 1916, instalando-se ainda, já nas proximidades das salas XIV, XV e XVI, um imponente crucifixo de chumbo originário do convento do Lourçal (Museu, 1916: 55-58).

Os espaços seguintes não apresentavam, inicialmente, as melhores condições físicas e ambientais para a exposição dos importantes espécimes de pintura antiga. Tal facto conduziu à colocação, na área equivalente à sala XIV, de uma estrutura no telhado que permitiu a receção de luz zenital, numa obra iniciada já no ano de 1915. Os melhoramentos ocorridos neste quadrante passaram ainda pela retirada das decorações tardo-oitocentistas do antigo salão do paço episcopal – equivalente à área da sala XVII – que obstruíam uma leitura correta dos espécimes pictóricos. Manteve-se, contudo, o teto apainelado de cunho neomanuelino, da autoria de Eugénio Cotrim (1849-1937), numa obra patrocinada, nos finais do século XIX, pelo bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina (Freitas, 2016: 169-171).

Em termos estritamente expositivos, o arranjo do referido espaço no período anterior ao referido ciclo de obras pretendeu a conjugação dos elementos decorativos de grande aparato com a exibição dos principais espécimes pictóricos da instituição museológica e o mobiliário antigo de âmbito civil, numa tentativa de preservação de uma *facies* de salão nobre de um alto dignatário do clero secular. Ocorrida a purga, a referida área expositiva foi também aproveitada para a exibição de tecidos, bordados e brocados, contendo ainda várias vitrines com joias e outros objetos de ourivesaria (Museu, 1916: 55-59; AMNMC, Inventário: 164-186).

Com o *terminus* dos espaços expositivos no primeiro andar do bloco norte, o esquema geral de circulação remetia os visitantes para uma passagem pela *loggia*, onde a proposta de deleite paisagístico (sobre a cidade e zonas ribeirinhas) não deixou de estar assente nas descrições insertas no próprio catálogo: “lance o leitor benigno a

vista dilatada e deliciosa paisagem dos saudosos campos do Mondego e recolha no íntimo da sua alma a impressão perdurável dum dos mais belos pontos de vista de Portugal” (Museu, 1916: 59).

Após a reentrada no vestíbulo poente, a visita prosseguia através da descida pelas escadas do ângulo sudoeste e na entrada no último espaço expositivo (sala XVIII), disposta no rés do chão do bloco norte. Nele se exibiram esculturas lapidares setecentistas de grande formato, alusivas aos estudos universitários, coleções de pesos e medidas e mostruários com espécimes artísticos de ferro forjado de tempos mais recentes, incluídos nos domínios da arte industrial, segundo o entendimento de António Augusto Gonçalves (Museu, 1916: 59-60). As razões subjacentes à separação desta sala no âmbito do plano de circulação poderão advir, não só pela necessidade de colocar o espólio de grande volume no piso térreo – no caso específico das esculturas providas da Universidade –, como também um possível realce, na última área expositiva, da missão do museu assente na ligação entre a arte e a indústria.

Depois de seguirmos o esquema geral de circulação, outras ilações surgem “ao de cima”. Desde logo o possível condicionamento na conceção do discurso expositivo de acordo com a formatação das salas – marcadas pela *utilitas* específica de uma residência privada do episcopado – e a necessidade de montagem de peças de maior peso e volume no primeiro patamar, ao remeter para o andar cimeiro o espólio que permitiria maiores soluções de carácter logístico.

A disparidade entre as soluções aplicadas nas galerias do rés do chão (em particular as salas I a III) com os espaços do andar nobre foram por demais evidentes, quer em termos de aplicação museográfica, quer no âmbito da coerência temática e/ou cronológica, embora a constante falta de dotações estatais para os devidos melhoramentos não deva ser excluída nesta equação. O próprio Vergílio Correia (1888-1944), sucessor de António Augusto Gonçalves na direção do Museu Machado de Castro, não deixou de salientar tais constrangi-

mentos, ao descrever, no início do seu consolado, um piso cimeiro “[...] constituído por uma correnteza de arruinadas salas, sem condições museográficas, nas quais os materiais baratos não tinham cabimento, [onde] não foi possível repetir o milagre [das salas do rés do chão], e aí o mobiliário, as pinturas, as louças e os metais, acumulados como em arrecadação, apareciam perante o público com o aspecto irregular de uma exposição provisória. Para a apresentação conveniente de tudo quanto possuía, o espaço não chegava” (Correia, 1935: 1).

III. Modos de expor e de contextualizar o “conteúdo”

Descontextualizados na sua *utilitas* original, os objetos de um pretérito – longínquo ou mais recente – adquirem novos signos em espaços museológicos, como espelhos de um *modus vivendi et operandi* de uma sociedade em determinado friso temporal. A sua colocação num “cenário” expositivo usufrui da carga semiótica que emanam, criando-se, em seu torno, textos e contextos, calibrados a partir do conhecimento histórico/artístico já produzido e adaptados ao(s) público(s) que se pretende elucidar/educar, conquanto, neste último preceito, a sua efetiva aplicabilidade seja bem mais recente no âmbito da história da museologia (Glicenstein, 2009; Hernández Hernández, 1998; Davallon, 2000 e 2006).

De entre as largas centenas de peças expostas no Museu Machado de Castro, sobressaiu a preferência pela reconstituição de elementos arquitetónicos e decorativos de grande formato que demarcaram (e, de certo modo, limitaram) o contexto expositivo onde foram inseridos. Atenda-se aos exemplos da aplicação do teto mudéjar quatrocentista (na sala V), da disposição dos retábulos maneiristas (sala III), da montagem de um tramo do claustro da igreja de São João de Almedina (sala II), da composição dos vestígios da *ars aedificandi* de *Conimbriga* – base, coluna e um arco de volta perfeita – e o destaque dado, no mesmo espaço, aos famosos pavimentos em mosaicos,

adossados às paredes da área expositiva, obrigando a um trabalho árduo e metuculoso para o efeito pretendido (sala I). A disposição dos volumosos retábulos em pedra ançã ao longo das paredes da sala III incutiui uma formatação espacial análoga a uma galeria, dando origem a um corredor adequado à circulação dos visitantes (Fig. 4).

Por ainda se encontrar imbuído de uma lógica de tudo expor, epitetada, não raras vezes, de “museu armazém” – em tudo concordante com a realidade museológica nacional e internacional –, o grande aglomerado de peças não permitiu um destaque evidente de determinado objeto, conquanto, no catálogo, vários espécimes sejam enaltecidos, em determinadas salas, como elementos histórico-artísticos de charneira: desde o mosaico romano que invoca a alegoria do minotauro no labirinto – atualmente *in situ* no Museu Monográfico de Conímbriga – à lápide dedicada a *Aeminium* (sala I); do cavaleiro medieval (sala II), ao agrupamento escultórico da Última Ceia de Filipe Hodart e à inscrição comemorativa da reconstrução da ponte de pedra de Coimbra por D. Manuel I (ambos na sala III); dos objetos da produção e autoria de Manuel da Costa Brioso (sala VII), às tábuas quinhentistas compostas originalmente para o retábulo da igreja do mosteiro de Santa Cruz (sala XVIII).

Como protótipo de uma redação sobre os objetos de maior relevo, considere-se a narração alusiva ao cavaleiro da Capela dos Ferreiros (Oliveira do Hospital), um dos *ex-libris* da instituição museológica, muito além da mera descrição física: “como exemplar de singular destaque, menciona-se o vulto imponente dum *Cavaleiro*, que ao fundo se vê, equipado para combate, empunhando a clava, com o seu escudo, sobre ginete de farta gualdrapa. Era assim, no seu invólucro férreo, que esses homens se lançavam no fragor da peleja e derramavam o sangue em lances de audácia cavaleiresca ou em campo cerrado para lavar afrontas, ou à frente das hostes, para alargar as conquistas do território, ou defender a independência da pátria. E é

assim que os vimos através dos séculos iluminados pelos rubros clarões de glória, da lenda e da poesia” (Museu, 1916: 18).

Se, a nível museográfico, as paredes serviram de suporte essencial para painéis pictóricos, estruturas retabulares (em pedra ou madeira), fragmentos arquitetónicos e tapeçarias, também se recorreu ao emprego de diversas tipologias de mobiliário, com a maior aplicabilidade a incidir sobre o plinto, dadas as características de um museu onde a escultura imperou como maioritária e relevante. Além deste, e com o intuito de exibir objetos de dimensão reduzida, observou-se a utilização de vitrines em formato de mesa (sala I) e de composição vertical (salas V a VII, XII e XVII), bem como armários (salas I e VIII), quadros (sala I, VI a VIII), prateleiras (sala VI) e painéis expositivos, à época denominados por “mostruários” (sala XVIII).

Evidenciam-se ainda a particularidade de algumas peças servirem de suporte a outras, a partir da colocação de esculturas em pedra sobre capiteis (já de si dispostos sobre plintos) e da utilização do tramo do claustro da igreja de São João de Almedina, onde, entre os fustes da arcada, se colocaram suportes para exibição de imaginária lapidar medievá (sala II; Fig. 3). Na sala IV esta prática também se verificou, encontrando-se descrita no inventário dos objetos expostos: “servindo de pedestais há, para o calvário de S. João de Almedina três peanhas em talha do séc. XVII; uma mísula sobre que assenta o quadro da Natividade; uma prateleira assente sobre 4 colunas e com um friso com cabeças de anjos. Talha do séc. XVII; outra, comprida, com três pinturas sobre madeira” (AMNMC, Inventário: 59).

O arranjo das vitrines não foi deixado ao acaso. Na mesma fonte manuscrita constata-se uma série de esquemas de base museográfica – elaborados por António Augusto Gonçalves e pelo discípulo João Couto –, onde se estabeleceu, para cada vitrine exibida na sala XVII, a colocação das peças (joias e outros objetos de ourivesaria), com a sua identificação a efetuar-se através de um número de inventário (Museu: 180-189; Fig. 5).

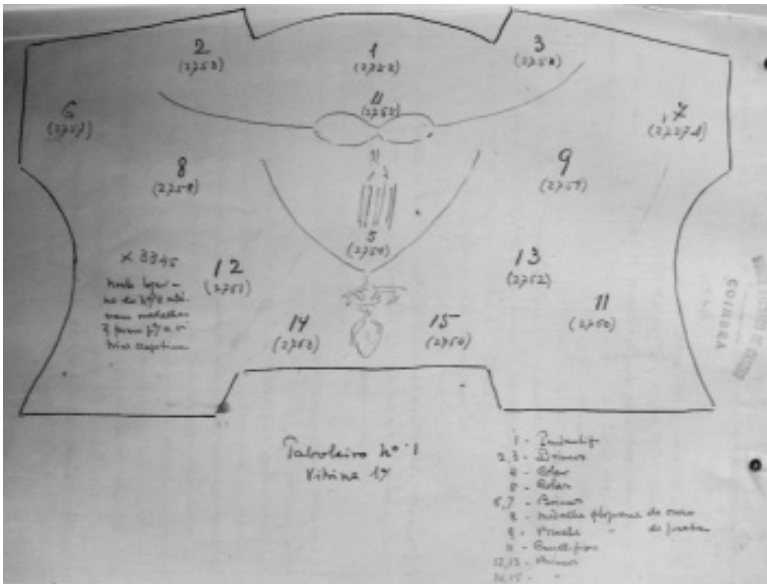


Fig. 5 – Esquema de colocação de peças na vitrine 1 (tabuleiro 1) da sala XVII do Museu Machado de Castro (c.1915-1918). Caligrafias de Antônio Augusto Gonçalves e de João Couto (AMNMC, Inventário: 183).

Além da disposição das peças e do seu mobiliário de suporte, as condições espaciais, e em particular as de luminosidade, determinam o sucesso ou infortúnio de um espaço museológico em termos estritamente expositivos (Montezuma, 2018). Numa época em que a luz elétrica ainda não tinha sido instalada na instituição, a importância de dotar as salas de claridade suficiente levou, durante o processo de adaptação do paço episcopal a museu, ao rasgo de novas janelas e portas para o pátio principal, estruturadas materialmente em ferro e vidro (Freitas, 2016: 160-161). A, já aludida, aplicação de luz zenital na sala XIV – 1.º andar do bloco norte – também cumpriu tal objetivo, conquanto nem todos os espaços expositivos do estabelecimento obtivessem o mesmo sucesso, se tivermos em atenção as poucas entradas de luz direta na galeria do renascimento (sala III), que, com toda a probabilidade, dificultariam, em determinadas horas do dia, uma condigna apreciação do seu conteúdo (Fig. 4).

No âmbito da comunicação expositiva, as legendas aplicaram-se no mobiliário de suporte de modo a não prejudicar uma leitura correta e integral das peças exibidas. Denominadas, à época, como “rótulos” ou “etiquetas”, este elemento explicativo, de escrita impressa em fundo branco, promoveu elucidações sobre os objetos, com enfoque a recair na datação, autoria (ou atribuição), proveniência e identificação do depositante (se existisse). São várias as menções, no catálogo, à sua existência, função e importância, como se espelha através do exemplo que a seguir se transcreve: “Para uma lição proveitosa seria preciso observar com igual interesse todos estes retábulos, predelas, dintéis, envasamentos, estátuas, e peças decorativas: uma da mais genuína acentuação de estilo e outras das sequentes fases da sua larga existência. Mas, como a verificação destes factos demandaria atenta e demorada visita, o bom critério do leitor, reparando nos rótulos explicativos e nas datas afixadas em cada uma das obras expostas, ajuizará rapidamente da intensidade vital, do mérito e fecundidade esplêndida dessa expansão artística, que é uma das mais lidimas glórias que nobilita a cidade de Coimbra” (Museu, 1916: 24-25).

Após uma análise cuidada aos diversos elementos icononímicos que retratam o circuito expositivo do Museu Machado de Castro, deparamo-nos somente com uma fotografia onde a legenda surge parcialmente legível, aposta à famosa escultura lapidar da Virgem da Anunciação: “Século XVI. Belíssima Escultura da Renascença Coimbrã. Escola de Mestre Nicolau. Oferecida pela Empresa [de Móveis L.ª]” (Gonçalves, 1984: 57; Gonçalves, 1923: 224). Além da datação, autoria (nos dias de hoje já revista), escola artística, meio de aquisição, de realçar a adjetivação como forma de qualificação da importância da obra. Verifica-se ainda a ausência do local original – que atualmente se mantém desconhecido –, a intitulação ou identificação iconológica e o(s) número(s) de inventário, conquanto, neste último aspeto, tal indicação, colocada numa legenda, não fosse, à época, uma prática recorrente nos espaços museológicos nacionais e internacionais.

O desconhecimento de outros espécimes similares não nos permite formular mais juízos analíticos sobre esta prática.

Nos primórdios do Museu Machado de Castro, o catálogo deteve um papel fundamental na comunicação expositiva, uma vez que a completava com informação acrescida sobre os objetos exibidos, de acordo com o objetivo apresentado no exemplar saído do prelo ainda em 1913: “E, para que a atenção indecisa, solicitada pelo **efeito confuso da pitoresca aglomeração de cousas diversas**, não canse facilmente, indispensável será que uma voz amiga lhes preste, em indicação sumária, de poucas palavras, uma ligeira noção crítica, para a apreciação dos factos, e lhes aponte o valor dos documentos de mais notável significação [...]. Eis o motivo destas brevíssimas notas elucidativas, que não tem outro fim que não seja serem úteis aos menos versados, satisfazendo a duas condições de conciliação difícil: serem concisas e serem explícitas. E isto se consegue, atendendo a que as etiquetas apenas completam os informes essenciais que aqui apontamos” (Museu, 1913: 3).

Avaliando os registos fotográficos da época, constata-se uma concordância entre a numeração dada aos objetos descritos no catálogo e um número, externo à legenda, colocado nas proximidades das peças, chamando à atenção do visitante para a existência de informação adicional presente na referida publicação (Gonçalves, 1923: 40). A utilidade do mesmo em contexto expositivo também permitiu uma maior elucidação do acervo de cerâmica portuguesa exposto em prateleiras – nas salas VI e VII –, dada a impossibilidade de colocação de legenda em objetos de pequena dimensão. Assim, indicou-se, em catálogo, o número das peças marcadas, a sua tipologia e proveniência, bem como o nome dos colecionistas que as depositaram no museu, com maior incidência para António Augusto Gonçalves e Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (1861-1921) (Museu, 1916: 35-47).

Outras estratégias comunicacionais foram adotadas no discurso expositivo com o objetivo de permitir uma maior compreensão do

conjunto exposto em sala, como demonstra a colocação de um quadro, na galeria romana, contendo uma planta da antiga povoação romana de *Conimbriga*, com a indicação dos pontos já explorados a nível arqueológico e que levaram à exumação dos artefactos expostos (Museu, 1916: 10).

Além da utilização deste sistema comunicacional de contextualização de uma sala, verificou-se, na galeria medieva, duas particularidades de intuito similar, ainda que o enfoque incidisse sobre os objetos exibidos. A apresentação, na componente expositiva, de seis quadros contendo fotografias das empreitadas referentes ao restauro da igreja de São Tiago efetuou-se nas proximidades de fragmentos arquitetónicos, sepulcrais e decorativos do período análogo à construção do referido templo religioso, numa alusão, embora não evidente, às campanhas de obras e outros processos técnico-arqueológicos que permitem o "levantar do chão" de artefactos de antanho que a terra ou a sobreposição de construções escondeu (AMNMC, Inventário: 23).

Particularize-se, ainda neste aspeto, a exposição de fragmentos de um túmulo de feições góticas, exumados na Sé Velha aquando das intervenções de conservação e restauro dos finais da centúria de Oitocentos, planificadas e executadas por António Augusto Gonçalves. O estudo da sua iconografia, elaborado a partir de uma análise pormenorizada desses vestígios, permitiu a identificação da estrutura tumular do bispo D. Vasco Rodrigues (no cargo entre 1364 e 1371) e uma posterior reconstituição em desenho, da autoria do próprio diretor, sendo estrategicamente colocada, em contexto expositivo, ao lado da peça fragmentada, numa tentativa de promover, no visitante, uma melhor compreensão estético-artística (Almeida, 1944: 30; MNMC, n.ºs inv. 12675 e 12255).

Por fim, e seguindo os preceitos instituídos pela própria missão do museu, assentes numa museologia para fomento das artes industriais, assistiu-se, em maio de 1929, à exposição, na galeria romana, de uma braseira *alla maniera* pompeiana, desenhada pelo próprio

diretor e forjada pelo afamado discípulo e “ferreiro de arte” Lourenço Chaves de Almeida (1876-1952), antigo aluno da Escola Livre das Artes do Desenho (Almeida, 2007: 92-93). Pretendeu-se, com esta inserção no circuito expositivo, juntar, num só espaço, a obra de arte contemporânea, com o espólio e o contexto cronológico que a influenciou, numa tentativa de reabilitar as artes industriais da cidade que, à época, jaziam num marasmo quase tanático, fruto da visível decadência da irmandade de ensino do desenho industrial, fundada e mantida por António Augusto Gonçalves.

IV. Reflexão final

Após deambulações pelas salas de um museu em tempos pretéritos, eis o momento em que, *mutatis mutandis*, no presente, o silêncio pós-visita nos leva a uma reflexão final. O contexto expositivo definido por António Augusto Gonçalves, nos primórdios do Museu Machado de Castro, não se fixou somente no interior de “quatro paredes”, ao evidenciar-se, no exterior, através das especificidades histórico-artísticas inerentes ao próprio edifício, enquanto “monumento-documento”, a que se agregaram outras componentes exógenas e temporalmente desconexas, não olvidando ainda a integração, no esquema geral de circulação, do contexto paisagístico que a capacidade estrutural da *loggia* possibilitava alcançar.

Mais do que a preservação das especificidades arquitetónicas do palácio episcopal, assiste-se, com o discurso expositivo assente no exterior do museu, ao imprimir de uma função de escaparate salvífico do património conimbricense descontextualizado, conquanto aqui agrupado em significações de carácter museístico, como verdadeiras peças de museu.

Nos espaços internos estipulou-se um *mise en exposition* – no sentido aplicado por Jean Davallon (1986 e 2000) – de acordo com as possibilidades financeiras, que permitiu, no primeiro patamar

expositivo, a criação de galerias temáticas do acervo lapidar, ao remeter-se para o piso cimeiro a busca de uma (suposta) harmonia estética a partir da criação de conjuntos artísticos de pouca concordância entre si e a segmentação de áreas por disciplinas artísticas (cerâmica, pintura e escultura em madeira policromada).

Além da mensagem endógena à própria peça de museu, da legenda que a identificava e do uso do catálogo para preleções de maior fôlego, outras estratégias de comunicação expositiva almejaram a contextualização de salas e de coleções, a reconstituição de uma peça fragmentada, bem como o estabelecimento de uma correlação episódica, de base didática, entre o objeto antigo inspirador e o objeto recente, fruto de tal influência ou inspiração.

Foi, sem dúvida, no primeiro andar que a lógica de “museu-depósito”, onde tudo se expunha e pouco ou nada se apreciava, se sentiu com maior incidência, conquanto, à exceção da harmonia latente na galeria romana, o aglomerado de peças também fosse uma realidade prevalecente nas salas da escultura medieva e da renascença coimbrã. Tais opções discursivas passaram ainda pela manutenção de interiores histórica e artisticamente relevantes, no que a um museu dizia respeito, preservando-se o espaço referente à capela do bispo, a ambiência decorativa do vestíbulo nascente e a *gravitas* simbólica do antigo salão do paço, mais tarde (em parte) preterida para dar lugar a um cenário de menor “ruído” visual.

A escassez de trabalhos que versam sobre o contexto expositivo de instituições museológicas portuguesas neste friso temporal não nos permite recorrer a exercícios de comparação, ainda que, para os estudos que contemplem a atualidade, devamos enaltecer a proposta de avaliação de exposições em museus da investigadora Joana d’Oliva Monteiro (2016).

Tendo em atenção o que se conhece do contexto museológico internacional – explanado na obra de referência de Julia Noordegraaf (2004) –, façamos um exercício de compreensão de possíveis referên-

cias museográficas e estritamente expositivas, absorvidas e/ou projetadas pelo instituidor António Augusto Gonçalves. Não nos parece que possa ter conhecido as teorizações Wilhelm von Bode (1845-1929), redigidas nos inícios do século XX, que incidiram sobre o estabelecimento de critérios para maior efeito estético, com a apresentação, num determinada sala, de objetos do mesmo período artístico ou de um artista em específico (Bode, 1913: 45-49; Alexander, 1996: 205-238), ainda que esta última premissa possa ter sido alcançada, quicá de modo empírico, e colocada em prática nas três primeiras salas do Museu Machado de Castro. Tão pouco demonstrou conhecer os avanços fundamentais da museografia moderna, ocorridos na década de 1920, em termos de clarividência e despojamento expositivo, com as importantes contribuições de Alexander Dorner (1893-1957) (Bolaños, 2002: 83-86; Blythe, Martinez, 2018) ou de Frederick Kiesler (1890-1965) (Bolaños, 2002: 89-91; Haines-Cooke, 2009). Lembremos ainda que o estabelecimento de boas-práticas a este nível adquiriu maior cobertura mediática somente em 1935 – três anos após o falecimento de Gonçalves –, com o Office International des Musées e a respetiva publicação do manual *Muséographie. Architecture et aménagement des musées d'art*, resultante de uma discussão saída do Congresso Internacional de Museologia, ocorrido em Madrid um ano antes (1934).

O caráter eclético de António Augusto Gonçalves – alimentado pela consulta de obras de referência, catálogos de museus e revistas científicas, bem como o conhecimento de espaços museológicos de âmbito nacional e internacional (com presença confirmada no Louvre, nos inícios do século XX) – encontra-se na base dos princípios que imprimiu no *mise en scene* do Museu Machado de Castro, tanto quanto as verbas disponíveis o permitiram. Ainda sobre este aspeto, restamos aludir à presença, no seu arquivo pessoal, de postais ilustrados – enviados por João Couto, Lourenço Chaves de Almeida, Afonso Lopes Vieira (1878-1946), José de Figueiredo (1872-1937) e Vergílio

Correia –, contendo fotografias de peças artísticas e de discursos expositivos aplicados a galerias de museus europeus, sendo este um elemento fundamental para a formação e/ou consolidação do que podemos intitular de “cultura visual”, que não poderá ser descurada na compreensão da sua *praxis* museológica, embora sem decalques evidentes na aplicabilidade do contexto expositivo do museu que fundou e dirigiu (BMC, AAG, A-1, A-2, A-7, B-2).

Em 1929 (três anos antes do seu falecimento), António Augusto Gonçalves viu-se obrigado, por dispositivo legal, a deixar a direção do espaço museológico conimbricense, dando lugar ao arqueólogo e historiador de arte Vergílio Correia (Freitas, 2016: 84-87). Em termos expositivos, o Museu Machado de Castro manteve-se inalterado até 19 de junho de 1931, ocorrendo, na referida data, a inauguração da sala de documentação gráfica e cidadina, organizada pelo novo diretor no primeiro andar do quadrante norte do antigo paço episcopal (Coimbra, 1931). Podemos considerar o referido acontecimento como alvorecer de um novo paradigma, em tudo concordante com os princípios defendidos pelo diretor em exercício, que se consubstanciaram numa museologia como reflexo da região onde o estabelecimento se insere, com evidente predomínio da disciplina da arqueologia (Correia, 1935: 1; Correia, 1930; Secções, 1941).

No cômputo geral, perante a organização expositiva *gonçalvina*, uma pergunta se impõe: o Museu Machado de Castro foi um organismo onde se expressou o fomento das artes industriais, de acordo com os princípios do mestre Gonçalves, claramente firmados no diploma fundacional? Além do progressivo declínio das coletividades de pendor educativo que melhor poderiam beneficiar de uma instituição com as referidas características, as conceções museológicas (e as estritamente expositivas) não espelharam, de modo claro e incisivo, tal incumbência de concordância comparativa entre o espólio antigo e o moderno, fixando-se somente em incidências de caráter episódico e numa pequena sala disposta no fim do percurso expositivo. A “força”

do seu espólio conseguiu sobrepor-se à missão inicialmente instituída, materializando-se, acima de tudo, num museu de belas-artes *tout court*, com destaque evidente para os espécimes lapidares medievos e renascentistas.

Fontes e Bibliografia

- ALEXANDER, Edward P. (1996), *Museum Masters: their museums and their influence*. Walnut Creek/London/New Delhi: Altamira Press.
- ALMEIDA, Lourenço Chaves de (1994), *Os Túmulos de Alcobaca e os Artistas de Coimbra*. Lisboa: Publicações Culturais – Junta de Província da Estremadura.
- ALMEIDA, Lourenço Chaves de (2007), *Memórias de um ferreiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- AMNMC – Arquivo do Museu Nacional de Machado de Castro. “Diário. Ofertas e compras. Registo entradas de objectos. Livro 1.º (1924-1935)”.
- AMNMC – Arquivo do Museu Nacional de Machado de Castro. “Inventário geral dos objetos pertencentes ao Estado e existentes no Museu Machado de Castro. 1915-1916[1918]”.
- AMNMC – Arquivo do Museu Nacional de Machado de Castro. Pasta “Fotografias”.
- ANTÓNIO (1946), *António Augusto Gonçalves. Homenagem do Instituto de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BELEZAS (1931), “Belezas de Portugal. Coimbra”, Ulyssea Filme, 1931 (<http://www.cinematca.pt/Cinematca-Digital/Ficha.aspx?obraid=8481&type=Video>, consultado no dia 04/12/2019).
- BLYTHE, Sarah Ganz, MARTINEZ, Andrew (ed.) (2018), *Why art museums? The unfinished work of Alexander Dorner*. Cambridge: MIT Press.
- BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra. Espólio de AAG (António Augusto Gonçalves), pastas A-1, Correspondência Recebida, João Couto, Lourenço Chaves de Almeida e Vergílio Correia.
- BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra. Espólio de AAG (António Augusto Gonçalves), pasta A-2, Correspondência Recebida, José de Figueiredo.
- BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra. Espólio de AAG (António Augusto Gonçalves), pasta A-7, Correspondência Recebida, Afonso Lopes Vieira.
- BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra. Espólio de AAG (António Augusto Gonçalves), pasta B-2, Exposição de Arte. Bragança. Agosto de 1924.
- BODE, W. (1913), “Deben llevarse las obras de arte a los museos?”, BOLAÑOS, Maria (ed.), *La memoria del mundo. Cien años de museología 1900-2000*. Gijón: Trea, 2002, 45-49.
- BOLAÑOS, Maria (ed.) (2002), *La memoria del mundo. Cien años de museología 1900-2000*. Gijón: Trea.
- CASTRO, Joaquim Machado de (1810), *Descrição analytica da execução da estatua equestre erigida em Lisboa a gloria do senhor rei fidelissimo D. Jose I com algumas*

- reflexões, notas instructivas para os mancebos portugueses applicados a Escultura, e com varias estampas que mostram os desenhos que servirão de exemplares. Alguns estudos que se fizeram, a maquina interna e methodo com que se construiu o modelo grande e toda a escultura do Monumento, do modo que se expoz ao publico, escrita e dedicada ao Principe Regente N. Senhor pelo estatuario da mesma regia estatua Joaquim Machado de Castro.* Lisboa: Imprensa Regia.
- CATALOGO (1883), *Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da secção de Archeologia do mesmo Instituto, Suplemento 1.º (1877-1883).* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CATALOGO (1887), *Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da Secção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877).* Coimbra: Imprensa Litteraria.
- COIMBRA (1931), *Coimbra Antiga. Catálogo da sala de documentação gráfica e citadina.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORREIA, Vergílio (1935), Arte e arqueologia. Como se faz um museu. *Diário de Coimbra*, 1689, 7-5-1935: 1.
- CORREIA, Vergílio (1940), Museus Regionais. *Diário de Coimbra*, 3202, 12-02-1940: 1.
- CORREIA, Vergílio Correia (1930), Da importância dos museus regionais. *Biblos*. VI, 318-328.
- COSTA, Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da (1996), *Museus e educação: contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal.* Coimbra: Policopiado. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- DAVALON, Jean (1986), *Claquemurer, pour ainsi dire, tout l'univers: la mise en exposition.* Paris: Centre Georges Pompidou.
- DAVALON, Jean (2000), *L'exposition à l'oeuvre. Stratégies de communication et médiation symbolique.* Paris: L'Harmattan.
- DAVALON, Jean (2006), *Le don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation.* Paris: Lavoisier.
- DECRETO 16-07-1910. *Diário do Governo*, 136, 23-06-1910.
- DECRETO-LEI 26-05-1911. *Diário do Governo*, 124, 29-05-1911.
- FREITAS, Duarte Manuel (2016), *Museu Machado de Castro. Memorial de um Complexo Arquitetónico Enquanto Espaço Museológico.* Casal de Cambra: DGPC/Caleidoscópio [Versão tese de doutoramento: FREITAS, Duarte Manuel (2015), *Memorial de um Complexo Arquitetónico Enquanto Espaço Museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965).* 2 volumes. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra. URL: <http://hdl.handle.net/10316/86939>].
- GLICENSTEIN, Jérôme (2009), *L'art: une histoire d'expositions.* Paris: Presses Universitaires de France.
- GONÇALVES, A. (1923), *Estatuária Lapidar no Museu Machado de Castro.* Coimbra: Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GONÇALVES, A. Nogueira (1984), *Estudos de história da arte da Renascença.* 2.ª edição revista e aumentada. Porto: Paisagem Editora.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1979), Museus de Coimbra. Da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro. *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, 9: 21-47.

- HAINES-COOKE, Shirley (2009), *Frederick Kiesler: lost in history. Art of This Century and the modern art gallery*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998), *El museo como espacio de comunicación*. Gijón: Trea.
- MNMC, n.º de inv. 12675. Desenho da Aútoria de António Augusto Gonçalves. Reconstituição do frontal do Túmulo de D. Vasco Rodrigues. Grafite, lápis vermelho e aguada sobre papel.
- MNMC, n.º de inv. 12255. Desenho da Aútoria de António Augusto Gonçalves. Túmulo gótico com jacente. Túmulo de D. Vasco Rodrigues. Grafite, tinta da china, aguarelas e giz sobre papel.
- MONTEIRO, Joana d'Oliva (2016), *Um modelo de avaliação de exposições de arte. Estudo de caso: Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Policopiado. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
- MONTEZUMA, Carmina (2018), *Iluminação em museus: a descoberta da obra de arte. Casal de Cambra: Caleidoscópio/DGPC*.
- MUSÉOGRAPHIE (1935), *Muséographie. Architecture et aménagement des musées d'art. Conférence Internationale d'Études. Madrid 1934*. 2 volumes. Société des Nations, Office International des Musées: Institut International de Coopération Intellectuelle.
- MUSEU (1911), *Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra. Notas*. Coimbra: Typ. Auxiliar d'Escritório.
- MUSEU (1913), *Museu Machado de Castro. Notas*. Coimbra: Tipografia Auxiliar de Escritório.
- MUSEU (1916), *Museu Machado de Castro. Notas*. Coimbra: Tipografia Auxiliar de Escritório.
- NOORDEGRAAF, Julia (2004), *Strategies of display. Museum presentation in nineteenth and twentieth century visual culture*. Rotterdam: Museum Boijmans Van Beuningen Rotterdam/NAI010 Publishers.
- SECÇÕES (1941), *Secções de arte e arqueologia. Catálogo-guia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1.^{da}.
- SERRA, Carlos (2002), *António Augusto Gonçalves: o percurso museológico*. Coimbra: policopiado. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.

UMA FACULDADE TÉCNICA PARA A UNIVERSIDADE DO PORTO: INTERLÚDIO NA ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA (1915-1926)

Jorge Fernandes Alves
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
jfalves@letras.up.pt

A designação de Faculdade Técnica surgiu em 1915 para nomear o resultado da autonomização dos cursos de engenharia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, então recentemente criada (1911). O novo estatuto dos cursos de engenharia correspondia a um salto qualitativo na estruturação da Universidade, inicialmente decretada com apenas duas Faculdades – Ciências e Medicina, às quais se iriam agregar outras no decorrer da I República. Em 1926, através do Decreto n.º 12696, de 17 de novembro, já em plena Ditadura Militar, a sua designação foi alterada para Faculdade de Engenharia. O presente texto procura esboçar o processo de construção da Faculdade Técnica, indagando percursos e processos de institucionalização.

1. Os engenheiros da Academia Politécnica

O desenvolvimento da tecnologia acelerou desmesuradamente no decorrer do século XIX, estreitando gradualmente a aliança entre a ciência e a técnica, respondendo à necessidade de um saber-fazer

traduzido em operações produtivas cientificamente sustentadas sobre realidades concretas, numa conjugação de processos em que a máquina confere um efeito catalisador. As fábricas, com novos produtos, os caminhos de ferro, as “obras de arte” das vias de comunicação são o espelho desse tempo novo, o tempo dos engenheiros, tal como o adivinharam mais depressa os franceses, com a criação dos estudos politécnicos, e os alemães, fomentando fortemente a investigação, ou os norte-americanos, multiplicando as universidades e promovendo a inovação através do apoio às patentes. O engenheiro surge, assim, como um mediador entre a descoberta científica e a necessidade social, entre a racionalidade científica e a realidade concreta, protagonizando, ao lado de outras profissões tecnocratas, o objetivo da modernização, ganhando prestígio social.

Em Portugal, ultrapassada a impossibilidade reformista do primeiro liberalismo, foi apenas na conjuntura criada com a Revolução de setembro de 1836, da qual resultou um governo em que pontificava Passos Manuel como ministro do Reino, que se procedeu a um *Plano Geral dos Estudos*, de cuja elaboração foi incumbido o vice-reitor, em exercício, da Universidade de Coimbra, José Alexandre de Campos (reintegrado na Universidade, logo a 11 de Setembro de 1836 por Passos Manuel, pois tinha sido afastado a 8 de julho). Esse *Plano* contemplava os segmentos do ensino primário, do ensino secundário e do ensino superior. Todavia, esse Plano, aprovado por Passos Manuel, nem sempre é devidamente referenciado na sua articulação, talvez por ter sido publicado de forma fracionada e diferida no tempo no *Diário do Governo* e depois nas coleções de legislação, surgindo gradualmente por níveis de ensino, através de diferentes decretos. Depois de publicada a parte relativa aos ensinos primário (artigos n.ºs 1-37) e secundário (n.ºs 38-70), surgiu a componente do Plano relativa aos estudos superiores (artigos n.ºs 71-111), aprovada em 5 de dezembro de 1836. Nela se procurava atender aos “rápidos e multiplicados progressos que têm feito os estudos superiores, especialmente

no ramo das Ciências Naturais, depois da última reforma geral da Universidade de Coimbra”, circunstância que tornava urgente uma nova organização dos cursos científicos, de forma a harmonizá-los com o “estado atual dos conhecimentos”. O seu conteúdo abrangia a reforma das cinco faculdades (Teologia, Jurisprudência, Medicina, Matemática e Filosofia) da Universidade de Coimbra, referindo, contudo, que “as Escolas de Ensino Superior serão colocadas nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, conforme a sua natureza, os fins para que são destinadas e a oportunidade dos alunos” (Decreto de 5.12.1836).

Assim, seguia-se, de perto, o modelo napoleónico, de configuração centralista, mantendo-se uma só universidade nas áreas tradicionais e, para além disso, apenas escolas superiores especializadas, que respondiam aos utilitaristas, com as suas áreas técnico-científicas. Na sequência do *Plano Geral de Estudos* de José Alexandre de Campos era aprovada a criação das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, por Decreto de 29.12.1836 (artigos n.ºs 112-154), por transformação das Escolas de Cirurgia, que vinham desde 1825 e que formavam “uma classe de Facultativos tão necessária e importante”, mas que podiam “ser melhoradas não só com proveito do Ensino Público, mas com grande utilidade dos Hospitais de ambas as Cidades”.

Seguiu-se, em 13 de janeiro de 1837, um diploma que apresentava uma justificação para a reconversão da Academia Real da Marinha e Comércio (criada em 1803, no Porto, e dirigida apenas para formação nas áreas do comércio, agricultura e navegação). Aí se atendia “à necessidade de plantar no País as Ciências Industriais, que diferem muito dos estudos clássicos, e puramente científicos, e até dos estudos teóricos contendo simplesmente a descrição das Artes, e oferecendo para este fim a populosa e rica Cidade do Porto a localidade mais apropriada por seu extenso Comércio e outras muitas circunstâncias”, pelo que se aprovava uma nova organização para a Academia Real de Marinha e Comércio, na continuidade do *Plano Geral*, conforme os termos do Decreto assinado por Passos Manuel.

Da mesma data, mas publicado em separado, várias páginas à frente na *Coleção de Legislação*, surgia depois o Decreto regulamentar (artigos n.ºs 155-171 do *Plano*), que começava por alterar a designação da Academia, a qual passava a ser denominada de Academia Politécnica do Porto, tendo como “fim essencial o ensino das ciências industriais”, recebendo como missão formar “engenheiros civis de todas as classes”, a saber: engenheiros de minas, engenheiros construtores, engenheiros de pontes e estradas, além de oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, diretores de fábricas e “em geral os artistas”. Com ensino teórico e prático, os diversos títulos profissionais resultariam da combinação das suas onze cadeiras, onde pontificavam as matemáticas, geometria, desenho, mecânica, história natural, artilharia e tática naval, física e mecânica industrial, química, botânica economia rural, comércio e economia industrial. Entre outras determinações curriculares, apontava-se ainda que a Academia teria um Gabinete de História Natural Industrial, um Gabinete de Máquinas, um Laboratório Químico, Oficina de Metalurgia, um Jardim Botânico e Experimental, sendo que tais estabelecimentos seriam “organizados debaixo do plano dos Estabelecimentos pertencentes à Faculdade de Filosofia, em conformidade dos Estatutos da Universidade [...] havendo-se respeito ao seu destino especial que é o aperfeiçoamento das Artes” (Decreto de 13.01.1837).

Note-se que, embora estivesse previsto no *Plano Geral* uma Escola de Ensino Superior em Lisboa e outra em Coimbra, a criação da Escola Politécnica de Lisboa não surgiu da execução do dito Plano, mas, num ato algo inopinado e discutível na ação e unidade governativas, resultou, por antecipação, de um Decreto de 11.01.1837, assinado pelos então ministros interinos da Guerra e da Marinha, respetivamente Sá da Bandeira e Vieira de Castro, apontando-se como objetivo primordial “habilitar alunos com os conhecimentos necessários para seguirem os diferentes cursos das Escolas de aplicação do Exército e da Marinha”, ou seja, assegurar os “preparatórios” para esses cursos,

e, ao mesmo tempo, “propagar a instrução geral superior”, ficando mesmo inicialmente sob a tutela do ministério da Guerra.

A preocupação de Passos Manuel em aperfeiçoar as artes industriais não se ficava pela Academia Politécnica, surgindo outras medidas complementares: pouco antes, Passos Manuel propunha a criação de um Conservatório de Artes e Ofícios, em Lisboa, argumentando:

[...] O aperfeiçoamento da Indústria Nacional é um elemento indispensável à pública prosperidade; para o conseguir convém lançar mão de todos os meios praticáveis. A criação de um Conservatório de Artes e Ofícios, para instrução dos Artistas, que sirva à demonstração popular das preciosas aplicações das Ciências às Artes, que excite a emulação, e que mostrando o estado atual, e comparativo da Indústria Nacional, influa poderosamente nos seus progressos” (Decreto de 18.11.1836).

O Conservatório seria constituído por “um depósito geral de máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições, e livros relativos às diferentes Artes e Ofícios”, para suscitar imitação, promovendo, nomeadamente, exposições de produtos da indústria nacional, com o apoio da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Em 5 de janeiro de 1837, era decretado o Conservatório Portuense de Artes e Ofícios, remetendo-se para regulamentação similar à decretada para o de Lisboa. E, em 16 de janeiro, surgia regulamentação para o registo de “novos inventos”, ou seja, para estimular o registo de patentes.

É sabido que Passos Manuel esteve menos de um ano no governo, pelo que os eventuais desenvolvimentos ficaram pelo caminho. Os Conservatórios, por exemplo, não chegaram a concretizar-se. A Academia Politécnica avançou lentamente sem o entusiasmo que a criara, vivendo com escassos recursos, fortes limitações e fraca afluência de estudantes, chegando a propalar-se um eventual encerramento. É certo que algumas figuras da Academia Politécnica, como

foi o caso de José Vitorino Damásio, viriam a ser determinantes, após a sua participação na Regeneração e posterior ingresso no recém-criado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, para criar e iniciar, em 1852, nessa conjuntura favorável, o ensino industrial elementar e médio, com a escola industrial do Porto e o Instituto Industrial em Lisboa (Alves & Vilela, 1995).

A vontade de rejuvenescer também se fez sentir na Academia do Porto. Desde 1881 que um grupo de lentes da Academia Politécnica tentou promover a fusão com o Instituto Industrial do Porto, entretanto criado, elaborando o texto de um projeto para a criação de um Instituto Politécnico ou Universidade Politécnica, proposta que não teve seguimento. Conseguiram apenas, em 1885, uma reforma de revisão e alargamento do número de cadeiras, de forma a assegurar os mesmos preparatórios da Escola Politécnica de Lisboa para os cursos militares e de reformular os cursos de engenheiros civis de obras públicas, minas, comércio e, novidade, o de engenheiros industriais (deixando cair os de pilotos, agricultores, diretores de fábricas e o de engenheiros geógrafos).

Desde os finais do século XIX, porém, o modelo napoleónico de apenas uma universidade central parecia esgotado. Lembremos que a própria França pós-1870, com a III República, reorganizara o seu ensino superior, rejuvenescendo-o segundo o pensamento positivista de Augusto Comte, multiplicando as universidades, retirando fortes ilações da derrota militar de 1870. Na Alemanha e noutros países, singrava o modelo humboldtiano, aplicado à Universidade de Berlim, segundo o qual as universidades deveriam assumir simultaneamente as missões de desenvolvimento científico e de formação moral e intelectual, em combinação interna de *ciência objetiva* com *formação subjetiva*, garantindo-se-lhes para o desenvolvimento da ciência os princípios de *autonomia* e de *liberdade* perante o exterior (Alves, 2012). De uma forma geral, as universidades multiplicaram-se em cada país, de forma generosa, no clima positivista de uma nova crença

representada pela ciência. Nem sempre bem acolhidas: como nos diz Bento Carqueja, num estudo sobre o *Ensino Técnico e Profissional em Portugal*, não raro alguns industriais desdenhavam delas, apontando-as como “conservatórios da teoria” (Carqueja, 1918). E com alguma razão, reconhecia-se, daí a aposta nas faculdades de ciência aplicada, mais adaptáveis à evolução contínua da sociedade. Mas, em Portugal, engenheiros de formação militar, formados pela Escola do Exército, e engenheiros civis pela Academia Politécnica do Porto eram a realidade nacional e assim, continuou até à República.

No decorrer desses anos, verificaram-se alguns ajustamentos. Sublinharei a portaria de 31.1.1890 que aprovava o regulamento das missões dos cursos de engenharia civil, obrigando cada aluno a ter um tempo de estágio com relatório em serviços públicos, minas, fábricas ou empresas e à elaboração de um relatório, num processo devidamente protocolado. Registe-se ainda a reforma de João Franco (19.8.1907), tentando apagar o fogo da crise académica desse ano, concedendo alguma autonomia ao ensino superior, que não resolveu o problema. Na Universidade de Coimbra, o médico José de Matos Sobral Cid, no Claustro Pleno, em 25.5.1908, sugeria um “um caminho de reformas radicais”, invocando o modelo de Berlim e a liberdade de ensinar e de aprender. E o lente de matemática, Sidónio Pais, na lição de *Sapientia* de 16.10.1908, evidenciava que “ciência e religião têm esferas separadas”, defendendo a revitalização da Universidade e a sua neutralidade em matéria religiosa, ao lado de uma revalorização científica. (Alves, 2012).

2. A insatisfação com a reforma universitária de 1911

Com a subida ao poder, através da revolução de 5 de outubro de 1910, os republicanos puderam concretizar o seu objetivo de laicizar o ensino e de criar universidades alternativas, o que aconteceu, desde logo, através do ministério do Interior, liderado por António José de Almeida, com o anúncio das novas Faculdades de Medicina de Lisboa

e Porto, a concretizar por alteração das respetivas Escolas Médico-Cirúrgicas, e a uniformização dos cursos, acabando com os privilégios de precedência nos concursos para os licenciados por Coimbra. Depois, um Decreto de 22.3.1911, relativo a bolsas de estudo, inseria um artigo, aparentemente deslocado, anunciando a criação de mais duas universidades, em Lisboa e no Porto, a regulamentar posteriormente.

Essa regulamentação chegaria com a Constituição Universitária, através de um Decreto de 19.4.1911, que consagrava a existência da antiga, mas criava as duas novas universidades de Lisboa e Porto, atribuindo às três instituições uma missão que apontava para a trilogia produção de ciência/formação superior/estudo dos problemas nacionais; consagrava o princípio da autonomia universitária, ou seja, o “seu próprio governo económico e científico”; garantia o ensino livre e laico; a nomeação do reitor seria feita pelo governo de entre os nomes de uma lista tríplice eleita pelos docentes, para um mandato de três anos, só podendo ser reconduzido uma vez. Publicaram-se depois planos de estudos uniformes para as várias áreas de ensino (Direito, Letras, Ciências).

Além da Universidade de Coimbra, em que a Faculdade de Teologia era eliminada, mas substituída pela de Letras, mantendo-se as restantes, a de Lisboa era constituída pela agregação de várias escolas anteriores que se transformavam em Faculdades. Já a Universidade do Porto federava apenas a Faculdade de Ciências, por transformação da Academia Politécnica, e a Faculdade de Medicina (com escola anexa de Farmácia), por transformação da Escola Médico-Cirúrgica, apontando-se ainda para uma futura Faculdade de Comércio. Mas um artigo (o 6.º) da Constituição Universitária garantia que “o quadro das universidades completar-se-á oportuna e progressivamente pela criação de Faculdades de ciências aplicadas ou Escolas Técnicas, para os diferentes ramos da engenharia, comércio e indústria, na razão dos recursos do Tesouro, do desenvolvimento das universidades e das necessidades económicas, gerais ou especiais” (Decreto de 19.4.1911).

As três universidades não eram, portanto, iguais. A Universidade do Porto, com as suas duas Faculdades, era uma universidade incompleta ou mesmo uma “não universidade”, assim se denunciou de imediato nos corredores do ensino e na imprensa, não suscitando a mudança de estatuto grande entusiasmo. Na sessão pública de inauguração da Universidade, Gomes Teixeira, eleito reitor, considerava-a como uma “confederação”, mas apontando essa data de 16.7.1911 apenas como o “início de uma criação mais vasta”.

Pelo regulamento das Faculdades de Ciências, de 12.5.1911, o governo estipulava que as cadeiras de Economia Política continuariam anexas às Faculdades de Ciências e que, no caso do Porto, “enquanto se não organiza a Faculdade de Ciências Aplicadas, as cadeiras especiais de engenharia da Academia Politécnica do Porto ficarão anexas à Faculdade de Ciências” (artigos 54.º e 55.º), afirmação esta repetida no Decreto de 22.8.1911 que publicava os Planos de Estudo das Faculdades de Ciências (art. 23.º).

Na abertura solene das aulas da nova Universidade, em 1 de novembro de 1911, Gomes Teixeira exprimia o desejo de que as duas Faculdades, incluindo os anexos cursos de Engenharia e Escola de Farmácia, avançassem “fraternalmente no caminho do progresso”, sublinhava a desigualdade de tratamento para com Lisboa e pedia ao ministro presente um edifício para o Instituto Industrial (para libertar a instalação da Universidade, pois partilhavam o edifício dos Leões), propondo que se criasse uma Faculdade de Ciências Técnicas, à semelhança das “estabelecidas na Alemanha”.

Na verdade, em 23.5.1911, tinha sido criado em Lisboa o Instituto Superior Técnico, por iniciativa de Brito Camacho, ministro do Fomento, com base nas propostas de Alfredo Bensaúde e da sua visão alemã sobre o ensino industrial. Esta criação derivava da divisão do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, em dois, Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Comércio, com a elevação de ensino médio a ensino superior, fora de qualquer Universidade e com tutela

do ministério do Fomento, enquanto as universidades estavam no ministério do Interior. No preâmbulo do Decreto, fala-se do esforço gigantesco do Governo Provisório para promover a educação, aponta-se a “situação confrangedora”, assinala-se a sua insuficiência como a causa do nosso atraso e diz-se do “ensino técnico superior” que é “uma sofismação grosseira”, onde “muito se ensina e pouco se aprende”, não existindo ainda o ensino da engenharia química e engenharia eletrotécnica, pelo que se justificava a despesa em curso com a criação dos dois Institutos Superiores, pois “carecemos de ter bons engenheiros”. Com a remodelação em curso, o Instituto Superior Técnico seria dotado para professar os seguintes cursos: curso geral (2 anos); cursos superiores especiais de três anos – engenharia de minas, engenharia civil, engenharia mecânica, engenharia eletrotécnica, engenharia químico-industrial; cursos elementares de condutores de minas, condutores de obras públicas. O ensino seria teórico, experimental e profissional, com dotação para 51 cadeiras e trinta professores, coadjuvados por 25 auxiliares de ensino (Decreto de 23.5.1911). Ampliava-se, deste modo, a linha de desenvolvimento do ensino técnico que vinha desde 1852 com a criação do Instituto Industrial, nível de ensino elevado a “médio” por João Franco e que, com Brito Camacho, atinge o nível superior, mas paralelo à Universidade: o Instituto Superior Técnico vai tornar-se a menina dos olhos dos republicanos, enquanto escola construída de raiz que se apresentava como modelar, numa afirmação da linha que pretendia o ensino técnico fora das universidades.

Por sua vez, a Escola de Engenharia anexa à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto apresentava apenas, por esta altura, cursos de engenharia civil de obras públicas, de minas e industrial (Decreto de 12.5.1911), tendo como professores: Manuel da Terra Pereira Viana, Roberto Rodrigues Mendes, Manuel Rodrigues Miranda Júnior, Vitorino Teixeira Laranjeira, a que acresciam os assistentes Tomás Joaquim Dias, Vasco Peixoto Taveira e Casimiro Jerónimo de

Faria, sendo de notar que havia as cadeiras de preparatórios frequentadas no curso de Ciências. Com frequências na ordem das duas/três dezenas de alunos por cadeira, a conclusão de curso era reduzida: tendo em conta os anos de 1912 e 1913, verificamos, pelo *Anuário da Universidade do Porto*, que apenas nove engenheiros civis completaram anualmente o curso em cada um desses anos, com quatro para engenharia de minas e quatro para engenheiros civis industriais. Era muito pouco aos diversos níveis: os cursos de engenharia não respondiam à necessidade de desenvolvimento nacional e a escola, na situação de anexa, encontrava-se bloqueada, sem financiamento adequado para a sua expansão.

O facto de, em 29.3.1913, se criar o Ministério da Instrução Pública, entregue a António Joaquim de Sousa Júnior, docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, não trouxe nada de novo no imediato. Mas houve uma discussão interna e uma luta da Universidade do Porto e de mobilização das principais forças vivas (associações, município) como agentes de pressão para que se verificasse uma mudança. Foi uma odisséia, que teve como protagonista ativo o deputado Augusto Nobre (futuro reitor a partir de 1919, depois da morte de Cândido Pinho) e o então ministro Lopes Martins (ambos docentes da Universidade do Porto).

3. Da criação da Faculdade Técnica (1915) à Faculdade de Engenharia (1926)

Em 2.8.1915, João Lopes da Silva Martins Júnior, docente da FMUP e ministro da Instrução, falando na Câmara de Deputados sobre as três universidades, sublinhava a “frisante injustiça que uma das três está em desigualdade manifesta para com as outras”, propunha a criação, na Universidade do Porto, de uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Direito, anexando ainda uma Escola Normal Superior às Faculdades de Letras e Ciências (DCD, 2.8.1915, p. 11). A criação

destas Faculdades era uma reivindicação anterior de alguns setores da Universidade, a que o ministro procurava dar satisfação.

Entretanto, na reunião do Senado da Universidade do Porto, em de 5 de agosto, o Reitor, Gomes Teixeira, propôs que a proposta do ministro fosse louvada, mas lembrou que “algumas providências deviam ser tomadas com respeito à Escola de Engenharia anexa à Faculdade de Ciências, no sentido de a desenvolver e aperfeiçoar”, lembrando que por diversas vezes tinha sido “solicitada melhoria do ensino técnico”, pedindo que o Senado se fizesse ouvir. Dessa discussão, resultou uma moção final que, louvando na proposta governamental a consideração para com os interesses do ensino no Porto, pedia que fosse considerada como “a primeira e mais imperiosa necessidade desse ensino (...) a ampliação e o aperfeiçoamento do ensino técnico superior para a organização de uma Faculdade Técnica”, conforme texto de uma proposta anexa formulada em tempos pelos reitores das três Universidades portuguesas” (UP, Atas do Senado, p. 101-102)

Esta prioridade para a criação da Faculdade Técnica foi tida em consideração, por diligências do deputado Augusto Nobre, também professor da Universidade do Porto, acabando por aparecer uma proposta de alteração ao projeto de Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública, da responsabilidade do próprio relator, Baltasar Teixeira, apresentada em sessão de 29 de agosto de 1915:

Art. 58.º-B É o Governo autorizado a despender no corrente ano económico a quantia de 3.000\$ na organização com o nome de Faculdade Técnica, autorizado pelo artigo 6.º do Decreto com força de lei, de 19 de abril de 1911, dos cursos de engenharia anexos à Faculdade de Ciências do Porto pelo artigo 35.º do Decreto com força de lei de 12 de maio de 1911.

§ 1.º Nesta Faculdade haverá, além doutros cursos que de futuro se reconheça necessário instituir, os seguintes:

Engenharia civil;
Engenharia de minas;
Engenharia mecânica;
Engenharia eletrotécnica;
Engenharia químico-industrial.

§ 2.º A composição dos cursos, os títulos e programas das cadeiras poderão ser modificados pelo Conselho da Faculdade para que a Faculdade [“o seu ensino”, na versão final] possa cada vez mais adaptar-se às necessidades nacionais.

§ 3.º Para esta Faculdade transitam os cinco professores ordinários da Secção de Engenharia da Faculdade de Ciências e as estações [dotações, na versão final] dos respetivos gabinetes.

B. Teixeira.

O debate parlamentar foi aceso na sessão de 30 e 31 de agosto de 1915: a criação da Faculdade no Porto exigiria para alguns um largo plano prévio e que não fosse apenas a autonomia de uma secção (Agostinho Fortes), para outros era inoportuno em termos económicos ou insuficiente, questionando mesmo a posição do Reitor Gomes Teixeira (Sousa Júnior). Coube a Baltasar Teixeira defender a sua proposta, que garantiu ter o assentimento prévio do ministro das Finanças e não ser contraditória com o seu discurso de contenção nas despesas, justificando:

Eu digo no meu parecer, e sustento, que devido à guerra europeia, os países mais avançados, e onde as indústrias estão mais desenvolvidas, hão de necessitar de muitos engenheiros, logo que a guerra termine, e nós devemos estar preparados para isso. Ora como nós só temos uma escola de engenharia, parece-me que a criação duma outra escola dessas no Porto não seria de mais, além de que corresponde a uma velha aspiração daquela cidade (DCD, 31.8.1915).

Entretanto, eram apresentados na Câmara dos Deputados telegramas de várias organizações e personalidades a pedirem a aprovação da proposta, manifestado a pressão da opinião pública portuense. Perante as diversas intervenções, o ponto de ordem seria assumido pelo ministro da Instrução Pública, Lopes Martins, que afirmou:

Trata-se de um assunto que interessa ao Porto e também ao desenvolvimento científico no nosso país. Não é ainda aquilo que verdadeiramente devia ser, visto que as circunstâncias financeiras atuais não o permitem, mas em todo o caso sempre é alguma coisa de útil e um começo para o que mais tarde se deverá fazer.

Se o Senado deseja dotar o Porto com uma escola prática de engenharia, de que este pequeno projeto de reforma é uma parte, embora provisória, para começo, não deve invocar razões de ordem económica perante as quais nenhum projeto nestas condições vingará. A criação duma Faculdade completa para o ensino técnico da engenharia seria de uma enorme vantagem e uma grande satisfação para a cidade do Porto.

O que se discute atualmente é já um pequeno ensaio, que mais tarde será aperfeiçoado...

E o ministro, embora reconhecesse que era pouco compreensível efetuar reformas de ensino através da lei orçamental, pois aqui deveria surgir apenas a especificação das dotações, considerava que a exiguidade de tempo justificava a medida, remetendo para depois as reorganizações de estudos a serem elaboradas por técnicos competentes. Caberia agora ao Senado da República aprovar a proposta e “dotar a cidade do Porto com um instituto que embora acanhado traduz em todo o caso um desejo de remodelação” ou optar por um “plano geral de reorganização do ensino superior”, para a qual já tinha alguns contributos preparados.

A proposta para a criação da Faculdade Técnica viria a ser aprovada, integrando a Lei n.º 410, de 31 de agosto de 1915, com o artigo 77.º

a repetir na íntegra o texto apresentado por Baltasar Teixeira, corrigindo apenas algumas gralhas da versão inserta no *Diário da Câmara dos Deputados*. A Faculdade Técnica surgia assim de forma amalgamada num longo diploma (142 artigos), com um único artigo a garantir a verba necessária para organizar em Faculdade os cinco cursos de engenharia e a transferência de cinco docentes.

A organização da Faculdade Técnica surgia pouco depois, com o Decreto n.º 2103 de 25.11.1915, espelhando o trabalho de uma comissão nomeada em 18 de julho pelo ministro da Instrução Pública. O currículo oferecido pela Faculdade Técnica constava agora de 22 cadeiras anuais e sete semestrais, das quais resultava a combinação para os diversos cursos de engenharia, de três anos, mas os estudantes só podiam inscrever-se na Faculdade depois de aprovados no “curso de preparatórios”, ministrados pela Faculdade de Ciências, para cada curso de engenharia, que também tinham a duração de três anos, pelo que o curso de engenharia se obtinha após seis anos de frequência do ensino superior. Para a Faculdade Técnica foram transferidas ainda as cadeiras de economia política, estatística e legislação e respetivos docentes, para além dos cinco da antiga secção de engenharia. O ensino prático seria ministrado num conjunto de salas de trabalho, oficinas e laboratórios então definidos, a que acresciam trabalhos de campo, visitas, missões, tirocínios.

Na análise comparativa, a oferta curricular da Faculdade Técnica era idêntica ao do Instituto Superior Técnico, de Lisboa, com a diferença de esta Escola ministrar os cursos por inteiro, enquanto a Faculdade Técnica já recebia os estudantes com os “preparatórios” obtidos em qualquer das Faculdades de Ciências.

Esta solução conseguia assegurar o ensino técnico superior na Universidade do Porto, ao contrário de Lisboa, onde singrava o outro modelo exterior à Universidade.

Com o golpe de 5.12.1917, que levou Sidónio Pais ao poder político, subia ao governo, Alfredo de Magalhães, um republicano histórico e

professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, na pasta da Instrução, acompanhado de outro histórico portuense, Francisco Xavier Esteves, este no Comércio (depois nas Finanças). Alfredo de Magalhães foi o responsável pelo Decreto n.º 4554, de 6.7.1918, pelo qual se estabelecia um novo *Estatuto Universitário*, que ampliava a autonomia administrativa das universidades sobre a contratação de docentes ou definição de cursos, conferia ainda autonomia relativa às Faculdades no interior da sua Universidade, estabelecia uma Junta Administrativa com o Reitor e os diretores de Faculdade. Se as Universidades passavam a ser autónomas relativamente ao governo, representado pela Secretaria de Estado da Instrução Pública (nova designação do ministério no governo sidonista) também as Faculdades o eram no interior da Universidade.

O Estatuto Universitário mereceu o maior reconhecimento por parte do Senado da Universidade do Porto. Novos diplomas, entretanto, ajustaram as várias áreas: ao ensino médico (Dec. 4652, de 12.7.1918) e ao ensino de farmácia (Dec. 4653, 14.07.1918). E, pelo, Decreto n.º 5047, de 30.11.1918, assinado por Alfredo de Magalhães, era aprovada a reorganização da Faculdade Técnica, autorizando-se o governo a abrir “os créditos necessários para ocorrer ao pagamento dos encargos resultantes da organização promulgada pelo presente Decreto”. A reorganização ampliava agora a oferta curricular para 32 cadeiras, das quais 24 anuais, que a Faculdade podia alterar e reajustar em termos pedagógicos, ordem facultativa ou obrigatória ou na distribuição pelos anos dos cursos, podendo ainda reorganizar os cursos existentes, ainda que neste domínio se pedisse autorização ao governo.

Pela mesma altura, era publicada a reforma do ensino técnico, da responsabilidade do secretário de Estado do Comércio, João Alberto Pereira de Azevedo Neves, com um longo historial preambular sobre este tipo de ensino, ao nível secundário e médio, apontando a formação de engenheiros como “o fecho e remate do ensino técnico”, através dos vários cursos organizados pelo Instituto Superior Técnico,

conforme o respetivo Decreto n.º 5028 de 1.12.1918. A Faculdade Técnica não era aqui sequer referenciada, mostrando que, por esta altura, havia quem, dentro do mesmo governo, insistisse num sistema binário, em que o ensino técnico não passava pela universidade.

Na sequência do homicídio de Sidónio Pais, sucederam-se as tentativas de restauração monárquica, nomeadamente o golpe de 19.11.1919, que criou no Porto a Junta Governativa Provisória do Reino de Portugal, com Paiva Couceiro na presidência, dando lugar à designada “Monarquia do Norte”. A Universidade do Porto serviu de palco a movimentações monárquicas, sendo instalado no edifício da Reitoria e Faculdade de Ciências o putativo ministério da Instrução. Republicanos e monárquicos defrontaram-se, ao nível docente e discente, surgindo posteriormente inquéritos disciplinares. Com a morte do reitor Cândido de Pinho (14.2.1919), sucedeu-lhe no cargo o já referido professor Augusto Pereira Nobre, a quem coube pacificar a Universidade do Porto. Pelos finais de 1919, a luta da Faculdade Técnica, com a solidariedade de todas as outras Faculdades, incluindo a da recém instituída, a Faculdade de Letras, foi a de se bater publicamente pelo seu lugar, defendendo o seu espaço de intervenção, contra a ideia de criação de um Instituto Superior Técnico no Porto, na linha da referida reforma de Azevedo Neves. Com o apoio da Universidade e de diversas associações e imprensa, a Faculdade Técnica conseguiu evitar essa criação que considerava poder colocar em causa o seu lugar institucional e a sua missão.

Em 30.11.1920, Augusto Nobre, o reitor da Universidade do Porto, voltava à pasta da Instrução Pública. O governo durou cerca de três meses, mas, além de outras medidas, permitiu a autorização para a criação de um Observatório Astronómico e de um Jardim Botânico no Porto e para transformar as três Escolas de Farmácia em Faculdades (Decreto n.º 7288, de 18.1.1921). Um novo Regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto era aprovado logo a seguir (Decreto n.º 7355, de 29.1.1921), tal como, na mesma data, um novo

Regulamento para a Faculdade Técnica (Decreto n.º 7332 de 29.1.1921). Este novo Regulamento traduzia, essencialmente, a adaptação organizacional ao Estatuto Universitário de 1918 e à autonomia então permitida, mantendo sem alterações significativas os cursos, as cadeiras, ajustando os laboratórios para o ensino experimental, mas definindo os novos contornos de pessoa coletiva com personalidade jurídica ao nível de património e finanças. No entanto, estabelecia a possibilidade de criar cursos complementares de especialidades técnicas, de natureza pós-escolar, bem como criava regras para a produção de trabalhos para o exterior realizados nos seus laboratórios, gabinetes, institutos ou oficinas.

Com a Ditadura Militar derivada do golpe de 28 de maio de 1926, nova legislação vai tocar a Faculdade Técnica, baseada no novo Estatuto da Instrução Universitária, aprovado por Decreto-Lei n.º 12426, de 2.10.1926, que procura, de novo, centralizar e harmonizar as diversas universidades, conferindo mais poder ao Reitor e ao Senado, em desfavor da autonomia das Faculdades, entre outras determinações, algumas das quais deixaram lastro até hoje. Relevante para a Faculdade Técnica foi o Decreto n.º 12696, de 17.11.1926, da responsabilidade do ministro da Instrução Pública, Artur Ricardo Jorge, que, invocando a necessidade de ajustamento ao novo Estatuto, definia uma nova organização para as Faculdades de Engenharia. Sublinhando a audição prévia da única existente, a Faculdade Técnica, estabelecia um novo plano de estudos, por grupos, num total de 29 cadeiras e alguns cursos específicos (jazidas minerais, geradores de vapor, eletroquímica, etc.). Para a inscrição inicial, mantinha-se a necessidade do “curso preparatório”, de três anos, numa Faculdade de Ciências. E, no seu artigo 27.º, determinava-se: “A Faculdade Técnica do Porto passa a denominar-se Faculdade de Engenharia, conservando os seus diplomados todas as regalias que até esta data lhes estavam consignadas”.

Por esta altura, Alfredo de Magalhães era eleito Reitor da Universidade do Porto, em 26.6.1926. E voltaria ao ministério da Instrução,

entre 22.11.1926 e 18.4.1928, ou seja, apenas cinco meses depois da nomeação como Reitor. A Universidade do Porto regozijou-se com a nomeação. E viu ser-lhe atribuído, pelo Natal, através do Decreto n.º 12889, de 24.12.1926, a verba elevada de cinco mil contos para obras de expansão, a saber: conclusão do edifício da Faculdade de Ciências e Reitoria, ampliação da Faculdade de Medicina e um novo edifício, de raiz, para a Faculdade de Engenharia (que veio a ser o da rua dos Bragas) e para a instalação da Maternidade anexa à Faculdade de Medicina. Tais melhoramentos que conferiram uma nova dinâmica à Universidade ficaram a dever-se, em grande medida, a esta segunda passagem de Alfredo de Magalhães pelo ministério da Instrução Pública. Pouco depois viria o reverso da medalha: através do Decreto n.º 15365, de 12.4.1928, e ao arripio do discurso habitual de defesa da Universidade do Porto produzido por Alfredo de Magalhães, o governo, através deste ministro da Instrução Pública, tomou a decisão de mandar encerrar as Faculdades de Letras do Porto, de Direito de Lisboa, de Farmácia de Coimbra e a Escola Normal Superior de Coimbra, por razões financeiras. Alfredo de Magalhães saiu logo a seguir de ministro, voltando à Reitoria para completar o seu mandato. Só a primeira das Faculdades citadas, a Faculdade de Letras do Porto, não foi restaurada de imediato pelo ministro que lhe sucedeu – Duarte Pacheco.

Por sua vez, pelo Decreto n.º 19081, de 2.12.1930, era criada a Universidade Técnica, em Lisboa, na qual passava a integrar-se o Instituto Superior Técnico, em companhia do Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior de Comércio (agora designado de Instituto de Ciências Económicas e Financeiras) e Escola Superior de Medicina Veterinária. Na justificação preambular da decisão, pode ler-se: “Ao lado das Universidades clássicas, centros de alta cultura e de investigação científica, é tempo de se formarem Universidades técnicas, ensinando como se deve desenvolver a vida económica, com todas as exigências materiais da civilização moderna”.

Entretanto, no Porto, com o novo edifício e novas condições para o Ensino, a Faculdade de Engenharia passou a aceitar mais estudantes e caminhou rapidamente para se tornar numa das maiores Faculdades da Universidade do Porto, formando profissionais que se afirmaram em Portugal e pelo mundo.

4. Considerações finais

Concluindo: procurámos delinear, de forma sumária, um segmento do percurso histórico subjacente à atual Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, equacionando as linhas gerais dos diplomas produzidos para enquadrar a formação de engenheiros na cidade do Porto e o contexto subjacente às diversas medidas, fixando-nos essencialmente na fase da Faculdade Técnica, intermédia entre a fase da Academia Politécnica e a fase atual da Faculdade de Engenharia. Do roteiro percorrido, vislumbra-se um caminho difícil, pontilhado de dificuldades políticas durante muito tempo, tanto para a formação como para a afirmação social do engenheiro diversas especialidades, naturalmente com repercussões negativas no processo de crescimento económico e desenvolvimento social de Portugal.

Fontes

ACTAS do Senado da Universidade do Porto (1911-1929), 2011. Porto: UPeditorial.
ANNAES SCIENTIFICOS DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, vários anos.
ANNUARIO DA ACADEMIA POLYTECHNICA DO PORTO, vários anos.
ANUÁRIO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS, vários anos.
ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PORTO, vários anos.
DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (DCD). <http://debates.parlamento.pt>
DIÁRIO DO SENADO (DS). <http://debates.parlamento.pt>
DIÁRIO DO CONGRESSO (DC). <http://debates.parlamento.pt>
DIÁRIO DO GOVERNO (DG); <http://www.dre.pt>

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes (2012), *A Universidade na República, a República na Universidade. A UP e a I República*. Porto: U.P Editorial.
- ALVES, Jorge Fernandes (2017), A Universidade do Porto ao tempo de Hernâni Monteiro (1891-1963). *Revista CEPIHS*, 7, 377-398.
- ALVES, Jorge Fernandes (2019), Das Faculdades de Letras à FLUP (1919). *História. Revista da FLUP*, Vol. 9, n.º 1, 3-49.
- ALVES, Jorge Fernandes e VILELA, José Luís (1995), *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Elétrica em Portugal*. Lisboa: Portugal Telecom.
- BASTO, Artur de Magalhães (1937), *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*. Porto: UP.
- CARQUEJA, Bento (1918), *O Ensino Técnico e Profissional em Portugal*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto.
- CARVALHO, Rodrigo Alberto Guedes de (1998), *História do Ensino de Engenharia Química na Universidade do Porto (1762-1995)*. Porto: FEUP.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1990), *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- RODRIGUES, António José Adriano (1937), *Um Século de Ensino de Engenharia no Porto*. Porto: UP.
- SANTOS, Cândido dos (1996), *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*. Porto: UP.
- VILHENA, Henrique de (1935), *O Professor Doutor Francisco Gomes Teixeira (Elogio, Notas, Notas de Biografia, Bibliografia, Documentos)*, Lisboa. Imprensa Nacional.

MUSEU DO MAR D. CARLOS I, EM CASCAIS

José d'Encarnação

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

A 22 de Maio de 2003, por iniciativa do Grupo dos Amigos do Museu do Mar de Cascais, tive oportunidade de evocar as origens desta entidade. É dessa conferência, proferida no auditório do Casino Estoril, que ora me faço eco.

Comemoravam-se, então, os 25 anos do museu, porque fora em 1978, como adiante se dirá, que, por força de uma resolução camarária, o museu ganhara estatuto. Por isso, eu começara por dizer que ia contar uma odisseia, para que mais uma oportunidade se não perdesse, o Génio se não matasse e se não repetisse a história de Ícaro!... Referi, aliás, a esse propósito, os versos de Isolina Alves Santos:

*Ó sonbo, não voes tanto
Que eu não posso alcançar!
Minhas asas são de encanto,
Tenbo medo de as quebrar!*

Para rematar com a ideia que **memória** pode coexistir com **inovação**, sem prejuízo mútuo. Aliás, esses dois conceitos correm

sempre sério risco de se digladiar. Corriam-no em 2003; correm-no neste dealbar de 2020. E não virá a despropósito citar o reparo então feito: no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), os técnicos camarários haviam ignorado a existência do Grupo dos Amigos do Museu, que, por sinal, se fizeram no Museu do Mar, num ano especialmente dedicado aos Amigos dos Museus! Daí o facto de o Grupo ter programado um convívio, pretexto para estreitar dinamismos em torno de um objectivo comum.

Odisseia, sim, porque se está perante um poema de amores, heroísmos, seduções, canto de sereias, crueldades de Polifemo, astúcias e estratagemas vários, fugas estratégicas... E o reencontro com a fidelidade do cão e da esposa Penélope, regaço amoroso, ainda é, no caso vertente, horizonte por avistar, longínquo...

Evitarei alguns escolhos – que a viagem se quer de aventura e o mar incita a remadas largas. Compassadamente.

Diremos:

- 1) do carregamento precioso que se deixou fugir;
- 2) doutro carregamento que se namorou, namoro longo, de amuos e reconciliações, como convém;
- 3) do casamento à vista – casa posta, papéis quase prontinhos;
- 4) da fuga inopinada do cônjuge na véspera do grande dia!
- 5) da tristura de Penélope e do assalto dos pretendentes – mas disto, confesso, há um nó na garganta e temo não poder falar.

D. Carlos

Uma referência obrigatória. O iate D. Amélia frequentemente ancorado em Cascais para as pesquisas oceanográficas; o Jardim da Parada onde el-rei jogara ténis... Por conseguinte, seria ele o patrono do museu.

Outros, muito melhor do que eu, já tiveram oportunidade de referir essa notável actividade régia de que resultou a colecção, de conchas,

por exemplo, e não só, que Cascais deixou fugir para o Aquário Vasco da Gama. Ficou a nostalgia, o vazio, a sensação de oportunidade perdida, porque se tivera uma jóia ao alcance da mão e...

A Cidadela

El-rei estivera alojado na Cidadela; contudo, logo nos primórdios da República, tanto o palácio real como a fortaleza foram, por decisão governamental que nunca logrou concretizar-se, dados «ao povo de Cascais».

Durante o Estado Novo, o aquartelamento manteve as suas funções militares e estratégicas, tanto para o exterior como, depois, para o interior (o regimento nela aquartelado, recorde-se, teve papel preponderante na Revolução de Abril); o palácio era residência oficial de Verão dos presidentes da República.

Mas a posição face ao Atlântico auspiciou sempre a possibilidade de ali vir a instalar-se algo que restituísse aos cascalenses essa eterna e mui estreita ligação ao mar!

E outros dados começaram a ganhar força.

Assim, a 20 de Agosto de 1966, sob o título «Achados que podem ter valor ornamental e turístico», o *Jornal da Costa do Sol* dava conta do achamento de canhões ao largo do Cabo da Roca por uma equipa de mergulhadores constituída por António Gil, António Pedro, António Amaral, Fernando Pinto, José Luís Salgado e José Braga. Sugeria-se que esses achados fossem adquiridos pelas entidades locais a fim de não saírem da Costa do Sol.

Comentei essa informação em 1975 (p. 85):

«A ideia não foi aceite. Por isso, permitimo-nos repisá-la. Inúmeros canhões têm sido retirados; outros se encontram ainda sepultados no fundo do mar, como por diversas vezes a Imprensa noticiou. Todos esses vestígios do passado da vila – do mar da vila – se dispersam por aqui e por ali. E Cascais, vila de pescadores,

não dispõe hoje dum museu – ou duma secção de museu – onde se recorde a vida do mar, onde se relembrem os frequentes naufrágios havidos numa zona de mar bravio. Os canhões encontrados em 1966 foram para o Museu da Marinha. Os que repousam sob as águas – para onde irão?».

Referia-me, mais adiante (*ibidem*, p. 107-108), às preocupações (houvera, a 28 de Fevereiro, um terramoto) e às aspirações da população cascalense em 1969:

«E será também de incluir nas aspirações o aproveitamento turístico da Cidadela, vetusta relíquia dum glorioso passado? Supomos que sim. A esse respeito, publicou o jornalista Viriato Dias, a 22 de Março, no *Jornal da Costa do Sol*, um extenso artigo «Cascais: para a sua velha cidadela, aproveitamento digno», em que, após ter salientado como o interesse militar actual do edifício é escasso, sugere a instalação aí do Instituto Hidrográfico e do Aquário Vasco da Gama, concluindo a sua (cerrada) argumentação:

Cascais é, indubitavelmente, uma terra de turismo, mas que não dispõe, ainda, de muitas atracções para os forasteiros, os quais se limitam a visitar um parque municipal de reduzido interesse, um museu (Castro Guimarães) pouco divulgado e algumas belezas naturais.

Um museu oceanográfico, um aquário, um Instituto de Biologia e, paralelamente, uma exposição de assuntos cartográficos no Instituto Hidrográfico, poderiam ser um pólo de atracção para a sede do concelho que foi berço do turismo em Portugal e à qual estão ligadas longínquas e vultosas tradições marítimas.

A vetusta cidadela, onde, com o rodar dos tempos, se criaria um museu natural de oceanografia – grande, enorme e imperdoável lacuna existente no País – continuaria, assim, a sua função junto ao mar».

O Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina

O assunto não teve qualquer seguimento, até que, na Primavera de 1972, um colega meu na Escola Salesiana do Estoril, professor de Ciências Naturais, o saudoso Dr. Araújo Cordeiro, me falou de uns moços ‘doidos’ por pesquisa submarina, que se correspondem com gente de muitas partes do mundo, que fazem intercâmbio cultural, que não se interessam por ‘comércio’, que já têm uma enorme colecção de espécimes guardada em ínfimas condições:

– Eles precisam urgentemente duma sala onde exponham aquilo. E é uma pena que não se arranje nada para eles aqui na Costa do Sol. Um museu de aves e peixes na Costa do Sol é que estava mesmo bem.

Fui ver. Com ele. E, por mais consideração que as palavras do Dr. Cordeiro me houvessem merecido, não supunha que pudessem ficar tão aquém da realidade! Havia nove anos de incansável trabalho que o Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina fora acumulando uma riqueza extraordinária!...

Retratei no *Jornal da Costa do Sol* de 8 de Abril de 1972, em extenso artigo, o que me fora dado ver:

«As aves marinhas embalsamadas (algumas delas pertencentes a espécies em vias de extinção), os peixes raros e os crustáceos – tudo embalsamado com uma técnica original, diremos até única no mundo (ainda que executada em deficientes instalações), e tudo espalhado aqui e além: numa garagem em Caxias, aves do maior porte; na casa do Chico Reiner (nas salas, na cozinha, nos corredores, no próprio quarto de dormir), crustáceos e peixes; na cave, frascos e mais frascos e, pelo chão, caixotes cheios de espécies. A monte, caixotes recém-chegados de Angola, que esperam urgentemente um local onde possam ser abertos.

Urgentemente – porque, a esperar muito tempo, todo o trabalho irá por água abaixo, toda a riqueza pacientemente acumulada se perderá».

Contactei, por isso, Joaquim Miguel de Serra e Moura, presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol. Expliquei-lhe a situação e acompanhei-o, a 30 de Março de 1972, na visita que eu antes fizera. Uma expressão de espanto e maravilha! A dele e a de Jorge Brum do Canto, «o conhecido cineasta fundador do Clube dos Amadores de Pesca de Portugal, um perito nestes assuntos, que nos acompanhou também».

Explicitava-se que um primeiro motivo para dar apoio a este grupo residia na originalidade da sua técnica de conservação das espécies marítimas e de aves marinhas; e, em segundo lugar, na «riqueza do espólio já obtido»:

«Riqueza que pode avaliar-se pela variedade das espécies. Pela sua raridade e valor documental (o Núcleo tem possibilidade de fazer um estudo de zonas delimitadas da nossa costa e expor a fauna nelas existente). Para darmos uma ideia (pálida) do que nos foi dado observar, diremos que sobre um guarda-louça, em casa do Chico Reiner, há mais de duas dezenas de caranguejos, um deles mais pequeno que um polegar, com patas da grossura de alfinetes – tudo conservado. Ao nosso lado, Brum do Canto, agarrado ao cachimbo, só dizia, passando de maravilha em maravilha: “Mas isto é extraordinário!”».

Vimos nesse dia um pequeno documentário sobre a costa angolana, já com técnica avançada, para seis projectores simultâneos, regulada por um minicomputador, a dar-nos ideia do que, do ponto de vista didáctico e turístico, se poderia fazer.

Serra e Moura concordou: a Costa do Sol não pode deixar perder esta riqueza. Apontava-se a possibilidade de um dos fortes da orla a poderem vir a receber e, para já, a necessidade de um armazém, mesmo que provisório, onde as espécies de Angola (e outro, de 400 kg, aguardava embarque) pudessem vir a ser desencaixotadas. E houve

logo a promessa de, com o patrocínio da Junta de Turismo, vir a fazer-se uma exposição no Pavilhão de Congressos.

Desta sorte, logo a 29 de Abril seguinte, *Jornal da Costa do Sol* anunciava que «graças à Junta de Turismo, a Costa do Sol espera vir a ter um museu de peixes e aves marinhas embalsamadas», uma vez que o primeiro passo já fora dado: «o edifício do Cruzeiro (no Monte Estoril) foi cedido gentilmente à Junta para o desencaixotamento das espécies». Ou seja, Serra e Moura contara, em reunião de Junta, o que vira e os vogais foram unânimes em garantir a disponibilidade «para acarinhar com o maior entusiasmo a referida iniciativa». Por isso, logrou obter do industrial José Machado, proprietário do Cruzeiro, uma ou duas salas, cedidas «por um prazo razoável». E apontava-se, desde logo, a possibilidade da exposição «para o público e as entidades se aperceberem da grandeza do conjunto» e a intenção de «se estudarem as linhas mestras da instalação definitiva dum museu».

Perante estas perspectivas, o Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina da Costa do Sol começou a trabalhar quer no acondicionamento dos espécimes quer, de modo especial, no «estudo e investigação de biologia e geologia marítima, pensando também na possibilidade de colaborarem em pesquisas arqueológicas subaquáticas». Era vasto o rol de actividades a que se dedicavam e que se explicitavam em mais um texto do *Jornal da Costa do Sol* (edição de 8 de Julho de 1972):

«Praticam: taxidermia e conservação de espécies marítimas; malacologia; fotografia submarina; caça, apanha e colheita de espécies subaquáticas exclusivamente para fins científicos e culturais, em mergulho livre; mergulho desportivo (com escafandro autónomo) com os objectivos atrás expostos e após autorização das estâncias responsáveis; pesca desportiva; salvamento de naufragos e de acidentes pelo mergulho. Analisam as actividades da pesca industrial em todos os oceanos. Preparam a promoção de conferências e colóquios, devidamente ilustrados, acerca dos temas referidos. Colaboram com a imprensa

(dando notícias e fornecendo artigos) e com as entidades turísticas na propaganda da região».

E dava-se já um olhar para o fundo marinho desde S. Julião da Barra até à Guia. A corrente do Tejo constituía um obstáculo; assinalavam, todavia, a existência, ao largo, de um fundo rochoso, nalguns pontos com sedimento superficial «palpitante de vida animal», aí pelos 14 metros de profundidade.

As vicissitudes

A solução no Cruzeiro era provisória; as diligências, morosas. Negociações outras se iam fazendo e... dum momento para o outro, entra em acção a Junta Central das Casas dos Pescadores, sediada na Doca de Pesca, em Pedrouços, a escrever ao Presidente da Junta de Turismo da Costa do Sol (ofício n.º 368, de 18 de Julho de 1973, assinado pelo Comodoro Álvaro Valente Araújo, na qualidade de Director da Escola Profissional de Pesca Dr. Gonçalves de Proença), nestes inusitados termos:

«A fim de se dar começo à montagem nesta Escola Profissional de Pesca do Museu de Biologia Marítima e conforme comunicação que nos foi dada pelo Sr. Francisco Manuel R. Ataíde Garcia, venho solicitar de V. Ex.^a a especial fineza de ordenar que nos sejam enviadas as doze vitrines pertencentes ao antigo Casino do Estoril e que se encontram actualmente no edifício do Cruzeiro (Monte Estoril)» (*Jornal da Costa do Sol*, 5/4/1975, p. 3).

O certo é que a colecção zarpou (literalmente) para Pedrouços. Sem tir-te nem guar-te. Como resultado das «negociações outras» de que atrás se falava.

Deu-se, entretanto, o 25 de Abril. À frente da Docapesca estava o Almirante Tenreiro e Francisco Reiner verificou que, por ali, o projecto já não iria ter viabilidade. Por isso, a Comissão Administrativa do Concelho de Cascais, presidida pelo Eng.º Mesquita de Abreu, viu-se

confrontada, na sessão de 17 de Março de 1975, com uma petição inesperada, que sintetizei assim, sob o título «Museu Oceanográfico»:

«Francisco Reiner – cuja colecção ocupou tantas colunas no nosso jornal e a quem demos todo o apoio – vem agora (que lhe faltou o apoio do Sr. Henrique Tenreiro) oferecer à C. A. de Cascais a sua colecção para a formação dum Museu Oceanográfico, mediante determinadas condições. A C. A., reconhecendo muito embora a importância do assunto e a sua transcendência para a Costa do Sol, vai entrar em negociações com o senhor» (*Jornal da Costa do Sol*, 22-3-1975, p. 8).

Em carta à redacção do jornal (publicada a 29 de Março, p. 2), Francisco Reiner explicou, sem dar pormenores, que, ao contrário dos seus desejos «e da intenção inicial da Junta de Turismo da Costa do Sol, de se fazer um museu», fora informado «que tinha de deixar livres as referidas instalações» no Cruzeiro. Do contacto havido, pois, com a Junta Central das Casas dos Pescadores, fora-lhe cedida «uma instalação para a armazenagem do museu».

Historiando o que haviam sido as peripécias mais recentes deste espólio, *Jornal da Costa do Sol* volta ao assunto na edição de 7 de Junho (p. 3), referindo-se ao facto de Francisco Reiner, que trabalhava então como técnico de museologia no Aquário Vasco da Gama, ver a sua colecção «armazenada aqui e ali, sem a devida acomodação, sujeita a toda a espécie de deteriorações. Há peixes raros, colocados em formol; outros, enormes, dentro de tanques...».

E, dado que as duas comissões administrativas – a municipal e a da Junta de Turismo – nada haviam resolvido, explicava-se:

1.º) «A inexistência, em Cascais, de um museu que nos fale do seu passado piscatório, dos costumes dos seus pescadores, dos barcos – tantos! – que se afundaram nos seus rochedos é falha inconcebível!...»;

2.º) «Ainda estão na Capitania os canhões encontrados em Junho de 1972! Há três anos! TRÊS anos em que as entidades patentearam

o seu descuido e em que a burocracia mostrou bem o que vale. Um dos canhões – florentino, do século XVII, com inscrições e notáveis ornamentos, de bronze – tem o maior interesse arqueológico. Pois lá continua, sem qualquer resguardo! Fundando-se um museu do mar em Cascais, este e outros achados nele se incorporariam de imediato».

3.º) «Todas as companhias da região teriam o maior empenho em oferecer ao museu os espécimes mais originais que encontrassem». De resto, nessa mesma página se dava conta de «uma espécie muito rara» aparecida na lota: um seláceo macho, pescado a sudoeste do Cabo Espichel, pertencente à espécie *Cblamytoselachus Anguineus* Garman (1884).

4.º) Apresentara a RTP, no dia 1 de Junho de 1975, um documento sobre a pesca de arrasto ao largo da baía, testemunho para figurar também no futuro museu.

No artigo «Um museu do mar na Costa do Sol» (*Jornal da Costa do Sol*, 21-6-1975, p. 4), recorda-se o que atrás se disse; salienta-se de novo a importância do espólio; e sugerem-se locais passíveis de o albergar: a cidadela; o forte junto ao farol da Guia, onde, na altura, não funcionaria bem (escreve-se...) o chamado Laboratório Marítimo do Museu Bocage; «o edifício recentemente cedido ao Município para nele instalar o Museu Verdades de Faria»...

Entretanto, a 16 de Abril, por despacho do Secretário de Estado das Finanças, foram cedidas à Câmara as instalações da Parada, a título precário e mediante o pagamento da compensação anual simbólica de cem escudos, sublinhando-se que o imóvel «se destina a ser utilizado pela população local». O auto de cessão virá a ser assinado apenas a 9 de Julho de 1976. Recorde-se que, para parte das gentes de Cascais, a Parada, que fora sede do Sporting Clube da Parada, simbolizava, de certo modo, a burguesia local, endinheirada; e, por isso, o edifício foi ocupado em Fevereiro de 1975; destruiu-se

a documentação existente e nele se pensou em, revolucionariamente, instalar um infantário popular. Também no espaço adjacente ao edifício se fez, em 1975, a Feira do Artesanato (*Jornal da Costa do Sol*, 12-7-1975, 1.^a página).

Quanto à colecção de F. Reiner (espécies ornitológicas e piscícolas e objectos arqueológicos), a Comissão Administrativa municipal decidiu, na reunião de 23 de Julho de 1975, autorizar que fosse instalada no 1.º piso do edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Cascais. Uma decisão que prontamente apoiei (*Jornal da Costa do Sol*, 2 de Agosto de 1975, p. 2), dizendo da necessidade de vitrinas e do apoio de todos para que a colecção «venha para ficar e fique mesmo».

E começam as notícias sobre iniciativas ligadas a este projecto. A 30 de Julho, recebe-se um exemplar conhecido na Madeira por “Requeme de natura” (*Setarches guentheri*, Johnson, 1862), que se julga ser o primeiro obtido na nossa costa, exemplar que «foi integrado nas colecções do futuro Museu Oceanográfico de Cascais» (*Jornal da Costa do Sol*, 9-8-1975, p. 3). A 3 de Agosto fora pescado, na zona da Guia, um tubarão-raposa (*Alopias Volpinus* [Bonnaterre, 1788]), também para integrar na colecção – escreveu-se na edição de 16 de Agosto do *Jornal da Costa do Sol* (p. 5), onde igualmente se dá conta das diligências feitas junto da capitania para que seja entregue à guarda da Câmara o canhão florentino atrás referido, e do início da instalação nos Serviços Municipalizados das peças para o Museu do Mar.

Em local de 1.^a página, a redacção de *Jornal da Costa do Sol* critica, com veemência, na edição de 4 de Outubro de 1975, o facto de terem passado seis meses e a Parada não ter sido «praticamente utilizada». Para que serviu a ocupação? – pergunta-se e apela-se para que se ponha termo a essa situação de «total inaproveitamento de tão belo recinto» por parte de uma Comissão Administrativa «que não parece nada disposta a aceitar a entrega da Parada».

A 1 de Novembro de 1975, *Jornal da Cosa do Sol* dava conta d'«O que se fez e se pensa fazer na Parada», tudo apontando, por conseguinte, para a instalação do infantário, para o qual já se havia, inclusive, recebido verba de apoio por parte da Fundação Calouste Gulbenkian. Creche, jardim-de-infância, ateliê e centro desportivo eram as valências previstas. Aguardava-se, ainda, a cedência formal à Câmara por parte do Ministério das Finanças, mau grado se ter recebido, há meses, um ofício nesse sentido.

A 13 de Dezembro, também em 1.^a página, traz o *Jornal da Costa do Sol* uma fotografia que mostra, no pavimento, «aves embalsamadas e ânforas diversas aguardando colocação nos Serviços Municipalizados de Cascais». E, a 27 (p. 8), com nova foto de ânforas, pergunta-se quando será aberto «este importante espólio oceanográfico».

Sabe-se, pela entrevista concedida por Francisco Reiner, publicada a 10 de Janeiro seguinte, sempre no *Jornal da Costa do Sol*, que nessa sede, aos fins-de-semana, nos feriados e à noite, a equipa foi trabalhando em restauro, classificação e conservação das peças. A foto então publicada (Fig. 1) mostra bem o que já na altura havia para ver e que Francisco Reiner resumiu assim:



Fig. 1 – Espécies a monte nos Serviços Municipalizados

«4 mamíferos marinhos, 112 aves marinhas e aquáticas, 26 répteis marinhos, 70 peixes montados, cerca de 300 peixes em via húmida, centenas de conchas de moluscos marinhos e corais, 20 moluscos marinhos, 70 equinodermes e vermes, 200 achados arqueológicos, 89 ânforas (completas e fragmentos), 160 crustáceos».

Essa ocupação de espaço não agradou, todavia, à comissão de trabalhadores, que invocou a perda de local para reunião, o excessivo consumo de energia eléctrica, as verbas a despender, o incómodo causado pelos visitantes...

Esse o motivo por que *Jornal da Costa do Sol* dava como título à citada entrevista «Finalmente, um destino para a Parada: A instalação do Museu do Mar que desempenhará importante papel na dinamização cultural da Costa do Sol», anunciando haver já «importante dotação no orçamento municipal do corrente ano de 1976».

Em busca de soluções físicas e pessoais

Tal decisão da Comissão Administrativa iria implicar, como se imagina, uma série de diligências burocráticas e arquitectónicas, cujo miúdo entrecho se omitirá no contexto desta evocação, até porque nas reuniões camarárias desse período ainda as propostas de apoio às iniciativas culturais encalhavam, de vez em quando, com objecções sobre o seu carácter prioritário face a outras necessidades prementes da população, designadamente a mais desfavorecida (tratamento dos clandestinos, erradicação dos bairros de barracas...). Mas, por entre esses naturais e compreensíveis escolhos, lá se foi caminhando.

Apontem-se, por conseguinte, algumas das fases por que o processo passou:

– Em Novembro de 1977, o Presidente da Câmara, Gonçalves Ferreira, solicita ao Serviço de Arquitectura municipal a imediata elaboração de um estudo de viabilização do aproveitamento da Parada

para a instalação do Museu do Mar, a apresentar à Câmara e à Assembleia Municipal.

– Em reunião de Câmara de 25 de Janeiro de 1978, ficou deliberado, por maioria, contratar Francisco Reiner, «em regime de prestação de serviços», como «técnico de museologia, pelo prazo de seis meses», com a possibilidade de, findo esse prazo, o contrato ser prorrogado ou rescindido; o objectivo da contratação: a instalação e funcionamento do Museu do Mar.

– Por despacho de 5 de Maio de 1978, determina o Presidente da Câmara que se iniciem as obras para a referida instalação, «consideradas de muito interesse e urgência», «cometidas à Comissão de Edifícios Municipais».

– Em Junho de 1978, o anteprojecto das obras a efectuar é enviado, para conhecimento e, desde logo, se encararem possibilidades de financiamento, à Direcção-Geral do Turismo, Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, Junta de Turismo da Costa do Sol, Comissão de Obras da Zona de Jogo do Estoril, Fundação Calouste Gulbenkian, Secretaria de Estado da Cultura e Direcção-Geral do Património.

– Em Julho, após visita ao local, engenheiros da Direcção-Geral do Património deram o seu assentimento informal à pretensão camarária.

– Em Agosto, a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico deu parecer favorável ao anteprojecto, pondo apenas algumas reservas do ponto de vista da remodelação urbanística proposta.

Como, entretanto, se concluiu que a criação de um museu municipal não carecia do consentimento das entidades governamentais ligadas ao sector da Cultura, as obras foram prosseguindo, com altos e baixos, sujeitas a pareceres e rectificações, de modo que, em reunião de 28 de Março de 1983, foi mesmo aprovada a proposta de ser criado um «Gabinete para a Conclusão das Obras do Museu do Mar».

Deve-se ao Arquitecto José Manuel Vieira Santos extensa (19 páginas A4 dactilografadas) e mui completa «memória descritiva e justificativa» do projecto de aproveitamento da Parada para instalar o Museu do

Mar, datada de Maio de 1981. Aí se previam, na orgânica do museu, departamentos de História Natural, Arqueologia Submarina, Aquariologia, Arquitectura Naval e Etnografia, Educação e Divulgação; e, finalmente, serviços de apoio, entre os quais se incluíam, por exemplo, laboratórios de investigação, taxidermia e fotografia.

Dir-se-á que as perspectivas para que se apontava eram, na realidade, ambiciosas – mas ambição não é pecado e, embora nem sempre de pés bem assentes no chão, sempre se proclamou com António Gedeão que «o sonho comanda a vida». Veja-se que, nessa memória, Vieira Santos escreveu o seguinte, no ponto 8.3:

«O facto de o Museu se situar a umas escassas centenas de metros do mar fez levantar a hipótese (fecunda) de se estabelecer uma conduta de água salgada que alimentasse as várias estruturas do complexo do Museu, nomeadamente o Aquário, os tanques de mamíferos marinhos e eventualmente um futuro delfinário.

Na realidade, a própria experiência com as otárias existentes tem mostrado as desvantagens da permanência dos animais marinhos em água doce.

Em relação ao traçado da referida conduta, o mais aconselhável é sem dúvida o que passe pelo Campo Hípico e pelo Parque Gandarinha (pelo leito da ribeira) até à Praia de St.^a Marta, donde a água seria bombada».

Um desfecho inesperado

Fica por historiar esse período inicial do museu já instalado na Parada.

A equipa de Francisco Reiner começou de imediato o trabalho, com grande repercussão a nível nacional e internacional. Multiplicavam-se as ofertas dos pescadores quer a nível de apetrechos tradicionais, de trajos típicos e de fotografias quer de espécimes raros apanhados

nas redes. Houve investigadores estrangeiros que vieram, na sequência dos contactos já de longe estabelecidos por F. Reiner. Começaram a fazer-se publicações sobre temas específicos, da autoria de conceituados investigadores nacionais e estrangeiros. O Museu do Mar ganhava repercussão aos mais variados níveis.

Toda a burocracia foi, porém, demasiado lenta. Os anticorpos começaram a surgir. E, para além da sempre problemática questão das estruturas arquitectónicas e do enquadramento paisagístico, duas questões se não conseguiram resolver em tempo oportuno: a da posse dos exemplares e a da situação profissional de Francisco Reiner. Desejava este ser director do museu, pretensão justificável atendendo ao percurso feito por ele e pela colecção; questões administrativas (nomeadamente o facto de não possuir habilitações académicas para o efeito) foram adiando uma resolução. Quanto aos exemplares, descurou-se a necessidade de salvaguardar, através de protocolo, a sua posse pela Câmara.

Por isso, um belo dia, tendo-se a Câmara desentendido com F. Reiner ou F. Reiner com a Câmara, num ápice toda a colecção levou sumiço, porque era... privada! Não do Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina, mas de Francisco Reiner, que a levou consigo! As doações, nomeadamente, haviam sido feitas a Francisco Reiner e não ao Museu do Mar!...

Um sonho que desabou: as expedições feitas e programadas; as colecções publicadas e por publicar; os estágios, mercê, por exemplo, da excelente e indispensável colaboração com o Laboratório Marítimo da Guia, através do Professor Saldanha Sanches; os intercâmbios internacionais; um museu que granjeara prestígio nacional e internacional... As otárias já haviam seguido para outros destinos. O completíssimo organigrama previsto caía assim por terra...

Lançou-se mão de procedimentos judiciais, como é de norma nestes casos; mas... para usarmos uma expressão popular, a Câmara ficou com o menino nos braços; não sabia bem como aleitá-lo e muito

menos donde lhe poderia vir dinheiro para comprar o leite necessário à sua sobrevivência...

Um período, como se referiu, para melhor historiar, na certeza de que, mau grado todas essas vicissitudes, a ideia de Museu do Mar se manteve, muito devido também à acção do Grupo dos Amigos que rapidamente se institucionalizou, em 1999, como «força de pressão».

Da colecção de Francisco Reiner nada mais se soube! Nem onde está nem para onde, um dia, há-de ir! “Levou sumiço”, como atrás se escreveu. Paulatinamente, o Museu do Mar foi ajuntando o que sobrara; ganhou outros espólios; os pescadores voltaram a ver nele o repositório das suas tradições e memórias; os técnicos esmeraram-se e o Museu do Mar de Cascais, tendo como patrono el-rei D. Carlos I, continua a ser mui promissora realidade museológica em Cascais, com uma missão bem definida a cumprir: não já a da preconizada investigação científica, mas, primordialmente, a desse repositório de tradições e memórias.

O espaço envolvente

Mui cobiçado foi, desde logo, o espaço circundante, para onde chegou a pensar-se – dada a existência de espécies arbóreas dignas de interesse – «um mini-jardim botânico que o microclima e a função do local plenamente justificam».

E porque se sentia, alfim, a necessidade de «reformular o Museu do Mar», vem a ser aprovada por unanimidade, na reunião camarária de 10 de Março de 2003, a proposta 157/2003, da vereadora da Cultura, Ana Clara Justino, que visava instalar no perímetro da Parada o Museu Municipal de Arqueologia, associando-se, assim, «dois discursos museológicos complementares: construção histórica da imagem de memória de Cascais e identidade marítima do espaço concelhio».

De acordo com a proposta, caberia ao Museu do Mar apresentar «uma visão das características marítimas do espaço regional de

Cascais, abarcando áreas como a zoologia e a botânica marinhas ou a oceanografia, contemplando ainda a etnologia marítima e a arqueologia subaquática, esta última sobretudo na vertente da memória dos naufrágios, numa articulação complementar com o discurso histórico do Museu Municipal de Arqueologia». A este se atribuía a missão de dar a «visão da ocupação territorial antiga do concelho de Cascais através dos vestígios materiais que foram sendo recolhidos e estudados ao longo de mais de um século de investigação arqueológica no espaço concelhio, alguns dos quais se afirmam como colecções de referência a nível nacional e internacional». Uma biblioteca especializada apoiaria ambas as instituições; a loja e a cafetaria, também para as servir, ficariam num edifício adjacente.

Contra essa proposta veementemente se insurgiu de imediato o Grupo dos Amigos do Museu do Mar, em carta aberta ao Presidente da Câmara – na ocasião, António Capucho – assinada pelo Presidente da Direcção, Fausto Brito e Abreu. Salienta-se nessa exposição que se prejudicaria a necessária expansão do museu, «um dos museus municipais mais visitado do país, com cerca de 20 000 visitantes/ano, um museu, aliás, com grandes potencialidades e que só a falta de investimento da Câmara na última década impedira de se desenvolver e modernizar. Além de afectar a área verde, a nova construção impediria a concretização de um «parque de atracções ligadas à temática do Mar». Solicitava-se, por conseguinte, que se procurasse uma alternativa.

Mais uma vez se advogava, em Cascais, a urgente necessidade de haver um Museu de Arqueologia, inclusive porque é abundante e assaz significativo o espólio existente. Já noutras ocasiões se pensara nesse equipamento: para a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz ou para o edifício do antigo Convento de N.^a Sr.^a da Piedade, dos Carmelitas Descalços, após as obras de profunda beneficiação a que fora sujeito, com a realização prévia de escavações arqueológicas em 1992, 1995, 1996 e 2000. Para a Fortaleza nada se logrou fazer aprovar; no

caso do convento – hoje, Centro Cultural de Cascais, aberto a 15 de Maio de 2000 – privilegiaram-se as Artes Plásticas, criando-se salas de exposição.

Também desta vez assim se desvaneceu o sonho dos arqueólogos, que haviam chegado a propor, na ocasião, o aproveitamento, para o efeito, do espaço deixado livre pela demolição, em final de 2002, do Pavilhão de Desportos, sito do outro lado da Avenida da República, perto também, por consequência, do Museu do Mar.

Reacção idêntica não viria, no entanto, a registar-se quando, em 31 de Julho de 2006, a Câmara Municipal aprovou o contrato para a instalação na Parada de um projecto museológico dedicado às obras de Paula Rego e de seu marido. Certamente por se tratar de proposta que incluía a doação de um conjunto muito significativo de desenhos, gravuras e litografias, e, por outro lado, por depressa se haver elogiado a boa integração do projecto arquitectónico, deveras singular, gizado pelo consagrado arquitecto Eduardo de Souto Moura – a Casa das Histórias Paula Rego não causou engulho de maior.

Conclusão

Neste final de 2019, os dois museus (Casa das Histórias e Museu do Mar) convivem em pleno. O Museu do Mar, que continua a ser o mais visitado museu de Cascais, integrou-se bem na realidade «Bairro dos Museus»: Museu dos Faróis, Casa de Santa Maria, Museu dos Condes de Castro Guimarães, Centro Cultural de Cascais e Casa Duarte Pinto Coelho, Casa das Histórias Paula Rego e Casa Sommer (Arquivo Municipal).

Bastante ligado, pelas suas características, ao Forte de São Jorge de Oitavos, continua a deter papel relevante na oferta cultural da vila, sendo privilegiado, por exemplo, pela comunidade escolar. Mantém a secção de fauna marítima. Um longo corredor homenageia a comunidade piscatória cascalense (Fig. 2). A história da oceanografia,



Fig. 2 – Ex-voto a N.ª Sr.ª dos Navegantes.

réplicas de embarcações, instrumentos náuticos, fósseis, a evocação da actividade do seu patrono, el-rei D. Carlos – constituem alguns dos bem saborosos ingredientes que uma visita nos serve.

Quem o visita, porém, nem suspeita do longo e tortuoso caminho que foi necessário percorrer. Desse aqui se apresentaram as fases primordiais; outras há, de facto, para detalhadamente contar!

Bibliografia

ENCARNAÇÃO, José d' (1975), *Índices e Suplemento de "Cascais, Vila da Corte"*. Cascais: Câmara Municipal.

*Textos citados, publicados no Jornal da Costa do Sol (por ordem cronológica)*¹

«Achados que podem ter valor ornamental e turístico», *Jornal da Costa do Sol*, 20 de Agosto de 1966.

Viriato DIAS, «Cascais: para a sua velha cidadela, aproveitamento digno», *Jornal da Costa do Sol*, 22 de Março de 1969, p. 1 e 7.

¹ Quando não se indica o autor, trata-se de textos não assinados, da responsabilidade da redacção do jornal.

- José d'ENCARNAÇÃO, «Tubarões – Núcleo de Estudo e Pesquisa Submarina. Extraordinária riqueza que a Costa do Sol não deve deixar escapar», *Jornal da Costa do Sol*, 8 de Abril de 1972, p. 11.
- «Êxito obtido! – Graças à Junta de Turismo, a Costa do Sol espera vir a ter um museu de peixes e aves marinhas embalsamadas», *Jornal da Costa do Sol*, 29 de Abril de 1972, p. 7.
- «Actividades do Núcleo de Estudos Pesquisa Submarina da Costa do Sol», *Jornal da Costa do Sol*, 8 de Julho de 1972, p. 7.
- «Museu Oceanográfico», *Jornal da Costa do Sol*, 22 de Março de 1975, p. 8.
- «A propósito do Museu Oceanográfico», *Jornal da Costa do Sol*, 29 de Março de 1975, p. 2 [carta de Francisco Reiner].
- «Ainda o Museu Oceanográfico – Esclarecimento», *Jornal da Costa do Sol*, 5 de Abril de 1975, p. 3.
- «Museu do Mar – Uma realidade para quando?», *Jornal da Costa do Sol*, 7 de Junho de 1975, p. 3.
- «Uma espécie muito rara na lota de Cascais», *Jornal da Costa do Sol*, 9 de Agosto de 1975, p. 3.
- «Um museu do mar na Costa do Sol», *Jornal da Costa do Sol*, 21 de Junho de 1975, p. 4.
- «Acerca da Feira do Artesanato», *Jornal da Costa do Sol*, 12-de Julho de 1975, p. 1.
- José d'ENCARNAÇÃO, «Museu do Mar», *Jornal da Costa do Sol*, 2 de Agosto de 1975, p. 2.
- «Uma espécie muito rara na lota de Cascais», *Jornal da Costa do Sol*, 9 de Agosto de 1975, p. 3.
- F. REINER, «Mais uma espécie rara de peixe capturada perto de Cascais», *Jornal da Costa do Sol*, 16 de Agosto de 1975, p. 5.
- «Dois problemas distintos, a mesma inoperância. Casas da Gandarinha e Parada», *Jornal da Costa do Sol*, 4 de Outubro de 1975, p. 1.
- «O que se fez e se pensa fazer na Parada», *Jornal da Costa do Sol*, 1 de Novembro de 1975, p. 1.
- «Museu do Mar», *Jornal da Costa do Sol*, 13 de Dezembro de 1975, p. 1.
- «Museu do Mar», *Jornal da Costa do Sol*, 27 de Dezembro de 1975, p. 8.
- José d'ENCARNAÇÃO, «Finalmente, um destino para a Parada: A instalação do Museu do Mar que desempenhará importante papel na dinamização cultural da Costa do Sol», *Jornal da Costa do Sol*, 10 de Janeiro de 1976, p. 1 e 5.

IMAGENS DE INDÚSTRIA NA OBRA GRÁFICA DE RAFAEL BORDALO PINHEIRO

Paulo Oliveira Ramos

Universidade Aberta e Instituto de História da Arte – FCSH/NOVA

Introdução

O interesse do artista Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), enquanto ilustrador, por aspectos da vida industrial e comercial de Portugal de finais de Oitocentos levou-o a desenhar, por várias vezes, ambientes fabris e oficinais, incluindo a maquinaria e as fontes de energia desses locais, mas também meios de transporte, nomeadamente comboios a vapor e, ainda, estabelecimentos comerciais e pavilhões de exposições.

Para esta incursão na obra de Rafael Bordalo Pinheiro socorremo-nos d’*O António Maria*, jornal com duas séries, uma de Junho de 1879 a Janeiro de 1885 e outra de Março de 1891 a Julho de 1898. E, também, dos *Pontos nos ii* que principiou a sua publicação em Maio de 1885, na sequência da suspensão d’*O Antonio Maria*, e por seu turno terminou igualmente suspenso em Fevereiro de 1891.

Espaços fabris

No mesmo número d'*O Ant6nio Maria* (N.º 322 de 24 de Setembro de 1891, p. 232) em que homenageia Antero de Quental, falecido em 11 de Setembro, o jornal publicou uma página com três imagens da

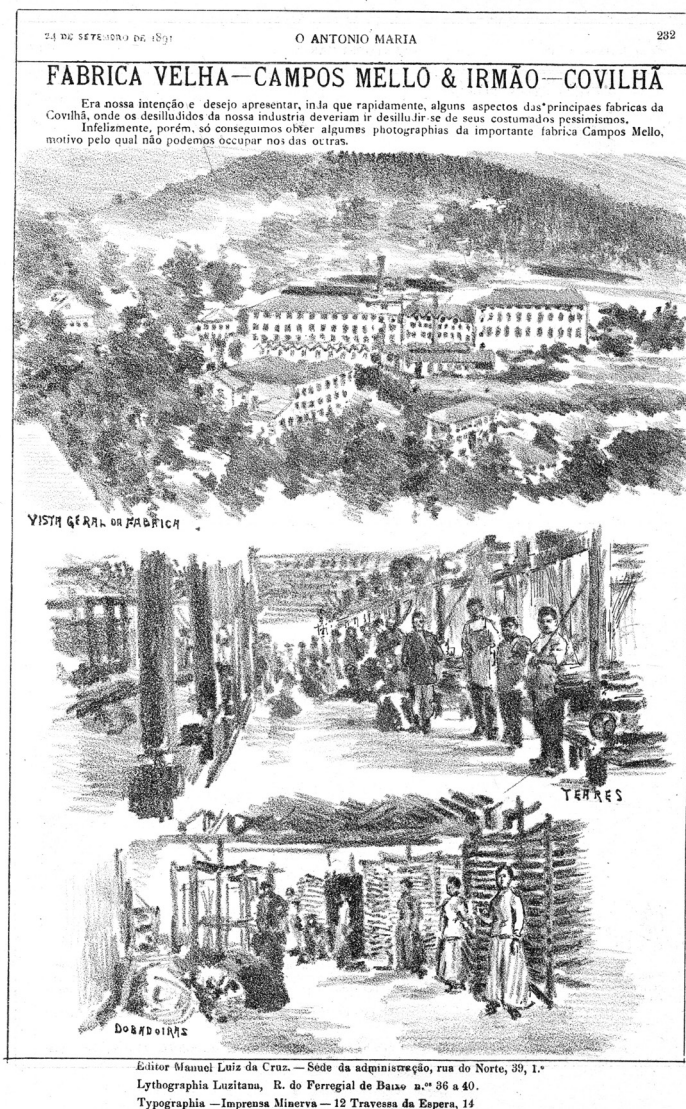


Fig. 1 – “A Fabrica Velha”. *O Ant6nio Maria*, 24 de Setembro de 1891

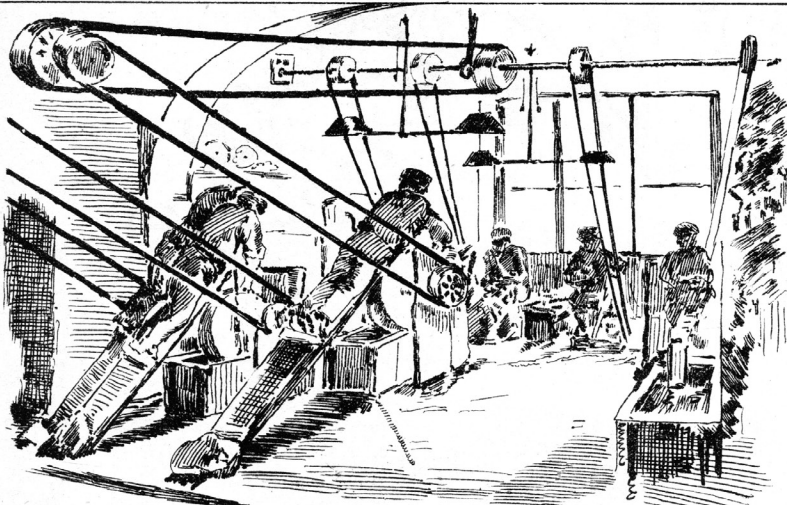
“Fábrica Velha” da Covilhã (Fig. 1), a conhecida *Campos Mello & Irmão*, situada nas margens da ribeira da Carpinteira. Dessa unidade fabril que em finais do século XIX tinha cerca de 600 operários (Pinheiro, 2016: 293) Bordalo deu-nos uma “vista geral da fabrica” e dois interiores, um mostrando os teares e o outro as “dobadoiras”. Lê-se no texto de Bordalo que acompanha as ilustrações: “Era nossa intenção e desejo apresentar, ainda que rapidamente, alguns aspectos das principaes fabricas da Covilhã, onde os desiludidos da nossa industria deveriam ir desiludir-se de seus costumados pessimismos. Infelizmente, porém, só conseguimos obter algumas photographias da importante fabrica Campos Mello, motivo pelo qual não podemos occupar nos das outras”. Percebe-se facilmente a mágoa de Bordalo por não ter tido acesso a outros clichés da “Covilhã, terra de fabricas, vinte mil habitantes, cinco mil operarios, fortunas colossaes que regabofeam os príncipes, e deixam os trabalhadores no mais ignominoso analfabetismo” (Almeida, 1891: 23) como asseguraria Fialho no fascículo semanal d’*Os Gatos* de 24 de Outubro desse mesmo ano.

Meses antes, Bordalo tinha estampado, também n’*O António Maria* (N.º 305 de 21 de Maio de 1891, p. 94-95), sob o título “Industria Nacional”, duas páginas dedicadas a um importante estabelecimento fabril lisboeta fundado em 1822, a *Cutelaria Polycarpo* – que considerou “uma pequena maravilha, uma officina modelo” – que sabemos premiada na exposição universal de Londres em 1851, a *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations*. Na primeira dessas páginas, para além dos rostos dos proprietários – “os nossos amigos Silva Lisboa e Vitor Lisboa” – mostrou a fachada do estabelecimento sito na rua de S. Nicolau. Na segunda (Fig. 2) foram dois os aspectos dos interiores fabris desenhados por Bordalo, sendo particularmente interessante o croquis da oficina onde os operários deitados sobre umas pranchas vão amolando, graças a um esmeril mecânico, os diversos objetos cortantes aí produzidos.

21 DE MAIO DE 1891

O ANTONIO MARIA

95

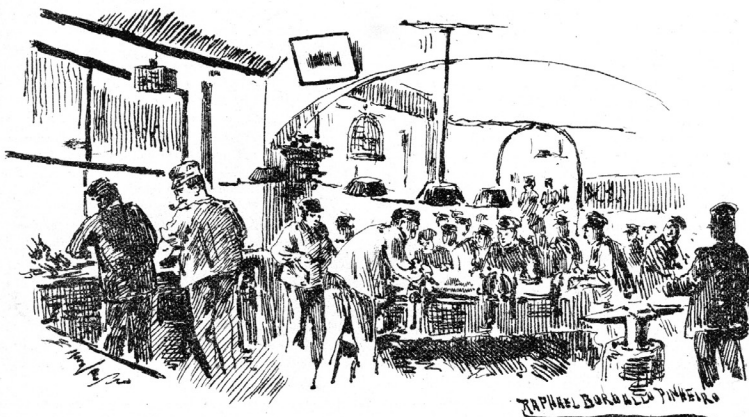


Dizer-lhes que tudo o que d'ali sae é um modelo de acabamento, de perfeição, é dizer-lhes que todos devem comprar os productos d'aquella casa, desde o artigo domestico o mais simples até ao mais complicado artigo de cirurgia. Porque esses artigos, em belleza, em qualidade, em toque artistico, rivalisam com os melhores do estrangeiro. E como agora toda a gente fala na patria e em patriotismo, parece-nos que é um acto de sincero patriotismo preferir o que é fabricado no paiz, á custa de enormes sacrificios, ao que vem de fóra em condições que não aproveitam ao nosso mundo operario.

Não digam agora que isto é *reclame á Cutelaria Polycarpo*. Devemos a Silva Lisboa essa leal camaradagem que se tem: affirmado em largos annos de lucta, e move-nos a sympathia que a elle e a seu irmão nos ligam, e sobretudo, a sympathia pela sua obra que tanto importa á economia da nação.

Merece sempre o applauso publico toda a actividade que se applica ao desenvolvimento de uma industria, no momento em que tanto inutil que por ahi anda, só tem este ideal - viver á custa dos outros.

E elles são tantos!



RAPHAEL BORDA DA PINHEIRO

Fig. 2 - "Cutelaria Polycarpo". O António Maria, 21 de Maio de 1891.

Recorde-se, *en passant*, que o próprio Bordalo se retratou como amolador (Cotrim, 2005: 104) num desenho a fazer lembrar o quadro *El Alfilador* de Francisco Goya pintado entre 1808 e 1812 e hoje no *Szép művészeti Múzeum* (Museu de Belas Artes) de Budapeste.

Os *Pontos nos ii* (N.º 68 de 26 Agosto de 1886) foi um número feito sob a epígrafe “A Rainha nas Caldas” (p. 537). Do longo texto de Bordalo retirámos a seguinte passagem: “Ora sua magestade a rainha interessou-se, o mais vivamente que é possível, por uma industria puramente nacional, que ocupa já cento e cinquenta operarios, exclusivamente portuguezes; uma industria que promete engrandecer-nos aos olhos do estrangeiro; uma industria que representa largo passo no caminho do progresso – podemos dizel-o sem sombra de vaidade, visto como a muitos toca a honra de semelhante empreendimento.

Sua magestade a rainha, distinguiu-nos – como nenhuma senhora burgueza nos distinguiu ainda – trabalhando com um interesse evidente na industria a que nos consagramos, e fazendo convergir sobre essa industria a atenção de muitos, que ate então não tinham porventura concedido um olhar da sua graça...”. E, um pouco mais adiante: “Todas as vezes que um principe de sangue se interesse dedicadamente pelo trabalho nacional, pelo desenvolvimento da arte, pelo futuro do operario, esse principe de sangue valerá no nosso conceito mil vezes mais de que o pastorinho de raça que passe a vida a cuidar exclusivamente da sua pessoa. Temos dito” (p. 538). Em dupla página (p. 540-541) a pena de Bordalo deu-nos, entre outros, um croquis do *Forno de Minton*, a *Chegada da Rainha á Fabrica de Faianças* e a *Visita á Officina de Louça Artistica*. Na p. 544, sob o título *A Rainha nas Caldas*, temos toda uma página com as figuras da rainha, do próprio ceramista Bordalo e parte do séquito real reunido em torno de duas peças da produção da fábrica.

Na perspectiva deste capítulo a página dos *Pontos nos ii* (N.º 169 de 9 de Agosto de 1888, p. 657) dedicada à sua *Fabrica de Faianças das Caldas da Rainha* é, talvez, das suas ilustrações fabris mais interessantes. Parecendo inspirada por uma certa iconografia industrial – tão fecundamente estudada por Francis Klingender – Bordalo desenhou a “*Mufla e posterior do edifício da fabrica / [os] Tornos mechanicos / [a] Casa das machinas, motor, moinhos e philtros*” e as várias chaminés (Fig. 3). Diz o texto: “Realizou-se, na ultima quinta feira [2/8/1888], a inauguração das machinas e fornos para o fabrico de loiça commum, acontecimento que não podemos deixar de registrar, porque elle representa, além do engrandecimento material d’uma fabrica a que temos devotado todo o nosso esforço, o engrandecimento geral d’uma industria portugueza, o que profundamente nos enche de jubilo, a despeito de nos haver acarretado bem pungentes amargores”.

Seis páginas mais à frente no mesmo número do jornal, num croquis não assinado – mas muito possivelmente saído da pena de Bordalo – com o título “*Festa operaria na fabrica de faianças das Caldas da Rainha*” temos uma nova vista geral do exterior da fábrica e das suas chaminés fumegantes. Tão interessante como a imagem é o texto que a acompanha: “Á inauguração das machinas para fabrico de loiça comum, abertura da escola profissional e jantar aos 150 operarios da fabrica, não assistiu membro algum do ministério, nenhum dos senhores directores das repartições que se ligam ao movimento industrial, nem o sr. deputado pelo circulo, nem alguns dos que o desejam ser. Se o principe regente houvesse honrado esse acto com a sua presença, teriam assistidos todos...”.

Ramalho Ortigão revelou a existência então na fábrica de “uma machina a vapor de 25 cavallos de força com caldeira tubular de Danayer, [que] reparte o movimento em trabalho continuo por todas as secção[s] d’esta olaria modelo” (Ortigão, 1891: 14-15). Lembremos

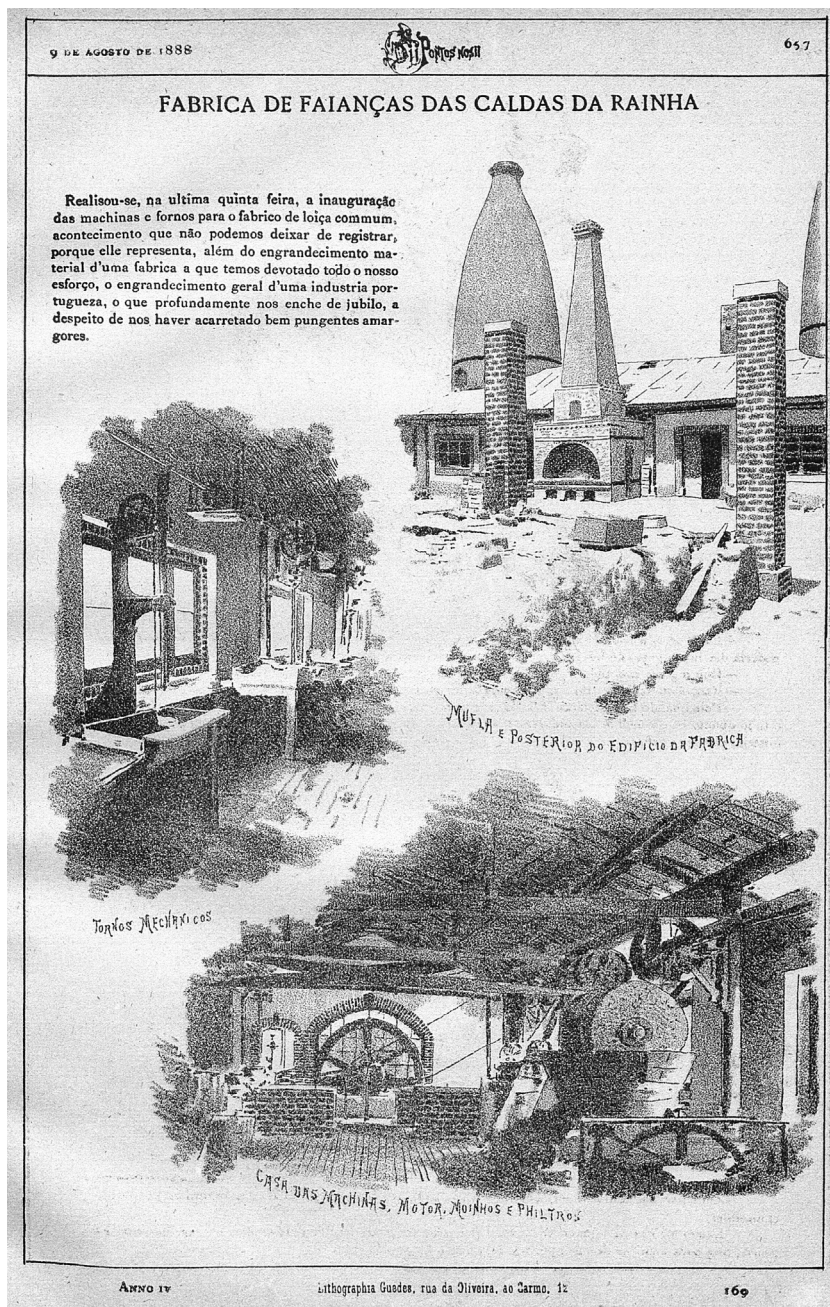


Fig. 3 – “Fabrica de Faianças das Caldas da Rainha”. *Pontos nos ii*, 9 de Agosto de 1888.

que foi aqui que “Rafael sacou do barro e do fogo uma orgia de cobras e lagartos, rãs, abelhas, lagostas, gatos, girassóis, troncos. Do papel trouxe depois, em assomo de originalidade, as suas figuras satíricas, queridas ou nem por isso: John Bull em escarrador ou a garra, sinais de obsessão anti-britânica [...] o Zé e a velha Maria da Paciência, que surge cedo no grande teatro bordaliano para ganhar consistência que agora se nota” (Cotrim, 2005: 159).

Lamentavelmente, três curtos anos volvidos, o mesmo Ramalho referir-se-ia à fábrica de Bordalo nos seguintes termos: “Acha-se fechada á chave a casa das machinas, que um cicerone se encarrega de mostrar, como um velho monumento inutil, aos viajantes e aos banhistas das Caldas curiosos de arqueologia” (Ortigão, 1891: 18). Não podemos deixar de assinalar a precoce ligação entre a visita a uma *casa das machinas* de uma fábrica parada – “*velho monumento*” – e a “*arqueologia*” (industrial) aqui esboçada neste excerto por Ramalho Ortigão.

Os *Pontos nos ii* (N.º 221 de 8 de Agosto de 1889, p. 254) dedicaram uma página à inauguração da *Empreza da Fabrica de Vidros na Amora*, com curiosas ilustrações dos fundadores da companhia – James Gilman, Justino Guedes, William (ou Guilherme) Gilman e José da Silva Gomes – e ainda uma vista geral do exterior das instalações fabris, desta vez não saídas da pena de Bordalo mas “segundo o desenho do menu do lunch então oferecido à imprensa”. Um curto texto dá-nos conta do objectivo da novel empresa: “fornecer garrafas de vidro portuguez aos numerosos ramos do commercio de liquidos, que ate agora importavam aquelles artefactos dos mercados da Allemanha e d’Inglaterra”. Diga-se que passados meses, no mesmo jornal (N.º 111 de 15 Janeiro de 1891, p. 22-23) constam duas imagens da mesma unidade fabril mas ambas pelo seu filho Manuel Gustavo (1867-1920) sendo uma vista geral do exterior da fábrica (p. 22) e um “Aspecto das habitações dos operarios” (p. 23). No número seguinte da publicação

(N.º 112 de 23 de Janeiro de 1891, p. 27) de novo uma referência sobre *A Fabrica da Amora*. Escreveu então Bordalo: “Os *croquis* que hoje publicamos – estes de sua autoria, lembre-se – eram destinados ao numero antecedente, mas a estreiteza do espaço e o limitado do tempo foram estorvo a que publicássemos tudo. Hoje repetimos o que então dissemos e fazemos votos para que a fabrica alcance o resultado que merece”. O desenho de Bordalo mostra os ilustres visitantes de sobrecasaca e cartola aquando da inauguração, um dos quais soprando “A Garrafa de Honra” e, ao centro, o “Magnifico forno construído pelo Sr. Guilman [sic]”, como se lê na legenda da imagem, também um grande número de operários trabalhando o vidro com as suas canas além de alguns mestres vidreiros sentados nas suas cadeiras à boca do forno, com os ajudantes à volta.

Parece justo incluir neste apartado a referência a duas outras páginas de Bordalo nos *Pontos nos ii* não de fábricas mas onde a dimensão do trabalho industrial esteve bem presente. O primeiro desses casos (N.º 59 de 17 de Junho de 1886, p. 472) tem a ver com os “importantes reparos e construcções feitas a bordo do “Índia” e onde colaboraram n’um bello trio de fraternidade artistica e operaria a casa L. Dauphinet & V. Castay, a Empreza Industrial Portugueza e o estaleiro de Sampaio”. A página apresenta uma composição sobrecarregada, com uma profusão de figuras – não menos de três dezenas – e, ao alto, as duas caldeiras do “Índia”. A legenda intitulada *A Experiencia das Novas Caldeiras do “Índia”* fala de “Uma festa tanto mais sympathica quanto é raro o ensejo de se festejar entre nós, oficialmente, o valor incontestável da industria nacional [...] Ou por uma inqualificavel falta de confiança sobre o valor e a perfeição do trabalho portuguez, ou por motivos ainda mais inqualificaveis, o certo é que os governos preferem sempre mandar para fóra do paiz o dinheiro que, sem prejuizo, e antes com vantagens evidentes, se pode dar a ganhar a operarios nacionais”.

O segundo caso prende-se com *A Inauguração dos Melhoramentos do Porto de Lisboa*, as chamadas *Grandes Obras*, iniciadas em 31 de Outubro de 1887. Numa página dos *Pontos nos ii* (N.º 130 de 5 de Novembro de 1887, p. 152) Bordalo fixou alguns dos rostos presentes na cerimónia, como Mendes Guerreiro, engenheiro director e fiscal das obras, Pierre Hildernet Hersent, o engenheiro francês concessionário das obras da 1.ª secção do porto de Lisboa, bem como os oradores, entre os quais Fernando Palha, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Rosa Araújo, presidente da Associação Industrial Portuguesa. Num outro croquis deu-nos ainda uma vista geral de uma flotilha no Tejo e o pavilhão ribeirinho onde foi assinado o auto de inauguração das obras, momento em que, segundo *O Occidente*, “Subiram então ao ar grandes girandolas de foguetes, e as musicas regimentaes, que se achavam formadas na margem do rio, tocaram o hymno que se misturava com as vivas entusiasticas da multidão e com os silvos agudos dos vapores da empreza constructora e outros alli reunidos, formando um côro extranho e desusado, que bem poderia dizer-se que a industria e o progresso tambem entoavam o seu hymno glorioso, n’aquelles silvos desprendidos do grande motor que tem sido a sua mais poderosa alavanca – o vapor” (*O Occidente*, 1887, vol. X, n.º 320, p. 254).

Comboios

Quase duas décadas depois de ter desenhado *A Railway Station in Estremadura* para uma publicação periódica inglesa (*The Illustrated London News*) que o designou como *Our Special Artist in Spain, Senor Raphael Bordallo Pinheiro*, vê-mo-lo a desenhar algumas locomotivas, essas máquinas que, como disse um viajante coevo, iam “perpassando umas pelas outras com a rapidez de relâmpagos e soltando silvos estridentes” (Guimarães, 1869: 5).

Assim aconteceu com a página intitulada “Inauguração da Linha da Beira Baixa. Viagem Real” dada à estampa n’*O Antonio Maria*

(N.º 321 de 12 de Setembro de 1891, p. 217), onde para além de ter fixado os rostos de Vasconcelos Porto (o engenheiro da linha e um dos primeiros colaboradores da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*), Centeno, Espregueira e Santiago é visível uma composição ferroviária galgando uma serrania e prestes a entrar no túnel das Portas de Rodão e que é, note-se, saudada efusivamente pelo autor que se retrata em miniatura no canto inferior direito do desenho. Segundo a legenda: “O Antonio Maria, graças a um amavel convite da Companhia dos Caminhos de Ferro, acaba de assistir á brilhante inauguração da linha da Beira Baixa, cujos trabalhos foram confiados á direcção do distincto engenheiro Porto. D’aqui agradecemos aos directores da Companhia as provas de dedicada sympathia com que nos distinguiram durante a viagem. E d’estas portas de Rodam, saudamos os amigos que deixamos na Beira baixa, os bons e alegres companheiros, cuja hospitalidade nos comoveu e tanto nos penhorou...”.

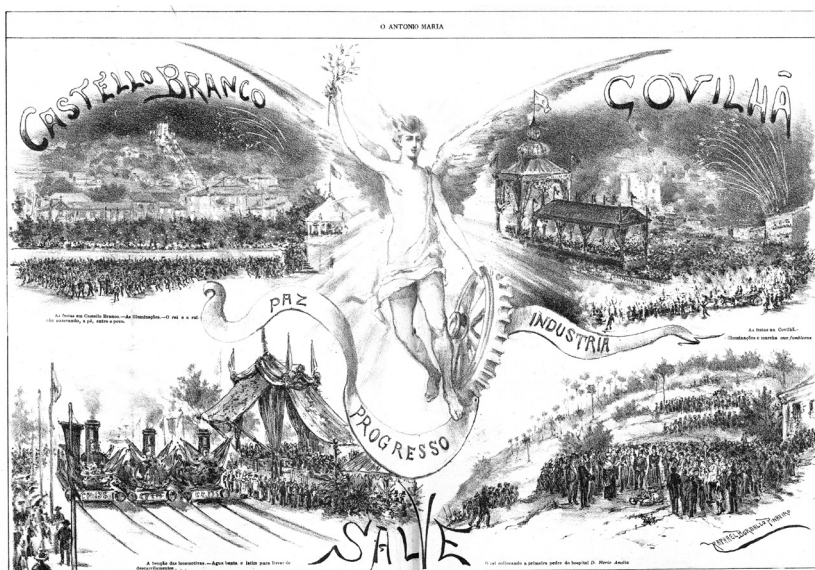


Fig. 4 – “Paz / Progresso / Industria”. O Antonio Maria, 12 de Setembro de 1891.

Mais à frente, no mesmo número, em página dupla (p. 220-221), encontram-se imagens das festas em Castelo Branco e na Covilhã pela chegada do comboio, incluindo “A bênção das locomotivas. – Agua benta e latim para livrar de descarrilamentos...”, *en bas de page*, três locomotivas e ao centro da dupla página uma figura alada (Mercúrio) segurando uma roda dentada e por baixo uma faixa onde se proclama: “Paz / Progresso / Industria”.

Os *Pontos nos ii* (N.º 112 de 30 de Junho de 1887, p. 201) dão conta que “Chegou no dia 25 ás Caldas da Rainha a primeira machina do caminho de ferro. Que brevemente será aberto á exploração”, texto acompanhado de uma interessante imagem dos festejos locais. A ilustração é marcada por um estandarte que tremula ao vento e onde se proclama “Viva o Progresso”, ainda pela imagem da chegada da fumegante locomotiva à estação engalanada e apinhada de caldenses a fazer lembrar a descrição de Fialho de Almeida aquando do “recebimento na Covilhã” da família real: “*E d’uma banda e outra, magotes de curiosos, agricultores, operarios, rendeiros, mulheres e creanças da cidade e povos da serra e vales da Beira*” (Almeida, 1891: 27). A ilustração mostra, em primeiro plano, um bando de animados cidadãos – entre os quais o próprio Bordalo – dando fogo a foguetes.

Mas não só as inaugurações de linhas de caminho-de-ferro foram registadas por Bordalo. Nos *Pontos nos ii* (N.º 191 de 10 de Janeiro de 1889, p. 15) temos o “*Fiel retrato de um descarrilamento levado a effeito na linba de Torres, na noite de 5 do corrente*” e o seguinte escrito: “Ponde aqui os olhos, meus riquinhos senhores da companhia, ponde os olhos n’esta *disgracia*, e lembrae-vos dos pobres desgraçadinhos que *sem reumathico* fazem a viagem das Caldas [...] tende dó, illustres senhores directores, dos desgraçadinhos aleijadinhos pelas viagens em caminhos de ferro e que, Deus Nosso Senhor, os livre de descarrilamentos...”. Acrescentou no final da página:

“Os descarrilamentos são insignificantes, no dizer dos telegrammas dos jornaes, exactamente como os duelos em Portugal são fingidos, até haver um em que morra alguém”.

Exposições

Como não podia deixar de ser, Bordalo acompanhou nos seus jornais as grandes exposições, quer industriais quer agrícolas realizadas no país, bem como aquelas que tiveram lugar no estrangeiro e onde Portugal esteve representado.

Foi o caso da *III Exposição Agrícola de Lisboa*, em 1884. N.º *António Maria* (N.º 258 de 8 de Maio de 1884, p. 148-149), em dupla página, brilhou sobretudo o belo pavilhão da Tapada da Ajuda cuja “construção é toda de ferro, assente sobre base d’alvenaria” (*Revista da Exposição Agrícola de Lisboa*, 1884: 42) e que foi erguido sob o risco do engenheiro-militar e architecto Luís Caetano Pedro d’Ávila (1832?-1904): “Collocado n’um dos mais bellos sitios dos arredores de Lisboa e dominando um panorama esplendido, o palacio da exposição agricola avantaja-se n’este ponto a todas as edificações do mesmo genero que se tem levantado no estrangeiro”.

Pedro d’Ávila, antigo *élève de l’École des Beaux-Arts*, de Paris, teve direito a uma referência e um retrato no número seguinte da mesma publicação (N.º 259 de 15 de Maio de 1884, p. 154) onde Bordalo disse: “Entre os que mais se esforçaram e contribuíram pelo seu trabalho, já material, já intelectual, para o excelente êxito da exposição agricola de Lisboa, figura em primeiro plano o ilustrado architecto Avila, cujo nome, conhecido e apreciado no estrangeiro e entre nós firmado de ha muito em estudos e construcções de reconhecido merecimento, acaba de conquistar mais um direito ao nosso elogio com a edificação elegantíssima d’aquella exposição. Registramol-o,

com o prazer com que costumamos registrar sempre as victorias do trabalho e as manifestações da intelligencia”.

Os *Pontos nos ii* (N.º 160 de 9 de Junho de 1888, p. 585) inicia um conjunto de artigos ilustrados sobre a *Exposição Industrial Portuguesa com uma Secção Agrícola* realizada na avenida da Liberdade, em Lisboa, “esse esplendido documento vivo do nosso progresso, da nossa actividade e da nossa produção”. No número seguinte da mesma publicação (N.º 161 de 15 de Junho de 1888, p. 593) para além duma vista geral da exposição, Bordalo desenhou o pavilhão central, o anexo da secção de minas e ainda o *chalet* do príncipe D. Carlos. Posteriormente, dando conta da “Exposição Industrial”, Bordalo não se esqueceu de fixar em imagens (não assinadas) pavilhões mais “modernos” como o “*Annexo de ferro da Empreza Industrial Portuguesa, a Santo Amaro*” (Fig. 5) e a “*Instalação da magnifica serralheria de Dauphiné e Castay, a Santo Amaro*” (N.º 168 de 3 de Agosto de 1888, p. 653 e p. 656).

Em 1891 representaria n’O *António Maria* (N.º 331 de 26 Novembro de 1891, p. 297) o Palácio de Cristal portuense aquando da *Exposição Industrial Portuguesa* que então teve ali lugar. O edifício da autoria do architecto (e poeta) britânico Thomas Dillon Jones (1819-1869) – já então com um quarto de século pois foi inaugurado em 18 de Setembro em 1865 para acolher a grande *Exposição Internacional do Porto* desse ano –, tem a seu lado, nesta ilustração de Bordalo, um exuberante Zé Povinho. Assim legendou Bordalo o croquis: “O *Antonio Maria* saúda com o mais quente e ferveroso entusiasmo a cidade do Porto, alegremente convencido de que a patriótica sympathia que a actual exposição tem despertado traduz a esperançada atenção com que os poderes do estado e o povo vão considerando o trabalho nacional”.

É claro que as grandes exposições no estrangeiro – e, nomeadamente, as polémicas com as participações lusas – também não escaparam à



Fig. 5 – “Anexo de ferro da Empresa Industrial Portuguesa, a Santo Amaro”. *Pontos nos ii*, 3 de Agosto de 1888.

sua pena. As páginas de Bordalo sobre estas representações nacionais atingem outro patamar pois são quase sempre olhados, como escreveu José-Augusto França, como “eventos [que] são vistos através da lente deformante do humor gráfico” (França, 1981: 3)

Particularmente acutilante foram as páginas – mais de cinco dezenas – dedicadas à delegação portuguesa na Exposição Universal de Paris de 1889, em concreto contra o “Soberano Visconde, Gerador da Exposição da Avenida e de Paris, e de todas as exposições visíveis e invisíveis” (*Pontos nos ii*, N.º 197 de 21 Fevereiro 1889, p. 62).

Em número especial de fim-do-ano do mesmo jornal, escreveu Bordalo: “Em fevereiro d’este anno de 1889 [...] os *Pontos nos ii* entraram em campanha contra os actos do sr. Visconde de Melicio” e, mais à frente, “A salutar campanha de fevereiro e março de 1889 contra o sr. Visconde de Melicio, deu em resultado a representação em Paris do que ha de mais importante como expressão da nacionalidade portugueza – a sua Agricultura e as suas Colonias” (p. 2). Bordalo seria então chamado por Mariano de Carvalho para “collaborar artisticamente na nossa exposição agrícola e colonial” tendo começado por criticar “exteriormente o pavilhão *portuguez* que [...] havia phantasiado” manifestando que “melhor ainda, teria sido [...] a reprodução da torre de Belem [...] construcção que de certo seria adquirida no fim da Exposição pela municipalidade de Paris, como ornato indispensável da margem esquerda do Sena...”.

Seleccionámos uma única imagem de Bordalo sobre a presente exposição (Fig. 6), que foi dada à estampa nos *Pontos nos ii* (N.º 214 de 21 de Junho de 1889, p. 193) com o título “De Paris a Lisboa” e onde o “Comité Português”, presidido pelo omnipresente visconde de Melício, é comparado com a Torre Eiffel então erguida no *Champs-de-Mars* símbolo primeiro da Exposição Universal de Paris desse ano. Diz a legenda: “A Commissão portugueza a maior de todas da Exposição, maior do que a torre Eiffel, não tem tido até hoje cabeça, tem estado com uma caraça sem nada atraz. Quartel general em Abrantes, tudo como d’antes”.

Um pequeno excursu. Foram inúmeras as representações da Torre Eiffel nos *Pontos nos ii* em 1889. Vistas gerais, pormenores, quase sempre assinadas por Bordalo. Assim aconteceu, por exemplo, com a página de rosto do número de 5 de Janeiro desse ano, mas, também, no mesmo jornal, a 21 de Março. Ocorreram-nos, a propósito, as palavras de Oliveira Martins sobre a Torre de 300 metros: “[...] a Torre



Fig. 6 – “De Paris a Lisboa”. *Pontos nos ii*, 21 de Junho de 1889.

Eiffel não passa de um pilar de ponte elevado à décima potência e em que o pasmo do vulgar se explica pela confusão comum do grande com o grandioso. Bem pequeno era o Parténon! [...] E por 300 metros que tenha, como tem, a Torre Eiffel, nem lá do alto se pode ver o futuro: apenas se vê o formigueiro de gente ávida de prazer, cega de curiosidade, morta de canseira, revolvendo-se nas ruas, nos passeios e nos quiosques da grande feira do ano de 1889” (Martins, 1957: 171).

Nove anos mais tarde Bordalo voltaria ao tema das exposições, ora n’*O Antonio Maria* (N.º 473 de 7 de Julho 1898, s/p) com o desenho “Portugal na Exposição de Paris”, certame que realizar-se-ia em 1900 sob o tema “*Le bilan d’un siècle*”. No centro do seu argumentário, de novo, o que deveria ser a participação nacional. “Teem divergido muito as opiniões sobre o que Portugal deve mandar á exposição e Paris. A respeito de instalações isso já está assente: vão os sete castelos do diabo da Feira Franca com Ormuz, Cananor, Malaca, etc, com *baixos* de funilleiros, bolachas, iscas com batatas e outras syntheses de igual concepção, e mais o auctor de tão geniaes ideias, tudo devidamente empalhado e enqueixado”.

Os Armazéns Grandela

É sabido que os *grands magasins* surgiram em meados do século XIX aquando das transformações urbanísticas que tiveram então lugar. *Le Bon Marché* (1852), *Printemps* e *Samaritaine* (1865), em Paris, tornaram-se o modelo da “*cathédrale du commerce moderne, solide et légère, faite pour un peuple de clientes*” (Zola, 1883: 282).

A uma década do fim do século XIX, Bordalo registou numa página d’*O Antonio Maria* (N.º 311 de 2 de Julho de 1891, p. 144) os importantes melhoramentos inspirados na arquitectura daqueles armazéns parisienses e então realizados por Francisco Grandella (1853-1934)

no seu estabelecimento da Baixa lisboeta (Fig. 7). E escreveu: “A imprensa diária festejou largamente a inauguração d’aquelles importantíssimos armazens, que veem pôr uma nota de elegancia e de comodidade na



Fig. 7 – “Os Grandes Armazens Grandella & Comp.a”. O Antonio Maria, 2 de Julho de 1891.

nossa vida comercial. [...] E limitamo nos por isso á publicação d'uns *croquis*, como simples registro do acontecimento e em homenagem a Grandella, o empreendedor arrojado, o trabalhador infatigavel, o caracter honesto e o espirito culto de portuguez são, a cuja iniciativa fica Lisboa devendo o seu melhor estabelecimento, e as industrias nacionaes hão de vir a dever, estamos certos, um valioso auxilio para a sua larga desenvoltura”.

Em estudo sobre a arquitectura do ferro em geral, mas com um capítulo dedicado aos *grands magasins*, Bertrand Lemoine salientou como o recurso ao ferro “*a permis la création d'espaces de transparence et de fluidité, faits pour mettre en valeur la marchandise et séduire la clientèle*” (Lemoine, 1986: 206), acrescentando, de seguida, que o mesmo material “*a autorisé la construction d'escaliers monumentaux dignes des opéras*” (Lemoine, 1986: 206). Espraçando-se ao longo de uma página do jornal, o interior d'Os *Grandes Armazens Grandella & Comp.^a* desenhado por Bordalo ilustra bem as capacidades do ferro referidas pelo autor francês.

A página inclui ainda uma tripla dedicatória aos obreiros desses melhoramentos saída da pena de Bordalo: “Ao Architecto Ascensão Machado / Ao Mestre de Empreitada João Pinto dos Santos / Ao Mestre de Construcção Metallica José Gonçalves Onofre / Muitos Parabens”. Parece-nos particularmente significativa a nomeação do *Mestre de Construcção Metallica* pois tal pode ser lida como uma homenagem à utilização de estruturas metálicas à vista nos edifícios numa “estética apropriada à era da indústria” (Kuhl, 1998: 33).

A Casa de Ferro

Sinal dos tempos, Bordalo haveria de desenhar n'Os *Antonio Maria* (N.º 318 de 20 de Agosto de 1891, p. 198) a casa de ferro (Fig. 8)



Fig. 8 – “Construcções d'aço e ferro – Société Anonyme des Forges d'Aiseau”. *O Antonio Maria*, 20 de Agosto de 1891.

efemeramente erguida nesse ano no Aterro da Boavista por Joseph Danly (1839-1899), industrial belga com fábrica em Aiseau perto de Charleroi. Sob o título “*Construcções d'aço e ferro – Société Anonyme des Forges d'Aiseau*” lia-se naquela página: “Está agora a construcção no Aterro uma casa toda de ferro, amostra de construcções do mesmo genero exportadas da Belgica para a Africa e America do Sul. É bom que os nossos industriaes ponham os olhos n'essa construcção, para ver que genero de trabalhos devem também executar e expedir para as nossas colonias d' Africa, o exemplo do que hoje se faz nas officinas de França, da Belgica e da Inglaterra”.

Dessas *maisons démontables* ou *maisons métalliques*, assim designadas por empresas belgas e francesas, ou *portable buildings* e *exported*

buildings, por firmas britânicas da altura, as cidades de Luanda e Maputo guardam até aos dias de hoje dois exemplares – sendo o de Luanda designado como Palácio de Ferro – que na falta de uma autoria segura são ambos atribuídos a Gustave Eiffel como acontece, amiúde, quando se fala em construções metálicas, seja em Portugal, seja no estrangeiro. Dito por outras palavras: “*Le plus célèbre des entreprises de construction métallique n’était pas la plus important, même si le nom Eiffel reste aujourd’hui synonyme de charpente en fer*” (Lemoine, 1986: 300).

Indústria nacional

Em pelo menos dois momentos distando entre si quatro anos Bordalo desenhou páginas de incitamento à protecção da indústria nacional.

Foi, com efeito, nos *Pontos nos ii* (N.º 108 de 2 de Junho de 1887, p. 169) que apareceu a primeira dessas referências espoletada pela opção oficial de mandar “fazer em Londres as caldeiras do Quanza”. O desenho de Bordalo retrata um velho e frágil marinheiro luso entregando um saco de libras a um anafado John Bull, tendo como pano de fundo um conjunto de oito chaminés fumegantes e o navio Índia no centro da ilustração. Escreveu Bordalo: “E assim continuam os nossos dinheiros a engordar os bolsos de *John Bull*, enquanto o operario portuguez cruza os braços por não ter que fazer e as chaminés das fabricas nacionais não deitam fumo, ao passo que as das fabricas inglesas vão fumando as libras sterlinas que nos sahem da algibeira”.

Quatro anos passados, sabê-mo-lo a desenhar uma outra página de “Protecção á industria Nacional” (Fig. 9) publicada agora n’*O Antonio Maria* (N.º 317 de 13 de Agosto de 1891, p. 192). Este curioso desenho de Bordalo onde pululam fábricas e um grande número de chaminés



Fig. 9 – “Proteção á industria Nacional”. *O Antonio Maria*, 13 de Agosto de 1891.

fumegantes retrata ainda alguns elementos do governo, também o Povo (Zé Povinho), o Comércio, “nós todos” – conjunto de vários rostos entre os quais o do próprio autor – terminando com um

virulento Zé Povinho pontapeando energicamente a “Industria Extran-geira”. Juntando as diversas legendas da página podemos ler: “Não é só o governo que tem de olhar e proteger a industria nacional / É o Povo... / É o Commercio... / Somos nós todos. / É necessário isto. / – Zás! Fóra! / Sejam os portugueses em tudo”.

6. A Fábrica de Gás de Belém

Este inventário sumário de imagens de indústria na obra gráfica de Bordalo ficaria incompleto se não se incluísse nele três páginas, diríamos de sinal contrário às anteriores, páginas que nasceram não a favor desta ou daquela fábrica ou indústria mas manifestamente contra a construção da Fábrica de Gás em redor da Torre de Belém. Na sequência de um concurso internacional a *Gaz de Lisboa*, em conluio com a Câmara de Lisboa, iniciaram em 1888 a construção nos terrenos à volta da Torre de Belém de um complexo fabril que, anos mais tarde, poderia ser descrito assim: “gasómetros telescópicos com 20 m de altura, 40 de diâmetro e 20.000 m³ de volume; casas das máquinas e caldeiras, oficinas, depósitos, armazéns, sala de condensadores horizontais e verticais, sala de lavadores e *scrubbers* com mais de duas dezenas de metros e uma soberba escada em caracol; baterias de fornos, cisternas, habitações, pavilhões, cocheiras, telheiros, garagens e a(s) chaminé(s) de 35 metros de altura – que, afinal, viriam a ser duas, com 50 metros – tudo junto, bem junto, a uma Torre que pouco ultrapassa os 30 metros...” (Ramos, 2003: 95-96).

Se não bastasse este rol de construções heteróclitas erguidas à sombra da Torre, que os textos e os desenhos mostram que foram sentidas pelos patrimonialistas de então como sinal do “*abandalhado rebaixamento a que, perante as suas tradições historicas e artisticas, podia chegar a degeneração de uma raça*” (Ortigão, 1896: 84), sabemos que foi equacionada ainda “a faculdade, para os concessionários,

de instalarem *na própria Torre de Belém* os escritórios da fábrica!” (Dias, 1940: 69).

Voltemos a Bordalo. Seis meses depois de começarem as obras da Fábrica de Gás, o nosso autor mostrou o seu desagrado. Como escrevemos noutra lugar a sua ilustração intitulada “O Novo Gazometro” (Fig. 10) publicada nos *Pontos nos ii* (N.º 183 de 16 de Novembro de 1888, p. 274) foi “cronologicamente, quanto sabemos, o primeiro manifesto “contra” a fábrica de gás em Belém” (Ramos, 2003: 102), bem antes de outros nomes sonantes se terem pronunciado sobre a questão: o olisipógrafo Júlio de Castilho só o faria em 1892 no volume V d’*A Ribeira de Lisboa*, Ramalho Ortigão na 1.ª edição (1896) do seu *O Culto da Arte em Portugal* e Sousa Viterbo, também 1896, em editorial do *Diário de Notícias* de 17 de Setembro, sob a epígrafe



Fig. 10 – “O Novo Gazometro”. *Pontos nos ii*, 16 de Novembro de 1888.

“A Torre de Belem”. Acompanhando o desenho que retrata num traço esquemático a torre e o gasómetro, lê-se na legenda: “Aspecto que a tórre de Belem – um dos mais primorosos monumentos nacionaes – vae apresentar aos estrangeiros que entram a barra. Um gazometro entre a torre de Belem e o convento dos Jeronymos, é, sobre um cumulo de boa administração camararia, um cumulo de bom gosto artístico”.

Igual postura teve Bordalo com a ilustração intitulada “Abaixo assignado” estampada três anos mais tarde n’*O Antonio Maria* (N.º 319 de 28 de Agosto de 1891, p. 206). Consta de uma imagem da torre e do gasómetro e um texto dirigido ao “sr. ministro da instrucção publica e bellas artes” que rezava assim: “Os redactores, collaboradores, leitores e não leitores do Antonio Maria teem a honra de ponderar ao sr. ministro da instrucção publica e bellas artes que, visto as companhias do gaz serem agora uma só e não necessitarem de tantos gazometros, seria decoroso para o paiz libertar a torre de Belem da vergonhosa visinhança com que a dotaram a estupidez e a ganancia dos srs. Argentarios”.

Bordalo regressou ao tema volvidos alguns meses, também n’*O Antonio Maria* (N.º 332 de 4 de Dezembro de 1891, p. 308), com “O Sr. Conde e a Divina Providencia” onde o principal papel ficou reservado para o 1.º conde do Restelo, o famoso farmacêutico Franco, de seu nome completo Pedro Augusto Franco (1833-1902), que foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Belém e posteriormente presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 1894 a 1897 e de 1899 e 1901. Ajoelhado sobre a areia da praia, com a silhueta da Torre e do Gasómetro em fundo, o roliço conde supplica, de mãos ao alto, o achego divino, como escreveu então Bordalo: “Implora o sr. conde o auxilio da Divina Providencia para que ella o ajude e inspire. A nossa crença nas suas relações com a respeitavel proprietaria do famoso olho do famoso triangulo será sem tara quando o sr. conde

/ conseguir expulsar da praia do seu título e de cima da formosa Torre o odiável gazometro, / quando a sua polícia disser ao dito gazometro o que costuma dizer á gente: *Ande lá p'ra diante*”.

Recorde-se que a questão do afrontamento da Torre de Belém pela Fábrica de Gás só findaria em meados do século XX. Assim, depois de Bordalo vários ilustradores dariam à estampa as suas criações, como aconteceu desde logo Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro que publicou o desenho “Pobre Noiva!...” n’*O Antonio Maria* (N.º 442 de 8 de Outubro de 1896, p. 217). Mas também, entre outros, Alonso (pseudónimo de Joaquim Guilherme Santos Silva) n’*O Thalassa* (6 de Março de 1913, p. 6), Stuart de Carvalhais com “Quim e Manecas” n’*O Seculo Comico* (XIX ano, n.º 979, 7 de Agosto de 1916), Rocha Vieira com “Mais um Puxo” também n’*O Seculo Comico* (XXII ano, n.º 1136, 22 de Setembro de 1919) ou F.[rancisco] Valença nos *Écos de Belém* (ano I, n.º 16, 16 de Agosto de 1932). Outro conhecido ilustrador e aquarelista, Alberto de Sousa, retomaria em 1919 o afrontamento de Belém com o conhecido cartaz “*Salve-se a Torre de Belem!*”.

Conclusão

Percorridas algumas centenas de páginas d’*O Antonio Maria* e dos *Pontos nos ii* ficou esboçado o que Bordalo desenhou (e escreveu) sobre os tópicos enunciados no encabeçamento deste texto.

A impressão mais funda que o estudo dessas páginas nos deixa é que Bordalo compreendeu os novos tempos industriais que se processavam à sua volta. Por isso, se essas páginas de Rafael Bordalo Pinheiro são interessantes para a história da arte e história da imprensa, são-no, sem dúvida também, para a história da indústria como tentámos mostrar no texto e nas ilustrações que aqui ficam.

No que respeita às imagens um problema que tivemos que enfrentar prende-se com o número limitado de reproduções a incluir no artigo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fialho de (1891), *Os Gatos*, n.º 31. Porto: Typ. da Casa Editora Alcino Aranha & C.ª
- CASTILHO, Júlio de (1944), *A Ribeira de Lisboa*, vol. V, Lisboa, C.M.L., 1944, p. 171 [1.ª ed., 1892].
- COTRIM, João Paulo (2005), *Rafael Bordalo Pinheiro. Fotobiografia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DIAS, Jaime Lopes (1940), “A Nova Fábrica do Gás”, *Revista Municipal*, Ano I, n.º 3, 69.
- FRANÇA, José-Augusto (1981), *Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- GUIMARÃES, Ricardo (1869), *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Pariz e Londres*. Porto: Viuva Moré – Editora
- KLINGENDER, Francis (1968), *Art and the Industrial Revolution*. London: Paladin
- KUHL, Beatriz Mugayar (1998), *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua Preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- LEMOINE, Bertrand (1986), *L'Architecture du Fer. France: XIX^e Siècle*. Seyssel: Champ Vallon.
- LINO, Raul (1950), *Parecer da Junta Nacional de Educação*, de 21 de Agosto de 1950, Arquivo Histórico do Ministério da Educação.
- MARTINS, Oliveira (1957), *Política e História*, vol. II. Lisboa: Guimarães Editores.
- ORTIGÃO, Ramalho (1891), *A Fabrica das Caldas da Rainha*. Porto: Typographia Occidental.
- ORTIGÃO, Ramalho (1896), *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira, Livreiro-Editor.
- PINHEIRO, Elisa Calado (coord.) (2016), *Rota da Lã Translana. Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira-Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Covilhã: Museu dos Lanifícios.
- RAMOS, Paulo Oliveira (2003), *A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo. Um Estudo de História do Património de Lisboa: 1888 – anos 50*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta (dada à estampa em 2018 com o título: *A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo ou a Torre de Belém vs. a Fábrica de Gás: um longo combate pelo Património*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses).
- RAMOS, Paulo Oliveira (2007), A Fábrica de Rafael Bordalo Pinheiro, *Arqueologia Industrial*, 4.ª série, volume III, (1-2), 61-67.
- Revista da Exposição Agrícola de Lisboa* (1884), Lisboa. N.º 2 (22 de Maio).
- ZOLA, Émile (1883), *Au Bonheur des Dames*. Paris: G. Charpentier, Éditeur.

Imagens cedidas pela Hemeroteca Municipal de Lisboa.

**A ARTE DO FERRO FORJADO NA CIDADE DO MONDEGO.
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Regina Anacleto
Professora da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra (Jubilada)
regina.anacleto@netcabo.pt

Coimbra, nos finais do século XIX e inícios do XX apenas saía da pacatez que a envolvia quando festejava qualquer santo da sua devoção, quando se realizavam as tradicionais feiras, romarias e festas populares ou quando aqui se deslocavam personalidades, quase sempre, do foro político ou cultural. Nessa ocasião, o quotidiano das gentes do burgo sofria alterações.

Na urbe, *grosso modo*, intelectuais e artífices movimentavam-se em quadrantes espaciais diferentes e, enquanto os primeiros, gravitavam em torno da velha alcáçova, os segundos haviam-se instalado preferencialmente na zona baixa, já fora de portas, em ruas estreitas, que se desenrolavam circularmente em torno dos quase inexistentes muros, apenas a adivinharem-se no perímetro urbano da cidade. É verdade que na zona da Alta também se encontravam instalados artesãos, mas relacionados, quase sempre, com aspetos culturais; refiram-se, como exemplo, os operários que exerciam a sua atividade nas diversas tipografias ali sediadas.

No entanto, em Coimbra, o desenvolvimento industrial era lento e penoso, até porque se tratava de uma terra quase provinciana, de poucos recursos económicos, onde muito pouco havia para investir.

Mesmo assim, nos finais de Oitocentos, existiam na cidade, embora com relevância diversificada, várias fábricas; algumas delas, apesar de apelidadas como tal, não ultrapassavam a dimensão de meras oficinas ou de pequenas unidades fabris.

Recorde-se a sociedade “Aníbal, Lima & Irmãos”, de fiação e tecelagem, fundada em 1887 e que, quando em 1894 instalou no Rego de Benfins, próximo de Coselhas, a *Fábrica conimbricense de artefactos de malha* introduziu em Coimbra a indústria algodoeira; o grupo altera o pacto social no ano de 1913 e, provavelmente, na sequência, constrói uma nova fábrica na Rua do Gasómetro (atual João Machado), passando a designar-se “Aníbal de Lima & Irmão, L.^{da}”. Encerrou em 1978.

Do outro lado do rio, em Santa Clara, mais concretamente na Rua da Feitoria dos Linhos, localizava-se a *Fábrica de sabão*, fundada em 1871 por Augusto Luiz Martha, ainda a laborar no ano de 1983 sob a designação de “Augusto Luiz Martha, Sucessores, L.^{da}”.

A *Fábrica de lanifícios de Santa Clara*, instalada no antigo convento de S. Francisco, também na margem esquerda, girando sob o nome de “Peig, Planas & C.^a”, iniciou a sua atividade em 1888; no ano de 1983 ainda se mantinha aberta com o nome de “Clarcoop. Tecidos e confecções”, mas encerrou definitivamente as portas em 1994.

A *Cerâmica de Coimbra, L.^{da}*, trabalhava o barro, pelo menos desde 1867, num local que se situa entre a Rua Direita, o Quintal do Prior e o Terreiro da Erva.

O *Conimbricense*, em 1891, referia ainda a existência, em Coimbra, de fábricas de massas, de moagem e de padarias. Seis anos depois, o mesmo periódico informa, especificando-as, que se podem encontrar em Coimbra trinta e uma fábricas.

A fundição e a serralharia apresentavam então um certo desenvolvimento, não só porque existiam estabelecimentos em número conside-

rável, como porque eram credenciados, dado que recebiam “numerosas encomendas para esta cidade, e para fora d’ella”.

Acerca do assunto, *O Conimbricense*, em 1891, escrevia: “Da fundição ha em Coimbra os estabelecimentos dos srs: Manoel José da Costa Soares, rua da Sophia. José Alves Coimbra, rua das Solas. E de serralheria temos conhecimento das seguintes officinas: Eduardo & Almeida, rua da Magdalena. Joaquim Diniz de Carvalho, largo da Fornalhinha. Antonio Diniz de Carvalho, rua da Gala. Augusto Diniz de Carvalho, rua das Padeiras. Francisco Marques da Costa, Paço do Conde. José Pedro de Jesus, rua das Solas. José Simões Paes, Ameias. José dos Santos Donato, rua da Moeda. João Lopes Junior, rua da Sophia. José Miguel Cabral, rua Direita. Francisco Nogueira Secco, terreiro da Erva. João Pedro de Jesus, Ameias. Manuel Pedro de Jesus, rua da Magdalena. António Gomes, rua da Moeda. Antonio da Silva Espingarda, rua das Solas. Justiniano Gomes Ferreira, rua de Borges Carneiro. Bento Ferreira, claustro de S. Salvador. José Dias Ferreira, rua dos militares. Também junto á serralheria dos srs. Eduardo & Almeida está a officina de carruagens dos srs. Bento Rocha & C.^a. E o sr. Manoel José da Costa Soares, além da fundição, tem officinas de carruagens e serralheria, e fabrica de moagens”.

Contudo, penso poder dizer que estas oficinas gravitavam em torno de trabalhos quase sempre relacionados com as necessidades do quotidiano, ou seja, com a lavoura e com os transportes.

Em 1878, António Augusto Gonçalves, homem dotado de grande capacidade de iniciativa e de vasta cultura, fundou a Escola Livre das Artes do Desenho (ELAD), o que lhe veio a permitir, mais tarde, impulsionar, em Coimbra, as artes industriais.

Na Associação dos Artistas, onde Gonçalves também era professor, ministravam-se aulas gratuitas de desenho, em horário pós-laboral, a fim de não colidirem com a atividade das classes laboriosas a que se destinavam. O Mestre apercebeu-se do interesse que os operários

demonstravam em ampliar os seus conhecimentos, mas estava consciente de que aquele não era o local mais conveniente para desenvolver determinadas capacidades absolutamente necessárias aos artistas. Para além deste óbice existiam outras motivações que conduziram à fundação da ELAD.

Teixeira de Carvalho dá a resposta a estas causas quando escreve que «A Escola Livre das Artes de Desenho foi criada por oposição ao ensino da Associação dos Artistas, todo cheio de peias e formulas dum burocratismo ridículo».

António Augusto Gonçalves, «comquanto discípulo, sócio e mestre da Associação dos Artistas», não se identificava com a orientação perfilhada naquela agremiação.

Na verdade, a criação da ELAD obedeceu “ao desejo de reunir todos os indivíduos que manifestavam aptidões artísticas, de propagar o estudo do desenho nas suas múltiplas aplicações às artes e às artes industriais, de tornar fácil e acessível a aquisição de conhecimentos sobre a forma de trabalhar os diversos materiais ensinando os princípios de estética indispensáveis à compreensão e interpretação das obras de arte” e os seus estatutos, embora com carácter provisório, foram aprovados na Assembleia Geral de 25 de outubro de 1880. Do Artigo 1.º salienta-se o desejo de impulsionar “todos os meios que possam favorecer em Coimbra, e mormente na classe operaria, o desenvolvimento do gosto, aperfeiçoamento das manufacturas e intelligencia das obras d’arte”.

No ‘Tugúrio de Almedina’, onde as relações entre professores e alunos se estreitavam e confundiam, formaram-se serralheiros, canteiros, escultores, marceneiros, entalhadores, ceramistas e pintores, que procuraram colher ensinamentos válidos no campo da história da arte, quer através de conferências, verdadeiras lições, proferidas por alguns eminentes vultos deste ramo do saber ou, sempre que tal o justificasse, deslocando-se às terras circunvizinhas, a fim de, *in loco*, observar pormenorizadamente os monumentos. Ninguém ignora que,

em história da arte, a análise das peças se torna tão necessária, quanto a investigação, porque saber ver, é vital.

No contexto desta filosofia podem referir-se, apenas como meros exemplos, a visita ao “convento de S. Marcos” orientada por António Augusto Gonçalves, tendo “os artistas, encantados, fotografado diversos aspectos e modelado em barro alguns dos graciosos capitéis”; as deslocações a Lorvão e a Condeixa; e a excursão à Batalha e a Alcobaça que lhes permitiu visitar, para além destes monumentos, o castelo de Leiria e a capela de S. Pedro. Participaram ao todo vinte e quatro excursionistas, todos sócios, e “António Augusto Gonçalves fez várias prelecções sobre o assunto”.

Verdade seja que alguns dos lavrantes mais novos, poucos foram, acabaram a sua aprendizagem na Escola de Desenho Industrial Brotero, criada em 3 de Janeiro de 1884, certamente na sequência da política educacional do governo, mas também por causa dos resultados da ELAD, uma associação, que mais parecia uma confraria, onde se havia “encarnado a singular revivescência do espirito das antigas corporações de ofícios”. O referido estabelecimento de ensino, a fim de satisfazer as pretensões da cidade, acabou por ser transmutado em Escola Industrial Brotero através de decreto assinado pelo ministro Emídio Navarro a 10 de janeiro de 1889.

A Escola Livre não nasceu espontaneamente e, embora tenha sido, em Portugal, a pioneira, a verdade é que estabelecimentos deste tipo eram já preconizados naqueles países onde a indústria se encontrava mais desenvolvida e tecnologicamente mais avançada.

Em Inglaterra, no ano de 1832, antes de ser votada a lei eleitoral, na Câmara dos Comuns, discutiu-se a fundação de uma Galeria Nacional; ao longo do debate, referiu-se, pela primeira vez, a importância social da arte aplicada e um dos deputados chamou a atenção para a ligação íntima existente entre os interesses industriais e o encorajamento que devia ser dado às belas-artes. Posteriormente, o governo inglês nomeou uma comissão de inquérito que, ao elaborar o trabalho

de que fora incumbida, questionou acerca do assunto, não só os industriais, como também os técnicos que faziam os projetos e ainda os artistas e os membros da Real Academia; depois de analisadas as respostas, concluiu ser absolutamente necessária a criação de um organismo apropriado ao ensino e difusão das artes e que essa instituição, outra não podia ser, do que uma escola de desenho.

Realmente, bem elucidado e informado se encontrava Gonçalves, porque, para vitalizar as artes na cidade mondegua, verdadeiro alfofre de artistas na época renascentista, recorreu a meios que, embora já postos em prática noutros países cinquenta anos antes, ainda não tinham feito a sua entrada em Portugal. A cidade e os artistas que dessa Escola saíram, muito lhe devem.

A tradição artística coimbrã assentava as suas bases na pedra, não no ferro. Deste, nos alvares do século XX, e, pese embora, a existência de vários estabelecimentos 'industriais' deste ramo, poucos testemunhos significativos se encontravam na cidade, enquanto que, daquela, começaram a surgir, espalhados um pouco a esmo, como dizia Augusto Mendes Simões de Castro, no seu *Guia histórico do viajante no Bussaco*, "verdadeiros primores do escopro e do cinzel".

Existem muitas razões válidas capazes de explicar este surto artístico, que passa pela proximidade física dos trabalhos dos mestres escultores renascentistas, sem nos esquecermos da relativamente curta distância a que se encontram as pedreiras de Ançã; os blocos dali extraídos, brancos, macios e dóceis, permitem um trabalho fácil e de bonito efeito.

A partir do início da segunda metade do século XIX começaram a realizar-se, principalmente na Europa, Exposições Universais, antecedidas, em cerca de noventa anos, pela efetivação, sobretudo em França e em Inglaterra, de pequenas mostras industriais, que muito contribuíram para o desenvolvimento dos respetivos países; estes certames animavam o aparecimento de novos inventos e funcionavam como parte fundamental da engrenagem da sociedade industrial;

nessas apresentações as máquinas não serviam o fim a que se destinavam, mas convertiam-se em objetos destinados a ser observados pelos espectadores, maioritariamente (potenciais) profissionais.

As Exposições Universais eram, para o país que as organizava, a expressão do espírito de emulação, de criatividade, do desenvolvimento comercial e industrial, do estatuto das relações económicas internacionais, da afirmação do prestígio nacional, da focalização das questões sociais e da valorização da missão educativa; além disso, estas mostras funcionavam ainda como espelho da sociedade, como festa política, como meio de propaganda e de demonstração de poder. Evidenciava-se ainda a relação direta que se estabelecia entre produtores, comerciantes e consumidores.

Durante todo o século XIX a indústria do ferro (primeiramente empregue como fundido, depois forjado e finalmente sob a forma de aço) progrediu, foi utilizado na arquitetura e toda a sua evolução se encontra patenteada nessas exposições.

Em 1900, a Exposição Universal de Paris atraía sobre si as atenções de todo o mundo civilizado. António Augusto Gonçalves não podia ficar indiferente a esta manifestação e, por isso, vencidas algumas dificuldades, ei-lo a caminho da Cidade das Luzes, afim de, *in loco*, entrar em contacto com as maravilhas ali patenteadas. Imagine-se o impacto que a mostra exerceu sobre este homem inteligente e artista, saído de uma longínqua cidade de província, com foros e pergaminhos de culta, mas isolada, fechada e distante de tudo quanto fosse civilização e progresso.

A secção de *ferronnerie* “prendeu-lhe muito as vistas e criou-lhe sonhos”. Questionava-se acerca das razões impeditivas de se produzirem peças idênticas em Coimbra, até porque os resultados expressos naquele setor se encontravam dentro da linha de pensamento de uma época que se iniciara alguns anos antes, quando o trabalho em série, feito pela máquina, começou a ser posto em causa. A personalidade e a originalidade do artista deixavam de ter peso na peça fabricada

e António Augusto Gonçalves não aceitava de bom grado este facto, até porque ele, na sua Escola Livre orientava os alunos na composição e na execução da peça, mas ‘impunha-lhes’ a obrigatoriedade de o não seguirem servilmente, mantendo e vincando o seu subjetivismo e individualidade.

Ainda a quilómetros de distância, Mestre Gonçalves relembra e analisava os trabalhos de ferro enviados pelos artistas conimbricenses às últimas exposições locais e constatava que as peças apenas patenteavam habilidade manual.

No regresso, interrogava-se acerca do caminho a trilhar, a fim de modificar este estado de coisas e sonhava desenvolver, em Coimbra e com o ferro, uma arte que atingisse nível similar ao da pedra. Confiou o desejo ao Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, o bom Quim Martins, que tanto ajudou, com a pena e com a amizade, os artistas mondeguintos, e transmitiu-o também a João Machado, o burilador para quem a pedra não tinha segredos.

A ideia foi germinando e Machado, um belo dia, com quatro pedras, improvisou, ao canto da sua oficina, uma incipiente forja, a fim de tentar manufaturar um florão, destinado a servir de puxador de gaveta. O ferreiro a quem pedira emprestados os utensílios necessários, veio ver e ensinou-o a bater o ferro. O artista entusiasmou-se e pôs de parte, durante algum tempo, o seu amor pela pedra, chegando mesmo a debuxar e a forjar algumas peças.

Assim ressurgiu, em Coimbra e acalentada pela ELAD, uma arte que, durante longos anos, sofrera as consequências do desprestígio; a sua certidão de batismo, que não a de nascimento, foi passada quando Manuel Pedro de Jesus bateu, segundo um desenho e com direção de António Augusto Gonçalves, uma grade para o monumento funerário que então se erigiu no cemitério da Conchada em memória de Olímpio Nicolau Rui Fernandes, o fundador e principal dinamizador da Associação dos Artistas, coletividade criada em 1862. Olímpio Nicolau Rui Fernandes, homem que, nascido em Lisboa, se radicara em Coimbra,

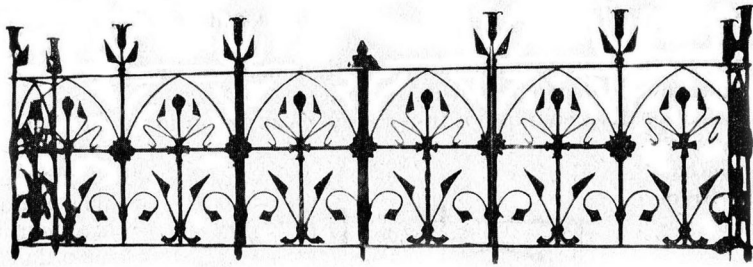


Fig. 1 – Grade. Manuel Pedro de Jesus

onde exerceu o cargo de Administrador da Imprensa da Universidade, maçom convicto, morreu na casa que habitava na Rua da Ilha, a 02 de abril de 1879.

O arquiteto Augusto de Carvalho da Silva Pinto aderiu mais tarde a este movimento, mas nem por isso deixou de, ao longo dos tempos, o impulsionar ativamente; nascido em Lisboa, depois de ter sido professor na Escola Superior de Belas-Artes deslocou-se a França, a fim de aí aprofundar os seus conhecimentos. Regressou em 1895 e radicou-se em Coimbra, terra que adotou como sua e onde, para além de ter sido diretor e professor da Escola Industrial Brotero e de ter colaborado com a Escola Livre das Artes do Desenho, deixou numerosos trabalhos, alguns deles também relacionados com a arte do ferro.

António Augusto Gonçalves entregou-se ao ressurgimento do trabalho em ferro com o mesmo fanatismo que lhe era reconhecido no respeitante às outras artes e “encontrando” em Manuel Pedro de Jesus que, por volta de 1900, já era sócio da Escola Livre, aptidões excepcionais para a serralharia decorativa, incentivou-o a trabalhar nesse campo. O artista foi contemporâneo e participante, com João Machado, no desenvolvimento e na afirmação, em Coimbra, da arte do ferro forjado

Quando finalmente, em 1907, na Escola Industrial Brotero, começaram a funcionar as oficinas de marcenaria e talha, de serralharia, de cerâmica e de formação, Manuel Pedro foi nomeado mestre da de

serralharia, lugar que, em 1925, voltava a ocupar, sendo-lhe então reconhecida uma enorme competência e a capacidade de saber aliar a um profundo conhecimento prático da sua especialidade, a teoria necessária, para que o ensino resultasse profícuo e consistente.

Provavelmente, Manuel Pedro não se manteve ininterruptamente à frente da oficina de serralharia da Escola Industrial Brotero desde 1907 até depois de 1925, porque se sabe que, em 1914, foi exonerado, a seu pedido, do lugar de mestre da referida oficina António Maria da Conceição “que, enquanto ali esteve, desempenhou esse cargo de modo a merecer elogios de todo o professorado da referida Escola”.

A indústria contemporânea do ferro forjado renasceu em Coimbra com a nova centúria, viveu na cidade, mas espalhou-se por todo o país. Homens e mulheres de bom gosto e fartos meios económicos faziam as suas encomendas aos serralheiros do burgo, que também não eram esquecidos pelos arquitetos lisboetas e não só.

Adães Bermudes, arquiteto de Lisboa e engenheiro das construções escolares, em 1907, ao passar por Coimbra vindo de Viseu, demorou-se algumas horas para entregar os desenhos de umas varandas destinadas a decorar um grande prédio situado num dos mais concorridos lugares da capital e que ele projetara, a fim de elas serem executadas, em ferro forjado, por quatro artistas desta cidade. O convite foi considerado uma honra e a encomenda devia importar em 1:400\$00. As peças utilizam o estilo moderno e o ferro curva-se dando o recorte de animais em linhas elegantes, “formando uma renda de um desenho leve e cheio de espírito, sem perder a aparência de solidez que a natureza da matéria impõe como condição essencial”.

A execução deste trabalho foi entregue aos artistas António Maria da Conceição, João Gomes, Lourenço de Almeida e Manuel Pedro de Jesus; em setembro desse mesmo ano a primeira remessa da tarefa já havia sido enviada e o redator do jornal *Resistencia* soubera “que o arquitecto ficara satisfeitíssimo com a obra dos serralheiros de Coimbra”.

O *Noticias de Coimbra* tecera algumas observações acerca dos trabalhos que Adães Bermudes encomendara àqueles artistas e o *Resistencia* transcreveu os comentários: “Além desta tarefa, destinada a um edifício em construção na Avenida D. Amélia [atual Almirante Reis], em Lisboa, também o mesmo arquitecto confiou ao sr. Alfredo Fernandes Costa a execução de um portão no estilo D. João V, para o palácio do conde de Agrolongo. É com grande satisfação que tornamos públicas estas apreciações aos trabalhos dos nossos conterrâneos que tanto se têm dedicado pelo desenvolvimento da sua arte, deixando ganância para só honrarem os seus nomes de artistas e a sua terra”.

Raul Lino desenhava peças para eles forjarem; Álvaro Machado, quando viu, em Lisboa, a grade de um túmulo executada por Manuel Pedro de Jesus, teve esta expressão: “Mas como é que os serralheiros de Coimbra têm a liberdade para amoldar o ferro como desejam!?”. Afirmção feita por um arquiteto de reconhecido mérito que, por si só, era suficiente para legitimar a competência dos serralheiros aeminienses.

Em 1928 o comissário geral representante, em Portugal, da exposição de Sevilha convidou os artistas conimbricenses ligados à serralharia artística para participarem na exposição com trabalhos no estilo D. João V.

Também na exposição que Raul Lino levou a efeito, em Coimbra, nas salas do Instituto, onde apresentou, entre projetos, anteprojetos, plantas, esboços, fotografias, etc., trinta e nove peças, foi feita referência a trabalhos “de distintos artistas de Coimbra”, concretamente a João Machado, na escultura, e a Manuel Pedro de Jesus e a Lourenço Chaves de Almeida, no ferro forjado.

Raul Lino escolheu a cidade de Coimbra para expor os seus trabalhos, “de construção económica e em estilo português”, em virtude de se estar a programar o bairro do Penedo da Saudade, “onde ficariam muito bem prédios daquele tipo” e também porque “o meio artístico de Coimbra permit[ia] uma avaliação correcta da sua obra”.

No entanto, para sobreviver, a arte do ferro não podia apenas contar com encomendas vultuosas, teria de se democratizar, como bem dizia o Dr. Quim Martins e, para tal, fazer com que se tornassem necessários os objetos mais simples e de uso corrente, manufaturados naquele metal. A par com os grandes candelabros, com os leitos pompeianos, com os portões da Faculdade de Letras ou do Palácio da Justiça, teriam de surgir as grades das varandas, os pequenos portões de jardins, as bandeiras das portas, as tabuletas de anúncios, os gradeamentos dos muros, os portais dos jazigos, as pequenas grades de campas, os puxadores das gavetas e as dobradiças das arcas. Realmente, a arte do ferro, democratizou-se, a indústria vingou e, para além das peças que ainda hoje ornamentam tantas casas e causam orgulho aos que as fruem, Coimbra passou a ser, como lhe chamou Vergílio Correia, a “cidade das grades”.

Ninguém podia imaginar que nas negras e mal apetrechadas serralharias de Coimbra, entre as labaredas rubras das suas forjas e o ruído dos malhos tirando chispas fulgurantes dos vagalhões candentes, existia, latente, à espera de a despertarem, essa força criadora que transforma o ferro duro e de aspeto indomável em peças de requintado gosto artístico.

A serralharia artística de Coimbra renasceu com António Augusto Gonçalves e com o Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, na intimidade Mestre Gonçalves e Mestre Quim Martins, como lhe chamava a plêiade de artistas do ferro que foram seus discípulos: António Maria da Conceição (Rato), Albertino Marques, António Craveiro, Daniel Rodrigues, Lourenço Chaves de Almeida, Manuel Pedro de Jesus, José Domingues Baptista e Filhos, José Pompeu Aroso, e tantos outros. Das mãos dos ‘ferreiros’ saíram obras notáveis, capazes de marcar o ressurgimento daquela arte rude e maravilhosa que, em Coimbra, a partir de meados do século XIX, tanto tinha decaído, limitando-se, a bem dizer, ao fabrico de camas e de lavatórios, como se verificou na exposição, realizada em 1869, no salão da Associação dos Artistas.

Nesse renascimento, para além dos citados Gonçalves e Quim Martins, podem ainda referir-se os nomes de Manuel Pedro de Jesus e de João Augusto Machado, este também a tentar o ferro e o primeiro que, a partir de certo momento, lhe dedicou todo o seu saber e criatividade; por isso, os podemos apelidar de precursores da serralharia artística aeminiense.

A Câmara Municipal, logo em 1903, entendendo que devia encorajar a nova indústria, abriu concurso para a construção de um coreto destinado a ser colocado no recém-projetado Passeio Público que se iniciava no Largo das Ameias. Manuel José da Costa Soares, o artista que emprestara os utensílios a João Machado e o ensinara a bater o ferro, concorreu, a par com algumas firmas industriais sediadas no Porto.



Fig. 2 – Coreto. Manuel José da Costa Soares com desenho de Silva Pinto

Costa Soares era dono de uma alquilaria, sita à Rua da Sofia, na inacabada igreja de S. Domingos, onde, ao fundo, um pouco afastado da entrada, montara a forja. Mas os seus trabalhos de ferro já eram conhecidos, porque foi ele que arrematou a parte metálica do então Teatro-Circo e também é da sua autoria a cúpula metálica da Penitenciária, feita em 1887.

A comissão nomeada para apreciar as propostas que haviam sido apresentadas acabou por dar o seu aval à do referido industrial, porque, para além do mais, o seu projeto não era uma obra de catálogo, de fabrico em série, mas tratava-se de uma construção inédita. Contudo, foi “o modesto artista sr. João Gaspar, que na officina do sr. Manoel José da Costa Soares forjou as peças do corêto que a camara municipal mandou construir na Avenida Emygdio Navarro”.

A estrutura, posteriormente transferida para o Parque Dr. Manuel Braga, foi adjudicada a 18 de fevereiro do ano seguinte, e sabe-se, apenas através do que se encontra escrito em jornais publicados na cidade, que o arquiteto Silva Pinto, “um dos mais calorosos apóstolos do novo culto”, executara o seu desenho e que a edilidade tinha todo o interesse em entregar a obra a um artista da cidade, porque podia, deste modo, implementar a indústria nascente.

Os artistas conimbricenses do ferro iam batendo as mais diversas peças, trabalhando quase sempre isoladamente, mas expondo-as coletiva ou individualmente, tanto em mostras locais, como nacionais; contudo, quando elaboravam algum artefacto mais requintado, não se eximiam de o apresentar no Museu Machado de Castro, na Faculdade de Letras, ou na montra de algum estabelecimento comercial da Calçada.

Uma, talvez a primeira grande apresentação pública dos seus trabalhos fora da cidade, aconteceu em 1905, na exposição que o Grémio Artístico ou a Sociedade Nacional de Belas-Artes (as fontes divergem) anualmente realizava em Lisboa. Estiveram aí presentes trabalhos de Daniel Rodrigues, de Lourenço Chaves de Almeida, de Manuel Pedro de Jesus, de António Craveiro e de António Maria da Conceição.

Pode ficar-se com uma ideia desta mostra através da leitura do artigo que Quim Martins publicou, em 1906, na “Ilustração Portuguesa”.

A *Resistencia*, por seu turno, informa que Chaves de Almeida expôs as ferragens (tenaz, suporte e pá) que se destinavam a fazer conjunto com um fogão que João Machado esculpira para a casa de José Relvas, em Alpiarça. “As peças foram batidas em estilo renascença e o ferro está torcido como o dos pequenos balaústres que essa arte requintada deixou espalhada por palácios e jardins de Coimbra. A obra foi feita segundo um *croquis* de António Augusto Gonçalves, como os ele sabe fazer, apontamento ligeiro destinado apenas a sugerir, a excitar a actividade criadora dos seus discípulos. Os dois monstros que o enfeitam estão poderosamente martelados e esculpidos em ferro. Toda a obra revela excepcionais aptidões para a arte de trabalhar o ferro que, depois do período atormentado do ferro fundido, hoje renasce por toda a parte”.

Mas, a primeira obra coletiva de vulto surgiu quando foi necessário dar resposta aos trabalhos de ferro, destinados ao edifício da Faculdade de Letras, que havia sido projetado, em 1913, pelo arquiteto António Augusto da Silva Pinto. Um pouco estranhamente, ou talvez não (a falta de dinheiro pode ser uma das explicações viáveis), só em 1927 vieram a ser assentes, na fachada principal do edifício, os grandes portões de ferro forjado, obra dos artistas Manuel Pedro de Jesus, António Maria da Conceição (Rato), Daniel Rodrigues, Albertino Marques. A direção do trabalho e o desenho dos portões é da responsabilidade de Silva Pinto.

Aliás, a Faculdade de Letras, pode bem dizer-se, manteve uma avença com o ferro forjado, porque, dois anos antes, em 1925, Albertino Marques tinha em mãos uma grade que se destinava àquela casa e em 1928 e 1929 executou quatro artísticos candelabros para serem colocados na escadaria, bem como dois monumentais tocheiros, pesando, cada um 70 quilos e medindo 1,80 metros, para o vestíbulo. Além disso, no mesmo estilo dos candelabros, também com desenho

e sob a orientação de Silva Pinto, bateu dois portões de ferro forjado para a entrada do museu da Faculdade. Numa linha mais prosaica e utilitária, foi entregue a mestre Albertino a feitura de 39 metros de estantes de ferro.

Mas as encomendas da Faculdade de Letras não se ficaram por aqui, pois em 1930, nas oficinas de Daniel Rodrigues e de Albertino Marques estavam a executar-se umas artísticas ferragens para a porta do salão nobre do edifício e seis anos depois aquele imóvel ia ser rodeado com uma grade de ferro, cuja execução fora confiada a Albertino Marques, a Daniel Rodrigues e a Jesus Cardoso.

Uma outra obra conjunta e de grande envergadura, a envolver quase todos os artistas mondeguiños do ferro, encontra-se relacionada com o edifício do Palácio da Justiça, a finalizar-se na inacabada morada dos condes do Ameal.



Fig. 3 – Portão central do Palácio da Justiça. Pormenor. Obra coletiva

O titular comprou, antes de 1895, o antigo colégio de São Tomás, que se erguia na zona cabeira da rua da Sofia e introduziu-lhe modificações tendentes a transformá-lo na sua residência. Chamou para dirigir as obras o arquiteto Silva Pinto que lhe foi indicado pelo seu amigo lisboeta, o arquiteto José Luís Monteiro.

Após a morte do conde, a sua incompleta habitação foi posta à venda, tendo sido, depois de atribuladas negociações e por ordem do então ministro da Justiça, Dr. Manuel Rodrigues, adquirida, entre 1926 e 1928, a fim de aí ser instalado o Palácio de Justiça mondeguino. Para superintender nas obras do edifício, o governo nomeou uma Comissão Administrativa e como o diretor das obras públicas do Distrito de Coimbra não podia desempenhar o cargo, indicou o engenheiro Manuel de Abreu Castelo Branco, que passou a ser o responsável, saindo do seu lápis o projeto do acrescentamento das duas alas, Nascente e Norte, que ainda não tinham sido construídas.

Aquele técnico teve um certo cuidado, respeitando, minimamente, o estilo e a harmonia que vinham a ser utilizados, sobretudo no que respeita a interiores, porque alterou profundamente o projeto da fachada.

O edifício da *Domus Justitiae* foi inaugurado a 6 de maio de 1934 e, durante vários anos, funcionou como *ex-libris* do Ministério da Justiça.

Na sessão de 29 de agosto de 1929, a Câmara Municipal de Coimbra apreciou um requerimento do Juiz Presidente do Tribunal da Relação, pedindo licença para proceder à vedação do Palácio da Justiça, com um muro e gradeamento. Mas, quase em simultâneo com o pedido, a imprensa noticiava que tinha sido aprovada a proposta conjunta dos serralheiros Lourenço Chaves de Almeida, António Maria da Conceição, Daniel Rodrigues, José Domingos Baptista e Albertino Marques, para a feitura de 106 metros de grade, 2 portões e várias pilastras destinadas à parte exterior das traseiras do imóvel. Os traba-

lhos eram realizados sob a direção do engenheiro Castelo Branco e constava que outras obras, como lustres, grades interiores, portões, etc., lhes iriam ser encomendadas.

A vedação que, em agosto de 1930, se andava a assentar, de ferro batido era considerado pela imprensa da época como um dos mais artísticos trabalhos “que se têm executado nos últimos tempos em Coimbra, obedecendo à arquitetura do renascimento do século XVI, tão notável e abundante na nossa região e que tem servido de escola aos artistas contemporâneos”.

Mas as encomendas para a Casa da Justiça, tal como havia sido anunciado, continuaram a acudir às oficinas dos serralheiros e, no ano seguinte (1931) Albertino Marques forjava, para o Palácio da Justiça, um novo portão em estilo renascença; concomitantemente, executava, no mesmo gosto, quatro candeeiros, destinados à iluminação do claustro superior.

Na mesma altura, para o salão nobre do tribunal, Albertino Marques e Daniel Rodrigues, coadjuvados por João Machado Júnior que modelou os bustos destinados a ser, posteriormente, executados em ferro forjado, bateram um lustre.

Terminados em fins de junho de 1934, foram concretizados nas oficinas de Daniel Rodrigues e de Albertino Marques quatro artísticos lampiões e as respetivas gárgulas de suporte, que se destinavam, obviamente, ao imóvel em causa.

Numa entrevista feita aos artistas conimbricenses do ferro, levada a cabo por um jornal local, revela-se que os portões do Palácio da Justiça tinham sido executados “a meias”, porque o trabalho fora arrematado por Daniel Rodrigues, que resolveu dividi-lo com Albertino Marques e com António Maria da Conceição. Como se depreende, Daniel é o responsável e dirige os trabalhos executados nas três oficinas, todas elas pequenas e ruidosas; contudo, a do mestre serralheiro, era a mais pequena de todas, “baixa, com tecto abobadado em arcos, quase um cubículo”.

Daniel Rodrigues, em 1915, era sócio da antiga oficina de Francisco Nogueira Seco que se situava no Quintal do Prior, mas, em 1919, inaugurou a sua serralharia no Terreiro da Erva, n.º 36, local onde permaneceu até ao fim da vida.

É ainda sediada no Quintal do Prior que, em 1818, Daniel, talvez de parceria com Albertino Marques e com os descendentes do acreditado industrial Francisco Nogueira Seco, constituíram uma sociedade que girava sob o nome de “Seco, Graça & Marques”. Nessa oficina, um deles, ou ambos, faz ou fazem, a jogo, uns ferros para o fogão estilo Luís XV esculpido por João Machado, destinado à casa de Álvaro Castanheira Esteves, Filho. Não será de excluir a possibilidade de Daniel Rodrigues e de Albertino Marques, sócios da dita manufatura, se terem desentendido, talvez até por via destes suportes, uma vez que as peças, posteriormente, surgem com a paternidade atribuída ora a um, ora ao outro. Como quer que seja, Albertino Marques, gerente da firma que explorava a oficina do Quintal do Prior, transfere o seu local de trabalho para o Terreiro da Erva, onde, já em 1922 se encontrava sediado. Embora dois anos mais tarde ainda ali permanecesse a laborar, em 1925, era dono da serralharia que se situava no Adro de Santa Justa e, quatro anos volvidos, transfere-se, definitivamente, para a rua João Machado.

Apesar de a citada entrevista apontar como autor do risco dos portões do Palácio da Justiça o engenheiro Castelo Branco, a verdade é que tanto informações orais, como as notícias dos periódicos o atribuem, sem margem para qualquer dúvida, a paternidade dos mesmos a Daniel Rodrigues.

As grades de ferro que fecham as três aberturas e dão acesso ao interior do Palácio de Justiça deviam ser colocadas no princípio do ano de 1936 ou ainda antes; utilizam uma gramática neorrenascentista, onde avultam medalhões, enrolamentos e grutescos. Daniel Rodrigues, à boa maneira antiga, deixou nos portões, que pesam três toneladas, um testemunho, colocando uma moeda de prata de 10\$00 em cada um dos medalhões do corpo central.

O arco do meio, de volta inteira, apresenta, como se de um tímpano se tratasse, uma monumental bandeira que, ao centro, ostenta a figura simbólica da justiça, rodeada por gentes desavindas, representadas por dragões que olham assustados para a figura central, temendo a sua ação; os animais mostram uma atitude de contendores furiosos, mas as cabeças, porque os seus olhos avistam a justiça, voltam-se para trás, temerosos da balança da verdade. A rodear e a compor o motivo, encontram-se elementos ornamentais renascentistas.

Para a mesma Casa da Justiça, do cinzel de Daniel Rodrigues e de Albertino Marques, individualmente ou de parceria, mas quase sempre com desenho do primeiro, saíram a grade do tribunal do crime, os lustres da sala da Relação, os dos gabinetes do Presidente e do Procurador, lanternas para o claustro baixo e três portões para o interior, estes da inteira responsabilidade de Marques.

Não se pode deixar de fazer referência especial a mais dois ou três “ourives” do ferro, que se salientaram, de uma forma ou de outra, com obras individuais nesta disciplina artística.

Começo por mencionar Lourenço Chaves de Almeida que nasceu no lugar e freguesia de Santa Maria de Almacave (Lamego), em 1876. Pertencia a uma família de artistas, pois um seu bisavô era canteiro; o avô materno, entalhador; o avô paterno e o pai, serralheiros. Em outubro de 1897, a seu pedido e porque era sargento espingardeiro, foi transferido do Regimento de Infantaria 13, com sede em Lamego, para o 23, que ocupava, em Coimbra, o antigo convento de Sant’Ana.

Depois de se fixar nesta cidade, ele que era serralheiro artífice, conviveu com os artistas e fez-se amigo de João Machado, tendo começado a aprender modelação na sua oficina. Entretanto, com a reabertura da Escola Livre, em 1904, passou aí a ser discípulo de Mestre Gonçalves e, posteriormente, frequentou a Escola Industrial, onde foi aluno do arquiteto Silva Pinto, de Pereira Dias (professor de desenho ornamental) e do próprio Gonçalves. Quando morreu, no dia 15 de dezembro de 1952, tinha 76 anos e morava no Tovim de Baixo.

É com os ferros do fogão da casa dos Patudos, que Chaves inicia a sua carreira. O gótico, o manuelino, o renascimento, o rococó, não tinham segredos para o forjador. O artista apresentou, como referi, as ferragens (suporte, tenaz e pá), correspondentes ao fogão executado por João Machado para o palacete de José Relvas. Tratava-se de uma obra para ser admirada “pela elegancia nervosa com que foi concebida e executada, torcendo e levantando o ferro com o cuidado delicado de um ourives”. Os ferros do fogão “poder-se-iam fazer com o mesmo desenho em prata martelada, sem necessitar mais elegância no desenho, mais delicadeza na execução”.

Anos mais tarde, em 1919, D. Genoveva de Lima Mayer Ulrich, de Lisboa, encomendou-lhe um candelabro, executado de acordo com o gosto pompeiano. Ignoro o lugar onde a peça foi exposta depois de concluída, mas um periódico da terra insurge-se contra o sítio escolhido escrevendo ser “um atentado ao bom gosto ir expor um candelabro artístico, onde há arte, onde há paciência, onde se



Fig. 4 – Ferros para a chaminé da Casa dos Patudos. Chaves de Almeida

patenteia o sentimento do Belo, num *encadrement* de correias e freios para cavalos ou jarras artísticas emolduradas em caixas de charutos e anúncios de canetas de tinta permanente” e tece considerações acerca da obrigação dos artistas exporem as suas obras num local adequado.

No ano seguinte, a mesma senhora, que era casada com um diplomata e usava o nome artístico de Veva de Lima, encomendou a Chaves de Almeida uma segunda obra de vulto, uma braseira, que seguiu o mesmo gosto estilístico da peça anterior. Mas, desta vez, o artista que “quando acaba as pernas de gazela que servem de apoio à braseira, quando abre borboletas e grinaldas, recurva volutas graciosas ou cinzela quimeras que são produções de mestre, não esquece que o material que tem de dominar é o ferro” auferiu uma dupla consagração, porque o trabalho foi mostrado aos conimbricenses na sala romana do Museu Machado de Castro e, depois, em Lisboa, seria exposto pelos encomendantes “que assim lhe queriam dar uma prova de admiração”.

Em 1924, a mesma sala romana do Museu Machado de Castro abre-se novamente para apresentar o chamado *Lectus*, obra em ferro forjado que Chaves de Almeida bateu também para Veva de Lima. Esta peça é uma verdadeira joia de ferro, “que tanto honra o nome [do artista] e que nos enche de orgulho por ser executada em Coimbra, terra de arte, graça e beleza!”. Juntamente com o canapé expôs um lampadário que se destinava à cripta funerária do Doutor António de Vasconcellos, em S. Paio de Gramaços.

Depois da guerra de 1914-1918, começou a desenvolver-se, um pouco por todo o país, o culto aos Mortos da Grande Guerra. As entidades responsáveis determinaram que, numa grande manifestação nacional, fossem trasladados para o Mosteiro da Batalha, os restos de um desses heróis.

Em Coimbra, e mais concretamente no Quartel General, despontou um movimento no sentido de ser colocado um lampadário condigno na Casa do Capítulo batalhino, junto do sarcófago que deve guardar

os despojos do soldado desconhecido. Para concretizar esta ideia, foi aberta uma subscrição, que, num primeiro momento se pensava estender a todas as unidades militares do país, mas, posteriormente, se limitou à contribuição dos oficiais, sargentos e praças da 5.^a divisão do Exército, com sede em Coimbra.

Desde logo ficou assente que o candelabro, mais tarde denominado “Chama da Pátria”, fosse executado por Lourenço Chaves de Almeida, que até era militar. Entretanto, uma comissão composta de oficiais do exército pertencentes às várias unidades desta cidade, procurou António Augusto Gonçalves para lhe pedir que desenhasse a peça.

O lampadário, de ferro forjado, utilizou o estilo gótico e mede 1,80 m de altura; foi exposto ao público no átrio da Câmara Municipal de Coimbra, aquando do II congresso Beirão. Na cerimónia, em que estiveram presentes numerosas senhoras, autoridades, académicos, professores e uma enorme multidão, proferiram-se discursos patrióticos e foram elogiados Chaves de Almeida e António Augusto Gonçalves. Antes de ir para a Batalha, por deliberação do governo, foi exposto, primeiro, em Lisboa e depois, em Viana do Castelo, na altura em que ia ser imposta a Cruz de Guerra à bandeira que a França oferecera à brigada do Minho. O lampadário ocupou o seu lugar no Mosteiro de Santa Maria da Victória no dia 28 de junho, data da assinatura do tratado de paz.

O Presidente da Comissão Administrativa do município de Coimbra, em 1930, encomendou ao “ferreiro”, a fim de ser colocado no salão nobre, um candelabro de 30 luzes; data, também, desse ano a execução de um candelabro para a casa do Dr. Ângelo da Fonseca.

Em 1938, em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas-Artes esteve patente uma exposição de ferros de arte de Lourenço Chaves de Almeida, homem que trabalhava em Coimbra há quarenta anos, sendo, por isso, justo considerá-lo um artista coimbricense. A mostra, antes de encerrar, recebeu a honrosa visita do então Presidente da República, António Óscar de Fragoso Carmona.

Um outro artista do ferro, que não pode deixar de merecer referência especial é Daniel Rodrigues, homem que nasceu a 26 de março de 1886 no Largo das Ameias, em Coimbra, terra para onde os seus pais, oriundos de Penacova e de Figueira de Lorvão se haviam transferido. Penso poder dizer que o pai, também Daniel Rodrigues de seu nome, casou com Maria do Rosário a 9 de janeiro de 1881, na igreja de S. Bartolomeu.

Iniciou a sua aprendizagem numa oficina de serralharia civil, mas a sua habilidade invulgar para o desenho e manejo do ferro terão despertado o interesse de António Augusto Gonçalves, que o levou a frequentar as aulas de Desenho Ornamental e de Modelação, ministradas na Escola Industrial Brotero por Silva Pinto e pelo próprio Gonçalves. Foi também aluno da Escola Livre. Em 1933, conjuntamente com António Maria da Conceição e com Manuel de Jesus Cardoso, integra a direção daquela “universidade plebeia”, fazendo-se igualmente sócio da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Coimbra. Morreu, com 84 anos, quase à beira de cumprir mais um, a 11 ou 12 de fevereiro de 1971.

Para além das obras já mencionadas, começou a executar, em 1928, uma artística grade para o palacete Sotto-Mayor que foi construído na Figueira da Foz. A fundição deste trabalho esteve a cargo da casa Alves Coimbra, Sucessores, desta cidade, e a cinzelagem e acabamento foram feitos na oficina do mestre serralheiro. A peça, muito apreciada, mereceu rasgados elogios de João Ameal no *Diário de Notícias*, esteve exposta no estabelecimento “A Vigorosa”, da rua Ferreira Borges.

Daniel era um homem católico e, por conseguinte, de certo modo marginalizado pelos seus colegas e mestres, ateus ou agnósticos e que se encontravam fortemente ligados à maçonaria; por isso não admira que trabalhos como os que bateu para a igreja de Santo António dos Olivais não tivessem na imprensa o eco que alcançaram peças de igual gabarito saídas do malho de outros artistas. Mas, em 1934, por iniciativa do pároco daquela freguesia, padre Manuel Estrela

Ferraz, fez o desenho e executou duas artísticas grades de ferro, em estilo gótico, destinadas às capelas laterais da escadaria da igreja. Quatro anos depois, bateu uns artísticos portões para a capela de Nossa Senhora da Conceição e do Senhor dos Passos, da mesma igreja, bem como o lustre central do templo.

De entre as obras de Daniel Rodrigues, com temática religiosa, destaca-se o *Anjo da paz eterna*, “esculpido” em 1941, a fim de ser colocado no portão do cemitério da Conchada, a substituir o esqueleto que ali se encontrava. Trata-se de uma estátua vultuosa que teve por modelo uma das suas filhas; dir-se-ia que o artista trabalhou o ferro com a mesma facilidade com que as mãos do oleiro modelam o barro. O anjo ergue as suas asas e, segurando a cruz, como que aponta o céu, num sinal de esperança e de evasão que é, afinal, o estigma de toda a arte. Neste trabalho deve salientar-se a perfeita nitidez das



Fig. 5 – Anjo da Paz Eterna. Daniel Rodrigues

feições do rosto e a execução do cabelo, o subtil drapeado da túnica, apertada na cintura com um cordão, deixando aparecer, ligeiramente, os pés descalços, simbolizando a humildade e a fragilidade inerente ao ser humano.

Nas horas vagas, vai trabalhando a porta do jazigo da sua filha Berta que havia falecido prematuramente. Trata-se da obra mais sentimental saída da sua oficina A peça revela a forte sensibilidade do artista, que retrata, através da imagem esculpida no ferro duro e frio, o real-irreal ou o tempo-não-tempo, que é a transição vida-morte, numa quase ausência de dimensões. No tímpano retratou, ao mínimo pormenor o quarto onde a filha morreu, com o seu mobiliário, a janela que já não dá para este mundo e a jovem, soerguida no seu leito, enfrentando o *Anjo da morte*.

Sob o tímpano encontram-se esculpidas, duas almofadas: na da esquerda pode observar-se “Daniel na cova dos leões” e na da direita encontra-se representada “Santa Beatriz”; alusões diretas ao seu nome e ao de sua mulher.

Em baixo, a meio dos batentes, visualizam-se dois medalhões que mostram, respetivamente, Cristo e a Virgem, entre lírios e rosas, apontando, nitidamente, para a ressurreição.

Ao longo da sua vida, Daniel Rodrigues, que perde dinheiro em muitos trabalhos (a salvação do artista é o artífice), executa “relevos erguidos no ferro forjado à força de buris e martelada”. É um trabalho verdadeiramente “toledano, grosso de aspeto, mas de um valor que atesta bem as possibilidades da forja e do martelo ao serviço da arte”.

Na IV Exposição Oficial de Arte em Coimbra (1942), patrocinada pela Comissão Municipal de Turismo e que se realizou no edifício da Faculdade de Letras, o artista expôs uma banquetta de ferro forjado e cinzelado, que se destinava à capela da base aérea da Ota, posteriormente também mostrada na igreja de S. Tiago; o desenho e a execução pertencem-lhe, mas apoiou-se, para a riscar, na opinião avalizada do Doutor António Nogueira Gonçalves.

Em 1955, mestre Daniel foi encarregado de executar também dois portões para o edifício da Caixa Geral de Depósitos de Coimbra, mas resolveu ceder parte da empreitada ao artista industrial Joaquim Geraldo Lopes.

Os seus trabalhos, e já se não refere Coimbra, encontram-se espalhados por todo o país, desde a Régua, a Odemira, passando por Braga, Porto, Aveiro, Figueira da Foz, Torres Novas, Beja, Lisboa, Covilhã, Belmonte, Figueiró dos Vinhos, Espinhal, Santa Comba ou Mortágua.

Daniel Rodrigues é um dos artistas que integram a vasta plêiade de serralheiros da cidade do Mondego; para ele, a arte de alindar o ferro não tem segredos: aproveitou bem as lições dos seus mestres.

Albertino Marques trabalhava muito e jamais deixou de estudar, o que lhe permitiu, a par com a sua capacidade de saber fazer falar o ferro tosco, tornando-o delicado, introduzir o seu nome entre os mais conhecidos artistas que, em Portugal, se dedicaram à arte de forjar.

Os primeiros ensinamentos técnicos colheu-os na oficina de António Maria da Conceição, e depois, ainda muito novo, terminou o curso de desenho ornamental e de modelação da Escola Industrial Brotero, obtendo o diploma com distinção; frequentou também o curso de aperfeiçoamento do mesmo estabelecimento de ensino. Foi sempre um sócio empenhado e assíduo da Escola Livre, bem como da Associação dos Artistas, onde, em 1926, ocupou o lugar de tesoureiro.

Já em 1924, o desamor pelo estudo era notório, e Albertino Marques lamentava-se de não ter ninguém de confiança que o pudesse ajudar, pois os serralheiros de então pouco ou nada sabiam de desenho e nem frequentavam a escola. Bem gostaria de empregar toda a sua criatividade na serralharia artística, mas, infelizmente, para além de se ver sozinho, também lhe não era permitido, certamente por questões de ordem económica, desprezar os trabalhos vulgares.

De entre a sua produção individual mais representativa salientem-se as lanternas e serpentinhas, batidas ao gosto da Renascença, encomen-

dadas pelo presidente, para a câmara de Coimbra e quatro candeeiros de parede, do mesmo estilo, destinados ao vestíbulo que dá acesso ao salão nobre; o cofre para o Doutor Bissaia Barreto (com desenho de António Augusto Gonçalves), exposto na montra de *A Portugal*, na rua Visconde da Luz; e o lampadário para o túmulo da Rainha Santa.

Albertino Marques é o responsável por uma importante coleção de trabalhos, quase sempre composições decorativas de dimensões restritas; mas as peças saídas da sua oficina espalham-se por todo o país e passam por tocheiros, em estilo gótico, renascentista ou ‘modernizado’, por lâmpadas cinzeladas ou por portas e grades para jazigos e campas.

Mestre Albertino, para quem a forja não tinha segredos, dispunha de invulgares recursos no afeiçoamento do ferro, sempre domado sob o influxo do seu temperamento de artista.

António Maria da Conceição era um mestre considerado e, com outros artistas, foi contemporâneo e participante na tentativa de aperfeiçoamento da arte do ferro forjado. A sua atividade não se encontra bem documentada, sabendo-se contudo, que, para além das obras coletivas já assinaladas, saíram da sua oficina as grades das escadas de S. Tiago (desenho de Silva Pinto), a que envolvia o monumento a Joaquim António de Aguiar (desenho de António Augusto Gonçalves) e a que foi colocada em torno do coreto, a fim de resguardar o maciço de verdura e de flores.

A Câmara de Coimbra, porque reconhecia “a obrigação que tem de ajudar todos os que por iniciativa individual pretendem fazer sair a sua classe para fora das práticas ronceiras da atrasada arte nacional, notabilizando-se como factores do progresso nacional” e porque “a arte do ferro é uma a proteger com a maior solicitude” encomendou a António Maria da Conceição, em 1907, um mictório de ferro forjado, que seria colocado no jardim do Cais, isto é, na avenida Navarro, próximo do largo das Ameias. Acerca desta peça de mobiliário urbano que ficou concluída no dia 14 de novembro de 1907, o *Noticias de*

Coimbra escrevia que ela era muito mais elegante do que os [mictórios] que têm vindo de Lisboa; “recomenda[ndo]-se aquelle não só pela sua belleza mas, muito principalmente por ter bastante obra em ferro forjado, primorosamente executada pelo habil artista Antonio Maria da Conceição. É este um genero de trabalho em que a arte da serralheira se tem adeantada muito em Coimbra. Acertadamente andou a câmara encommendando aquella obra a um artista conimbricense. Ficará ella sendo um magnifico exemplar que honra os artistas da nossa terra. O projecto é do sr. João Machado, cuja modestia deve ficar contrariada com esta nossa revelação, mas tenha este distincto artista paciencia em termos o desjo de querer trazer os nossos leitores ao corrente da verdade dos factos”.

Mais tarde, a 5 de abril de 1914, também foi inaugurado no mesmo Passeio Público um quiosque, coberto com uma cúpula de ferro, riscado por João Machado e executado na sua oficina; a decoração azulejar saiu do pincel de Adriano Costa.

Mestre Conceição não se apresenta na cidade apenas como serralheiro de mérito, pois, assumindo-se como cidadão prestante, durante mais de vinte e nove anos desempenhou o lugar de comandante dos Bombeiros Voluntários, facto que, em 1919, estava na origem da homenagem que a edilidade lhe prestou.

Pompeu Aroso escapa um pouco a esta resenha de artistas que me propus levar a cabo. É já discípulo, segundo uns, de Albertino Marques, de acordo com outros, de Daniel Rodrigues. De qualquer modo, pertence, e é o mais representativo, dos artistas do ferro de segunda geração. Estreou-se, em 1937, quando apresentou na Exposição Industrial dos Artistas de Coimbra “um belo lanternim, de magnífico aspecto renascentista e respectivo braço de suspensão, também opulento, tudo de seu desenho e execução”. Este trabalho afirmava os seus dotes.

O artista, que tinha a sua oficina na Rua da Nogueira, executou, com desenho do arquiteto Luís Benavente, três portões em ferro

forjado, para a portaria do Sanatório da Colónia Portuguesa no Brasil (Hospital dos Covões) e participou na obra dos candeeiros para a velha e desaparecida ponte de ferro de Santa Clara.

Na terceira década da centúria de Novecentos, Pompeu Aroso mostrara já o estofa de um digno continuador das honrosas tradições da arte do ferro, forjado e batido em Coimbra.

Em suma, pode dizer-se que a indústria do ferro forjado, na cidade e nos finais do século XIX, se encontrava decadente e que António Augusto Gonçalves, depois de ter visitado, em 1900, a Exposição Universal de Paris e de se ter confrontado com a secção de *ferronnerie* sentiu um enorme desejo de vivificar, em Coimbra, aquela arte.

O Mestre, após o regresso, confiou o seu desejo a Quim Martins e a João Machado e os três, com a participação de Silva Pinto e com a habilidade e o gosto pela arte de Manuel Pedro de Jesus, um dos pioneiros, deram um impulso notável à serralharia artística.

De entre todos os ‘ferreiros’ que pululavam na cidade destacaram-se Chaves de Almeida e Daniel Rodrigues, embora Albertino Marques tivesse contribuído para a ‘democratização’ da arte do ferro e os outros serralheiros gravitassem, *grosso modo*, em torno dos dois primeiros.

Pessoalmente penso que o grande ourives do ferro foi Daniel Rodrigues e que a relativa ostracização da sua pessoa e obra se encontrava relacionada com a sua filiação católica, enquanto que os outros artistas, mormente Chaves de Almeida, beneficiavam dos *media* de então, todos eles, direta ou indiretamente ligados à maçonaria, tal como os serralheiros.

Por seu turno, Pompeu Aroso, mestre ferreiro de segunda geração, foi o continuador de uma plêiade de artistas brilhantes; com a sua morte pode afirmar-se que, na cidade do Mondego, se extinguiu a arte do ferro forjado.

Orientação Bibliográfica

1.a) Monografias

- AIMONE, Linda; OLMO, Carlo (1990), *Le Esposizioni Universali. 1851-1900* – Turim, Umberto Allemandi.
- BENEVOLO, Leonardo (1978), *Histoire de l'architecture moderne – 1. La révolution industrielle*, Paris, Dunod.
- CANOGAR, Daniel (1992), *Ciudades efímeras. Exposiciones Universales: espectáculo y tecnología*, Madrid, Julio Ollero.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de (1926), *Notas de arte e crítica*, Porto.
- CASTRO, Augusto Mendes Simões de (1908), *Guia historico do viajante no Bussaco*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- CORREIA, Vergílio (1946), *Obras*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Estatutos da Eschola Livre das Artes do Desenho* (1880), Coimbra, Typ. de M. C. da Silva.
- FREITAS, Duarte Manuel; MEUNIER, Pedro Planas (2019), *O fio da memória. Fábrica de lanifícios de Santa Clara-Coimbra. 1888-1994*, Coimbra, Papelmunde.
- GUIMARÃES, Feliciano (1949), *Ferros de Coimbra*, Coimbra.
- IV Exposição oficial de arte em Coimbra. No edifício da Faculdade de Letras. Patrocínio da Comissão Municipal de Turismo* (1942), Coimbra, Tipografia União de Ferreira & Serra.
- LOUREIRO, J. Pinto (org. de), (1952), *Anais do município de Coimbra. 1904-1919*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra.
- MENDES, José Maria Amado (1983), *Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro.
- MENDES, José Maria Amado (1984), *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- PEVSNER, Nikolaus (1975), *Os pioneiros do design moderno*, Lousã, Ulisseia.
- SILVA, Armando Carneiro da (org. de) (1971), *Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra.

1.b) Artigos em Revistas

- ANACLETO, Regina (1983), O coreto do parque Dr. Manuel Braga em Coimbra, *Mundo da Arte*, 14, Coimbra, 24.
- ANACLETO, Regina (1989), Dois fontanários no concelho de Sintra esculpidos pelo mestre-canteiro José da Fonseca, *Boletim Cultural. Assembleia Distrital de Lisboa*, 90, Lisboa, 105-124.
- Arquitecto Silva Pinto, Notícia biográfica (1969), *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIV, Coimbra, 367-383
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1906), Os serralheiros da escola de Coimbra, *Ilustração Portuguesa*, 33, 314-318.

LEITÃO, Noémia Metello; LOPES, José Machado (1997), Daniel Rodrigues, génio do ferro. O milagre na forja e no cinzel, *Munda*, 33, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 3-12.

PINTO, Silva (1948.11.06), A Escola Livre das Artes do Desenho. A influência da escola na criação dos artistas de Coimbra, *Diário de Coimbra*, 5942.

ZEBEDEU (1920.01.03), Banalidades, *O Radical*, 99.

1.c) Contribuição em Atas de Congressos ou Outras Obras Colectivas

ANACLETO, Regina; POLICARPO, Isabel Ponce de Leão (1991), O arquitecto Silva Pinto e a Universidade de Coimbra. In *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*, vol. 2, 327-346.

Publicações Periódicas

Alvor (1955); *Correio de Coimbra* (1924-1931); *Democrata (O)* (1922-1923); *Despertar (O)* (1918-1971); *Diário de Coimbra* (1936-1952); *Eco dos Olivais* (1934); *Gazeta de Coimbra* (1914-1943); *Jornal de Coimbra* (1914); *Notícia (A)* (1921-1922); *Noticias de Coimbra* (1907-1941); *Radical (O)* (1919); *Reporter (O)* (1928); *Resistencia* (1905-1907); *Tribuna Popular (O)* (1905); *Voz do Artista (A)* (1886-1887)

III. POLÍTICA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

REFLEXIONES DESDE ESPAÑA¹

Eloy Fernández Clemente

Prof. catedrático reformado da Universidade de Zaragoza
efernan@unizar.es

1. La guerra y dictadura de Franco

Cuando José María Gironella habló de “Un millón de muertos”, se refería al medio millón caído en acciones de guerra o asesinatos y fusilamientos, y al otro medio de exiliados, prisioneros y horrorizados actores o víctimas en la Guerra Civil. Sólo mucho más tarde se empezaron a hacer estudios, más mensurados, como los de Salas Larrazábal. Hoy es ya posible matizar mucho más. Se ha hecho; magníficamente, en el libro, *Víctimas de la Guerra Civil*², que sintetiza a fondo lo ocurrido en 24 provincias españolas, por lo que sus resultados extrapolados permiten presumir que, además de los muertos en batalla, hubo unos 150.000 fusilados o asesinados de diverso modo,

¹ Homenajeando al muy estimado colega Dr. J.M. Amado Mendes, recojo y resumo en este ramillete una serie de artículos publicados en lo que va de siglo en los dos diarios de Zaragoza: *Heraldo de Aragón* y *El Periódico de Aragón*. Se trata de reseñas de libros y consideraciones personales con que he comentado libros o hechos contemporáneos, lo que creo es casi una obligación de todo profesor de Historia, además de la académica de investigar y publicar en medios científicos.

² Santos Juliá (coord.), J. Casanova, J. M. Solé i Sabaté, J. Villarroya y F. Romero, *Víctimas de la Guerra Civil*, Madrid, Temas de Hoy, 1999, 432 págs. *Heraldo de Aragón*, 2011.

en ambos bandos. Y, mientras las cifras del republicano son revisadas muy a la baja, afloran informes que casi duplican las hasta ahora aceptadas por historiadores del régimen de Franco como “propias”. Pero lo más importante no es cuántos muertos hubo (un libro menor había respondido a Gironella que “Los muertos no se cuentan”), sino en qué consistió y por qué se produjo aquella horrible y cruel matanza.

Este libro me ha estremecido, me ha producido una inmensa desazón, como una pesadilla en vigilia; ha ahondado más la herida que cada español adulto llevamos de esa guerra que nos ha marcado tan fuertemente. Santos Juliá se pregunta: “¿Cómo fue posible tanta crueldad, tanta muerte?”. E indaga por el velo que parece haber ocultado esa realidad a la sociedad española. En la intención de estos autores no hay el menor ánimo de ajuste de cuentas. Es un estudio indagador, científico, sereno en la medida de lo posible. Coordinados y encabezados por quien hoy es no sólo un historiador de campanillas, sino también un analista excepcional de la vida política actual, colaboran varios de nuestros mejores especialistas en el tema, autores y directores de largas investigaciones, como Julián Casanova, profesor en nuestra Universidad.

Fue la guerra española resultado a la vez del fracaso a corto plazo del golpe militar (lo normal es que al día siguiente de un golpe su instigador sea fusilado o gobierne) y de la incapacidad del pueblo para derrotar a un Ejército profesional en su mayor parte insurrecto. Esa partida iniciada casi en tablas iba a durar tres años durísimos, en los que no sólo actuó la muerte en las trincheras, en los bombardeos, de un modo tradicional y “limpio”, sino que se ensañó en terribles “políticas de venganza y exterminio” pueblo a pueblo, casa a casa, familia a familia, en una matanza espantosa.

No cupo mediación ni perdón, porque se desataron todos los odios. Los rebeldes mataban como castigo por las ideas defendidas (en el bando franquista era sarcásticamente frecuente, en la guerra y después, encausar por “delitos de apoyo a la rebelión” a quienes

se resistieron a ésta), también para implantar el poder por el terror. Los leales a la República mataron para mantener un poder amenazado que querían revolucionario, y en el que, dice Juliá, “los destrozos de la Iglesia... alcanzaron tal magnitud y fueron acompañados de rituales tan sobrecogedores por su crueldad que todavía hoy se debate sobre las causas de esa especie de furia iconoclasta: ira sagrada...”. De tal modo que “las matanzas de los primeros meses de guerra, además de mostrar a todo el mundo el carácter sanguinario de los españoles, ponían en evidencia la falta de control de las autoridades de la República sobre su propio territorio y el peligro de una victoriosa revolución comunista”.

Hubo atrocidades en ambas partes, y así queda reflejado con puntuales estudios y balances. El principal, a mi juicio, el de Casanova sobre el verano sangriento del 36. La violencia bendecida y la violencia contra quienes bendicen. Resume, entre muchos, los varios libros realizados bajo su cuidado sobre Aragón. La información es abrumadora, especialmente los fusilamientos generalizados en Zaragoza, del gobernador civil republicano para abajo. Luego, tras el “terror caliente”, se pasará al “terror legal” de los dos años entre mayo del 37 y abril del 39, asunto que resumen J.M. Solé Sabaté y Joan Villarroya. En esa etapa destaca el lento pero imparable avance franquista y su represión, aunque no se hurtan episodios tan truculentos como las purgas del PCE contra Nin y el POUM y la estéril represión del ejército republicano en retirada.

A tantos horrores se añaden los del final de la guerra, hora de la venganza total, y los siguientes, en que se siguió fusilando a miles y miles de personas, asunto estudiado por Francisco Moreno. Miles de ejecuciones que “sobrecogen por su falta de piedad y por la ausencia de otro propósito que no fuera consolidar el régimen por medio del terror”. Es impresionante la sucesión de “campos de concentración, cárceles hacinadas, batallones disciplinarios de soldados trabajadores, colonias penitenciarias militarizadas, depuraciones de funcionarios

y empleados”. Sobre esa base se edificó el nuevo régimen, cuyo principal propósito era perpetuarse, confirmar para siempre ese “nuevo orden”.

El libro oscila entre el terrible balance, el inventario detallado de tantos horrores, y las siempre oportunas reflexiones, los marcos referenciales, los hechos de guerra, las circunstancias de cada etapa, las retaguardias de ciudades como Barcelona o Madrid. La pregunta subsiste: ¿hemos hecho lo posible por una verdadera y final reconciliación? Creo que es preciso limpiar bien la herida, y sólo entonces cauterizarla y que cierre bien. Es preciso que las nuevas generaciones de españoles conozcan la verdad total sobre esa guerra, para que nunca pueda repetirse. Explicada con ánimo sereno, sin ocultar nada, para aprender del pasado y forjar un país que debe mirar al futuro, una vez asumido, encajado, comprendido, su pasado, por atroz que éste sea.

2. Las Autonomías, en perspectiva histórico-económica³

La democracia permitió dar carta de naturaleza a la constatación, no sólo constitucional y política, sino social y económica, de que la diversidad española había seguido configurada también en “regiones económicas” bastante parecidas a las nuevas autonomías a pesar de divisiones provinciales, estados liberales más o menos centralizadores, o descalificaciones cerriles del franquismo.

Con el retraso que requiere integrar estudios locales desigualmente desarrollados, aparecieron dos importantes libros colectivos, encabezados por Nicolás Sánchez-Albornoz (“La modernización económica de España, 1830-1930”, Alianza, 1985) y Jordi Nadal y Albert Carreras (“Pautas regionales de la industrialización española, siglos

³ L.-Germán, E. Llopis, J. Maluquer de Motes y S. Zapata (eds.), *Historia económica regional de España*, siglos XIX y XX, Barcelona, Crítica, 2001. Heraldo de Aragón, 2001.

XIX y XX”, Ariel, 1990), pioneros en abordar desde esta perspectiva nuestra historia económica.

No es la única razón de este libro resumir lo muchísimo producido en la última década por un colectivo muy vivo y válido científicamente; también, los trascendentes cambios teóricos y metodológicos que han acompañado e impulsado su profunda renovación, y de modo muy especial en el terreno de las historias “regionales”, con producciones muy valiosas apenas conocidas fuera de su ámbito. Por otra parte, está fuera de duda que una visión globalizadora de lo ocurrido en España en los dos últimos siglos, aunque recurra a datos agregados y macromagnitudes (estadísticamente poco fiables hasta hace unas décadas), seguirá dejando demasiadas luces y sombras sobre el paisaje total, tan complejo y diverso. Si en historia política hace mucho que se renunció a la crónica de “las cuatro esquinas”, en economía no bastan las casi tópicas alusiones a Cataluña y el País Vasco como casi exclusivos motores de la industrialización.

Tienen, pues, los coordinadores de la obra, una perspectiva que pretende conocer mejor las economías regionales, pero también “aportar nuevos puntos de vista y mayor riqueza de enfoques para la comprensión de la dinámica de la actividad económica del país entero”. Siguiendo a François Perroux, para conocer mejor los motores del desarrollo, se acercan a cada uno de ellos. Además, la nueva organización del Estado configura un nuevo ámbito de decisión, las Comunidades Autónomas, concepto funcional de región que coincide notablemente en el caso español con el de región económica y que posee hoy una irreversible trascendencia.

Estudiosos que han desarrollado su oficio en las dos o tres últimas décadas, profesores ya muy prestigiados y no sólo en sus ámbitos universitarios, son los autores de estos capítulos, especialmente diseñados por el equipo editor. Ya eméritos los profesores Ruiz Martín y Nadal, y a punto de serlo Anes, Fontana y Bustelo, los ya casi seniors del gremio (Bernal, Maluquer, Palafox, García Delgado, Pinedo, Pérez

Picazo, Carmona, Zapata, Macías, Llopis, Germán) son acompañados por una más joven y ya muy valiosa generación: la de los Parejo, Ojeda, M. Carrión, Arizkun, Domínguez, Dobado, S. López, Manera, Carrera, Patricio Pérez, Javier Moreno, J.R. Moreno.

La riqueza de enfoques que ofrecen estos estudios permite no sólo ahondar en las razones de ser de algunas bien conocidas características (la Cataluña avanzada de la industrialización; el éxito inicial y la reindustrialización vasca; la tardía pero fértil industrialización valenciana; el minifundio y la limitada industrialización de Galicia; la fuerte crisis asturiana; el equilibrio cántabro; el escaso desarrollo industrial de las dos Castillas; el atraso andaluz y, sobre todo, extremeño; las sombras y luces de economías muy dependientes del medio como la canaria o la murciana).

Se describen casos menos conocidos hasta ahora: el creciente y muy poderoso papel de Madrid, ya capital económica del Estado; el rápido crecimiento de Navarra; las claves del éxito de La Rioja, el veloz salto de Baleares. El peso de las circunstancias (situación, recursos, antecedentes, etc.) no siempre ha sido decisivo, y han influido otras cuestiones en esos divergentes caminos, cuyo análisis permite comprender mejor esa evolución. ¿Y Aragón? Luis Germán avanza un diagnóstico de la trayectoria “del cereal al metal”, a través de un profundo dualismo interno entre las montañas y el gran valle central, la gran especialización agroindustrial del entorno de Zaragoza y su protagonismo en el cuadrante noroccidental, la consolidación de la especialización metalúrgica y una creciente internacionalización.

El libro se completa con dos reflexiones sobre los extremos: el legado económico del Antiguo Régimen desde la óptica regional y la situación de las CC.AA. tras la integración europea; y un útil apéndice estadístico y bibliográfico. Actualizado al máximo, es éste un instrumento básico de trabajo, no sólo para sus destinatarios naturales –investigadores, profesores, alumnos– sino también para cuantos, desde la Ciencia Política, la Antropología y la Sociología, el

Periodismo u otras muchas disciplinas, se preguntan a fondo por el ser de esta España tan plural y diversa.

3. Sobre Cataluña. Carta abierta a Josep Fontana⁴

Querido Josep, viejo amigo, colega, maestro: Más aún que la edad y la mala salud, la tristeza enorme que la situación me produce ha retrasado dos semanas esta carta abierta sobre lo que nos está pasando en Cataluña y en España. Creo que el hecho de que un historiador de tu talla fuera invitado a inaugurar el pasado día 12 ese Simposio titulado “España contra Cataluña” (organizado por el Centro de Historia Contemporánea de Cataluña de la Generalitat que gestiona el camino hacia el separatismo), fue quizá la única excepción en el cúmulo de torpezas que llevaron a celebrarlo...

Agradecí mucho tu deferencia de enviarme el texto unas horas antes de la conferencia, lamentando que se te atacara antes de leerlo. Estaba en catalán, que leí con fruición y el temor de no entender algo bien. No fue así, y he constatado con la versión castellana que luego obtuve (¡pero no ha circulado!), que es un discurso impecable. Y muy hermoso. Y cierto el repaso, amargo, de qué país era el vuestro antes de 1714, “entre los más avanzados y democráticos de Europa”, de modo similar a Holanda o Inglaterra, y cómo sintieron siempre su responsabilidad de lograr “la libertad para todos los españoles” y el avance del resto. Envidiada, criticada, durante mucho tiempo, dices, “por más que se mantuvieran al margen de la política española, en la que no tenían lugar ni participación, su proyecto sólo era realizable, en la perspectiva de su tiempo, dentro de España”. Pero no se integró fácilmente: era una sociedad “que había crecido de manera diferente y que tenía una cultura distinta”.

⁴ El Periódico de Aragón, 2013.

Fue, en efecto, burgués el principal catalanismo, luego impregnando poco a poco las luchas obreras y republicanas; pero cuando la burguesía gobernó con Franco amordazó aquellos fervores. Y de Cataluña nos llegarían el tirón cultural, las luchas democráticas y autonómicas, de ahí el gran respeto y cariño de muchos, quizás acrecido aquí por la vecindad (con viejos contenciosos mal o no resueltos), el compartir lengua en una amplia zona, haber vivido épocas en que la Corona de la dinastía común –los Aragón– escenificó grandezas. Y ay, dices, en la transición “parecía que se podía volver a comenzar un nuevo proyecto de convivencia sobre las bases de la constitución española y el estatuto de 1979, pero se cayó en el error de ignorar que los textos legales no están garantizados, si no se tiene la capacidad de intervenir en el control de su interpretación”, lo que nuestro sesgado sistema jurídico complica. Y entiendes que han roto el pacto de la transición las deplorables medidas de este gobierno ultraconservador.

No deseo la separación de Cataluña. La solución para impedirlo no es negar cambios en la constitución (“!intocable!”), ni los insultos, amenazas, recuento de dificultades en Europa. Es dialogar, estudiar juntos, ver alternativas.

El gobierno de la Generalitat es muy poco respetable, demagógico, utiliza falsedades históricas, económicas, huyendo de dar cuenta de su mala gestión, su complacencia con la corrupción que le rodea... Si una mayoría muy clara, no manipuladas las cifras con preguntas confusas y recuentos trucados, desea la independencia, lo debe poder mostrar y lograr. De modo pacífico y pactado.

¿Qué entienden los dirigentes separatistas por “España”? ¿El conjunto de los pueblos que la formamos, ellos también por ahora? ¿El resto menos ellos? ¿Los gobiernos centrales? Madrid está lleno de gentes de todas partes, burócratas, plutócratas, buscadores de oro. Fue un error hacerla comunidad autónoma, debió ser capital federal. Pero el federalismo olía a República...

Esto cada vez tiene menos remedio. ¿Alguien recuerda ya lo que era y significaba el “seny”? Nos haría una falta enorme a todos. Si se tratara de escapar del actual malgobierno central (y muchos autonómicos), yo correría a todo tren, aun con la rodilla operada; pero este pobre pueblo nuestro, también ahí, ha vuelto donde solía tras la primera transición: un mayoritario conservadurismo inculto, irreflexivo, temeroso. Quizá hicimos mal nuestro trabajo, no fue suficiente, como me decía Labordeta, y debamos reintentar un cambio mucho más democrático, libre, solidario.

En fin, querido Josep, perdona que –obligado por el silencio que rodeó tu intervención– haya reavivado brasas y cenizas, ahora que estarás en tu biblioteca del Instituto Vicéns Vives o dando charlas por alejados institutos de secundaria. Y por cierto: he podido colegir, aunque eres muy prudente, que estarías por la consulta y el sí. Si así fuere, y gana la propuesta, sabes que lloraré de rabia y maldeciré a los principales responsables de la mala gestión del tema; pero también que contarás siempre con mi respeto, gratitud y afecto. Que la historia y la cultura, la amistad, el progreso, entienden poco de fronteras.

4. Tuvieron mayoría absoluta⁵

Tuvieron [las derechas] mayoría absoluta. La perdieron, conservando muchos votos pero no ya la capacidad de gobernar sin aliados, que no buscaron ni han propiciado retirándose Rajoy al saberse inaceptable. Para muchas gentes de a pie, amantes de la democracia y el progreso, esta legislatura ha estado marcada por la corrupción y las medidas que han aumentado la gran desigualdad social, y también los muy torpes gestos políticos.

Nos vendían un freno a la crisis, apenas sentido por millones de parados. Y les desautorizan los recortes por doquier, a la educación

⁵ El Periódico de Aragón, 2016.

(miles de profesores menos) y la sanidad (y privatizaciones sólo en parte frenadas tras grandes luchas), la ciencia y el I+D, a las Comunidades; el menosprecio a la cultura con el IVA, las “multas” a los escritores que siguen trabajando tras jubilarse... Frente a sus indultos a la corrupción y la amnistía fiscal se produjeron terribles desahucios; los bancos (salvados con enormes cantidades de dinero público) engañaban con la letra pequeña y han tenido que comenzar millonarias devoluciones a muchos inversores; la reforma laboral, que precariza aún más el trabajo, provoca la emigración de cientos de miles de jóvenes.

La corrupción ha sido todo un estilo político, con casos tan clamorosos como los confesados por Bárcenas (que demuestra la existencia de una caja B en el PP), la Operación Púnica en la Comunidad de Madrid, la trama Gürtel en la Valenciana, etc. Sus próximos a los papeles de Panamá y usuarios de las privilegiadas cuentas Sicav; los casos palmarios de gangsterismo como los de Rodrigo Rato y Blesa y las tarjetas black de Caja Madrid; los negocios y amistades de Arias Cañete, Aznar, Esperanza Aguirre, y tantos sueldos sustanciosos a sus asesores-amigos. La politización de las Cajas de ahorro, que cerraron en muchos casos con indemnizaciones y jubilaciones de escándalo para sus directivos; las subvenciones a las fundaciones FAES (de Aznar) o Francisco Franco (controlada por sus descendientes), Libertad Digital, Intereconomía, etc.; contratos de favor a Florentino Pérez y tantos otros santones del Ibex y otros grupos...

Una legislatura en que sin discutirla en el Congreso se hizo una reforma exprés del artículo 135 de la constitución para blindar ante Europa los recortes; leyes absurdas como la del aborto, las abusivas de Montes y de Costas; la llamada Mordaza con el abuso de la represión policial; el desprecio hacia la Memoria histórica; la torpe manera de (no) llevar la cuestión catalana; el trato en el Parlamento (negando por sistema comisiones de investigación); el uso tendencioso de la información, con control y censura en TVE y otros medios próximos,

y la broma de ruedas de plasma sin respuestas, periodistas despedidos (exigencias empresariales, difícil independencia).

Y mucho más: tantas mentiras, gestos y frases machistas, surrealismos en un Estado laico con el ministro del Interior condecorando a una Virgen; Ana Botella escapando en pleno caso del Madrid Arena a un Spa de lujo en Portugal; los misterios del Pequeño Nicolás; las flintas del increíble Wert, pagado con una fabulosa sinecura en París cuando él así lo exigió; el caso Monago, que cargó al Senado más de treinta viajes para ver a su amante en Canarias; un ministro del ejército hasta hace poco fabricante de armas, maleducado y nada transparente; amistades con narcotraficantes de un presidente gallego. Parecen responder con la frase “¡Que se jodan!” de Andrea Fabra. Y el mendaz discurso del miedo, apoyados por empresarios, capos europeos, ciertos periodistas.

Creo que cuando Pedro Sánchez ha rectificado sobre su duro enfrentamiento con Rajoy, un gesto inútil, gratuito, de conveniencia. Aunque el hasta ahora presidente del Gobierno no ha resultado, al frente de esa tropa, muy decente. Y ya que tuvieron mayoría absoluta y la perdieron, muchos confiamos, exigimos a las izquierdas todas, que impidan una segunda edición, no corregida pero sí aumentada.

5. Claveles portugueses⁶

Portugal ha recordado estas semanas, el 25 de abril de 1974. He podido constatar, en un reciente viaje, las espléndidas ediciones de prensa y revistas, libros, documentales; entrevistas, mesas redondas, declaraciones de protagonistas, añorantes y aun deseosos de volver hacia atrás la moviola. Es curioso que, con mil matices, nadie o casi nadie ha osado criticar aquello que algunos califican como el principal

⁶ El Periódico de Aragón, 2014.

momento de su historia contemporánea... Claro que allí, muerto Salazar hacía años, su sucesor Caetano hubo de exiliarse a toda prisa, y aquí Franco murió en una cama de hospital.

Han pasado cuarenta años de aquella singular “Revolución de los claveles”, que aquí vivimos con enorme envidia, porque aún seguíamos bajo la férrea dictadura de un Franco casi moribundo, y porque luego hicimos una transición mucho más templada y algo descafeinada. Claro que allí, poco después, se produjo una contrarrevolución que fue dejando las cosas tan tibias como aquí, si no más. Y allí, como aquí con Suárez (que se entendía mejor con Carrillo que con Felipe), fue leyenda el odio cerval que se tenían el líder socialista, Soares, y el comunista, Cunhal. Se desmontó el espíritu de los capitanes, llegando a ser encarcelado Otelo Saraiva de Carvalho “por delitos comunes”; murió en muerte sospechosa en accidente de aviación el centrista Sá Carneiro, dejando paso a derechas más radicales. Se dio marcha atrás a una reforma agraria tan esperada como la española de cuarenta años antes, y por ello aún más anacrónica.

Y luego, mientras que en España, tras los éxitos de Suárez y González, se aprestaron a gobernar las derechas con una vuelta a formas, modos y hasta leyes que evocaban gestos franquistas, allí barrió en 1987 Cavaco Silva, primer ministro muchos años, luego Jefe del Estado, de aire frío, distante, espectral. Largo periodo de rápido crecimiento económico, con un grupo de multinacionales gobernándolo casi todo.

Asistí a su mítin en la lisboeta Alameda Afonso Henriquez, desbordada por cientos de miles de personas, y también, desolado, a los pobres discursos del candidato socialista Vítor Constancio y los vibrantes pero poco eficaces del comunista Álvaro Cunhal; al desfile de miles de chicos y chicas jóvenes y guapos en sus descapotados coches por la Avenida de la República tras la victoria. He seguido desde entonces todos sus aconteceres, con gran interés y simpatía. Es costumbre aludir a cuántas cosas nos unen a portugueses y españoles; cierto, pero también hay muchas en que diferimos.

Entramos juntos en Europa (se les obligó a esperar para hacerlo así), y nuestras relaciones comerciales, turísticas, culturales, humanas, han experimentado un incremento extraordinario. Pero hay algo en Portugal que da otro tono a esas y otras semejanzas: es una República desde hace más de un siglo; aunque es aún muy grande la influencia de la Iglesia católica, el laicismo obra por doquier, respetado y digno, y el Estado mantiene las distancias; el Ejército, como quedó probado, está del lado del pueblo (aquí también, pero costó mucho); su apertura al exterior, desde su secular “amistad” con Gran Bretaña a la actual con el mundo lusófono, en especial Brasil, es obvia e intensa, y jamás se han puesto dificultades a la llegada de los antiguos súbditos. Conozco a docenas de profesores universitarios, y es normal que hablen a la perfección el inglés, en muchos casos el francés también, y desde luego leen muchos libros en español, ven nuestra televisión, han cambiado el viejo recelo y aun rencor por una actitud fraterna, amistosa. No sé si podríamos decir todo eso de nosotros hacia ellos.

Y, la diferencia fundamental: allí todos evocan ese gran momento histórico, y aquí la muerte de Suárez ha hecho volver la vista atrás con ira, criticando los fallos de la transición y, de paso, de la democracia, las autonomías... y se desoye cualquier propuesta de colaboración; las leyes, son retrógradas, en especial en Justicia e Interior; se mira para otra parte cuando se exige avivar la memoria histórica; hablan algunos derechistas de frentepopulismo, si pactan –raras veces– las izquierdas.

6. Las barbas de Portugal⁷

Portugal ha resuelto su largo y escandaloso atasco. Estábamos tan absortos aquí con nuestros debates, nuestras campañas, que apenas se ha atendido al caso portugués. Tras las elecciones generales del

⁷ El Periódico de Aragón, 2015.

4 de octubre, resultó que la coalición de derechas, que ganó en votos pero no con mayoría absoluta, fue propuesta el 22 del pasado mes para gobernar en minoría, a pesar del anuncio de la coalición de izquierdas de sumar mayoría de escaños y estar lista para asumir el poder. El presidente de la República, Aníbal Cavaco Silva, veterano representante de aquellas derechas, rechazó despectivamente la alternativa: no se fiaba de que estos formaran un gobierno estable y respondieran a las exigencias europeas y además, no le habían hecho llegar su candidatura. La lluvia de protestas y ataques, no le hizo cambiar de una actitud que algunos llegaron a calificar de prevaricación. Otros, pensando en España, deducían que si el monarca español hubiera tenido ese comportamiento hubiera puesto en grave peligro la corona...

Sin embargo, tanto el bloque de Izquierda de Catarina Martins, como el Partido Comunista liderado por Jerónimo de Sousa, han logrado un acuerdo de gobierno con los socialistas, alianza capaz de tumbar al Ejecutivo de las derechas, pues asociados con los Verdes han dispuesto de 122 de los 230 diputados, la mayoría absoluta requerida.

No es cierto, como clamó la derecha, que el Partido Socialista de António Costa haya debido forzar su izquierdismo, sino lo contrario: los izquierdistas han tenido la responsabilidad necesaria para asumir gran parte del programa socialista y dejar en el cajón algunas de sus propuestas más radicales. Y dejar que gobiernen, con su apoyo, los socialistas... ¿Enseñanzas? Todas. Para quienes deberán gobernar con alianzas en España a partir del 20 de diciembre. El PP ya se pone la venda antes que la herida protestando de que si no gobiernan ellos (pues ganar en votos y escaños pero no en mayoría, lo dan por descontado), lo hará una “unión de perdedores”...

7. Qué Europa queríamos⁸

No es esta aquella Europa que habían soñado los franceses Robert Schuman y Jean Monet y, con menor entusiasmo, los democristianos alemán e italiano Konrad Adenauer y Alcide De Gasperi al frente de dos potencias vencidas en la Segunda Guerra Mundial (y, junto a ellos, los gobernantes de tres pequeños pero ricos países ya experimentados en eso de unirse, Bélgica, Holanda y Luxemburgo). Cuando empezó ese germen de la Unión Europea era 1957: apenas habían pasado doce años del fin de la guerra, y se estaba en plena recuperación, aunque todavía supuraban las heridas, físicas y mentales.

Conscientes de que la base de una unión aduanera estaba en la economía, se pusieron las bases con la Comunidad Europea del Carbón y del Acero, y otras medidas cautelares y unificadoras. Eran sólo seis países, pero su decisión encarriló sucesivas incorporaciones. Lo más significativo: las reticencias de Gran Bretaña (y del general De Gaulle a aceptarla en “una Europa del Atlántico a los Urales”), la negativa de Noruega, la moneda única (a la que unos cuantos negaron su adhesión), el tratado de Schengen sobre supresión de fronteras (ocurrió lo mismo).

Pronto se unieron, aunque con remilgos, Inglaterra y sus amigos de la EFTA. Los países del sur con gobiernos dictatoriales (Portugal, España, Grecia) hubieron de aguardar más allá de sus regresos a la democracia para garantizar que iban en serio. Y llegaron los que venían tras el fin de la Unión Soviética, o Malta y el Chipre heleno. En el caso español supimos, tras el 23-F, que Europa era una garantía contra intentonas parecidas: sería salir fulminantemente de ella.

Precisamente porque el requisito previo y permanentemente exigido era una democracia plena, no entraron ni la eterna novia turca musulmana ni varios países de la antigua Yugoslavia, cuyas atroces

⁸ Heraldo de Aragón, 2014.

guerras civiles no supo Europa evitar. Como no ha sabido evitar o impedir otros conflictos más o menos próximos y que le afectaban, el último el de Ucrania. Y ha aguantado la respiración cuando, en países como Austria o Hungría, surgían importantes grupos de corte fascista, en el primero alcanzando el gobierno. No, no es el fuerte la política exterior, tan importante en un bloque que pretende contar algo frente a Estados Unidos, China, India y otros emergentes.

El gigante construido y asentado en Bruselas, Estrasburgo, La Haya y otras sedes menores, ha sido incapaz –como afirman los cada vez más abundantes y airados euroescépticos– de lograr una Constitución común, una Justicia coordinada; absorbe enormes sumas de dinero con las que protege agriculturas nada competitivas con el Tercer Mundo, paga generosamente a sus privilegiados funcionarios, mira para otro lado según quién incumpla normas, carece de una política social adecuada, apenas le preocupa la cultura y ha acabado dirigido por la Alemania reunificada, que camina hacia los cien millones de habitantes y es la mayor potencia económica del grupo. Algunos dicen que ahora ha ganado en frío la III Guerra Mundial.

Por no insistir en la errática política económica y financiera, con frecuentes cambios de rumbo. El presidente y el Parlamento son, como en países con monarquías democráticas, apenas figuras decorativas, diplomáticas, y las discusiones se eternizan entre la Babel de lenguas en que todo debe imprimirse, incapaces de acordar un idioma común. Más enérgicas medidas adoptan los comisarios, en especial los económicos, y el Banco Central Europeo. Pero hay la sensación de que aquella Europa soñada hace casi sesenta años se ha convertido en un juguete inútil y cada vez son más abundantes quienes querrían volver a sus monedas, retroceder en determinadas leyes, deshacer incluso el complejo montaje. Sus dirigentes no han sido brillantes políticos ni sólidos economistas, ni han sabido contar y convencer.

Y ahora, en España, en vez de hablar de esto, de urgir a muchos cambios (aquí también), nuestros políticos, con pocas excepciones,

se han entregado con furia a prefigurar futuras elecciones generales, autonómicas y municipales. Me temo que este sufrido pueblo, harto de tanta fanfarria e hipocresía, va a darles una fuerte patada, aunque formalmente parezca que se la da al trasero de la Unión Europea.

8. Otro fantasma recorre Europa: el de la desigualdad⁹

Son crecientes las tensiones dialécticas entre los economistas occidentales defensores del duro modelo actual de capitalismo, y quienes, desde perspectivas procedentes de un marxismo heterodoxo y renovador, analizan el grave problema que hoy acosa a Occidente: la creciente y escandalosa desigualdad entre los muy ricos y la masa de clases medias empobrecidas y clases trabajadoras con salarios basura o en paro.

En mis clases de Historia económica que durante cuarenta años impartí en nuestra Universidad, solía decir, evocando la figura de Marx como un gran científico que pasó su vida estudiando en la British Library, que los posteriores grandes historiadores marxistas anglosajones tenían la enorme ventaja de esa mezcla, que les hacía muy progresistas pero muy antidogmáticos. Desaparecida casi toda esa generación de los Sweezy, Thompson, Hobbsbawm, Samir Amin, etc., y apenas como testigo de la misma Noam Chomsky (que en diciembre ha cumplido 88 muy lúcidos años y acaba de hacer público su “Requiem por el sueño americano” afirmando que “el capitalismo se basa en supuestos despiadados, antihumanos”), la renovación teórica recae en los nacidos a mediados del siglo XX o a lo largo de los sesenta y setenta.

Precisamente el inglés Terry Eagleton publicó hace pocos años el importante libro “Por qué Marx tenía razón”, concluyendo que

⁹ Heraldo de Aragón, 2017.

“si prestó una atención tan constante a lo económico fue precisamente con el propósito de disminuir el poder de ese ámbito sobre el conjunto de la humanidad. Su materialismo era perfectamente compatible con las convicciones morales y espirituales profundas. No escatimó elogios hacia la clase media; para él, el socialismo era heredero de los grandes legados de aquella: la libertad, los derechos civiles y la prosperidad material”. De su misma edad, Tony Atkinson, catedrático en Oxford y profesor de la London School of Economics, decano de la nueva escuela de estudios sobre la desigualdad, fallecido el 1 de enero de este año, acababa de publicar “Inequality, what can be done?”, soltando todas las alarmas ante la plaga económica de nuestro tiempo: la extrema polarización de rentas y riqueza.

Diez años más joven, el serbio profesor en Estados Unidos, Branko Milanović, sentenció recientemente: “La brecha económica es venenosa, destroza las sociedades y es perjudicial para la democracia”. El mismo, en una entrevista de 2014, respondía a la web “Sin permiso”: “En el interior mismo de los países de la OCDE, que son históricamente los países de tradición democrática, tenemos una clase de super-ricos que aprovechan plenamente la mundialización, mientras que existe una gran masa que ha visto estancarse, e incluso retroceder, sus ingresos. En los Estados Unidos, donde más espectacular ha sido el cambio, a la clase media no le corresponde más que el 21% de los ingresos del país, contra un 32% en 1979, es decir, un descenso de un tercio. Para acompañar a la mundialización, los estados europeos deberían poner el acento en la redistribución. Y hacerlo de tal modo que los grandes ganadores compartan los beneficios con los que pierden...Y, sin embargo, lo que se observa es todo lo contrario”.

Ha sido el economista más leído desde hace lustros en todo Occidente, el aún más joven, Thomas Piketty (francés formado en unos Estados Unidos que critica duramente, pero donde ha tenido un éxito enorme) quien concluye su famoso libro “El capital del siglo XXI” afirmando: “Una sociedad donde los ricos poseen un alto grado

de influencia económica, política y sociocultural es en muchos aspectos una sociedad indeseable.” Piketty explicó el año pasado en Madrid, en una conferencia en el Bellas Artes: “Ahora estamos llegando a niveles máximos de desigualdad y puede que ello esté contribuyendo al aumento de la imposibilidad de pagar la deuda... ¿Cómo se genera la desigualdad? Por razones políticas que desembocan en que el crecimiento de los rendimientos del capital sean superiores al crecimiento del PIB... La desigualdad más importante que hay en la zona euro es la impresionante tasa de paro relacionada con la crisis, la recesión y la austeridad”.

Otros muchos economistas han volcado sus trabajos sobre el tema, como los premios Nobel Joseph E. Stiglitz, Krugman y Angus Deaton; o el ex economista jefe del Banco Mundial François Bourguignon, autor de “La desigualdad de la globalización”; el reconocido politólogo de la Universidad de Princeton Carles Boix; el profesor de Berkeley Robert Reich, o la canadiense Naomi Klein (que respondía brillantemente a Jordi Évole en una magnífica entrevista). Y no todos, ni mucho menos, marxistas ortodoxos, sino más bien críticos. Como lo era el recién fallecido Zygmunt Bauman, que denunció con energía: “La izquierda abandonó a los débiles”.

Entre nosotros, el tema ha tenido sobre todo un gran difusor, en el prestigioso catedrático en Barcelona, y hasta hace poco presidente allí del Círculo de Economía, Antón Costas, quien ha escrito brillantes páginas, y a pesar de su frágil salud ha recorrido España con aleccionadoras conferencias (le oímos en Ibercaja, en un acto con la Fundación Lluçà hace pocos meses), y resumía una de sus muchas ideas en una entrevista en Público: “La pobreza no viene solo de la falta de empleo, sino de los precios de monopolio. España es el país europeo con mayor número de cárteles. Es necesaria una política antimonopolio y anticártel a favor de los hogares. Ese sobreprecio detrae recursos de los hogares que pagan los servicios y los productos más caros, no por su precio real. En España la desigualdad ha crecido mucho porque

el desempleo ha sido mayor, pero también porque los impuestos y los programas sociales tienen una menor eficacia redistributiva”.

Para terminar, quiero informar de la magnífica jornada que, en torno a Thomas Piketty y su teoría de la distribución, reunió a medio centenar largo de profesores de la Facultad de Economía y Empresa, que escucharon a lo largo de todo un día, el jueves 2 de febrero, excelentes especialistas.

9. Para entender nuestro tiempo¹⁰

Josep Fontana explica lo que cuenta con sencillez y claridad, y transmite una enorme lucidez pesimista, sobre cómo está el mundo y por qué se ha llegado a esta situación. Ya que “las luchas colectivas de las sociedades humanas han sido motivadas ante todo por la esperanza de acceder a... la libertad y la igualdad”, y tras haber marcado el siglo XX la Revolución Rusa, gran amenaza para el orden establecido, a los terribles acontecimientos presididos por dos atroces guerras mundiales sucedió un periodo de esperanza, crecimiento, racionalidad.

Nos cuenta con detalle la Gran Guerra, “una hecatombe sin precedentes, con pérdidas en una escala monstruosa”: diez millones de soldados, siete de civiles. En la hora de la Revolución rusa, de enorme impacto en Europa, parecía posible adelantar el socialismo; pero señala con dolor, “los partidos socialdemócratas, teóricamente revolucionarios... colaboraban con las fuerzas reaccionarias... en el caso de Alemania con el propio ejército prusiano, para combatir a sangre y fuego a los comunistas”. En la fase siguiente se trató de restablecer el orden, a la vez que se repartían aún más el mundo las grandes potencias. El mapa planetario había cambiado notablemente, la colonización favoreció la tribalización y la etnicidad y estuvo en el origen

¹⁰ Josep Fontana, *El siglo de la Revolución. Una historia del mundo desde 1914*. Crítica, Barna, 804 p. Heraldo de Aragón, 2017.

de muchas de las grandes tragedias de África. Y estallaron los desequilibrios mundiales en la crisis iniciada en 1929, de terribles efectos.

Sigue un amplísimo y magistral estudio de la II Guerra Mundial, la mayor de la historia, que dejaba 60 millones de muertos, en su mayoría civiles, casi la mitad soviéticos y una cuarta parte chinos. Se inicia entonces el siglo americano, cuando los Estados Unidos aspiran a restablecer un libre comercio en el que tendrían un papel predominante, base de su supremacía política. Aunque cayó en una guerra fría insensata, que arruinó la economía de la URSS y dedicó la suya a un rearme costosísimo. Entre 1945 y 1975 los países desarrollados registraron las mayores cotas de igualdad conocidas e hicieron acariciar “la ilusión de un mundo de progreso continuado en que los grandes objetivos sociales de los revolucionarios podrían alcanzarse pacíficamente por la vía de la negociación”. A esa “marea alta”, con el nivel más alto de progreso y democracia, a pesar de múltiples conflictos, sucederán tiempos revueltos y un giro contrarrevolucionario que produce un enorme desencanto en las clases medias y bajas y un desengaño y frustración en tanta gente comprometida.

Cuando la guerra fría termina en 1989 con la caída del muro de Berlín y el desplome rápido de la URSS, “el capitalismo liberal había ganado el conflicto y proclamaba su derecho a extenderse a escala mundial”. Se produjo “la reconquista del poder por las clases dominantes y a una fase de retroceso social” que ha culminado en la gran crisis en que nos encontramos. A comienzos del s.XX se produce la refundación del Imperio americano, aunque también su crisis. En los capítulos finales explica Fontana “el proceso global que ha conducido a consolidar un orden social injusto, a través del aumento de la desigualdad”, en esta, ya nuestra, época de guerra e incertidumbre. Y el recorrido por un siglo de luchas concluye con un análisis de los mecanismos en que se basa el triunfo creciente de la desigualdad, con su secuela de pobreza y estancamiento, en un dramático contraste con las previsiones en que creímos en el pasado.

A todo eso se agrega “una débil demografía, las deficiencias de la educación y la carga creciente de las deudas del estado”. Y termina citando un artículo de Martin Wolf en el Financial Times: “Acostumbraos a esto. No cambiará”.

No se le podrá acusar ni de falta de datos, que amontona con agilidad, junto a anécdotas terribles, comentarios airados pero contenidos, ni de claridad contundente.

**MEMÓRIA DA GUERRA CIVIL DE ESPANHA NA
PRAIA DA FIGUEIRA DA FOZ (1936-1939):
PROPOSTA DE ITINERÁRIO HISTÓRICO**

Irene Vaquinhas

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal) /
/ Centro de História da Sociedade e da Cultura

1. Introdução

A Guerra Civil de Espanha teve um papel decisivo na definição ideológica e na consolidação do regime autoritário salazarista, tendo igualmente sido determinante nas opções estratégicas da política externa portuguesa do tempo. Objeto de paixões e de polémicas, o tema tem suscitado numerosos estudos, sendo a bibliografia portuguesa sobre o assunto extensa (Valério, 2001: 205; Loff, 2006: 77-131), em particular no que concerne às relações políticas e diplomáticas entre Portugal e Espanha, aos impactos na política interna e suas consequências económicas e sociais (Oliveira, 1996: 410; Torre Gómez, 2007: 287-304) ou ao papel desempenhado pelas forças policiais no controlo e nas ações de vigilância das fronteiras (Madroñero, 1986: 367-370; Faria, 2017: 61-84). Embora, oficialmente, o regime salazarista tenha adotado em relação ao conflito a posição de não intervenção¹,

¹ Como bem observa Hipólito de la Torre Gómez, as relações peninsulares, entre 1910 e 1936, “se caracterizaron por unos rasgos de tensión, algunas veces manifesta, casi siempre soterrada y hasta camuflada en palabras de amistad” (Torre Gómez, 2007: 301).

em termos práticos, apoiou, “com meios e por vias diversas os nacionalistas espanhóis” (Oliveira, 1996: 411; Rodrigues, 2001: 504) procedendo, entre outros aspetos, ao aprisionamento e à deportação para Espanha de vários refugiados ou, em caso de republicanos, entregando-os diretamente às tropas nacionalistas nas fronteiras, os quais eram, em muitas situações, de imediato fuzilados. Manifestações claras de desumanidade eram também as “batidas” aos “comunistas” e aos “vermelhos”, em algumas localidades, como em Castro Laboreiro, no concelho de Melgaço (Vaquinhas, 2015: 4766, nota 50; Fernandes 2003: 114).

Porém, contrariamente aos temas mencionados, é ainda pouco conhecida a presença espanhola no território nacional, não obstante a “memória coletiva das regiões portuguesas de fronteira” constituir uma linha de investigação aberta pelos trabalhos pioneiros de César de Oliveira nos anos 1980 (Loff, 2006: 107). Embora se saiba que, no início do conflito bélico, “entre Agosto e Setembro de 1936 milhares de pessoas (civis, militares, republicanos, franquistas) procuraram refúgio em Portugal” (Baía, 2013: 940; Faria, 2017: 84), não há dados precisos quanto ao seu número (Simões, 2018: 105), exceto em casos pontuais². Já quanto aos motivos das deslocações, repartição pelo território nacional, condições e lugares de permanência, tipo de residência (legal ou clandestina), ou o significado político das respetivas estadas, as informações são escassas.

Os estudos disponíveis centram-se nas zonas da raia luso-espanhola, na região galaico-portuguesa, e, sobretudo, em toda a área alentejana

² Na localidade de Barrancos era de 1020 o número de refugiados, os quais foram repartidos pelas herdades da Coitadinha e das Russianas, tendo sido expatriados, por via marítima, para Tarragona, em Julho de 1936 (Baía, 2013: 940; Faria, 2017: 84). Já para Elvas, Moisés Antunes Lopes aponta o número de 1024 refugiados espanhóis no ano de 1936, alojados no Forte de Nossa Senhora da Graça e na Praça de Touros, valor que não contempla as mulheres e as crianças também vindas de Espanha (Lopes, 2017: 92). As estimativas de César Oliveira apontavam para cerca de 5000 a 6000 pessoas refugiadas (cit. Simões, 2018: 105).

e província da Extremadura, pondo, igualmente, em relevo as solidariedades dos dois lados da fronteira (Simões, 2011; 2013; 2014, 2018; Fonseca, 2018: 85-94). Sem a preocupação de exaustividade, salientam-se os estudos de Dulce Simões sobre Barrancos, no distrito de Beja, localidade com uma memória viva de “resistência fronteiriça”, onde foram acolhidos “grupos ideologicamente opostos” (Simões, 2013: 817); os de Moisés Antunes Lopes sobre Elvas (Lopes, 2017) ou os de Maria Fernanda Candeias (1997) e de João Urbano Pires (1997) sobre várias localidades alentejanas. Para o caso da fronteira com a Galiza mencionam-se, entre outros, os estudos de Paula Godinho (2011) e de José Marques Fernandes (2003: 83-120). Outras localidades não raianas foram também locais de refúgio, a exemplo da Herdade de Algeruz, em Palmela (+museu, 2016), e da Figueira da Foz (Vaquinhas, 2015: 4757-4778)³. Desde finais do século XIX, a cidade era um dos mais concorridos locais de veraneio do país, sobretudo após a abertura, na década de 1880, da linha férrea da Beira Alta, a qual, pela via da ligação à rede ferroviária espanhola, fez aumentar o número de veraneantes do país vizinho, proveniente, sobretudo, de regiões fronteiriças.

Este estudo tem precisamente como objetivo reconstituir a presença de espanhóis na cidade da Figueira da Foz, ao tempo da Guerra Civil, identificar os locais mais frequentados ou representativos da sua estada, recuperar esse património imaterial, e propor um itinerário histórico que enquadre a cidade no mapa dos “lugares de memória” da rota da fuga da Espanha em guerra. No país vizinho, os movimentos de recuperação memorialista desse conflito têm tido, na atualidade, grande desenvolvimento (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 155-172) e enquadram-se num processo de “dignificación, reparación,

³ Uma outra localidade que conviria estudar na perspetiva deste conflito é a praia de Espinho, no norte do país, dada a existência de uma forte colónia de espanhóis que anualmente a frequentava no período estival.

derecho a la justicia y reconocimiento social y político de “los vencidos de la guerra” (Simões, 2013B, 43).

Como metodologia de trabalho, recorreu-se ao cruzamento de fontes, de variada tipologia, tanto manuscrita como impressa, disponíveis no Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Figueira da Foz (AHMFF), em especial, “Vistos de Estrangeiros” (1935-1936), “Registo de Estrangeiros residentes no concelho da Figueira da Foz (1937-1938)”, “Vistos de Autorização de Residência (1930-1945)”, assim como imprensa periódica⁴. Essas fontes de informação foram completadas com documentos dos núcleos do Ministério do Interior, do Arquivo Salazar e dos Serviços Centrais da PIDE, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, bem como com algumas obras memorialistas ou literárias, a exemplo do consagrado romance *Sinais de fogo*, de Jorge de Sena (1984).

Como se caracteriza o turismo relacionado com conflitos bélicos? Que valores e prioridades defende? Como possibilita, no caso da estância balnear da Figueira da Foz, construir e conservar a memória de um período crucial da história da cidade? Estas são algumas questões a que se procurará dar resposta.

2. Sobre o turismo memorial e a formalização de itinerários históricos

O turismo memorial dirigido para locais traumáticos, de sofrimento, de destruição ou de repressão, remontando ao início do século XX, intensificou-se após a abertura europeia das fronteiras na sequência da queda do muro de Berlim, em 1989 (Vaquinhas, 2019: 12-16). Contribuiu também para a sua dinamização, a redução dos conflitos armados na Europa ocidental e a consolidação das democracias (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 156).

⁴ A indicação detalhada das fontes consultadas encontra-se em Vaquinhas, 2015: 4772.

Constitui uma forma particular de turismo que articula a consciência histórica com a recuperação do testemunho memorial e no qual a “disneylização da guerra” e os aspetos “puramente recreativos são secundarizados” (Crahay, 2014, p. 151), em benefício de uma relação biográfica, individual ou coletiva, dos visitantes com os lugares percorridos (Betchtel; Jurgenson, 2013, p. 13). Tem afinidades com o “dark tourism”, também apelidado de turismo “mórbido ou macabro”, em particular com a fileira centrada nos locais de conflitos bélicos ou em espaços associados à morte, à opressão ou ao sofrimento. Visa, igualmente, restituir uma memória coletiva e conferir valor pedagógico e de uso ao património cultural, concebendo-o como um investimento produtivo, dimensões que se enquadram no atual gosto “pelo passado”, no reconhecimento do património cultural como um fator de desenvolvimento sustentável (Greffé, 2011, p. 928), e em preocupações sociais e políticas do tempo presente. É o caso da noção de património como fator de identidade (Hertzog, 2011), bem como da importância ideológica dos valores de reconciliação e de tolerância, associados à paz, aos direitos humanos e à democracia, princípios subjacentes à reconfiguração do espaço europeu após o termo da segunda Grande Guerra.

Pelo seu caráter complexo, o turismo de memória procura proporcionar ao turista ou ao visitante uma experiência intercultural enriquecedora, dando-lhe a conhecer o espaço físico dos acontecimentos ocorridos, assim como transmitir, de uma forma didática, valores educativos que o conduzam a refletir no contexto histórico e nas questões ideológicas que estiveram na sua origem.

A partir destas ideias-força tem aumentado, na vertente do turismo cultural, a oferta de vários tipos de produtos, capazes de potenciarem e de viabilizarem um leque alargado de atividades, sendo as rotas turísticas temáticas ou os itinerários históricos, um dos casos mais representativos. Em rigor, uma rota é uma “descrição de um caminho [...] especificando os lugares [...] e propondo uma série de atividades

e serviços” (Maia; Baptista, 2011, p. 673), a qual obedece a procedimentos técnicos específicos e a uma lógica estruturante (Figueira, 2013, p. 20).

No caso de Espanha, desde o início do atual século, têm sido ativados, em termos turísticos, espaços relacionados com a Guerra Civil. Iniciado nas comunidades autónomas, esse investimento alargou-se a outras zonas impulsionado pela Lei da Memória Histórica de 2007 (lei 52/2007 de 26 de dezembro), por uma “política del olvido y la reconciliación com el paso de los años y la madurez del sistema democrático” (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 158) e pela crescente procura turística. Tendo como objetivo recuperar a memória do conflito sem se cair na “banalização”, foram gizadas, entre outras iniciativas, rotas e passeios temáticos. Esse esforço tem sido promovido em vários locais da comunidade de Madrid (serra de Guadarrama, Cerro del Melero, Colmenar del Arroyo...), ou da Catalunha, fomentado, neste segundo caso, pelo Memorial Democràtic e pela Red de Espacios de Memoria de Catalunya⁵, entre outros lugares do país vizinho (Navajas Corral y González Fraile, 2017: 159-161).

Em Portugal são em escasso número as autarquias que têm investido na recuperação memorial da Guerra Civil de Espanha. Um exemplo representativo é o da câmara municipal de Cascais que criou, no ano de 1999, o espaço Memória dos Exílios⁶, que evoca a relevância da localidade como espaço de refúgio tanto da Guerra Civil de Espanha como da 2.^a Grande Guerra. Em zonas da raia luso-espanhola,

⁵ O Serviço Educativo do Museu Memorial del Exil (MUME), localizado em La Jonquera (Girona), organiza várias “Rotas do Exílio” subordinadas às seguintes temáticas: “Caminos de exilio y frontera”, “Recuerdos del exilio”, “Caminos y recuerdos del exilio”, “El campo de Argelès”, “Collioure y Antonio Machado”, “Portbou y Walter Benjamin. La retirada y la Segunda Guerra Mundial” e “Pau Casals y Pompeu Fabra: Dos maestros em Prada de Confiat”, <http://www.museuexili.cat>.

⁶ <https://www.cascais.pt/equipamento/espaco-memoria-dos-exilios>. Sobre este mesmo assunto, veja-se também Lima; Neves, 2005. No ano de 2006, a Biblioteca Museu República e Resistência inaugurou uma exposição dedicada à Guerra Civil de Espanha, a qual também foi exibida no Museu de Sines.

não obstante terem sido fundados vários espaços museológicos dedicados à problemática da fronteira, centrados sobretudo nas questões da emigração e do contrabando (casos de Melgaço, ou das aldeias de Santana de Cambas ou Moimenta, respetivamente nos concelhos de Mértola e de Vinhais)⁷, nenhum incide especificamente na Guerra Civil de Espanha, sendo a referência a esse acontecimento pontualmente evocada no âmbito de exposições temporárias⁸. Porém, dado as rotas ou os itinerários constituírem um recurso patrimonial de inigualável valor, tanto para o turismo cultural como para o melhor conhecimento de períodos ou acontecimentos históricos, importa investir na sua dinamização.

3. O “trágico verão de 1936...” na praia da Figueira da Foz. A Guerra Civil de Espanha e os “turistas acidentais”

O início da guerra civil, a 18 de Julho de 1936 (Oliveira, 1996: 410), teve um impacto imediato na cidade da Figueira da Foz, ao reduzir o número de veraneantes do país vizinho, situação evocada pela imprensa nos finais do mês de Julho, mencionando-se “[...] a falta de famílias espanholas [...] devido aos acontecimentos que o leitor conhece”, ou seja, a “tentativa de pronunciamento militar de generais e oficiais superiores das Forças Armadas contra o poder republicano legitimamente constituído desde as eleições de 16 de Fevereiro de

⁷ É o caso do *Espaço Memória de Fronteira*, em Melgaço, com dois principais núcleos expositivos, um dedicado ao contrabando e outro à emigração, ou dos Museus do Contrabando, em Santana de Cambas, no concelho de Mértola, e em Moimenta, concelho de Vinhais. O tema do contrabando está na origem de várias rotas em algumas localidades, como Marvão, Vilarelho da Raia (Chaves), Montalegre, Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova), entre outras.

⁸ O *Espaço Memória de Fronteira*, de Melgaço, já realizou exposições dedicadas ao assunto e prepara, no ano de 2020, uma iniciativa destinada a evocar a solidariedade galaico-portuguesa ao tempo da Guerra Civil. Esta Informação foi gentilmente prestada pela Sra. Dra. Salma Silva, da Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Melgaço, a quem muito agradeço.

1936 que deram a vitória à Frente Popular” (Oliveira, 1996: 410). Os jornais locais referem igualmente os impedimentos colocados, em Espanha, à saída de homens válidos, mobilizados para o conflito⁹, reduzindo o número de turistas. Nos anos a seguir, até ao termo do conflito, no mês de Abril de 1939, a situação ir-se-á agravar, chegando alguns articulistas da imprensa a afirmarem que “D. Época não resistiu. Morreu D. Época Balnear”¹⁰, reportando-se à diminuição de veraneantes espanhóis e ao seu impacto no turismo local, que acusa uma acentuada quebra nos anos de 1937 a 1939¹¹.

Em Abril de 1937, o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz fecha as suas portas, adensando ainda mais a situação. A mobilização do comércio local junto da empresa proprietária (ao tempo a Confederação da União Fabril, do empresário Alfredo da Silva), bem como das instâncias políticas, possibilitará a sua reabertura, no ano de 1938, mas sem a concessão de jogo que só será reposta a 26 de Junho de 1939 (Vaquinhas, 2010: 137-152). A evolução da situação política espanhola será acompanhada pela imprensa local, escrevendo-se, no jornal *O Figueirense*, de 1 de Janeiro de 1938, que “[...] a vizinha Espanha, trocou as castanholas por metralhadoras [...] sentimos com tristeza e piedade a chacina cruel de irmãos contra irmãos – fogueira fratricida alimentada com achas de estranhas gentes, que vão alimentando o fogo [...]”.

Porém, se a guerra civil reduziu o número de veraneantes do país vizinho, por outro lado, fez elevar o número de vistos concedidos a estrangeiros¹², pela Administração do Concelho, no verão de 1936, o qual triplica, relativamente ao ano de 1935, passando de 86 para 262 (Vaquinhas, 2015: 4760-4761). A maior parte é concedida a espanhóis

⁹ *O Figueirense*, 13 de junho de 1937.

¹⁰ *O Figueirense*, 30 de setembro de 1939.

¹¹ *O Figueirense*, 1 de novembro de 1939.

¹² AHMFF, Vistos de Estrangeiros, 1935-1936.

(71,6%) e, cerca de metade (54,9%), emitidos a partir dos limites finais da época balnear (meses de Setembro, Outubro e Novembro), fora do tradicional período de veraneio da “colónia do país vizinho” (Quadro I).

Quadro I – Repartição mensal da concessão de vistos a espanhóis na Figueira da Foz (1935-1936)

	1935	1936	%
Janeiro		23	10.8
Fevereiro			0
Março		1	0.47
Abril		2	0.94
Maiο		8	3.76
Junho		26	12.2
Julho	5	10	4.69
Agosto	16	26	12.2
Setembro	2	95	44.6
Outubro		18	8.45
Novembro		4	1.88
Dezembro			
Sem indicação	14		
TOTAL	37	213	99.99

Fonte: AHMFF, Vistos de Estrangeiros (1935-1936).

Em termos administrativos, cabia aos governos civis e às administrações dos concelhos a concessão de vistos (por um período de trinta dias) e de autorizações de residência (por seis meses). Contudo, as convulsões políticas das primeiras décadas do século XX e as profundas alterações da conjuntura internacional, fazendo subir vertiginosamente o número de refugiados e de apátridas, vão ditar alterações significativas quanto às condições mediante as quais os estrangeiros podiam transpor as fronteiras e entrar em Portugal (Chalante, 2011: 41-63). Sucede-se um conjunto de medidas tendentes,

por um lado, “a proteger a mão de obra nacional perante os invasores estrangeiros” e, por outro, a “evitar a entrada de “indesejáveis” no país, ou seja, “polacos, russos, portadores de passaportes Nansen e apátridas” (Chalante, 2011: 47-52).

A pressão da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) na definição de uma política rigorosa de vistos¹³, determinaria a promulgação, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da circular interna de Março de 1936, “a qual se destinava a facilitar a visita de viajantes recomendáveis e a evitar o ingresso dos indesejáveis”, procurando-se impedir a entrada de imigrantes e promover o ingresso de turistas (Chalante, 2011: 53). Esta decisão vai ter consequências no tratamento a dar pelas autoridades aos refugiados, oscilando-se entre a ajuda humanitária e a vigilância e/ou repressão aos militantes políticos.

Com o início da Guerra Civil, o Estado Novo “endurece a sua polícia de fronteiras” (Pimentel, 1996: 824), embora os naturais de Espanha nunca tenham sido, de uma maneira geral, encarados como uma ameaça, nem as razões políticas e militares que presidem ao seu êxodo os colocam no quadro jurídico das migrações económicas. Estes constituem mesmo, nos Anos Trinta, a maior comunidade estrangeira em Portugal. As estatísticas oficiais apontam para valores superiores a 50% relativamente à totalidade de estrangeiros residentes no país (Vaquinhas, 2015: 4762).

A comunidade espanhola estava sobretudo fixada nas cidades de Lisboa e do Porto, registando-se, no distrito de Coimbra, números relativamente baixos de residentes naturais de Espanha, embora se observe um acréscimo significativo no ano de 1936 relativamente ao anterior (em número de 322, relativamente a 134 no ano de 1935) (Vaquinhas, 2015: 4762).

¹³ ANTT, Arquivo Salazar, Legislação relativa aos estrangeiros em Portugal: NE – 1, cx. 392, pt. 22.

A situação particular da Figueira da Foz nas rotas do turismo ibérico nas primeiras décadas do século XX, associado à tradição de veraneio por famílias espanholas, vai converter a cidade em local de acolhimento temporário. As próprias instituições cidadinas, habituadas à sua presença, acusam alguma hesitação na forma de os classificar, nunca identificando os espanhóis como refugiados e/ou exilados, sempre como turistas, eventualmente “acidentais” ou “forçados”. A imprensa local traduz este ponto de vista, ao afirmar “Nós os figueirenses acostumamo-nos a considerar os espanhóis como pessoas da nossa privança íntima” e quando chegavam, “saudamos [...] como se apenas estivessem estado ausentes durante os meses de inverno¹⁴. A identificação é completamente distinta daquela que será reservada aos refugiados da 2.^a Grande Guerra, inclusive ao nível da memória local¹⁵, já que a cidade da Figueira da Foz será, a partir de Junho de 1940, uma das estâncias balneares escolhidas como residência fixa (Vaquinhas, 2019: 10-36).

A vaga de vistos de 1935 e 1936 e o cordial acolhimento subsequente traduz, à sua maneira, os vínculos privilegiados da localidade com nacionais espanhóis, estabelecidos desde os finais do século XIX, o que singulariza esta situação no quadro de outros países/regiões de acolhimento caracterizados, em alguns casos, por receções violentas aos refugiados (Maugendre, 2013: 37).

A análise dos Vistos (de permanência) permite verificar que são sobretudo mulheres que solicitam a concessão de visto, mais precisamente 85,5% do total dos estrangeiros de nacionalidade espanhola¹⁶ (Quadro II).

¹⁴ *O Figueirense* de 18 de março de 1937.

¹⁵ Algumas recolhas orais feitas nos meses de Abril, Maio e Junho de 2014, na Figueira da Foz, permitiram confirmar esta aceção na memória local: os espanhóis não são identificados como refugiados e/ou exilados, designação que é exclusivamente reservada aos estrangeiros que afluíram à cidade, nos anos 1940, em fuga do holocausto.

¹⁶ A percentagem de vistos concedidos a homens, nestes anos de 1935 e 1936, é de 28,5%.

Quadro II – Vistos concedidos a espanhóis: repartição por sexo (1935-1936)

	SF	SM	TOTAL
1935	24	12	36
1936	154	59	213
TOTAL	178	71	249

Fonte: AHFF, Vistos de Estrangeiros (1935-1936).

A integração dos recém-chegados não causou qualquer perturbação no quotidiano urbano. Tal como em período de veraneio, a lista das moradas referidas às autoridades indica a sua distribuição por toda a cidade, tanto residindo em hotéis e pensões (Hotel Portugal, Hotel Aliança, Hotel Central, Hotel Reis, Pensão Demétrio, Pensão Albertina, Pensão Beirense...) como, sobretudo, em habitações, sendo difícil saber se se trata de casas arrendadas ou de quartos alugados em casas particulares.

A importância adquirida pela cidade na oferta turística estival facilitou o processo de integração de estrangeiros, disponibilizando-se um parque habitacional preparado para o efeito. As moradas indicadas nas listas nominativas de vistos apontam para grupos de pessoas residindo no mesmo local, provavelmente da mesma família, muitas delas acompanhadas por “serventes”, ou seja, pela criadagem em geral (criados, *chauffeurs*, cozinheiras), mas sem os elementos masculinos, cabeças de casal. Muitos dos homens que constam das listas (27,7%, no ano de 1936), identificam-se ora como jubilados ou reformados, presumivelmente com idades superiores a 50/60 anos, ora como estudantes, sendo, por conseguinte, jovens. Em qualquer das circunstâncias, isentos da mobilização militar. As fontes parecem apontar para o acolhimento na cidade de agregados domésticos em fuga, encabeçados por elementos femininos. Trata-se de uma situação análoga a outros processos de fuga (por terra e por mar) protagonizados por mulheres, durante a guerra civil espanhola, com destino ao litoral francês ou aos pirinéus orientais (Alted Vigil, 2008: 66-67).

Quanto à origem social dos refugiados, as profissões masculinas elencadas enquadram-se na classe média ou média alta, destacando-se profissionais liberais (médicos, advogados, juízes...), com 22.5%, bem como docentes e estudantes (21,1%), a que se segue, também com alguma representatividade numérica (12,7%) comerciantes e industriais, entre outras profissões. Quanto às mulheres, a maior parte identifica-se como doméstica (75,7%). A quota parte de criados e serventes também é relativamente elevada (20,4% e 9,86% respetivamente de mulheres e de homens). A importância numérica de grupos sociais tanto de topo como de base inferior, sugerindo desigualdade social e económica, parece demonstrar, como atrás se indicou, a transferência para a cidade de agregados domésticos, acompanhados dos respetivos serviços.

Quanto aos motivos da fuga, é difícil saber se decorreu da violência do conflito ou se resultou de perseguições políticas, entre os quais o massacre de Badajoz, ocorrido em Agosto de 1936, em consequência da repressão exercida pelas forças franquistas sobre civis e militares defensores da 2.^a República (Vicente, 2011: 15-17). Embora os dados não permitam conclusões seguras, nos Vistos em que se referem as naturalidades dos solicitantes, predominam as províncias de Extremadura e Castela e Leão, mais precisamente as localidades de Badajoz, Caceres, Valencia de Alcantara, Orense, Salamanca e Zamora (em particular Morales del Vino), entre outras. Contudo, como bem assinala António Pedro Vicente, “em Portugal [se refugiaram] grande número de espanhóis de ambos os bandos” (Vicente, 2011: 11). Algumas pessoas foram, no entanto, surpreendidas pelo início do conflito quando se encontravam, de veraneio, na Figueira da Foz, como testemunharam alguns descendentes de refugiados (Bardají López: 23), assunto evocado no romance *Sinais de Fogo*.

O confronto da lista nominativa dos vistos com a documentação dos serviços centrais da PIDE permitiu detetar três casos (3 homens) associados a forças de esquerda e que serão expulsos de Portugal

pelo regime político. É o caso do comissionista José Herrera Borrego (1881-?), do advogado Pedro Gutierrez Lopez (1901-?) e do procurador Mercedes Gutierrez Clemente (1875-?)¹⁷. O primeiro foi feito prisioneiro pela inspeção de Coimbra, em 26 de Janeiro de 1937, tendo dado entrada nos calabouços da Polícia de Segurança Pública daquela cidade, onde se manteve até ter sido expulso do país, pela fronteira de Vilar Formoso, dois meses depois, a 30 de Março¹⁸. Quanto ao advogado Pedro Gutierrez Lopez será preso para averiguações em Coimbra, em 7 de Julho de 1937, colocado em regime de incomunicabilidade e expulso do país, por via marítima, acerca de um mês depois, a 12 de Agosto. À data da prisão ambos residiam na Figueira da Foz (Rua da República e Travessa do Circo, respetivamente)¹⁹, embora as moradas que constam no seu processo da PIDE não correspondam à dos Vistos. Quanto ao procurador Mercedes Gutierrez Clemente foi preso em 11 de Julho de 1937, pela Delegação do Porto da PVDE, no Grande Hotel de Espinho, onde então residia. Foi conduzido para Coimbra, colocado em regime de incomunicabilidade e expulso do país pelo porto de Lisboa em 12 de Agosto do mesmo ano²⁰. A documentação dos Vistos permite ainda verificar que, nos casos referidos, a morada indicada é partilhada por outras pessoas, o que sugere a sua permanência na Figueira com familiares.

Da lista dos vistos consta também o deputado por Badajoz, Luiz Bardají López (1880-1942), advogado, político, membro do Partido Republicano Radical, tendo sido ministro da Instrução Pública e Belas Artes durante a 2.^a República espanhola (de 29 de Outubro a 14 de

¹⁷ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 30, registo n.º 5920; liv. 37, registo n.º 7374; liv. 38, registo n.º 7440.

¹⁸ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 30, registo n.º 5920.

¹⁹ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 37, registo n.º 7374.

²⁰ ANTT, PIDE, Serviços Centrais, Registo Geral de Presos: liv. 38, registo n.º 7440.

Dezembro de 1935) (Bardajá López, 2004: 23)²¹. Frequente habitual da praia²², pelo menos desde os anos 1920, figurando em algumas festas realizadas no Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, ao tempo da Guerra Civil residia na Rua Cândido dos Reis. Da lista de vistos constam outras pessoas com idêntico apelido (familiares?) mas em outra morada. Desta individualidade nada consta nos ficheiros da PIDE.

O confronto da lista nominativa dos vistos com a documentação dos serviços centrais da PIDE permitiu detetar que, pelo menos, as pessoas referidas terão permanecido na Figueira da Foz cerca de um ano, onde virão a ser aprisionados pela polícia política e expulsos do país em Julho de 1937. A presença deste tipo de refugiado confere fundamento histórico ao romance de Jorge de Sena, cujo enredo inclui o acolhimento clandestino a espanhóis, perseguidos politicamente, a exemplo do tio do personagem principal que mantinha escondidos em casa dois espanhóis, sob a justificação de que “podiam ser presos”, um, “chefe socialista nas Astúrias”, o outro, “ativo agente do separatismo basco” (Sena, 1984: 75; 93-94; 356).

A passagem da fronteira no ano de 1936 representa, para algumas centenas de espanhóis, um meio temporário de se colocarem ao abrigo do conflito, independentemente da sua posição política. Poucos irão permanecer na cidade da Figueira da Foz, nos anos imediatamente a seguir, já que os Registos de Estrangeiros acusam uma diminuição significativa (Vaquinhas, 2015: 4767).

Seja como for, nos anos de 1937 e 1938, de entre os estrangeiros residentes na cidade e/ou no concelho, os naturais de Espanha mantinham-se como grupo dominante (33,3%), sendo as restantes

²¹ http://es.wikipedia.org/wiki/Luis_Bardaj%C3%AD_L%C3%B3pez, <http://dbe.rah.es/biografias/25084/luis-bardaji-lopez>

²² Luíz Bajardi foi um dos oradores convidados para uma festa de beneficência, realizada no Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, no ano de 1922 (Vaquinhas, 2013: 417)

nacionalidades constituídas por franceses (21,2%), brasileiros (18,6%) e belgas (7,69%), muitos deles trabalhando em empresas da região ou nas diversas casas de espetáculos existentes na cidade.

4. O papel da imprensa local e da autarquia no apoio aos “nacionalistas” espanhóis

O evoluir da situação política em Espanha é acompanhado com apreensão pela imprensa local. Embora se lamente “com tristeza e piedade a chacina cruel de irmãos contra irmãos – fogueira fratricida alimentada com achas de estranhas gentes, que vão alimentando o fogo [...]”²³, jornais da localidade, em especial *O Figueirense*, expressam solidariedade para com as tropas nacionalistas, cujos sucessos militares vão sendo mencionados, aludindo-se também a iniciativas realizadas na própria cidade da Figueira da Foz em seu apoio.

Antes de deflagrar o conflito, é dado destaque ao assassinato de José Calvo Sotelo (1893-1936), líder político da *Renovacion Española*, cuja morte iria precipitar o rumo dos acontecimentos²⁴. Na imprensa manifesta-se “repulsa por tão brutal atentado” e anuncia-se a realização na Figueira de uma missa, na igreja matriz, “por alma do extinto” mandada rezar pela colônia espanhola residente na cidade, da qual existem fotos no Arquivo Fotográfico Municipal²⁵.

Sob o repto de que “[temos] o dever de lhes suavizar as agruras da hora presente”²⁶, a sociedade civil é instada, pela imprensa periódica local, a mobilizar-se no sentido de apoiar as forças nacionalistas espanholas. No mês imediato ao deflagrar da Guerra Civil, a 30 de Agosto de 1936, realiza-se, no Grande Casino Peninsular da

²³ *O Figueirense*, de 1 de janeiro de 1938.

²⁴ *O Figueirense*, de 16 e 19 de julho de 1936.

²⁵ *O Figueirense*, de 19 de julho de 1936.

²⁶ *O Figueirense*, 18 de março de 1937.

Figueira da Foz, uma “festa de caridade”, intitulada “Noite da Beneficência Espanhola” (Vaquinhas, 2013: 412-414), destinada a angariar verbas em favor das vítimas do conflito armado, replicadas também em outros círculos recreativos da cidade.

De igual forma, constitui-se, com a colaboração da autarquia, uma “comissão de auxílio ao exército nacionalista espanhol” e que tinha como objetivo angariar contributos. Em Março de 1937 é enviado para Espanha “um comboio de auxílio”, com donativos em dinheiro e em géneros (feijão, milho, vinho, roupas), oferecidos pela população do concelho da Figueira da Foz, em particular pelas freguesias rurais²⁷, oferta que o General Francisco Franco agradece por telegrama enviado à autarquia e publicado na imprensa local²⁸.

A assinatura do tratado de Amizade e Não Agressão com Espanha, entre Espanha e Portugal, a 17 de Março de 1939, bem como a vitória das forças nacionalistas, a 1 de Abril de 1939, seriam saudadas com entusiasmo pela autarquia figueirense, tal como se deixou expresso no telegrama de felicitações remetido ao Embaixador de Espanha, em Lisboa²⁹.

Seguir-se-iam, de imediato, acções de propaganda, promovidas sobretudo pelas instâncias oficiais com a Comissão Municipal de Turismo à cabeça, destinadas a cativar o tradicional veraneante espanhol. Com essa finalidade, foi oficiado o governo de Espanha, através da embaixada em Lisboa, no sentido de ser permitida “a saída dos espanhóis que desejem vir às praias portuguesas retemperar a saúde, e também facilidades necessárias de dinheiro e documentação”. Seria também convidado “a vir passar um mês à Figueira como seu

²⁷ *O Figueirense*, 18 de março de 1937.

²⁸ *O Figueirense*, 5 de março de 1937.

²⁹ A.H.F.F., Livro de Actas da Câmara Municipal do Concelho da Figueira da Foz, sessão ordinária de 22 de Março (fl. 79v-80) e de 29 de Março (fl. 86) de 1939.

hóspede”, o escritor teatral, Joaquín Alvarez Quintero (1873-1944), em reconhecimento dos rasgados elogios que fizera à praia³⁰.

A completar o esforço da autarquia, eram publicados, na imprensa local, relatos memorialistas de cidadãos espanhóis sobre os “Veranos de Figueira” ou sobre “Las noches del Casino Peninsular”³¹, com o objetivo de “reconquistar” os turistas do país vizinho (Vaquinhas, 2014: 414).

A posição assumida pelo município figueirense de apoio às forças nacionalistas espanholas afigura-se estratégica, tendo o objetivo de cativar o seu tradicional veraneante, sendo mais efusiva do que a própria posição oficial do Estado português relativamente a Espanha. A ser assim, os órgãos do poder local limitavam-se a manter as aparências junto das instâncias políticas oficiais.

Porém, numa localidade com fortes tradições liberais e republicanas, como é o caso da Figueira da Foz, não é possível, com base na documentação oficial consultada, esclarecer devidamente se a cidade serviu de refúgio clandestino para resistentes espanhóis da Frente Popular, como sugere a ficção literária de Jorge de Sena, embora os casos referidos permitam sugerir essa situação. De qualquer modo, parece poder-se concluir que os laços de amizade ou familiares, a solidariedade política ou o respeito para com princípios de hospitalidade tiveram peso no acolhimento de espanhóis em fuga, sobrepondo-se às decisões do regime político.

5. Quebrando fronteiras: locais de memória do refúgio da Guerra Civil de Espanha na Figueira da Foz. Proposta de itinerário

Tendo por base o enquadramento histórico da presença de refugiados da Guerra civil de Espanha na cidade propõe-se um

³⁰ *O Figueirense* de 22 e 29 de abril de 1939.

³¹ *O Figueirense* de 28 de agosto de 1940.

itinerário que percorra alguns dos lugares frequentados ou referidos nas fontes consultadas e obras literárias e que se afiguram constituir pontos obrigatórios a visitar, seguindo-se um percurso contínuo com origem na estação ferroviária da cidade.

5.1. A estação do caminho-de-ferro

Inaugurada no ano de 1882, a estação do caminho-de-ferro era para grande número de veraneantes espanhóis o primeiro contacto com a cidade. Desde finais do século XIX que a companhia ferroviária espanhola organizava viagens de “recreo à la hermosa playa y ciudad”, em estreita ligação com as linhas férreas portuguesas. A partir de Ciudad Rodrigo, os veraneantes seguiam no “Rápido de Vilar Formoso” que, segundo a publicidade da época, oferecia “carreiras rápidas e diretas” (às terças, quintas e sábados).

No início do conflito, em Julho de 1936, a estação ferroviária é descrita por Jorge de Sena, na obra *Sinais de fogo*, como um “tumulto de espanhóis aos gritos, com sacos e malas, crianças chorando, senhoras chamando umas pelas outras, homens que brandiam jornais, e uma grande massa de gente comprimindo-se nas bilheteiras” (Sena, 1984: 59). Trata-se, sem dúvida, de espanhóis que o início da guerra apanhara desprevenidos enquanto veraneavam e que, em aflição, pretendiam regressar ao seu país, “assaltando os comboios” (Sena, 1984: 80). Os espanhóis estão “a irem-se embora [...] por causa da revolução” (Sena, 1984: 115).

É também da estação de caminho de ferro que, em fevereiro de 1937, parte o comboio de auxílio para Espanha, designado na imprensa por “caravana figueirense”, carregado com géneros alimentares, roupas, medicamentos e outros produtos, tendo como destino as tropas nacionalistas.

5.2. O vice-consulado de Espanha na cidade

O Vice-consulado de Espanha na cidade funcionava na Rua da República. A forte presença espanhola na cidade durante a época estival (à volta de cinco mil pessoas nos anos 1930) (Bom, 2008: 29), exigiu a sua abertura. Em termos administrativos, competia ao Vice-Cônsul a ajuda humanitária e a vigilância sobre a colónia do país vizinho na cidade, sendo igualmente a entidade emissora de vistos de autorização de residência. Em *Sinais de Fogo* alude-se a essa instituição e menciona-se que “com o consulado na Figueira não podiam contar, porque o cônsul e o pessoal eram notoriamente fascistas ou monárquicos” (Sena, 1984: 93). Na verdade, a forma como o Vice-Cônsul desempenhou o cargo, durante o período da Guerra Civil, foi reconhecida, após o termo do conflito, pelo General Francisco Franco que atribuiu ao Vice-Cônsul a “Gran Cruz Oficial de la Orden del Mérito Civil” (Vaquinhas, 2015: 4759).

5.3. O Bairro Novo “varrido por um vendaval” (Jorge de Sena)

O lançamento da Figueira da Foz como estância balnear, no 3.º quartel do século XIX, obrigou ao alargamento físico da cidade e à construção de casas para banhistas, dado o afluxo cada vez maior de veraneantes. Nasceria, assim, o bairro novo de Santa Catarina, onde se irão instalar infraestruturas destinadas ao veraneio (hotéis, pensões, restaurantes, casinos) e que daria um salto qualitativo, em 1884, com a edificação do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, reconvertido a casino, no ano de 1895, sob a designação de Casino Peninsular da Figueira da Foz (Vaquinhas, 2011, p. 115-141). Nos anos 1930, o Bairro Novo era o centro nevrálgico da vida social e recreativa (em particular a “rua dos cafés”), sendo, sobretudo, neste bairro que se concentrava a colónia espanhola na cidade, residente em hotéis, pensões, casas e quartos alugados. As fontes indicam moradas precisas, a exemplo do Hotel Reis, do Hotel Internacional, da Pensão

Madrid ou da Pensão Europa, ou, ainda, de casas particulares na Rua Cândido dos Reis n.º 18, na Rua Dr. Calado números 44, 98, 100, entre tantas outras artérias.

O bairro será palco de “pancadaria” entre bandos rivais, embora os que andam “para aí a mostrar-se é toda fascista” (Sena, 1984: 106). Com o início da Guerra Civil, o cenário do bairro altera-se, esvaziando-se de gente: “parecia varrido por um vendaval. Os cafés estavam apinhados na mesma, mas na rua não havia a circulação habitual de gente passeando [...] As ruas iluminadas fracamente, e vazias de gente, eram tristes” (Sena, 1984: 63; 114).

5.4. O Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz

Nos anos 1930, o Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, assim designado depois da concessão que lhe foi atribuída na sequência da aprovação da legislação sobre jogo de fortuna ou azar do ano de 1927, constitui um dos polos dinamizadores da vida recreativa da cidade, reconhecendo-se, aliás, que o “jogo é o nervo da Figueira” (Vaquinhas, 2013; 207). A sua orgânica interna (tipo de espetáculos e de festas, consumos...) estavam muito gizados em função do tradicional público espanhol e que só se alterará a partir da Guerra Civil de Estanha devido à sua redução, entre outros aspetos. Constitui uma referência incontornável do tempo, citado em grande número de obras ou documentos de época. A obra *Sinais de Fogo* não foge a esta tónica dominante, referindo-o amiúde no corpo do texto do romance, ora como ponto de encontro e de reunião, ora nas alusões ao jogo praticado na sua sala de jogo, ora nas menções às “mariposas” do casino... (Sena, 1984: 118; 122).

5.5. “Republicanos” na cidade

A presença de elementos opositoristas às forças nacionalistas na cidade é uma matéria também a explorar no âmbito da rota a estabe-

lecer. O termo republicano, ao tempo da Guerra Civil, abrangia uma vasta pluralidade política, tanto militantes sindicais como anarquistas, comunistas e, naturalmente, republicanos (Moreno Seco, 2015: 165-195). Como já foi mencionado neste trabalho, foram identificados alguns casos, havendo registos dos locais onde viveram, do momento da sua detenção pela polícia política, das prisões pelas quais passaram em Portugal até ao seu encaminhamento para Espanha. A grande preocupação do embaixador de Espanha em Portugal, no ano de 1936, Claudio Sánchez-Albornoz, era impedir a entrega de refugiados nas fronteiras terrestres, por parte da PVDE (Vicente, 2011: 15), de forma a evitar a sua morte. Esforçava-se para que pudessem partir de barco, para França, ou serem repatriados para as zonas republicanas.

No romance de Jorge de Sena evocam-se situações similares, tanto o aprisionamento de republicanos em pleno Bairro Novo, como a preparação da fuga “por barco” dos dois espanhóis escondidos na casa do tio do personagem central (Sena, 1984:). Inclusive, a obra alude também à própria internacionalização da Guerra Civil (“Dois agentes, os dois agentes do Komintern em Portugal, a veranearem-se, nesta altura, na Figueira da Foz”) (Sena, 1984: 86; 151; 356).

6. Conclusão

O turismo memorial representa um nicho de mercado com enormes potencialidades económicas e culturais. Na Figueira da Foz, o itinerário em torno da Guerra Civil de Espanha pode complementar a oferta cultural que é disponibilizada pelos organismos oficiais e que assentam na sua riqueza histórica e patrimonial³². Este estudo teve como

³² É o caso, entre outras, da *Rota Arte Nova Pelas Ruas do Bairro Novo*, iniciativa da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, da cidade da Figueira da Foz. Os serviços culturais da Câmara Municipal têm organizado algumas atividades sobretudo exposições dedicadas ao assunto, mas sem linha de continuidade. Mais complexa se afigura a criação de um centro interpretativo das guerras na cidade.

principal prioridade referir e mapear dados históricos relacionados com o tema e propor um itinerário que se afigura ter sustentação histórica e que pode ser complementado com testemunhos memoriais e “histórias de vida” (pessoais ou familiares) de tantos dos seus habitantes. O acolhimento de espanhóis em fuga, numa cidade com um passado histórico peninsular antigo e fortíssimo, projeta uma imagem de tolerância, de hospitalidade, de abertura. E, tal como no poema de Drummond de Andrade, também foi possível romper na cidade, “o muro que envolve Espanha”.

Bibliografia

- +*Museu. Notícias do Museu Municipal de Palmela* (2016). n.º 53, Outubro, https://issuu.com/museumunicipaldepalmela/docs/_museu_not_cias_outubro_16, acessido a 20 de Janeiro de 2020.
- ALTED VIGIL, Alicia (2008), Mujeres españolas emigradas y exiliadas siglos XIX y XX. *Anales de Historia Contemporánea*, ISSN 0212-6559, N.º 24, 2008, 59-74, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2573073>, acessido a 2 de Maio de 2015.
- Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica, <https://memoriahistorica.org.es/4-la-ley-de-memoria-historica-y-su-desarrollo-normativo-ni-verdad-ni-justicia/>, acessido a 26 de Janeiro de 2020.
- BAÍA, João (2013), Memória. Registos do passado industrial e do impacto da Guerra numa zona raiana. *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*, MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (Organizadores): IHC/Universidade Popular do Porto/Instituto de Sociologia, Ceis20, 933-942, <http://hdl.handle.net/10362/11192>, acessido a 14 de Janeiro de 2020.
- BARDAJÍ LÓPEZ, Antonio (2004), Luis Bardají López (1880-1942). *Abogados del Estado. Revista de la Asociación*, Año 2 – Julio-Septiembre, 23-24.
- BECHTEL, D. e JURGENSON, L. (dir.) (2013), *Le tourisme mémoriel en Europe centrale et orientale*. Paris: Éditions Pétra.
- BOM, Anabela da Silva Marques (2008), *Figueira da Foz revisitada. Expressões de sociabilidade numa cidade à beira-mar (1920-1940)*. Coimbra: FLUC (Dissertação de mestrado).
- CANDEIAS, Maria Fernanda (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de mestrado).
- Carlos Drummond de Andrade. Guerra Civil Espanhola. <https://conflitoespanhol.wordpress.com/2010/08/22/carlos-drummond-de-andrade/>, acessido a 02 de Fevereiro de 2020.
- CASCÃO, Rui (2009), *Monografia da freguesia de São Julião da Figueira da Foz*, Figueira da Foz: Junta de freguesia de São Julião da Figueira da Foz.

- CHALANTE, Susana (2011), O discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939). *Análise Social*, vol. XLVI (198), 2011, 41-63, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942602COoPL0ev9En12LV7.pdf>.
- CRAHAY, F. (2014), Turisme mémoriel. *Témoigner. Entre histoire et mémoire. Revue pluridisciplinaire de la Fondation Auschwitz*, 117, 2014, 151-152. consulté le 23 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/temoigner/1215>; DOI: 10.4000/temoigner.1215
- Espaço Memória de Fronteira (Câmara Municipal de Melgaço), <https://www.cm-melgaco.pt/visitar/o-que-fazer/rede-melgaco-museus/espaco-memoria-e-fronteira/>, acessido a 23 de Janeiro de 2020.
- FARIA, Fábio Alexandre (2017), Refugiados em Portugal: fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939). *Revista Portuguesa de História*, n.º 48, 61-84; DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_3, acessido a 16 de Janeiro de 2020.
- FERNANDES, José Marques (2003), “Representação da imprensa portuguesa na Guerra Civil na Galiza”. *Galiza e Portugal: identidades e fronteiras*. Actas do IV Simposio Internacional Luso-Galaico de Filosofia. Santiago de Compostela 28-29 Novembro de 2002. Edición a cargo de María Xosé Agra Romero; Nel Rodríguez Rial. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela Publicaciones, 83-120.
- FONSECA, Teresa (2018), A raia Luso-Espanhola e a resistência às ditaduras peninsulares. *O Pelourinho. Boletim de Relaciones Transfronterizas*. N.º 22 (2.ª época). 85-94; <https://www.museudoaljube.pt/evento/revista-o-pelourinho-boletim-de-relaciones-tranfronterizas-no-22-exilio-emigracao-e-repressao-na-raia-luso-espanhola-mois-es-cayetano-rosado-dir/>, acessido a 17 de Janeiro de 2020.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Hugo (2006), El turismo político durante la Guerra Civil: viajeros británicos y técnicas de hospitalidad en la España republicana, 1936-1939. *Ayer*. 64, 287-308; https://www.researchgate.net/publication/254133192_El_turismo_politico_durante_la_Guerra_Civil_viajeros_britanicos_y_tecnicas_de_hospitalidad_en_la_Espana_republicana_1936-1939, acessido a 20 de Janeiro de 2020.
- GODINHO, Paula (2011), *Oír o galo cantar duas veces. Identificacións locais, culturas de marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Imprenta da Deputación; <http://hdl.handle.net/10362/14518>, acessido a 16 de Janeiro de 2020.
- GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria (2008), Ley de Memoria Histórica Española. ley 52/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas a favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, nueva serie, año XLI, núm. 122, mayo-agosto de 2008, p. 979-991; http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/nuria_ley_memoria_historica.pdf
- GREFFE, X. (2011), L'économie politique du patrimoine. De la médaille au rhizome. *Le patrimoine, moteur de développement. Heritage, a driver of development, Actes du Symposium de la XVII^{ème} Assemblée Générale de l'ICOMOS / Proceedings of the Icomos general Assembly*. Paris: ICOMOS. p. 928-936. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/1307/1/IV-3-Article6_Greffe.pdf
- HERTZOG, A. (2011), Les géographes et le patrimoine. *EchoGéo* [En ligne], 18 | 2011, mis en ligne le 05 décembre 2011, consulté le 19 juillet 2019. URL: <http://journals.openedition.org/echogeo/12840>; DOI: 10.4000/echogeo.12840

- LOFF, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na rede não internacional de Portugal e Espanha*. Porto: Campo das Letras.
- LOFF, Manuel (2006), A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa. *Ler História*. N.º 51, 77-131.
- LOPES, Moisés Alexandre Antunes (2017), Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938): o caso de Elvas. Lisboa: FLUL; https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31689/1/ulfl242220_tm.pdf, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- Luís Bardají López, <http://dbe.rah.es/biografias/25084/luis-bardaji-lopez>, acessado a 31 de Janeiro de 2020.
- Luís Bardají López, http://es.wikipedia.org/wiki/Luis_Bardaj%C3%AD_L%C3%B3pez, acessado a 10 de Setembro de 2013.
- MAIA, S. V. e BAPTISTA, M. M. (2011), As rotas como estratégia turística: percepção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas na região de Aveiro. *Tourism & Management Studies*, n.º extraordinário 1, p. 672-682. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277074299_AS_ROTAS_COMO_ESTRATEGIA_TURISTICA_PERCEPCAO_DE_BENEFICIOS_E_OBSTACULOS_NA_CONSTITUICAO_DE_ROTAS_MUSEOLOGICAS_NA_REGIAO_DE_AVEIRO, acessado a 16 de Janeiro de 2020.
- MADROÑERO, Manuel Burgos (1986), A Fiscalização da Fronteiras Portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha. *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarquia (1926-1959)*. volume I. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- MAUGENDRE, Maëlle, Les réfugiés espagnols en France. (1939-1942), Des femmes entre assujettissements et résistances, Toulouse, Université Toulouse II Le Mirail, 2013 (thèse doctorat d'état) <http://www.theses.fr/?q=Les+r%C3%A9fugi%C3%A9s+espagnols+en+France+%281939-1942%29+Des+femmes+entre+assujettissements+et+r%C3%A9sistances>, acessado a 06 de Junho de 2014.
- MORENO SECO, Mónica (2005), Republicanas y República en la Guerra Civil: Encuentros y desencuentros. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*. N.º 60, 165-195, http://www.nadiaseacuerdadenosotras.org/WEB_SECCIONES_14_8_10/MOVIMIENTOS_FEMINISTAS_MILICIANAS_II%20REPU/PDF_FEMINSIMOS_REPUBLICA/Republicanas_y_Republica_en_la_Guerra_Civil-Encuentros_y_desencuentros.pdf, acessado a 19 de Junho de 2015.
- Museu Memorial del Exili (MUME), <http://www.museuexili.cat>, acessado a 23 de Janeiro de 2020.
- NAVAJAS CORRAL, O. y GONZÁLEZ FRAILE, J. (2017), Turismo en espacios de conflicto. Análisis de la puesta en valor del patrimonio de la Guerra Civil Española en la Comunidad de Madrid. *Metbaodos. Revista de Ciencias Sociales*, 5 (1), 155-172. <http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v5i1.160>, acessado a 13 de Janeiro de 2020.
- OLIVEIRA, César (1996), Guerra Civil de Espanha. *Dicionário de História do Estado Novo*, ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 410-413.
- PIMENTEL, Irene Flunser (1996), Refugiados. *Dicionário de História do Estado Novo*. ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 824.
- PIRES, João Urbano (1997), *A memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Dissertação de mestrado).

- Red de Espacios de Memoria de Catalunya, http://www.museuexili.cat/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=105&lang=es, acessido a 23 de Janeiro de 2020.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2001), Portugal e a Guerra Civil de Espanha. *Memória de Portugal. O milénio português*, CARNEIRO, Roberto (coordenação geral de), MATOS, Artur Teodoro de (coordenação científica de). Lisboa: Círculo de Leitores, 504-505.
- ROSAS, Fernando (Coord.) (1998), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*. Lisboa: Edições Colibri – Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL.
- SENA, Jorge de (1984), *Sinais de Fogo (Monte Cativo-I). Romance*. 4.^a Edição. Lisboa: Edições 70.
- SIMÕES, Dulce (2018), Exilados e refugiados na fronteira Luso-Espanhola do Baixo Alentejo, nos séculos XIX e XX. *O Pelourinho. Boletim de Relaciones Transfronteiras*. N.º 22 (2.^a época). 95-122; https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/12134409/EXILADOS_E_REFUGIADOS_NA_FRONTEIRA.pdf, acessido a 17 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Dulce (2013a), Memórias da Guerra Civil Espanhola em Barrancos: solidariedades e resistências. *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*, MONTEIRO, Bruno e PEREIRA, Joana Dias (Organizadores): IHC/Universidade Popular do Porto/Instituto de Sociologia, Ceis20, 817-837, <http://hdl.handle.net/10362/11192>, acessido a 13 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Dulce (2013b), *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, Resistencia y usos de la memoria*. Badajoz: Deputación de Badajoz. Departamento de Publicaciones. https://www.academia.edu/30578102/Frontera_y_Guerra_Civil_Espanola_Dominacion_resistencia_y_usos_de_la_memoria
- SIMÕES, Dulce (2013c), Muros políticos y puentes de solidaridad en la frontera hispano-portuguesa: los refugiados de la guerra civil española en Barrancos (1936). *Historia y Política*, núm. 30, Madrid: julio-diciembre, 117-143. <http://hdl.handle.net/10362/31825>, acessido a 13 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Dulce (2014), Memórias e Resistências na Guerra Civil de Espanha: Processos de Emblematização na Raia Luso-espanhola. *Resistência e/y Memoria. Perspectivas Ibero-Americanas*, Coordenação de GODINHO, Paula; FONSECA, Inês e BAÍA, João. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 257-262; https://www.academia.edu/20316123/Memórias_de_resistência_da_guerra_civil_de_Espanha_processos_de_emblematização_na_raia_luso-espanhola, acessido a 16 de Janeiro de 2020.
- SIMÕES, Maria Dulce Dias Antunes (2011), *Frontera e guerra civil de Espanha. Dominación, resistencia e usos da memória em Barrancos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento em Antropologia; <http://hdl.handle.net/10362/6643>, acessido a 13 de Janeiro de 2020.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito (2007), Salazar y la II República Española (1931-1936). Mercedes GUTIÉRREZ SÁNCHEZ y Diego PALACIOS CEREZALES (eds), *Conflicto político. Democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Sociales, 287-304.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1985), *Do perigo espanhol à amizade pensinsular. Portugal-Espanha 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa.

- VALÉRIO, Nuno (2001), Estudos sobre Espanha em Portugal na última década do século XX. *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*. Coord. Hipolito de la TORRE GÓMEZ y Antonio José TELO, Mérida: Junta de Extremadura, 205-213.
- VAQUINHAS, Irene (2019), A Figueira da Foz como “lugar de memória” na rota da fuga da Europa ocupada durante a 2.ª Grande Guerra (1943-1945). Proposta de itinerário histórico. *Museologia e Património*, vol. 2.º, MAGALHÃES, Fernando; COSTA, Luciana Ferreira da; HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca e CURCINO, Alan (Coordenadores). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 10-36. <http://hdl.handle.net/10316/88174>
- VAQUINHAS, Irene (2015), Huyendo de la guerra civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939), *Pensar con la historia desde el siglo XXI, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Madrid: UMA Ediciones, 4757-4778, https://www.academia.edu/12224014/Pensar_con_la_Historia_desde_el_siglo_XXI_Actas_del_XII_Congreso_de_la_Asociación_de_Historia_Contemporánea_Madrid_UAM_2015, accedido a 14 de Janeiro de 2020.
- VAQUINHAS, Irene (2010), Alfredo da Silva e o “Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz: aspectos económicos (1930-1937). Actas do Colóquio Internacional *A Industrialização em Portugal no século XX. O caso do Barreiro*, coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, Lisboa: EDIUAL – Universidade Autónoma Editora, S. A., 137-153.
- VAQUINHAS, Irene (2013), *O Casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o Teatro-Círculo à actualidade (1884-1978)*. 2.ª edição. Coimbra: Palimage.
- VICENTE, António Pedro (2011), O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional* (1998). Lisboa: Edições Colibri – Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL, 3-105.
- VILLEGAS, Jean-Claude (coordination) (1989), *Plages d'exil. Les camps de réfugiés espagnols en France – 1939*. Dijon : Presses Universitaires de Bourgoigne.

HISTORIOGRAFIA E TECNOLOGIAS DERIVADAS: RELEVÂNCIA SOCIAL, EPISTEMOLOGIA E DEONTOLOGIA

João Paulo Avelãs Nunes
UC/FL/DHEEAA e Centro de Estudos Interdisciplinares da UC
jpavelas@fl.uc.pt

Introdução

Procurando dar continuidade a horizontes abertos ou ampliados, em Portugal, por José Amado Mendes no âmbito do que começou por ser designado *Public History*¹, viso, neste capítulo, caracterizar concepções hoje existentes sobre historiografia (história, arqueologia e história da arte) e acerca de tecnologias também dela derivadas. Pretendo, ainda, argumentar quanto às respectivas utilidades sociais; referenciar pressupostos epistemológicos e explicitar a minha perspectiva no que concerne a questões deontológicas daí decorrentes². Se estes vectores de análise são permanentemente significativos, tornam-se ainda mais nucleares em conjunturas de crise – de dificuldades e de oportunidades acrescidas – como a que atravessamos.

¹ Cfr., nomeadamente, J.M.A. Mendes, 2000; J.M.A. Mendes, 2001/2002; J.M.A. Mendes, 2002a; J.M.A. Mendes, 2002b; J.M.A. Mendes, 2007-2009; J.M.A. Mendes, 2009.

² Cfr. J.P.A. Nunes, 2017a.

Recorro, para o efeito, a diversas categorias teóricas. Destaco, pela sua operatividade e/ou pela relativa originalidade, os conceitos de senso comum e de ideologia, de humanidades e de artes, de ciências – exactas, da natureza e sociais – e de tecnologias, de paradigmas epistemológicos (moderno, neo-moderno e pós-moderno). Quanto às tecnologias também derivadas da historiografia, saliento, nomeadamente, a divulgação da historiografia e a didáctica da História, o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais, a diplomacia e a geoestratégia, o jornalismo e a produção artística, etc.

Uma vez que tanto a historiografia como, por maioria de razão, as tecnologias também dela derivadas, contribuem para a estruturação e para a reprodução ou para a desagregação de vectores nucleares de funcionamento das sociedades humanas como são as mundividências e as ideologias em geral, as memórias históricas e as identidades histórico-culturais em particular, é importante analisar estas problemáticas de forma rigorosa. Considero que as soluções mais eficazes decorrem, no que concerne à produção historiográfica (saber de cariz científico), de uma abordagem objectivante e, relativamente às tecnologias também derivadas da historiografia, de uma postura pragmática de intervenção no sentido do aprofundamento de regimes democráticos e de consolidação de estratégias de desenvolvimento integrado/sustentável.

Face ao conjunto de concepções e de práticas antes vigentes e que continuam presentes nos nossos dias, penso que as modalidades mais operatórias são, no plano deontológico, o empenhamento na produção e na divulgação de conhecimento o mais próximo possível da realidade; na mobilização desse mesmo conhecimento para a configuração de soluções tecnológicas justas, eficazes e geradoras de consensos alargados. Em termos epistemológicos, escolheria os pressupostos do paradigma neo-moderno; no plano teórico, optaria por uma leitura sincrética do marxismo crítico. Quanto à produção

historiográfica propriamente dita, a corrente mais objectivante seria a nova historiografia.

Em relação a algumas das tecnologias derivadas da historiografia e de outras ciências sociais – nomeadamente a antropologia e a sociologia, a ciência política e as relações internacionais, a economia e a geografia, a linguística e a psicologia –, as modalidades mais eficazes estariam associadas, na divulgação da historiografia e na didáctica da História, à corrente historicista (alternativa às escolas positivista, behaviorista e, mesmo, construtivista); ao novo património cultural e à nova museologia; a projectos de cultura organizacional e de diferenciação territorial, de lazer e turismo culturais baseados em abordagens historiográficas fundadas nas características da nova historiografia.

Historiografia, tecnologias derivadas e dilemas epistemológicos³

Tendo, em abstracto, por objectivo essencial contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre a evolução das sociedades humanas no espaço e no tempo, a historiografia – um saber de cariz humanístico, segundo os cultores do paradigma moderno – deveria manter-se afastada de todo e qualquer labor intelectual de cariz tecnológico. À luz do paradigma moderno, as tecnologias decorreriam da reflexão sobre modalidades de intervenção na realidade natural, visando a respectiva transformação, baseadas em conhecimento quantificável gerado pela matemática, pelas ciências exactas e pelas ciências da natureza. À semelhança do que se passaria com o senso comum, com a ideologia e com as artes, as preocupações tecnológicas limitariam, pois, a autonomia da historiografia e das humanidades em geral.

³ Cfr., entre outros, F. Catroga, 2001; A.M. Hespanha, 1986; A.M. Hespanha, 1991; F. Jameson, 1991; A.S. Nunes, 1970; J.P.A. Nunes, 2013a; J.P.A. Nunes, 2015b; *Revista de História Jerónimo Zurita* [...], 1995; B.S. Santos, 1987; B.S. Santos, 1989; B.S. Santos, 1994; B.S. Santos, 2003; G. Vattimo, 1987.

Contraditoriamente com o referido princípio, dos pressupostos do mesmo paradigma moderno enquanto cientismo decorreria, também, que as conclusões absoluta e definitivamente correctas – porque racionais e/ou experimentais, objectivas e justas – das humanidades e das ciências deveriam estar na base, quer “da ideologia verdadeira”, quer de saberes e de soluções tecnológicos indiscutíveis porque absoluta e definitivamente eficazes. Nesse sentido, se alcançados num contexto de total imparcialidade, os resultados do labor historiográfico teriam de ser adoptados como vectores nucleares, tanto “do modo correcto” de encarar a estruturação e o governo das sociedades humanas, como da memória histórica e da identidade histórico-cultural, geríveis através da divulgação e do ensino da História, do património cultural e dos museus, da cultura organizacional e da diferenciação territorial, do lazer e do turismo culturais, do discurso político e diplomático, do jornalismo e da produção artística.

Por sua vez, de acordo com os defensores do paradigma pós-moderno, excepção feita às parcelas de conhecimento que emanam de posturas epistemológicas, teóricas e metodológicas empiristas e de base matemática – no caso da historiografia, apenas a *new economic history* –, seria impossível separar senso comum, ideologia, ciência e tecnologia. A generalidade da produção intelectual deveria, assim, encarar-se e apresentar-se como meras narrativas subjectivas, a pretexto da realidade, com propósitos de entretenimento, de captação de apoios e/ou de controlo social. O único factor de diferenciação teria a ver com a escolha de leituras muito ou pouco éticas e justas.

Fruto de abordagens menos essencialistas e, ao mesmo tempo, menos relativistas, o paradigma neo-moderno advoga que, sendo embora categorias teóricas com características diferentes, no plano concreto o senso comum, a ideologia, a ciência e a tecnologia – tal como as humanidades, as artes e a matemática – não podem deixar de estar simultaneamente presentes nas mundividências dos investigadores. Caberá aos mesmos – neste caso, aos historiadores e aos outros

cientistas sociais – adotar as estratégias deontológicas e epistemológicas, teóricas e metodológicas adequadas para assegurar o correlacionamento mais operatório possível, em cada momento, entre senso comum e ideologia, humanidades e artes, matemática e ciência. Avaliam, também, em debate com os seus pares e com a comunidade em geral, nomeadamente com aqueles que advogam perspectivas diferentes, a operatividade das reconstituições e das análises aventadas. Procuram garantir que as potenciais vantagens de ligações dialécticas entre ciência e tecnologia não são ultrapassadas pelos riscos inerentes (o condicionamento da investigação científica pelo empenhamento na legitimação de determinadas soluções tecnológicas).

Divulgação da historiografia e didáctica da História⁴

Perante a evidência de que não é operatório confiar em certezas absolutas, definitivas e derivadas de autoridades externas indiscutíveis – reforçada pelas consequências dramáticas, tanto de ideologias radicais e, muitas vezes, genocidárias, como pelas modalidades de violência de massas ocorridas desde o último quartel do século XIX –, resta o esforço individual, grupal e colectivo de análise crítica das evidências do senso comum e da ideologia, das “determinação divinas” veiculadas por teologias integristas, das conclusões absolutas da ciência e/ou da “indiscutibilidade da tecnologia”. As referidas cautelas devem aplicar-se, por maioria de razão, às *praxis* institucionais ou organizacionais e às condutas profissionais de natureza “exclusivamente técnica”.

A citada preocupação de avaliação prévia da operatividade e da justeza de cada solução tecnológica concebida ganha em eficácia preventiva se for antecedida pela explicitação fundamentada, preferencialmente com base em abordagens transdisciplinares e comparativas,

⁴ Cfr., nomeadamente, G. Bourd , 1990; *Fazer história* [...], 1977-1987; M. Ferro, 1985; *La nouvelle histoire* [...], 1978; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 2006; J.P.A. Nunes, 2007; J.P.A. Nunes, 2019b; *Revista da Faculdade de Letras. História* [...], 2001; *Revista Portuguesa de História* [...], 2007; M. Roberts, 2004.

das várias alternativas em presença. Beneficia, também, da respectiva configuração e aplicação tendo em conta, por um lado, os objectivos a atingir, por outro, as características dos destinatários e dos seus contextos de enquadramento; da adopção de modalidades de auto e hetero-avaliação, bem como a introdução das correcções identificadas como válidas.

Quando nos referimos à produção historiográfica, bem como às tecnologias divulgação da historiografia e didáctica da História, quando consideramos as actividades de divulgação/animação cultural com base na historiografia e de ensino da História, chamamos a atenção para a importância de os divulgadores/animadores culturais e os professores conhecerem os pressupostos e as implicações das várias correntes historiográficas; de terem consciência dos objectivos e das sequelas potencialmente decorrentes das soluções que adoptarem. Também neste caso, o diálogo com proponentes de soluções alternativas e a observação dos resultados obtidos em outros espaços e/ou tempos é fundamental.

Somente a título exemplificativo, lembro que, complementarmente às temáticas hegemónicas até à década de 1960 – ideologias e instituições políticas, relações diplomáticas e conflitos militares, estruturas sociais e actividade económica, elites e cultura erudita, etc. –, o predomínio da nova historiografia tem viabilizado a investigação sobre mundividências e comportamentos informais, cultura material e tecnologias, concepções e práticas heterodoxas (dissidências políticas, heresias religiosas, vanguardas estéticas, contrabando, criminalidade), mulheres e pobres, classes trabalhadoras e classes médias, escravos e minorias (nacionais, religiosas, étnicas, sexuais), características e lógicas de funcionamento das instituições e das organizações, historiografia e memória histórica, etc.

Reafirmo que, na Época Contemporânea, a historiografia, as outras ciências sociais e as tecnologias delas derivadas são nucleares e geram consequências significativas em áreas decisivas para a vida dos

indivíduos e das sociedades. Evoco a memória histórica e as identidades histórico-culturais, a valoração das relações sociais, a configuração das actividades económicas, o grau de confiança nos Estados e no sistema de relações internacionais, etc. Lembro, assim, as implicações dramáticas de uma historiografia alienante – sectária, valorativa e anacrónica, irracionalista e/ou providencialista, objectivista ou subjectivista –, de uma divulgação da historiografia, de uma didáctica da História e de um ensino da História que contribuam para a afirmação de mundividências absentistas e resignadas ou conflituais e alarmistas.

A alternativa passa pelo reconhecimento da legitimidade intelectual de todas as concepções científicas e/ou tecnológicas não essencialmente ideológicas e não negacionistas, pelo reforço dos mecanismos e dos espaços de debate entre essas diferentes perspectivas. Implica o aperfeiçoamento de metodologias de trabalho que reforcem os graus de confiança e os mínimos denominadores comuns entre os especialistas e entre estes e os sistemas políticos, os aparelhos de Estado, as “sociedades civis” e as organizações internacionais; pela produção, divulgação e aplicação crítica de conhecimento o mais possível objectivante e operatório possível.

Tanto em divulgação/animação cultural como no ensino da História, é possível recusar a asserção behaviorista e, em parte, construtivista (pós-moderna), hoje eventualmente dominante, segundo a qual as soluções tecnológicas a utilizar – os objectivos e os conteúdos, as estratégias e os recursos, as actividades formais e informais – devem ser, deliberadamente, redutores (simples ou, mesmo, binários); devem preferir abordagens emotivas e valorativas, concretas e factuais, atemporais e exemplares. Essa necessidade decorreria de se tratar, muitas vezes, de públicos cujo universo cultural, devido a condicionalismos etários e/ou socioculturais, é distante do da ciência e da tecnologia.

Em sentido inverso, de acordo com os proponentes da didáctica da História historicista, à semelhança do que predominantemente

ocorre nos planos da ciência e da tecnologia, a divulgação/animação cultural e o ensino da História podem ampliar o acesso à cultura erudita mesmo para quem parte essencialmente das culturas populares e/ou da cultura de massas. Para esse efeito, as soluções tecnológicas a utilizar – os objectivos e os conteúdos, as estratégias e os recursos, as actividades formais e informais – podem tender para a complexidade; podem preferir abordagens racionalizadas e interpretativas, teoricamente fundadas e estruturais, contrariar os anacronismos e ser contextualizadas nos respectivos espaços/tempos.

Património cultural e museologia⁵

Desde os séculos XVII e XVIII – período durante o qual Estados-Nação como a Holanda, a Inglaterra, os EUA e a França instituíram os primeiros monumentos e museus – até ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial, foram hegemónicos os ideários e as práticas que hoje designamos como o património cultural e a museologia tradicionais. Integram estas configurações de ambas as tecnologias o paradigma moderno, ou seja, pressupõem que a ciência e a tecnologia são superiores aos outros saberes porque produzem conhecimento absoluta e permanentemente verdadeiro; que a gestão dos recursos naturais e a governação das sociedades deve resultar directamente da concretização das “descobertas da ciência”; que a consolidação dos cientismos permitirá a superação de muitos dos problemas que afectam as sociedades humanas.

Procuraram demonstrar a especificidade e a unicidade, a ancestralidade e a continuidade de cada identidade nacional, supostamente comprovada por intermédio dos monumentos e dos objectos salvaguar-

⁵ Cfr., entre outros, E.P. Alexander, 1993; J. Alfrey, 1992; L. Alonso Fernandez, 1995; J-Y Andrieux, 1992; A. Gob, 2003; M. Guillaume, 2003; D. Miller, 1987; J.P.A. Nunes, 1996; J.P.A. Nunes, 1999; J.P.A. Nunes, 2013b; J.P.A. Nunes, 2015a; J.P.A. Nunes, 2016; J.P.A. Nunes, 2017a; M.B. Rocha-Trindade, 1993; E. Traverso, 2012; P. Vego, 1989; K. Walsh, 1992.

dados em arquivos, bibliotecas e museus. Afirmaram, ainda, a óbvia relevância e a natural classificação como património cultural nacional das manifestações mais geniais da produção cultural erudita, quer sobre a realidade social (enquanto vestígios arqueológicos, arte pré-contemporânea e artefactos da “ciência e da técnica”), quer acerca do domínio da natureza (por intermédio da “história natural”, incluindo a antropologia física e a antropologia cultural).

Argumentaram, também, os pais fundadores das políticas de património cultural e de museologia, quanto à posição relativa dos vários Estados-Nação na hierarquia dos países participantes da “Civilização Ocidental”. A hierarquia em causa seria mensurável, nomeadamente, a partir da quantidade e da qualidade do património cultural acumulado e apresentado. Defenderam, igualmente, a superioridade dos indivíduos e dos grupos sociais responsáveis pela produção cultural erudita e capacitados para a fruição do património cultural (as elites do passado e os “cidadãos activos” dos regimes liberais conservadores e demoliberais do presente).

Pouco depois do final do conflito de 1939-1945, nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio com regimes democráticos ou demo-liberais abertos, os defensores do novo património cultural e da nova museologia passaram a denunciar a natureza restritiva e fortemente instrumentalizada das perspectivas até então dominantes (em graus diferentes consoante se tratava de sistemas políticos liberais conservadores ou autocráticos, demoliberais ou autoritários, totalitários ou democráticos). Participando do então ainda embrionário paradigma neo-moderno, as referidas concepções e actuações surgiram no rescaldo dos extremos de violência de massas verificados antes e durante a Segunda Guerra Mundial, fruto da eficácia mobilizadora de tecnologias sociais colocadas ao serviço de ideologias genocidárias porque ultra-nacionalistas e darwinistas sociais irredentistas.

Focalizaram a atenção no recharacterizar do conhecimento científico, afirmando o seu cariz potencialmente objectivante mas parcelar,

temporário e socialmente condicionado. Reconheceram as virtualidades dos saberes tecnológicos, mas, também, as limitações da aplicação dos mesmos à qualificação das decisões a tomar no âmbito da gestão dos recursos naturais e, sobretudo, da governação das sociedades humanas. Duvidaram da possibilidade de, no médio ou no longo prazos, se conseguir superar grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas (de a humanidade evoluir teleologicamente no sentido de um qualquer “fim da história”). Apostaram, pois, na conjugação entre ciências, tecnologias e outras modalidades de reconstituição, interpretação e intervenção na realidade; numa lógica de questionamento, quer de certezas e de dúvidas absolutas, quer de mecanismos de auto-sacralização e de hetero-diabolização.

O novo património cultural e a nova museologia são, desta forma, concretizações do paradigma neo-moderno. Apostam na explicitação e fundamentação de leituras múltiplas acerca de determinadas vertentes da realidade, com realce para a complexidade, o sincretismo e o carácter evolutivo dos fenómenos das identidades (locais, regionais, nacionais, continentais e mundial; organizacionais; sexuais e etárias, socioeconómicas e socioculturais, político-ideológicas e étnico-religiosas). A classificação de vestígios – edifícios, estruturas, objectos, memórias e actividades – como património cultural passa a ser encarada como conjunto de escolhas a partir de diversas alternativas possíveis. Afirma-se a natureza alienante e não operatória das tentativas de hierarquizar permanentemente a capacidade de indivíduos e grupos, povos e Nações, Estados e Confederações de Estados tendo em conta os respectivos graus conjunturais de acesso à e de produção de cultura erudita.

Defende-se, a partir de então, que, tanto quanto possível, os monumentos e os museus devem ser dinamizados com base em projectos de investigação científica e em exposições ou outras actividades temporárias, na adopção de discursos expositivos complexos e deliberados, no delinear de estratégias de relações públicas voltadas para a divulgação externa e para o acompanhamento de públicos.

Prevê-se, igualmente, o aumento radical do universo potencial do património cultural (material e imaterial; imóvel, integrado e móvel); a complementaridade entre o rastreio e o estudo, a inventariação e a classificação, a preservação ou a destruição, a patrimonialização ou a reutilização, a rentabilização de memórias e actividades, objectos e estruturas, edifícios e “zonas históricas”; a diversificação da tipologia de entidades e de valências museológicas existentes.

Surgida na segunda metade dos anos sessenta do século XX, a crítica radical ao paradigma moderno – a consolidação do paradigma pós-moderno – resulta na desconstrução das noções de objectividade, neutralidade social, permanência e superioridade do conhecimento científico e tecnológico. Salientam-se, igualmente, as sequelas dramáticas decorrentes da legitimação cientista de determinadas escolhas tecnológicas e opções ideológicas; os fracassos das promessas de superação de grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas e de efectivação do estágio de plenitude da evolução da humanidade (o “fim da história”). Apenas análises e propostas de intervenção empiristas, de escala micro e baseadas em modelos matemáticos poderiam reivindicar algum nível de cientificidade, ficando todos os outros registos com o estatuto equiparado de narrativas ideológicas ou ficcionais acerca da ou a pretexto da realidade.

Porque são decorrências do paradigma pós-moderno, o património cultural pós-moderno e a museologia pós-moderna denunciam a natureza manipuladora e alienante de todas as políticas de património cultural; contestam a operatividade dos conceitos de identidade cultural nacional, cultura erudita, superioridade ou inferioridade culturais; pugnam por uma gestão “radicalmente multiculturalista” da intrínseca multiculturalidade das sociedades humanas. Em termos museológicos, defende-se a existência de “museus educativos” e de “museus galeria”. Os primeiros dedicam-se à explicitação, comunicacionalmente eficaz – recorrendo a todas as novas técnicas museográficas –, das “narrativas justas” ou das certezas emanadas da produção

científica (porque empirista e matematizada); os segundos, à divulgação de produção estética que seja capaz de atrair público. Em ambos os casos, estratégias de publicitação operatórias rentabilizam as potencialidades, tanto de edifícios-sede de grande espectacularidade, como de valências complementares associadas às indústrias culturais (cafetarias e lojas, jardins ou parques, acolhimento diferenciado de públicos e interfaces com outras actividades lúdicas, etc.).

Enquanto tecnologias, o património cultural e a museologia exigem, assim, que os respectivos protagonistas – governantes ou proprietários e gestores, técnicos de património cultural e de museologia, reguladores públicos e agentes económicos privados dos sectores conexos, investigadores e professores ou formadores, jornalistas e animadores culturais, etc. – reconheçam a centralidade destas escolhas. Se as actividades concretizadas em torno dos monumentos e dos museus visam, antes de mais, divulgar e problematizar informação e análises objectivantes acerca das sociedades humanas (perspectiva neo-moderna), esse propósito deve condicionar todas as etapas e valências envolvidas, desde a gestão e a programação até à divulgação e ao acolhimento de públicos, passando, entre outras, pela programação e pela investigação, pelas técnicas museográficas e pela reabilitação/conservação.

Cultura organizacional e diferenciação territorial⁶

Sabe-se hoje que, tal como os indivíduos, as organizações e os territórios geram, automática e necessariamente, uma imagem e uma narrativa acerca de si próprios. O fenómeno em causa é estudado e

⁶ Cfr., nomeadamente, A.R. Amaro, 1993; J.M.B. Brito, 2002; *Geo* [...], 1998; C. Fortuna, 2002; C. Fortuna, 2013; X. Greffe, 1990; J.P.A. Nunes, 1993; J.P.A. Nunes, 1994; J.P.A. Nunes, 2003/2004; J.P.A. Nunes, 2004; J.P.A. Nunes, 2009; J.P.A. Nunes, 2010; J.P.A. Nunes, 2017b; J.P.A. Nunes, 2019a.

utilizado, nomeadamente, pela gestão e pela psicologia, pela historio-
grafia e pela geografia, pela sociologia e pela antropologia, pelas
ciências e tecnologias da comunicação. Face a uma tal constatação,
é possível tentar gerir estes processos ou continuar a ignorar a sua
presença; a cultura organizacional e a diferenciação territorial podem
limitar-se a ser estratégias de comunicação – perspectiva instrumental
– ou procurar conjugar as vertentes de conhecimento, transformação
e comunicação (perspectiva estruturante).

Por razões éticas, expressas através de pressupostos deontológicos,
mas, também, devido a critérios de eficácia e de sustentabilidade,
considero que se deve optar pela abordagem estruturante da cultura
organizacional e da diferenciação territorial. A reconstituição e
análise, contextualização e comparação globalizantes da história das
organizações e dos territórios constitui um vector nuclear de projectos
de cultura organizacional e de diferenciação territorial de cariz
estruturante. Nesses casos, os vestígios sobreviventes, resultantes da
actividade da entidade em apreço, são transformados pelos
investigadores em documentação material, gráfica, escrita (de arquivo
ou impressa, narrativa ou serial), audiovisual, digital ou oral.

Visando potenciar a rentabilização pelas organizações e pelos
territórios do investimento feito nos referidos projectos de investigação
sobre a história dos mesmos – mas, também, com o propósito de
contribuir para a diversificação e densificação da oferta geral de
património cultural –, a etapa seguinte é a da patrimonialização.
A partir da investigação realizada, parte dos vestígios/da documentação
são formalmente classificados ou informalmente referenciados como
património cultural (material e imaterial; imóvel, integrado e móvel)
ou reutilizados na qualidade de espaços e actividades preservados e
valorizados; são enquadrados por conteúdos elaborados num registo
simultaneamente objectivante e de animação cultural ou de divulgação
científica; são tornados acessíveis enquanto zonas históricas, centros
de interpretação, monumentos e museus.

Defendo, assim, que, tanto para as comunidades em geral como para as organizações e para os territórios em particular, é mais operativo escolher, quer uma gestão deliberada da respectiva cultura organizacional ou identidade territorial, quer uma cultura organizacional e estratégias de diferenciação territorial estruturantes e apoiadas na historiografia e no património cultural (em discursos baseados nos pressupostos da nova historiografia e do novo património cultural/nova museologia). Faço-o por considerar que é observável que, por um lado, conhecimento objectivante acerca da realidade (ciência); por outro, projectos de intervenção tão justos e eficazes quanto possível (tecnologia de base científica) ampliam a capacidade de defender os interesses das organizações e dos territórios, ajudam a melhorar as condições de vida dos indivíduos, geram tendencialmente reforço da democracia e consolidação de desenvolvimento integrado/sustentável.

No âmbito da cultura organizacional, mau grado estarmos perante um país classificável como de desenvolvimento intermédio, Portugal apresenta, ainda, muito poucas organizações que gerem, de modo estruturante, a respectiva cultura organizacional e, menos ainda, que nela incluem tanto investigação historiográfica como salvaguarda e rentabilização de património cultural. Alguns dos factores explicativos do referido absentismo generalizado – ou dessa desconfiança sistemática – poderão ser a recusa de saberes encarados como essencialmente valorativos e condenatórios das elites sócio-económicas e político-institucionais; a precariedade das modalidades de gestão também horizontal ou participada das organizações; a quase ausência de pressão por parte da população e da comunicação social, de bonificações e penalizações por parte das instituições públicas; o limitado empenhamento de historiadores e/ou especialistas em património cultural e museologia na divulgação destas possibilidades.

Um rastreio, mesmo que sumário, das organizações – públicas e da “sociedade civil”; oriundas das diversas vertentes da realidade social global; de escala local/regional, nacional e internacional – que,

em Portugal, ao longo de décadas ou de séculos, acumularam vestígios potencialmente transformáveis em documentação e em património cultural, torna evidente o potencial existente. Tendo em conta os pressupostos (deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos), bem como a *praxis* da nova historiografia e do novo património cultural/da nova museologia, a concretização de mais projectos de cultura organizacional com as características explicitadas não implica qualquer ameaça de apreciação ideológica e valorativa.

Quanto à diferenciação territorial, tem vindo a ser mais adoptada, sobretudo nos últimos anos, como sequela positiva da ampliação da actividade turística, nomeadamente da oferta de turismo cultural e de natureza para potenciais e efectivos consumidores portugueses e estrangeiros. Infelizmente, muitas vezes opta-se por corresponder a essa oportunidade sem recorrer à investigação historiográfica e noutras ciências sociais; dando preferência a um registo de cultura de massas em detrimento da divulgação da cultura erudita e da reapropriação das culturas populares/da cultura de massas; sem estudar nem valorizar inúmeros núcleos de vestígios e dos respectivos contextos, os quais poderiam ser requalificados como documentação e, depois, patrimonializados ou preservados através de reutilizações cuidadas.

Mesmo não considerando as outras ciências sociais, a nova historiografia – na história, na arqueologia e na história da arte –, o novo património cultural e a nova museologia têm demonstrado capacidade para contribuir de forma decisiva para estratégias de diferenciação territorial que se fundam em conhecimento objectivante e multifacetado acerca dos territórios em causa. Complementarmente, a multiplicidade de processos sociais ocorridos no actual território de Portugal, bem como nos ex-“territórios não autónomos”, garantem uma substancial diversidade e complexidade de vestígios e de contextos de enquadramento.

Historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais⁷

Tal como em muitos outros sectores de actividade, também no âmbito do lazer e do turismo – vocábulos que remetem para vertentes da realidade social global e, ao mesmo tempo, para tecnologias de base científica – é possível encontrar virtualidades e limitações nas diversas formas de encarar, tanto a investigação em historiografia – a história metódica e o historicismo romântico, o positivismo e o marxismo, o irracionalismo providencialista e o historicismo neo-metódico, o idealismo crítico e o marxismo crítico, a história institucional e política clássica e a história económica e social clássica, a história nova e a história estruturalista, a nova história económica e a historiografia neo-narrativista –, como a investigação e a intervenção tecnológica em património cultural e em museologia (o património cultural e a museologia tradicionais, o novo património cultural e a nova museologia, o património cultural e a museologia pós-modernos). Provavelmente, a melhor estratégia passa pela promoção do acesso contextualizado e problematizante à generalidade dos discursos historiográficos; dos “centros históricos”, monumentos, museus e núcleos de vestígios ainda não patrimonializados.

Se observarmos a partir da perspectiva do lazer e do turismo – por um lado em termos de rentabilidade e de sustentabilidade económicas; por outro, nos planos cívico e ético –, fará todo o sentido aproveitar, tanto quanto possível, a multiplicidade de oportunidades disponíveis. Decorrem as mesmas quer da totalidade de leituras sobre “o passado” quer do conjunto de “centros históricos” e monumentos, museus e conjuntos de vestígios (edifícios e estruturas, objectos e memórias ou actividades) potencialmente patrimonializáveis. Uma tal diversidade facilita a disponibilização de ofertas alternativas, adequadas aos vários públicos (diferenciáveis tendo em conta critérios de ordem socioeconó-

⁷ Cfr., entre outros, C.O. Cluzeau, 1998; *Novos consumos, novos produtos turísticos* [...], 2005; R. Prentice, 1995; M.L.L. Santos, 1988; A. Sen, 2007.

mica e sociocultural, étnico-religiosa e nacional, etária e de género), bem como aos respectivos contextos (lazer ou turismo com permanências curtas, médias ou longas).

Quando se procura analisar a problemática da “rentabilidade económica” do turismo e do lazer, convirá lembrar a centralidade e a adequação metodológica, por exemplo, dos conceitos de culturas populares, cultura erudita e cultura de massas, ou seja, das características dos universos culturais nos quais vivem os potenciais destinatários das ofertas de turismo e de lazer culturais. Trata-se de antecipar que pessoas podem interessar-se por que tipos de reconstituições e interpretações “do passado”; por que “centros históricos” e monumentos, museus e vestígios a patrimonializar eventualmente. Trata-se de decidir que modalidades de mediação – divulgação e preparação, narração e acompanhamento – devem ser adoptados para ampliar e consolidar a(s) procura(s).

Ao colocarmos a questão da “função económica” do lazer e do turismo, torna-se necessário considerar, nomeadamente, as noções de valor acrescentado, de consequências directas e indirectas, de curto e médio/longo prazos, isto é, da forma como o turismo e o lazer culturais contribuem para, são irrelevantes ou bloqueiam mesmo o desenvolvimento integrado e sustentável. Está-se perante variáveis como o número de consumidores e a duração da estadia, o tipo e o preço dos serviços e dos bens adquiridos, o perfil e o custo dos serviços e dos bens oferecidos ou vendidos por entidades ligadas ao turismo/lazer e ao património cultural/à museologia ou a actividades complementares. Está-se face à urgência de avaliar que quantitativos de consumidores beneficiam ou prejudicam a reprodução aperfeiçoada dos sectores em causa e das comunidades envolventes; se e de que forma as referidas actividades podem ser potenciadoras do crescimento de outras actividades.

Caso reconheçamos que as sociedades – as comunidades humanas em geral e, em particular, aquelas organizadas em regimes democráticos

– não se limitam a funcionar como espaços de alienação e dominação ou enquanto “mercados amorais”, é igualmente indispensável abordar a temática das opções cívicas e dos pressupostos éticos que devem condicionar a historiografia e a memória histórica, o património cultural e a museologia, o turismo e o lazer culturais. A título meramente exploratório, referem-se o grau de problematização que se aceita concretizar e generalizar face às narrativas predominantes sobre identidade cultural e memória histórica, a escala de democratização do acesso à cultura erudita que se pretende promover, o nível de disseminação de oportunidades económicas e de redistribuição de riqueza que se visa alcançar.

Os problemas de viabilidade de uma estratégia de intensificação do correlacionamento entre historiografia, património cultural/museologia e turismo/lazer estarão, no entanto, mais na insuficiência de formação interdisciplinar dos técnicos superiores, de investigação tecnológica e de transferência de saberes, de atribuição de prioridade por parte de governantes e de proprietários/gestores do que numa inexistente incompatibilidade entre esses três subuniversos. Urge, assim, superar os afastamentos e as lacunas identificados em nome do crescimento económico e da elevação da qualidade de vida, da valorização social da historiografia e das tecnologias dela derivadas, da promoção do desenvolvimento integrado/sustentável e do aprofundamento da democracia.

No que concerne à historiografia, espera-se mais disponibilidade para a investigação aplicada e para a colaboração em modalidades de formação inicial e contínua, bem como maior rigor na estruturação de discursos ao mesmo tempo adequados a cada público/situação e objectivantes (contextualizadores e problematizantes). Por parte do património cultural e da museologia, deseja-se uma acrescida vontade de utilizar os recursos da historiografia e de atender às necessidades do turismo/lazer, ao mesmo tempo que uma intensificação das cautelas metodológicas que permitam atenuar os riscos da unifor-

mização ou do nivelamento pelas bitolas da cultura de massas e do sucesso imediato.

Em termos de agentes económicos do turismo e do lazer, deseja-se mais empenhamento na aquisição de serviços e na contratação de técnicos com formação em historiografia e em património cultural/museologia para qualificar e diversificar a oferta do sector, assim como maior envolvimento na definição e na concretização/avaliação de actividades de investigação e ensino superior, de património cultural e museologia. Da parte dos eleitos – a nível da UE e nacional, regional e local – e dos dirigentes da Administração Pública, deseja-se que defendam e bonifiquem a cooperação entre historiografia, património cultural/museologia e turismo/lazer; que adoptem lógicas transversais e integradas de governação do património cultural e da museologia; que regulem melhor interesses e práticas parcialmente contraditórios.

Conclusão

Procurei elencar e caracterizar as implicações sociais globais das transformações ocorridas, em termos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos, por um lado, no âmbito da historiografia e de outras ciências sociais; por outro, de tecnologias derivadas como são a divulgação da historiografia e a didáctica da História, o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo. Destaquei o período que decorre desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias – em Portugal, desde o fim da ditadura, com o Golpe Militar/a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Tentei salientar as oportunidades e os riscos que as referidas mudanças trazem para quem, a partir da iniciativa privada ou da regulação pública, intervém nos subuniversos científicos, tecnológicos e socioeconómicos em causa. Coloquei a hipótese de, nos referidos sectores de actividade administrativa e económica, serem ainda muito

baixos entre nós os níveis de interação e correlacionamento entre aparelho de Estado, “sociedade civil”, lazer e turismo culturais, cultura organizacional e diferenciação territorial, património cultural e museologia, historiografia (história, arqueologia e história da arte) e outras ciências sociais.

Sumariamente embora, comecei por descrever e contextualizar as consequências das mudanças verificadas, na historiografia, a partir do final da década de 1920 (entre nós, face às opções impostas pelo Estado Novo, depois dos anos sessenta). Chamei a atenção para as amplas possibilidades de renovação que as citadas transformações viabilizam nos âmbitos do património cultural e da museologia, da cultura organizacional e da diferenciação territorial, do lazer e do turismo culturais. Referi que talvez os especialistas em historiografia e noutras ciências sociais continuem a negligenciar as possibilidades decorrentes da transferência multilateral de saber e da investigação aplicada no âmbito daquelas áreas tecnológicas.

Chamei a atenção para a possibilidade de a cultura organizacional e a diferenciação territorial encontarem na nova historiografia e no novo património cultural/na nova museologia um vector de reforço da respectiva capacidade de conhecer, transformar positivamente e promover com eficácia organizações e territórios. A evolução ocorrida nos planos deontológico e epistemológico, ao deslegitimar discursos científicos e tecnológicos predominantemente valorativos (condenatórios ou laudatórios), facilitaria o intensificar do relacionamento entre instituições, organizações e historiadores ou especialistas em património cultural/museólogos.

Visei argumentar em defesa da tese segundo a qual a nova historiografia e o novo património cultural/a nova museologia permitem ao lazer e ao turismo culturais conceber e proporcionar, a públicos díspares, experiências alternativas, desde as mais padronizadas, superficiais e curtas até às mais diferenciadas, totalizantes e longas. Estas competências de adaptação são adquiríveis desde que se rentabi-

lizem a capacidade instalada de contextualização e de problematização; a pluralidade de temáticas e de abordagens hoje aceites como válidas; a multiplicidade de soluções de divulgação de actividades, de acompanhamento de utentes, de comunicação de conteúdos.

Faltar, pois, tomar consciência das possibilidades existentes e dos bloqueios que têm dificultado o aumento do relacionamento entre historiografia, tecnologias derivadas e aparelhos de Estado/“sociedades civis”. Face às virtualidades já demonstradas, optou-se por destacar os casos da divulgação da historiografia e da didáctica da História, do património cultural e da museologia, da cultura organizacional e da diferenciação territorial, do lazer e do turismo culturais.

Bibliografia

- ALEXANDER, Edward P., *Museums in motion. An introduction to the history and functions of museums*, Nashville, American Association for State State and Local History, 1993, 8.ª edição.
- ALFREY, Judith e PUTMAN, Tim, *The industrial heritage. Managing resources and uses*, Londres, Routledge, 1992.
- ALONSO FERNANDEZ, Luis, *Museología. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid Ediciones Istmo, 1995, 2.ª edição.
- AMARO, António Rafael, “A cultura organizacional e o(s) poder(es) da história na estruturação da identidade de empresa”, *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 2, 1993, p. 97-115.
- ANDRIEUX, Jean-Yves, *Le patrimoine industriel*, Paris, PUF, 1992.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.
- BRITO, José Maria Brandão de e outros (coord.), *Engenho e obra. Uma abordagem à história da engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002.
- CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- CLUZEAU, Claude Origet, *Le tourisme culturel*, Paris, PUF, 1998.
- Fazer história* (trad. do francês), 3 volumes, Amadora, Livraria Bertrand, 1977-1987.
- FERRO, Marc, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985.
- FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (org.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (org.), *Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimónios*, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

- Geo*, Número especial 2/1998 (“Bilbao en vanguardia. El impacto Guggenheim”).
- GOB, André e DROUGUET, Noémie, *La muséologie. Histoire, développements, enjeux actuels*, Paris, Armand Colin Éditeur, 2003.
- GREFFE, Xavier, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*, Paris, Economica, 1990.
- GUILLAUME, Marc, *A política do património* (trad. do francês), Porto, Campo das Letras, 2003.
- HESPANHA, António Manuel, “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, n.º 9, 1986, p. 65-84.
- HESPANHA, António Manuel, “A emergência da história”, *Penélope*, n.º 5, 1991, p. 9-25.
- JAMESON, Frederic, *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991.
- La nouvelle histoire*, Paris, Retz/CEPL, 1978.
- MENDES, José M. Amado, “Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais”, *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 9, 2000, p. 197-212.
- MENDES, José M. Amado, “Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001/2002, p. 379-388.
- MENDES, José M. Amado, “Museologia e identidade: que Europa através dos museus?”, *Estudos do Século XX*, n.º 2, 2002a, p. 197-211.
- MENDES, José M. Amado e FERNANDES, Isabel (coord.), *Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro*, 2 volumes, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002b.
- MENDES, José Amado, *História do abastecimento de água a Coimbra*, 2 volumes, Coimbra, Águas de Coimbra, 2007-2009.
- MENDES, José Amado, *Estudos do património: museus e educação*, Coimbra, IUC, 2009.
- MILLER, Daniel, *Material culture and mass consumption*, Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- Novos consumos, novos produtos turísticos. Actas*, Lisboa, ITP, 2005.
- NUNES, Adérito Sedas, “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, vol. VIII, n.º 30/31, 1970, p. 201-298.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 1993 – em colaboração.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Inventores, registos de patentes e de marcas e arqueologia industrial. Um exemplo concreto”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXIX, 1994, p. 181-212.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, IIE, 1995.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial, património cultural, nova história regional e local”, *Vértice*, II Série, n.º 73, Julho/Agosto de 1996, p. 103-110.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Arqueologia industrial e museologia da mineração do volfrâmio. Uma abordagem introdutória”, *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 8, 1999, p. 233-256.

- NUNES, João Paulo Avelãs, “Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. II, 2003/2004, p. 159-176.
- NUNES, João Paulo Avelãs e ALVES, Helena, “Minas e georecursos”, BRITO, José Maria Brandão de e outros (dir.), *Momentos de inovação e engenbaria em Portugal no século XX*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, vol. 2, p. 471-519.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Deontologia, desempenho profissional e utilidade social”, *O Ensino da História*, III Série, n.º 32, Julho de 2006, p. 21-23.
- NUNES, João Paulo Avelãs, 30 – “A “boa propaganda”, a “má propaganda” e o ensino da História”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 165-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Celorico da Beira e a história contemporânea de Portugal”, *Celorico da Beira através da história*, CARVALHO, Pedro e MARQUES, António Carlos (org.), *Celorico da Beira*, CMCB, 2009, p. 111-124.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, Coimbra, IUC, 2010.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”, NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, IUC, 2013a, p. 53-79.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia”, PIMENTEL, Irene Flunser e REZOLA, Maria Inácia (coord.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2013b, p. 363-384.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia”, PEDRAS, Rita Fernanda Pinto, (coord.), *1 Jornadas de museologia nas Misericórdias*, Penafiel, SCMP, 2015a, p. 65-83.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Investigação historiográfica e ensino da História. Reflexões em didáctica da História a propósito das Metas Curriculares”, *Revista Portuguesa de História*, t. 46, 2015b, p. 487-507.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”, TEIXEIRA, Sidélia S. (org.), *Património e museus na contemporaneidade*, Salvador, EDUFBA, 2016, p. 27-52.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “História e historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica”, *Revista de Teoria da História*, vol. 17, n.º 1, Julho de 2017a, p. 162-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *Mangualde desde o pós-Segunda Guerra Mundial (1953-2015). Estado Novo, democracia e integração europeia*, Mangualde, CMM e Arqueohoje, 2017b – em colaboração.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O azeite e a oliveira ao longo do tempo. O Museu do Azeite (Bobadela, Oliveira do Hospital)*, Viseu, Arqueohoje/Museu do Azeite, 2019a, p. 53-73 – em colaboração.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Historiografia, ensino da História e “questões fracturantes”. Uma perspectiva de didáctica da História”, LUÍS, Ana R. e outras (Coord.), *A formação inicial de professores nas humanidades. Reflexões didácticas*, Coimbra, IUC, 2019b, p. 89-114 – em colaboração.

- PRENTICE, Richard, *Tourism and heritage attractions*, Londres, Routledge, 1995, 3.^a edição.
- Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 2, 2001, p. 5-50 (“Ensino da história”).
- Revista de História Jerónimo Zurita*, n.º 71, 1995, p. 47-58, 59-94, 309-345 (“La historiografía en el horizonte del año 2000. Actas”).
- Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 5-312 (“Teoria da história, história da historiografia e didáctica da História”).
- ROBERTS, Martin (ed.), *After de wall. History teaching in Europe (1989-2003)*, Hamburgo, Koerber Foundation, 2004.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.), *Iniciação à museologia*, Lisboa, UA, 1993.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- SANTOS, Boaventura Sousa (coord.), *Conhecimento prudente para uma vida decente. “Um discurso sobre as ciências” revisitado*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e outros, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”, *Análise Social*, n.º 101/102, 1988, p. 689-702.
- SEN, Amartya, *Identidade e violência. A ilusão do destino* (trad. do inglês), Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007.
- TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar* (trad. do francês), Lisboa, Edições Unipop, 2012.
- VATTIMO, Gianni, *O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- VEGO, Peter (dir.), *The new museology*, Londres, Reaktion Books, 1989.
- WALSH, Kevin, *The representation of the past. Museums and heritage in the post-modern world*, Londres, Routledge, 1992.

A “ECONOMIA DA *GRAÇA*” COMO DISPOSITIVO RÉGIO DE DOMINAÇÃO NO ANTIGO REGIME

José Subtil

Doutor com Agregação pela FCSH da UNL

Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa

Áreas de investigação: história política e institucional, história do Direito

josesubtil@outlook.pt

Introdução

Numa sociedade tão diferente da nossa e, também, da que nos antecedeu após o liberalismo do século XIX, como o caso da sociedade do Antigo Regime (séculos XVI a XVIII), torna-se difícil apercebermos-nos da sua singularidade.

Compreende-se porque seja difícil fazer história desta época na medida em que a cultura política era tão distinta que o primeiro esforço será o de conseguirmos abandonar as nossas pré-compreensões¹. Para complementar as dificuldades, as fontes jurídicas e os modelos estatizantes do discurso político atual obliteram o entendimento desta tradição literária, teológica e jurídica que modelou um *habitus* gerador de comportamentos e atitudes. Sobretudo uma moral particular dominada por uma ordem cósmica que tinha consequên-

¹ António Manuel Hespanha, *Uma Monarquia Tradicional, Imagens e Mecanismos da Política no Portugal Seiscentista*, Edição do Autor, Kindle-Amazon, 2019. Ver considerações metodológicas na Introdução “Uma maneira de contar a história”.

cias estruturantes (a categorização social, a hierarquia das funções e dos processos) e era estruturada por estados e corpos sociais movidos pelo impulso da vontade do Criador que legitimava o desequilíbrio natural, que ordenava e condicionava os comportamentos e as opções conservadoras de governo.

Estes princípios teológicos e jurídicos fundiram-se numa conceção corporativa onde não havia indivíduos isolados, mas relacionados uns com os outros através de vínculos que constituíam o cimento da agregação da sociedade. Esta ideia apontava, indiscutivelmente, para o sentido da vida de todos e para todos. Sentido que tinha obrigações de vida e com a vida de cada um que decorria do cultivo de virtudes essenciais como a honestidade, a honra, a verdade, a gratidão, a proteção aos outros, a caridade, o comportamento justo e correto tanto dos superiores como dos inferiores. Nesta ordem natural regulada pelo equilíbrio das pessoas e das coisas, era inimaginável pensar outra ordem dominada por qualquer vontade porque era entendida como desobediência aos princípios do justo, do natural e do comportamento devido.

Nesta configuração, o cumprimento dos deveres era recíproco a cada um e acabava por dispensar mecanismos de manutenção da ordem precisamente pela força constituinte deste imaginário coletivo. Se os recursos ao dispor do monarca eram, por si, demasiados frágeis (ver texto mais adiante), a sua própria vontade valia, portanto, o pouco que valia a sua incapacidade de intervenção. Contudo, esta reciprocidade de deveres e obrigações criava vínculos que se convertiam, necessariamente, em comportamentos exigidos.

Para este texto escolhemos a “economia da graça” como dispositivo que organizou a constituição destes vínculos perduráveis e transmissíveis através da recompensa e da gratidão².

² A descoberta desta singularidade foi feita, quase ao mesmo tempo, por António Manuel Hespanha e Bartolomé Clavero que este último conta num texto em jeito de homenagem ao primeiro, “Gracia y Derechosplito, Entre Localización, Recepción y

A Alteridade da Sociedade Moderna

Passemos em revista, mesmo de forma sucinta, o quadro das áreas de governo da sociedade moderna e corporativa que nos ajudará a compreender a precariedade dos recursos materiais e substantivos da Coroa³.

No plano administrativo, a tomada da decisão era balizada pela auscultação de todas as sensibilidades, saberes e intromissões, uma decisão colegial tomada em voto de mesa, ou seja, a capacidade de intervenção individual está praticamente arredada do convívio político entre conselheiros e deputados das mesas, tribunais e conselhos. Ou as decisões eram normativas e regimentadas ou se necessitavam da ratificação régia, as consultas eram de tal forma conformadores e “constitucionais” que ao rei não restava alternativa política. Limitados por princípios do *ius commune*, do direito canónico, dos costumes, das tradições e das leis do Reino, das glosas e dos comentários, tanto as consultas como os despachos ordinários não tinham grande margem para a arbitrariedade.

Também a administração não concebia nenhuma fórmula organizada de fazer o acompanhamento da execução das suas medidas, nem avaliar o desempenho das atividades para, eventualmente, intervir no curso da gestão política. Alocada ao modelo de governar segundo o processo judicial, ou seja, caracterizada pela natureza passiva e defensiva dos direitos, o modelo administrativo resultava dos pareceres encontrados entre os detentores dos cargos de governo

Globalización (Lectura Coral de las Vísperas Constitucionales de António Hespanha com Algumas Respostas Suyas)”, *Quaderni Florentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, vol. 41, n.º 1, 2012, p. 675-763. Também na obra de António Manuel Hespanha, *A Ordem do Mundo e o Saber dos Juristas*, edição do autor, Kindle, 2017, é recontada esta descoberta simultânea, p. 121 em diante.

³ Para uma visão mais de conjunto ver, de José Subtil, “Os Poderes do Centro”, *História de Portugal*, direção de José Mattoso, vol. 4, O Antigo Regime, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Editorial Estampa, 1998 p. 141-170.

e o próprio monarca numa harmonia concertada e indisponível a manobras políticas.

A capacidade reformista estava, por isso, praticamente anulada porque praticar reformas significava intervir no normal funcionamento das instituições e descaracterizar o sentido das suas missões. Por esta razão vemos os magistrados judiciais a assumiram as funções administrativas, desde os juízes de fora, aos provedores e corregedores, incluindo também muitos desembargadores nos cargos de deputados e conselheiros nas mesas colegiais, tribunais e conselhos. Estes juízes e magistrados mantinham a posição de salvaguarda neste sistema autopoiético que se consumia na fiscalização interna do próprio sistema⁴.

Mesmo os juízes letrados, juízes de fora, provedores e corregedores, que aparentemente estavam ao serviço da Corte e eram nomeados pelo Desembargo do Paço não estavam, em aspetos cruciais, dependentes da Coroa. Não estavam dependentes no plano económico e financeiro porque a remuneração dos seus desempenhos era feita através do rendimento dos ofícios que variava de concelho para concelho e de comarca para comarca. Depois, os autos de residência, peças fundamentais para prosseguirem nas carreiras, eram da responsabilidade dos pares que não tinham interesse em causar uma má imagem na corporação pela prática contínua de severidades opinativas como, aliás, atestam os relatórios produzidos. Depois os magistrados superiores, tanto nas Relações como na Casa da Suplicação e no

⁴ Efetivamente só no período pombalino é que assistiremos a imolações de manipulação política através da alteração dos contingentes dos tribunais e conselhos para desequilibrarem o sentido de voto ou da criação do dispositivo da Carta de Conselheiro com poder de trânsito institucional, dando possibilidade aos seus titulares de se assentarem em qualquer organismo da administração central, fossem tribunais ou conselhos, mesas ou juntas e poderem opinar e votar ao lado dos seus pares de assento ordinário. Este passaporte político de fidelidade ao pombalismo passou a constituir uma intromissão e abuso que destabilizou a lógica autopoiética sinodal. A estratégia de manipulação da periferia pelo centro seria completada pela nova constelação de intendências, inspeções e juntas com subordinação hierárquica à nova *governance* assente nas secretarias de estado. Detalhes desta estratégia em José Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759), Memória e Poder*, Lisboa, Edual, 2007.

Desembargo do Paço eram recrutados com base em fatores que não eram exclusivos da avaliação do desempenho profissional.

No plano da fazenda (finanças), o monarca seguia, também, as considerações dos seus vedores e conselheiros e ficava dependente da boa arrecadação das receitas (impostos e rendas) por parte de oficiais menores ou de delegados que conquistavam esse poder em hasta pública ou por inerência dos cargos. A incapacidade da Coroa recolher diretamente os impostos fazia com que as câmaras se esquivassem ao controlo e vigilância como acontecia, amiudadamente, na arrecadação do sobejo das sisas em que procuravam capturar essas verbas sem autorização prévia, invocando a satisfação de necessidades urgentes. Não menos grave foi a falta de centralidade das despesas cujos resultados levavam, muitas vezes, a dotações suplementares e a lidar com uma imprevisibilidade sem limites. O orçamento era, por conseguinte, uma operação contabilística que não fazia parte do cálculo financeiro do Antigo Regime pelo que as despesas eram satisfeitas de acordo com a capacidade financeira e a disponibilidade de gastos.

Num plano superior, algumas casas senhoriais de primeira grandeza, desde logo as da Casa das Rainhas, Casa do Infantado e Casa de Bragança, ducados, marquesados e condados, tinham sistemas financeiros autónomos que corriam pelos seus cartórios e tribunais com jurisdição ampla para os seus territórios (Estados) não contribuindo, portanto, para a fazenda real, acontecendo o mesmo com domínios da Igreja secular, mosteiros e conventos⁵.

Evidentemente que este figurino também provocou excesso de despesas causando *deficits* prolongados que levaria a Coroa, no período pombalino, através do Erário Régio, a criar juntas de intervenção para o saneamento das contas e intervir, junto dos municípios, para

⁵ Para a nobreza ver Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832). A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

controlar o que os provedores não eram capazes de fazer⁶. Foi esta, aliás, a razão da reforma do sistema de contabilidade por partidas dobradas que levaria aos municípios outro tipo de funcionários régios, formados na Aula do Comércio, para se inteirarem dos novos formulários e reportarem as auditorias ao Erário Régio⁷.

De uma forma geral, o controlo dos concelhos e comunidades estava hipotecado pelos fracos recursos de pessoal especializado, pelas vias de comunicação deficientes e pela imposição de tradições e costumes das terras que fazia dos rústicos mais senhores do seu destino que criaturas dóceis à vontade régia. E tudo isto num Reino dividido entre as jurisdições régias, que variavam entre 28% a 40%, sendo o resto do território pertença jurisdicional da Igreja, nobres de primeira grandeza, donatários leigos, conventos, mosteiros, comunidades e concelhos⁸.

A ausência de um exército e os arrolamentos das milícias populares e das ordenanças para manterem a segurança e o sossego das populações, a par das contribuições dos quadrilheiros, não permitiu à Coroa grande manobra de exibição da autoridade. Sempre que foi necessário fazer frente a períodos de guerra, o recrutamento, a cargo dos corregedores e outros magistrados, era manifestamente uma operação de grande hostilidade social. Os que permaneciam nas fileiras destes exércitos *ad hoc* eram indisciplinados, pouco participativos, mal alimentados e remunerados.

⁶ Para uma visão sistémica das reformas do período pombalino e pós-pombalino, ver José Subtil, “O Direito de Polícia nas Vésperas do Estado Liberal em Portugal”, *As Formas do Direito, Ordem, Razão e Decisão (Experiências jurídicas antes e depois da Modernidade)*, Curitiba, Juruá Editora, 2013.

⁷ Os recentes trabalhos de Patrícia Costa evidenciam esta singularidade “financeira”. Ver, por exemplo, *Finanças e Poder na cidade do Porto (1706-1777), do registo à fiscalidade, estabilidades e ruturas*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras, 2015 e o seu projeto pós-doc, “As Finanças Municipais em Portugal no século XVIII: autonomia versus centralismo”, *Ler História*, 73, 2018, 123-144.

⁸ Ver o recenseamento desta situação na monumental tese de doutoramento de António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*, Lisboa, Edição do Autor, Lisboa, 1986, 2 volumes.

As milícias e ordenanças, enquadrados pelos juizes letrados e ordinários, não eram remuneradas e o armamento era custeado pelos próprios e pelas câmaras o que não permitia grande capacidade de intromissão da Coroa na programação das ações de segurança, vigilância e treino militar. Sabemos como estes grupos armados ficavam dependentes dos seus comandantes locais, capitães e sargentos, normalmente recrutados no seio das elites locais. E sabemos, também, como estes comandantes, por motivo destes desempenhos, faziam crescer os seus padrões de investimento político e social que capitalizavam para outras funções. A própria Casa Real não apresentava um figurino estável de recrutamento e remuneração dos guardas e officias ao serviço da proteção do príncipe⁹.

Acabamos de passar em revista as áreas de justiça, economia, finanças, segurança e militar para retratar um quadro muito distante da concentração de poderes por parte da Coroa, um imaginário absolutista que as obstinações da historiografia de cariz estadualista continuam a alimentar¹⁰. O inventário das tecnologias e dispositivos

⁹ Sobre estes temas, em particular sobre o exército (problemas de deserção, insubmissão e recrutamento), são fundamentais os trabalhos de Fernando Dores Costa. Ver, por exemplo, *A Guerra da Restauração, 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004; *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, ICS, 2019; “Milícia e Sociedade”, *Nova História Militar de Portugal*, vol. II (coordenação de António Manuel Hespanha), Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 68-111.

¹⁰ Os aspetos nucleares deste modelo político foram recentemente revisitados por António Manuel Hespanha em *Uma Monarquia Tradicional, Imagens e Mecanismos da Política no Portugal Seiscentista*, *op. cit.* E, também, com novas análises como, por exemplo, o sentido da reforma manuelina dos forais que, ao contrário de uma leitura centralista e centralizadora da Coroa, terá contribuído, segundo AMH, para o reforço das autonomias locais e do autogoverno das comunidades e concelhos. De igual modo, o fez, também, para o período colonial ao enfocar no mesmo modelo de interpretação a imagem de um “império” controlado pelo Reino e pela Corte de Lisboa numa pretensa unidade política, administrativa e jurisdicional, quando a realidade dos factos aponta para a reprodução do pluralismo político que vigorava no Reino com níveis de acentuada autonomia e grande intensidade de governança própria. Um novo modelo de interpretação política sobre o império de que foi, aliás, um percussor de referência, acabando por influenciar, de forma seminal, uma certa historiografia brasileira que, desde então, tem adotado outro entendimento da relação entre a metrópole e o Brasil e, num sentido mais amplo, com o restante império. Abordando o direito colonial como uma pluralidade de direitos, desconstruiu o mito da “correia de transmissão” do poder régio através dos

de poder e da relação e comunicação política do centro (a Corte) com a periferia (concelhos e comunidades) confirma esta realidade plural e corporativa pelo que, neste contexto, se percebe o alcance e a dimensão simbólica de outros dispositivos políticos de dominação como a economia da graça e das mercês.

Da Poiética do Amor e da Amizade ao Direito da *Graça*

O que explica o poder de assimilação e persuasão da economia da graça é, para além do que foi dito sobre a precariedade dos recursos de dominação, a moldura cultural da sociedade moderna, a sua moral, o imaginário retirado da verdade bíblica sobre a ordem do universo.

É decisivo, para o que nos interessa, identificar o fundamental deste ambiente, a começar pelo amor e pela amizade, tratados profusamente pela moral e pela teologia cristã como vínculos que uniam as duas famílias mais importantes da sociedade. A família da Casa que

lugares ocupados pela nobreza no governo geral e dos oficiais régios das capitánias e sedes das principais câmaras que assegurariam a vontade régia e consumariam, deste modo, a centralização do mando. Essa desconstrução foi pensada nas fragilidades das condições existentes para o exercício do poder, da autoridade política e da incapacidade de apropriação e captura dos poderes periféricos pelos eventuais guardiões e donos da vontade do monarca. E foi, igualmente, fundamentada na abordagem da doutrina jurídica sobre os poderes dos vice-reis, a autonomia dos donatários e governadores das capitánias, o deslçamento hierárquico entre os magistrados letrados, a proliferação de câmaras com juízes ordinários eleitos pelas partes (quase todas), a diminuição política dos tribunais superiores e a falta de qualidade dos ofícios régios no processamento administrativo e na manutenção burocrática. Tudo apontando, portanto, para que deste modelo de entendimento decorram efeitos e consequências quanto ao conceito de “exploração” e “coerção” durante o processo de colonização. Uma outra proposta metodológica de AMH tem a ver com o conceito alargado de “constitucionalismo moderno” onde engloba as leis fundamentais, os capítulos das Cortes, os regimentos sobre privilégios, o direito dos tribunais, os costumes, a tradição e o direito canónico. A “Constituição” da época moderna estava, portanto, longe da ideia de depender da vontade dos membros do corpo político escolhidos com representantes dos representados de acordo com a matriz do mandato porque os corpos representativos da sociedade, incluindo o rei, eram o próprio Reino “em virtude de uma relação necessária, que não passava nem por qualquer teoria do contrato social, nem pela teoria do mandato representativo que moldou a teoria política desde o século XIX” (p. 77).

unia pais e filhos, marido e mulher, criados e escravos, e a grande família da Igreja que a todos congregava em Deus. Estes sentimentos e virtudes constituíram o núcleo da economia moral do Antigo Regime que a todos comprometia, superiores e inferiores: a educação moral e cívica, o alimento, a saúde, a proteção, a gratidão e a obediência. Este modelo doméstico tornar-se-ia isomórfico para a «república», desempenhando o papel de regulação e agregação. Como Pedro Cardim ressaltou, os afetos eram vividos, na sociedade do Antigo Regime, de uma forma diferente das sociedades contemporâneas, tanto o amor como a amizade fidelizavam as relações assentes no amor pelo próximo com consequências na cultura política¹¹.

Também a pastoral cristã associava o poder do príncipe ao do bom pastor e os vassallos às ovelhas de um rebanho. Esta relação ao poder pastoral cristão como unidade ecuménica estabelecia, no seio do rebanho, desigualdades naturais, a começar pelos que não são capazes de se conduzirem e precisam de uma proteção especial guiada pela caridade, compaixão e as bem-aventuranças (os loucos, os falidos, viúvas e rústicos pobres, doentes e miseráveis)¹².

Do mesmo modo, o governo doméstico criava uma rede de deveres recíprocos que permitia opor limites ao poder arbitrário, cada um devia curvar-se perante uma ordem natural fixada na criação divina¹³.

¹¹ Ver, de Pedro Cardim, “Amor e Amizade na Cultura Política dos séculos XVI e XVII”, *Lusitania Sacra*, 2.^a Série, n.º 11, 1999, p. 21-57, bem como a sua dissertação de doutoramento, *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, 2000, Universidade Nova de Lisboa.

¹² Mas esta relação entre rebanho e pastor, entre pastor da igreja e a própria igreja produzia efeitos na avaliação do bom ou mau pastor e na qualidade do rebanho (bem alimentado, cuidado e saudável) e de cada ovelha em particular, juntando todos para se servirem uns aos outros. Com o pombalismo, essa assistência piedosa e salvífica foi substituída pela intervenção política e social de instituições que habilitavam estes infelizes para o trabalho regenerador e a saúde retemperadora. Ver José Subtil, “O Direito de Polícia nas Vésperas do Estado Liberal em Portugal”, *op. cit.*, p. 275-332.

¹³ Bartolomé Clavero, “Gracia y Derecho, Entre Localización, Recepción y Globalización (Lectura Coral de las Vísperas Constitucionales de António Hespanha com Algunas Respuestas Suyas)”, *op. cit.*

Neste sistema de disposições e práticas, chamamos a atenção para o *habitus* das condutas que um bom pai de família, como bom pastor, deve seguir. Ser uma fonte de dádivas, garantir o bem-estar e não prejudicar terceiros, nem pôr em causa o bem-estar e a paz entre todos¹⁴.

Ora o amor começava por exprimir uma valência natural cujo modelo era, precisamente, o amor da família, não da família celular da sociedade contemporânea, mas da família alargada onde cabiam os pais, os filhos, os parentes e os criados, submetidos ao poder do *paterfamilias*. Esta conceção da família gerava um conjunto de deveres e obrigações que a todos unia e obrigava. Os pais deviam educação, dar um ofício aos filhos ou um destino de vida (caso dos secundogénitos em diante e das filhas que não herdavam os vínculos), dar alimentos, habitação e medicamentos, por sua vez, os filhos deviam gratidão e obediência pelos quais ficavam obrigados à ajuda sem limites, obediência e respeito pelas suas decisões¹⁵.

Num outro sentido, a amizade decorria da desigualdade entre pessoas em que o que mais podia dava ao que não tinha, bens, serviços, conselhos ou ajudas. Através deste processo de relacionamento, a amizade esbatia as desigualdades na medida em que o que recebia ficava obrigado a contribuir com recompensas para repor a dádiva recebida. Por isso, a amizade era retributiva, acentuava os vínculos doces, cultivava a liberalidade, a caridade e a magnificência ampliava estas virtudes sendo própria de quem tinha uma alma grande. Os amigos esperam, portanto, uns dos outros prestações recíprocas e desiguais, o inferior fica obrigado a prestações menores, mas, em contrapartida, a dar mais amor ao seu superior. Quanto maior a desigualdade maior a dívida do amor, uma dívida interminável que

¹⁴ Pierre Bourdieu, "Habitus, Code et Codification", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64, septembre 1986, p. 40-50.

¹⁵ António Manuel Hespanha, *A Política Perdida, Ordem e Governo Antes da Modernidade*, Curitiba, Juruá Editora, 2010, p. 155

suscitava novas recompensas e novas dádivas. Uma verdadeira máquina de produção de dádivas e agradecimento: “A ordem natural requer que aquele que recebe se converta em benfeitor pela recompensa das graças”¹⁶.

Se o inferior fica submetido à economia da gratidão, o superior permanece na economia da doação, ambos obedecem a uma economia geral das trocas de benefícios em que os desequilíbrios estão regulados e consolidados pela cultura moral. A doação obriga à devolução da gratidão e esta à retribuição, num processo em que os saldos das contas são impagáveis, longe da economia dos débitos e créditos, própria das trocas de bens negociados, da usura, do empréstimo e dos pagamentos contabilísticos onde o débito termina quando o devedor salda o que lhe foi emprestado pelo credor.

Se esta moldura atravessa as relações entre poderosos e beneficiados interessa-nos, agora, referirmo-nos às praticadas pelo monarca através do Tribunal do Desembargo do Paço¹⁷, justamente o tribunal superior da Coroa que, não sendo de justiça, mas justamente de «graça» era considerado extensão do corpo régio com competência extraordinária para dispensar a lei.¹⁸ Para o Ultramar, depois da criação do Conselho Ultramarino (1642), estas competências ficaram a seu cargo (exceto o provimento dos ofícios de letras e da fazenda, juízes e vedores). Todavia, a incapacidade de gestão desta economia e os conflitos perma-

¹⁶ *Idem*, p. 179, seguindo a *Summa Theologica*, de São Tomás de Aquino.

¹⁷ Sobre este tribunal ver, de José Subtil, *O Tribunal do Desembargo do Paço, 1750-1833*, Lisboa, reimpressão, EDIUAL, 2011.

¹⁸ Sintomático, do ponto de vista da centralidade, foi o facto de, a partir do pombalismo, todo o expediente de atribuição de mercês para provimento de cargos ter sido capturado pela Secretaria de Estado do Reino que bem se podia designar por do Reino e Mercês. O que viria, aliás, a acontecer no Brasil com o secretário de estado do Reino e Mercês, ministro assistente ao Despacho e presidente do Real Erário, conde de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro.

nentes com o tribunal do Desembargo do Paço levaram a que o Conselho Ultramarino fosse, lentamente, exautorado destas funções¹⁹.

Nos trabalhos sobre as Ordens Militares e a atribuição de honras e mercês, Fernanda Olival distingue, no universo da liberalidade régia, as mercês «remuneratórias» das mercês por via da «graça»²⁰. As primeiras eram devidas por justiça na medida em que eram destinadas a pagar serviços e, portanto, um débito a ser satisfeito pelo príncipe em pagamento devido. A importância destas mercês diz respeito à realização de ações de particulares que a Coroa não tinha capacidade para as fazer e, uma vez concretizadas, o monarca não podia comportar-se como ingrato. Neste sentido seriam, também, uma forma de mobilidade social aproveitada por sectores inferiores da sociedade para pedirem a recompensa devida, isto é, uma estratégia para assegurarem a promoção social²¹.

Também por isto, Fernanda Olival diz que estas mercês eram substantivas, não decorriam do amor nem da amizade do príncipe, embora não fossem uma obrigação estritamente legal eram, porém, antidoral, quase jurídicas, porque estes serviços eram o pagamento de um dever de gratidão, um dever de justiça no sentido estrito. De qualquer forma não eram estritamente devidas, tinham uma componente graciosa que colocava o beneficiário em gratidão, donde que a mercê e o serviço englobam a economia da graça, não fazendo sentido desagregá-las desta lógica. Para que o serviço realizado tivesse

¹⁹ Para uma dinâmica geral desta situação ver de José Subtil, “Os poderes do Centro”, *op. cit.*

²⁰ O jogo desta relação de liberalidade cobria um conjunto muito vasto de situações hierárquicas distintas, como já foi referido: a *potestas* dos superiores a quem se devem obséquios e veneração a troco da prestação gratuita de favores, a amizade entre amigos que mutuamente se ficam obrigados à liberalidade, os ricos que devem esmola aos pobres, a misericórdia que todos devem aos infelizes e miseráveis.

²¹ Ver Fernanda Olival, “La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno”, PÉREZ, Francisco José Aranda & RODRIGUES, José Damião (eds.) *De Re Publica Hispaniae: Uma vindicação de la cultura política en los Reinos ibéricos en la primera modernidade*, Madrid, Sílex, 2008, p. 389-408.

uma graça régia adequada, não fosse de mais nem de menos, o príncipe tinha que atender a três fatores: à posição social do beneficiado, à importância dos serviços prestados e à reserva disponível dos bens da Coroa.

Seja como for, o monarca não é obrigado a dar mesmo que seja compelido, porque há princípios e regras²² que não pode deixar de cumprir e, no plano simbólico, o ‘poder’ de poder recusar reforça sempre o poder de dar²³.

Podíamos, por outro lado, dizer que o monarca, mesmo não estando limitado por constrangimentos da dogmática jurídica, dos costumes e da justiça e vinculado, apenas, à capacidade de praticar a graça, fazendo-a não confirma ou afirma qualquer poder de arbitrariedade porque, em última instância, ao dar não pode prejudicar ninguém. Este cálculo é tanto mais ponderado quanto a Coroa foi doando bens e propriedades entre a crise de 1383-85 e a guerra da Restauração (1640) pelo que o agraciamento de privilégios e mercês foi ficando muito circunscrito a valores simbólicos como hábitos, ordens e comendas, com a exceção do provimento de ofícios e nomeações para lugares militares e de governo que foram crescendo com as necessidades do império a partir do século XVI.

Por outro lado, é verdade que antes da decisão sobre a graça, o tribunal exigia aos requerentes para se portarem como suplicantes, atentos à gratidão, apresentando provas dos serviços ou as razões que autenticavam as preces, podendo os pedidos ser rejeitados ou negados liminarmente, aproximando o processo da graça do processo da justiça²⁴. Certa é a obrigação eterna de agradecimento e retribuição

²² É o caso, por exemplo, no plano formal do *Regimento das Mercês Dado por El-Rei D. Pedro 2.º em 19 de Janeiro de 1671 e Decretos com Que Se Acrescentou*.

²³ António Manuel Hespanha, *La Gracia del Derecho, Economía de la Cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

²⁴ Portadas retiradas de requerimentos que se repetem, no essencial, nos processos de súplicas por graça e mercê: “Cuja graça tem já Vossa Alteza Real sido servido por sua alta grandeza, conceder a outros Vassallos, que como o Suplicante têm recorrido ao

o que faz de todos os beneficiados um «exército» de vassallos reconhecidos e fiéis, uma extensa rede de clientes a que o monarca pode pedir novos serviços ou o cumprimento dos deveres de auxílio e ajuda. Uma dívida eterna que obriga o obsequiado à exibição pública da honra, evitando, porém, cair na adulação.

Esta liberalidade mantinha, como vimos, uma grande afinidade com a justiça o que a tornava incompatível com o voluntarismo. Mesmo na doutrina jurídica orientada para garantir os serviços ao rei, defendia-se a teoria de que o monarca tinha deveres da recompensa para remunerar os serviços dos seus vassallos, passando a graça a ser o pagamento de um serviço exigido pelo dever da justiça. Seja qual for o quadro em que se terá exercido a graça, o mecanismo de gerar a recompensa e a gratidão que, por sua vez, gerava novos ciclos de recompensa e dádiva, produzia uma poderosa rede de benfeitores e clientes que estabiliza as relações sociais e o sistema político. Tal como já dissemos, uma poderosa máquina de produção simbólica de doações e recompensas.

A Tipologia da *Graça* e das *Mercês*

No que se refere às tipologias, começemos pela confirmação dos privilégios e mercês dado o caráter gratuito da doação dos bens da Coroa. Precisamente por isso, o rei ficava obrigado a confirmar as doações régias dos seus predecessores em proveito dos donatários ou seus descendentes e a confirmar as doações à morte do donatário

degrau da incomparável piedade de Vossa Alteza Real portanto, pede a Vossa Alteza Real que no meio de tantas virtudes que o adornam, queira conceder ao Suplicante a justa graça que requer. Espera Real Mercê" [...] "Pede a Sua Magestade se digne pela sua Real grandeza conceder-lhe a mercê que implora, persuadido de que se faz digno da mesma graça por isso mesmo que se emprega no Real Serviço"[...] "Fossem presentes as circunstâncias que concorreram no Suplicante para se lhe conferir a mercê da propriedade do ofício de ... as quais sendo expostas a Sua Magestade, moveram o seu Real ânimo, tomando em consideração o particular cuidado e amor com que se havia empregado no seu imediato e Real Serviço, a fazer-lhe aquela mercê, em plena remuneração, não só daquele serviço, como de todos os demais feitos".

ou a sua transmissão. Esta questão foi central porque permitia colocar a possibilidade do património doado reverter para a Coroa. No entanto, o primado da moral e dos costumes veio dando lastro a que as confirmações eram um direito, mesmo a favor dos descendentes, e que a remuneração da doação não podia ser revogada mesmo por ingratidão. Verdade é que no seguimento da Lei Mental (1434), concebida para proteção do património régio, a doutrina jurídica passou a defender o retorno da dádiva à Coroa depois da morte do donatário, o que explica os pedidos de confirmação. A Coroa procurou controlar a situação dos encartes abusivos, sem confirmação ou não atribuídos, com o registo obrigatório das cartas de doação na Secretaria das Mercês, junto da Chancelaria Régia, acompanhado do pagamento dos novos direitos. E passou a ser praticada a concessão da doação por uma vida, duas ou mais, ou, então, de juro e herdade, isto é, para sempre, com dispensa da Lei Mental²⁵.

Em momentos de desorientação burocrática ou crise política, a Coroa obrigou os encartados a apresentar as cartas de doação na Secretaria das Mercês para serem validadas por apostilhas. Tentou, inclusive, através da criação de Juntas de Confirmações, realizar tombos dos bens da Coroa em doação o que, de facto, nunca conseguiu

²⁵ Eram graças especiais que podiam implicar, também, no caso do Ultramar, a confirmação de doações dadas por outros órgãos. Num caso escolhido para exemplo, vejamos numa provisão de confirmação, os intervenientes neste processo: Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Tesoureiro, vereação da câmara, Conselho Ultramarino, Secretário das Mercês, Secretaria do Conselho Ultramarino, Chancelaria mor da Corte, e Reino, Secretaria de Estado do Brasil, Escrivão. E, agora, a fórmula da provisão régia: “Dona Maria por graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além mar em África Senhora da Guiné; Faço saber aos que esta minha Provisão de confirmação virem que por parte de Luís José de Chaves Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra se me representou que a Câmara da cidade da Bahia lhe conferiu o partido de Médico da Saúde da mesma cidade, como mostrava a Provisão que oferecia, pedindo-me a graça de lha conferir, e sendo visto o seu requerimento. Hei por bem fazer-lhe mercê de lhe confirmar a Provisão que a Câmara daquela cidade da Bahia lhe mandou passar confirmando-lhe o partido de Médico da Saúde dela, e com ele haver a ordenado de trinta mil reis por ano, e todos os proês, e precalços que diretamente lhe pertencerem (...) e pagou de novos direitos quinze mil reis”. (Arquivo Histórico Ultramarino, ACL_CU_005, Cx. 182, D. 13499).

concretizar, podendo dizer-se que, em nenhuma altura, a Coroa soube do universo de doações que concedeu e o estado de validade das mesmas. Podemos, portanto, dizer que, de uma forma geral, este prerrogativa régia esteve sem controlo, acontecendo, por vezes, que os próprios proprietários já nem sabiam em que condições eram donatários, o que era agravado quando, no caso de se tratar de ofícios, os primitivos encartados, por razões que se prendiam com a impossibilidade de os exercerem, pediam a graça para nomearem serventuários que, mais tarde, acabavam por transmitir o arrendamento a outros que, com o andar dos tempos, deixavam, também, de reconhecer os proprietários e as condições em que o ofício foi arrendado.

Relativamente às tipologias começemos pela nobilitação que correspondia a uma mudança de estado social que só o poder «criador» do monarca, à semelhança do Criador Divino, era capaz de operar. Desde logo, a concessão do privilégio de fidalgo que corria pela secretaria do registo dos filamentos da Corte acompanhada pela atribuição de cargos na Corte. O mesmo acontecia com a nobreza de toga através da concessão de privilégios para usar beca ou ter acesso a novos patamares de correição e desembargo ou ao provimento de carta de conselheiro que permitia ficar imune a interferências jurisdicionais e a habilitar-se a privar com o monarca no espaço curial.

Mas esta nobreza não natural, “extrínseca”, também se podia adquirir quando o monarca concedia privilégios devidos à ciência (cursos adquiridos na Universidade de Coimbra), prestação de serviço militar e miliciano (cavaleiros, capitães de ordenanças, oficiais militares), exercício de cargos palacianos (mordomos-mores, secretários régios, capitães da guarda real), ofícios de governo territorial (governadores e comandantes de regiões militares), presidentes de tribunais superiores, corregedores, provedores, vereadores. Estas graças régias para a aquisição da nobreza política que constituíam o principal mecanismo de mobilidade social, distinguiam-se da nobilitação natural a que o monarca não tinha direitos uma vez que eram adquiri-

das por tradição e família. Por isso, a concessão de títulos de nobreza aos grandes, um privilégio que indiciava sempre ganhos políticos e desempenho de cargos de prestígio era acompanhada pela doação de novos bens ou domínios, jurisdição privativa ou fontes de rendimento.

Um outro grupo de graça, com repercussões simbólicas poderosas, era a concessão de perdões ou a diminuição de penas (prisão, degredo, morte civil, multas) após decretadas por sentença judicial sem apelo nem agravo. Estas graças ocorriam com muita frequência atendendo às suplicas dos condenados para sustento das famílias ou por razões de idade ou doença. Esta generosidade, misericórdia e magnificência associada ao perdão régio era uma das consequências imediatas às obrigações do caráter paternalista do monarca tendo em vista cuidar dos seus vassalos, não os deixar morrer ou, como faz o bom pastor, apascentar as suas ovelhas e, sobretudo, cuidar das tresmalhadas.

Mas, a mais emblemática de todas, pela frequência com que era suplicada, diz respeito ao provimento de ofícios. Esse provimento podia decorrer de duas situações. Ou o ofício se encontrava vago e não tinha pretendente, ou o ofício era requerido por recair na transmissão dos bens da Coroa. Ou, ainda, podia acontecer que era pedida a confirmação do encarte por ser exercido por um parente em primeiro grau. Na teoria do ofício público, a posse de um ofício era equivalente à posse de um património na medida em que os ofícios valiam pelo rendimento que proporcionavam. Embora os serviços fossem de natureza pessoal e intransmissível, a «patrimonia- lização» permitiu a transmissibilidade do direito, invocando a recompensa fundada na doutrina e no Regimento das Mercês (1761), seguindo a lógica de que as mercês eram bens que favoreciam a família e davam garantias de servilidade.

O debate que se estabeleceu em torno de se saber se uma vez atribuído o ofício a um proprietário o mesmo podia ser herdado ou se retornaria à Coroa para ser disponibilizado, foi recorrente. Sobretudo quando as mercês eram atribuídas de acordo com o

estipulado pelo Regimento das Mercês (1761), em especial nos ciclos de guerra e crise como aconteceu com os requerimentos por serviços militares e outros prestados, em especial, no Ultramar. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a não satisfação destes serviços no Brasil causou alarme institucional. Para obviar ao mal-estar, os governadores das capitanias e os senados das câmaras começaram a usar o mecanismo de retribuição de serviços com provimentos provisórios que, de facto, se tornaram definitivos, fugindo ao controlo da Secretaria das Mercês e do Conselho Ultramarino²⁶. Uma das consequências desta usurpação foi a constituição de novas redes de clientes que passaram a gravitar, não em torno da Coroa, mas de outros «doadores», contribuindo para a formação de grupos políticos autónomos na cadeia periférica da troca de favores²⁷.

²⁶ Eis o detalhe de um caso: carta do ouvidor da comarca Domingos João Viegas ao rei [D. José] sobre o requerimento de António Ribeiro Sanches, em que pede confirmação do lugar de físico da Câmara e Saúde da Bahia. “É sem dúvida, que o recorrente António Ribeiro Sanches foi nomeado pela Câmara desta cidade por Médico da mesma Câmara e Saúde, que está servindo com toda a aceitação e erudição, recebendo o ordenado de trinta mil reis anualmente, que até ao presente se tem conferido e satisfeito aos seus antecessores como consta da cópia da ordem que Vossa Magestade me manda aqui juntar e da outra, que também ofereço a Vossa Magestade os emolumentos que lhe são devidos. É o que mandará o que for servido. Bahia 10 de Fevereiro de 1771. “O Doutor Juiz de Fora Veradores e Procurador do Senado da Câmara desta cidade do Salvador da Bahia de todos os Santos e seu termo; Fazemos saber aos que nossa Provisão virem, e o conhecimento dela deva, e haja de pertencer; que tendo respeito ao Doutor António Ribeiro Sanches nos enviar a dizer por sua Petição, que ele queria servir o emprego de Físico da Câmara e Saúde desta cidade, que se acha vago, por ausência do actual o Doutor José Henriques Ferreira, e se fazer preciso provê-lo em pessoa de suficiência, letras e experiência; as quais todas concorrem no dito Doutor António Ribeiro Sanches Médico formado na Universidade de Coimbra; e confiarmos dele, que nas obrigações que lhe tocarem, se haverá muito conforme a confiança que dele fazemos. Havemos por bem de o prover no dito emprego de Físico da Câmara e Saúde desta cidade com o qual haverá o ordenado, e mais proês, e precalços, que directamente lhe pertencerem, na forma de seu antecessor, e tomará Juramento neste Senado de que se fará termo nas costas desta na forma praticada. Dada nesta cidade da Bahia sob nossos sinais e selo que perante nós serve em Câmara de 7 de Outubro de 1769. (Arquivo Histórico Ultramarino, ACL_CU_005, Cx. 167, D. 12653).

²⁷ Ver José Subtil, “Os poderes dos Juizes no Império Português: o caso do Brasil”, *Justiças, Governo e Bem Comum na Administração dos Impérios Ibéricos de Antigo Regime (séculos XV-XVIII)*, coordenação de Júnia Furtado, Cláudia Atallah e Patrícia Silveira, Curitiba, Editora Prismas, 2016, p. 33-91.

Ao longo do final do século XVII e inícios do século XVIII foi vulgar os provimentos de alguns ofícios rentáveis serem atribuídos à aristocracia para pagamento de serviços prestados à Coroa que, evidentemente, os beneficiários não podiam exercer. Foi o caso, por exemplo, de desembargadores com o ofício de escrivão de uma câmara, ou de um militar com o ofício de escriturário de um conselho régio. Evidentemente que estes provimentos destinavam-se, não ao exercício funcional do cargo, mas a arrecadarem as receitas que o mesmo proporcionava através do trabalho desempenhado por um serventuário que pagava, em contrapartida, uma percentagem de renda ao proprietário, nalguns casos, o próprio serventuário fazia um segundo ou terceiro arrendamento, acabando por o rendimento do ofício ficar distribuído por um série de enfiteutas, contribuindo para o relaxamento, desprestígio e vulgaridade das posses. Não de forma formal e explícita, podia surgir, ainda, a figura da venda encapotada do ofício, ou seja, o proprietário alugava sem prazos, a título de um pagamento único, o rendimento do mesmo, isto é, a venalidade era praticada exceto, como se disse, nos ofícios de letras (juizes de fora, corregedores, provedores e desembargadores) ou em ofícios de fazenda (escriturários, escrivães, oficiais de fazenda)²⁸.

Vejamus um conjunto mais alargado de outras tipologias de graça.

- a) **Agravos** eram recursos sobre os gravames que os juizes produziam sobre sentenças que tinham proferido de forma a serem suspensas até ao resultado dos recursos;

²⁸ Pela importância de que se revestiam, os ofícios de letras e fazenda tiveram sempre um tratamento mais cuidadoso, aproximando a dádiva da graça a um ato de justiça na medida em que os candidatos tinham que instruir um processo de intenções devidamente documentado e a mesa do tribunal do Desembargo do Paço pedia confirmação, avaliava o desempenho e apreciava a equidade e o justo merecimento dos mesmos. Com o decorrer dos tempos, estes processos assemelharam-se, cada vez mais, a uma candidatura meritocrática e exercida em comissão de serviço, ou seja, foi-se caminhando da «patrimonialização» para o comissariado, da concessão vitalícia para a nomeação provisória, implicando que os empossados viessem a mostrar o merecimento do cargo. Ver mais detalhes em José Subtil, “Os Poderes do Centro”, *op. cit.*

- b) **Fianças** para que os réus pudessem continuar em liberdade durante a ação judicial sobre a culpa de que eram acusados, ou seja, aguardarem em liberdade até a sentença ser pronunciada. Se o pedido implicasse, também, proteção, a carta implicava a graça de conceder a segurança ao réu e, então, a carta era chamada de seguro;
- c) **Impostos ou taxas** por parte dos governos municipais implicavam a concessão da graça para o fazer na medida em que não era matéria de justiça por alterar as condições dos contribuintes e estarem, portanto, contra o normal estado das coisas estabelecidas. Estas graças eram temporárias e cessavam quando ficassem satisfeitas as necessidades;
- d) **Emancipação** eram muito frequentes e a graça do monarca fundava-se na sua capacidade «milagrosa» para alterar o estado da natureza das pessoas. Destinavam-se a dar suplementos de idade ao suplicante de forma que, sendo menor de idade, pudesse adquirir a idade suficiente para, por exemplo, casar, herdar, testemunhar ou dispor de bens e rendimentos, sobretudo de bens vinculados;
- e) **Legitimação** para reconhecer como legítimo um bastardo para se tornar herdeiro ou dispor de bens, embora tivesse que ser subscrita por um progenitor tinha que ter o consentimento do outro e não prejudicar terceiros com esta habilitação;
- f) **Citação** correspondia a uma graça régia que permitia que os juízes letrados com imunidade jurídica pudessem ser citados para comparecerem no tribunal para testemunharem;
- g) **Confirmação de privilégios.** O quadro jurídico e dogmático não admitia que o bem dado em graça perdesse a sua natureza de pertença à Coroa como, desde D. Duarte estipulava a Lei Mental (8 de abril de 1434) que fazia reverter à Coroa as doações régias evitando a sucessão hereditária. Este retorno devia acontecer no final da vida uma vez que a doação era para

satisfazer, remunerar ou distinguir um vassalo e não os seus descendentes. Apesar de tudo, como já o dissemos, foi tomando fórmula a graça ser dada em uma vida, duas vidas ou mais ou, então, se fosse para todo o sempre de juro e herdade. O certo é que esta orientação foi perdendo para a prática da transmissibilidade depois da morte do beneficiado;

- h) **Doação** muito embora pertença aos atos de liberalidade régia não podia prejudicar terceiros e, por isso, desde que fosse insinuada necessitava da graça para ser consumada;
- i) **Embargo** era pedido para impedir o cumprimento da sentença enquanto decorria o processo de recurso. De acordo com as alegações, o tribunal decidia da graça em jeito de justiça, a ponto de podermos dizer que, neste caso, a graça potenciava a justiça;
- J) **Extinção de vínculos** era do domínio da graça porque a vinculação dos bens não estava limitada pelo tempo e era inalienável. Precisamente por isso, a desvinculação dispensava a lei para se concretizar. Com o aproximar do final do século XVIII, a desvinculação passou a ser um processo regulado pela justiça quanto a morgados e capelas vinculadas como bens insignificantes;
- l) **Naturalização** era uma graça de mudança de estado da natureza, ou seja, alguém que não nasceu no Reino e era estrangeiro passar, por milagre, a ser português e gozar de todos os mesmos privilégios dos naturais;
- m) **Provas de Direito Comum** eram proibidas por lei, portanto, só podiam ter lugar por graça. Destinavam-se a provar o que não era possível de provar por escritura, convocando testemunhas para o fazer. Foram muito utilizadas nos processos de aforamento, nas enfiteuses, nos inventários e na confirmação dos encartes das doações régias;
- n) **Tutoria** para, depois da morte do progenitor, o menor ser tutelado para a sua alimentação e educação. Esta graça podia

- recair no membro da família que apresentasse melhores condições de vida. Estava, normalmente, associada à tutela do inventário;
- o) **Inventário** por morte do progenitor se este não deixasse testamentário. Era necessário nomear o administrador dos bens. A nomeação era graciosa ou vinculada a certos deveres como acontecia com a progenitora que ficava impedida de casar;
- p) **Aforamentos** de bens vinculados necessitavam de mercê régia.

Conclusão

Enquanto senhor da graça, o monarca ficava desobrigado do cumprimento das leis, podia modificar a natureza das coisas como emancipar menores, legitimar bastardos, conceder títulos a plebeus e definir aquilo que é devido a cada um, ou seja, distribuir recompensas e mercês. Contudo, enquanto ato fora da ordem, o ato régio da graça não podia cometer erros ou ser irrefletido o que obrigava o rei a obedecer a princípios, meios e fórmulas para se adequar a uma causa justa e equitativa. A benfeitoria não era, portanto, um ato gratuito que obedecesse ao capricho do príncipe e ao provocar, por cada reconhecimento um novo dever de dádiva, criava, por outro lado, uma circularidade de sentimentos que perdurava no tempo, tecendo uma estratégia simbólica de benfeitorias recíprocas, de gratidões impagáveis e de excedentes de liberalidade, num jogo social inacabado.

Os efeitos, no plano moral, político e social, foram vários.

O primeiro foi, sem dúvida, a manutenção de um *habitus* que permitia práticas continuadas fundadas na natureza da dádiva e da recompensa que moldava comportamentos, suscitava expectativas e sugeria a centralidade da proteção régia.

O segundo, foi a criação de sociabilidades e deveres recíprocos entre o monarca e os seus beneficiados que tinha consequências na disciplina a que ficavam obrigados os agraciados, sentimentos que produziam, de facto, domínio do monarca sobre os seus vassalos.

Em terceiro lugar, fundava uma «constitucionalidade» que, através da teologia e da dogmática jurídica, tornava obrigatória a obediência e o obséquio e, por esta via, o respeito e o acatamento das decisões régias como decisões naturais, assegurando o normal funcionamento da sociedade.

Em quarto lugar, fazia do monarca um rei pastor, imagem, que, ao lado do *paterfamilias*, obrigava o príncipe a um conjunto alargado de obrigações para cuidar dos seus vassallos em várias dimensões e circunstâncias. Ou, noutra metáfora, a imagem do monarca como jardineiro para definir o melhor desenho para seu jardim (Reino) de forma a criar uma imagem ordenada²⁹.

E, finalmente, a ideia de que a graça era superior às leis da natureza e à ordem justa do direito porque estava ligada à própria divindade de que o monarca era portador por delegação. Ao usarem o poder da graça, os monarcas imitavam, portanto, o Criador, introduzindo uma certa flexibilidade na ordem da justiça e da natureza o que irá consubstanciar-se, lentamente, para funcionar mais como coiteiro do que como jardineiro. Esta *potestas* extraordinária surgia, por conseguinte, não de uma violação da justiça nem das leis da natureza, mas como complemento destas na medida em que se reportava a uma ordem suprema, superior às ordens referidas. Foi este tipo de flexibilidade que constituiria a válvula para a política no período iluminista, excedendo-se o príncipe na averiguação dos bons caminhos para os seus vassallos.

²⁹ A imagem do jardineiro decorre da imagem cultivada por Zygmunt Bauman para estabelecer uma contraposição com a imagem do coiteiro, a primeira associada à boa conservação da natureza e a segunda a uma intervenção utilitária para a transformar. Ver análise decorrentes destas metáforas em António Manuel Hespanha, *A Política Perdida, Ordem e Governo Antes da Modernidade*, *op. cit.*, com primeira publicação na *Análise Social*, vol. XXXVI, 2002, 1183-1208, *op.cit.* Na verdade, a centralidade teóricas seguida por Zygmunt Bauman foi a distinção entre “juizes intérpretes” e “juizes legisladores”, ou seja, a metáfora do intelectual legislador (produtor de leis que decide a controvérsia e escolhe a opinião verdadeira) e do intelectual intérprete (que explica o que se diz de um lado e do outro para manter a comunicação).

Percebe-se que ao lidarmos com a economia da graça estamos a valorizar não só um dos dispositivos simbólicos mais poderosos para a dominação exercida pelo príncipe no Antigo Regime, como estamos a reconhecer que este mecanismo viria a ser utilizado, mais tarde, para estabelecer formas de imposição da vontade reformadora dos monarcas no período proto-liberal.

Bibliografia Geral

- ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio (1990), “Pater familias, señor y patrón; oeconomia, clientelismo y patronato en el Antiguo Régimen”, Pastor de Togneri, Reyna (coord), *Relaciones de Poder, de Producción y de Parentesco en la Edad Media y Moderna*, Madrid, CSIC, p. 411-458.
- BOURDIEU, Pierre (1986), “Habitus, Code et Codification”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64, septembre, 40-50
- CARDIM, Pedro (1999), “Amor e Amizade na Cultura Política dos séculos XVI e XVII”, *Lusitania Sacra*, 2.ª Série, n.º 11, 21-57.
- CARDIM, Pedro, *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, 2000, dissertação de doutoramento, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, p. 430.
- CLAVERO, Bartolomé (2012), “Gracia y Derecho, Entre Localización, Recepción y Globalización (Lectura Coral de las Vísperas Constitucionales de António Hespanha com Algumas Respostas Suyas)”, *Quaderni Florentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, vol. 41, n.º 1, 675-763.
- COSTA, Fernando Dores (2004), “Milícia e Sociedade”, *Nova História Militar de Portugal*, vol. II (coordenação de António Manuel Hespanha), Lisboa, Círculo de Leitores, p. 68-111.
- COSTA, Fernando Dores (2004), *A Guerra da Restauração, 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COSTA, Fernando Dores (2019), *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*, Lisboa, ICS.
- COSTA, Patrícia (2018), “As Finanças Municipais em Portugal no século XVIII: autonomia versus centralismo”, *Ler História*, 73, 123-144.
- COSTA, Patrícia (2015), *Finanças e Poder na cidade do Porto (1706-1777), do registo à fiscalidade, estabilidades e ruturas*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras.
- FRIGO, Daniela (1991), “Disciplina Rei Familiariae”: a Economia como Modelo Administrativo de *Ancien Régime*”, *Penélope*, n.º 6, 47-62.
- HESPANHA, António Manuel Hespanha (1993), *La Gracia del Derecho, Economía de la Cultura em la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionais.
- HESPANHA, António Manuel (2019), *Uma Monarquia Tradicional, Imagens e Mecanismos da Política no Portugal Seiscentista*, Edição do Autor, Kindle-Amazon.

- HESPAHNA, António Manuel (2017), *A Ordem do Mundo e o Saber dos Juristas*, edição do autor, Kindle – Amazon.
- HESPAHNA, António Manuel (2010), *A Política Perdida, Ordem e Governo Antes da Modernidade*, Curitiba, Juruá Editora.
- HESPAHNA, António Manuel (1986), *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*, Lisboa, Edição do Autor, Lisboa, 2 volumes.
- HESPAHNA, António Manuel (2010), *Imbecillitas, As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*, S. Paulo, Annablume.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1998), *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832). A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OLIVAL, Fernanda (2008), “La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno”, PÉREZ, Francisco José Aranda & RODRIGUES, José Damião (eds.) *De Re Publica Hispaniae: Uma vindicación de la cultura política en los Reinos ibéricos en la primera modernidade*, Madrid, Sílex, p. 389-408.
- OLIVAL, Fernanda (2001), *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Editora Estar.
- SUBTIL, José (2007), *O Terramoto Político (1755-1759), Memória e Poder*, Lisboa, Edual.
- SUBTIL, José (2013), “O Direito de Polícia nas Vésperas do Estado Liberal em Portugal”, *As Formas do Direito, Ordem, Razão e Decisão (Experiências jurídicas antes e depois da Modernidade)*, Curitiba, Juruá Editora, p. 275-332.
- SUBTIL, José (1998), “Os Poderes do Centro”, *História de Portugal*, direção de José Mattoso, vol. 4, O Antigo Regime, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Editorial Estampa, p. 141-170.
- SUBTIL, José (2016), “Os poderes dos Juizes no Império Português: o caso do Brasil”, *Justiças, Governo e Bem Comum na Administração dos Impérios Ibéricos de Antigo Regime (séculos XV-XVIII)*, coordenação de Júnia Furtado, Cláudia Atallah e Patrícia Silveira, Curitiba, Editora Prismas, p. 33-91.
- SUBTIL, José (2011), *Actores, Territórios e Redes de Poder, Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Curitiba, Juruá Editora.
- SUBTIL, José (2011), *O Tribunal do Desembargo do Paço, 1750-1833*, Lisboa, reimpressão, EDUAL

“CARTA A UM JOVEM INVESTIGADOR”¹

Luís Reis Torgal

Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra. Fundador e investigador do CEIS20

1. É evidente que não se trata de uma “Carta”. O mote deste texto – que se poderia chamar “charla” se tivesse assumido uma simples forma oral – é um opúsculo do entomólogo Edward Osborne Wilson, professor em Harvard, que, inspirando-se no poeta de língua alemã Rainer Maria Rilke e no seu texto publicado em 1929, após a sua morte, *Briefe an einen Dichter (Cartas a um Jovem Poeta)*, escreveu as *Letters to a young scientist* (2013).

Sou historiador de antes e depois do “25 de Abril” e creio que essa minha experiência pode mostrar claramente o que é a questão da “circunstância” do investigador, que se altera de acordo com o tempo e com o espaço. Sirvo-me, obviamente, do mote de Ortega y

¹ Este texto (ponto de partida para uma conferência, ou uma “charla”, proferida em 28 de Novembro de 2014, na Casa da Escrita, em Coimbra, no encerramento de um encontro de Jovens Investigadores), tem como base, e mesmo repete, algumas reflexões que se encontram no livro que veio depois a ser publicado *História... Que História? Notas críticas de um historiador*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2015. Inédito até agora, publico-o (apenas com algumas alterações), dedicado ao meu colega e amigo José Maria Amado Mendes que, comigo e com Fernando Catroga, escreveu o livro *História da História em Portugal*, tema que compartilhámos durante alguns anos e que mais nos aproximou no nosso interesse em reflectir sobre o sentido da História.

Gasset das *Meditaciones de Quijote* (1914) e de *El tema del nuestro tiempo* (1923), que defende uma lógica cartesiana corrigida, tendo em conta que a sua teoria da existência se pauta pela consciência não de um “eu” absoluto, mas de um “eu” relativo, posicionado em determinadas circunstâncias sociais, que se tem sintetizado vulgarmente na frase “o Homem e a sua circunstância” ou “as suas circunstâncias”.

Para isso é sempre preciso pensar na História como consciência do tempo e do espaço e como conhecimento (saber ou ciência).

2. Mircea Eliade insistiu na afirmação de que o Cristianismo quebrou com a ideia de eterno retorno ao dar à História um princípio e um fim, um alfa e um omega (ELIADE, 1956-1958?, 1969-1981). Aceitamos que sim, mas também é verdade que foi o Cristianismo que deu à História um sentido providencialista, passando a ser, para a sociedade e para o homem (para cada um dos homens), um percurso inscrito no livro da Providência divina, representado simbolicamente na afirmação comum “Se Deus quiser...”, providencialismo que agora é cada vez mais evidente nas religiões pentecostais, ou mesmo na religião católica tradicional, onde é sempre esperado o “milagre de cada dia”. Foi afinal preciso todo um processo de laicização – em consequência da leitura da História através da ideia laicizada de Progresso (ver CONDORCET, 1795) e da consciência histórica hegeliana e marxista – para dar à História um sentido rectilíneo mas de construção humana. Por isso, a Contra-Revolução defensora da Tradição (ou do Tradicionalismo) do “Antigo Regime” apelava para a ideia de uma História circular, em luta contra o Iluminismo, que considerava ser um passo em frente e “anti-natural” (*contra natura*) no sentido da formação de um sistema liberalista, a que se seguiria um sistema socialista, laicista e ateísta (cf. CASTRO, 1841, sobretudo secção II, e *A Nação*, n.º 12.047, 5 de Maio de 1882, editorial datado de 4 de Maio; ver TORGAL, 1973, sobretudo parte II, cap. II, e 1989, cap. III).

Mas será a História rectilínea? Poderemos dizer que a História se pode explicar, numa lógica filosófica e historicista, como um caminho marcado com determinados objectivos, sejam eles salvacionistas de tipo cristão (o “Céu” contra o “Inferno”, no “Além”), socialistas (“sociedade sem classes”), ou de tipo capitalista e neoliberal (o “fim da História”, de Fukuyama – 1992)? Karl Popper já criticara o historicismo (1936-1957-1984) e historiadores de inspiração marxista, como François Furet, que escreveram sobre a desilusão que provocou o comunismo de sistema (FURET, 1996), olharam com angústia para o fim do século (século XX), concluindo que o homem deixou outra vez de pensar poder dominar a História (ver TORRALBA, 2000 ou 2002). Com efeito, a História – por muito que nos custe – não tem um desenvolvimento rectilíneo e a crise económico-financeira do início do século XXI nos Estados Unidos e depois na Europa tem provado que, apesar do progresso científico e tecnológico (que sempre, de resto, se experimentou), a sociedade não conseguiu criar formas de progresso social contínuos e universais, a ponto de alguns historiadores afirmarem que se tratou de “uma grande ilusão” (ver JUDT, 2011-2012). Não conseguiu manter os direitos ou as garantias adquiridas e vai perdendo o que se julgava ser impossível perder, o que leva alguns cientistas sociais a pensar na hipótese de recuo. Sem nos confundirmos com teses contra-revolucionárias, de eterno retorno, como *realidade natural*, contra o qual o homem não pode lutar *artificialmente*, teremos de admitir que é mais adequado aceitar a ideia de um “progresso em espiral”, à maneira de Vico (CUNHA Norberto, 2001), que nos leva a considerar que o processo civilizacional tem recuos e avanços, passando por pontos idênticos, mas estruturalmente diferentes. Daí que se tornasse tão conhecido o único romance de Lampedusa, publicado depois da sua morte, já em 1958 (1958/2002) – magistralmente adaptado, ao cinema por Visconti, *Il Gattopardo* (*O Leopardo*), apresentado em 1963 – onde o Príncipe de Salinas, perante a consciência de “regresso ao passado” da sociedade do

Risorgimento, proferiu a famosa frase: “*Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi*” (LAMPEDUSA, p. 50), “Se queremos que tudo permaneça como está, é necessário que tudo mude”. Ou, como mais vulgarmente se diz: “É preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma”.

A crise do Capitalismo de hoje é idêntica, mas estruturalmente diferente, à crise do Capitalismo dos anos 20-30 (ver VARELA, 2012). Daí que seja impossível determinar um fim ou mesmo fazer uma previsão na História, como asseverava já Sílvio Lima num ensaio clássico (LIMA, 1958). A História é sempre uma surpresa, que nos leva a pensar de forma simultaneamente pessimista e optimista ou, se quisermos, de forma realista. Olhemos, a fim de melhor entender o que dissemos, para a afirmação de François Furet, na sua correspondência com Ernst Nolte:

Tal é o pano de fundo melancólico deste fim de século. Aqui estamos nós confinados a um horizonte único da história, empurrados para a uniformização do mundo e para a alienação dos indivíduos à economia, condenados a retardar-lhes os efeitos sem ter qualquer domínio sobre as causas. A história apresenta-se tanto mais soberana quanto nós acabamos de perder a ilusão de a governar. Mas, como sempre, o historiador tem o dever de reagir contra aquilo que assume, na época em que escreve, um ar de fatalidade: está farto de saber que são efémeras essas espécies de evidências colectivas. As forças que trabalham pela universalização do mundo são tão poderosas que provocam encadeamentos de circunstâncias e de situações incompatíveis com a ideia de lei da história. Por maioria de razão com a ideia de previsão possível. Compreender e explicar o passado deixou de ser coisa simples. (FURET, 1998, p. 9)

3. Naturalmente a História que se faz em Portugal será diferente da história que se faz no Brasil, apenas para citar um exemplo próximo

de nós, não geográfica mas historicamente, cuja experiência tenho seguido de perto.

Mas outros exemplos mais evidentes poderiam ser referidos, motivados pelo espaço e pelo tempo. É o caso do que se passou em Portugal na viragem da historiografia republicana para a historiografia do Estado Novo e desta para a historiografia contemporânea do pós 25 de Abril. Mas olhemos apenas, interrogativamente, para mais um ou outro caso especial, só para nos percebermos, em todo o sentido, o que queremos demonstrar. O que será a história de Cuba feita no espaço castrista? Obviamente que será a representação oficial da história marxista da ilha sobrevivente do comunismo do arquipélago das Caraíbas. O que será a historiografia da Venezuela feita na lógica e no sentimento dos seus últimos governantes populistas? Obviamente que é uma história sempre ao serviço de um Estado que tende a prolongar-se numa verdadeira mitificação. Poderia multiplicar os exemplos. O que é fazer história no regime fascista? Gioachino Volpe (que foi doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra) fez a história do fascismo como acto de propaganda interna e externa, chegando uma sua obra de síntese a ser publicada em português (ver VOLPE, 1941). O que será a história feita hoje na Coreia do Norte (PEIXOTO, 2012)? Quais as circunstâncias que levam hoje ao negacionismo do Holocausto (ver, por exemplo, ERLER, G., MULLER, R. D., ROSE, U., SCHNABEL, T., UEBERSCHÄR, G.R. y WETTE, W., 1988)? O que foi a história oficial da União Soviética, feita para exportação, mesmo para países de língua portuguesa (ver KUKÚCHKINE, Iúri S., 1988)? O que caracteriza a história que se faz no México, na Tailândia, na Índia ou na Austrália, ou em Israel ou num país fundamentalista de religião muçulmana?

Conto uma pequena história que se passou comigo no Japão. Estando uma vez em Kioto, a convite da Universidade de Línguas Estrangeiras, um estudante de Hiroshima solicitou-me uma entrevista. Queria vir a fazer um doutoramento em Portugal sobre a teoria de Poder no Estado Português, tendo sido nas suas leituras (há algumas

histórias de Portugal em japonês, nomeadamente a de Norio Kinshishi) atraído pela figura do Marquês de Pombal. Sugerí-lhe outros temas, mas perguntei-lhe porque é que um estudante japonês queria fazer um estudo sobre a história de Portugal e não do Japão. Disse-me algo que me tem feito pensar sobre a justeza da sua afirmação: que o poder imperial no Japão era ainda considerado sagrado e era difícil um historiador, além da história oficial, abordar esse tipo de temas com liberdade, sobretudo para os períodos mais recentes.

Há, pois, "circunstâncias" de tempo, de espaço, de ideologias (sobretudo em casos de totalitarismo ou em casos em que concepções de poder passam por uma certa concepção mítica) que explicam a história que se faz e a que não se faz. Um jovem doutorando luso-francês que prepara o seu doutoramento entrevistou-me há tempos sobre as "circunstâncias" em que se fazia história do Estado Novo no Estado Novo. Tive de lhe dizer que, em princípio, não se fazia, a não ser a história dita "oficial" (de que é exemplo a obra em vários volumes *Anais da Revolução Nacional*, 1938 ss., mas que assumo ter alguma qualidade em certos casos, como na biografia de Salazar de Franco Nogueira, já publicada, todavia, depois do 25 de Abril), não só devido ao significado da censura e da auto-censura, pelo que não se podia escrever o que o historiador entendia ser a história objectiva, mas à impossibilidade de aceder às fontes, a não ser aquelas que a propaganda difundia. Quando muito poderia ter-se escrito a História da Propaganda Salazarista. Por isso a História do Estado Novo só quase se começou a fazer depois da queda do sistema fundado por Salazar e, mesmo assim, certos temas só puderam ser analisados à medida que as fontes eram tratadas e postas à consulta do investigador. E, como uma onda de oposição correu depois do 25 de Abril, o anti-Estado Novo ou "antifascismo" caracterizou, mesmo que de forma subliminar, alguma da historiografia que se fez ou se faz. Noutros países ainda surgiram algumas obras de estrangeiros e portugueses sobre o Estado Novo, mas não poderiam naturalmente ser mais do

que impressionantes, sem assentarem numa verdadeira investigação, que caracteriza o ofício do historiador.

4. Há que considerar, além disso, vendo a história como conhecimento, as circunstâncias profissionais e pessoais do historiador: a escola em que se formou, o mestre que o orientou, a sua decisão quando ao tema escolhido ou a aceitação de um tema que resultou das circunstâncias de tempo e de lugar.

Não é o mesmo, para falarmos de exemplos nossos mais consolidados (ou aparentemente mais consolidados), ter frequentado a “escola de Coimbra” ou a “escola de Lisboa” ou a “escola do Porto”, se é que se pode falar de “escola” ou de “escolas” nestes casos. Torna-se importante e é importante (sem dúvida) ter sido aluno ou ter sido orientado por Vitorino Magalhães Godinho, Oliveira Marques, Silva Dias, António de Oliveira, Oliveira Ramos, José Mattoso... e outros nomes de historiadores mais recentes.

Hoje fala-se constantemente do interesse ou mesmo da necessidade de frequentar várias universidades, sobretudo estrangeiras, anglo-saxónicas preferentemente, de escrever artigos em inglês, de ser citado por alguma das plataformas que quantificam as citações, como outrora era importante ter frequentado “escolas” francesas, sobretudo a *Sorbonne* ou a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, a “*École*” (somente, como diziam os nossos colegas brasileiros), ou a *École Libre des Sciences Politiques*, a “*Sciences Po*” (simplesmente). Por vezes são condicionalismos artificiais, que levam a que as obras de autor sejam mais ou menos apreciadas. Mas há que considerar ainda outros condicionalismos reais, como os anos em que se teve a formação. Por exemplo, entre nós, antes ou depois do 25 de Abril: obviamente, a minha tese de doutoramento, sobre a teoria de Estado e a ideologia política da Restauração, não seria a mesma se a tivesse totalmente realizado e apresentado antes da “revolução dos cravos” e de toda a alteração mental que esta provocou. Ou se não tivesse estado na

“guerra colonial”, mesmo que a referida dissertação seja sobre uma temática do século XVII, que estava carregada, à partida, de ideologia nacionalista, que sempre procurei desmistificar ou analisar nas suas “circunstâncias”, As circunstâncias da vida são condicionantes na obra do historiador ou de qualquer outro cientista. Em circunstâncias extremas viveram alguns, por exemplo, durante a II Guerra Mundial. Dizia Braudel sobre a sua tese de doutoramento acerca do Mediterrâneo, sobretudo devido às dificuldades sentidas, inclusivamente ao modo como a escreveu, sem muitas notas de investigação: “Sans ma captivité j’aurais sûrement écrit un tout autre livre“ (BRAUDEL, 1972).

A própria preferência pelos temas resulta afinal da formação e da “escola” em que nos encontramos ou do orientador que temos ou que pretendemos ter. Recordo-me que, quando iniciava a preparação da minha tese de licenciatura ter proposto a um professor modernista o tema da escravatura. Sem dúvida que, com toda a correcção, de quem sabia o que era investigar esse tema complexo, me dissuadiu de o fazer, tanto mais que era então um simples aprendiz. Assim, acabei por me entusiasmar pelo século XIX e mesmo interessar-me (como iniciado no ofício de historiador) pela Contra-Revolução, no contexto do primeiro seminário organizado por J. S. Silva Dias, em 1964-65, acerca de temas de História Contemporânea. E, é claro, o acesso a arquivos é fundamental. Se não há arquivos abertos dificilmente é possível fazer história sobre certos temas. Numa dada altura procurei orientar teses sobre a censura no Cinema durante o Estado Novo. A documentação da Direcção Geral dos Espectáculos estava ainda (estive durante largo tempo) no Palácio Foz por catalogar, bem como grande parte da documentação do SPN/SNI/SEIT. Esse facto até fez com que, num discurso realizado em 1 de Dezembro de 2000, depois publicado, aludisse criticamente à questão (TORRALBA, 2000). Só hoje é possível realizar estudos sobre o tema, como está a suceder, depois dos arquivos terem sido guardados e tratados na Torre do Tombo, embora os arquivos da Censura continuem dispersos

por diversos arquivos públicos e até particulares. A modificação das condições de acesso a arquivos resulta por vezes até de simples circunstâncias fortuitas. Interessado pelos temas do Estado Novo e da Universidade, achei que seria interessante abordar a questão da construção polémica da nova Universidade de Coimbra, que se iniciou nos anos 30-40 do passado século, em plena época salazarista. Pensava, ingenuamente, que o espólio se encontrava no Arquivo da Universidade ou, quando muito, na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Vim a verificar que assim não sucedia. Só depois de muitas buscas, com ajuda de colegas e funcionários zelosos, o vim a encontrar, quase por acaso, numa cave escura e húmida de uma instituição em vias de extinção, ligada à Direcção Geral da Administração Escolar. Assim, veio finalmente para o Arquivo da Universidade de Coimbra, onde foi cuidadosamente catalogado, tendo servido de base a uma excelente tese de doutoramento, que orientei com a colaboração do Arquitecto Professor Alexandre Alves Costa (ver ROSMANINHO, Nuno, 2006).

O historiador age afinal em função de muitas circunstâncias. Por isso há ainda temas tabu, porque é difícil aceder a certos arquivos, guardados em verdadeira estratégia de “razão de estado”, com é difícil romper com mistificações da História. Desta forma, é bem verdade que a História é mais conhecida pela memória que se tem dela, muitas vezes fabricada ideologicamente, do que pela análise objectiva do historiador. Por exemplo, será possível, apesar do esforço de historiadores (TORGAL, Luís Filipe, 2002/2011), discutir cientificamente o que se passou em Fátima em 1917 e nos anos seguintes perante a crença difundida, que quase não admite discussão, ou mesmo a indiferença jornalística que rodeia a situação, em relação a um caso que constitui um das questões mais significativos da história religiosa e eclesiástica, e social, de Portugal do século XX e mesmo do século XXI? No ano do Centenário, fui por isso condicionado a escrever um texto jornalístico sobre o tema, como cidadão mas também (e sobre-

tudo) como historiador (TORRAL, 2017). Não é verdade que o mito de Salazar persiste, por vezes apoiado por um jornalismo de circunstância e até por uma historiografia biográfica pouco crítica, quase esquecendo outra historiografia, com certeza igualmente discutível? E poderia multiplicar os exemplos. O caso de Aristides de Sousa Mendes, outro mito que cala bem fundo na memória dos portugueses, por razões óbvias, não será mais visto pelos olhos da opinião difundida por escritores hagiográficos, pelos *media* e, inclusivamente pela ficção cinematográfica, do que pela tentativa, ainda pouco divulgada (é certo), de interpretação crítica de historiadores (ver MADEIRA, Lina, 2014)?

São sempre as interrogações que ressaltam nesta tarefa de saber o que é História, neste caso devido às circunstâncias muitas e variadas que a rodeiam, bem como àquele que a faz.

5. Mas, com isso não pretendo dizer que a História e as Ciências sociais são um saber subjectivo ou mesmo intersubjectivo. Considerarei sempre que são ciências mais moles, mas objectivas, pois elas perseguem o objecto na sua “autenticidade”. Esta é primeira lição que posso dar a um investigador.

José Mattoso numa obra clássica dos anos 80 (MATTOSO, 1988), pesem embora as suas hesitações, escrevia:

[...] apesar de muitas e variadas objecções, admite-se actualmente que a História é uma ciência, e não uma disciplina literária. Quer isto dizer que propõe um discurso não arbitrário, quer do ponto de vista de conteúdo, quer do ponto de vista da forma; e ainda que reivindica a possibilidade de encontrar uma relação necessária entre o discurso e o seu objecto. E, se se pode admitir no texto literário, como em toda a produção artística (nomeadamente na música), que evoque não a ordem, mas a desordem da realidade, não a sua compreensibilidade através da demonstração da estrutura e dos seus mecanismos, mas a desorientação

subjectiva do sujeito perante a dificuldade de lhe descobrir o sentido e de se orientar no meio das suas contradições, isso já não pode acontecer com a História. A História destina-se, justamente, a tentar demonstrar que existe uma ordem no mundo, e que uma das mais importantes chaves da sua descoberta é a repartição da existência em passado e presente e o estudo do passado em grandes planos, para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos. (p. 23)

Pois partamos do princípio de que a História é uma *Ciência*. De resto, os historiadores, até como professores, costumam ensinar aos seus alunos o sentido do seu objecto e do seu método (MENDES, 1989). Consideremo-la, assim – além de uma realidade viva e de realidades plurais vivas que se vão alterando, fazendo e desfazendo no tempo (quando era criança dizia-se, meio a brincar, meio a sério, que a história era “uma sucessão sucessiva de sucessos que se sucedem sucessivamente sem cessar”) –, como um saber que investiga o passado dos homens e das sociedades, que se compõem de mulheres e de homens (mas também de outros animais, vegetais e minerais, na nomenclatura tradicional, que originou o conceito de “História Natural”), uns que se destacam (ou que os historiadores foram destacando) como “personalidades históricas” e outros que fazem parte do anonimato dos conjuntos, humanos e sociais, formando nações, classes ou grupos, que, por vezes liderados por essas personalidades, se movimentam, fazem guerras e revoluções (políticas, sociais, religiosas, culturais, etc.) ou reagem a elas, mas que, em dada altura, parecem não revolucionar ou reagir, seguindo vias que parecem previamente marcadas e dão a essa realidade a aparência de um carácter fatídico, quase inexorável. A escolha do tema é, por isso, uma das questões que se coloca ao historiador, que tanto pode passar por uma questão aparentemente circunscrita como por uma questão aparentemente lata. Repare-se na diferença de extensão entre duas

obras clássicas de discípulo e de mestre: Emmanuel Le Roy Ladurie, que estudou Montaignou, uma aldeia perdida nos Pirenéus, vítima da confluência e das lutas entre católicos e cátaros, no período limitado de tempo de trinta anos (1294-1324), numa metodologia de etno-história, obra de 1975 (ver LADURIE), e o seu orientador Fernand Braudel, que durante quase toda a vida, orientado por Lucien Fèbvre, se dedicou ao estudo do Mediterrâneo e do “mundo mediterrânico” no tempo de Filipe II, em obra interrompida várias vezes devido à sua colaboração na formação da Universidade de São Paulo nos anos 30 e à guerra (a II Guerra Mundial) e à sua prisão em campos de concentração, nos anos 40, só publicada em 1949, com grande complexidade de estrutura e sobre um lapso cronológico curto (1558-1570), mas sobre o qual Braudel sempre hesitou (BRAUDEL, 1949). Uma das suas obras seguintes *Civilisation matérielle, économie et capitalisme* (1979) abrangia o espaço cronológico dos séculos XV a XVIII.

Toda a investigação passa por uma metodologia definida e indefinida, sempre aberta, na sua diversidade, que supõe a procura das fontes (heurística), o seu estudo e interpretação (hermenêutica), que cada vez se tornam mais complexos à medida que esse universo se alarga (inscrições epigráficas, monumentos, documentos escritos, imagens, testemunhos orais, informações de toda a espécie, conhecida até por via informática, etc.), como se alargam as suas vias de análise, que supõem uma cultura cada vez mais vasta do historiador, com o contributo, hoje considerado cada vez mais necessário, de filósofos e de cientistas de todos os saberes, numa lógica de interdisciplinaridade e até de transdisciplinaridade. A ela segue-se o (mais) difícil trabalho da “escrita”, que supõe não a mera compilação e narração, mas uma interpretação activa e finalmente “pública”, onde a imaginação criadora se mistura com o rigor, pondo de parte a mera opinião ou a simples ideologia.

Considerando, desta forma, a História – como “ser” e como conhecimento – nada fica de parte, sendo válidos os estudos das estruturas

e das conjunturas, das guerras e de todos os conflitos, da sociedade na sua máxima globalidade possível mas também dos indivíduos ou pessoas (biografias), das nações e dos grupos étnicos, das classes e dos grupos sociais, de géneros de toda a espécie (pensados por historiadores, sociólogos, antropólogos...), de regimes e de sistemas, económicos, sociais e políticos, da cultura e das culturas, da ciência ou da arte e das ciências e das artes, dos costumes e do quotidiano, do desporto ou do vestuário, da análise da realidade dita “presente” ou verdadeiramente “contemporânea” (para que concorrem ou deveriam concorrer os jornalistas), da história dita local ou regional, ou nacional e internacional, da história “localizada” (embora com conhecimento da realidade geral) ou da história paralela ou comparada, realizada por um historiador ou por uma equipa ou por equipas, com projectos complexos.

6. O segundo lição – que decorre, pois, do que se disse – é que o investigador deve ler (quase) tudo o que se escreveu sobre o tema que quer estudar e deve ter uma cultura o mais vasta possível. É conhecida aquela frase de Abel Salazar – o “Salazar bom”, como (segundo se diz) se autoqualificava com sentido de humor –, que Nuno Grande repetia, “O médico que só sabe medicina nem medicina sabe”.

Lobo Vilela recordava, num artigo publicado nos anos 50 (VILELA, 1955), que na Alemanha, onde a crise social e política assumiu as mais repugnantes formas com o nazismo, Arnold Berliner, ao fundar a revista *Die Naturwissenschaften*, de que foi director de 1913 a 1935, sentiu necessidade de corrigir a insuficiência da investigação especializada, oferecendo aos investigadores – os mais categorizados especialistas – um panorama geral dos problemas, dos métodos e dos resultados obtidos nos diversos ramos do saber. A propósito dessa revista, Einstein afirmou: “Quem quer que faça investigações sérias, sente dolorosamente esta limitação involuntária a um círculo cada vez mais estreito do entendimento que ameaça privar o sábio das

grandes perspectivas e rebaixá-lo ao nível de artífice”. E numa carta dirigida a Sigmund Freud, propôs a criação de uma *Sociedade Internacional de Homens de Ciência* que se distinguissem pelos seus trabalhos e estivessem em permanente contacto para intervirem eficazmente na solução dos problemas políticos, o que a distinguiu da *Comissão de Cooperação Intelectual* criada pela antiga *Sociedade das Nações*.

Não defendo uma história teorizada, dedutiva, baseada em construções mais ou menos pré-definidas e “historicistas”, mas julgo que importa conhecer tudo o que é possível.

Ortega y Gasset – que hoje, surpreendentemente ou não (eu entendo que não), volta à actualidade pensante – deixou-nos um discurso notável, que apresentou a pedido da *Federación Universitaria Escolar de Madrid*, o qual inspirou, a partir de 1930, uma série de outros discursos sobre o ensino universitário. O seu título é exactamente *Misión de la Universidad* (ORTEGA Y GASSET, 1930).

Ortega considerava que a Universidade tinha uma missão fundamental – a Cultura. E explica o que é Cultura: não é “ornamento”, ou erudição, mas o modo e a substância de o homem se orientar no meio do caos que constitui a vida (cfr. p. 57-59). Assim, uma Universidade sem cultura não é Universidade, podendo ela criar bons profissionais e bons cientistas, mas sumamente incultos. Era essa a noção que tinha da Universidade e da sociedade europeia no seu tempo, que considerava profundamente inculta. Por isso dizia que era preciso “criar de novo na Universidade o ensino da cultura ou sistema de ideias vivas próprias do tempo” (p. 63).

Deste modo, importa salientar, em síntese, que três objectivos da Universidade deveriam ser prosseguidos: transmitir cultura, ensinar profissões e fazer investigação científica. Estas três realidades deveriam ser consideradas sempre na sua “missão”. O papel fundamental da Universidade seria, pois, transmitir cultura, humanizar a ciência e o ensino profissional, evitando que o cientista fosse “um bárbaro que

sabe muita coisa”, ou pouca coisa, demasiado especializada, e que se formassem profissionais meramente práticos.

Essa tese da “Universidade Cultural” teve, de resto, a sua grande repercussão aqui em Portugal nos anos 30 e seguintes, muitas vezes ligada a uma ideologia de oposição. Eis o que escrevia Joaquim de Carvalho em 1933:

Percorra-se com espírito equânime o plano de estudos de algumas, senão de todas as Faculdades, e a peçonhenta verdade da carência de tempo livre, para mestres e estudantes, surgirá com profunda evidência. Atirado de uma cadeira para outra cadeira, de um curso para outro curso, das aulas teóricas para as aulas práticas, o professor é inexoravelmente compelido à burocratização do magistério, ao ensino fácil e à repetição – coisas terríveis para mestres e alunos.

Para mestres, porque lhes cerram o intelecto à imaginação criadora e os convertem em provincianos do Espírito, e para os estudantes, porque lhes geram a sensação de que a aprendizagem não exige o esforço diário e a ciência é como os frutos maduros, que estão acolá à espera de quem os colha.

[...]

Escolar, estudante e estudioso são três palavras diversas, cuja diversidade não impede que toda a gente lhes reconheça o parentesco de membros de uma única família. Ser escolar é adquirir o direito de frequentar as aulas; ser estudante é, pelo menos, cumprir suficientemente os deveres da escolaridade, mas o ideal é que os escolares e os estudantes sejam estudiosos, e ser estudioso na juventude não tem a significação farisaica do jovem limitar as suas vigílias, as suas curiosidades e a sua formação interior [...] aos estudos oficiais da Universidade.

Todo o jovem que transita durante cinco anos por uma Faculdade e viveu à margem dos problemas eternos, dos anelos

do seu tempo e não ouviu a tenuíssima voz das gerações, que nos estão dizendo ser a ciência difícil e um esforço infatigável e sem descanso, frustrou a sua vida para sempre.

Pode ser um técnico útil, mas é uma alma perdida e a arrepiante verdade é que a organização vigente é uma máquina infernal de perda de almas. Costuma dizer-se que a juventude é a idade heróica, mas é, pelo menos, a única idade da vida que tem o direito absoluto ao desperdício do tempo em holocausto às nobres paixões. A ciência oficial não é toda a ciência e menos ainda toda a cultura, e o grande pecado da organização em vigor é roubar o tempo e supor que propicia ao estudante o viático intelectual para toda a vida pós-escolar.

Era, pois, uma “Universidade Cultural” que Carvalho também defendia. E nessa defesa – tal como Ortega y Gasset, que entendia que a Europa estava (utilizando uma imagem curiosa) de pés voltados para o ar e de cabeça para baixo – olhava severamente para os tempos que corriam:

Os despojos da mortífera peçonha estão aí, bem visíveis: a crescente diminuição de vocações científicas, a quebra de continuidade no ensino dos grandes mestres finados, a carência apavorante de jornais e revistas da juventude escolar [...]. Podemos nós, os que nos preocupamos com a saúde moral e política da nossa Pátria, ser indiferentes ao brado de alerta contra a mortífera peçonha? Este é o facto nu e cru, e é sobre o facto, em si, descarnado e sem tintas de retórica, que deve incidir a atenção pública. Quem há aí que não sofra com magoada indignação o justificado retraimento dos nossos editores e o crescente desinteresse por tudo – tudo – que afirme qualquer faceta do Espírito?

Dir-se-ia que vivemos submergidos por uma vaga de estupidez colectiva, mas o nosso dever elementar, espere-nos ou não o sucesso, mesmo sem esperança de êxito, é remar contra a vaga.

Mas uma Universidade Cultural, já o dissemos, não exclui, obviamente, o desenvolvimento da Ciência e a formação de profissionais nas diversas áreas. A Cultura (que supõe a Ciência, que hoje tem, obviamente, outras formas e outros meios de comunicação) é, afinal, o que faz da Universidade *a Universidade*.

7. Em terceiro lugar, tornemos, obviamente, a referir-nos à investigação, que tem de ser tanto mais profunda quanto possível, consultando, pelo menos, as fontes consideradas fundamentais. Mesmo um simples artigo de divulgação se não tem a veleidade de consultar muitas fontes deve manifestar a consciência dessa incapacidade. A “sinceridade” é a virtude essencial. Como dizia Ortega só se ensina o que se pode, como – acrescentemos – só se investiga o que se pode.

Depois vem a escrita, que passa pela interpretação, mesmo por uma interpretação teórica e não por uma mera narrativa. Ninguém tenha a veleidade de narrar tudo, mas também não se envolva em simples opiniões, mesmo que as pense como profundas e originais. A engenharia teórica não é História pois esta é uma ciência indutiva. E lembre-se sempre da célebre frase de Bento de Jesus Caraça: “não tenho medo do erro porque estou sempre pronto a emendá-lo”.

E saliente-se finalmente que as ciências sociais supõem sempre a crítica e a autocrítica, como quaisquer outras ciências (recorde-se o que disse Freud e Einstein). Essa é a verdadeira intervenção cívica, pois só a ciência é revolucionária.

Se considero que a História não pode ser entendida como uma engenharia teórica, baseada nas considerações, como sucedia no passado, também não a entendo como uma mera narrativa. Não era só o pensamento marxista, mais ou menos ortodoxo ou heterodoxo – de Marx e Engels, mas também de Gramsci, de Rosa Luxemburgo, de Lukács, da “escola de Frankfurt” (Horkheimer, Adorno, Marcuse, Erich Fromm, Habermas...) –, a modelar a historiografia, mas outros (alguns ligados também ao marxismo), como Norbert Elias, Hanna

Arendt, Walter Benjamin, Immanuel Wallerstein ou Michel Foucault, preenchem a reflexão dos historiadores.

Não receio a reflexão teórica (pelo contrário), mas entendo-a no seu justo lugar. Daí por vezes recear a pressão de conceitos nobres que hoje tornam perigosa a reflexão histórica, tais como “interdisciplinaridade” ou mesmo “transdisciplinaridade”, porque podem diluir a História numa área vaga de “ciências sociais”, esquecendo que ela tem um objecto e um método há muito definidos.

José Mattoso afirmava na sua humildade, mas também na sua clarividência:

A minha insegurança resulta de uma certa aversão pessoal por questões teóricas e por noções abstractas, agravadas por uma deficiente preparação filosófica. Interessa-me a prática da lógica pela sua utilidade na produção de um discurso rigoroso e coerente, mas a metafísica deixa-me muitas vezes desorientado, com as suas generalizações demasiado amplas, as suas abstracções que depois hesito em aplicar, e a sua terminologia cheia de equivalências que afinal são menos equivalentes do que parecem. Apesar disso, estou firmemente convencido da necessidade de o historiador se apoiar no terreno conceptual, e de as opções aí tomadas serem explícitas, o que obriga ao esclarecimento prévio de muitas questões teóricas, sobretudo em matérias relacionadas com as ciências humanas, como a Sociologia, a Psicologia ou a Antropologia. De facto, as noções conceptuais fornecidas por outras ciências têm-me sido por vezes mais úteis às minhas investigações do que os modelos propostos anteriormente por colegas da minha especialidade. (p. 15)

Poderia fazer minhas as palavras de José Mattoso, pois se considero que o historiador e o professor de História devem assumir uma cultura teórica – assim como uma cultura prática, resultante do conhecimento

das coisas da vida, até das coisas aparentemente triviais, “coisas do quotidiano”, conforme desde há muito falava Marc Bloch –, nunca devem considerar que essa cultura lhes pode servir como “modelo” a formatar e a pautar a sua escrita da História, à maneira (num exemplo extremo) do que sucedia com a história soviética, toda ela modelada pelo marxismo, simplificado por teses de manuais oficiais.

8. Sintetizando – se é que se pode sintetizar assunto tão complexo – a História interroga mais do que descreve. Mas o que descreve e interpreta tem de fundamentar. Nunca pode dar uma opinião, emitir um ponto de vista, “fazer ideologia historiográfica” ou “historiografia ideológica”, transformar a “memória” em “história”.

O mesmo se passa com qualquer ciência social que deve ser objectiva, ou seja, tem de aproximar-se da descrição e interpretação do objecto. E só é possível fazê-lo se o investigador se revela mesmo *um investigador* e não um formador de opiniões, lugar que pode ter como cidadão.

E aqui está esta “carta” que escrevi aos jovens investigadores num texto que é feito de muitas reflexões que surgiram ao longo do tempo e que depois foram sintetizadas num pequeno livro a que chamei sintomaticamente *História... Que História? Notas críticas de um historiador* (TORGAL, 2015). Ultrapassando cinquenta anos de trabalho, julgo, sem falsa humildade, poder dar esse meu contributo. Contributo crítico e sujeito à crítica? – evidentemente.

Bibliografia citada ou simplesmente referenciada

BRAUDEL, Fernand (1949), *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3 vols., 1949. Tradução portuguesa: 2 vols, Lisboa, D. Quixote, 1983-1984.

BRAUDEL, Fernand (1972), *Ma formation d'historien*. Por exemplo, in *Écrits sur l'Histoire*, Paris, Arthaud, ed. de 1990.

BRAUDEL, Fernand (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme. XVe.-XVIIIe. Siècles*.

- CARVALHO, Joaquim de (1933), “Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano”, in *Diário Liberal*, Lisboa, 8 de Novembro de 1933.
- CARVALHO, Joaquim de (1978-1997), *Obras Completas*, 9 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, José da Gama e (1945/1841), *O Novo Príncipe ou o Espírito dos Governos Monárquicos*, segunda edição (a primeira conhecida): Rio de Janeiro, 1841. Edição mais divulgada: Lisboa, Pro Domo, 1945.
- CONDORCET (1795), *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*.
- CUNHA, Norberto (2001), “Giambattista Vico na cultura portuguesa (das Luzes à Geração de 70)”, separata da revista *Forum*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas.
- ELIADE, Mircea (1981), *O Mito do Eterno Retorno*, tradução portuguesa da 1.ª edição francesa, de 1969, Lisboa, Edições 70.
- ELIADE, Mircea (1958?), *O Sagrado e o Profano. A essência das Religiões*, Lisboa, «Livros do Brasil», s.d. (tradução portuguesa do original de 1956).
- ERLER, G., MULLER, R.D., ROSE, U., SCHNABEL, T., UEBERSCHÄR, G.R. e WETTE, W. (1988), *L'Historire escamotée. Les tentatives de liquidation du passé nazi en Allemagne*, Paris, Editions La Découverte.
- FUKUYAMA, Francis (1992), *O fim da História e o último Homem*. Tradução portuguesa: Lisboa, Gradiva.
- FURET, François (1996), *O passado de uma ilusão. Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. Tradução portuguesa: Lisboa, Presença.
- FURET, François e NOLTE, Ernst (1998), *Fascismo e Comunismo*. Tradução portuguesa de *Fascisme et Communisme* (Paris, Librairie Plon, 1998). Lisboa, Gradiva.
- JUDT, Tony (2010/2011), *Ill fares the Land*. Tradução portuguesa: *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*, Lisboa, Edições 70.
- JUDT, Tony (2011-2012), *Uma Grande Ilusão. Um ensaio sobre a Europa*. Tradução portuguesa, do original inglês de 2011 (*A Grand Illusion? An essay on Europe*). Lisboa, Edições 70, 2012.
- KUKÚCHKINE, Iúri S. (1982), *História da URSS – Breve esboço da construção da Sociedade Socialista*, Moscovo, Edições Progresso.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy (1975), *Montaillou, village Occitan de 1294 à 1324*. Tradução portuguesa: *Montaillou. Cátaros e católicos numa aldeia francesa. 1294-1324*. Lisboa, Edições 70.
- LAMPEDUSA, G. Tomasi Di (1958/2002), *Il Gattopardo*, Feltrinelli, Milano 2002 (1.ª edição póstuma: 1958).
- LIMA, Sílvio (1944), *Ensaio sobre a essência do ensaio*, Coimbra, Arménio Amado Editor.
- LIMA, Sílvio (1958), *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, Coimbra, Coimbra Editora.
- LIMA, Sílvio (2002), *Obras Completas*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATTOSO, José (1988), *A escrita da História. Teoria e métodos*, Lisboa, Estampa.
- MENDES, José M. Amado (1989), *A História como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*, Coimbra, Coimbra Editora.

- ORTEGA Y GASSET, José (1930/1946/1999/2003), *Misión de la Universidad*, Madrid, Revista de Occidente, 1930. Primeiro foi publicado no jornal *El Sol*. Primeira edição portuguesa: *Missão da Universidade*. Versão portuguesa de Sant’Ana Dionísio. Lisboa, Seara Nova, 1946. Edição brasileira: *A Missão da Universidad*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999. Mais recente edição portuguesa: *Missão da Universidade e outros textos*. Edição, Introdução e Notas de Iñaki Gabarain. Coimbra, Angelus Novus, 2003.
- PEIXOTO, José Luís (2012), *Dentro do segredo: uma viagem na Coreia do Norte*. 1.ª edição: Lisboa, Quetzal.
- POPPER, Karl (1936/1957/1984), *The Poverty of Historicism*, 1.ª edição 1936, publicação em livro em 1957. Tradução espanhola: *La miseria del historicismo*, Madrid: Taurus Ediciones – Alianza Editorial.
- RILKE, Rainer Maria (2011), *Briefe an einen jungen Dichter*, 1929. Tradução espanhola de Linda Spahn: *Cartas a un joven poeta*, Palma, José J. de Olañeta, Editor, (2.ª edição).
- ROSMANINHO, Nuno (2006), *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- TORGAL, Luís Reis (1973/1966), *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa – Faculdade de Letras, 1973. A obra teve como origem a dissertação de licenciatura *José da Gama e Castro. História do seu pensamento político*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1966.
- TORGAL, Luís Reis (2000-2002), “O Poder da História. A História do Poder”, in *Actas del II Congreso Internacional Historia a Debate*. Celebrado en Santiago de Compostela los días 14-18 julio 1999. Tomo II, Santiago de Compostela, HAD, 2000, p. 207-211. Outra edição: in *Oficinas da História*, Coimbra, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 177-185.
- TORGAL, Luís Reis (2000), “Acerca da Restauração. Reflexões sobre a Memória e a História”, discurso proferido em 1 de Dezembro de 2000, no mosteiro de Alcobça, a convite de S. Ex.ª o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, na celebração do dia da Restauração, in *Revista de História das Ideias*, n.º 21, Coimbra, 2000, p. 509-518.
- TORGAL, Luís Reis (2017), “Poderá ser Fátima objecto da História?”, *Público*, 17 Junho 2017, p. 52.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando (1988), *História da História em Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores-Temas e Debates, 1996. Edição académica em 2 volumes.
- VARELA, Raquel (Coord.) (2013), *A Segurança Social é sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand.
- VICO, Giambattista (1725), *Principi di una Scienza Nuova d'intorno alla comune natura dele nazioni*. Por ex. Ed de Brescia, La Scuola Editrice, 1994. Ou integrada in *Tutte le opere*, Milão, Mondadori, 1957.
- VILELA, António Eduardo Lobo (1955), “Especialização e Cultura” in *Diário de Lisboa*, 27 de Dezembro de 1955.
- VOLPE, Giacchino (1941), *História do Movimento Fascista*, Roma, Novissima.
- WILSON, Edward O. (2013), *Letters to a Young Scientist*, WW Norton & Company.

**JOSÉ AMADO MENDES:
DE CAMINOS Y AMISTADES POR LA AMÉRICA LATINA**

Mario Cerutti
Universidad Autónoma de Nuevo León (Monterrey, México)
marioceruttipignat@gmail.com

Motivo principal de este capítulo es dejar sentado, en la forma más detallada posible, cómo y por cuales latitudes latinoamericanas transitó José Amado Mendes a partir de nuestro primer encuentro en tierras brasileñas. Y, de manera complementaria, recordar buena parte de su obra escrita gracias a la constancia con que nos supimos comunicar y a la regularidad con que me llegaban sus resultados de investigación, de sus tan sugerentes proyectos académicos. No puedo ocultar, finalmente, que mi interés en elaborar este trabajo se alimentó de la gratitud que le debo por su inapreciable amistad.

I. Niteroi (1991), Tandil (1996), Madrid-Monterrey (1998)

Niteroi: el encuentro. ¿Cuándo conocí a José Amado Mendes? Debió ser en octubre de 1991, en Niteroi, frente a la deslumbrante Rio de Janeiro. Allí tenía lugar, entre el 21 y el 25 de octubre, la Conferencia Internacional de História de Empresas, que organizaba la profesora Maria Bárbara Levy. A las 9:30 del 25 de octubre (Sexta

Feira) se inició una de las sesiones sobre La Empresa Familiar. La relatoría estaba a mi cargo. Y uno de los ponentes era, justamente, José Amado Mendes, de la Universidad de Coimbra, Portugal, quien compartió el tiempo disponible con Francois Jecquier, de la Université de Lausanne.

Dentro de su dilatada trayectoria, Mendes había comenzado a transitar dos áreas temáticas que nos unirían académica, institucional y personalmente hasta la actualidad: la Historia Económica y los Estudios Empresariales. Su tesis doctoral, en la Universidad de Coimbra, en 1985, había abordado aspectos de la primera disciplina cuando se atrevió a disertar sobre *A Área Económica de Coimbra: Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*.

Tandil: la nueva puerta. Nuestras comunicaciones y relación debieron intensificarse porque en agosto de 1995 lo invitamos a participar en las XV Jornadas de Historia Económica Argentina. Desde mi perspectiva, su aceptación a concurrir al simposio “La Historia Empresarial en sociedades de industrialización tardía. Estudios y enfoques recientes” abriría a José Amado una amplia y muy cálida puerta para expandir sus contactos con numerosos colegas latinoamericanos y españoles (en su mayoría de generaciones conceptualmente ilustradas y con comprobable trabajo empírico). Las Jornadas se realizaron en octubre de 1996 en Tandil, ciudad muy vinculada al área agropecuaria de la provincia de Buenos Aires y ubicada a cinco horas de la capital argentina. Entre los ponentes a nuestro simposio destacaban nombres que luego se transformaron en puntales de la historiografía económica y los estudios empresariales en sus respectivos países: Jesús María Valdaliso, de la Universidad del País Vasco, España; Carlos Dávila L. de Guevara, de la Universidad de Los Andes, en Bogotá, Colombia; Carlos Marichal, de El Colegio de México; Eduardo Míguez, de la prestigiosa Universidad Nacional de Centro de la Provincia de Buenos Aires (institución anfitriona); y la

co-coordinadora del simposio, María Inés Barbero, que entonces operaba desde la Universidad de Luján, en la misma Buenos Aires. La pretensión del simposio era que “especialistas de diferentes sociedades europeas y latinoamericanas presenten un *estado de la cuestión* de lo producido en los últimos quince años y hagan una comparación con los criterios que se instrumentaban en los años 60 y 70”. José Amado, con un rigor que empezábamos a conocer, expuso entonces sobre “*A velha e a nova história* empresarial em Portugal (1924-1994). Principais tendências e resultados”.

Madrid: Iberoamérica. Mientras organizábamos el simposio de Tandil, con María Inés Barbero gestionábamos la aceptación de una sesión en el XII Congreso Internacional de Historia Económica, previsto en principio para realizarse en Sevilla en agosto de 1998. Más aún: al simposio de Tandil se lo había considerado como reunión preparatoria para trabajar un tema similar en el XII Congreso. La propuesta fue aceptada por el Comité Ejecutivo Internacional en mayo de 1996, lo que fue festejado durante las jornadas de Tandil. Y los brindis, *of course*, incluyeron el exultante tequila, bebida que no desagradó a nuestro ya apreciado José Amado y que se convirtió en uno de los inevitables símbolos étlicos de futuras reuniones. Por razones diversas el congreso terminó efectuándose en Madrid, bajo la presidencia de Gabriel Tortella. Nuevos y muy relevantes colegas españoles se agregaron al grupo reunido en Tandil: Paloma Fernández, de la Universidad de Barcelona; Eugenio Torres Villanueva y Xavier Tafunell, de la Universidad Complutense de Madrid y la Universidad Pompeu Fabra, respectivamente; y Javier Fernández Roca, de la Universidad Pablo Olavide, de Sevilla. Repitieron (junto a Barbero y con quien esto escribe) Jesús María Valdalisio y Carlos Dávila; y se agregaron Luis Ortega (Universidad de Santiago de Chile), Eduardo Cavieres (Universidad Católica de Valparaíso, Chile), y Palmira Petratti Teixeira, de la Universidad Estadual Paulista, en Brasil. Objetivo de

la reunión: 1. Aportes o contribuciones a la Historia Empresarial a partir de la experiencia de las sociedades de industrialización tardía; y 2. Estrategias empresariales en dichas sociedades en los siglos XX y XX”. Tema de exposición de nuestro hoy homenajeado: “Role of the Enterprise History in the Portuguese Historiography”.

Monterrey: el programa ALFA. En realidad, esta red, cada vez más iberoamericana, no cesaba de crecer y de asumir nuevos retos. De manera simultánea a lo ya comentado, desde nuestra Universidad Autónoma de Nuevo León se había iniciado durante 1996 la gestión de apoyos en la Comunidad Económica Europea. Se procuraba ingresar al programa América Latina Formación Académica (ALFA), tentativa que coronó con la aprobación de la Comisión Europea, a comienzos de 1997, de la propuesta de investigación “Bloques económicos y desarrollo regional en sociedades periféricas: México, Brasil, Uruguay, España y Portugal”. O sea: Portugal, por medio de José Amado Mendes, quedaba oficialmente integrado a esta red. Por otro lado, el objeto de estudio era la propia contemporaneidad que estaban viviendo determinadas regiones en esos cinco países. Media docena de instituciones quedó adscrita al programa: Universidad de la República (Uruguay), Universidad de Campinas (Brasil), Universidad Autónoma de Nuevo León (México), Universidad del País Vasco (España), Universidad de Utrecht (Holanda) y Universidad de Coimbra (Portugal). Sus coordinadores nacionales eran, respectivamente, Luis Bértola, Sandra Negraes Brisolla, Mario Cerutti, Emiliano Fernández de Pinedo, Menno Vellinga y nuestro muy activo colega y amigo José Amado Mendes. La finalidad del proyecto era “analizar las particularidades y profundidad de los impactos regionales derivados de la integración de bloques económicos multinacionales como el Mercado Común del Sur (Mercosur), el Tratado de Libre Comercio para la América del Norte (TLCAN-NAFTA) y la Comunidad Económica Europea (CEE)”. Las áreas o espacios regionales a estudiar y cotejar

eran: a) Sao Paulo y su entorno, en Brasil; b) el espacio uruguayo; c) el norte oriental de México con eje en Monterrey; d) Bilbao y el País Vasco, en el norte español; y Porto, en el norte portugués.

¿Que hizo José Amado? Articuló con rapidez un equipo que formaban Antonio Rafael Amaro, Manuel Ferreira Rodrigues, María Eduarda Silva y Joao Paulo Cabral de Almeida. Para la primera reunión de la red, realizada en Monterrey a finales de abril de 1998, se presentó con un informe compuesto por tres grandes apartados. El inicial trataba sobre “A indústria transformadora na regio Norte de Portugal. Efeitos da integracao europeia, 1986-1995”. Tras su introducción fraccionaba en cinco capítulos: Enquadramento geográfico: uma regio composta de sub-regioes; Resenha histórica da Regiao Norte; Desenvolvimento industrial da Regiao Norte: características e condicionalismos; Evolucao da indústria transformadora na Regiao Norte (1990-1993); y Capital humano e Cultura de Empresa, no período de pós-adesao. La segunda parte, titulada “Os recursos humanos na Regiao Norte: Evolucao do nível de qualificacao escolar dos trabalhadores por conta de outrem”, ofrecía un resumen sobre la Evolucao da qualificacao escolar dos trabalhadores no mercado de trabalho. La parte tercera hablaba de “O sector do textil, vestuário e calçado, 1986-1995”. Sus tres subtemas eran A importancia económica e industrial da Regiao Norte; Uma competitividade assente nos baixos custos salariais; y Promissores sinais de mudanca.

Fue la primera vez que José Amado visitaba Monterrey, ciudad industrial situada a sólo 200 kilómetros de los Estados Unidos y a siete horas por carretera de Austin, la urbe tejana en la que había cursado su maestría en 1973. Participó activamente en las discusiones, volvió a disfrutar el tequila y los platos algo (!) picantes de comida mexicana, lo que enfrentábamos con bastante alegría después de cada sesión. Y además se dio tiempo y ganas para intervenir en la mesa redonda celebrada el martes 28 de abril en la Facultad de Filosofía y Letras de la universidad anfitriona, en la que se trató el

tema “La universidad europea y América Latina”. Pero, sobre todo, su llegada a Monterrey fortaleció otro importante fenómeno vital: nuestra inmovible y gratísima amistad, que aún perdura.

II. Campinas (1998), Coimbra (1999), Monterrey-2 (2002) y después...

Campinas: ALFA 2. La red iberoamericana que operaba bajo el paraguas ALFA mantuvo su segundo encuentro en la Universidad de Campinas, estado de Sao Paulo, en octubre de 1998. Participaron, desde fuera de Brasil, Isabel Ortega y Lylia Palacios (Universidad Autónoma de Nuevo León, Monterrey, México); Menno Vellinga (Universidad de Utrecht, Holanda); Luis Bértola (Universidad de la República, Uruguay) y nuestro incansable José Amado Mendes (Universidad de Coimbra, Portugal). Sandra Negraes Brisolla, como coordinadora local y anfitriona, encabezó un núcleo de colegas paulistas que se sumó a las discusiones. La agenda de trabajo incluyó: a) intercambio y conclusiones sobre el concepto globalización; b) integración a mercados multinacionales e impactos regionales; c) impactos sobre los niveles de empleo; d) la regionalización especializada como respuesta a la globalización; y e) cuestiones socio culturales relacionadas.

José Amado y su equipo presentaron el proyecto titulado “O tecido empresarial da indústria transformadora na Regiao Norte: efeitos da integracao europeia, 1986-1995”. La inevitable introducción fue seguida de cinco partes: I. Enquadramento geográfico: uma regio composta por sub-regioes; II. Resenha histórica; III. A indústria transformadora na Regiao Norte; IV. Evolucao da indústria transforadora na regio Norte nos anos 90; y V. Recursos humanos e cultura de empresa. Como en Monterrey, Sandra Negraes organizó de manera paralela (el 19 de octubre) un panel sobre “Um mundo dividido en blocos: o impacto sobre as universidades”, en el que intervino José Amado (figura 1).



Figura 1 – Mendes en Campinas (ALFA, 1989)

Fuente: archivo personal de Mario Cerutti

Coimbra: los 60 años de José Amado. Mientras nos enterábamos que la inexpugnable y pétrea burocracia europea no había autorizado la tercera reunión de nuestra red, prevista para febrero de 1989 en Utrecht,¹ nuestro apreciado colega de Coimbra ofrecía planes que mitigaban semejante disgusto. En la segunda quincena de septiembre de 1999 yo debía participar en Bilbao en el IX Congreso de Historia Agraria de España. Al enterarse, José Amado nos invitó (a Estela, mi esposa, y a mi) a viajar a Coimbra y, en mi caso, exponer en el programa de Maestrado en História Económica e Social Contemporânea. La disertación trató sobre “Empresariado e industria na América Latina: o norte do México no âmbito das sociedades periféricas”, y durante la reunión tuve ocasión de tratar con alumnos y profesores del referido programa. Así fue que desde Bilbao regresamos a Madrid y subimos a un vuelo que nos dejó en Porto, ciudad que habíamos

¹ El 20 de enero de 1999 le escribíamos a José Amado desde Monterrey: “Ya debes saber que fue suspendida la reunión de Utrecht. Del programa ALFA nos señalaron que no podíamos hacer reuniones después de la fecha de vencimiento del contrato, que era el 7 de noviembre de 1998. No les interesó que nuestro desfase se había debido a que desde Bruselas remitieron los recursos *con cuatro meses de retraso*. Así que ya hemos mandado todos nuestros papeles para justificar la tarea realizada entre abril y noviembre, tiempo real de funcionamiento de la red”.

visitado años atrás. José Amado nos recogió en el aeropuerto, nos dejó en el hotel y nos comentó que vendría por nosotros a media tarde. Su plan mostraba cierto tono de clandestinidad, y el agradable secreto se reveló horas después: habíamos llegado a Coimbra en la fecha exacta en que toda su familia se disponía a festejar el cumpleaños número 60 de nuestro cálido anfitrión. La reunión, en torno a una mesa generosamente cubierta de manjares regionales, tuvo lugar en la casa de los padres de José Amado, en una llamativa huerta ubicada en las afueras de la también bellísima Coimbra. Allí conocimos a su esposa Alicia y a su inolvidable cuñado Amerigo, que no dejó de asesorarnos sobre buenos vinos, fados y temas conexos. La visita a Coimbra fue la soldadura que afirmarí una amistad que, insisto en ello, perdura hasta el presente.

Monterrey 2: La empresa en Iberoamérica. El intercambio se acentuó en los meses siguientes, mientras no dejaban de llegar a nuestras manos los diversos trabajos publicados por Mendes (ver más abajo). Y también se reiteraban las mutuas invitaciones a participar en proyectos y publicaciones comunes o conjuntas. Por ello no puede extrañar que en agosto del 2001 enviáramos a Coimbra una carta, firmada por el director de la Facultad de Economía de la Universidad Autónoma de Nuevo León, en la que se anunciaba el coloquio “La empresa en la América Ibérica, España y Portugal”. Asistirían colegas de Argentina, Brasil, México, Venezuela, Uruguay, España y Portugal, estaba previsto para febrero del 2002 y dos empresarios locales serían integrados al programa de exposiciones.² Mendes aterrizó en Monterrey por segunda vez en menos de cuatro años para

² En dicha reunión José Amado volvió a encontrarse con María Inés Barbero (Argentina), Raúl Jacob (Uruguay), y Carlos Marichal, Isabel Ortega Ridaura y Lylia Palacios (México), pero sumó nuevos contactos: Belín Vázquez, de Venezuela; Daniel Campi (Argentina), Paolo Riguzzi (México), Pedro Ramos (Brasil) y Javier Vidal Olivares (de España). Además tuvo oportunidad de escuchar a Eugenio Clariond Reyes, Presidente del Grupo IMSA, y a Enrique Zambrano Benítez, Director General del Grupo Proeza.

estrechar más vínculos con investigadores latinoamericanos y españoles (figura 2), y para ofrecernos la ponencia “La empresa bancaria en Portugal en el siglo XX. Evolución y estrategias”. Dicho título indicaba, de paso, que las inquietudes de Mendes sobre el escenario financiero portugués se ampliaban con rapidez, lo que daría frutos –más adelante– con dos monumentales obras sobre la banca y los seguros. El coloquio, por otro lado, permitió que la Universidad Autónoma de Nuevo León y la Universidad de Alicante (España, de la cual provenía Vidal Olivares) coeditaran, en el 2006, un volumen colectivo que agrupó la mayoría de los trabajos discutidos en Monterrey.



Figura 2 – Mendes nuevamente en Monterrey (2002)

Fuente: archivo personal de Mario Cerutti

III. Mendes y Portugal en nuestra biblioteca

Década de los 90. Mientras esta historia personal-académica se desenvolvía, continuaban acercándose a Monterrey algunas de las numerosas publicaciones que sacaba a luz José Amado Mendes. La primera de ellas fue *História Económica e social dos séculos XV a XX*, que en julio de 1993 editó, en Lisboa, la Fundacao Calouste

Gulbenkian. Era un pequeño volumen con fines pedagógicos,³ cuya pregunta inaugural fue “A história: ciencia ou arte?”, y el segundo título de la introducción llevaba al análisis de “A história no contexto das ciencias humanas e sociais”. Le seguían tres capítulos: História Económica e Social. Origens e Evolucao; História Económica dos séculos XV a XX: perspectivas e linhas de forca; y História social: do antigo regime ao século XX.

En 1996 nos enteramos que José Amado era miembro del equipo que dirigía la *Revista Portuguesa de História*, Es que en ese año recibimos los dos volúmenes del tomo XXXI, realizados en homenaje a Salvador Dias Arnaui y difundidos desde la Universidad de Coimbra. José Amado escribió en el primero de esos volúmenes sobre las “Características da cultura portuguesa: alguns aspectos e sua interpretação”. Hablaba sobre las diversas acepciones del término cultura, y cómo gracias a la evolución de los estudios históricos, antropológicos y sociológicos se empezó a hablar de sus diversos tipos o manifestaciones: cultura erudita o popular, de elites o de masas, literaria, filosófica, científica, técnico-científica, material o empresarial, entre otras posibles.

Tiempo después arribó una separata de *Anais Universitários* (8: 1997) que confirmaba el interés común, tanto del autor como nuestro, por los productos académicos referidos de manera concreta al mundo empresarial. El artículo se llamaba “Cultura empresarial: un novo instrumento ao alcance do gestor”, que derivaba de una conferencia dictada en marzo de 1998. Mendes, además de insistir en la variedad de expresiones culturales, recuperaba ideas del italiano

³ . La huella pedagógica de José Amado se detecta en casi todas sus obras. Muchos años más tarde, en junio del 2009, la Universidad de Coimbra publicaba *Estudos do património. Museus e eduacacao*, 228 páginas dedicadas no sólo al rescate de diversos tipos de monumentos históricos sino, a la vez, a la relación que el autor encontraba, o pregonaba, entre los museos y la educación popular. Esta obra está siendo utilizada en sus clases por una colega del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM).

Giulio Sapelli, quien insistía que la empresa podía constituir un objeto de estudio como cualquier otro sujeto histórico. Y de allí su mirada sobre lo que se llamaba cultura organizacional o, en este caso, cultura de empresa o cultura empresarial.

Para entonces, José Amado integraba el Consejo Consultivo de *Gestao e Desenvolvimento*, que sustentaba la Universidad Católica Portuguesa. Más aún: coordinó el número 5-6, correspondiente a 1996-1997, en el que continuaba lo anterior con el más agresivo título “Cultura empresarial e *Nova História* de empresas”. La historia de empresa y la cultura de las empresas estaban a la orden del día, dictaminaba al iniciar el artículo. Sobre ambos temas, seguía, se difundían estudios especializados, se organizaban coloquios y se pronunciaban conferencias, además que ya pertenecen a los *currículum* de cursos de grado y de posgrado. Las dos siguientes separatas que recibimos en Monterrey mostraron que José Amado podía moverse con cierta soltura en temas relativamente próximos a los mencionados, pero de contenido diferente. En el número 7 de *Gestao e Desenvolvimento* (1998) trató “As exposicoes como festas da civilizacao: Portugal nas exposicoes internacionais (sécs. XIX-XX)”; y en las *Actas das V Cursos Internacionais de Verao de Cascais* (vol. 1, 1999) analizaba “O trabalho industrial no Portugal oitocentista”. Pasaba así de hechos y reuniones de impacto internacional (las exposiciones, entre 1851 y 1998), al menos glamoroso escenario del trabajo, los trabajadores y las condiciones laborales en el sector fabril. Al referirse a este último punto indicaba que en el momento en que redactó ese material los estudios en Portugal sobre las condiciones de trabajo “revestían grandes dificultades”, y se conocían pocas historias de vida de los obreros. De allí que planteara la necesidad, o la urgencia, de profundizar esta temática pese la escasez de fuentes detectadas hasta ese momento. En cuanto a las exposiciones, el artículo incluía material gráfico de obvio interés: por un lado, el Palacio de Cristal de Porto al comenzar el siglo XX, que había sido levantado para la Primeira

Exposicao Internacional da Península Ibérica, en 1865; a su lado, una vista general de la EXPO'98, en Lisboa, y captada en el mismo 1998.

Para 1998 y 1999 ya no arribaban sólo esbeltas separatas o ejemplares de revistas. En esos años finales del siglo XX receptamos tres gruesos volúmenes que habían involucrado, todos, al muy productivo y plurifacético colega de Coimbra.

Una de las obras era *História da história em Portugal, séculos XIX y XX*. Se dividía en dos tomos: 1) *A História através da História* (492 p.); y 2) *Da Historiografia á Memoria Histórica* (438 p.). Luís Reis Torgal y Fernando Catroga acompañaron a José Amado en semejante tarea, que fue publicada en 1998 por la editorial Temas e Debates. El volumen I portaba una dedicatoria especial: redactada poco después de nuestra fugaz estancia en Coimbra, no era ofrecida sólo al colega de México sino que citaba asimismo a su esposa Estela, y recordaba la “tan amigable y agradable” visita de septiembre de 1999 (generoso detalle que ratificaba la amistad creciente con José Amado y su propia familia). Imposible reseñar aquí ambos volúmenes, por lo que solo recordaremos sus principales apartados. El primer tomo contenía los siguientes capítulos: “Antes de Herculano..., Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico, Positivistas e Republicanos, Historia e Ciências Sociais em Oliveira Martins, Desenvolvimento e Estruturação da Historiografia Portuguesa (a cargo de Mendes: p. 187-248), Sob o signo da “Reconstrução Nacional, A História em tempo de “Ditadura”, A Renovação da Historiografia Portuguesa (Mendes: p. 314-394), y A História da Portugal vista de fora. El segundo tomo incluía História..da “Ciencia” (ou “Arte”) á Memória, Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa (Mendes: p. 18-83), Ensino da História, História, Divulgação e Ficção, Ritualizações da História.

La restante obra (490 páginas), en la que José Amado compartió resultados de investigación con Manuel Ferreira Rodrigues, era *História da indústria portuguesa. Da idade média aos nossos dias*, avalado por la Associação Industrial Portuense y publicado por Europa-

-América. Su capítulo inicial informaba sobre “As actividades artesanais da Idade Média Portuguesa. Inovacoes e limits”, e incluía tres llamativos apartados: “A incontornável heranca musulmana”, “O peso e a importancia da minoría judaica” y “As actividades artesanais portuguesas até ao século XV”. A partir del capítulo 2 aparecía el término *industria*. La narrativa fue pasando de “A expansao e a indústria”, a “Política industrial e indústria no Antigo Regime”, “A indústria durante o Liberalismo”, “A indústria portuguesa: do ultimato ao Estado Novo (1890-1926)”, “A *indústria nacional* durante o Estado Novo”, para finalizar con “A indústria portuguesa após a revolucao de 1974”. Este tramo de cierre se ocupaba de lo sucedido tras la integración a la Comunidad Económica Europea, en 1986, y su impacto sobre el tejido industrial portugués (tema que José Amado había planeado analizar en el frustrado y frustrante proyecto ALFA).

En el siglo XXI (2000-2019). Nuestra biblioteca y nuestros conocimientos sobre Portugal, su historia económica, su industria y sus empresas se enriquecieron con la recepción de un libro realmente bello: *História do Vidrio e do cristal em Portugal*. Incluido en su colección de Historia del Arte por Edicoes Inapa, apareció en el 2002 con un texto y una orientación completamente a cargo de José Amado Mendes. El autor describía y analizaba esta fascinante historia en cinco capítulos, todos acompañados por un exquisito itinerario de fotografías, dibujos y reproducciones que transitaban desde una *rosácea* de los Jerónimos (p. 14) hasta la cristalería de Marinha Grande (p. 133-138). Cuatro de los cinco capítulos fueron dedicados a la producción (y el arte correspondiente) en Portugal. Tecnología y empresa destacaban en varios de sus apartados, desde los medievales esbozos artesanales hasta la producción mecanizada del siglo XX.

Gestao e desenvolvimento, en su número 11 del 2002, permitió que comenzara a consolidarse una nueva línea de investigación. José Amado escribió entonces sobre la actividad bancaria, aunque

concentrado sólo en ciertos aspectos de su desarrollo. Su artículo “A empresa bancária em Portugal no séc. XX: evolucao e estratégias” (p. 39-56) dejaba asentado lo que había expuesto poco antes en Monterrey, durante el coloquio “La empresa en la América Ibérica, España y Portugal”: cuando expuso sobre la estructura y el desarrollo de las redes bancarias, su cobertura en el área de los servicios respectivos, las fusiones y concentraciones, las estrategias implementadas y el ya debatido asunto de la cultura empresarial.⁴

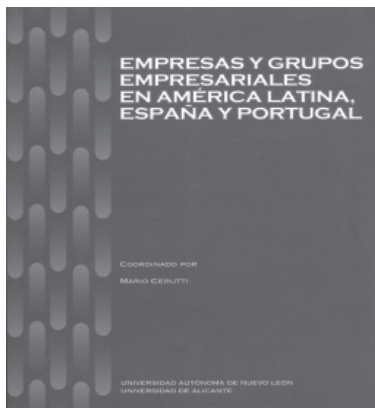


Figura 3 – Volumen colectivo, capítulo de Mendes (2006)

Fuente: archivo personal de Mario Cerutti

Dos años más tarde aterrizó en Monterrey el volumen 4 de *Estudios do século XX*, colección dirigida por Luís Reis Torgal. Novedades de dicho volumen: a) estaba dedicado al tema “Empresas y empresarios”; b) fue coordinado por José Amado Mendes y Alda Mourao Filipe; c) colaboraron diversos colegas de Brasil, de Argentina (María Inés Barbero), de México (Mario Cerutti) y de España (Eloy Fernández Clemente y Jesús María Valdaliso); d) José Amado incluyó “Elite empresarial e História das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003”; y en mi caso fue integrado el trabajo “Fertilidad

⁴ Este trabajo fue integrado como capítulo en Cerutti (coord.), *Empresas y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey y Alicante, Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidad de Alicante, 2006, p. 351-372 (figura 3).

empresarial en Monterrey (1885-1930)". Las redes lentamente construidas por América Latina y España continuaban brindando frutos en la trayectoria de nuestro hoy homenajeado, quien a su vez se afirmaba en la multi disciplina que llamamos Historia económico-empresarial.

Si la historia del vidrio resulto una muy grata sorpresa, *Águas do Mondego ea sua História*. agregaba una especial coincidencia. En el norte de México estábamos cerrando en esos meses un proyecto de investigación dedicado, específicamente, a las grandes cuencas, sus ríos y los enormes sistemas de irrigación que entre 1930 y 1980 transformaron diferentes áreas semidesérticas en verdaderos vergeles cubiertos de algodón, trigo y hortalizas. Así que recibir este libro, publicado en el 2013, generó una expectativa particular. "El agua las organizaciones y empresas con ella relacionadas –afirmaba José Amado–, dada su extraordinaria relevancia en nuestras vidas" se habían tornado en tiempos recientes en "asuntos dignos de ser investigados, conocidos y divulgados". En este texto José Amado agregó al devenir del "Río dos poetas ao longo da história", una radiografía de *Águas do Mondego, S.A.*, y la aparición de una muy llamativa organizacion multimunicipal. Historia, ambiente y actividad empresarial quedaban imbricados en un relato que, como en no pocas de sus obras, estaba acompañado de un material gráfico excelente.

Banca, seguros y un gran proyecto. Desde el 2007, nuestro inquieto homenajeado, en equipo con Miguel Figueira de Faria, coordinó el muy ambicioso proyecto de generar un *Dicionário de História Empresarial*. Debía efectuarse en el marco de la línea de investigación vinculada a "História e Cultura das Organizacoes. Passado, presente e futuro", dirigida por el mismo Mendes con el patrocinio de la Universidad Autónoma de Lisboa. Según Miguel Figueira de Faria, el plan procuraba dar mayor visibilidad a la historia empresarial "consolidando o espaço que esta área de estudo vinha conquistando no domínio historiográfico nacional". Los dos primeros

volúmenes del *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX y XX* aparecieron en el 2013, y fueron dedicados a las casas bancarias y a las empresas de seguros. Con el asesoramiento y apoyo de Jaime Reis y Pedro Lains, el dúo Mendes-Figueira de Faria integró un equipo de treinta ocho colaboradores activos que produjo un total de 272 entradas en el primer fruto: *Institucoes bancárias*, con 644 páginas. Realmente una obra monumental, editada por la Universidad Autónoma de Lisboa y por Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Por detrás surgió el segundo tomo: *Seguradoras*, cuya introducción estuvo a cargo de Mendes, cubrió noventa y ocho compañías y ocupó 396 páginas.

En verdad, y como se ha mencionado arriba, Mendes venía trabajando desde tiempo atrás estas temáticas, porción significativa de sus estudios sobre historia económica y las consiguientes actividades empresariales. Y lo siguió realizando. En septiembre del 2017 presentó en Valencia (España) la ponencia “Seguros em Portugal nos séculos XIX y XX: regionalizacao e concentracao”. Sucedió en el simposio “Historia Económica y empresarial del sector servicios en América Latina y la Península Ibérica (siglo XX)”, que integró el programa del XXIII Congreso de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA).⁵ Un año más tarde publicó en Lisboa *Zurich em Portugal. 100 anos de história (1918-2018)*, que resume la trayectoria de esa empresa nacida en Suiza e incluye el devenir de la portuguesa *Companhia de Seguros Metropole*, fusionadas en 1998. Y en julio del muy reciente 2019, en Santiago de Chile, Mendes presentó el trabajo “Seguros em Portugal no século xx: política, economia e desenvolvimento”, que fue parte del simposio “El sector servicios en América Latina y la Península Ibérica (siglo XX y después)”, componente del

⁵ Simposio que coordinamos con Javier Vidal Olivares, de la Universidad de Alicante, y que mantenía o acentuaba el estrecho contacto de José Amado con colegas de América Latina y España.

VI Congreso Latinoamericano de Historia Económica. Este simposio, prolongación del realizado en Valencia, fue coordinado (desde Lisboa-Coimbra) por el mismo José Amado y, desde Monterrey, por quien ahora escribe este capítulo.⁶

IV. Comentario final

Así que, por lo tanto, esta *historia de historiadores* comenzó en octubre de 1991. No ha terminado aún, claro. Pero los caminos recorridos durante casi treinta años han resultado muy fértiles. Para José Amado Mendes, sus contactos con el espacio latinoamericano se abrieron de manera evidente, y sus vínculos académicos y vivenciales tuvieron que ver no sólo con el inmenso Brasil. Dialogó, fraternizó y trabajó además con argentinos, colombianos, chilenos, mexicanos, uruguayos y/o venezolanos, y aterrizó en persona en varios países situados entre el río Bravo y la Tierra del Fuego. Y aunque mantenía antes de los años 90 ciertos lazos con sus vecinos españoles, los multiplicó de forma abrupta desde que pusimos al mundo iberoamericano entre nuestros objetos de estudio: vascos, catalanes, valencianos, madrileños, andaluces, asturianos, aragoneses, cántabros y algún gallego se cruzaron con Mendes en sus indetenibles, persistentes itinerarios. Expuso sus temas y publicó en diversas latitudes del otro lado del Atlántico: el más reciente de sus trabajos (diciembre del 2018, figura 4) fue incluido como artículo en el número 10 del

⁶ Participaron también como ponentes Daniel Moyano (Tucumán, Argentina), Florencia Rodríguez Vázquez, Ivana Hirschegger y Laura Ortega (Mendoza, Argentina), Ángel Calvo y Paloma Fernández Pérez (Barcelona, España), Juan Carlos López y Cecilia Maya Ochoa (Medellín, Colombia), Gustavo del Ángel y Mario Cerutti (Ciudad de México y Monterrey, México). En Santiago de Chile (julio del 2019), José Amado me obsequió –además– la última obra publicada en que había participado, y que hoy engalana mi biblioteca: *O Fio da Memória. Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, Coimbra (1888-1994)*. Con textos de Duarte Manuel Freitas y Pedro Planas Meunier, la coordinación y el prefacio estuvieron a su cargo.

Anuario del Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo, que se edita en la Universidad de Buenos Aires, Argentina.⁷

Anuario Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo
N° 10 - Año 10 - 2018 - ISSN 1852-5784

Índice

Presentación..... 7

Dossier
Las nuevas multinacionales
editado por María Inés Barbero y Mario Cerutti

Introducción: Las nuevas multinacionales,
entre la historia y la teoría
María Inés Barbero..... 11

Comportamiento reciente de grupos empresariales
del norte de México (1985-2017)
Mario Cerutti 31

Multinacionales brasileñas: estrategias e trayectorias
Armando Dalla Costa 85

Sin recetas. La internacionalización de multinacionales
de software argentinas (2002-2014)
Alejandro Artopoulos 135

Dos grupos económicos as novas
multinacionais em Portugal (1970-2010)
José Amado Mendes..... 187

Reseña

Llorca-Jaña, Manuel y Diego Barría Traverso, eds. 2017.
Empresarios y empresas en la historia de Chile: 1930-2015.
Santiago de Chile: Editorial Universitaria
Aruelli Almaraz 207

Directrices para autores/as..... 215

Figura 4 – Amado en Anuario, Universidad de Buenos Aires

Fuente: archivo personal de Mario Cerutti

Para quien esto escribe, Mendes constituyó el portón de ingreso al quehacer académico de Portugal. Tras la visita a Coimbra, en 1999, la hermosa Lisboa nos recibió en un par de ocasiones. En la última,

⁷ Mendes, “Dos grupos económicos as novas multinacionais em Portugal (1970-2010)”, dentro del *dossier* “Las nuevas multinacionales”, coordinado por María Inés Barbero y en el que participaron también Armando Dalla Costa (Brasil), Alejandro Artopoulos (Argentina) y Mario Cerutti (México).

a finales de enero del 2016, pudimos hacer coincidir nuestra asistencia a un congreso internacional sobre el mundo agrario con un par de charlas en la Universidad Autónoma, donde José Amado labora en el Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos, un auténtico consultor. La que mejor recuerdo de dicha estancia, y propiciada por nuestro apreciado Miguel Figueira de Faria, fue la conferencia “Los estudios empresariales en México al comenzar el siglo XXI. Sus características en el contexto latinoamericano”. Pero lo más valioso de esta ya prolongada vinculación con Mendes, y más allá de las obras que enviaba con regularidad (que prestigian mi biblioteca y la tornan casi única en Monterrey), fue su tan generosa, firme amistad. Que dure y perdure por muchos años es mi esperanza.

Bibliografía mencionada de José Amado Mendes

- MENDES, José Amado (1993), *História Económica e Social dos séculos XV a XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (1996), “Características da cultura portuguesa: alguns aspectos e sua interpretação”. En: *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, Vol. I, 47-65.
- (1996-97), “Cultura empresarial e *Nova História* de empresas”. En: *Gestão e Desenvolvimento*, 5-6, 141-158.
- (1997), “Cultura empresarial: um novo instrumento ao alcance do gestor”. En: *Anais Universitários*, 8, 249-265.
- (1998), “As exposições como *festas da civilização*: Portugal nas exposições internacionais (sécs. XIX-XX)”. En: *Gestão e Desenvolvimento*, 7, 249-273.
- (1999), “O trabalho industrial no Portugal oitocentista”. En: *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 1, p. 95-132.
- (con Luís Reis Torgal y Fernando Catroga, 1998), *História da História em Portugal, séculos XIX y XX*, vol. I, *A História através da História*. Lisboa: Temas e Debates.
- (con Luís Reis Torgal y Fernando Catroga, 1998), *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*, vol. II, *Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates.
- (con Manuel Ferreira Rodrigues, 1999), *História da indústria portuguesa. Da idade média aos nossos dias*. Mem Martins: Associação Industrial Portuense/Europa-América.
- (2002), *História do Vidro e do Cristal em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa.
- (2002), “A empresa bancária em Portugal no séc. XX: evolução e estratégias”. En: *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 39-56.

- (2004), “Elite empresarial e História das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003”. En: *Estudos do século XX*, 4, 17-40.
- (2009), *Estudos do património. Museus e educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- (2013), *Águas do Mondego e a sua História. Tradição e inovação na captação e tratamento de água*. Coimbra: Águas do Mondego.
- con Miguel Figueira de Faria (coords., 2013), *Dicionário de História Portuguesa. Séculos XIX e XX*, Vol. I, *Instituições bancárias*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa-Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- con Miguel Figueira de Faria (coords., 2013), *Dicionário de História Portuguesa. Séculos XIX e XX*, Vol. II, *Seguradoras*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa-Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- (con Duarte Manuel Freitas, 2018), *Zurich em Portugal. 100 anos de história (1918-2018)*, Lisboa: AGIR.
- (2018), “Dos grupos económicos as novas multinacionais em Portugal (1970-2010)”. En: *Anuário CEED*, 10, p. 187-206.
- (con Duarte Manuel Freitas y Pedro Planas Meunier, 2019), *O Fio da Memória. Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, Coimbra (1888-1994)*, Coimbra: PapelMunde.

O DISCURSO ACADÉMICO DE JOAQUIM CARNEIRO DA SILVA

Miguel Figueira de Faria

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa (IHA/FCSH-UNL)
Centro de Investigação em Ciências Históricas do Departamento de História,
Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa (CICH/DHAH|UAL)
mfaria@autonoma.pt

“Senhora! = A criação de uma Academia de Bellas Artes tem por vezes ocupado a atenção do Governo, e dos Artistas Portugueses; porém, todos os esforços foram até agora inúteis: porque nem a Confraria de S. Lucas se pôde tirar bom resultado, nem se acertou com o melhor meio de levar a efeito os desejos daqueles, que, pelo anno de 1780, intentaram dar impulso a empresa tão importante”.

Passos Manuel¹

A 25 de Outubro de 1836, o secretário de Estado dos Negócios do Reino, Manuel da Silva Passos assinava o decreto-lei que instituía a Academia Real de Belas Artes de Lisboa. A desejada instituição, reivindicada por gerações de artistas, ganhava por fim forma no contexto da monarquia liberal. O movimento tivera origem nas cidades italianas na segunda metade do século XVI, propagando-se aos princi-

¹ *Diário do Governo*, n.º 257 de 29 de Outubro de 1836, p. 1207-1211. Preâmbulo do decreto-lei que cria a Academia Real de Belas Artes de Lisboa.

pais centros urbanos europeus, a partir de associações de artistas, procurando protecção que garantisse aos seus membros um estatuto diferenciado, relativamente ao universo dos ofícios mecânicos, isentando-os das inerentes obrigações fiscais, e posicionando-os como corpos de elite com acesso prioritário às principais empreitadas artísticas. A vertente de formação, complementava a base de incidência tradicional das actividades desenvolvidas, tornando-se numa das suas competências específicas.

A situação portuguesa revela-se particularmente original, tendo em vista a incapacidade demonstrada em criar uma organização congénere, desligando-se do processo desenvolvido transversalmente pela Europa, com renovada intensidade ao longo do século XVIII, através da rápida propagação de uma segunda geração de instituições.

Esta peculiaridade lusa não deve, porém, omitir a série de projectos cujo incumprimento esconde a vontade de alinhamento com a realidade europeia descrita.

Passos Manuel, no texto introdutório em epígrafe, alude apenas a duas das soluções equacionadas. Refere o ano de 1780, em cujo mês de Maio seria criada em Lisboa, com decisiva influência de Cyrillo Volkmar Machado (1748-1822), uma Aula – ou Academia – do Nu, de existência intermitente nas suas sucessivas recomposições, que se prolongaram, segundo o autor da *Colecção de Memórias*, até ao início de século XIX (Machado, 1823: 21-38).

O ministro comenta, a propósito, não se ter encontrado “o melhor meio de levar a efeito os desejos daqueles, que, (...) intentaram dar impulso a empresa tão importante”. Além de Cyrillo deram corpo à iniciativa os artistas Carneiro da Silva (1732-1818), Machado de Castro (1731-1822) e Joaquim Manuel da Rocha (1727-1786).

A segunda referência evoca a tentativa tardia da Irmandade de São Lucas, na reforma dos seus estatutos, em desenvolvimento em finais do século XVIII, ao procurar incluir nas suas competências a formação dos artistas, ambição novamente frustrada pela falta de

coesão associativa demonstrada que, aliás, anunciaria o seu irreversível declínio.

Nesta encruzilhada de vontades desencontradas emerge a personalidade do já referido Joaquim Carneiro da Silva, autor do plano da Aula Pública de Desenho de Lisboa e actor central do universo da educação artística nacional no período em análise. Mestre da Aula de Gravura da Imprensa Régia, no contexto da respectiva fundação (1768/1769), e Professor de Desenho e Arquitectura do Colégio dos Nobres (1772), foi dos raros artistas cosmopolitas da sua geração, com escalas de formação em Roma, onde foi premiado na *Accademia Capitolina del Nudo*, e Paris, estadia ainda hoje pouco detalhada.

Os conhecimentos adquiridos, para além das suas qualidades pessoais de liderança e organização, permitiram-lhe transferir para Portugal, os princípios formativos em que evoluíra fora de portas.

Carneiro da Silva associava ainda às competências pedagógicas e artísticas um posicionamento estratégico nos círculos políticos de primeira ordem, do pombalino, onde encontrou protecção junto do marquês e seus colaboradores, nomeadamente Seabra da Silva, ao mariano, sobrevivendo à Viradeira através da proximidade com a Real Mesa Censória e do muito influente Frei domínico José da Rocha.

Foi um dos raros artistas que deixou obra literária (Faria, 2003: 687-702). Antecipámos, em anteriores trabalhos, a possibilidade de novos escritos de Carneiro da Silva serem identificados (Faria, 2005: 91-94). A localização do seu *Discurso sobre a necessidade de se estabelecer hua Academia de Pintura Escultura e Architetura para credito, e utilidade da Nação Portuguesa* (BNP, Reservados, Cod. 11692, p. 143-161)², agora divulgado, constitui a evidência documental de que este universo não se encontra exaurido.

² Todas as citações não identificadas neste trabalho correspondem a este códice, cuja transcrição se encontra devidamente feita na obra FARIA, Miguel Figueira de – *A Idade do Papel: Arte, Política e Sociedade no Tempo das Luzes*, (vol. I) *A Vida de Joaquim Carneiro da Silva (1732-1818)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2021.

O texto presente constitui por si um inovador repositório de ideias demonstrando, a par de um singular projecto de reorganização do ensino das belas artes em Portugal, a polivalência do pensamento de Carneiro da Silva em muitos aspectos pioneiro em Portugal.

Da Necessidade de uma Academia

Carneiro da Silva assina o *Discurso...*, em coerência com o seu estatuto, como “*Professor de Desenho no Real Colégio dos Nobres*”. A sua datação (1780) devolve-nos a esse ano chave, motivando-nos a integrá-lo no contexto da referida Aula do Nu, processo no qual foi igualmente protagonista, sendo possível que tenha sido proferido numa das respectivas sessões. O próprio título, *Discurso...*, pressupõe a sua apresentação pública ou, no limite, reflecte essa intenção. O termo, quando associado às Belas-Artes, comunga de uma tradição internacional, espelhando o lado cosmopolita do autor, introduzindo uma nova forma de intervenção interpares, evocativo da desejada cultura académica.

Um aspecto surge, de imediato, como essencial à concretização da ideia: o patrocínio régio. Essa linha programática fica logo exposta quando refere a esperança do surgimento de uma “poderosa mão” protectora. O principio é retomado, com maior clareza, no final onde se preconiza uma Academia sob “autoridade régia” ou se visiona uma “Epoca das Artes” preparando “em tudo a felicidade de Portugal” sobre a égide da Rainha D. Maria I.

Lamentações Académicas

O *Discurso...* assume, logo no título, a proposta da criação de uma Academia das Artes do Desenho, para “credito e utilidade da Nação Portuguesa”, necessidade admitida pelo menos desde as reflexões da *Arte da Pintura* de Felix da Costa (1639-1712), cerca de um século

antes (Kubler, 1967). Carneiro da Silva não pretende ser o porta-voz de uma questão nova, reconhecendo, à partida, a memória acumulada sobre o assunto. O texto vem enriquecer o acervo daquilo que poderíamos chamar *lamentações académicas*, seguindo o mesmo sentido reivindicativo da criação de uma Academia de Belas-Artes, ambição cíclica e criadora de uma espécie de género literário nacional desenvolvido em continuidade. Importa assinalar que, a partir da datação assumida (1780), o *Discurso...* de Carneiro da Silva antecede os outros da sua geração, merecendo por esse sentido pioneiro uma atenção particular.

O texto inicia-se com uma breve demonstração “da necessidade das Artes”, incidindo sobre a invenção da arquitectura, motivada pela necessidade dos homens em se defenderem das feras e dos fenómenos naturais, “fabricando domicílios onde se refugiarem”.

Garantida a segurança, seguiu-se a introdução do luxo, forma de os príncipes ostentarem o seu poder, levando-os “a aperfeiçoarem as artes pela competência de maior fausto”. A emulação entre as nações contribuiria para a multiplicação das artes, estimulando uma concorrência onde “desejaria hua primeiramente imitar a outra, e depois supera-la com invenções novas” desenvolvendo o comércio com a criação de novas máquinas “com que pela arte se superasse a força”. Depois desta introdução, Carneiro apresenta os três objectivos que desenham, no essencial, a estrutura do *Discurso...*:

“Reposta a necessidade das Artes, mostraremos, das mais celebres Nações do mundo, promoverão as Artes da Pintura, Escultura, e Architectura como surgentes e mananciaes da perfeição das mais manufacturas; que o Dezenho he o principal elemento de todas ellas; e que em Portugal se precisa de hua Academia das Artes Liberaes”.

As cinco épocas de referência

O primeiro tema enuncia o princípio da nobreza da Pintura, Escultura e Arquitectura e dos seus praticantes, consideradas como “Artes Liberais”, expressão utilizada à época com o conhecido sentido reivindicativo que estabelecia a distinção relativamente às artes mecânicas. Estas são para o autor “as artes primogénitas”, que têm com fundamentos principais “a ordem, proporção e simetria das suas partes”. Pela sua excelência e utilidade foram sempre protegidas pelos príncipes “como instrumento de perfeição das demais artes”.

A oração sobre as “nações do mundo”, consideradas modelares por Carneiro da Silva na promoção das “Artes do Desenho”, destaca cinco épocas: o Egipto de Amassis, a Grécia de Alexandre, a Roma de Augusto, a Florença dos Médicis e a França de Luis XIV, sem esquecer Colbert.

As cinco épocas apresentadas constituem-se em veículos das linhas de força que Carneiro pretende dar ao seu *Discurso...* O seu início dá prioridade, em síntese, aos habituais princípios reivindicados pelos artistas: estatuto nobre das artes liberais e seus praticantes, fomento dos príncipes à aprendizagem e protecção aos criadores, alusão à expressão do génio como condição inata ao nascimento dos talentos e, ainda, o direito ao reconhecimento e à gratidão popular pelos seus contributos à *polis*.

Da utilidade do Desenho

Na segunda parte, Carneiro da Silva, dedica maior atenção à relação da protecção das artes do desenho com o aperfeiçoamento das manufacturas e a consequente necessidade da criação de Academias como entidades de regulação do bom gosto. Correspondem já à componente aplicada do *Discurso...*

Esta segunda etapa bem poderia apropriar-se, em antecipação, do título mais tarde patenteado por Joaquim Machado de Castro, *Discurso*

sobre as Utilidades do Desenho na conhecida sessão académica, promovida por Pina Manique, a 24 de Dezembro de 1787 (Castro, 1788).

Carneiro da Silva esclarece, no prólogo deste segundo capítulo, que as cinco grandes nações, protectoras das belas-artes, não o faziam “pelo puro recreio da vista somente”, mas por terem compreendido sabiamente da sua necessidade. Defende a necessidade da arte do desenho, justificando o estabelecimento das Academias pelas nações “mais sábias e polidas”:

“(…) ultimamente por estarem persuadidas que sendo o Dezenho a base sobre que os Pintores levantão as bellas produções que como Ecos da natureza, com razão admiramos; e que estes para serem perfectos devião possuir o Dezenho em grau muito superior aos mais Artifices, era da necessidade estabelecer Academias de Pintura, Escultura, e Architectura para se aperfeioarem e para que as mais artes aprendessem daquellas, como mananciais do bom gosto a parte do Dezenho que lhes era indispensavel para exercitarem as obras com acerto, e facilidade”.

A defesa do aperfeiçoamento entre os praticantes das artes do desenho, e a apologia ao labor conjugado entre artistas e artífices no desenvolvimento dos produtos manufacturados percorre transversalmente todo o texto, constituindo um dos pontos doutrinários fundamentais do *Discurso...*

Para sustentar a sua tese recorre à análise de objectos de uso quotidiano, dos “móveis de casa” aos “vestidos ordinários” exemplos dessa “infinitude de objectos” visíveis “compostos de matéria e forma”.

A relação entre a criação das academias e o aperfeiçoamento das manufacturas, é entendida como essencial ao desenvolvimento do comércio e da promoção da riqueza das nações. É fórmula de sucesso alcançada pelas indústrias, onde inclui as rendas da Flandres, a porcelana da Saxónia, as belas sedas francesas de Lião, os instrumentos de observação matemática de Londres, as “pinturas de Itália” e as

“estampas de Paris”, destaques num conjunto de “tantas outras manufacturas nas quais se acha hum gosto de Dezenho esquezito, e hua exacção delicadissima e admiravel”.

O autor prolonga a sua argumentação em favor das academias, salientando que “todas as Nações cultas da Europa abraçaram este sistema”, afirmação comprovada pela apresentação de um esclarecedor *mapa académico* destacando a Itália onde “não há Principado, ou Republica onde não haja” a par das instituições congéneres criadas em Paris, São Petersburgo, Berlim, Viena, Londres, Amsterdão, Madrid, entre “outras que seria prolixidade referillas”.

Uma Academia de segunda geração

Esta necessidade de saber *imitar as produções da Natureza* esteve na base da fundação das Academias de Belas-Artes nas quais, através do “estudo das couzas naturaes” e da realização de “assembleias académicas”, foi possível aperfeiçoar as Artes Liberais, permitindo que “se difundice o gosto pella[s] demais”.

“Estudo das couzas naturaes”, impõe o estudo do corpo humano, através do desenho de modelo, exercício implícito na discreta alusão do autor que, sintomaticamente, evita referências mais detalhadas a este exercício fundamental desenvolvido nas Academias. Carneiro da Silva é mais explícito na vertente das “assembleias académicas”, sublinhando a tonalidade colegial “compondo-se de varios sentimentos de seus membros hum todo (...) recebendo huns dos outros, socorros que vem a produzir efeitos maravilhosos, os quais muitos somente com o seu estudo particular não conseguirião”. Esta cooperação era obtida através das “Conferencias, e exercicios Academicos”, constituindo o meio mais indicado para se “aperfeiçoar o Desenho” e o “bom gosto nas Artes”.

Chegamos à terceira e última parte, a mais importante do *Discurso...* que se inicia pelo enunciado previsto: “Do que temos dito, se pode

concluir a necessidade que há nestes Reinos de hua Academia das Artes Liberaes ou das bellas Artes, para se aperfeisoarem (...) as Manufacturas”.

Neste derradeiro capítulo, o *Discurso...* evolui das generalidades que caracterizam os precedentes, para se concentrar especificamente na realidade nacional oferecendo, nesse contexto, um depoimento valioso e expondo a sua visão pessoal sobre o momento das artes em Portugal.

O programa da Academia

Joaquim Carneiro da Silva apresenta o programa idealizado para a nova Academia: melhoria das manufacturas do Reino, inspecção sobre as obras públicas, introdução do bom gosto na Corte e respectiva difusão pelas províncias.

Essa linha de intervenção política é claramente visível no enunciado da primeira das preocupações, apresentada como argumento maior para a criação da Academia, a da apologia das doutrinas mercantilistas bem patente no seguinte extracto do *Discurso*:

“(...) Não he menos nociva a Guerra declarada que se faz a hua Nação do que aquella que se lhe faz surdamente; pello comercio activo; se naquella derramado o sangue se perde a vida, nesta, extrahido, o dinheiro que he o sangue que anima o Estado, este perece insensivelmente. O remedio que se deverá aplicar a esta guerra, he a perfeição das Artes; (...) Logo he necessario, assim como em viva guerra, se opoem força, contra força, opor na outra, industria contra industria. Logo he necessario estabelecer a Academia das Artes Liberaes para que as demais Artes se aperfeiçoem”.

Neste extenso enunciado, sintetizado no princípio “industria contra industria”, deparamo-nos com uma mensagem actualizada, presente na expansão do movimento das academias artísticas tardo-setecentistas.

Nicolau Pevsner resume em dois factores a razão do aumento exponencial destas instituições na segunda metade do século XVIII. Em primeiro lugar, a da passagem do Rococó ao Neoclassicismo, a partir do esforço doutrinário de Winckelman, Mengs, etc., e num segundo princípio, a revalorização dos ofícios artísticos no contexto da promoção do comércio. O *Discurso...* de Joaquim Carneiro da Silva está claramente em linha com a orientação identificada por Pevsner. A instituição que idealiza é um típico exemplo de academia de segunda geração, de inspiração iluminista, em coerência com o seu tempo, combatendo o excesso do ornatismo supérfluo do rocaille e a progressão da qualidade dos ofícios de arte.

Os exemplos apresentados desta *mercantilização* das academias multiplicam-se levando-o “a deixar de fora qualquer dúvida da suprema importância do aspecto económico no movimento académico do século XVIII tardio” (Pevsner, 1982: 113). As preocupações do autor convergem com esta mobilização criativa das manufacturas, reforçando a vontade de intervir para além dos assuntos artísticos, manifesto patente ao longo do texto, no qual os assuntos económicos prevalecem sobre os estritamente relativos ao universo das artes.

Controlo das Obras Públicas

O segundo princípio capital, defendido por Carneiro da Silva, confiava à Academia a inspecção sobre as obras públicas. Neste ponto, o *Discurso* torna-se muito crítico incidindo em dois tópicos, a reprovação da qualidade arquitectónica da reconstrução de Lisboa, e a rejeição da política de restauro desenvolvida nos edifícios mais emblemáticos da capital. A sua proposta vinculava à Academia, a última palavra, “como he de desejar”, pelo menos, “no que respeita á Composição, e decoração dos Edifícios”.

A verificar-se este pressuposto, continua o mestre gravador, “não se verião tantos defeitos incoerências, e incompatibilidades como se

notão em muitos ja fabricados e em outros que atualmente se constroem” considerando uma “desgraça irreparavel, não se terem consultado os grandes architetos da Europa em objecto tão importante como era a reidificação de Lisboa onde a situação do terreno, dava lugar as mais bellas ideas, e as materias para fabricar são das melhores que desejar se podem”.

Na avaliação das obras construídas exclui das suas observações “as obras principaes da Corte, onde se não vé peia alguã de Architectura que dé credito à Nação”, insistindo “na ignorancia dos seus directores” tanta na fraca qualidade dos projectos, como no desajustado uso dos ornatos:

“Outros Templos se tem fabricado onde se vé hua proporção e simetria tão mal entendida e hua profusão de ornatos de tão mau gosto, que bem mostram a ignorancia dos seus directores: não advertindo que dos ornatos na Architectura se deve uzar com muita moderação, sendo elles parte acessoria dela, em lugar de a ornar a afogão, e lhe tirão a magestade e simplicidade que fazem a parte principal da bella Architectura”.

O restauro dos monumentos e a *proto-unidade de estilo*

No domínio do restauro aponta alguns “exemplos de imperfeição” (...) “menos com espirito de Criticas, que com desejo de remedio para o futuro” dando especial ênfase à Sé de Lisboa e ao Mosteiro dos Jerónimos.

O *Discurso*... expõe com notável espírito de síntese a posição do autor face à questão do restauro da Catedral. A primeira constatação é a sua capacidade de avaliação crítica das várias soluções formais que o processo envolveu. A basílica era de “arquitectura gótica, belo no seu género, principalmente a capela mor de estrutura admirável”. O autor informa ser esta parte a mais arruinada na sequência do

terramoto, embora, acrescenta, “bem que se ficou vendo toda a forma da sua abóbada para se imitar”, confirmando relatos de outras fontes contemporâneas que consideravam viável a conservação da estrutura do monumento (Neto, 1995, vol. I: 515-517; Lima, 2013: 151 e seguintes). Carneiro da Silva verifica, porém, que a opção tomada seria diversa com a total demolição da capela-mor, substituindo-a por outra “de Arquitectura Romana, de estilo mesquinho”.

Expõe na avaliação a sua cultura estética e de taxonomia estilística, da “Arquitectura Romana”, no sentido classicista de Setecentos, à Gotica, como conglomerado da arquitectura medieval, propondo implicitamente outra solução. Sustenta-a na harmonia do conjunto edificado, como princípio que se sobrepõe a um processo derivado da soma das diversas partes sem analogia entre elas, que leva à dissolução da coerência do projecto por melhor que sejam os novos segmentos introduzidos. Fez-se com essa “mecelania defeituoso o Templo; sem se reparar que na Arquitectura; todos os seus membros devem ser analogos ao Character da ordem que prezida e que naquillo va destruir a armonia do todo; de sorte que ainda que fora bella a nova Capella não se conseguiria mais que deixar a posteridade hua memoria da nossa impericia nestes tempos”.

A compreensão da arquitectura medieval e a defesa, em antecipação, do princípio posteriormente designado da *unidade de estilo*, reforça a importância do *Discurso...*, abrindo-lhe espaço nos estudos sobre a teoria do restauro e do património (Lima, 2014: 1-7; Neto, 1999: 131-141).

A crítica prolonga-se ao Mosteiro dos Jerónimos denunciando o mau uso de ornatos profanos num espaço religioso:

“O Templo de S. Geronimo em Bellem, de excelente Architectura Gotica, tãobem modernamente se reparou. Ali forao mais circonspectos por que a abobada e as colunas da Igreja, continuouse no estilo gotico que por muitos respeitos se devia conservar: porem

discuidarão-se na parte que serve de plano ao coro, onde há hua cimalha, com a face para a capela mor, que não he outra coiza, senao entablamento da ordem dorica. Costumavão os Antigos esculpir por ornatto no frizo entre os tryglyfos, que são proprios desta ordem, as Caveiras dos animais que sacrificavão aos Deuses nos seus ritos gentilicos; pois da mesma sorte se acha isto executado / sem decernimento copiado talvez de alguas estampas / no frizo de que tratamos. Alli estão esculpidas grandes caveiras de animais em lugar de muitos ornattos anallogos aos Sagrados Misterios da nosa Religião: e ali fica mais outro monumento da nossa ignorancia nas Artes”.

A descrição pormenorizada de Carneiro da Silva vem enriquecer o acervo de avaliação do processo de restauro do Mosteiro dos Jerónimos, sobretudo no que respeita ao coro. Depois de concordar com as obras na abóbada e colunas da igreja, confirmadas por outras fontes contemporâneas (Soares, 2019: 384-385), centra as suas críticas nas obras no coro rejeitando a “cimalha, com a face para a capela mor, que não he outra coiza, senao entablamento da ordem dórica”. Acrescenta detalhes que reforçam visualmente a notícia: “Alli estão esculpidas grandes caveiras de animais”.

As observações do autor confirmam a existência, em 1780, do entablamento dórico posteriormente suprimido nas campanhas dos anos 80 do século XIX no crescendo dos princípios *violetianos* da unidade de estilo, (Soares, 2019: 385, nota 70).

A crítica de Carneiro da Silva, da qual se infere ter sido esse elemento derivado do restauro pós-terramoto, consolida a informação no mesmo sentido equacionada na descrição feita por Francisco Varnhagen (1816-1878) que, igualmente, refere a existência do “friso dórico”, comentando “que o coro foi concertado (...) em boa parte depois do terramoto. Talvez que só desde esse concerto é que se lhe arranjou a balaustrada que deita para a igreja” (Varnhagen, 1842: 23).

Interessante assinalar que se a crítica ao restauro da Sé trata sobretudo das questões plásticas da *unidade de estilo*, no mosteiro dos Jerónimos, os reparos denunciam um “descuido” que atenta com os “sagrados mistérios da nossa religião”, voltando à linha frontal e cáustica a que o *Discurso...* nos habituou.

Neste caso, apesar de “mais circunspectos”, mantém-se a “falta de discernimento”, através da adopção de soluções decorativas que constituem “mais outro monumento da nossa ignorância nas Artes”, realidade subentendida como um mal nacional.

Toda a dura argumentação exposta devolve-nos à reivindicação primeira do *Discurso*:

“Mas quem nos dará remedio a estes disparates q. nesta parte muito desacreditão a Nação, senão a Academia que com authoridade Regia examinasse primeiramente os Dezenhos do que se quizesse executar, principalmente em obras publicas?”

A difusão pelas Províncias

O *Discurso...* de Carneiro da Silva acrescenta, ainda, várias medidas que expandem os campos de acção da nova Academia, na qual haveria igualmente espaço para outras artes, como a gravura, a talha, o bordado e a lavra de metais, reunindo, na primeira, uma rara alusão ao ofício que o consagrou e, na última um interessante regresso às origens oficinais da sua infância nortenha. Sempre vigilante procura, ainda, alargar o âmbito da instituição à *arquitectura militar*, conhecedor do recente encerramento da aula de engenharia³.

³ A antiga Aula de Engenharia Militar havia sido extinta no âmbito do alvará de 5 de Agosto de 1779 na reforma que levou à fundação da Academia Real de Marinha. A recomendação de Carneiro da Silva relativa ao restabelecimento do ensino da “arquitectura militar” situa-se nesse período lacunar só resolvido, posteriormente, com a criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho a 2 de Janeiro de 1790.

O plano da nova Academia atribuía-lhe, igualmente a responsabilidade da introdução do “bom gosto” na corte e da respectiva difusão “pelas Províncias onde há muito maior necessidade dos Dezenhos”.

Devemos sublinhar a referência, mesmo passageira, às “Províncias”, revelando uma preocupação pouco comum no contexto das reflexões sobre as artes em Portugal. O autor deixa antever o conhecimento de outras realidades, como a francesa, onde a Academia de Pintura e Escultura de Paris se havia tornado o ponto focal que presidiu à proliferação contemporânea das academias regionais (Michel, 2012: 337-339) e das escolas gratuitas de desenho (D’Enfert, 2003: 12-19). Atendendo à crónica ausência de escolas de belas artes na província – e a sua ligação natal à cidade do Porto pode estar subentendida nesta alusão – confere uma actualidade inquestionável à sua discreta citação. Embora o seu plano não referia a criação de aulas de belas-artes pelo país não havia melhor forma de difundir o bom gosto pela província reservando à desejada Academia a tutela reguladora em analogia ao modelo francês.

O *Discurso...* não oferece, por outro lado, muita informação sobre o tipo de actividade formativa da nova Academia, parecendo uma questão acessória na respectiva estrutura. Não encontramos uma proposta de orgânica interna, nem de pedagogia específica, nem de aulas ou métodos de aprendizagem, como se equaciona devidamente no *Plano* da Aula Pública de Desenho. O seu foco é diverso, mais supraestrutural, de organização de um sistema, sempre orientado para o progresso do colectivo da Nação e pouco centrado no universo individual da formação do artista.

Reconhece o domínio do desenho como elemento decisivo no desenvolvimento das “Artes Primogénitas”, construindo um sistema, do topo para a base, contaminando todos os outros ofícios e artes subalternas. Lança o desafio: “é preciso saber desenhar”, como princípio de todo o processo de *aperfeiçoamento* – outra palavra chave – das Artes. A Academia proposta é a que promove a reunião

dos *professores* – o termo não é inocente – em conferências ou assembleias académicas, elite que promoverá, na partilha das suas competências, o aperfeiçoamento das Artes Liberais e a difusão do bom gosto pelas demais.

Os bolseiros em Roma e a ausência de critérios de selecção

Evidencia-se a insatisfação de Carneiro da Silva pela realidade que presenciava, alinhando ainda uma última série de críticas. Enaltecendo D. João V pelo envio a Roma de bolseiros de Belas-Artes, acrescenta, porém, que “por falta de exame que devia preceder, e de se julgar pelos seus Dezenhos, seu genio, e propenção que concorrião nelles para aquelas Artes, não se conseguiu o que se desejava”. A vocação e o talento natural, a par do fomento à emulação entre os jovens artistas, são princípios constantes no ideário do autor já identificados nos estatutos da Aula Pública de Desenho como normas fundamentais para um início de carreira. Carneiro da Silva faz uma pertinente crítica relativa aos métodos de selecção dos candidatos a viajarem a Itália, conhecedor dos regimes de outras nações como a França, com a instituição do *Prix de Rome*, ou do regulamento em vigor na vizinha Espanha.

O documento constitui pela dureza dos comentários, um texto incómodo, visivelmente patente no processo de reconstrução de Lisboa, “uma desgraça irreparável” pelas suas “incoerências” e “incompatibilidades”. Sem definir um destinatário acaba por incluir na sua contestação todos os envolvidos no processo, desde Eugénio dos Santos (1711-1760) a Carlos Mardel (1695-1763), e de Mateus Vicente (1706-1786) a Reinaldo Manuel (1731-1791), críticas desconfortáveis para diversos actores acreditados na Corte, sobretudo os dois últimos, ainda vivos e activos no projecto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Estrela), obra de referência do período mariano, em pleno andamento no ano em que o autor redigia o seu *Discurso...* Carneiro da Silva conclui deste modo o depoimento:

“O corpo dos Artífices está como nau sem piloto, em hum mar tempestuoso. Sabiamente se tem dado varias Providencias promovendo as Siencias o comercio, a Navegação, e Melicias; porem nesta gloriosa Coroa falta ainda inserir a joya preciosa da academia das Artes Liberaes”.

Não sabemos se o *Discurso...* chegou a ser apresentado. Nenhuma das fontes consultadas o refere, pelo que aferir o seu impacto será sempre especulativo. Note-se que, logo no ano seguinte, António Fernandes Rodrigues proferia uma oração académica na cerimónia de abertura da Aula de Desenho da Casa Pia e Machado de Castro seria eleito pelo mesmo protector, o Intendente Pina Manique para, em 1787, apresentar perante a corte o *Discurso das Utilidades do Desenho*, em linha, nos aspectos da valorização dos ofícios mecânicos, com o texto de Carneiro da Silva (Castro, 1788: *prólogo*).

A Academia Real de Belas Artes

O *Discurso ...* termina colocando D. Maria I no mesmo patamar de Pedro, o Grande, Luís XIV, e Carlos III, considerando que “os grandes Principes são os primeiros motores da felicidade dos Estados”. Todos tem um objectivo comum “o do aperfeiçoamento das Artes” nas quais por sua iniciativa “se fizerao grandes progressos”.

No meio artístico lisboeta compreende-se a oportunidade que o *momento mariano* oferecia. Haviam sido criadas em 1779 as academias reais das Ciências e de Marinha e lançara-se a Aula Régia de Desenho inaugurada, posteriormente, em 1781. Este esforço prolongar-se-ia na fundação da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho em 1790. A *academização* em curso abria espaço a intervenção compatível no universo das belas artes. Em 1780 iniciavam-se, em concordância, as actividades da Aula do Nu. O *Discurso...* de Carneiro da Silva

surge neste contexto de expectativa em que várias vontades se posicionavam, procurando que a abertura régia se estendesse igualmente ao domínio artístico.

A proposta da Academia do Nu a São José seguia o padrão clássico de um movimento associativo de artistas. Num primeiro momento o mestre gravador adere à iniciativa de Cyrillo, mas no *Discurso...* vai mais longe e defende um paradigma diferente, compreendendo-se melhor a rotura. Carneiro depois de ter concebido o plano da Aula Pública ambiciona, ver estabelecida uma Academia Real das Artes Liberais que constituirá a pedra de fecho de um sistema integrado de promoção do ensino, desenvolvimento do *bom gosto* e controlo das obras públicas. Deixa um testemunho de um pensamento estratégico renovador que não encontramos explícito em nenhum dos seus pares à época.

O modelo equacionado é, como vimos, uma academia de segunda geração, concedendo prioridade ao desenho como *arte aplicada* na inovação e desenvolvimento das manufacturas, seguindo os propósitos mercantilistas na defesa do Reino.

Antevê-se que a nova instituição não seria exclusivamente uma unidade vocacionada para o ensino constituindo, em simultâneo, um instrumento regulador da política das Artes no Reino. Em suma, um órgão de controlo e poder que fecharia do topo a hierarquia das instituições activas nesse universo. Traduz, naturalmente, uma posição de Antigo Regime, na sua expressão centralizada, assumindo-se como uma ferramenta ao serviço da monarquia. Todos os indícios convergem nesse sentido: o apelo à protecção da ‘mão forte’ da Rainha; a inclusão do tempo de Luis XIV e de Colbert – embora também cite os Médicis e Florença, mas curiosamente omitindo Roma – nas cinco grandes épocas de eleição; a adopção de todo um ambiente *colbertiano* que vigora no modelo mercantilista das academias de segunda geração; a defesa das *conferências académicas* que consagraram a congénere parisiense; o regime implícito na criação de regras, disciplinando o

bom gosto e o controlo das obras públicas, legitimando a autoridade da sua propagação pela província; e o estabelecimento de uma atmosfera de emulação entre os artistas, no acesso aos patrocínios públicos para a formação em Roma, estímulo à competição interpares já estatuído na Aula Pública de Desenho. O *Discurso* de Joaquim Carneiro da Silva transmite estes princípios que conjugados o aproximam ao modelo centralizador da Academia de Pintura e Escultura de Paris. A defesa da melhoria do desenho no desenvolvimento dos ofícios orienta, porém, o seu projecto para o terreno das academias de segunda geração, num projecto híbrido que parece querer colmatar em simultâneo as diferentes lacunas detectadas.

No estado actual dos nossos conhecimentos pouco se sabe da estadia do autor na capital francesa. A confirmar-se a notícia só poderá ter sido durante o período de liderança da Academia parisiense do marquês de Montigny (1776-1850) e do gravador Charles-Nicolas Cochin (1715-1790), personalidade com notória influência nos trabalhos literários de Machado de Castro e de cumplicidade, não só de ofício, com Joaquim Carneiro da Silva.

O *Discurso...* de Carneiro da Silva não veria a luz do prelo, o que não invalida a sua expressão inovadora e a sua prioridade cronológica. Atendendo às sequelas que se sucederam, inaugura uma nova forma de intervenção onde marca sem rodeios o seu direito à opinião numa época em que a condição de artista ainda aconselhava à prudência e retórica do elogio.

Tal como historia Passos Manuel no texto de abertura, nenhum dos planos apresentados conseguiria cumprir o objectivo da criação de uma Academia de Belas Artes em Portugal. O plano de Carneiro da Silva, acabou inevitavelmente por ser arquivado no compêndio das referidas *lamentações académicas*.

Fontes

Discurso sobre a necessidade de se estabelecer hua Academia de Pintura Escultura e Architectura para credito, e utilidade da Nação Portuguesa (BNP, Reservados, Cod. 11692, p. 143-161).

Bibliografia

CASTRO, Joaquim Machado de (1788), *Discurso da Utilidades do Desenho*. Lisboa: Na Officina de António Rodrigues Galhardo.

D'ENFERT, Renaud (2003), *L'enseignement du dessin en France: figure humaine et dessin géométrique (1750-1850)*. Paris: Belin.

FARIA, Miguel Figueira de (2003), “A Apologia da preeminencia da Arte da Esculptura sobre a de fundir Estatuas de metal” de Joaquim Carneiro da Silva: notas sobre a questão do Estatuto do Artista no final de Setecentos, *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2, 2, 687 – 702.

FARIA, Miguel Figueira de (2005), *A Imagem Impressa: produção, comércio e consumo de gravura no final do Antigo Regime*. Tese de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FARIA, Miguel Figueira de (2021), *A Idade do Papel: Arte, Política e Sociedade no Tempo das Luzes* (vol. I) *A Vida de Joaquim Carneiro da Silva (1732-1818)*, Lisboa, Imprensa Nacional.

KUBLER, George (1967), “Introduction”. In COSTA, Felix da. *The Antiquity of the Art of Painting*. New Haven CT and London: Yale University Press.

LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa (2013), *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LIMA, Madalena da Costa (2014), “Unidade de estilo *avant Viollet-le-Duc*: o conceito de monumento histórico e nacional em Portugal antes de 1834”. In RODRIGUES, José Delgado (ed.). *De Viollet-Le-Duc à Carta de Veneza: Teoria e prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: LNEC.

MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823), *Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal / recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, pintor ao serviço de S. Magestade o senhor D. João VI*. Lisboa: na Impr. de Victorino Rodrigues da Silva.

MICHEL, Christian (2012), *L'Académie Royale de Peinture et Sculpture (1648-1793): la naissance de l'Ecole Française*. Librairie Droz.

NETO, Maria João (1995), *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Artes, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, volume I.

NETO, Maria João (1999), “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da Mentalidade do tempo”. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida, In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, 131-141.

- PEVSNER, Nikolaus (1982), *Las Academias de arte*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- SOARES, Clara Moura (2019), *O Culto a Camões e o Mosteiro dos Jerónimos: o restauro do monumento no século XIX*. Lisboa: Scribe.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1842), *Noticia historica e descriptiva do mosteiro de Belem*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

APOLOGIA DA HISTÓRIA LOCAL

Nuno Rosmaninho

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra
rosmaninho@ua.pt

Quando cheguei ao mestrado em História Contemporânea de Portugal, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Dezembro de 1990, coube-me frequentar disciplinas que incidiam na cultura, na economia, na sociedade e na literatura. Guardo excelentes memórias desse período, em que beneficiei da oportunidade de escutar professores que não tivera na licenciatura. Entrei com a certeza de querer estudar a historiografia artística, e foi nesse âmbito que realizei a dissertação, orientado por Fernando Catroga. Quis aproveitar a oportunidade de aprender literatura, e escolhi as aulas de Carlos Reis sobre o romance histórico. Desejei colher da história uma aproximação ao ínfimo da realidade, e pude encetar, guiado por José Amado Mendes, uma dedicação à história local que nunca mais abandonei.

A matriz da história local não difere da da história de âmbito territorial mais alargado. Os métodos de trabalho, a pesquisa de fontes, os limites da formulação de conclusões, tudo segue um padrão de objectividade que, por muito que custe aos relativistas, pertence

à ciência e não à ficção. Enquanto nas aulas de José Amado Mendes se reflectia sobre a estrutura científica da história e se analisavam os princípios e as técnicas que favoreciam a objectividade, confrontava-me com um livro de ensaios que se esforçava por diluir a distância entre a literatura e a história. Se bem me lembro, estava em causa uma confusão entre a escrita de ficção e a escrita de história.

1. Apologia da objectividade

Tendo lido com extrema atenção as obras teóricas de Marc Bloch, Lucien Febvre e H.-I. Marrou, ao ponto de as ter resumido em dezenas de páginas manuscritas, essa mistura causava-me perplexidade e irritação. Assim me mantenho, auxiliado por outras leituras. Em *A História Como Ciência*, de José Amado Mendes, pude consolidar, ponto por ponto, as condições de cientificidade do discurso historiográfico, a problemática das fontes, nomeadamente a sua interpretação crítica, a noção de tempo, a problematização do conhecimento, o lançamento de hipóteses, as condições de prova, os limites da explicação e o aperfeiçoamento contínuo das conclusões. Graças a este magistério, que colhi desde o ano de caloiro nas aulas de Margarida Sobral Neto ao doutoramento com Luís Reis Torgal, nunca senti necessidade de modificar os métodos de trabalho, quer me dedique à história local, quer investigue a identidade artística portuguesa.

A lição mais admirável que recebi da leitura de Marc Bloch relaciona-se com o exercício da liberdade de pensamento e de estudo. Em vez de prescrever métodos, técnicas e ideologias, este historiador, prestes a ser executado pelos nazis, oferece-nos um mundo intelectual que celebra, mais do que qualquer outra coisa, a alegria da descoberta que se alimenta de hipóteses bem montadas e da interpretação inteligente das fontes. As suas palavras mostraram-me que o esforço de pesquisa é um caminho fascinante para o esclarecimento. Contra certo cientismo serôdio, que vejo medrar em algumas ciências

sociais, onde se recalca a subjectividade para compensar porventura o relativismo que se apossou das mentes, peço aos autores que não sejam uma espécie de doutores da Igreja, especialistas na paráfrase da Bíblia. Recebo como um insulto a ideia de que cada estudioso se limita a depor, com o seu trabalho, um tijolo no muro do conhecimento, porque esse muro fatalmente cai quando alcança certa altura.

Torna-se muitas vezes difícil explicar o programa científico da história. Há demasiadas pessoas a confundir o aperfeiçoamento do conhecimento com a sua impossibilidade. É preciso que cada autor refaça tudo na sua mente, concorde e discorde dos mestres, e ofereça um contributo que seja seu e não de uma entidade abstracta. É preciso que não se lhe recuse, como tenho ouvido, a integridade de ser *eu*, de *hesitar* e de *duvidar*. O historiador trabalha arduamente para a objectividade, mas não pode falar senão a partir das suas particulares condições de percepção. Isto pode ser dito de muitas maneiras. Aprendi com Marrou que a história é um conhecimento «inseparável do historiador», que se faz com documentos e visa dar uma explicação contida nos limites da verificabilidade.

Os estudos locais podem ser um último argumento para provar que a história não se reduz a uma ficção, ideia tão cara aos pós-modernos e contra a qual tive de combater na agregação, quando um jurado quis desvalorizar a importância da prova e das fontes nos estudos de história e de cultura. Não esqueço o seu contentamento ao supor que estava perante um historiador antiquado, a quem facilmente impressionaria com a celebração intelectual da ausência da *verdade*. O seu encantado subjectivismo nada pôde, porém, contra as condições objectivas da formulação de conclusões. É quando a história se cruza com os indivíduos que talvez melhor se conclui que não há história sem fontes, que a objectividade é uma condição de busca da alteridade e que a linguagem será sempre (e apenas) o veículo de conhecimentos claros e verificáveis. Nem objectivismo ingénuo, nem subjectivismo infrene.

2. Valor e utilidade da história local

Escrever sobre a história local corresponde frequentemente a meditar na sua utilidade. Pergunta-se, com uma franqueza desarmante, para que serve a história local. E isso transporta alguma estranheza, porque não estão em causa as grandes finalidades da disciplina, os problemas da memória, a relação entre o passado e o presente, o exercício da cidadania ou as prevenções contra ideologias nefastas. Estas questões estão associadas sobretudo ao elogio da história geral e visam o convencimento dos não-historiadores. A utilidade da história local toca aspectos menos grandiosos e parece deter-se mais no campo historiográfico, nas relações com o ensino e no bairrismo.

Não há novidade na associação entre a história local e o bairrismo. No século XIX, a apologia da história local fez-se com o impulso da identidade nacional. Era comum apresentá-la como um factor de promoção das «pequenas pátrias», sem as quais a ideia de pátria não prosperava. O amor à terra seria o primeiro degrau de uma ascese que terminaria no amor à nação. As monografias davam notoriedade ao património e às tradições e estimulavam um sentimento de pertença que facilmente se estenderia à pátria por intermédio da instrução primária. No século XXI, os historiadores locais continuam a sentir-se realizados por contribuírem, à sua maneira, para o conhecimento da sua localidade ou região e, desse modo, para uma espécie de patriotismo local. Não vejo nada de errado nisto, excepto quando a pulsão auto-elogiosa faz perder a objectividade e o rigor hermenêutico.

Escrever sobre história local tem correspondido a fazer a sua apologia. Não faltam autores a defendê-la, a elogiá-la, a promovê-la. Mas o fogo missionário contrasta com o facto de raramente se descobrirem incrêus sobre os quais derramar essa luz. Se encontrássemos indivíduos que exprimissem em letra de forma o seu enfado e desprezo, ainda se entenderia o afã. Ora, não os encontrando, ocorre-me perguntar

a quem se destina essa prédica. Estamos numa situação em que se multiplicam as apologias sem que se vislumbrem os detractores.

3. Armadilhas do elogio

A categorização da história local e regional é difícil de estabelecer. Enquanto é claro e intuitivo que se fale de história da arte, de história social, de história económica ou de história das mentalidades, grandes retalhos da realidade una e indivisível, revela-se mais árduo e aleatório categorizar a natureza e as especificidades da história local, excepto num ponto: o âmbito territorial. Fazer a apologia da história local é tão irrazoável como destacar os méritos da história nacional. Embora muitos autores se dediquem a expor as virtudes da história local, não encontro o mesmo empenho missionário em relação à história nacional. Isto só pode significar que a história geral é reconhecida como um âmbito natural, insusceptível de debate, e que a história local precisa de um encorajamento constante. Porquê tanto desvelo?

Quem se dedicar à leitura de monografias locais e de ensaios sobre o seu desenvolvimento em Portugal a partir do século XVIII conclui que a sua respeitabilidade progrediu sempre e que melhorou de década para década, atraiu profissionais e amadores, alargou o âmbito temático e chegou aos nossos dias como um campo de trabalho indiscutível, consagrado, unânime. Nada mais enganador. Ainda hoje, após tantos elogios, continua a ser necessário proclamar que não é uma «história menor» ou uma «pequena história». Insistir no panegírico significa que ele não é consensual.

4. Subtilezas da crítica

Não conheço ninguém que se tenha sentado à secretária para fundamentar o desprezo pela história local. A desvalorização recorre a meios-termos, alusões e silêncios. Um ataque frontal seria tão

absurdo que talvez nunca tenha sido produzido. Assim, se quisermos apreciar o menosprezo, não dispomos das palavras dos críticos, mas apenas das observações daqueles que as pretendem contestar. A subvalorização da história local assenta na circunstância de ela ser feita, em grande medida, por amadores e curiosos, tender para a descrição, não problematizar e exprimir um fascínio elementar por personalidades, monumentos e curiosidades. Não seria suficientemente complexa e relevante para dignificar a competência dos que se lhe dedicam. A sua valia, fatalmente secundária em relação à da história geral, torná-la-ia menor, mais fácil e simples, paroquial, de vistas curtas, que qualquer um poderia praticar.

Mesmo no contexto de uma apologia, a história local é por vezes cingida a uma abordagem qualitativa, limitada nas ambições e com um carácter descritivo. Em muitas reflexões, está subjacente uma pergunta poucas vezes formulada: porque é que alguém, podendo estudar um assunto importante e fazer uma história merecedora de admiração, aceita a modéstia e a secundarização académica e intelectual de *fazer apenas* história local? Nesta linha de pensamento, só os pequenos historiadores se dedicam aos pequenos lugares.

Ninguém imputa à história nacional o dever de ser local. No entanto, para que beneficie do direito de existir, pede-se à história local que não seja apenas local, ou que seja também nacional. Tornou-se corrente defender a história local como um contributo para a história nacional. Isto parece-me tão absurdo como supor que a história nacional só serve para compor a história do mundo. A história local vale por si. Se chega a contribuir para a história geral, também é legítimo dizer que a história nacional contribui para o estudo da história local.

Nesta ordem de ideias, os salvadores da história local receitam vários remédios aos seus cultores: sejam académicos, multipliquem os temas, aperfeiçoem os métodos, sistematizem as fontes, dialoguem com o espaço nacional. E ignoram que, felizmente, haverá sempre

amadores na história local, pessoas dedicadas que escrevem com entusiasmo sobre as suas raízes. Haverá insuficiências nesse trabalho? Poderá ser de outro modo? Queremos nós excluí-los? Lamenta-se a tendência monumentalista e descritiva dos amadores, pouco dados à crítica das fontes e ao exercício da objectividade. Os amadores apontam aos profissionais, com ironia, o aparato das notas de rodapé, a escrita pesada e a falta de calor pessoal no discurso. É errado vincular a história local ao bairrismo, à irrelevância, às curiosidades, ao fragmentário e ao descritivo. Mesmo que muitos a pratiquem nestes termos, isso apenas qualifica cada autor. Não há maneira de a história local deixar de ser um lugar de recreio intelectual para algumas pessoas, que se dão ao prazer de coligir informações, lembrar factos e pessoas e proporcionar esse sentimento aos conterrâneos.

A convivência parece desprestigiar os profissionais, mas lembra-lhes o valor da modéstia e o público para quem escrevem. Não há desafio maior do que ser rigoroso no trabalho e claro na escrita.

5. A modéstia de ser grande

Estas ideias trouxeram-me à memória uma passagem do magnífico diário do coronel Belisário Pimenta (1879-1969), um erudito de história militar e local. Em 1929, o jovem Vitorino Nemésio, vivendo então em Coimbra, foi a sua casa pedir-lhe para escrever um artigo de celebração do primeiro centenário da vitória liberal na Ilha Terceira, em 11 de Agosto de 1829. O coronel, reservado e modesto, hesitou, mas acabou por aceitar o encargo, que cumpriu fielmente. A narração dos factos encontra-se precisamente no diário manuscrito, quase inteiramente inédito, de Belisário Pimenta:

E não foi sem alegria que eu, em 8 de Maio, escrevi a última linha.

Era tempo. O Nemésio anunciou-me que era a altura de o original ir para a Imprensa; e a doença de meu Pai agravando-se

e obrigando-me a perder noites, ia talvez impossibilitar o cumprimento da promessa. Mas, enfim, tudo se conseguiu e num dia de Maio dei o original ao Nemésio; deixei-o em casa de meu Pai onde ele o foi pedir, numa manhã.

Contou-me ele depois que foi, ansioso, direito ao Jardim Botânico e sentou-se na alameda a ler; e contou-me o Sogro, passado certo tempo, que nesse dia, ao almoço o Nemésio chegou radiante e dissera que o meu trabalho «estava uma beleza!»[,] que eu fizera uma descrição da Vila da Praia e da baía como se lá tivesse ido!... Etc. etc.

Ainda bem.

Foi depois disto que ele escreveu a carta com que abriu o *Memo-rial* e na qual me chamava mestre de historiografia local e militar.

E é curioso que estranhando-lhe eu o louvor quando li umas provas q[ue] me mostrou em m[inh]a casa, ele fez um gesto vago que poderia ter várias interpretações e respondeu com ar desprendido e a olhar para o ar sem fixar os olhos:

– Também... repare que lhe não chamo grandes cousas...

Eu ri-me porq[ue], na verdade, achei-lhe graça. Entendia ele, por consequência, que a historiografia local e a militar eram coisas de tão somenos importância que ser-se mestre nelas não constituía motivo p[ar]a sobressalto.

E, assim, o jovem Nemésio, querendo diminuir Belisário Pimenta, elogiou-o.

6. Orgulho e preconceito

A apologia da história, incluindo a história local, confunde-se muitas vezes com uma resposta implícita às dúvidas sobre o seu *valor* e a sua *utilidade*. Margarida Sobral Neto, no livro *Problemática do Saber Histórico* (p. 84), afirma que o abalo sofrido pela história no

final do século XX, por acção dos entusiasmos relativistas pós-modernos, do presentismo e do messianismo tecnológico, agitou os historiadores. Foi talvez por causa do descrédito pós-moderno lançado sobre a história cientificamente conduzida, do esvaziamento das suas funções sociais e culturais e da percepção de que a ignorância histórica conduz à indiferença política que se multiplicaram as apologias da história. Não logrando impor à sociedade o valor da história, os historiadores tentam provar a sua utilidade, argumentando com a própria rentabilidade económica.

Apesar de todos os elogios, a história local continua a ser observada com paternalismo e comiseração por quem vê um defeito na restrição espacial e continua a concebê-la como uma emanção de bairrismo. Ainda há dez anos, no âmbito de um concurso para professor associado, pude ler na contestação dos méritos do primeiro classificado o facto de a sua obra ter um cunho *regionalista*. Esta opinião, embora resguardada em prudente silêncio, não é incomum. O cultor universitário de história local tem um crédito fraco na opinião de alguns colegas. Os fumos de *internacionalização* que varrem a academia são, em grande medida, o avesso desse preconceito.

A apologia da história, como tão bem a fez Marc Bloch, é o reconhecimento do esforço compreensivo, da objectividade científica e da criatividade do historiador. A apologia da história local faz-se da mesma maneira, porque não é intrinsecamente diferente da história *geral, nacional* ou *mundial*. Ainda que a micro-história se tenha imposto como uma corrente inovadora no fim do século XX, nada a separa verdadeiramente da história local. O seu espírito de minúcia, aplicado a um assunto, não diverge constitutivamente daquele que se aplica a um contexto territorial diminuto, por ser no seu seio que os *grandes temas* podem ter um desenvolvimento microscópico. Se isto estiver errado, então toda a história é micro-história, e nesse caso é preferível continuar a falar apenas de história.

7. Uma história sem hierarquias

Quando encetei os trabalhos de história local, estava convencido, como estou hoje, de que ela merece todos os encômios, sem que isso envolva a aceitação de tudo. É bem sabido que não há história pequena, mas pequenos historiadores. Impus-me como primeira tarefa, seguindo o intuito sistemático colhido nas aulas de José Amado Mendes, a leitura de ensaios de teoria e método, compilações bibliográficas e estudos sobre o concelho de Anadia (e mais globalmente sobre a Bairrada), a que me propunha dedicar. E assim, sem ter escrito uma linha de história local, pareceu-me conveniente meditar sobre as suas particularidades. Acreditava, sem margem para dúvida, que, seguindo o título de um artigo publicado por Paul Leuilliot na revista *Annales* em 1967, havia todos os motivos para proceder à «defesa e ilustração da história local». Releio o que escrevi para encontrar os evidentes lugares-comuns daquilo que, sem notar, chamei «uma teoria da história local». Dei-lhe um tom provocador, que não renego, prezo e recomendo por ser a maneira pela qual alguém ousa discordar daquilo que corre como consensual. Não obstante, as questões alusivas à relação entre *local* e *geral*, ao menosprezo pela história local e ao impulso dado pela universidade vieram a ser debatidas, com maior extensão e profundidade, por Manuel Ferreira Rodrigues, em 2009.

Como se verificou em Vitorino Nemésio, os elogios da história local podem conduzir à sua menorização. Em 1991, quando ensaiei essa primeira reflexão sobre o assunto, revoltei-me contra a subordinação do *local* ao *geral*, porque essa hierarquia simplifica o problema da interacção entre os dois âmbitos de estudo. Expus quatro argumentos, que ainda preservo: «limita o interesse do particular ao conhecimento global, retira autonomia aos estudos regionais, limita-lhes o alcance pela sujeição a problemáticas exteriores, e não define, em suma, o que é *local* e o que é *geral*.» E rematei com três perguntas:

«A História geral refere-se a quê? A uma região muito vasta, a um país, a um continente? Onde acaba o *local* e começa o *geral*?»

Entusiasmado com este raciocínio, aprofundei-o de um modo que, na prática, nunca consegui justificar nos trabalhos que dediquei às termas da Curia, a Tamengos, a Aguim e ao concelho de Anadia em geral. Insisti nas perguntas: «O geral *integra* ou *reduz* o particular?» E ousei concluir: «a história geral, tendo algumas orientações importantes a colocar, não pode ser normativa em relação à história local.»

Assim, ao reler esse ensaio com quase trinta anos, dei-me conta de que empreendera uma apologia da autonomia da história local. «Remeter a história local para os problemas que a história geral deseja ver resolvidos é simplificar o seu valor e função.»

O fio do pensamento conduz-me ao receio de que a apologia da história local possa ser, de ordinário, o auto-elogio do nosso campo de estudo ou um esforço inglório para demover as reservas daqueles que confundem o *grande* historiador com a *grande* história e de outros ainda que duvidam do valor da própria história. A prédica tem o seu quê de repetitivo e, para os ímpios, de inútil. Só convence os convertidos. E, sendo assim, torna-se desnecessário prosseguir a apologia da história local. Não quero catequizar ninguém e não quero desculpar-me de nada. Não se pergunta a um escritor porque escreve, a um pintor porque pinta ou a um músico porque compõe. Mas se isso for feito, eles respondem com metáforas e metafísica. Eu, se imaginasse a mesma pergunta, responderia com o Cerveira da Mealhada, sobre o qual, na verdade, nunca escrevi.

8. O Cerveira da Mealhada

O Cerveira da Mealhada representa o excepcional cruzamento de um indivíduo com o seu tempo. Em 1899, era perseguido pela polícia por auxiliar a emigração ilegal mediante o fabrico de documentos, que ele forjava com a distinção de um falsificador perfeitíssimo, capaz

de imitar qualquer caligrafia. Depois de fugir para o Brasil, logrou enganar um padre com notas falsas que elaborou com génio de artista. Foi adorado na sua terra, mas fazia-se passar por empregado superior da polícia de emigração e ameaçava com diligências e prisões. Sentia-se um artista e um benfeitor da humanidade por auxiliar a vida de quem, derrotado pela crise económica, procurava melhor futuro no Brasil. O ano de 1895 marcou a época áurea desse homem a quem a imprensa local chamava o «célebre engajador e falsificador de letras». Tomava o comboio para Lisboa e aqui, num quarto do Hotel Sobral, na Rua das Pedras Negras, vendia, como ele próprio disse, «certidões de idade, atribuídas a diversos párocos, mas escritas por mim». E completava a explicação: «É para essa gente poder emigrar sem passaporte legal.» A mesma gente que, na Bairrada, a partir de meados dos anos oitenta, se viu a braços com a aniquilação dos vinhedos provocada pela filoxera, a perda de rendimento, o desemprego e a pobreza. Francisco Henriques Cerveira não é só um falsário romanesco: é uma das mais singulares representações de um tempo impressivamente descrito pelo republicano Albano Coutinho, em 1888, numa das suas esplêndidas cartas para o jornal *O Povo de Aveiro*:

Estamos num período anormal, de graves desordens e tumultos populares. Não podemos prever até onde isto irá. O que é certo é que o governo progressista tem a triste sina de fomentar a agitação e de fazer crescer a efervescência das paixões políticas. Desta vez também a Bairrada se convulsionou, e, infelizmente, há já a lamentar a perda de muitas vidas. Em Murtede e Sepins, freguesias do concelho de Cantanhede, e ambas pertencentes à circunscrição vinícola da Bairrada, deram-se estes dias conflitos graves, originados pela exigência de novos tributos indirectos municipais. A câmara de Cantanhede, filha legítima do governo progressista, segue-lhe as pisadas na administração espaventosa, projectando obras incompatíveis com os seus meios e recorrendo ao imposto,

como quem recorre a uma mina inesgotável. O povo, porém, é que não esteve pelos autos, e, amotinado, revolucionado, com armas e paus, com foices e forquilhas, espancou os arrematantes dos novos impostos e matou um lojista de Murtede, afeiçoado à vereação.

De quantas justificações precisa um historiador para estudar a vida do Cerveira da Mealhada, a sua obra, a Bairrada onde nasceu, Lisboa que o fez prosperar e o Brasil que o viu morrer na prisão?

Bibliografia

- ALVES, Luís Alberto Marques (2006), A história local como estratégia para o ensino da História. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto, Faculdade de Letras, vol. 3, 65-72. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8786>. Acedido em 8 de Novembro de 2019.
- BLOCH, Marc (2002), *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Edição anotada por Étienne Bloch.
- COUTINHO, Albano (1888), Carta da Bairrada. Janeiro, 13. *O Povo de Aveiro*. Aveiro. Ano VI, n.º 309, 15 de Janeiro, 2-3.
- FEBVRE, Lucien (1977), *Combates Pela História*. Lisboa: Editorial Presença. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Monis. Dois volumes.
- LEUILLIOT, Paul (1967), Défense et illustration de l'histoire locale. *Annales. E. S. C.* Paris. Ano 22, n.º 1, Janeiro-Fevereiro, 154-177.
- LEUILLIOT, Paul (1974), Histoire locale et politique de l'histoire. *Annales. E. S. C.* Paris. Ano 29, n.º 1, Janeiro-Fevereiro, 139-150.
- LUÍS, Alexandre António da Costa (s.d.), Notas soltas sobre a história regional e local e o património cultural. *Ubimuseum. Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. S. I. N.º 1, 9-16. Disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>. Acedido em 8 de Novembro de 2019.
- MARROU, H.-I. (1976), *Do Conhecimento Histórico*. 4.ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Editorial Aster.
- MATTOSO, José (1988), *A Escrita da História. Teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Presença, 169-180: «A história regional e local».
- MENDES, José M. Amado (1989), *A História Como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*. 2.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora.
- MENDES, José M. Amado (1990), Para uma nova história local. Reflexões e perspectivas. *Beira Alta*. Viseu. Vol. XLIX, fascículos 1 e 2, 1.º e 2.º trimestres, 125-134.
- NETO, Margarida Sobral (2010), Percursos da história local portuguesa. Monografias e representações de identidades locais. In: SANTOS, João Marinho dos e CATANA, António Oliveira (org.). *Memória e História Local*. Coimbra: Palimage, 47-76. Disponível em https://www.academia.edu/5279609/Percursos_da_Hist%C3%B3ria_Local_Portuguesa. Acedido em 4 de Novembro de 2019.

- NETO, Margarida Sobral (2016), *Problemática do Saber Histórico*. 2.^a edição. Coimbra: Palimage.
- PIMENTA, Belisário – *Memórias. Diário ao correr da pena*. Fundo de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, manuscrito 3363.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2009), História local: Que local? Que História? *Dunas. Temas & Perspetivas. Revista Anual sobre Cultura e Património da Região de Ovar*. Ano IX, n.º 9, setembro, 131-142.
- ROSMANINHO, Nuno (organização, transcrição e apresentação) (2012), O Cerveira da Mealhada. História verídica de um falsificador. *Aqua Nativa*. Anadia: Associação Cultural de Anadia. N.º 40, Dezembro, 17-27.
- ROSMANINHO, Nuno (1991 e 1992), História local. O exemplo de Anadia. *Aqua Nativa*. Anadia: Associação Cultural de Anadia. N.º 1, Dezembro, 8-12, e n.º 2, Junho, 5-9.
- SEABRA, Jorge (1990), A história local como estratégia de ensino/aprendizagem. *O Professor*. Lisboa. 3.^a série, n.º 2, Fevereiro, 3-16.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1996), História local. Objectivos, métodos e fontes. In: MARQUES, José e BARROCA, Mário Jorge (org.). *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. II, 383-395. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8247>. Acedido em 4 de Novembro de 2019.
- TORGAL, Luís Reis (2014), *História... Que história?* Lisboa, Círculo de Leitores / Temas & Debates.
- TORGAL, Luís Reis (1987), História... Que história? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Vol. 9, 843-867.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando (1996), *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores.

**JOSÉ AMADO MENDES: DE COMO A HISTÓRIA SÓLIDA E DURA
PODE PROPORCIONAR LEITURA GOSTOSA**

Onésimo Teotónio Almeida
Professor na Universidade de Brown – EUA,
Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros

Se me pusesse a analisar na minha lista de amigos as diversas categorias a que cada um pertence, e como o meu relacionamento com eles se gerou e desenvolveu, creio que depararia com um núcleo que poderia ficar rotulado de “Outros”, por não caberem em nenhum dos grupos mais facilmente classificáveis. A minha amizade com o Professor José Amado Mendes seria incluída nesse conjunto. Explico-me, narrando o modo como os acasos da vida nos proporcionaram dois encontros-chave. O primeiro ocorreu em Vila do Conde num colóquio sobre Antero de Quental, em 2000, organizado pela especialista anterior Ana Maria de Almeida Martins. Toda a vida preferi encontros académicos de pequeno número de participantes, de preferência desviados dos grandes centros urbanos, por permitirem um grau de interacção e proximidade incomparavelmente maior do que nos grandes congressos, proporcionando aos participantes momentos de conversa e convívio; primeiro passo para que se descubram pontos de contacto e afinidades geradoras de trocas de informações de interesse mútuo, que muitas vezes deixam as portas abertas para

um continuado relacionamento a desembocar em amizades (e não só, como é da história). Por isso, os colóquios temáticos são sempre mais estimulantes do que os congressos de associações ou organizações, pois estes últimos, além de mais concorridos, são normalmente de grande dispersão temática, favorecendo pouco os encontros de congressistas com interesses comuns. Por isso, um evento como esse referido colóquio anterior era, à partida, para mim algo do meu especial gosto. Mais ainda, a magnética personalidade de Antero atraindo sempre admiradores do filósofo-poeta com cumplicidades especiais.

Foi neste contexto que pela primeira vez encontrei e ouvi José Amado Mendes falar sobre Antero de Quental e Alberto de Sampaio num congresso anterior realizado em Ponta Delgada em 1991¹. Todavia foi ao ouvi-lo alguns anos mais tarde dissertar sobre Eça de Queiroz e a sua atitude de artista perante os progressos da industrialização² que lhe registei o nome. Reconheci-lhe imediatamente, e com apreço, várias qualidades: um discurso escorreito, vernáculo, nada barroco nem pretensiosamente recheado de jargão. Todavia o meu apreço foi muito para além da agradável faceta formal. O tema da sua intervenção rasgava horizontes para um universo de mim desconhecido, que porém me interessava sobremaneira pois complexificava a minha visão, vítima de mera ignorância, de uma realidade que há anos captava as minhas atenções – o atraso português face à modernidade. Por isso apreciei sobremodo aquele seu discorrer eloquente sobre a visão de Eça perante alguns dos supostos progressos da civilização.

¹ “Antero de Quental e Alberto Sampaio: Observadores atentos da História imediata”, in *Congresso Anteriano Internacional. Actas* (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993), p. 449-460.

² Publicado posteriormente na revista *Estudos Anterianos*, em número especial dedicado a *Eça, Antero e a Geração de 70*, com as demais comunicações ao dito colóquio. N.º 9/10 (2000), p. 115-130.

O meu leitor apressar-se-á a lembrar-me que qualquer leitor de *A Cidade e as Serras* se apercebe imediatamente da importância dessa problemática na obra do nosso maior romancista (pelo menos maior até ao século XIX), e acrescentará que o escritor não morria de amores pela industrialização nem pelo progresso, pois sobre ambos manteve uma sábia e irónica distância.

Concedo. De tudo isso, aliás, JAM tem consciência. Contudo, uma coisa é resumir-se isso em duas linhas, e outra é confrontarmo-nos com uma visão de Eça pormenorizadamente escalpelizada, como JAM consegue fazer nesse ensaio, fazendo-nos viajar pelas diversas fases da vida em que o romancista entreteve diferentes opiniões sobre os benefícios e malefícios da industrialização. Chegou mesmo a opor-se-lhe frontalmente, como JAM frisa citando o escritor:

A terrível consequência da predominância industrial é criar no Estado uma classe de misérias tristes, inútil, dolorosa, perdida para a vida social – os operários de fábrica. Os capitais aglomeram-se; criam-se as fábricas imensas, e em redor começa a formar-se uma geração de homens que são como os apêndices humanos das máquinas; ali vivem dependentes da sorte do dono da fábrica, sem esperança de uma sorte mais doce, sem ensino ou consciência moral, embrutecidos, consumidos pelos trabalhos contínuos e monótonos; é uma raça sequestrada à pátria, à família e ao trabalho puro e são. Ali perdem a saúde, a independência moral, a vida espontânea do espírito.³

Obviamente, Eça escreveu estas linhas muito antes da sátira de Charlie Chaplin no seu clássico filme *Tempos Modernos*. Charles Dickens precedera ambos – Chaplin e Eça – nesse capítulo sem que por isso se torne necessário sugerir influências. Importa, todavia,

³ *Obras de Eça de Queiroz. Da colaboração no “Distrito de Évora” – I (1867).* Lisboa, Edição Livros do Brasil, s. d., p. 18. Citado em José Amado Mendes, “Eça de Queiroz: um artista perante os progressos da industrialização”, *Eça, Antero e a Geração de 70*, número especial de *Estudos Anterianos*, n.º 9/10, p. 118.

sublinhar o facto de estar o nosso escritor mais do que familiarizado com os cenários deprimentes dos ambientes industriais da Inglaterra que os romances de Dickens tão magistralmente captaram.

O ensaio de JAM consegue conduzir o leitor, acompanhando-o numa viagem ao longo da evolução do pensamento de Eça nesse domínio. Merecem particular registo as passagens de *Cartas de Paris*, onde o escritor reconhece os avanços ingleses sobre a França no domínio da industrialização.

A tentação neste passo é reler e comentar todo o artigo de JAM, mas a verdade é que não cabe aqui tal exercício. O propósito foi apenas chamar a atenção para um texto de há vinte anos que, para mim, surgiu à época como inovador e, reconheço hoje, me revelou uma área de investigação a merecer sério interesse. Tal área iria afinal iria ser desenvolvida e aprofundada pelo próprio JAM, um historiador que percebeu a necessidade de se olhar para um domínio da nossa cultura tradicionalmente visto com desconfiança pelas elites, mais voltadas para o universo das Letras e Humanidades, e nada propensos, alheios e até mesmo hostis, às tendências que vinham a acentuar-se progressivamente nos países nórdicos, sobretudo a Inglaterra, visando a aplicação prática dos conhecimentos científicos transformados em benefício dos cidadãos. Se a dimensão utilitária da nova ciência experimental não está ainda clara nos objectivos fundacionais da Royal Society de Londres no século XVII⁴, apesar mesmo de já estar explícita na obra do seu grande inspirador, Francis Bacon (em *Novum Organum*, Bacon estabeleceu, além de uma sinonimia entre conhecimento e poder, uma outra igualmente poderosa entre verdade

⁴ Veja-se Thomas Sprat, *History of the Royal Society of London, For the Improving of Natural Knowledge*. London: Printed by T. R. for J. Martyn, 1667).

e utilidade⁵), ela foi progressivamente ganhando terreno e está hoje bem clara no seu *mission statement*: “to encourage the development and use of science for the benefit of humanity.”⁶ Só muito tardiamente em Portugal se chegou a explicitar este tipo de associação entre ciência e benefício público, mas ela foi fundamental na criação da Academia das Ciências de Lisboa, a ponto de ter sido fixada no seu próprio lema: *Nisi utile est quod facimus stulta est gloria*⁷.

Autores como Eça de Queiroz admiraram os benefícios da ciência e da tecnologia (basta lembrarmo-nos do seu ao tempo moderníssimo 202 de Paris), no entanto desdenhavam ou sentiam-se até repugnados pelos processos usados pelo capitalismo selvagem para colocar as modernas tecnologias em casa dos cidadãos. Esse importante espaço intermediário – o da actividade industrial e da produção – foi benquistado de figuras gradas das elites lusitanas e mesmo ibéricas, como muito bem apontou Antero de Quental no seu clássico *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*.

Esse primeiro, verdadeiramente casual mas auspicioso, encontro com JAM fez com que eu lhe fixasse o nome e a partir daí procurasse

⁵ “Truth, therefore, and utility, are here perfectly identical, and the effects are of more value as pedges of truth from the benefit they confer on men.” *Novum Organum*. First Book. Axiom 124. In Sir Francis Bacon, *Advancement of Learning. Novum organum. New Atlantis*. (Chicago: Encyclopedia Britannica, Inc., 1952), p. 133.

⁶ Citado em Adrian Tinniswood, *The Royal Society & the Invention of Modern Science* (New York: Basic Books, 2019), p. 128. Os interessados nesta problemática poderão ler também o clássico de Robert K. Merton, *Science, Technology & Society in Seventeenth Century England*, publicado em 1938. Um bom conjunto de estudos de revisitação dessa seminal obra poderá ser: *Puritanism and the Rise of Modern Science. The Merton Thesis*. Edited and with an Introduction by I. Bernard Cohen (New Brunswick and London: Rutgers University Press, 1990).

⁷ Tradução: *Se não for útil aquilo que fazemos, a glória é vã*. Devo acrescentar que, contra o que é considerado um dado assente na história da ciência e tecnologia modernas, esta só emergiu cerca de uma centena de anos após a primeira. Noutros lugares, tenho chamado a atenção para o facto de, no período dos descobrimentos, os avanços científicos terem ocorrido a par e passo com a tecnologia. Simplesmente na altura as personagens envolvidas não manifestavam sinais de consciência clara dessa associação. (Sobre o assunto, veja-se o meu *O Século dos Prodigios. A ciência no Portugal da expansão*. Lisboa: Quetzal, 2018).

seguir-lhe os passos, tanto mais que, por linhas travessas e voltas da vida, eu me envolvera cada vez mais na problemática da ciência em Portugal que, por adjacência, inclui a componente tecnológica. No ano precedente, em 1989, eu havia participado num congresso na Academia das Ciências de Lisboa com uma comunicação em que revisitava o esquecido (aliás, foi sempre pouco conhecido) opúsculo de Sant'Anna Dionísio sobre *A Não Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*⁸. Daí a minha satisfação ao aperceber-me das afinidades nos nossos interesses.

Fui seguindo à distância o trabalho de JAM, sem que tivessem surgido novas oportunidades de reencontro em pessoa. Foi já tardiamente, estava ele aposentado da Universidade de Coimbra e associado à Universidade Autónoma de Lisboa, que um outro *chance encounter* ocorreu. Estando eu em Lisboa em viagem de trabalho, aconteceu encontrarmo-nos na sala de pequeno almoço no mesmo hotel, o Dom Carlos Park, onde na altura eu ficava alojado habitualmente. Senti-me como se tivéssemos mantido contacto directo ao longo dos anos e apenas retomássemos a conversa poucos meses ou semanas antes. De então para cá, as nossas interacções têm continuado em regulares trocas de livros e artigos. Vou recebendo exemplares de todas as suas obras e cópias dos seus mais importantes artigos, retribuindo na mesma moeda, se bem que quase apenas com livros.

A primeira impressão a registar é a da quantidade. Um aposentado não costuma dispendir tanto precioso tempo com a escrita como JAM tem feito, prolongando uma produção regular e assídua a incidir sobretudo nas áreas que o apaixonam: a história empresarial, o património industrial, com incidência na dimensão museológica, naturalmen-

⁸ “Sant’Anna Dionísio e *A Não Participação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência – Uma revisão*”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no Séc. XX* (Lisboa: Academia das Ciências, 1992), p. 1707-1731. O mesmo ensaio foi muito posteriormente incluído no meu livro *O Século dos Prodígios. A ciência no Portugal da expansão*. Lisboa: Quetzal, 2018.

te por ser daí que surgem mais frequentemente solicitações ao seu saber, graças ao notável e mais do que louvável, aprofundamento da consciência cultural portuguesa na representação da memória que se tem verificado nas últimas décadas.

Aqui, terei de ser honesto ao máximo grau. Não seria nada profissional da minha parte lançar-me na análise de obras sobre cuja temática pouco ou nada sei. Na verdade, tornei-me aluno, quando muito de licenciatura, do Professor JAM e fui recebendo cada um dos seus livros como se estivesse sentado nas suas aulas a ouvi-lo prelecionar. Por isso, apenas resumirei o eco que em sucessivos emails lhe fui comunicando das minhas leituras. Se tivesse de resumir os méritos da vasta obra de JAM, eu acentuaria a documentação esmerada, a cuidadosa análise, despida de preconceitos ideológicos, isenta de facciosismos, motivada por uma serena e madura preocupação com o entendimento da realidade para melhor a descrever; uma capacidade narrativa partilhada com aqueles escritores que oferecem aos leitores uma prosa escorreita, límpida, atraente; e um sentido didático muito forte que, sem condescendências nem banalizações, consegue transmitir conhecimentos sólidos servidos por uma estrutura de pensamento segura. Acresce a tudo isto uma consciência cívica empenhada na transmissão de saberes, não como exercício de poder mas como contributo para o desenvolvimento da consciência de cidadania.

Formado na velha escola em que a prosa era estilisticamente primorosa, mesmo quando excessivamente penteada, JAM soube reter desse velho treino o domínio da linguagem que lhe permite produzir uma escrita elegante sem ser pretensiosa, transparente sem cair no banal, fluente sem se quedar pela superfície.

Mero aluno seu nas matérias sobre que tão sabiamente escreve, posso tomar-lhe melhor o pulso em escritos em que não apenas aprendo, mas acerca dos quais me sinto mais em casa. Um exemplo deles poderia ser o ensaio sobre Alberto Sampaio (“Alberto Sampaio, historiador completo e avançado no tempo”). Por causa de Antero e

da Geração de 70, há muito ouvira falar de tal companheiro de jornada, mas foi esse texto de JAM que me trouxe ao vivo o historiador cujo calibre eu estava longe de conhecer. Nesse ensaio, por sinal relativamente curto, JAM revela uma vez mais que só avança para a escrita depois de um denodado trabalho de pesquisa. É que a volumosa bibliografia listada no final vem em grande parte referida passo a passo no corpo do artigo, sinal de que o autor a leu e digeriu.

O mesmo acontece nesse outro, consideravelmente mais longo, texto, “Novos rumos da historiografia, ao longo do século XX – A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”⁹. Aqui, as qualidades atrás referidas emergem nítidas aos olhos do leitor atento: o historiador no seu melhor revela investigação, sabedoria no doseamento dos dados obtidos, capacidade de estruturar a narrativa de modo a torná-la atraente sem a desvirtuar, remetendo para um volumoso corpo de notas as informações potencialmente úteis aos interessados em aprofundar a problemática tratada. E nele ressalta mais uma vez o domínio da linguagem a contemplar o leitor com uma prosa fluente e cuidada, com sabor a clássico, no sentido mais vernáculo do termo. Virtudes já mais do que patentes nesse livro que só tardiamente vim a conhecer: *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*¹⁰. Aqui, o mestre da didática emerge no seu melhor revelando grande segurança tanto no domínio da matéria abordada, tanto quanto no modo de dosear a transmissão de um vasto manancial de conhecimentos.

* * *

⁹ Li-o em manuscrito enviado pelo autor.

¹⁰ (Coimbra: Coimbra Editora, 1993). Trata-se de uma notável síntese das questões mais centrais do campo, apresentado de uma forma didática verdadeiramente exemplar visto conseguir a proeza de nunca simplificar os problemas ao delinea-los de forma sucinta. Qualquer historiador encartado pode usar a obra como útil instrumento de trabalho.

Confesso ter sido minha intenção inicial lançar-me na análise de mais uns quantos escritos de JAM. Um impossível mês de Novembro, carregado de compromissos de toda a ordem, impediu-me de cumprir essa vontade. A verdade, porém, é que continuaria a apontar facetas semelhantes às aqui mencionadas a propósito dos textos que referi. Por isso sinto de algum modo menos pesado o remorso.

Antes de encerrar esta involuntariamente encurtada excursão por alguma da vasta obra de JAM, gostaria de acrescentar um breve comentário inteiramente de outra ordem. O leitor deste meu arrazoado poderá eventualmente colher a impressão de que o académico que se aposentou de Coimbra para continuar a leccionar em Lisboa e no Brasil não sabe fazer outra coisa. Engana-se, porém, como eu me enganaria se não fosse regularmente recebendo emails com breves notícias de viagens culturais, referindo de passagem ter estado “em Valência, ‘Fallas’ numa magnífica exibição de carácter sacro-profano e forte componente satírica”. Depois, é um “cruzeiro no Mediterrâneo, maioritariamente pelas ilhas Baleares e com visita ao sul de França: Marselha, Aix en Provence, Avignon, aldeias: Les Beaux e Gorbès”. E a lista prolonga-se: “Nas Baleares: Ibiza, Maiorca, Sardenha, Livorno e Génova, a Costa Esmeralda e a Ligúria”. Mas há depois viagens à China (Pequim, Xian, Cantão), uma delas para visitar a EXPO 2010 de Xangai, um dos seus interesses especiais dada a estreita ligação ao seu enfoque profissional. Esteve, por exemplo, na EXPO Mundial de Hanover (2000), na de Milão em 2015, e está a planear ir à de Dubai em 2020. E tudo isto sendo apenas o que fui depreendendo de entrelinhas quase distraídas de emails ocasionais.

Uma vida rica de estudo nos livros e na vida, uma vontade enorme de investigar, aprender e comunicar, uma capacidade grande de o fazer em escorreita escrita e com um excelente domínio de documentação visual, hoje largamente disponível aos bons educadores e didatas. Na minha (nossa) geração, só os espíritos jovens conseguem a abertura suficiente para se manterem actualizados nesse domínio.

JAM tem-no feito de modo exemplar. Seu fiel leitor, com ele tenho aprendido muito e espero poder continuar beneficiando por muito mais tempo das suas capacidades de investigador e pedagogo. Estou-lhe verdadeiramente grato por isso.

TABULA GRATULATORIA

Colegas, discípulos, antigos estudantes e amigos de José Maria Amado Mendes querem expressar desta forma a sua admiração e o seu agradecimento pelo intenso labor científico do homenageado ao longo dos anos, realçando o seu sentido pedagógico e a sua devoção ao ensino, a qualidade do seu percurso profissional, o empenhamento na ampliação de horizontes nos vastos campos de investigação que abriu, explorou e ajudou a consolidar, em áreas tão diversas como a história económica contemporânea, história da indústria, teoria e história da historiografia, arqueologia e património industrial, cultura de empresa e cultura organizacional, património cultural e museologia. Mas também deixar uma palavra de profunda estima e admiração ao ser humano íntegro, cívica e intelectualmente, ao Professor responsável e deontologicamente inabalável, ao Amigo de trato afável e disponível.

Abílio Hernandez Cardoso
Adolfo Silveira Martins
Alda Maria Mourão
Aline Gallasch-Hall de Beuvink
Ana Cristina Araújo
António Cal Gonçalves
António Lencastre Bernardo
António Rafael Amaro
Álvaro Garrido
Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Armando Luís de Carvalho Homem

Carmen Gonzalez

Claudia Musa Fay

Cristina Dias

Duarte Manuel Freitas

Elisa Calado Pinheiro

Eloy Fernandes Clemente

Fernando Amorim

Fernando Baptista Pereira

Fernando de Sousa

Fernando Taveira da Fonseca

Francisco Pato de Macedo

Frédéric Vidal

Guilhermina Mota

Irene Vaquinhas

Isabel Ferreira da Mota

Joana Brites

João Brigola

João Gouveia Monteiro

João Marinho dos Santos

João Paulo Avelãs Nunes

João Silva de Sousa

Joaquim da Costa Leite

Jorge Alarcão

Jorge Fernandes Alves

José Amado da Silva

José Antunes

José Augusto Bernardes

José d'Encarnação

José Guilherme Victorino

José Manuel Lopes Cordeiro

José Subtil

José Viriato Eiras Capela

Leontina Domingos Ventura
Luís Reis Torgal
Manuel Ferreira Rodrigues
Maria Alegria Fernandes Marques
Maria Amélia Álvaro de Campos
Maria de Fátima Nunes
Maria Helena da Cruz Coelho
Maria Isabel Miguéns de Carvalho Homem
Maria Isabel Pestana de Mello Moser
Maria João Tomás
Maria José Azevedo Santos
Maria José Santos
Maria Luísa Jacquinet
Maria Manuela Tavares Ribeiro
Maria Margarida Sobral da Silva Neto
Maria do Rosário Morujão
Mario Cerutti
Miguel Figueira de Faria
Nair de Nazaré Castro Soares
Nelson Correia Borges
Nuno Rosmaninho
Onésimo Teotónio Pereira
Paulo Eduardo Guimarães
Paulo Oliveira Ramos
Pedro Casaleiro
Pedro C. Carvalho
Raquel Vilaça
Regina Anacleto
Reginaldo Rodrigues de Almeida
Telma de Mattos Ruas
Telmo Pereira
Vasco Mantas
Vítor Neto

IRENE VAQUINHAS é Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É Investigadora Integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FLUC. É, ainda, membro da Academia Portuguesa da História. Tem colaborado em vários projetos internacionais e estuda, principalmente, história contemporânea de Portugal, história rural, história das formas de sociabilidade, história da vida privada, história das mulheres e do género; história dos patrimónios alimentares, museologia.

ANTÓNIO RAFAEL AMARO é Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É, igualmente, Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares da UC. Foi docente na Universidade Católica Portuguesa entre 1991 e 2009. Tem trabalhado sobre história económica e social contemporânea. Publicou, entre muitos outros textos, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939) (1995)* e *Economia e desenvolvimento da Beira Alta do fim da Monarquia à Segunda Guerra Mundial (1890-1939) (2006)*.

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES é Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É, igualmente, Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares da UC. Tem trabalhado sobre história e teoria da historiografia, história contemporânea e história do tempo presente; didática da História e divulgação da historiografia, arqueologia e património industriais, património cultural e museologia, cultura organizacional e diferenciação territorial, lazer e turismo culturais.

MANUEL FERREIRA RODRIGUES é Professor da Universidade de Aveiro. Tem publicado estudos sobre história industrial e sobre história do ensino industrial. Publicou com José Amado Mendes, entre outros trabalhos, *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias (1999)*. É, ainda autor de títulos como *Empresas e Empresários da sub-região da Ria de Aveiro (1864-1931) (2010)*, *Egas Salgueiro, um empresário de eleição (2020)*.

Obra publicada
com a Coordenação
Científica



2



C E I F 2 0
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 2



9 0

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U